UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, USP
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

JAEDER FERNANDES CUNHA

Economia mundo e a escrita estrutural da história
Um estudo de Fernand Braudel

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo – 2011

JAEDER FERNANDES CUNHA

VERSÃO CORRIGIDA

Economia mundo e a escrita estrutural da história
Um estudo de Fernand Braudel

Tese apresentada ao Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História Econômica.

“de acordo” - versão corrigida

Orientador: Prof. Dr. Lincoln F. Secco

São Paulo – 2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Cunha, Jaeder Fernandes

Economia mundo e a escrita estrutural da história:
um estudo de Fernand Braudel / Jaeder Fernandes
Cunha; orientador Lincoln Ferreira Secco. – São Paulo,
2011.

378 f. ; il.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração: História
Econômica.

1. Teoria da história econômica. 2. Braudel, Fernand,
1902-1985. 3. Epistemologia. I. Título. II. Secco, Lincoln
Ferreira.

NOME: JAEDER FERNANDES CUNHA

TÍTULO: *Economia mundo* e a escrita estrutural da história. Um estudo de Fernand Braudel

Tese apresentada ao Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

FOI NO espaço de sala de aula, no curso de História da Universidade de São Paulo, o primeiro contato com a erudição histórica. Prosseguindo no percurso, nas disciplinas de Doutorado, o privilégio evidenciou-se. Tive a honra de ser aluno de um dos mais proeminentes historiadores brasileiros. Num gesto generoso o Prof. Dr. Fernando Novais aceitou o convite da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História Econômica; suas aulas foram instigantes, admiração por um ano inteiro. Foram dois semestres como aluno efetivo: “Historiografia Geral e do Brasil” e “Formação do Capitalismo”. Esses cursos, posso dizer, constituem a base desta tese.

Como não falar dos outros notáveis?

Prof. Dr. Jorge Grespan, aulas de elevado teor dialético, um rigor metodológico assíduo para poucos; me colocou à frente das barricadas, não havia mais como fugir dos perigos de Marx. “Materialismo Histórico: Uma Leitura de O Capital”, foi simplesmente o curso dado.

Prof. Dr. Pedro Puntoni, ministrou o curso “Economia e Capitalismo no Antigo Regime”. O discípulo novaisdiano, proporcionou a forma de ler que faltava; os autores vinculados à formação do capitalismo não são pequenos. Agradeço a todos eles.

Profª Drª Marisa Deaecto, Prof. Dr. José Rodrigues Mao Junior, agradeço-os pelos comentários na Banca de Qualificação; ajudaram substantivamente, deram-me confiança.

À Profª Drª Vera Ferlini, sou devedor; o encaminhamento de meu percurso no Programa foi de sua responsabilidade. Os seus conselhos, asserções incontestes.

Prof. Dr. Wilson do Nascimento Barbosa, agradeço-lhe pelos textos e conferências transcritas disponibilizados na REPHE, Revista de Economia Política e História Econômica; seus escritos, um patrimônio dos historiadores econômicos. No primeiro capítulo desta tese foram cruciais. Mas, o agradeço muito mais pelo atendimento generoso dispensado num momento difícil. Talvez, ele nem se lembre; eu, jamais esqueço.

Um agradecimento especial destina-se ao meu orientador de tese. Prof. Dr. Lincoln Secco, talento da escrita e inteligência nele se encontraram. Arrisco a dizer que os seus escritos estão entre os mais belos que já tive acesso. É talento puro! Ter sido institucionalmente acolhido, representa muito. Não há como retribuí-lo; palavras soltas não vão conseguir. Um muito obrigado! A sua confiança em meu trabalho é marca indelével em minha vida que se segura em 34 anos. É uma honra tê-lo como orientador.

À Profª. Drª Antônia Fernanda Wright, jamais poderei esquecê-la. Viu em mim uma possibilidade. Ver possibilidades é grandeza. Os primeiros anos de Pós-Graduação foram marcados

pela sua presença. Os chamados “café intelectual” em sua casa em belas tardes nos Jardins, permanecerão comigo; a sua generosidade ainda muito mais (generosidade, ponto em comum dos sábios). Pesquisadora voraz, fez história na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Dentre trabalhos voltados para as Relações Internacionais, publicou na importante coleção *História Geral da Civilização Brasileira* dirigida por Sérgio Buarque de Holanda - assistida por Pedro Moacyr Campos (períodos colonial e monárquico) e por Boris Fausto (período republicano).

Ao Prof. Dr. José Luiz Goldfarb, um agradecimento Eterno. O físico e historiador da ciência, guardião da memória de Mario Schenberg, amante da literatura, curador do Prêmio Jabuti, um incentivador às bibliotecas, posso apenas retribuí-lo com este gesto de apreço. No início de tudo, não hesitou em me estender a mão.

Ao Prof. Dr. Sean Purdy, agradeço sua disposição em ajudar. A prestatividade, nuance evidente neste estudioso da América. Ter sido seu assistente na disciplina de História dos Estados Unidos pelo Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) foi uma experiência de aprendizado. Obrigado pela participação na banca de mestrado.

Ao Prof. Dr. Marcos Napolitano, agradeço pela atuação em sala de aula, pelo respeito acima de tudo. A experiência de assistente sob sua supervisão (PAE) na disciplina História do Brasil Independente II confirmaram minhas expectativas; ser pesquisador e professor dedicado à sala de aula seria o meu destino.

O maior dos agradecimentos faço à minha família: os meus pais, Nelson Salvador e Maria dos Reis, e minhas irmãs, Jakeline e Raquel; este feito também é deles.

À Talita, pelos anos de companheirismo que se foram, um sincero obrigado. Os primeiros anos de Universidade de São Paulo foram grandes. Nos ajudamos, aqui estamos; trata-se de uma pesquisadora de muito futuro.

À Cinthia, agradeço pela docilidade, afeto e dedicação; marcas que jamais se apagam. No longo período de escrita, cada pequena atitude me agigantou. Auxiliou-me em tudo, até mesmo em algumas pequenas grandes tarefas na tese. Um muito obrigado!

Agradeço a amigos; colaboraram muito além do que imaginam. Não são numerosos, a culpa é unicamente minha. Dentre esses alguns, o Danilo da FEA-USP (e da História), pessoa afável, de bons modos, uma retidão e inteligência singulares; foram anos sem iguais aqueles de nossa conversação marxiana. O David, bom amigo e eterno admirador das aulas da Prof^a. Janice Theodoro. O Luciano Fiscina, doutorando do Instituto de Psicologia (USP), amigo de longas elucubrações em filosofia das ciências.

Não poderia esquecer os funcionários da Secretaria da Pós-Graduação: Osvaldo, Nelson, Priscila e Luiz Filipe. Foram todos muito prestativos. Agradeço também a Nair do COMUT, Biblioteca Central da USP - Campus Ribeirão Preto.

Diligentemente, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida.

Fica aqui um apoio inveterado à educação pública e ao financiamento público de pesquisas científicas e de humanidades e, às artes.

Ainda vale dizer, que, em tempos de perigo, onde a maioria reside numa zona de fronteira ética entre o plágio e o não-plágio, autoria e co-autoria, valho-me de um princípio ideológico: recuso-me a qualquer tipo e natureza de revisão alheia.

Todo o texto criado, revisado e ora apresentado nesta tese é de responsabilidade única de seu autor. Portanto, ao contrário da maioria que se arroga sofisticada por contratar um profissional revisor e, neste espaço dedicado aos agradecimentos o fazem como forma de legitimação pela naturalização de uma situação originalmente estranha ao ofício do acadêmico, ao contrário tenho o privilégio de uma dignidade incomum em nosso meio, a de não admitir um trabalho a quatro mãos e menos ainda a prestar homenagens a “colaboradores” de um texto que se pretende devedor a um único autor.

“A história das ciências conhece também universos construídos que constituem outras tantas explicações imperfeitas, mas a quem são geralmente concedidos séculos de duração. Só são rejeitados depois de um longo uso. O universo aristotélico não foi praticamente contestado até Galileu, Descartes e Newton; desvanece-se então perante um universo profundamente geometrizado que, por sua vez, seria derrubado, muito mais tarde, com a revolução einsteiniana”.

Fernand Braudel, 1958.

“Seja ou não seja nobre, ou menos nobre que outra, a história econômica não deixa, por isso, de propor todos os problemas inerentes a nosso ofício: é a história íntegra dos homens, contemplada a partir de certo ponto de vista”

Fernand Braudel, 1977.

Resumo

CUNHA, Jaeder F. ***Economia mundo e a escrita estrutural da história. Um estudo de Fernand Braudel***. 2011. 375 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, USP.

Esta tese é um estudo de epistemologia da história nos domínios da história econômica. Por ser um estudo de epistemologia histórica também é metodológico e historiográfico. Adotamos como objeto principal de investigação obra e pensamento do historiador francês Fernand Braudel (1902-1985). Nossa hipótese geral é a de que a disciplina de história econômica obteve com Fernand Braudel um novo significado no conjunto das ciências sociais e humanas. Já a nossa hipótese específica parte da noção de que “economia mundo” não se trata de um conceito comum na obra do autor, como tende a se sustentar na historiografia, mas sim de um mecanismo epistêmico dentro do conjunto braudeliano capaz não apenas de dar sentido à sua teoria histórica do capitalismo, mas fundamental para se compreender a partir da escrita estrutural – associada à longa duração – a sua perspectiva de “espaço-tempo” nos domínios da história. Para comprovação das hipóteses apresentadas, três discussões nortearão esta pesquisa: i) a relação das disciplinas de história, economia e sua resultante, a história econômica; ii) o duelo entre a história estrutural braudeliana e o estruturalismo; e iii) os contextos da obra e pensamento braudelianos. Os resultados obtidos demonstraram que a história econômica não somente foi o maior campo de estudos do historiador francês, mas foi a base de seu projeto epistemológico para o conjunto das ciências sociais e humanas. Verificou-se também que o projeto braudeliano em boa parcela foi construído a partir da antinomia de método com o estruturalismo; uma incursão problematizadora dos princípios epistemológicos do método estruturalista demonstraram que seus formalismos impediram que seu maior expoente, Claude Lévi-Strauss, resolvesse a aporia do tempo. Essa incursão nos levou a estudar a concepção de espaço e de tempo na filosofia e na ciência. Verificou-se o debate entre ciência e filosofia em torno do novo problema “espaço-tempo” lançado pelo físico Albert Einstein enquanto contexto histórico do período de constituição dos paradigmas dos primeiros *Annales* e braudelianos. O projeto braudeliano, denominado de história global, de nada tem a ver com a pueril pretensão de estudar todos os fatos históricos humanos em todas as épocas possíveis, mas apenas de se inverter a ordem tradicional de investigação das ciências sociais e humanas que se autonomizaram na virada de século e no decorrer do século XX. Trata-se de não mais se restringir à dicotomia idiográfica hipotético-indutiva (empirista) *versus* nomotética hipotético-dedutiva (racionalista), trata-se de superá-la.

Palavras-chave: “teoria da história econômica”; “Fernand Braudel”; “economia mundo”.

Abstract

CUNHA, Jaeder F. **World-economy and history's structural writing. A Fernand Braudel's study.** 2011. 375 sheets. Thesis (Doctorate) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, USP.

This thesis is a study of history epistemology within the domains of economic history. As it is a study of history epistemology, it is also methodological and historiographical. We have adopted the french historian Fernand Braudel's (1902-1985) work and thought as our investigation object. The general hypothesis is that the economic history discipline has had, with Fernand Braudel, a new meaning in the social and human sciences conjunct. In the other hand, our specific hypothesis is that “world-economy” is not about a common concept in the author's theory, as it is maintained in historiography, but it's about an epistemical mechanism within the braudelien conjunct able to make sense not only to the author's historic theory of the capitalism, but fundamental to understand from the structural writing – associated to long duration - , as well, his perspective of “space-time” in history domains. Three discussions will lead this research for validation of the hypothesis: i) the disciplines' relations of history, economy and their resultant, economic history; ii) the battle between braudelien structural history and structuralism; and iii) the braudelien work and thought contexts. The obtained results have shown that economic history was not only the greater study field of the french historian, but also the bedrock for his epistemological project for the social science conjunct. It was also verified that the braudelien project was elaborated from the methodological antinomy with the structuralism; a problematical incursion of the epistemological principles from the structural method have shown that its formalisms prevented its greater exponent, Claude Lévi-Strauss, to solve the time aporia. This incursion lead us to study the concept of space and time in philosophy and in science. We have noticed that the debate between science and philosophy about the new problem “space-time” brought up by the physicist Albert Einstein, is related to paradigms from the earliest *Annales*, and the braudelians. The braudelien project denominated global history, has nothing to do with the puerile pretension of studying all the human historical facts of all possible times, but only to invert the traditional investigation order of social sciences which became independant by the century's upturn and throughout the XX th century. This is no longer about getting restricted to the hypothetical-inductive (empiricist) idiographic dichotomy *versus* hypothetical-deductive (rationalist) nomothetic, it is about to overcome it.

Key-words: “economic history theory”; “Fernand Braudel”; “world-economy”.

Sumário

Prólogo.....	13
Capítulo I – Contexto epistêmico das disciplinas.....	25
Apresentação e objetivos.....	25
Subcapítulo 1.1 – Disciplina de história.....	26
1.1.1 – Disciplina de história: a “natureza” epistemológica.....	26
1.1.2 – Disciplina de história: tipos explicativos.....	35
1.1.3 – “Nova história”: numerosos objetos.....	41
Subcapítulo 1.2 - Disciplinas de história e economia.....	52
1.2.1 – História e economia: a “natureza” epistemológica.....	52
1.2.2 – História e economia: o divórcio epistêmico.....	64
1.2.3 – Outras causas do divórcio: a justaposição dos fatores epistêmico e ideológico.....	71
Subcapítulo 1.3 - Disciplina de história econômica.....	86
1.3.1 – História econômica: a “natureza” epistemológica.....	86
1.3.2 – História econômica: <i>avant la lettre</i>	95
1.3.3 – História econômica: os primeiros <i>Annales</i> e Braudel.....	104
Capítulo II - Contexto epistêmico da obra.....	111
Apresentação e objetivos.....	111
Subcapítulo 2.1 - Sua vida, sua obra.....	112
2.1.1 Biografia resumo: sua vida, sua carreira.....	112
2.1.2 Biografia intelectual: sua obra, sua arte.....	122
2.1.3 Irradiação da obra de Braudel.....	136
Subcapítulo 2.2 – Contexto historiográfico no interior dos Annales.....	144
2.2.1 Contexto interno dos Annales (1937-1979).....	144
2.2.2 A influência da Geografia na obra de Braudel (1937-1979).....	157
2.2.3 Intérpretes do capitalismo: influências coligidas (1953-1979).....	166
Subcapítulo 2.3 – Contexto na França, o estruturalismo.....	175
2.3.1 O estruturalismo na França.....	175
2.3.2 O estruturalismo por Lévi-Strauss.....	182
2.3.3 A história estrutural por Fernand Braudel.....	190
Capítulo III - Contexto epistêmico do pensamento.....	197
Apresentação e objetivos.....	197
Subcapítulo 3.1 – Contexto dos paradigmas braudelianos.....	198
3.1.1 Paradigmas braudelianos, contextos de sua fundação.....	198
3.1.2 Paradigmas braudelianos, controvérsias de suas influências.....	202
3.1.3 Contexto científico, antecedentes dos <i>Annales</i>	206
Subcapítulo 3.2 – Contexto acadêmico, a ciência e a filosofia.....	211
3.2.1 A física de Einstein e a filosofia de Bergson.....	211
3.2.2 Aplicações aos paradigmas braudeliano e estruturalista.....	216
3.2.3 Paradigmas braudelianos, o espaço e o tempo na filosofia e na ciência.....	224
Subcapítulo 3.3 - Paradigmas braudelianos, “En guise de conclusion”.....	235
3.3.1 Paradigmas braudelianos, o movimento.....	235
3.3.2 Paradgimas braudelianos, a estrutura.....	242
3.3.3 Paradigmas braudelianos, a <i>economia mundo</i>	262
Epílogo.....	277

Diagrama panorâmico da tese.....	282
Pesquisa bibliográfica sobre a obra de Fernand Braudel.....	283
I. Principais publicações de Fernand Braudel (edições originais).....	289
II. Principais publicações no exterior sobre a obra de Fernand Braudel.....	292
II.A – Teses e dissertações.....	292
II.B – Revistas e periódicos científicos.....	292
II.C – Livros e artigos acadêmicos.....	295
III. Principais publicações no Brasil relacionadas à obra de Fernand Braudel.....	308
III.A – Teses e dissertações.....	308
Teses de doutorado.....	308
Dissertações de mestrado.....	308
Dissertações de iniciação científica/Trabalhos de Conclusão de Curso.....	309
III.B - Artigos, livros e resenhas.....	309
Bibliografia.....	317
Bibliografia primária.....	317
Bibliografia secundária.....	346

Prólogo

6 DE OUTUBRO, ano de 1973, desencadeado o quarto conflito árabe-israelense. Treze dias após o início das hostilidades os países membros da OPEP¹ decidiram: embargo de óleo cru aos países inclinados a apoiar a Israel². A guerra Yom Kippur, uma nota dissonante numa conjuntura de mudanças sistêmicas no cenário internacional, a erosão das normas de ordenação das relações econômicas no mundo ativa desde o fim da II Segunda Guerra Mundial; especificamente, desde a Conferência de Bretton Woods.

Tal fato histórico desdobrou-se numa possível “despolaridade” dos contrários, numa provável desordem potencialmente ativa; ajustes sistêmicos do “capitalismo histórico”, tomando por empréstimo termo de Immanuel Wallerstein, converteram-se no seu oposto, no negativo do capital, numa manifestação privilegiada da autonegação - num cenário de crise, inspirando-nos em Karl Marx.

As altas extremadas de preço do barril de petróleo e a recém decisão, em 1971, do presidente dos Estados Unidos Richard Nixon de desvinculação do dólar ao padrão-ouro, elevaram a temperatura da “economia-mundo”. No calor da hora, Fernand Braudel escreveu:

“na esteira da depressão econômica consecutiva à crise de 1973-1974, começou a proliferar uma forma, desta vez moderna, de economia fora do mercado: o escambo mal dissimulado, os serviços diretamente trocados, o ‘trabalho clandestino’ (...) além das numerosas formas de trabalho doméstico e de ‘improvisação’. Esta camada de atividades, abaixo ou distantes do mercado, cresceu suficientemente para atrair a atenção dos economistas: pois não representaria, tirando por baixo, de 30% a 40% do produto nacional, percentual que escapa, portanto a toda estatística, mesmo nos países industrializados? Assim é que o esquema tripartite [civilização material – trocas – capitalismo] tornou-se a tábua de referência de um trabalho que eu concebera deliberadamente à margem (...) de todas as teorias, sob o signo da observação direta e da história comparada unicamente. Comparada através do tempo, segundo a linguagem (que nunca me decepcionou) da longa duração e da dialética presente-passado; comparada ao espaço mais amplo possível, pois (...) mundializado”³.

¹ Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

² A coordenação ao boicote foi conduzida no interior da OPEP, pela OPAEP, Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo.

³ Fernand Braudel, “Les structures du quotidien” in BRAUDEL, Fernand. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Armand Colin, 1979, p. 9.

Quase um ano após a segunda edição deste episódio de escala planetária, o segundo choque do petróleo, em 1979 – desencadeamento da tomada de poder e instalação de uma república populista teocrática islâmica, liderada pelo aiatolá xiita Rūhollāh Mūsavī Khomeynī no Irã -, o historiador Eric J. Hobsbawm, ao proferir palestra intitulada “Historiadores e Economistas” na Universidade de Cambridge, referindo-se sobre este evento, afirmou: “talvez a disciplina histórica possa contribuir para com os economistas para um esclarecimento, se não para uma revisão”⁴.

Quando nos deparamos, há alguns anos, com esta citação de Hobsbawm, súbitas dúvidas apareceram; se instalaram no nosso horizonte e de lá não mais saíram.

No exercício diário de historiador em formação, buscávamos na obra de Marx e de Fernand Braudel uma inspiração que só ali encontrávamos. Unindo as inferências de Hobsbawm à Braudel passamos ao estágio mais feliz e duradouro: aquele que reside no pensar, um caminho que nos conduz a um lugar sem volta, à essência do pensável; “pensar é antes de tudo pensar na essência”⁵, como nos mostra Husserl.

Mas, tínhamos à nossa frente o desafio da ciência, em sua permanente diatribe à filosofia. Mas, filosofar ainda não é pensar, mas situar-nos na vida do pensamento e, fazer ciência é adquirir vantagens, pois “entre a ciência e o pensamento não há uma ponte, há um salto”⁶, como nos afirma Heidegger. A saída foi me unir às duas; num lugar que se propõe a superar velhas dicotomias: na epistemologia, um abrigo para os refugiados.

Quais as relações de história e economia? A disciplina de história econômica é uma especialização da disciplina de história ou trata-se de uma disciplina autônoma? Quais são suas bases epistemológicas? Como se deu o seu surgimento? Quais foram as suas transformações no decorrer do tempo? Quais são os seus métodos? Seus métodos distinguem dos da disciplina de história? Quais as antinomias metodológicas entre os seus métodos e os instrumentos teóricos das ciências econômicas? Quais as implicações da disciplina de economia no campo de estudo da história econômica? E as implicações da disciplina de história para este campo? Enfim, qual o lugar da disciplina histórica econômica entre as ciências sociais e humanas?

Responder sozinho a estas inquietações da mente não seria possível. E, nem mesmo aceito num departamento de história; predominam ali os interesses de uma micro-história - vicissitudes da especialização da ciência, decorrências de algo maior.

Qual o bom caminho para um pesquisador iniciante interessado por um tema contra corrente? Como faríamos uma travessia contra a correnteza? Já amávamos o Mediterrâneo desde o primeiro encontro; navegar por ele a bordo do navio Campana nos seria uma longa e inesquecível viagem.

⁴ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 107.

⁵ Edmund Husserl, *Invesigações logicas – sexta investigação – elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento*. São Paulo: Abril, 1980.

⁶ Martin Heidegger, *Que significa pensar?* Ijuí: Unijuí, 2002: p. 123-27.

Esta tese é um estudo de epistemologia da história nos domínios da história econômica. Por ser um estudo de epistemologia histórica também é metodológico e historiográfico. Adotamos como objeto principal obra e pensamento do historiador francês Fernand Braudel (1902-1985).

Ao nosso juízo um estudo de epistemologia histórica econômica requer uma “infra-estrutura” epistêmica substantivamente singular, diferente daquela de um estudo em epistemologia histórica. Enquanto disciplina, a histórica econômica, com solidez mantém sua natureza histórica, todavia seu caráter de síntese lhe possibilita um lugar epistemológico peculiar entre as ciências sociais e humanas; distinto daquele ocupado pela grande área da história.

Para tanto, apoiados no próprio projeto braudeliano para o conjunto das ciências sociais e humanas propomos nesta tese um modelo de estudo epistemológico dirigido exclusivamente para o campo da história econômica.

A *fortiori*, aqueles historiadores econômicos defensores da autonomia de sua disciplina, esperam, com justiça, pela aparição de uma renovação de modelos de estudo de epistemologia dirigidos exclusivamente para a área; e, com serena probidade fazem-no, já que naturalmente o campo é inóspito, haja vista toda uma plataforma de conhecimento necessária que transita entre a própria disciplina de ofício de um historiador comum, o historiador social, e a disciplina econômica em todas as suas dimensões epistemológicas – incluindo, as suas transformações do último século que transformaram-na menos numa disciplina de Filosofia Moral e mais numa disciplina de mercado.

É necessário dizer que tal empresa é inacessível para muitos daqueles que se arrogam os portadores do livro de Tucídides; e, com lisura, afirmamo-lo aqui, sem receios, que os modismos que os conduzem de muito têm se esforçado para colocar à margem os historiadores econômicos. Falando assim, lembramo-nos de Braudel, que era um homem das margens, ao pedir humildade aos exegetas da natureza, lembrando-os que “no terreno das ciências humanas e talvez também no das ciências exatas, só colocamos e só resolvemos um problema para colocar outro”⁷. Para o mestre francês “o terreno da história é um terreno sem fronteiras” e ela, a história, deveria “colaborar para a unificação das ciências humanas”⁸.

Parece-nos mais do que urgente a necessidade de estudos voltados para a reflexão teórica da disciplina de história econômica, a qual vem desde o século XIX ofertando uma produção intelectual rica para os campos histórico, econômico e o das ciências sociais como um todo. Mormente, vale lembrar, que desde muito antes da sociologia nascer ou da história institucionalizar-se na Universidade germânica, tratando dos grandes homens e das grandes datas, a disciplina de

⁷ Fernand Braudel, *Une leçon d'histoire de Fernand Braudel* (Châteauvallon, Journée Fernand Braudel, 16 octobre 1985), Paris: Arthaud-Flammarion, 1986, p. 95.

⁸ *Idem*, p. 222.

Karl Marx já se preocupava com o social, com os pobres, com os preços, com o sujeito histórico capaz de transformar a realidade e com a exploração econômica subjacente⁹.

Respondendo certa vez a um famoso economista, Paul Fabra, antigo editor da área de finanças do *Le Monde* durante o governo de De Gaulle, Braudel disse que “o defeito dos economistas” é propor “uma espécie de explicação endógena” para resolver “o problema da desigualdade social”, enquanto, por outro lado, os historiadores propõem “uma explicação exógena” para esta questão histórica, já que “a desigualdade econômica é consequência da desigualdade social” e não o contrário¹⁰.

É na história econômica que se explicam muitas das questões históricas, econômicas e das ciências sociais e humanas. Eric Hobsbawm nos diz que “talvez a disciplina histórica [econômica] possa contribuir para com os economistas para um esclarecimento, se não para uma revisão”¹¹. Por exemplo, a história é aberta a objetos infinitos, logo caso não receba tratamento específico, tal problemática acima tratada por Braudel pode se contentar em acomodar-se e, ali, sem grandes propósitos se sentir à vontade.

A economia, por outro lado, diferente da história econômica, é “uma espécie de aglomerado de campos de pesquisa mal coordenados e superpostos”¹², como nos disse Schumpeter, ou apenas “um grande acervo de modelos econômicos”¹³, como nos diz Fogel. “Divorciada da história a economia é um navio desgovernado”¹⁴, nos elucida Hobsbawm, deixa de ser uma ciência com aquilo que Marshall chamou de “o estudo do gênero humano nos assuntos ordinários da vida”¹⁵.

É na história econômica que se explica e se demonstra processos históricos e cicatrizes indelévels como as da desigualdade social. A economia necessariamente consulta a história “na esperança de que o passado forneça as respostas que o presente por si só parece relutante em produzir”¹⁶, nos afirma Lévy-Leboyer.

É nesta disciplina que se compreende problemas como aquele mencionado por Braudel, pois é este o *locus* epistêmico capaz de movimentá-los e afastá-los do lugar comum. Já as ciências sociais ,

⁹ Ao referirmos à história econômica lembremo-nos não apenas daqueles escritores da história das cidades italianas e francesas como um Jean Charles de Sismondi e um Augustin Thierry que em suas épocas trouxeram nas páginas de sua história o passado da burguesia e o orgulho de suas tradições, mas lembremo-nos também, comensuravelmente, tendo em mãos uma balança de justa medida, de um Joachim Lelewel que procurou ressaltar a luta do campesinato por liberdade perante a nobreza; em 1847, juntamente com Karl Marx e Friedrich Engels, Lelewel tornou-se membro e fundador, além de “Vizepräsident” (Vice-Presidente) do *Demokratischen Gesellschaft zur Einigung und Verbrüderung aller Völker* em Bruxelas, influenciando, posteriormente, o anarquista Michail Bakunin. A verdade é que tanto a história, como a economia, ou mesmo a história econômica, já se viram nos dois lados da moeda. A diferença se faz por uma observação de longa duração. Lembramos assim, mais uma vez, do artífice do tempo, Fernand Braudel.

¹⁰ Fernand Braudel, *Une leçon d'histoire de Fernand Braudel* (Châteauvallon, Journée Fernand Braudel, 16 octobre 1985), Paris: Arthaud-Flammarion, 1986, p. 95.

¹¹ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 107.

¹² Joseph A. Schumpeter, *History of Economic Analysis*. Nova York, s/ed. 1954, p. 10.

¹³ R. W. Fogel & G. R. Elton, *Which Road to the Past?* Londres, New Haven, 1983, p. 38.

¹⁴ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 118.

¹⁵ Alfred Marshall *apud* E. Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 118.

¹⁶ Lévy-Leboyer, “La 'New Economic History'”, *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*, 24 (1969), p. 1062.

geralmente baseadas em modelos estáticos tendem ser a-históricas, quando não muito - compromissadas a princípios axiológicos - insuficientes em apreender o real em sua dinâmica perene.

Nossa hipótese geral é a de que a disciplina de história econômica adquiriu com Fernand Braudel uma nova significação para o conjunto das ciências sociais e humanas. O projeto braudeliano sustenta-se no diálogo interdisciplinar; longe de se anular a identidade de cada disciplina, defende a consolidação de cada uma e a cooperação mútua entre elas como o melhor caminho.

Já a nossa hipótese específica parte da noção de que a “economia mundo”, terminologia cara à obra braudeliana, não se trata de um conceito comum, como tende a se sustentar na historiografia, mas sim de um mecanismo epistêmico dentro do conjunto braudeliano capaz de dar sentido à sua teoria histórica do capitalismo, mas também fundamental para se compreender – associada à longa duração - a perspectiva do autor de espaço-tempo nos domínios da história.

Para comprovação das hipóteses apresentadas três discussões nortearão esta pesquisa: i) a relação das disciplinas de história, economia e sua resultante, a história econômica; ii) o duelo entre a história estrutural braudeliana e o estruturalismo; e iii) os contextos da obra e pensamento de Fernand Braudel.

Por estarmos aqui tratando de uma tese na área de estudos de epistemologia em ciências sociais e humanas, ou o que entre historiadores chamamos de Teoria da História, consideramos adequado delimitar o que entendemos por método científico.

Há numerosas explicações sobre a relação filosofia e ciência, como também as formas de se obter o conhecimento através delas. Aquela que nos afiliamos vê nessa relação três formas possíveis de obtenção de conhecimento: há “fontes de conhecimento”, há “formas de origem do conhecimento” e há “métodos científicos”.

A percepção, a intuição e a lógica são as três “fontes de conhecimento” do homem para aumentar o seu domínio sobre a natureza.

As “formas de origem do conhecimento” também se dividem em três: a experiência (como no empirismo de Bacon ou de Locke), o seu contrário, ou seja, o racionalismo (como no racionalismo de Descartes e o inatismo de Leibniz) e o apriorismo (como o criticismo ou racionalismo crítico de Kant).

Já do lado da ciência (do Ocidente), temos os métodos de investigação como formas de atuação na produção de conhecimento. Eles próprios fazem parte da história da filosofia. O método de pensamento aristotélico indutivo-dedutivo, desdobrado em “método da resolução” (indução) e

“método da composição” (dedução) na filosofia medieval, vão compor na filosofia moderna os “tipos básicos de métodos científicos”.

Se por um lado consolida-se nos séculos modernos uma tradição empirista inglesa (ou insular), de outro lado impõe-se uma tradição racionalista francesa (ou continental). No entanto, após o século XVIII a ciência não ficou restrita aos “métodos científicos básicos”. Surgiram novos métodos (ou reapareceram métodos antigos, como a dialética, transformando-se em vários métodos dialéticos) denominados de “métodos científicos derivados”.

Esta diferença entre “métodos básicos” e “métodos derivados” é absolutamente necessária em filosofia da ciência.

Os chamados “métodos derivados”, ou “métodos compostos”, são dissidentes ou não daqueles primeiros. Dentre eles destacam-se o hermenêutico, o fenomenológico, o funcionalismo, o dialético e o estruturalismo.

Marx, por exemplo, construiu o materialismo histórico a partir do método dialético idealista desenvolvido por Hegel. Mas, esse método remonta a uma tradição clássica: tese, antítese e síntese surge na Grécia Antiga; Aristóteles considerava Zenão de Eléia o fundador da dialética, outros consideravam Sócrates.

Claude Lévi-Strauss, fundamentado em Marcel Mauss e em Ferdinand Saussure, lançaria o estatuto do método estruturalista, um verdadeiro programa interdisciplinar cujo objetivo maior era reconstruir o padrão de racionalidade entre as ciências empíricas.

Karl Popper propôs, em substituição ao método indutivo, o que ele denominou de “hipotético-dedutivo”, ou “verificação de hipóteses”; trata-se de um método que busca a solução através da conjectura (ou hipóteses) e da eliminação de erros.

Com a propositiva de Popper os “métodos científicos básicos” passaram de dois para três: “indutivo”, “dedutivo” e “hipotético-dedutivo”.

Entretanto, é necessário considerar que esses “métodos científicos” (básicos ou derivados) se aplicam em duas classificações de ciência: há as “ciências formais”, ou “ciências racionalistas”, aquelas que estudam as idéias, ou seja, processos puramente lógicos e matemáticos, e há as “ciências empíricas”, que se encarregam de estudar o objeto por meio da observação e experimentação.

No interior das “ciências empíricas”, também chamadas de “ciências reais” ou “ciências factuais”, temos duas subclassificações: as “ciências naturais”, que estudam a natureza, e as “ciências sociais e humanas”, que estudam o homem.

É nesta perspectiva que adotaremos ao longo desta tese as expressões dicotômicas “tradição hipotética-dedutiva-racionalista”, reunindo as “ciências formais”, e “tradição hipotética-indutiva-

empirista”, reunindo as “ciências empiristas” (como já colocamos, as ciências empiristas são constituídas pelas chamadas “ciências naturais” e “ciências sociais e humanas”).

Neste ponto, podem surgir confusões. Por exemplo, o estruturalismo de Lévi-Strauss, um “método científico derivado”, ao buscar uma associabilidade das ciências sociais e humanas junto às “ciências formais”, dito de outra forma, adaptar-se à “comensurabilidade” das “ciências factuais”, fez com que todas as “ciências cooptadas” pelo método se convertessem ao racionalismo; mesmo que se originassem de campos empíricos de saberes ou do próprio seio das ciências humanas, e das humanidades - como é o caso da própria etnologia de Lévi-Strauss, da psicanálise de Lacan, da semiologia de Greimas, da linguística de Jakobson, da teoria literária de Barthes, ou mesmo da filosofia de Althusser¹⁷. Braudel as nominava de “matemáticas sociais”¹⁸.

Para ainda esclarecermos o nosso posicionamento neste estudo relacionado à relação filosofia e ciência, temos que considerar um cenário subdividido em três partes: de um lado temos as “fontes do conhecimento”, de outro as “formas de origem do conhecimento”, e no meio, os “métodos científicos” (básicos e derivados). Para cada um dos métodos científicos há uma correspondente filosófica.

Por exemplo, quando nos referirmos ao método dedutivo, estamos associando-o automaticamente à sua correspondente filosófica, o racionalismo; quando abordarmos o método indutivo, estamos associando-o ao empirismo; e, quando nos referirmos ao método hipotético-dedutivo, estamos associando-o ao neopositivismo.

Os “métodos derivados” também apresentam sua correspondente filosófica. Por exemplo, para o método fenomenológico temos a fenomenologia, para o método dialético materialista temos o materialismo histórico, para o método estruturalista temos a análise estrutural.

Outro esclarecimento importante refere-se à noção de paradigma que empregaremos neste estudo. Adotaremos Thomas S. Kuhn, a partir de seu difuso livro *A estrutura das revoluções científicas* (1962). Para esse autor “um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma”¹⁹.

¹⁷ A semiótica e a linguística são consideradas por alguns lógicos mais como ciências formais e menos como ciências humanas, como é o caso de Richard Montague. A *Gramática de Montague* tornou-se conhecida por opor-se criticamente à teoria gramatical de Chomsky.

¹⁸ Naturalmente que aquelas ciências mais racionalistas se aderiram muito mais rapidamente ao método estruturalista; o caso da linguística é um bom exemplo de adesão (Sausurre, Jakobson e Benveniste). A economia, após a Revolução Marginalista (1870-1920), adotou em seu currículo programático várias “disciplinas formais” como matemática, estatística e econometria; também se adaptou facilmente ao Programa do Estruturalismo francês. Lévi-Strauss em certa ocasião mencionou que a economia seria a ciência de maior futuro, referindo-se à adaptabilidade ao estruturalismo. Em 1956, na sala Louis-Liard da *Sorbonne*, num evento solene organizado pela UNESCO, conduzida por Fernand Braudel, Lévi-Strauss afirmou que sendo a estrutura a rainha, as três ciências que viriam a dominar seriam a econometria, a linguística estrutural e a antropologia. François Dosse, *História do Estruturalismo. O campo do signo (1945-1966)*. Bauru: Edusc, 2007, Vol. I.

¹⁹ Thomas S. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 219.

Adotaremos também a noção de “ruptura” e de “espírito científico” de Gaston Bachelard; em seu racionalismo progressivo-cumulativo se aproxima significativamente do conceito de tempo de Braudel. Para Bachelard em *A formação do espírito científico* (1938) “é, sobretudo, aprofundando a noção de obstáculo epistemológico que se fará o seu pleno valor à história do pensamento científico”²⁰.

A correlação entre Bachelard e Kuhn é possível a partir da noção de “paradigma” e “obstáculo”, bem como de “ruptura” e “mudança de paradigma”. Kuhn chamou de “ciência normal” aquela que subsiste na prática dos manuais, onde cientistas desenvolvem suas pesquisas e introduzem novos pesquisadores aprendizes. Quando um paradigma já estabelecido é exigido até o seu limite, surgem as “anomalias”. A incapacidade de dar conta dos fenômenos observados começam a acumular-se, o que pode desembocar numa “crise”; quando elas surgem, “indicam que é chegada a ocasião para renovar os instrumentos”²¹. A “ciência revolucionária”, ou “extraordinária” se desenvolverá à margem da “ciência normal”, objetivando-se sair da “crise”. Kuhn diferencia “descoberta” de “invenção”. As descobertas são “novidades relativas aos fatos”²², enquanto as invenções são “novidades concernentes à teoria”²³. O que Kuhn chamou de “ciência extraordinária”, aquela que reside fora dos manuais, Bachelard chamou de “experiência com o proibido”, ou “espírito científico” ou, ainda, “princípio da objetivação”.

Quanto ao significado de *episteme* empregaremos um conceito geral de “campo do conhecimento” dito por Michel Foucault como “a disposição geral (...) que dá lugar, chama e instaura [as ciências], permitindo que o homem se constitua como o seu objeto”²⁴.

Em relação ao uso do termo adotaremos certas analogias que se situam entre a noção ampla de *episteme* e a de “paradigma” de Kuhn, onde se sustenta que assim como o conceito de “paradigma” o de *episteme* delineia o problema de sua comparabilidade com outros *epistemes*²⁵. Logo, dois ou mais *epistemes* podem combinar-se estabelecendo novos paradigmas para um novo campo, assim como para toda a ciência²⁶.

Já o conceito de “epistemologia” se difundiu com um sentido geral; ora sendo referido como “relativo ao conhecimento”, ora como “teoria do conhecimento”. Também o utilizam como se usava (e ainda se usa) o termo “gnosilogia”, muito apreciado por tendências filosóficas de orientação escolástica.

²⁰ Gaston Bachelard, *A formação do espírito científico. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 17.

²¹ Thomas S. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 105.

²² *Idem*, p. 78.

²³ *Ibidem*.

²⁴ Michel Foucault, *Les mots et les choses. Une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966, p. 376.

²⁵ José Ferrater Mora, *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2004, Tomo II, p. 852.

²⁶ *Idem*, pp. 852-3.

Entretanto, há de se considerar que o termo “epistemologia” está submetido há pelo menos um século à duas tipologias: há “epistemologias evolutivas” e há “epistemologia genética”. É necessário clareza na escolha.

As primeiras adotam, em geral, um ponto de vista biológico pautado na teoria da evolução de Darwin e no evolucionismo de Spencer, já que essas teorias deram grande impulso à distinção das ciências racionalistas e empiristas – as epistemologias evolutivas são mais empiristas do que racionalistas.

Por outro lado, a epistemologia genética, nome dado por Jean Piaget, não se refere a um conjunto de pesquisas que não derivam de nenhuma filosofia geral. Esse método genético, ou psicogenético não se prende necessariamente a nenhuma das tradições: ciências racionalistas *versus* ciências empiristas – em princípio, poderia desembocar em conclusões aprioristas; a busca é por superá-las²⁷.

Esta concepção piagetiana entende que enquanto toda filosofia pressupõe uma epistemologia, o inverso não é verdadeiro. A tarefa do estudioso em epistemologia é delimitar bem as tarefas de pesquisa como se faz na metodologia de pesquisa em ciência. Piaget propõe dois métodos de trabalho: o psicogenético, uma espécie de embriologia mental que trabalha as teorias decorrentes e complementares²⁸, e o histórico-crítico que estabelece filiações e descobre conexões²⁹. Nos filiamos a esse último, considerando a sua utilidade para um estudo em teoria da história e historiografia.

A diferença da noção de epistemologia piagetiana reside em considerar que ao invés de começar perguntando o que é o conhecimento, deve-se partir dos tipos de conhecimento a serem estudados e verificar cuidadosamente como cada um contribui para onde se quer chegar. Isso equivale a averiguar as etapas pelas quais passam os conhecimentos³⁰.

Assim sendo, as etapas que aqui adotamos serão as mencionadas a seguir.

Estabelecemos três níveis de análise epistêmica, subdivididos em três capítulos, sendo que cada capítulo é constituído de três subcapítulos e, cada subcapítulo de três seções. Todos os capítulos são pré-denominados de “contexto epistêmico”, sendo que cada um compreenderá um nível contextual epistêmico diferente.

Mas, o que entendemos por “contexto epistêmico”? Thomas Kuhn referindo-se à uma noção de contexto nos conta que “quando a sugestão de Aristarco foi feita, o sistema geocêntrico, que era muito mais razoável do que o heliocêntrico, não apresentava qualquer problema que pudesse ser

²⁷ Jean Piaget, *Psicologia e Epistemologia: para uma teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Florene Universitária, 1972, pp. 57-89.

²⁸ Jean Piaget, *Problemas da Psicologia Genética*. Lisboa: Dom Quixote, 1983.

²⁹ Jean Piaget, *Psicologia e Epistemologia: para uma teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Florene Universitária, 1972, pp. 46-65.

³⁰ Jean Piaget; E. W. Beth & W. Mays, *Epistémologie génétique et recherche psychologique. Etudes d'Epistémologie Génétique*. Paris: PUF, 1957, pp. 87-91.

solucionado por este último”; o que implicaria que se caso “a ciência grega tivesse sido menos dedutiva e menos dominada por dogmas, a astronomia heliocêntrica, poderia ter iniciado seu desenvolvimento dezoito séculos antes, mas isso equivale a ignorar todo o *contexto histórico*”³¹.

A aplicação de “contexto histórico” por Kuhn é algo muito próximo daquilo que para nós será, neste estudo, o uso de “contexto epistêmico”. Contexto vem do verbo latino *contexere* e significa tecer, entretecer, entrelaçar. Os fios tecidos e entrelaçados formam uma textura, que é uma contextura. Em epistemologia uma estrutura destituída de um contexto se mostraria ininteligível ou menos inteligível³². Unindo esta noção a de epistêmico, enquanto seu sentido geral (considerando que se pode utilizar “epistêmico” no lugar de “epistemologia”, ou de “epistemológico”), temos aqui um significado que reside no entrelaçamento de todos os elementos possíveis de uma realidade relativos às transformações de um campo de conhecimento.

A nossa opção foi organizar essa textura, ou essa contextura epistêmica, em diferentes níveis. Ou melhor, em três níveis, em três abordagens, em três capítulos. À moda de Braudel. Como em sua teoria das temporalidades em seu estudo do Mediterrâneo, ou como no esquema tripartite de seu estudo do capitalismo.

No teoria das temporalidades três durações, três ritmos, três partes; no esquema tripartido, ou naquela casa econômica, três pisos, três níveis, três esferas econômicas. Tomaremos como referencial, para a organização de nosso estudo, o modelo do historiador dirigente dos *Annales*; as implicações metodológicas históricas centrais estão implícitas em sua história mediterrânica do século XVI, ou em sua história de uma Europa estendida para uma história global, uma história do capitalismo pré-industrial - ou mesmo em sua história da França; a representação histórica de seu continente anfitrião, microcosmo do Velho continente.

Desta forma, o primeiro capítulo intitulado “contexto epistêmico das disciplinas” se situa em nível do *episteme*, o que Michel Foucault denominou de “campo epistemológico”, ou a estrutura subjacente que delimita o campo do conhecimento estudado³³. Logo, será este o capítulo deste estudo que tratará das próprias disciplinas formadoras da área história econômica num contexto total: político, econômico, científico, cultural, etc.; ou seja, funcionará como base para os demais capítulos, o que equivale ao que Braudel chamou de “longa duração”, ou “história quase imóvel”, ou “tempo geográfico” em *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II* (sua tese doutoral defendida na *Sorbonne* em 01 de março de 1947); ou mesmo o que ele denominou de “vida material”, a “economia informal”, aquela “rés ao chão” em *Civilização material, economia e*

³¹ Thomas S. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003, pp. 103-104. *Grifo nosso*.

³² José Ferrater Mora, *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2004, Tomo I, p. 566.

³³ Michel Foucault, *Les mots et les choses. Une archaéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966, p. 376.

capitalismo. Da mesma maneira que esses termos braudelianos foram as bases para suas duas obras máximas, este capítulo também assim se propõe.

O *episteme* é aquele que permanece por mais tempo numa observação epistemológica. Daí, a correlação com a *longue durée* braudeliana. Numa análise epistemológica histórica as disciplinas são as que mais duram. Neste tipo categorial de observação tudo passa: as obras, as idéias, os conceitos, os autores; tudo é historiografia. O parricídio é uma prática corrente na produção do conhecimento. O que permanece por mais tempo tanto quanto um *episteme* são as disciplinas; elas são aquela parte “institucional”, aquela parte “quase imóvel” de uma análise em epistemologia; funcionando como um campo de observação dos movimentos novos - e aqueles que se repetem - presos aos manuais e aos paradigmas instaurados ali.

O segundo capítulo, intitulado “contexto epistêmico da obra” será aquele mais historiográfico. Como para Braudel o ritmo do meio era aquele “lento”, de “média duração”, “conjuntural”, de 20, 30, senão muito além de 50 anos, também a obra de um autor analogamente é de uma duração razoável, quando não muito se torna um clássico na historiografia. É uma parte importante, mas não mais do que conjuntural numa análise epistemológica histórica.

Agora, o último nível, ou o último capítulo, intitulado “contexto epistêmico do pensamento”, será aquele de uma análise em nível do “indivíduo”, ou do sujeito cognoscente produtor do pensamento, uma análise “perigosa”, de ritmo “nervoso”, como diria Braudel se referindo à história acontecimental; no caso deste estudo qualquer deslize joga-se fora toda uma base interpretativa.

Este terceiro capítulo corresponderá à terceira parte da teoria das temporalidades braudeliana, como aquela “história que não foi recortada no nível do homem, mas no nível do indivíduo”³⁴, ou uma espécie de “superestrutura”; em nosso caso aqui é o nível onde se processa o pensamento do sujeito cognoscente e produtor do conhecimento. O equivalente na obra dedicada ao capitalismo seria aquele espaço onde se situam as “economias mundo”, um terceiro nível.

Tratar do pensamento ou fazer uma análise intelectual da intelectualidade de um outro sujeito, ou em outras palavras, uma *meta*-análise intelectual interpretativa dos signos, de fato se trata de uma análise “perigosa”, uma convivência com o “efêmero”; nos escapa facilmente, é uma análise sutil. Mas, tanto quanto muito importa na dimensão histórica são os homens, em suas vidas breves, “suas cóleras e suas ilusões”, também o que muito nos importa aqui é o pensamento do nosso autor, os seus contextos e os seus propósitos para as ciências sociais e humanas.

Deste modo, inspirando-nos no modelo braudeliano, em termos epistemológicos temos que o primeiro capítulo será o piso térreo do edifício, será aquele que servirá de base para os demais; como se sabe um edifício necessita de sustentação. O segundo será aquele capítulo que intermediará

³⁴ Fernand Braudel, *El Mediterraneo y el mundo mediterraneo en la época de Felipe II*. México: Fondo de Cultura Económica, 1953. 2 v., p. xvii-xviii.

as extremidades. De um extremo as disciplinas de sustentação, de outro o pensamento do nosso autor. O capítulo do meio dedicado à obra é aquele em que se apreende os pensamentos, pois eles estão na *designata* dos termos ideográficos instalados na superfície plana do papel.

A lógica de nosso estudo é simples. Se o segundo capítulo, o do meio, acima do primeiro e abaixo do terceiro, será sustentado pelo primeiro e sustentará, com ajuda do primeiro, o terceiro, assim, teremos que todos os variantes do segundo capítulo estarão baseados no primeiro, ou o primeiro sustentará o segundo e, esse, o segundo, sustentará o terceiro, bem como todos os variantes do terceiro se sustentarão nesse segundo e naquele primeiro, os seus andares sustentadores. Numa perspectiva óptica, como na lógica de Gauss, utilizando-se de lentes esféricas, a configuração deste estudo se determina por uma lógica de aproximação ao objeto, isto é, da base para o topo, da infraestrutura para a superestrutura; idiosincrasias da escrita estrutural, seguindo Marx.

Se trataremos das minúcias do pensamento do autor no terceiro capítulo, não há como negar que esta possibilidade advém de sua obra abordada no capítulo anterior, mas de alguma maneira todas as questões tratadas na esfera do pensamento deste terceiro e último capítulo também estão sendo sustentadas pelas disciplinas e suas questões paradigmáticas tratadas no primeiro. Enfim, tudo conectado, o todo visto pelas partes, sendo as frações inter-relacionadas ao todo.

Assim se dará nosso estudo, ou numa linguagem particular, assim se dará a construção do nosso edifício epistêmico. Nada está fragmentado e condenado a si mesmo, pois “não existe uma história autônoma”, dizia Braudel, existe sim uma história “vinculada ao todo”, dizia o “promotor da história globalizante”³⁵.

*** **

Ressalto que o texto desta tese segue as normas anteriores à Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa vigorada no Brasil e em todos os países da CLP – Comunidade de países de Língua Portuguesa – a partir de 1º de janeiro do ano de 2009. O acordo compreende um período de transição para as novas regras que se finaliza em 31 de dezembro de 2012.

³⁵ Fernand Braudel, “Em guise de conclusion”, *Review*, editado por Immanuel Wallerstein, Nova Iorque, vol. 1, nºs 3, 4 (1978): 243-261.

Capítulo I

Contexto epistêmico das disciplinas

Apresentação e objetivos

O PRIMEIRO capítulo traz a idéia de permanência. Ora, o primeiro é sempre permanente. Tudo está em movimento, mas tudo que está em movimento é movido por algo primeiro. O primeiro põe em movimento o resto da realidade e, este, o primeiro, não pode ser movido por nada. Aristóteles no Livro VIII da *Física*, no Livro V da *Metafísica* e no Livro II do tratado *Sobre o céu* nos diz que em tudo há um *mobile* (motor) imóvel, um *primum mobile* (primeiro motor), que é a Causa do movimento do universo, como se vê no movimento da esfera sublunar; o movimento dos céus e das estrelas, movimento local e de caráter circular.

Este primeiro capítulo nos será assim. O caráter de regularidade numa perspectiva de longa duração de um *episteme* permitirá estudar as disciplinas que nele se instalam. Em sentido epistêmico as disciplinas aqui estudadas se constituem no objeto; suas transformações ao longo do tempo é o que mais nos interessa, já que trataremos de crise epistêmica.

O capítulo está constituído de três partes: na primeira abordaremos a disciplina de história (uma grande área), na segunda a relação das disciplinas de história e economia (duas grandes áreas) e, na terceira, seguindo a lógica de aproximação ao objeto, trataremos da disciplina histórica econômica (área resultante). O objetivo geral do capítulo é analisar a relação das disciplinas de história, economia e história econômica. O objetivo específico do capítulo é construir argumentos que sustentem a questão do lugar da história econômica entre as ciências sociais e humanas, dando sustentação para os próximos capítulos quanto ao lugar dos paradigmas braudelianos que se propõem como solucionadores num cenário de crise.

Subcapítulo 1.1

Disciplina de história

A DISCIPLINA DE história, desde o seu nascimento, está interessada em todos os acontecimentos humanos. Porque quer reconstituir, sempre fala da totalidade. Relaciona ou historiciza o objeto? Quais são os seus objetos? “O historiador interessa-se por todas as formas de atividade do homem, presente ou passada, susceptíveis de elucidá-lo acerca do devir humano: como no ogre da fábula, escreve Marc Bloch, onde quer que lhe cheire a homem, o historiador reconhece a sua caça”³⁶.

Neste subcapítulo abordaremos a disciplina de história e suas questões contemporâneas. Está dividido em três seções: na primeira abordaremos a natureza epistemológica da disciplina, na segunda seção discutiremos os tipos explicativos de história e na terceira as predominâncias de método na disciplina histórica em diferentes fases. O objetivo geral do subcapítulo é discutir os principais problemas teóricos e de método da disciplina histórica.

1.1.1 - Disciplina de história: a “natureza” epistemológica

A CIÊNCIA histórica interessa-se pelo homem. Está aberta às preocupações, às ações humanas, tudo sobre o homem. Se interessa também pelas curiosidades das quais se ocupam as outras disciplinas. Economia é uma delas. O código genético epistemológico interdisciplinar da disciplina de história é predominante e, não recessivo. Esta constatação pode ser verificada com êxito no caso da história econômica, sua nascitura institucional é dos fins de século XIX. No início do século XX a interdisciplinaridade passou a ser tema também de uma “Nova história”, título reivindicado anos depois pelos *Annales*.

Desde os primeiros *Annales* passando por Fernand Braudel até a terceira geração do movimento representada por Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, Jean Delumeau, François Furet, André Burguière, Jacques Revel e Marc Ferro, todos, sem exceção, foram determinantes neste sentido. Não obstante, veremos que tal reivindicação não se tratava de um ineditismo na historiografia.

³⁶ Robert Mandrou, “Estatuto Científico da História”, In HIGOUNET, C.; MAZAURIC, C.; PALMADE, G. et al. *História e Historicidade*. Lisboa: Gradiva, 1988, p. 19.

Tratando de interdisciplinaridade Fernand Braudel pensava que “todas as ciências humanas estão interessadas em um mesmo e único campo: o das ações humanas passadas, presentes e futuras”³⁷. Dizia o célebre historiador que “as ciências humanas seriam os diversos observatórios, com seus olhares particulares, suas diferentes perspectivas, cores, diversas crônicas”³⁸.

Essa é a visão de Braudel para o conjunto das ciências sociais e humanas; seu projeto epistemológico tomou como ponto de partida a histórica econômica. Cabe-nos discutir suas razões.

De antemão, falando sobre interdisciplinaridade podemos nos apoiar na afirmativa de Norberto Guarinello. Refletindo sobre as causalidades da “ordem à vida e à história” propõe-nos a nos “afastar de alguns pressupostos muito arraigados e arriscar um novo ângulo de visão”. Propõe-nos “a pensar a ordem sem separar corpo e alma, ou matéria e pensamento, nem classificar a existência social em dimensões estanques e quase autônomas: o econômico, o político, o social e o ideal, por exemplo.”. Para Guarinello, a insistência na especialização em detrimento do todo “são vícios de pensamento, alguns dos quais remontam aos gregos, sendo difícil libertarmo-nos deles”³⁹.

Mediante a herança cosmológica aristotélica do ocidente impeditiva de pensarmos a ordem numa totalidade de dimensões da existência, podemos deduzir nossa natural dificuldade de trato interdisciplinar ao objeto. Logo, quando tratamos de bases epistemológicas para um campo de estudo interdisciplinar como o da história econômica enfrentamos problemas, seja pelos obstáculos epistemológicos de domínios de ambas as disciplinas, seja pelos obstáculos advindos da ciência como um constructo social - conforme Thomas Kuhn em seu importante livro *A estrutura das revoluções científicas*⁴⁰.

Em todo caso, parafraseando Elias Saliba, é a “introdução de elementos históricos” que nos fará ver e desmistificar o mundo e nosso imaginário, mostrando que muitos dos traços culturais de nossa visão “foram construídos ou constituem partes de uma realidade criada”. O que vemos está codificado por uma cosmovisão estabelecida antes de nosso nascimento, logo “vivemos numa espécie de intoxicação visual, na qual o conhecer se reduziu ao ver, o 'estou vivendo' substituiu o 'eu compreendo'”. Portanto, o aparente “é um artifício universal e o usual é um engodo”⁴¹.

Os estudos interdisciplinares são em si um desafio epistêmico. Não apenas para os epistemólogos de ofício, mas para todos aqueles que se interessam pela “natureza” de suas disciplinas.

³⁷ Fernand Braudel, “Unidad y diversidad de las ciencias Del hombre”. In: *Escritos sobre História*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991, p. 75.

³⁸ *Idem*.

³⁹ Norberto L. Guarinello, “História científica, história contemporânea e história cotidiana”. *Revista Brasileira de História*, 24, 48 (2004): p. 28.

⁴⁰ Thomas S. Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

⁴¹ Elias T. Saliba, “Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens”. In. BITTENCOURT. Circe (org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002, pp. 124-6.

Sara Albieri nos afirma que as explicações em “história é uma das grandes questões contemporâneas em epistemologia das ciências humanas”⁴². Sendo uma grande questão, perguntamo-nos: o que é história? A resposta talvez surja associada à idéia de memória. Mas, o que é memória? Daí, advém uma série de questões. A história retrata o que realmente aconteceu? Qual a interferência do sujeito na produção histórica? Qual a diferença entre história e ciências sociais? A produção histórica é de natureza científica ou a-científica?

Estas questões são aquelas que dão as boas vindas ao historiador infante e, são as mesmas que ficam no interminável adeus de um historiador profissional ao se despedir do seu meio de ganhar a vida.

Iniciaremos pela primeira. O que é história? É consenso dizer que é o acontecer humano e sua narrativa. Mas, e quanto às sociedades míticas? Estas não possuem história? O viver humano sim, narrativa histórica não, responder-se-ia. Essas sociedades míticas substituem a memória histórica pelo mito, o qual por si mesmo se apresenta como negação da história - apesar da narrativa mitológica se estabelecer enquanto invólucro da verdade filosófica ou enquanto o “incorpóreo” de uma realidade *stricto sensu*. Assim sendo, funciona “como um pressuposto cultural”⁴³ ou como uma reprodução das “estruturas inatas da mente”⁴⁴, parafraseando expressões de Ernst Cassirer e de Claude Lévi-Strauss, respectivamente.

Logo, nos deparamos com uma questão fundamental. Porque as sociedades históricas, aquelas que narraram os seus acontecimentos devidamente situados no espaço e no tempo inventaram a história? Quiçá, uma possível resposta a tal pergunta emane de sua própria causalidade; então, porque não perguntamo-nos “para que serve a história?”

Manuel Friginals nos replica com uma questão às avessas: “para que é necessária a história para a classe dominante?”⁴⁵ Nos parece que memória e história são construções, um constructo de determinados grupos sociais, os quais podem ser co-elementos de dominação. Friginals nos relembra que o registro da história é “um dos elementos fundamentais de uma superestrutura criada por um determinado regime de produção”⁴⁶, referindo-se à burguesia.

Para Charles-Olivier Carbonnel, sem o registro histórico “a memória continua a ser pobre, confusa e frágil”⁴⁷. Para Fernando Novais, a história existe desde que o bicho desceu da árvore, não obstante havemos de considerar que “bicho não desce da árvore e vira gente sem criar memória”⁴⁸, considerando que “para a memória se constituir é preciso que exista uma narrativa do que

⁴² Sara Albieri, “A questão da explicação em história”. Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. Assis: ANPUH/SP/UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom, p. 1.

⁴³ Ernest Cassirer, *Philosophie der symbolischen Formen* (t. II, *Das mythische Denken*, 1925).

⁴⁴ Claude Lévi-Strauss, *Mythologiques. I: Le cru et le cuit*, 1964.

⁴⁵ Manuel M. Friginals, *La historia como arma*. Barcelona, Grijalbo, 1983, p. 13.

⁴⁶ *Idem*.

⁴⁷ Charles-Olivier Carbonell, *Historiografia*. Trad. Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1981, p. 7.

⁴⁸ Fernando A. Novais, “Fernando Novais: entrevista”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2, 42 (2008): 15-31, p. 17.

aconteceu”⁴⁹. Caso contrário é mito, não história. “Nenhum grupo é amnésico. Para qualquer grupo, recordar-se é existir, perder a memória é desaparecer”⁵⁰, ratifica Carbonell.

Assim sendo, propomos inverter a ordem das questões. Primeiro tratar-se-á “o que é memória?” e, em seguida, naturalmente, decorrer-se-á “o que é história?”.

Memória é uma palavra originalmente do latim, *memoriam*, preservando em português os seus dois sentidos fundamentais. O primeiro nos remete à ideia de onipresença, isto é algo que não está em lugar determinado porque ocupa e preenche todos os lugares. O segundo é aquele mais conhecido, um princípio ativo, um esforço mental, uma reflexão sobre o tempo que passou. É um lastro entre uma realidade construída e o hoje, onde o passado codifica o presente e, nós, os que estamos vivos, procuramo-lo decodificá-lo. De que forma? Pelo mecanismo da memória.

Convenha-se afirmar que o tema da memória coletiva não emergiu na configuração pós-moderna. Maurice Halbwachs (1877-1945), sociólogo francês, discípulo dissidente de Henri Bergson (1859-1941) – filósofo que iremos tratar no terceiro capítulo desta tese sobre o tema “espaço-tempo” – e aluno fiel de Émile Durkheim (1858-1917), do qual adotou o conceito de “consciência coletiva” – conceito também utilizado por Marc Bloch (1886-1944) em seu *La société féodale* dedicando um capítulo do livro a esta temática -, circunscrito ao conceito “solidariedade mecânica”, foi provavelmente o primeiro pesquisador no âmbito das ciências sociais a se interessar pela perspectiva coletiva da memória; distinguiu-a em duas tipologias: a “memória autobiográfica” e a “memória histórica”.

Esta última é àquela emprestada pela coletividade ao indivíduo sobre coisas e processos do passado que não vivenciou pessoalmente, mas sente-se co-partícipe desta vivência passada categorial circunscrita a uma coletividade do qual o indivíduo é conduzido pelo sentimento de pertença. Tendo sido Halbwachs um dos editores dos *Annales* na primeira fase da revista, quando ainda se chamava *Annales d'histoire économique et sociale*, suas noções acerca da “memória histórica” tiveram um impacto relevante em Marc Bloch, como já citamos o seu *La société féodale*. Nos últimos anos numerosos estudos se estabeleceram a partir desta noção.

Segundo Barry Schwartz⁵¹ há dois grandes grupos de análise da “memória social”: os “presentistas” e os “conservadores”. Os primeiros sublinham a capacidade que tem o presente para manipular o passado onde as diferenças interpretativas são mutáveis e incessantes de acordo com as mudanças da realidade do presente. Nesta categoria, segundo Schwartz, destacam-se: Eric Hobsbawm, Trevor Lummis, John Nerone e David Lowenthal. Os segundos insistem nos limites

⁴⁹ *Idem*, p. 4.

⁵⁰ Charles-Olivier Carbonell, *Historiografia*. Tradu. Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1981, p. 7.

⁵¹ Barry Schwartz, “The social context of commemoration: a study in collective memory”. *Social Forces*, 61 (1982): 374-402; Barry Schwartz, “Social change and collective memory: the democratization of George Washington”. *American Sociological Review*, (1991): 221-236.

que o passado exerce sobre o processo de tomada de decisão dos protagonistas políticos do presente. Neste grupo são destacados pelo autor Michael Schudson, ele próprio Barry Schwartz, Robert Jervis e Nancy Bermeo. A diferença entre estes dois grupos é o caráter dialético da relação presente-passado, apesar de François Dosse em seu *A história em migalhas* afirmar que “o abandono de toda dialética entre passado-presente e futuro ocorreu, estando a história não mais considerada como o lugar de esclarecimento da época contemporânea”⁵².

Em todo caso, a memória é uma resultante humana, logo um elemento cultural. “Não ultrapassou o homem a animalidade quando, com o auxílio das palavras, conseguiu acrescentar a uma memória instintiva, programada mesquinamente para a ilusória eternidade da espécie, a memória cultura, única capaz de exorcizar a morte e fundar a hereditariedade dos saberes?”⁵³ indaga Carbonell.

A memória é isto, um debruçar sobre os vestígios pretéritos selados às estruturas do tempo como via de manutenção, de permanência, de imortalizar o que aconteceu, o que existiu, o que foi vivo. Conforme Marilena Chauí, “a memória é um trabalho”⁵⁴, logo é um trabalho humano, isto é, um trabalho mental, uma reflexão imaginativa baseada em fatos concretos expressamente registrados voluntaria ou involuntariamente pelo homem ou pela natureza. Por ser um “trabalho”, conforme Chauí, é representado por um discurso, um discurso histórico, logo temos “história discurso”.

Entretanto, devemos considerar que “a história como ‘discurso’ não é a mesma coisa que a história como ‘acontecimento’; essa distinção é absolutamente consensual. É uma platitude dizer que história significa duas coisas: o acontecer humano e a sua narrativa”⁵⁵, afirma-nos Fernando Novais.

Para Ciro Flamarion Cardoso “o presente depende em muito do passado, mas a retenção e reconstrução do passado se dão no presente e nele estão ancoradas, pelo qual, entre outras conseqüências, existirão sempre, simultaneamente, ‘memórias herdadas’ e ‘memórias inventadas’”⁵⁶. Porém, ambas as memórias são reproduzidas por um discurso, o discurso histórico.

Para Eric Hobsbawm, mesmo considerando que o discurso histórico ou que “o passado que estudamos é só um constructo de nossas mentes”⁵⁷, acredita que “sem a distinção entre o que é e o que não é, não pode haver história”⁵⁸, referindo-se aos fatos históricos enquanto fatos e não ficção.

⁵² François Dosse, *A história em migalhas: dos Annales à nova história*. Trad. Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, 1992, p. 250.

⁵³ Charles-Olivier Carbonell, *L’Historiographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1981, p. 7.

⁵⁴ Marilena S. Chauí, “Apresentação”, in BOSI, E. *Memória e Sociedade – Lembranças dos Velhos*. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 1987, p. 20.

⁵⁵ Fernando A. Novais, “Fernando Novais: entrevista”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2, 42 (2008): 15-31, p. 16.

⁵⁶ Ciro Flamarion Cardoso, *Um historiador fala de Teoria e Metodologia: Ensaio*. Bauru, Edusc, 2005, p. 20.

⁵⁷ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 8.

⁵⁸ *Idem*.

Defende “vigorosamente que a opinião de que aquilo que os historiadores investigam é real (...) e por mais longe que possam chegar, é a distinção (...) entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são, (...) o ponto absolutamente central de partida de todos os historiadores”⁵⁹.

É consensual que “história acontecimento” é distinta de “história discurso”. Hobsbawm nos admoesta quanto ao relativismo do mundo “pós-moderno” ou mundo do “pós-estruturalismo” no qual vivemos. “Estou preocupado com os usos e abusos da história”, referindo-se aos relativistas, pois “poucos estão à altura plena de suas convicções”⁶⁰. A preocupação de Hobsbawm é convincente, sobretudo se considerarmos a perspectiva de discurso histórico enquanto mecanismo de manipulação das coletividades quando à serviço do poder, como nos mostrou Fragnoli.

O historiador e filósofo português Ramos do Ó⁶¹, dedicado ao tema da subjetividade do sujeito, admite a utilização do “discurso como um alvo e uma arma”⁶², onde o sujeito pode ser “escravo e senhor da linguagem”⁶³. Este autor compartilha de uma perspectiva em que as “formas pelas quais os recursos retóricos e expressivos do discurso são utilizados para a obtenção de certos efeitos sociais, podem acentuar a ubiquidade do poder nas sociedades modernas, através dos jogos de linguagem”⁶⁴. Fundamentado em Roland Barthes, Gilles Deleuze, Jacques Derrida e Michel Foucault, Ó reflete sobre o trabalho de deslocação que se exerce sobre o jogo de palavras, isto é, na construção do discurso pelo sujeito.

Elias Thomé Saliba nos adverte que “nunca se deve subestimar a experiência pessoal e social das pessoas e dos grupos humanos, quaisquer que elas sejam”⁶⁵, referindo-se aos impactos do discurso histórico nas coletividades. Este autor compartilha da concepção de que “a história (...) é uma construção imaginativa e que necessita ser pensada e trabalhada interminavelmente”⁶⁶. Logo, para ele a concepção de história discurso é uma construção imaginativa, mas que necessariamente coexiste entre a ciência e a subjetividade do sujeito a partir de fontes e documentos históricos, provas positivas de fatos; para Saliba a história deve ser pensada interminavelmente através da produção de conhecimento histórico e pesquisa acadêmica.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ Em curso ministrado na Universidade de São Paulo, na Faculdade de Educação, reapresentado na 31ª/2008 Reunião anual da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, intitulado “A crítica pós-estruturalista e a emergência de uma escrita científica de si: os desafios de Barthes, Deleuze, Derrida e Foucault”. *Anais 31ª ANPED*, Águas de Lindóia, 2008.

⁶² “A crítica pós-estruturalista e a emergência de uma escrita científica de si: os desafios de Barthes, Deleuze, Derrida e Foucault”. *Anais 31ª ANPED*, Águas de Lindóia, 2008.

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ *Ibidem*.

⁶⁵ Elias T. Saliba, “Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens”. In. BITTENCOURT. Circe (org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 117.

⁶⁶ *Idem*, p. 120.

Para a abordagem marxista da história - apesar de ser um tanto vago este rótulo - a subjetividade do sujeito na construção do discurso histórico não é negada. O que esta nega é o posicionamento crítico antagônico ao estatuto científico da história. Como Hobsbawm nos fala, “sem a distinção entre o que é e o que não é, não pode haver história”, mesmo considerando que “o passado que estudamos é só um constructo de nossas mentes”, no entanto baseado “em evidências sujeitas a evidenciação entre aquelas que são e aquelas que não o são”⁶⁷.

Um dos elementos sustentadores da subjetividade é o “lugar social” ocupado pelo sujeito, o produtor do discurso histórico. Para o historiador português António Nóvoa “os estudos referentes às vidas (...) dos indivíduos, permitem-nos encarar a intersecção da história do sujeito com a história da sociedade”⁶⁸. Em conformidade ao psicólogo francês Dominique Maingueneau em suas aulas proferidas na Universidade de São Paulo, o “discurso (...) procura pensar a relação entre um lugar social e uma certa organização textual”⁶⁹. Para Maingueneau, o “lugar social” adquire sentido amplo podendo ser a política, uma doutrina, uma aula, uma militância; uma vivência vivida pelo indivíduo o qual está por leis orgânicas e naturais em constante formação enquanto sujeito no mundo.

De qualquer modo, predomina um consenso quanto à interferência do sujeito na construção do discurso histórico. Podemos também nos apoiar nos estudos de Paul Ricouer em *Temps et récit* em relação ao sujeito ou à subjetividade do sujeito⁷⁰. Necessariamente, o discurso histórico como um constructo que perpassa pela subjetividade de quem o produziu é elemento que deve ser considerado num estudo de teoria e metodologia da história.

O discurso histórico produzido pelo sujeito já nos diz muito sobre sua relação com o campo social apreendido através de sua história. É o que nos mostra estudiosos do campo Análise de Discurso⁷¹. No caso aqui, nos interessa considerar a perspectiva de historicidade enquanto “história discurso”, onde o passado não se demonstra enquanto região organizada e imutável sem sofrer a interferência do presente, isto é pelo sujeito⁷².

Há de considerarmos que há distinções entre o passado na “história discurso” e o passado na “história acontecimento”. Conforme Novais, são absolutamente distintos. Considerá-los iguais é

⁶⁷ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 8.

⁶⁸ António Nóvoa, “Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional” In NÓVOA, António (Org.). *Vida de Professores*. Porto, Porto Editora, 2007, p. 75.

⁶⁹ M. Guirado, *A clínica psicanalítica na sombra do discurso. Diálogos com aulas de Dominique Maingueneau*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

⁷⁰ Paul Ricouer, *Temps et récit*. (Tomes 3). Paris: Seuil. 1983-1985.

⁷¹ F. Gadet & T. Hak (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1993.

⁷² A abordagem em história inspirada na psicanálise de Michel de Certeau, ou em *L'Ordre Du discours* ou *Arqueologia do saber* de Michel Foucault ou mesmo em *Freud para historiadores* de Peter Gay refletem nos trabalhos de Jacqueline Authier-Revuz, a qual revela o “lugar do sujeito” na constituição discursiva. Essa autora, à luz das concepções de discurso de Bakhtin, Pêcheux e Courtine, compreende esse posicionamento como resultante do interdiscurso.

uma “platitude”, afirma⁷³. Hobsbawm, referindo-se à “história acontecimento” nos diz que a “história, cujo objeto é o passado, não está em condições de ser uma disciplina aplicada nessa acepção, no mínimo porque ainda não se descobriu nenhum modo de alterar o que já aconteceu”⁷⁴. Em outra ocasião o mesmo autor nos afirma que o que “chamamos de fatos apenas existem como uma função de conceitos e problemas prévios formulados em termos dos mesmos. O passado que estudamos é só um constructo de nossas mentes. Esse constructo é em princípio (...) apoiado pela lógica e por evidências”⁷⁵. Hobsbawm refere-se agora à “história discurso”.

Mas, e quanto aos elementos que condicionam “sentido” na construção do discurso histórico? Como decodificá-los? A admissão do discurso como objeto de investigação sob a tutela de Michel Pêcheux⁷⁶ (1938-1983) parte do pressuposto de que o sentido do discurso não é transparente, ao contrário, ele é opaco e, assim é preciso desconstruir a discursividade para enxergá-lo⁷⁷. Mas, como desconstruir a discursividade do sujeito? Decodificando o “sentido” introduzido pelo sujeito no discurso. Para isto torna-se necessário estudarmos o “lugar do outro” na constituição discursiva; compreender “o lugar de onde fala” o sujeito é importante num estudo como este.

No caso da obra admitida nesta tese levaremos em consideração enquanto “lugar social” os “contextos epistêmicos” da realidade na qual foi elaborada a obra de Fernand Braudel: capítulo 1. “contexto epistêmico das disciplinas”, capítulo 2. “contexto epistêmico da obra”, capítulo 3. “contexto epistêmico do pensamento”. Estudaremos o percurso da obra, as suas influências, e o aprofundamento do debate que existiu nos interiores dos estruturalismos de meados do século XX a fim de diferenciarmos o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss (1908-2009) e o que Fernand Braudel (1902-1985) entendia por estrutura. Cada uma destas questões nos mostrará o “lugar” de onde fala o sujeito.

Para Jacqueline Authier-Revuz⁷⁸ o “lugar do sujeito” na constituição discursiva (à luz das concepções de discurso de Mikhail Bakhtin, Michel Pêcheux e Jean-Jacques Courtine) é uma

⁷³ Fernando A. Novais, “Fernando Novais: entrevista”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2, 42 (2008): 15-31, p.16.

⁷⁴ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 109.

⁷⁵ *Idem*, p. 8.

⁷⁶ Michel Pêcheux é considerado o fundador da área de estudos denominado Análise de Discurso (AD). Considerando que antes de Pêcheux, Zellig Harris apresentou uma obra intitulada *Discourse Analysis*, para alguns autores esta obra consiste no ponto de partida da Análise de Discurso, tendo inclusive sido ele o nomeador dessa área de pesquisa. Embora a obra de Harris possa ser considerada por alguns como obra fundadora da Análise de Discurso, para muitos especialistas ela se coloca ainda como simples extensão da lingüística imanente, pois utiliza-se de procedimentos apenas de análise desprovida de reflexão sobre a significação, sendo as considerações sócio-históricas que irão definir posteriormente o campo (de Análise de Discurso). Desta maneira é razoavelmente aceito que o caráter fundador é atribuído a Pêcheux, enquanto a obra de Harris é considerada como obra fundadora na área de Análise Textual.

⁷⁷ M. R. F. V. Gregolin. “Olhares oblíquos sobre o sentido do discurso”, In GREGOLIN, M. R. V. & Roberto Leiser Baronas. (Org.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. 01 ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2001, v. 01, p. 02-16.

⁷⁸ Jacqueline Authier-Revuz, “La représentation du discours autre : un champ multiplement hétérogène”. *Actes du colloque: Le discours rapporté dans tous ses états*. Bruxelles, (novembre 2001): 8-11; Jacqueline Authier-Revuz. Hétérogénéité montrée e Hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l’autre dans le discours. *DRLAV*, Paris, 26 (1982): 91-115; Jacqueline Authier-Revuz. “Hétérogénéité(s) énonciative(s)”. *Languages*, 73 (1984): 98-109.

resultante do interdiscurso. Para autores desta tradição a visão de historicidade é aquela onde o passado não se demonstra enquanto região intocável. Esse sofre a interferência do presente, isto é pelo sujeito.

Isto está em perfeita sintonia com o que os primeiros *Annales*, Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), denominaram de “história-problema”. Na última parte deste capítulo e no segundo capítulo trataremos desta contribuição paradigmática. Também está relacionado com o que Lucien Febvre afirma em relação ao anacronismo cometido pelo historiador; do tempo presente o sujeito em seu ofício de historicizar convive com um problema: esquecer ou lembrar-se de algo não é uma opção, é uma imposição cerebral e orgânica. Em relação a isto, Novais afirma que muito das vezes “queremos lembrar alguma coisa e esquecemos e, quantas coisas queremos esquecer e não conseguimos?” Este é o problema, pois o sujeito não opta pelo que vai esquecer ou se lembrar, portanto “história sem anacronismo nenhum, só feita por Deus. Os historiadores sempre incorrem em anacronismo”⁷⁹.

Novais nos elucida numa visão crítica e propositiva da história a diferença entre história e ciências sociais. No ano de 2008 Novais concedeu uma entrevista à Revista Brasileira de Psicanálise⁸⁰; neste material se documentou sua perspectiva da história. Para Novais a grande diferença entre história e ciências sociais reside na finalidade de cada uma. “A história sacrifica a conceitualização pela totalização, enquanto as ciências sociais sacrificam a totalização pela conceitualização”. Na perspectiva novaisdiana “tanto a história como as ciências sociais visam a reconstituir e explicar a realidade”, no entanto “o historiador usa os conceitos (isto é, a explicação) para a reconstituição; o cientista social usa a reconstituição para a explicação. O que para um é o fim para outro é o meio”⁸¹, afirma.

Novais considera ainda outros elementos nesta análise. Em seu conceito de história “toda a esfera de existência pode ter todos os níveis de realidade”. Logo, a “esfera de existência” do econômico pode conter todos os “níveis de realidade” do acontecer humano. Fazendo uma análise metafórica entre os meridianos e os paralelos, onde os primeiros são “as esferas da existência” e os segundos “os níveis da realidade”, explica que “a história”, enquanto disciplina, “trata sempre de todas as esferas da existência, porque o historiador visa sempre a reconstituir os acontecimentos, não apenas explicá-los”⁸².

A partir das questões enumeradas no início desta seção e tratadas até aqui (1. “O que é história? O que é memória?” 2. “A história retrata o que realmente aconteceu?” 3. “Qual a interferência do

⁷⁹ Fernando A. Novais, “Fernando Novais: entrevista”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2, 42 (2008): 15-31, p. 31.

⁸⁰ Maiores detalhes consultar Fernand A. Novais, “Fernando Novais: entrevista”, *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2, 42 (2008): 15-31. Consultar também seu recente livro intitulado *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 2005.

⁸¹ Fernando A. Novais, “Fernando Novais: entrevista”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2, 42 (2008): 15-31, p. 20.

⁸² *Idem*.

sujeito na produção histórica?” 4. “Qual a diferença entre história e as ciências sociais?”) nos resta abordarmos se “a produção histórica é de natureza científica ou a-científica?” Com este desafio somos naturalmente conduzidos para uma questão central: a dos “tipos explicativos da história”.

Sara Albieri ao tratar sobre a disciplina de história nos afirma que é a unidade de método empregado pelas ciências da natureza legitimado em torno do modelo “nomológico-dedutivo de explicação e predição” é que tem havido as discussões recentes as quais têm destacado “a diversidade de tipos explicativos da história”⁸³. E é nisto que nos deteremos a seguir.

1.1.2 – Disciplina de história: tipos explicativos

NA SEARA DA teoria da história a “diversidade de tipos explicativos da história” é sinonímia de crise paradigmática. Sobretudo, em tempos de pós-estruturalismo. Há uma extensa bibliografia e um vigoroso debate em torno desta problemática. Estamos longe de um consenso sobre “os tipos explicativos” desta disciplina.

Tzvetan Todorov em seu texto intitulado *As morais da história*, afirma que “não devemos imaginar que a função da história seja a de ajudar a transformar os homens no que estes devem ser, mas sim nos possibilitar a conhecê-los como são. A esse título, deixaria de merecer o nome de ciência e transformar-se-ia em pura técnica de manipulação”⁸⁴. Repetindo a citação de Elias Thomé Saliba, a “história necessita ser pensada e trabalhada interminavelmente” e que “nunca se deve subestimar a experiência pessoal e social das pessoas”⁸⁵, referindo-se aos impactos causados pelo discurso histórico produzido por um determinado grupo sobre a sociedade.

Se por um lado Todorov não admite o papel da ciência histórica enquanto “técnica de manipulação” dos homens, isto é, ao seu juízo não devemos nos preocupar com os impactos das ciências humanas nos grupos sociais ou com a recepção do discurso histórico pela sociedade, mas apenas usá-las para conhecer as pessoas como elas realmente são, Saliba, por outro lado, admite o discurso histórico como uma “construção” que deve ser pensada interminavelmente, dada a preocupação com os impactos deste discurso (da ciência histórica) na sociedade. Não vemos aqui preocupações antagônicas em relação à disciplina histórica?

⁸³ Sara Albieri, “A questão da explicação em história”. Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. Assis: ANPUH/SP/UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom, p. 1.

⁸⁴ Tzvetan Todorov, “As ciências morais e políticas” in *As Morais da História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1992.

⁸⁵ Elias T. Saliba, “Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens”. In. BITTENCOURT. Circe (org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002, p. 117.

Manuel Fraguinals admite a existência de “leis históricas” que podem ser apreendidas a partir do “único ponto físico de partida, o presente”⁸⁶. Hobsbawm afirma que “no máximo podemos fazer especulações contrafactuais sobre alternativas hipotéticas”⁸⁷, referindo-se à imutabilidade do passado da “história acontecimento”. Mas, por outro lado, admite a concepção de *continuum* histórico constituído por passado, presente e futuro e, nisto “os historiadores têm muito a dizer, mesmo sobre previsões e recomendações para o futuro. De fato espero que assim seja. As habilidades do historiador não são certamente irrelevantes para tal fim”⁸⁸, afirma.

Muitos poderiam indagar: a admissão de leis históricas não implicaria num regresso ao “determinismo histórico oitocentista”? Mas, por que, por convenções modistas do presente, denominam com pejorativos a concepção materialista da história de “determinismo histórico oitocentista”? Há distinções entre os chamados etapistas; não somente entre aquelas grandes diferenças entre um Auguste Comte e um Karl Marx, mas também aquelas mais difíceis de se ver nos interiores de uma única corrente. O materialismo histórico é um bom exemplo.

Gueorgui Plekhanov, a partir de *Essais sur La Conception Materialiste de l’Histoire* de Antônio Labriola, publicado em Paris em 1897 (com prefácio de G. Sorel), deixa-nos claro que a concepção materialista da história não é de simples análise - muito das vezes, é confundida e referida erroneamente de forma confusa.

Há dissensões, não há apenas uma categoria de concepção materialista da história. “Existe todo um abismo entre os materialistas dialéticos e aqueles a quem, não sem fundamento, se pode qualificar de materialistas econômicos”⁸⁹. Os materialistas dialéticos são aqueles que a partir da “teoria dos fatores” conceberam em substituição uma “concepção sintética da vida social”. No entanto, essa concepção não era uma exclusividade do materialismo dialético, haja vista que tal perspectiva já era encontrada em Hegel, “que considerava tarefa sua dar uma explicação de todo o processo histórico-social tomado em seu conjunto com todos os aspectos e manifestações da atividade do ser social que pareciam fatores isolados aos pensadores abstratos”⁹⁰.

Porém, em Hegel, idealista absoluto, a explicação da atividade do ser social se dá pelas propriedades do espírito universal. Uma vez dadas tais qualidades, está dada toda a história da humanidade bem como o *telos* e os resultados finais; a concepção sintética de Hegel era, ao mesmo tempo, uma concepção teleológica⁹¹.

⁸⁶ Manuel M. Fraguinals, *La historia como arma y otros estudios sobre esclavos, ingenios y plantaciones*. Barcelona, Grijalbo, 1983, pp.12-23.

⁸⁷ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 109.

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ G. Plekhanov, *A concepção materialista da história*. São Paulo, Paz e Terra, 1992, pp. 43-6.

⁹⁰ *Idem*.

⁹¹ Empregamos o termo “telos” aqui no sentido defendido por Heidegger: “não termina ou deixa de ser, mas começa a ser o que será depois de pronto”. Martin Heidegger, *Ensaaios e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.14. Por isto não se trata de uma platitude quando mencionamos “telos e os resultados finais”.

Diferentemente, “o materialismo dialético moderno eliminou definitivamente a teleologia das ciências sociais”⁹², afirma Plekanov. “O materialismo dialético moderno demonstrou que os homens fazem sua história, não para marchar, em absoluto, por um caminho do progresso traçado de antemão, nem porque devam submeter-se às leis de uma evolução abstrata, mas os homens fazem a sua história procurando atender suas necessidades”⁹³.

A questão central na concepção materialista da história reside nesta última palavra: “necessidades”. Para Plekahnov é a ciência (histórica) que “deve explicar como influem as diferentes formas de satisfação dessas necessidades nas relações sociais dos homens e na sua atividade intelectual”⁹⁴. As maneiras de satisfação das “necessidades” do ser social são determinadas pelas propriedades daqueles instrumentos com os quais o ser social submete a natureza em maior ou menor grau.

Para os idealistas de todos os tipos as relações econômicas são em si mesmas uma função da natureza humana. O que difere os materialistas dialéticos dos materialistas econômicos é o grau de importância que estes dão ao fator “necessidades materiais”; apesar de que os próprios discípulos do materialismo dialético anteriormente já se autodenominavam também de materialistas econômicos. O autor nos demonstra esse homônimo citando o folheto de Paul Lafargue intitulado *O Materialismo Econômico de Karl Marx*.

Em história as explicações epistemológicas se confundem, às vezes em demasia. Não se pode afirmar nada enquanto estatuto da verdade sem se tornar partícipe de um longo debate. Os dogmas aqui não se fazem valer. Desde Voltaire, mesmo que filhos de uma Europa, nós historiadores aprendemos à colocar Deus sentado na cadeira dos fundos; Marx nos deu o empurrão que faltava.

A natureza da disciplina histórica - em ser ou não ser científica - dificilmente será uma questão de consenso. Por exemplo, François Dosse em seu *A História* considera “a indeterminação própria ao discurso histórico” estando no geral “tensionado entre as humanidades e a ambição científica”⁹⁵. Um biólogo afeiçoado à história, Jared Diamond, autor de *Armas, Germes e Aço. Os destinos das sociedades humanas*, afirma que “a história não é considerada uma ciência, mas algo mais próximo das humanidades”⁹⁶. Já o filósofo Renato Janine Ribeiro, categorizando as ciências de hoje no

A utilização de *telos* como “fim”, segundo Heidegger é incorreta. “Com ele, o cálice circunscreve-se como utensílio sacrificial. A circunscrição finaliza o utensílio. Com este fim, porém, o utensílio não termina ou deixa de ser, mas começa a ser o que será depois de pronto. É, portanto, o que finaliza, no sentido de levar à plenitude, o que, em grego, se diz com a palavra *télos*. Com muita frequência, traduz-se *télos* por “fim”, entendido como meta, e também por “finalidade”, entendida como propósito, interpretando-se mal essa palavra grega”. Martin Heidegger, *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.14.

⁹² G. Plekhanov, *A concepção materialista da história*. São Paulo, Paz e Terra, 1992, pp. 43-6.

⁹³ *Idem*.

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ François Dosse, *A História*. Bauru: Edusc, 2003, p. 146.

⁹⁶ Jared Diamond, *Armas, Germes e Aço. Os destinos das sociedades humanas*. 11ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo. Record, 2009, p. 421.

âmbito da Universidade, afirma que “a história, hoje, faz parte das ciências humanas”, enquanto a “filosofia, a literatura ou as artes é de humanidades”⁹⁷.

O historiador italiano Carlo Ginzburg em seu recém *O Fio e os Rastros* defende as virtudes da história enquanto grande prosa da ficção como modo de conhecimento da realidade, mantendo seu olhar sobre “o ataque cético à cientificidade das narrações históricas (...) em seu caráter subjetivo, que se assimilaria às narrações ficcionais”⁹⁸.

Hayden White, o tão combatido autor dos *Trópicos do Discurso*, já prefere, ao se referir sobre o que ele denomina de “ficções da representação factual”, tornar análogas entre “os historiadores e os escritores de ficção as formas dos seus respectivos discursos e os seus objetivos da escrita”, onde afirma tacitamente que estes “são amiúde os mesmos”⁹⁹.

Para Paul Veyne “a história é um conhecimento objetivo movido pela curiosidade desinteressada, e não expressão de uma situação existencial e, (...) tudo o que é histórico é digno da história”, questionando a historiografia como pretensa a se constituir em ciência pura, aproximando-a de certa forma do ficcional¹⁰⁰.

Luiz Costa Lima, estudioso do estruturalismo, antigo orientando de Antônio Cândido, em seu *História, Ficção, Literatura*, nos afirma que “a escrita da história não se confunde com a história”; “a história concerne ao que sucede no mundo para aquelas criaturas capazes de reconhecer o tempo. Como tal, ela é a face concreta, múltipla e contraditória da existência humana”¹⁰¹.

Para esse autor a “escrita da história não simplesmente se projeta sobre ela”, isto é, sobre a existência humana, pois a “história, chamemo-la crua, não equivale ao encaminhamento” da escrita, pois “os tratamentos historiográfico e ficcional não são meras disciplinas distintas de um mesmo tipo de saber”¹⁰². Cada um “retira a história crua da pura empiricidade para elaborá-la segundo modos bem diversos em que o próprio de um é o impróprio do outro”. É essa fonte comum, “a radical diferença de seus resultados, e a falta comum de teorização suficiente de ambas, que dão lugar aos equívocos que têm acompanhado a escrita da história e a literatura”¹⁰³.

Norberto Guarinello¹⁰⁴, considera que “o conhecimento histórico é ainda verdadeiro, científico, como o era para L. Febvre ou M. Bloch. Mesmo que, como ciência, a história carrega as marcas de seu tempo”¹⁰⁵. Para o autor “mais radicais, sem dúvida, são aquelas correntes de pensamento que

⁹⁷ Renato Janine Ribeiro, “Entrevista com o Professor Renato Janine Ribeiro”. *Revista Humanidades em Diálogo, USP*, Volume 1, Número 1 (novembro 2007): 17-36, p. 19.

⁹⁸ Carlo Ginzburg, *O Fio e os Rastros*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007, p. 9.

⁹⁹ Hayden White, *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 137.

¹⁰⁰ Paul Veyne, *Como se Escreve a História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

¹⁰¹ Luiz Costa Lima, *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Cia das letras, 2006, pp. 116-7.

¹⁰² *Idem*.

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ Norberto L. Guarinello, “Memória Coletiva e História Científica”. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 14, nº 28, 1994, pp. 180-193.

¹⁰⁵ *Idem*, pp. 183-4.

negam qualquer conteúdo verdadeiro às proposições da disciplina histórica, que lhe recusam o caráter de ciência”¹⁰⁶. Afirmar que isto não apenas ocorre porque a história seria uma arte, o conhecimento intuitivo de fatos e acontecimentos particulares. O que se coloca em jogo hoje em dia, afirma, “é a relatividade e a imprecisão de todo e qualquer saber, é o próprio estatuto científico que está em questão”¹⁰⁷.

A oposição da história como científica é atacada pelos autores do pós-modernismo, ou pós-estruturalismo, e que tem em Jacques Derrida “um de seus arautos”¹⁰⁸. Para essa corrente o conhecimento histórico não seria mais que uma mera narrativa e, as obras dos historiadores não mais do que valem as obras de ficção. “Uma tal visão da história é, sem dúvida, inaceitável”¹⁰⁹, afirma Guarinello. “Ela conduz à desrazão, ao relativismo absoluto, à equiparação de todas as verdades, à impossibilidade do diálogo e do confronto de idéias”¹¹⁰.

Como já demonstramos, Hobsbawm também admite preocupações em relação ao relativismo desconstrutivo do valor científico da disciplina histórica. “Na verdade, poucos relativistas estão à altura plena de suas convicções”¹¹¹, afirma ele. Notamos que neste debate as posições são muitíssimas opostas, tornando difícil equacionar a questão. Pergunta-se: o que estamos vivendo trata-se de ruptura dos paradigmas da “ciência normal” - numa linguagem kuhniana - ou da própria negação das ciências humanas (especificamente da ciência histórica) enquanto ciência?

O choque entre o positivismo, predominante no modernismo, e o relativismo, predominante no pós-modernismo, foi inevitável; por questões sistêmicas posições extremadas tendem a se confrontar visando a manutenção do equilíbrio sistêmico. As resultantes deste conflito são os cacos que estamos tentando colar numa tentativa de reorganizar o que ficou fora de lugar no pós-estruturalismo. “É possível observar-se uma reação, uma busca pelo centro”¹¹², afirma-nos Peter Burke.

Esta tentativa, ou esta “reação”, a denominamos de vários nomes: multidisciplinarismo, pluridisciplinarismo, interdisciplinarismo, ou transdisciplinarismo. O que Fernand Braudel nos propõe é um desses modais para o conjunto das ciências sociais e humanas? Discutiremos esta questão central para nosso autor ao final desta tese.

Mas as questões não se esgotam por aqui. Há uma gama de temáticas e eixos de debates em torno da problemática dos “tipos explicativos da história”. Não conseguiremos abordar todas elas neste espaço considerando ser outro o objetivo geral desta tese.

¹⁰⁶ *Ibidem*.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 8.

¹¹² Peter Burke, *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 36.

A esta altura queremos deixar claro que há um confronto intensificado nas últimas décadas entre as modalidades de escrita da história: de um lado a escrita estrutural (como na história econômica braudeliana) e de outro a escrita narrativa (como na história social, adepta à micro-história). Na discussão científicidade *versus* a-científicidade da disciplina histórica, este confronto é sua própria expressão.

No debate “escrita histórica narrativa” *versus* “escrita histórica estrutural” Peter Burke em seu livro intitulado *A Escrita da História* se debruça à questão do “renascimento da narrativa” tomando como base o artigo de Lawrence Stone intitulado *O Ressurgimento da Narrativa: Reflexões sobre uma Nova Velha História*¹¹³. Burke procura explicar as principais diferenças entre história narrativa e história estrutural, já que “os historiadores destes dois campos (...) diferem não apenas na escolha do que consideram significativo no passado, mas também em seus modos preferidos de explicação histórica”¹¹⁴.

Mas, como se dá tal escolha, a dos modos de explicação histórica?

Um dos fundamentos desta escolha é a própria modalidade da escrita histórica adotada. A partir dos primeiros *Annales* a história dos acontecimentos - a história *événementielle* - passou a ser marginalizada em prol da “história das estruturas”. A questão colocada por Burke está em demonstrar as diferenças entre os dois modos de escrita histórica e também resgatar o conceito da narrativa evitando que “ela corra o risco de se tornar indistinguível da descrição e da análise”¹¹⁵.

Lawrence Stone em seu artigo preocupou-se em distinguir a história narrativa da história estrutural pela disposição da primeira em ser mais descritiva do que analítica a fim de equacionar os olhares depreciativos sobre ela.

Consideramos estar aqui, neste debate teórico e metodológico da disciplina histórica, o norte deste trabalho bem como a confirmação das hipóteses admitidas *a priori* nesta tese: a “economia mundo” como importante teoria braudeliana para a disciplina histórica econômica (e para todas as ciências sociais e humanas) não somente em sua dimensão histórica do capitalismo, mas também em sua dimensão epistêmica. Este tema estará presente em boa parte desta pesquisa, sobretudo na conclusão, parte destinada à comprovação das hipóteses.

Poderíamos continuar citando uma enormidade de autores divergentes e concordantes sobre a “natureza da disciplina de história”, bem como de suas metodologias e modalidades de sua escrita. O que muito nos interessa neste momento da reflexão é assinalar o fato de que há uma diversidade de “tipos explicativos da disciplina histórica”. Não há “uma verdade” estabelecida em relação ao passado e, menos ainda um consenso em relação aos “modos explicativos da disciplina de história”.

¹¹³ Lawrence Stone, “O Ressurgimento da Narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história”. RH – Revista da História. n 2/3, primavera, 1991, pp. 13-37 (p. 13).

¹¹⁴ Peter Burke, *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 332.

¹¹⁵ *Idem*, p. 328.

Esta diversidade de explicações reflete uma crise paradigmática subjacente à questão da interdisciplinaridade; movimento que aparenta ser anti-sistêmico, haja vista a especialização da ciência após as Revoluções Europeias de 1848. Mas, será esta a verdadeira condição da interdisciplinaridade? Isto resolverá de fato a “crise” que se instalou nas ciências sociais após verificada a “anomalia” no decorrer do século XX?

O Programa dos *Annales* concebia o diálogo interdisciplinar como princípio fundador da “Nova história”. Veremos que tal propositiva não se iniciou com os primeiros *Annales*; o novo não é tão novo assim.

1.1.3 – “Nova história”: numerosos objetos

A DIFUSA “*Nouvelle histoire*” está associada aos *Annales*. É uma idéia geral por ser esse grupo de historiadores denominados por muitos de *Nova História*. Associam-na a Lucien Febvre, Marc Bloch, ou mesmo a Fernand Braudel, o representante da segunda geração dos *Annales*.

Não obstante, o mais comum é a associação da “Nova história” ao prestigiado medievalista e representante da “terceira geração” do grupo: Jacques Le Goff (1924 -). Este autor publicou uma obra com este título: *La nouvelle histoire*¹¹⁶. Talvez isso explique esta idéia geral.

Além disto, Le Goff colaborou na coleção de ensaios *Faire de l’histoire*¹¹⁷; aliás, composta de três volumes: “Novos problemas”, “Novas abordagens” e “Novos objetos”. Em todo caso, é inegável a relevância do movimento francês para a oxigenação da história. Mas, esses homens foram antecidos em sua revolução contra a história tradicional, a conhecida “escola alemã”.

Conduzida sob os auspícios de Leopold von Ranke esta escola de história política defendia uma história das grandes personagens, dos grandes fatos, dos grandes acontecimentos. Os fundadores dos *Annales*, Lucien Febvre e Marc Bloch, se opunham a isto. Mas, não foram eles os primeiros a opor-se ao *establishment* da história política alemã. Os primórdios da *História Nova* remontam os fins de século XIX, virada de século.

Na Alemanha no início do século XX, nos anos 1900, Karl Lamprecht (1856-1915) desafiou o paradigma tradicional da história, isto é, a história política alemã, a escola rankeana - narrativa dos acontecimentos políticos. Neste mesmo ano, por modismos da época, período do nascimento da

¹¹⁶ J. Le Goff (Org.), *La nouvelle histoire*, Paris: Retz, 1978.

¹¹⁷ J. Le Goff & P. Nora (ed.), *Faire de l’histoire*, Paris, 1974, 3 v. Também disponível na língua inglesa com o título *Constructing the Past*, Cambridge, 1985.

sociologia, um debate entre a história e ciências sociais foi instaurado, como nos mostra Jacques Revel em seu “Histoire et sciences sociales: lectures d’un débat français autour de 1900”¹¹⁸.

O americano James Harvey Robinson (1863-1936) publicou em 1912 um livro intitulado *The New History*¹¹⁹, onde pretendia uma história diferente do historicismo dominante. Vale dizer que a corrente historiográfica americana do Presentismo já nas primeiras décadas do século XX veiculava a mesma idéia dos *Annales* (que viria somente a partir de 1929) de que a historiografia se faz como construção do tempo presente, tal como afirma Charles Beard (1874-1948).

Nos anos 1930, os britânicos Lewis Namier (1888-1960) e R. H. Tawney (1880-1962) também se propuseram contra a história narrativa concedendo apoio a exemplares de uma história estrutural.

A expressão *histoire événementielle*, “história centralizada nos acontecimentos”, foi criada antes mesmo de Febvre e Bloch.

O termo “História historizante” foi utilizado pela primeira vez pelo durkheimiano François Simiand (1873-1935) em artigo de 1903 intitulado “Méthode historique et Sciences Sociales”¹²⁰ - voltaremos a citá-lo numerosas vezes neste estudo.

O discípulo durkheimiano Simiand será um dos grandes inspiradores dos historiadores de Estrasburgo na criação de sua própria revista no ano de 1929: *Annales d’Histoire Économique et Sociale*.

Este novo modo de fazer história no início de século são resultantes dos primeiros (des)encontros entre história e sociologia e, em certa medida expressava o impacto das idéias do renomado sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) – por meio de sua publicação periódica *Année Sociologique*. Marc Bloch já afirmava em 1935 que “à velha revista *l’Année*, os historiadores de minha geração devem mais do que confessam”¹²¹.

Após a Primeira Guerra Mundial Lucien Febvre já planejava uma revista de história econômica a ser dirigida pelo historiador belga Henri Pirenne (1862-1935). Este projeto foi adiado até 1928 quando, junto de Lucien Febvre, Marc Bloch o retoma ainda com a intenção de que Pirenne estivesse à frente de tal empresa. Com a recusa de Pirenne, Febvre e Bloch passam a ser os editores da revista; o seu primeiro número foi em 15 de janeiro de 1929.

O seu caráter era profundamente interdisciplinar. Para tanto, basta analisarmos os integrantes de seu corpo editorial: contava com historiadores como um Henri Pirenne, com o sociólogo durkheimiano Maurice Halbwachs, com o geógrafo Albert Demangeon, com o economista Charles

¹¹⁸ REVEL, Jacques. “Histoire et sciences sociales: lectures d’un débat français autour de 1900” in BÖDEKER, H.E., REILL, P.H. & SCHLUMBOHM, J. (Orgs.) *Wissenschaft als kutlerelle praxis, 1750-1900*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1999, pp. 377-399.

¹¹⁹ J. H. Robinson, *The New History*. Nova York: Macmillan, 1912.

¹²⁰ François Simiand, “Método histórico e ciência social”. *Revue de Synthèse Historique* (1903): 1-22; 29-157.

¹²¹ Marc Bloch, *Annales* (1935): p. 393; Bloch, Marc. *Apud. Burke, Peter. A Revolução Francesa da historiografia, a Escola dos Annales (1929-1989)*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Unesp 1990, p. 26.

Rist, com o cientista político André Siegfried (um antigo discípulo de Vidal de la Blache), dentre outros.

Krzystof Pomian em “L’heure des Annales”¹²² afirma que Pirenne, Rist e Siegfried possuíam apenas um papel institucional na revista, todavia isto não deslegitima as reais intenções de seus fundadores de criar uma revista de diálogo entre as ciências sociais.

A revista nasce com o nome de *Annales d’histoire économique et sociale*. Este título perdurou até 1939. Entre os anos 1939 e 1942, e especificamente no ano de 1945, devido às mudanças na orientação dos estudos da revista, passou a se chamar *Annales d’histoire sociale*; entre 1942 e 1944, a revista levou o nome de *Mélanges d’histoire sociale*. De 1946 em diante, sintetizando os títulos anteriores, a revista passou a ser denominada de *Annales: économies, sociétés, civilisations*. De 1994 até os dias atuais a revista é intitulada de *Annales. Histoire, Sciences Sociales*.

Nos anos 1970, Jacques Le Goff em seu “*História Nova*”¹²³, no subtítulo “a história e as outras ciências humanas”, além de citar a sociologia de Durkheim, a economia, a matemática social, as ciências biológicas e a geografia, cita também a psicologia, especificamente a psicologia social e a psicologia científica, como as ciências nas quais a história deveria manter contato. Esse discurso de diálogo interdisciplinar metodológico impetrado por Le Goff não era uma novidade.

Tratava-se mais de uma continuidade e menos de um ineditismo. Não foi uma ruptura consolidada pelo novo. O novo aqui era velho, de antiga monta. O discurso de Le Goff é uma continuidade da tradição dos *Annales*, mas isto não significa que são os fundadores deste discurso.

Este discurso foi iniciado nos primeiros anos do século por Lamprecht, Robinson, Beard, Namier, Tawney, Durkheim, Simiand, Henri Pirenne e Henri Berr (1863-1954). Berr, fundador da *Revue de synthèse*, contribuiu significativamente abrindo caminho para Febvre e Bloch. Braudel, neste sentido apenas acertou as contas de uma antiga dívida de seus prógonos com a Sociologia de Durkheim. Fizeram o dever de casa, “mostraram que a escola tinha aprendido a lição”¹²⁴, afirma François Dosse.

O diálogo da história com as demais ciências passou a ser requisito de sua própria sobrevivência. Desde Marc Bloch e Lucien Febvre, a Fernand Braudel, o lema era a capacidade de dialogar. E foi isto que constituiu Braudel num homem capaz de manter um embate rigoroso e ao mesmo tempo diplomático com Claude Lévi-Strauss. Desde os anos 1930 na Universidade de São Paulo esta disputa foi dura, mas Braudel nunca deixou escapar esta que foi a sua maior qualidade aprendida com os *Annales*.

¹²² Krzystof Pomian, “L’heure des Annales”. In: NORA, P. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1986, p. 385.

¹²³ Jacques Le Goff (Org.). *História Nova*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

¹²⁴ François Dosse, “O traje novo do presidente Braudel” in DOSSE, François. *A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001.

James Harvey Robinson, ainda em 1912, afirmava que a “Nova história” iria “servir-se” de todas as descobertas que estavam sendo feitas sobre a humanidade pelos antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos. Iria “se servir” no sentido de se manter (ou de sobreviver). O apelo de Le Goff nos anos 1970 foi uma reafirmação (ou continuação) desta perspectiva de início de século.

No século XIX a história política era o território dos historiadores profissionais. Os demais eram amadores. Os historiadores diletantes eram todos aqueles que se interessavam por outros objetos ou por outras abordagens. O mérito da escola alemã está no rigor do método, mas também na institucionalização da história na Universidade. Publicações como a *Historische Zeitschrift* e a *English Historical* somaram muito neste processo.

Leopold von Ranke é o primeiro a considerar que escrever história consiste em relatar fatos acontecidos. O “método crítico” desta escola estabeleceu-se em todas as partes, inclusive na França. Entre os historiadores tal método é princípio incontestado. O “método crítico” ao documento tornou-se instrumento fundamental para o ofício do historiador. Perante um documento o historiador deve colocar a si mesmo questões como “quem?”, “quando?”, “como?” e “onde?”.

O seu objetivo maior é detectar fraudes e erros irreparáveis na produção de provas - e de hipóteses *a priori* formuladas. O documento tornou-se elemento maior na prova de hipóteses da ciência histórica.

O historiador deve proceder como um especialista das ciências naturais. O seu trabalho consiste em agir como um homem de ciência. O historiador deve proceder na delimitação de um problema, na elaboração de hipóteses, na investigação documental da prova, na reconstituição dos elementos de resposta e, por fim, na verificação ou anulação do ponto de partida hipoteticamente constituído.

A fecundidade da pesquisa é resultante do cumprimento rigoroso destes procedimentos. Como também é resultado elementar da construção imaginativa do pesquisador. Os historiadores se dispuseram a obedecer o estatuto científico para sua disciplina; a ciência newtoniana era o horizonte.

No final do século XIX Charles Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942) reafirmaram o método crítico como sendo o método histórico mais completo e absoluto¹²⁵.

Na pátria de Braudel, Seignobos e Ernest Lavis (1842-1922) foram os primeiros que buscaram modificações no caráter geral do ensino de história. Com vistas a distanciar-se do modelo meramente verbal objetivavam tornar a disciplina mais científica, inclusive no ofício de ensinar¹²⁶.

¹²⁵ Charles Victor Langlois & Charles Seignobos. *Introduction aux études historiques*. Paris, s/ed., 1898.

¹²⁶ Em *Introduction aux études historiques* há menção dos passos do método para a tarefa do ensino objetivando tornar a disciplina de história mais científica. Os passos são: “exercício de observação”, “leitura de textos”, “análise”, “comparação” e “síntese”. Vale mencionar que este intento no campo do ensino secundário (da pedagogia da história) na França permaneceu inalterado entre o final do século XIX até os anos 1970. Manteve-se nesse país, por todos esses anos, uma relação aluno-mestre baseada em modelos denominados por Évelyne Hère de “verbalismo” e “lição-interrogação”. O intento de Seignobos e Lavis somente foi alterado a partir dos anos 1970. HÈRE, Évelyne,

A história positivista da segunda metade do século XIX, calcada em sua metodologia crítica ao documento, permaneceu intocada até o final de século. À medida que multiplicaram as revistas especializadas, surgiram questionamentos. A maioria dos historiadores continuou afirmando que o método crítico era necessário, mas não suficiente.

Estas questões foram aparecendo em vários periódicos. Passaram a pulular em várias revistas: *Historische Zeitschrift*, *English Historical Review*, *Revue historique*, *Histoire Socialiste*, *Tradition e Scripta Mercaturae*. Uma importante revista neste aspecto foi *Revue de Synthèse Historique*, fundada em 1902 por Henri Berr. O pluridisciplinarismo tornou-se moda.

Reuniões semanais realizadas na Universidade de Estrasburgo, nos anos 1920, agrupando jovens pesquisadores de diversas disciplinas - como Lucien Febvre, Marc Bloch, Charles Blondel, Gabriel Le Bras, André Piganiol, Georges Lefebvre, Henri Bremond, Henri Baulig, Maurice Halbwachs e Sylvain Lévi -, conduziram a escola francesa a uma configuração de pesquisa multidisciplinar. E isto, se deve também muito aos *Annales*, que dariam continuidade a Berr.

Na história rankeana o método imperava sobre o sujeito. O objeto cognoscível sobrepunha o sujeito cognoscente. Esta era a qualidade maior do historiador. As fontes exclusivamente se restringiam aos arquivos de documentos. Necessariamente eram fontes escritas. Com a escola positivista, “o documento triunfa”, afirma Le Goff¹²⁷.

A política, objeto de desejo da escola alemã, excluía ou menosprezava as demais instituições. A Igreja, o exército, a Universidade, as escolas, a ciência, a arte, etc.. Somente com Michel Foucault a concepção de poder enquanto elemento da realidade presente em toda parte daria novas possibilidades à história política.

As obras de Michel Foucault, especialmente àquelas de sua fase madura, produzidas a partir da segunda metade da década de setenta, trabalharia a noção de genealogia do poder (e do Estado moderno). Seus cursos ministrados no *Collège de France*, bem como as diversas palestras e intervenções públicas, versaram exaustivamente sobre a questão, proporcionando uma perspectiva bastante instigante. “O poder não é nada mais do que um tipo particular de relação entre os indivíduos”¹²⁸.

O poder deixa de ser algo eminentemente negativo, ele produz relações sociais, cria sujeitos e estrutura a ação possível. As relações de poder, portanto, “o fazer política”, está presente na família, na escola, na fábrica, na prisão, no manicômio, não somente no Estado. É esta a perspectiva adotada

L'épreuve orale sur dossier em histoire [...]. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2000, p. 70.

¹²⁷ Jacques Le Goff, “Documento/Monumento”. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997. Vol.1, Memória-História. p.96-105.

¹²⁸ Michel Foucault, “‘Omnes et singulatim’: vers une critique de La raison politique” In: *Dits et Ecrits*, vol. 4. Paris: Gallimard, 1994, pp. 134-161.

pelos historiadores da terceira geração dos *Annales* (a partir dos anos 1970). Um retorno à política, como nos diria Peter Burke¹²⁹.

As mudanças que surgiram com a atuação dos combatentes *annalistas* - aos historiadores rankeanos - trouxeram crises. A primeira relaciona-se à identidade do historiador e, a segunda às dificuldades no trato cotidiano do próprio ofício, sobretudo, em relação aos métodos e às fontes.

A expansão do campo do historiador aumentou exponencialmente. O diálogo crescente com as demais disciplinas passou a incluir desde a psicanálise até a lingüística: a geografia, as ciências da natureza, a literatura, etc.. Esta expansão gerou desencontros epistemológicos. E isto têm contribuído para a “crise” instalada no campo histórico.

Analisar uma cultura sob o prisma do olhar histórico é muito diferente de uma análise dos fatos da política. Devido os novos enfrentamentos os métodos aumentaram. As fontes também se diversificaram. Houve uma revolução na concepção de documento.

Com a Nova história o olhar sobre o documento “se não alterava o seu conceito, o seu conteúdo enriquecia-se e ampliava-se”¹³⁰, diz-nos Legoff. Mas, isto não significou abalar a validade dos paradigmas da escola alemã. Robert Mandrou nos diz que as “virtudes do método crítico não podem, na realidade, ser contestadas, pois perante um documento, escrito ou não, o historiador deve colocar a si próprio questões elementares”¹³¹.

O fato é que o velho método crítico ao documento, criado por Ranke, permaneceu intacto, mesmo na revolução historiográfica realizada pelos *Annales*.

Os embaraços surgiram de fato na medida em que os novos historiadores buscaram novos objetos de pesquisa, novas naturezas de fontes. Alguns se voltaram para a história oral, outros à literatura, outros às análises das imagens (iconografia, cinematografia, fotografia), outros às estatísticas, outros à cultura material, outros à música e outros à ciência.

Esta última especialidade, a história da ciência, diferentemente da maioria, se isolou desde o seu nascimento institucional. No início do século XX esse campo autônomo associou-se às áreas nobres da Lógica e Epistemologia, aproximando-se mais da grande área da Filosofia do que da grande área da História.

Este fato conduziu o campo a um distanciamento quase absoluto dos desdobramentos epistêmicos da disciplina histórica. Dentre os grandes a exceção à regra foi o russo Alexandre Koyré (1882-1964). Esse historiador da ciência estabeleceu diálogo com a escola dos *Annale's* ainda nos anos 30. Ao abandonar uma história da ciência positivista passou a fazer uma história da

¹²⁹Peter Burke, “O retorno à política”. In: *A escola dos Annales (1929-1989). A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1990, p. 100.

¹³⁰ Jacques Le Goff, “Documento/Monumento”. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997. Vol.1, Memória-História, p. 98.

¹³¹ Robert Mandrou, “Estatuto Científico da História” In *História e Historicidade*. Lisboa, Gradiva, 1988.

ciência internalista, mas, que não mais ignorava os fatores externos não racionais; mesmo que não fossem considerados essenciais os fatores políticos, econômicos, sociais e culturais deveriam compor a reconstituição do objeto investigado (mas, não sobrepor os fatores racionais da teoria).

George Alfred Leon Sarton (1884-1956), professor da Universidade de Harvard, sugeria a qualquer interessado à pesquisador da história da ciência a buscar uma sólida formação em ciências da natureza, em história e em filosofia. Sarton exerceu papel preponderante na institucionalização desta disciplina, considerado o precursor do campo. Publicou uma extensa obra e foi fundador do prestigiado periódico científico *ISIS* (1912). Dentre suas obras, de um total de quinze, destaca-se *Introduction to the History of Science*¹³² - um exemplar de conhecimento enciclopedista a moda dos setecentos.

Em 1932 a Universidade de Paris criou o Institut d'Histoire des Sciences et des Techniques, um abrigo para os historiadores da ciência. Nesse mesmo ano, a École Pratique des Hautes Études de Paris elegeu como seu Diretor A. Koyré - daria continuidade ao legado institucional de Abel Ray (1873-1940) para a disciplina na França. Junto a G. Sarton, as atividades de Koyré foram responsáveis pela primeira geração de historiadores da ciência americanos; destacam-se I. Bernard Cohen (1914-2003), Gerald James Holton (1922-) e Thomas Samuel Kuhn (1922-1996).

Contudo, mediante as mudanças relacionadas às fontes o documento escrito manteve-se predominante. A principal justificativa, sua abundância. Porém, passou a ser visto em outros planos; adquiriu um significado mais ampliado.

Por exemplo, os historiadores da cultura popular, aqueles afiliados à “história dos dominados”, ou comumente chamada também de a “história vista de baixo”, a fim de atingir seus objetivos passaram a utilizar documentos de Processos da Inquisição, registros paroquiais, testamentos, inventários, títulos de posse (arrendatários consuetudinários ou enfiteutas portavam-no com o devido registro da corte feudal), dentre outros. Esses historiadores passaram a analisar esses documentos objetivando identificar nas entrelinhas as vozes do “inarticulado”; o que em geral tratava-se de empreendimentos mais arriscados em comparação à história tradicional. Poderíamos classificá-los como escavações arqueológicas sutis¹³³. Os exemplos catedráticos são os estudos de E. Le Roy Ladurie¹³⁴, C. Ginzburg¹³⁵ e E. P. Thompson¹³⁶.

¹³² George Alfred Leon Sarton, *Introduction to the History of Science*. Baltimore: Published for the Carnegie Institution of Washington by the Williams & Wilkins Co, 1947. 3 vs (originalmente publicados entre os anos 1927-1947). Sarton escreveu 15 livros, e mais de 300 trabalhos entre artigos, notas e comentários.

¹³³ Peter Burke, *A Escrita da História. Novas Perspectivas* (Org.). São Paulo: UNESP, 1992, pp. 25-6.

¹³⁴ Emmanuel Le Roy Ladurie, *Montaillou*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

¹³⁵ Carlo Ginzburg, *The Cheese and the Worms: The Cosmos of a Sixteenth Century*. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1980.

¹³⁶ E. P. Thompson, *History from Below: Studies in Popular Protest and Popular Ideology*, ed. Frederick Krantz, Oxford, 1988.

Algo próximo ocorreu nas experiências dos historiadores que passaram a buscar na literatura pistas do passado. A crítica que pesa sobre eles refere-se à fragilidade de suas comprovações históricas; motivos de explícitas dissensões e debates entre os historiadores.

Já a história oral tem se tornado nos últimos anos um arquipélago próximo, mas não absolutamente integrado ao continente da história. Nota-se ainda um esforço obrigatório de justificar a legitimidade dessas fontes sempre quando utilizadas. Nos últimos anos, além dos historiadores adeptos à história vista de baixo, como Edward Palmer Thompson¹³⁷, os historiadores da África têm lançado mão da história oral como o principal método de desenvolvimento desta especialidade devido à ausência dos tipos tradicionais de fontes¹³⁸.

Poderíamos continuar tratando de uma diversidade de temáticas e “novos objetos” contemplados pela “Nova história”. A história vista de baixo, história das mulheres (acolhida pelos terceiros *Annales*. Georges Duby e Michèle Perrot se empenharam em organizar uma história das mulheres em vários volumes¹³⁹), história da leitura, história da alimentação, história das drogas e fármacos, história do corpo, etc.. Se ativéssemos a um único tema veríamos que mesmo assim a “diversidade” tornou-se palavra de ordem nesta nova forma de tratamento ao objeto.

Por exemplo, se restringíssemos ao tema do cotidiano, muito em moda na “Nova história”, veríamos que a bibliografia é impressionantemente vasta. Podemos citar brevemente alguns trabalhos como o de Michel De Certeau (1925-1986), que realizou uma reflexão pioneira sobre os usos cotidianos da cultura; Henri Lefebvre (1901-1991) em seu *Critique de la vie quotidienne*, o qual concebe o cotidiano como produto do capitalismo e espaço de alienação; Michel Maffesoli em *A Conquista do Presente*, onde, ao contrário, o cotidiano é a reação contra a homogeneização da dimensionalidade do mundo; Agnes Heller em *Sociologia de la vida cotidiana*, no qual se atenta para as estruturas do cotidiano onde as ações como a linguagem, os hábitos e a usualidade dos objetos compõem o que ele denomina de “o mundo das objetivações”; e Claude Javeau, o qual

¹³⁷ E. P. Thompson, *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford: Oxford University, 1978.

¹³⁸ Dentre vários especialistas em África podemos citar Hamadou Hampaté Bâ, Elikia M'Bokolo, Joseph Ki-Zerbo, Basil Davidson, Beatrix Heintze, Jill Dias, Elisée Soumonni, Jan Vansina, G. Mokhtar, M. El Fasi, I. Hrbek, D. T. Niane, B. A. Ogot, J. F. A. Ajayi, A. A. Boahen, A. A. Mazrui, C. Wondji. No Brasil Alberto Costa e Silva, diplomata por ofício e escritor e historiador por vocação, é um especialista no assunto, considerando que serviu como embaixador na Nigéria. Em 2010, o Comitê Internacional da UNESCO, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), lançou, no idioma português, “História Geral da África”, contendo oito volumes, aos moldes enciclopédicos, desde a pré-história africana até o século XX, reunindo os principais especialistas de todo o mundo, inclusive africanos, de cada período cronológico histórico. *General History of Africa*. 1ª Ed. (Inglês). Paris: UNESCO, Berkley: University of California Press, London: Heinemann Educational Publishers Ltd., 1981.

¹³⁹ São várias as publicações. Destacam-se na produção de Perrot: *História dos quartos*. Paris, Seuil, 2009; *As sombras da história. Crime e castigo no século XIX*. Paris, Flammarion, 2001; *Os operários em greve*. Mouton, 1974, dentre outros. Traduzidos para o português destacam-se *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Paz e Terra, 1988; *Minha história das mulheres*. Contexto, 2007; *Mulheres ou os silêncios da História*. EDUSC, 2005; *Mulheres públicas*. UNESP, 1998; Georges Duby & Michelle Perrot (Orgs.), *História das mulheres no Ocidente*. Afrontamento, 1993; Georges Duby & Michelle Perrot (Orgs.), *História da vida privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, vol 4. Cia das Letras.

reúne em seu *La société au jour le jour* a macro e micro história, cuja a coletividade reproduz inconscientemente ou não a continuidade do viver social.

Outro exemplo são os psico-historiadores. Subdivididos em “intencionalistas” e “funcionalistas”, influenciados pela psicanálise de Sigmund Freud (1856-1939), procuraram apreender motivos inconscientes e conscientes da racionalidade. Desde o psicanalista Erik Erikson (1902-1994), com seu estudo sobre a identidade de Martinho Lutero, ao conhecido historiador Peter Gay, a prática desta modalidade despertou uma série de controvérsias.

Os estudos de Michel De Certeau (1925-1986) sobre a cultura possuem pinceladas dessas cores. O interesse pelos sentimentos, emoções, padrões de comportamento, valores e estados de espírito incitou controvérsias. Com o tempo esta modalidade se fragilizou. Mas, não deixou de influenciar uma geração que se voltou para questões como o desejo sexual, as relações familiares, os elos emocionais, as crenças, os costumes e o comportamento dos grupos.

Os exemplos são numerosos. A fragmentação da história é resultante da especialização da ciência. Atualmente os historiadores da cultura associam o erudito ao popular, os historiadores das mulheres abordam as relações entre gêneros, os historiadores econômicos falam a linguagem dos economistas, os historiadores do direito decifram códigos de leis, os historiadores da psicologia entendem tanto de psicanálise freudiana quanto os psicanalistas adeptos a Freud, ou entendem tanto da psicanálise estruturalista de Lacan quanto os seus seguidores.

Isto é uma realidade que pode e que deve ser aproveitada. Mas, especialização por si mesma como se deu na Ciência moderna não nos levou a um bom lugar. É necessário que as ciências sociais dialoguem e que mantenham o homem como sua única justificativa de existência. As disciplinas sociais podem se fragmentar, mas não podem fazer o mesmo com a totalidade.

Os modismos passam, questões antigas são retomadas. O velho se torna novo, geralmente apresentado em novas nuances. Nunca devemos esquecer os sabores, podem ser úteis; podemos evitar uma intoxicação alimentar futura. Não é esse o papel social da ciência histórica?

Devemos nos ater aquilo que explica o todo. As querelas do particular estão longe de representar a realidade. As particularidades micro-históricas podem ser úteis, mas isoladas significam o insuficiente; “os acontecimentos brilham, mas não aclaram” dizia Braudel referindo-se aos vaga-lumes nas noites brasileiras¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Refere-se a uma viagem que Braudel fizera ao Estado da Bahia juntamente com sua esposa Paule... Perdidos numa noite na estrada, em visita a Salvador e Feira de Santana, amedrontados pelos avisos de amigos de São Paulo sobre Lampião e seu bando, logo viu-se Braudel a correr atrás dos vaga-lumes, a brincar e a se divertir. Anos mais tarde, afirmara que “os acontecimentos são como os vaga-lumes nas noites brasileiras: brilham mas não aclaram”. Entrevista a Napoleão Sabóia, *O Estado de São Paulo*, 26-11-1995. p. D5.

A história total pode fazer com que evitemos o indigesto. Isolados, os particulares podem conduzir o pensamento e a investigação científica histórica à alienação e, isto o homem do “breve século XX” conhece bem.

Marx já nos advertia em seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos*¹⁴¹, de 1844, ou mesmo em “*Elementos para a Crítica da Economia Política*”¹⁴², de 1857-58, dos perigos da alienação do homem numa ligação recíproca entre sujeito, objeto e condições concretas específicas. Referia-se às imposições da relação contraditória no universo do trabalho ao trabalhador - conscientemente delegada pela lógica geral do capitalismo em sua configuração das relações sociais dissimuladas em relações do capital.

Segundo a noção marxista de realidade concreta, a realidade das coisas não se apresenta imediatamente ao homem tal qual elas são. Karel Kosik em seu *Dialética do Concreto* denomina este fenômeno como “pseudoconcreticidade”; fenômeno que mostra parcialmente a realidade, escondendo nela uma essência a ser desvendada. Portanto, “pesquisar o fenômeno é desvendar a essência oculta”¹⁴³.

Juízo de valor acerca de modalidades históricas é um caminho perigoso. Ainda mais o são quando estas modalidades pertencem às ditas superadas; o perigo está no próprio anacronismo. A escrita estrutural da história se encontra atualmente nesta condição.

Lucien Febvre já nos dizia que o bom historiador evita ao máximo o anacronismo. Mas, necessariamente evita juízo de valor?

Lawrence Stone nos afirma que “é difícil evitarmos juízos de valor”¹⁴⁴ e, assim tão bem o fez; num de seus artigos retratando as idéias marxistas dos anos 1930 nos afirma que estas “foram bem reducionistas” e, quanto aos cliometristas, adeptos à história quantitativa, os retrata como aqueles que “continuam a agir como dopados em estatísticas”¹⁴⁵. Refere-se ao modelo macro-econômico como “um castelo no ar e a história científica como um mito”¹⁴⁶. Analisando sua obra, parece-nos que o historiador britânico foi traído por sua pena.

Apesar de nosso estoicismo, sabemos que no limite se trata de tarefa praticamente impossível evitarmos juízos de valor. Não se pode chegar àquela imparcialidade olímpica apregoada por Ranke.

¹⁴¹ Karl Marx, *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. 4ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

¹⁴² Karl Marx, *Elementos fundamentales para la Crítica de la Economía Política - Grundrisse*. Cidade do México, Siglo XXI editores, (1857-58)/1986.

¹⁴³ Karel Kosik, *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 7ª Edição, 2002, p. 13.

¹⁴⁴ Lawrence Stone, “O Ressurgimento da Narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história”. *RH – Revista da História*, n 2/3, primavera, 1991, p. 14.

¹⁴⁵ *Idem*, p. 34.

¹⁴⁶ *Ibidem*, pp. 24-5.

Para este trabalho, em específico, considerando a disciplina de história constituída por várias sedes, tomamos partido por aquela que salvaguardou a ciência histórica em meados do século XX: a história econômica, promotora da escrita estrutural histórica, é esse campo particular.

O próprio Braudel, ainda no ano de 1936, em palestra aos alunos do então Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, afirmou que “faz-se urgente e necessário que nos pronunciemos, que sejamos herdeiro da dúvida metódica de Langlois e Seignobos”. É preciso sim que tomemos partido. O que não se pode é fazê-lo “antes do conhecimento e do exame dos fatos”, pois somente assim se decidirá “com inteira probidade, lealdade, serenidade, escrúpulo e simpatia”¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Fernand Braudel, “Pedagogia da história”. Palestra no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, IEUSP, 1936. *Revista de História*. São Paulo, vol. 11, nº 23 (julh-set, 1955): 3-21, p. 4.

Subcapítulo 1.2

Disciplinas de história e economia

DE CERTA FORMA a disciplina de economia desde o seu surgimento esteve associada à história. Esta associação por si mesma é tema de história. Podemos afirmar isso olhando para a própria história do pensamento econômico. No século XIX predominou uma tendência de forte aproximação entre as duas disciplinas. O surgimento da história econômica se deu a partir da ruptura com a economia política.

Neste subcapítulo discutiremos a relação entre as duas disciplinas formadoras da disciplina histórica econômica. Está dividido em três seções: na primeira discutiremos a natureza epistemológica da relação entre as disciplinas de história e economia, na segunda seção abordaremos a separação curricular e epistemológica entre as duas disciplinas, e na terceira seção ampliaremos as causas do rompimento tratado na seção anterior. O objetivo geral do subcapítulo é abordar a história da relação epistemológica entre as disciplinas de história e economia.

1.2.1 - História e economia: a “natureza” epistemológica

NO AMBIENTE da primeira Revolução Industrial (1760-1840) o universo do trabalho fabril deteriorou-se velozmente. O nível de renda, as condições de trabalho, as condições de moradia e a repressão psicossocial à classe operária, sobretudo nos países mais industrializados como a Inglaterra, levou alguns a se preocuparem com esse processo. Dentre eles, autoridades e sociedades benemerentes passaram a produzir relatórios denunciativos¹⁴⁸.

Frederich Engels (1820-1895), então um jovem representante comercial da firma de seus pais na Inglaterra, de posse de tais relatórios escreveu um livro que posteriormente tornar-se-ia num clássico: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. O encontro intelectual de Frederich

¹⁴⁸ Concedemos os créditos desta seção ao trabalho de Wilson do Nascimento Barbosa, intitulado “O Lugar da História Econômica entre as Ciências Sociais”. *Revista de Economia Política e História Econômica (REPHE)*, 18 (ago-2009): 125-172.

Engels e Karl Marx (1818-1883) foi frutífero. Dedicaram suas vidas ao estudo e à militância política em busca de uma nova realidade material.

O marxismo não era uma doutrina isolada que imprimia esforços em direção ao socialismo. Henry Ludwell Moore (1869-1958), um dos fundadores da econometria e membro da escola de Lausanne e, Knut Wicksell (1851-1926), o famoso economista da escola de Estocolmo, também eram socialistas; no entanto, não marxistas. O marxismo faria uma história da luta de classes realçando a importância da classe trabalhadora e suas determinações no processo histórico. Diferentemente da escola de economia clássica, ignorava a abstração de um modelo geral para o homem.

À moda panorâmica pode-se dizer que até o século XIX a economia política e a história econômica ocupavam espaços institucionais contíguos, senão o único espaço. Isto ocorria porque o currículo da economia política era associado à disciplina de história. Desconsiderando os fisiocratas (François Quesnay e seus discípulos Turgot, Mirabeau, Mercier de la Rivière, le Trosne, Dupont de Nemours, etc.), a economia política já surge no século XVIII como uma ciência moderna.

Adam Smith (1723-1790) admitia como base científica o método indutivo; vicissitudes do empirismo inglês, critérios newtonianos (tradição em Hobbes, Locke, Bacon, Hume)¹⁴⁹. David Ricardo (1772-1823), discípulo de Smith inverteu esta ordem. Concebeu uma nova base metodológica para àquela ciência; o racionalismo, ou o método hipotético-dedutivo, passou a ser o fundamento da economia política. E isto implicou uma série de mudanças.

Já a história econômica se autonomizou no século XIX dissociando-se da economia política e ao mesmo tempo da história política germânica. A história econômica nasceu preocupada com o coletivo. Este alcance foi possível em grande medida por sua constituição epistemológica. A sua metade econômica lhe possibilitava mais facilmente se descolar do acontecimento único associado à narrativa política predominante na grande área da história.

Entre os anos 1750 a 1780 a economia política permaneceu inalterada ao modo de Adam Smith. A partir de 1780 com Ricardo consolidou-se o domínio da “economia política clássica”, convertida ao método *dedutivo*. A hegemonia da teoria ricardiana perdurou até 1850, quando se instaurou um período de crise. Dentro deste período maior, que vai de 1750 a 1850, cabe destacar o sub-período de 1815 a 1845 por ser uma época de crise e ao mesmo tempo prodigiosa para o pensamento econômico.

Se confrontaram diversas correntes, como o socialismo utópico, os fiéis seguidores de Ricardo, os anti-ricardianos, os socialistas ricardianos, a escola histórica alemã e os primeiros representantes da “revolução marginalista” (1870-1920) – epicentro do fenômeno de matematização da economia política, transformando-a na ciência econômica contemporânea.

¹⁴⁹ Newtonianismo e “Teoria do Equilíbrio Econômico Geral” de Adam Smith.

Já a história econômica, na segunda metade do século XIX, era conduzida pelos “historistas”, os membros da “escola alemã”. Esses se subdividiam em diversas correntes de pensamento, contudo se uniam a partir da idéia de que a história era uma epistemologia autônoma e culturalmente cumulativa. Para a escola alemã de economia política não existem leis universais, existem estruturas com validade em sistemas econômicos específicos. Valorizavam o fato histórico; gradualmente deslocaram-se da intenção de identificar o estrutural dos fatos históricos para uma preocupação que se limitava em descrevê-los. Tal descrição, posteriormente, de forma depreciativa, foi nomeada de narrativa histórica¹⁵⁰.

Além da história econômica produzida em meados do século XIX pelos “marxistas” e “socialistas” (anti-ricardianos) e, pelos “historistas” (escola alemã), havia uma terceira corrente. A “história liberal” nasceu ainda no século XVIII junto à economia política inglesa onde a ênfase no indivíduo, no burguês, no empresário, era a tônica. Portos, ferrovias, grandes empresas, grandes instituições e, sobretudo os bancos eram os objetos de estudo desta escola. No século XX estas três correntes desdobraram-se em novas vertentes.

Dos historistas surgiram diferentes estruturalismos, tais como o institucionalismo norte-americano, a escola de Estocolmo, o keynesianismo e o estruturalismo da CEPAL. O marxismo se subdividiu em várias correntes conforme aceitem ou não a validade do materialismo dialético de Engels e Gueorgui Plekhanov (1856-1918), ou apenas o materialismo histórico de Karl Marx. Dos “liberais” surgiram os “neoclássicos”, a “escola austríaca”, responsável pela denominada revolução marginalista e neoclássica. Nesta escola, Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) é nome de destaque, além de Carl Menger (1840-1921), Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914), Ludwig von Mises (1881-1973), Henry Hazlitt (1894-1993), Murray Rothbard (1926-1995) e o prêmio Nobel do ano de 1974 Friedrich Hayek (1899-1992). A escola foi hegemônica entre os anos de 1870 a 1920 e, depois desses anos entrou em profunda crise. Na década de 1930 se afirmou o economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), responsável pela política econômica de recuperação dos Estados Unidos após o “crash” da bolsa de Nova Iorque de 1929.

A “escola de Estocolmo” em certa medida antecipou a “teoria keynesiana” mediante a citação de Bertil Ohlin (1899-1979) dos escritos de Knut Wicksell (1851-1926) no *Economic Journal*, cujo editor era o próprio Keynes. A maior contribuição da escola de Estocolmo foi o desenvolvimento do “método dinâmico” que contribuiu significativamente para a Teoria Alternativa da Moeda elaborada por Keynes. Desta escola instituiu-se a chamada “revolução keynesiana”, uma revolução teórica, logo abortada, pois de imediato foi subsumida à “síntese neoclássica” de John Hicks (1904-

¹⁵⁰ Esta questão da escrita narrativa pode ser conferida com maior zelo em dois artigos que abordam esta questão: 1) o artigo de Lawrence Stone, intitulado “O Ressurgimento da Narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história”. RH – Revista da História, São Paulo, n 2/3, 1991, p 13-37; 2) e o artigo de Eric Hobsbawm intitulado “A volta da narrativa” In: E. Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Ed. Schwarcz, 1997, pp. 201-206.

1989) que se tornou dominante até meados de 1970. Entre os anos 1970 e 1980 instaurou-se a crise da “teoria keynesiana” de síntese neoclássica. Depois disso, assistimos à sucessão e ao confronto de várias escolas e teorias, tais como o ressurgimento do monetarismo, a formação da teoria pós-keynesiana, a teoria novo-clássica, a teoria novo-keynesiana, a nova economia institucional e o neo-marxismo, dentre outras correntes de menor expressão acadêmica.

O objetivo desta parte do capítulo é discutir os impactos causados pela disciplina econômica à disciplina histórica e à disciplina histórica econômica, ou simplesmente a relação entre as disciplinas de história e economia. Analisaremos aqui os desdobramentos históricos destas escolas, em específico àquelas que vão até a primeira metade do século XX - período em que se situam os principais *combates pela história*, parafraseando Lucien Febvre. Para tal, após termos abordado na primeira parte a disciplina de história, abordaremos agora as alterações sofridas pela disciplina de história econômica e de forma justaposta as de economia política, denominada, após a “revolução marginalista”, de, simplesmente, ciências econômicas. Perdeu o termo “política” como também sua base epistêmica histórica, sendo-lhe indubitavelmente um prejuízo irreparável: suas finalidades alteraram-se profundamente, passando-se a servir mais a uma racionalidade típica das ciências formais, uma exigência inexorável das instituições capitalistas.

No século XIX as três vertentes historiográficas originais (marxistas e socialistas, escola alemã e os liberais) guerreavam entre si pela hegemonia na historiografia econômica. Desta disputa importantes trabalhos foram produzidos e marcaram a historiografia oitocentista. Referiam-se geralmente à agricultura, ao comércio, às ferrovias, à classe operária e ao trabalho escravo. Por exemplo, J. Elliot, em 1845, publicou o seu *Sistema de consolidação da dívida flutuante nos EUA e Grã-Bretanha*; W. G. Summer, em 1896, lançou o seu *História dos bancos nos EUA*; J. L. Laughlin, em 1897, veio a público com o seu *História do Bimetalismo nos EUA*; o Comitê Executivo da Sociedade Norte-Americana Contra a Escravidão produziu nos anos 1840 importantes relatórios do universo do trabalho e das condições oferecidas aos trabalhadores.

No final de século, especificamente nos anos 1870-1890, surgiram, nos diversos partidos operários europeus, intelectuais que se constituíram enquanto historiadores econômicos elaborando textos, cursos para operários e trabalhos de pesquisa sobre a formação da classe operária, sobre a evolução nacional e/ou internacional da classe, sobre os mecanismos do capital e da sociedade capitalista, sobre a história sindical, etc.. O partido Social-Democrata Alemão promoveu uma vasta produção com dezenas de círculos, institutos de ensino, editoras e livrarias. Paralelamente, tanto os “historistas” quanto os “liberais” mantiveram-se em disputa objetivando a hegemonia de idéias e de método¹⁵¹.

¹⁵¹ Wilson do Nascimento Barbosa, “O Lugar da História Econômica entre as Ciências Sociais”. *Revista de Economia Política e História Econômica (REPHE)*, 18 (ago-2009): 125-172.

Num período de expansão das ciências sociais os duelos das bases metodológicas se deram de forma veemente. Foram de dois tipos: 1) o conflito entre o método *dedutivo* (abstrato, axiomático) e o método *indutivo* (observação, empírico); 2) o conflito entre *idealismo* e *materialismo*. Durante este período de virada de século alguns trabalhos destacaram-se como o de Paul Mantoux em seu *Revolução Industrial*, editado e reeditado em várias versões entre 1895 e 1920; T. C. Clarke em seu trabalho sobre a ferrovia norte-americana publicado em 1892; T. K. Holmes sobre a condição alimentar nos EUA publicado em 1916; E. R. Johnson sobre o comércio interno e externo nos EUA, publicado em 1915; além das contribuições de Maximilian Carl Weber (1864-1920), Ernest Labrousse (1895-1988), Gustav Schmoller (1838-1917), Wilhelm Oncken (1835-1905), Henri Seé (1864-1936), François Simiand (1873-1935), Bertrán Nogaro (1880-1950), dentre outros; o prestigiado Alfred Marshall (1842-1924) procurou atribuir um lugar para a história mesmo diante da proeminência da estatística tida como o melhor procedimento indutivo a aplicar-se na ciência econômica em substituição ao método histórico¹⁵².

Até a Primeira Guerra Mundial, ou desde os primórdios da história econômica (anos 1820), ou desde a escola clássica de economia política, história e economia andavam juntas. Adam Smith considerava impossível atribuir confiabilidade à teoria econômica sem apoiá-la em explicações históricas, mesmo que essas fossem fundamentadas na história oficial. Os seus discípulos David Ricardo (1772-1823) e Thomas Malthus (1766-1834) converteram a economia clássica ao método dedutivo, contrariando o mestre. Esses discípulos foram seguidos pela geração posterior de economistas ingleses, franceses e alemães: se destacaram Stuart Mill (1806-1873), Frédéric Bastiat (1801-1850) e Yves Guyot (1843-1928).

Mesmo tendo Ricardo colocado o método dedutivo no centro do pensamento da economia clássica, há de se considerar que a perspectiva associativa entre história e economia não foi absolutamente desfeita. Essa dissociação se daria somente mais tarde, a partir dos anos 1870. A história conduzia o olhar do economista para o homem, mesmo que esse homem fosse esquemático, modelar e abstrato. O *homo oeconomicus* representava o homem universal. Mesmo que baseada numa história política, o olhar para o passado de acontecimentos históricos proporcionava ao economista condições de prever cenários futuros - vocação natural da ciência econômica e justificativa social de sua própria existência como disciplina.

Gostem ou não os economistas é uma necessidade reconhecer que a sua disciplina está fundamentada em processos históricos; estão todos irreversivelmente sujeitos à historiografia. A economia possui uma relação de necessidade obrigatória em relação à disciplina histórica. A

¹⁵² *Idem.*

“economia, ou melhor, aquela parte dela que de vez em quando se arroga o monopólio de definir o objeto, sempre foi vítima da história”¹⁵³, afirma Hobsbawm.

O desafio não está no enfrentamento do economista na utilização da história, mas na utilização dos instrumentos teóricos da economia nas análises históricas. As alterações que apareceram com o advento da revolução marginalista tornou o desafio ainda maior. Os princípios axiológicos admitidos pela nova disciplina econômica impossibilitou progressivamente a aproximação das duas disciplinas.

Em todo caso, independentemente das mudanças, como a dissociação curricular das disciplinas originárias de seu campo, cabe ao historiador econômico acompanhar as mudanças de suas disciplinas; considerando que os instrumentais da economia são quase estáticos, pouco se alteram, apenas são atualizados às novas teorias e tecnologias. Pensar interminavelmente sobre o seu próprio ofício passa a ser demanda obrigatória para todo historiador econômico. Contudo, mesmo a despeito desta realidade, institucionalmente os departamentos de economia e de história marginalizam a “interdisciplina” de história econômica. Procuram reduzir sua relevância teórico-acadêmica. O que é um erro, sobretudo se levarmos em conta a robustez intelectual deste campo de estudo.

É exigível um esforço duplo ao profissional que a este campo se afilia, tanto em dominar as duas disciplinas, que por si só representa um imenso desafio, mas também pelo fato de lidar com o (des)encontro epistemológico inevitável de suas disciplinas constitutivas. Esse (des)encontro decorre em questões de fundamentos teórico-metodológicos díspares, o que em tempos de interdisciplinarismo (e transdisciplinarismo, se preferirmos) é indubitavelmente um exemplar evidente.

Boa parte dos historiadores econômicos atualmente são economistas ou advindos das demais ciências sociais. Em alguns casos historiadores de formação. Num departamento de história este dado determina em parte a rejeição. Há aqueles que acusam os economistas feitos historiadores econômicos de não dominarem em plenitude a metodologia histórica e a historiografia. Num departamento de economia, a natureza do discurso aliciador é essencialmente a mesma.

O uso e manuseio dos instrumentos matemáticos (e estocásticos) característicos da ciência econômica contemporânea, como matemática aplicada em finanças, econometria, estatística, etc, são os obstáculos para um historiador acostumado unicamente à metodologia histórica e à historiografia (mesmo porque não são esses os instrumentos que esse profissional acredita serem os mais apropriados para uma investigação histórica, bem como da realidade humana e social concreta do presente).

¹⁵³ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 107.

Na terceira situação, quando são originariamente historiadores admitidos em departamentos de história, são renegados pelos modismos atuais da disciplina histórica, no caso atual pelo generalizante campo da história social, aquele em que tudo cabe; ou como nos afirma Hobsbawm um “repositório amorfo para tudo”¹⁵⁴, ou como nos diria Braudel uma “*histoire obscure de tout le monde*”¹⁵⁵ - na opinião do mestre francês, um grande prejuízo, já que é esta “a história para a qual, de diferentes maneiras, tende toda a historiografia no presente”¹⁵⁶.

Não obstante, a formação originária do historiador econômico faz toda a diferença na construção do seu discurso. Considerando que seja esse o meio pelo qual irá se comunicar com uma rede de produção de pesquisa - do ponto de vista institucional -, muitos dos historiadores econômicos se vêem lançados à margem, seja em departamentos de história, seja em departamentos de economia, tornando-se numa espécie de apêndice, aquele órgão pouco útil, decorativo. Mas, ainda consideramos que esta renegação se explica mais por motivos epistemológicos e históricos e menos por corporativos. Em todo caso, é evidente a priorização do sistema universitário por um currículo voltado para as necessidades de mercado, vicissitudes do capitalismo. O campo das ciências econômicas sofreu um processo de “matematização” (princípios axiomáticos, formalismos) a partir da revolução marginalista (1870-1920), não por uma necessidade epistêmica apenas, mas também por uma imposição ideológica.

Em todo caso existem dois tipos de história econômica: a “velha” e a “Nova”. Ambas confundem os profissionais dedicados a este campo de estudo, ora por questão conceitual teórica, ora pela marginalização do profissional em relação ao discurso institucionalmente legitimado por um modismo. A denominada “velha”, de tradição marxista - em terminologia depreciativa imposta pela “Nova” -, admite análises frutíferas, contrariando os modismos acadêmicos, já que muitas das certezas tornadas axiomas da “Nova” foram herdadas - senão apropriadas - da “velha”.

Em meio à guerra de correntes de pensamento no interior da história econômica o historiador econômico em formação se depara com alertas que o direcionam para o bom uso das vias disponibilizadas. Fazer mal uso de qualquer corrente é desonesto (senão destrutivo). Aqueles que militam na velha tradição procuram derrotar uma visão depreciativa sobre ela, demonstrando que o maior erro está no mal uso da teoria e não na teoria em si.

Eduardo Mariutti diz que “certamente há riscos em optar por refletir a história utilizando-se das categorias marxistas. Numa tentativa de superar o empirismo dominante e no esforço de compreender as tendências de longo prazo na busca em apreender o ‘sentido’ da história, admitida às últimas conseqüências pode desembocar numa negação da história, na historização e no

¹⁵⁴ Eric J. Hobsbawm, “O ressurgimento da narrativa: alguns comentários”. *RH – Revista da História*, São Paulo, n 2/3, 1991, p. 42.

¹⁵⁵ Fernand Braudel, “Une parfaite réussite”, p. 109.

¹⁵⁶ *Idem*.

reducionismo”¹⁵⁷. Mas, por outro lado “a sua recusa completa significa a defesa da contingência e a capitulação ante o relativismo total, tendências igualmente a-históricas e simplificadoras”¹⁵⁸.

Jorge Grespan em *O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*¹⁵⁹ se opõe aos críticos que se esforçam em depreciar a teoria de Marx; se lembram mais da distorção teórica e se esquecem daqueles que a utilizam e a veiculam enviesadamente. Grespan acusa a vulgata marxista e “o erro de vários autores que discutiram e discutem o problema do destino do capitalismo, tomando por base a teoria de Marx”¹⁶⁰; o autor refere-se à natureza teleológica de vários autores negligentes. Os riscos alertados por Mariutti não devem ser creditados, a juízo de Grespan, à teoria da história de Marx, mas ao mal uso pelos que dela se utilizam.

De qualquer modo, se observa na “Nova história econômica” uma mudança de preocupação por parte do sujeito, o qual migrou seu foco da *esfera da produção* para a *esfera do consumo*. Necessariamente, a migração em si não é o maior problema. A dificuldade aparece com o enviesamento. As abordagens estocásticas de autores que migraram seu foco de análise *da esfera da produção* para a *esfera da circulação* trouxeram dificuldades de identificação para a história econômica¹⁶¹. O problema é que a “Nova história econômica”, muito aos moldes estadunidenses, passou a tutelar não mais o objeto econômico histórico, onde o homem é o maior interesse, mas as variáveis da esfera do consumo, onde os processos sustentados pelo capital, mediadores das relações sociais, são os seus maiores objetos de desejo.

Um exemplo é a história do gerenciamento, obscura entre história econômica e administrativa, onde o maior interesse são os “processos de gestão organizacional” (para enobrecê-los os denominam de “pensamento administrativo”). O mesmo ocorre com a história da publicidade, confundindo a história econômica com a história da comunicação; sua maior preciosidade são os conteúdos de caráter “publicitário histórico” (um tipo de história que cultua as marcas de produtos de consumo, elementos de alienação indissociáveis do capitalismo).

Considerando ainda o tema da “velha” e da “Nova” história econômica, vale dizer que contemporaneamente denominam-nas também - enquanto duas grandes tipologias de história econômica -, de *materialista* e *quantitativa*, respectivamente. Em resumo, ambas distinguem-se pela natureza de tratamento do objeto. A primeira interessa-se pelos *modos de produção*, compreendidos como a forma de organização sócio-econômica das relações de produção e das forças produtivas onde se vincula a uma acepção sistêmica da sociedade; e, a segunda como aquela que concentra seus estudos na *esfera da circulação*. *New Economic History* e *Counter-Factual History*

¹⁵⁷ Eduardo Mariutti, *Balanço do Debate: A Transição do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo, Hucitec, 2004, p. 21.

¹⁵⁸ *Idem*.

¹⁵⁹ Grespan, J. L. S. *O Negativo do Capital. O conceito de Crise na Crítica de Marx à Economia Política*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1998.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 45.

¹⁶¹ *Ibidem*, pp. 32-47.

basicamente tratam de “teoria neo-clássica retrospectiva”, ou simplesmente “economia histórica” - sendo a história quantitativa o modelo a ser seguido.

Esta modalidade quantitativa, ou “economia retrospectiva”, denominada de “Cliometria”, se utiliza de ferramentas de estatística, demografia, econometria, microeconomia e matemática, sendo-lhe essas disciplinas demasiadamente úteis. Para Pierre Chaunu, a história econômica quantitativa é uma “história do movimento, da variação, da estrutura ondulante da economia”¹⁶². Mas, é necessária uma diferenciação entre história quantitativa que se preza aos métodos históricos e que se utiliza do “quantitativo” apenas como instrumento histórico e, aquela história quantitativa que se apresenta ao “quantitativo” como “razão de ser”; essa última, desconsidera os pressupostos teórico-metodológicos históricos.

Como alguns exemplos destas diferenças podemos citar no primeiro caso os trabalhos do economista e sociólogo François Simiand, que se tornou referência ao centralizar sua análise na flutuação dos preços, na moeda e nas classes sociais, ou a pesquisa de Ernest Labrousse, que trabalhou a questão dos preços noutra perspectiva; seu interesse foi acompanhar a evolução social mediante a movimentação monetária em seu *La crise de l'économie française*. Pierre Chaunu em seu *Séville et l'Atlantique au XVI siècle* também é um exemplo clássico desta tradição, onde descreve longamente a conjuntura das relações entre Espanha e a América espanhola, da conquista a Filipe II.

No segundo caso, trata-se de uma história quantitativa, nascida nos Estados Unidos nos anos 1960. O seu maior destaque é o prêmio Nobel (1993) Robert William Fogel (1926 -). Seu maior livro foi o prestigiado *Railroads and American Economic Growth*¹⁶³. Esta modalidade de história tornou-se modismo amplamente difundido colecionando prêmios, prestígio e reconhecimento de diversas representatividades acadêmicas e de governo - sobretudo, àquela parte institucional ligada direta ou indiretamente às agências de fomento à pesquisa. Entre esses historiadores predomina uma concepção de contribuição revolucionária à área de história econômica, sobretudo pelo uso de lógica, estatística e matemática.

¹⁶² Pierre Chaunu, “A Economia: Ultrapassagem e Prospectiva” in LE GOFF, J. & P. Nora. *História: Novas Abordagens*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 45. Obra mais completa deste mesmo autor sobre a “História Quantitativa” consultar: Chaunu, P. *Histoire quantitative, histoire sérielle*. Paris: A Collin, 1978.

¹⁶³ Robert Fogel, *Railroads and American Economic Growth*. Baltimore, 1964. Os estudos de Robert Fogel enfatizam estas questões da história contrafactual. Neste estudo o autor trabalha a questão da contribuição das ferrovias no crescimento da economia norte-americana. Sua inovação está em retirá-las do cenário simulando matematicamente as necessidades econômicas atendidas por outras vias de transporte. Fogel considerou a existência das ferrovias, não sugeriu que não existiram, sendo esta uma de suas inovações, pois seu objetivo estava em demonstrar empiricamente a contribuição precisa das ferrovias no desempenho da economia dos Estados Unidos no século XIX e não ter imaginado cenários históricos condicionais. Há uma tênue distinção, mas detectável e mui relevante, entre o trabalho de Fogel e muitos daqueles da denominada “história contrafactual” que se reduzem ao “se”, ou simulação de cenários históricos posteriores aos fatos desencadeadores de fatos e processos históricos vistos do presente.

Douglass North considera que a “*New Economic History* contribuiu de forma sistemática para o uso da teoria e dos métodos quantitativos na disciplina histórica” e, mais do que isso, afirma que “o uso sistemático da teoria econômica neoclássica retrospectiva contribuiu incisivamente para a história econômica, concedendo uma nova luz, servindo para diminuir as diferenças no alcance das questões”¹⁶⁴.

Para Hobsbawm, “embora ela tenha atraído pessoas de grande talento”, referindo-se a Fogel, “trata-se de admirável inventividade na exploração e aproveitamento de fontes históricas, [mas] até agora ela tem sido menos que revolucionária”¹⁶⁵. Para Lawrence Stone, “apesar de suas realizações inquestionáveis, não se pode negar que a quantificação não respondeu às grandes esperanças (...), [pois] a maioria dos grandes problemas da história continuam tão insolúveis como sempre, se não mais”¹⁶⁶.

Não obstante, segundo Hobsbawm, “devemos saudar a notável contribuição dos cliometristas à mensuração na história e, certamente no caso de Robert Fogel, sua impressionante engenhosidade e originalidade na busca e utilização de fontes e técnicas matemáticas”¹⁶⁷.

Portanto, senão mais aquele modismo eufórico dos anos 1960, conforme deixou escapar Robert Mandrou como sendo aquela área que “muitos a reivindicam como a única com futuro”¹⁶⁸, ou mesmo como Emmanuel Le Roy Ladurie que “a história que não é quantificável não pode pretender ser científica”¹⁶⁹, referindo-se às tendências da disciplina histórica, ainda é, e continuará sendo, um destino certo de vultosas verbas concedidas pelas agências de fomento à pesquisa acadêmica (sobretudo, nos Estados Unidos). Mas, temos que admitir a assertividade de Robert Mandrou ao enfatizar o impacto de sua relevância não apenas às especialidades da história econômica, mas também às especialidades da história social, história política e história antropológica¹⁷⁰.

A história quantitativa atraiu muitos historiadores. Não somente nos Estados Unidos, mas também na França; considerando não somente os trabalhos dos *Annales* braudelianos. Foi uma linguagem científica em moda nos anos 1960 e 1970, haja vista o estruturalismo de Claude Lévi-Strauss – o etnólogo durante sua estadia nos Estados Unidos nos anos da Segunda Guerra Mundial encontrara em Roman Jakobson uma grande influência no uso de uma linguagem “científica” para as ciências humanas. Jean Marczewski, economista na Faculdade de Direito de Paris, nos anos 1960

¹⁶⁴ Douglass C. North, “Beyond the Economic History”, in *The Tasks of Economic History*. The Journal of Economic History, V. 34, Issue 1, Mar. 1974, pp. 1-7.

¹⁶⁵ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 108.

¹⁶⁶ Lawrence Stone, “O Ressurgimento da Narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história”. RH – Revista da História, n 2/3, primavera, 1991, p. 23.

¹⁶⁷ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 126.

¹⁶⁸ Robert Mandrou, “Estatuto Científico da História”, In: *História e Historicidade*. Lisboa, Gradiva, 1988, p. 25.

¹⁶⁹ Emmanuel Le Roy Ladurie, *Le territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1973, pp. 7-16.

¹⁷⁰ Robert Mandrou, “Estatuto Científico da História”, In: *História e Historicidade*. Lisboa, Gradiva, 1988, p. 25.

expôs suas concepções teóricas enaltecendo os avanços na pesquisa histórica quantitativa em seu *Introduction à l'histoire quantitative*¹⁷¹.

O campo de estudo cresceu fortemente na academia francesa desde os anos 1960, dispondo de um Centro de Investigação de História Quantitativa na Faculdade de letras de Caen e, numa quase exclusividade de estudos no Centro de Investigação Histórica da VI Secção da École Pratique des Hautes Études.

Em todo caso, a cliometria é útil para a história, mesmo considerando que esta tenha transformado parte da história econômica em economia retrospectiva. O uso da quantificação na aplicação das ferramentas estatísticas, matemáticas e outras afins é uma importante contribuição para o ofício do historiador. “Quem não consegue quantificar, não consegue escrever história”¹⁷², afirma Hobsbawm. É claro que houve momentos de exageros, como na afirmação de Emmanuel Le Roy Ladurie, profetizando que “nos anos 1980 o historiador deverá ser um programador ou não será nada”¹⁷³. Bem, como sabemos a profecia do discípulo de Fernand Braudel foi incorreta e, de certa forma com a contribuição do próprio vidente.

A cliometria é importante para a disciplina histórica, no entanto não é revolucionária, conforme Hobsbawm. Para ele a contribuição da cliometria tem sido importante, mas “até agora foi predominantemente pedagógica”¹⁷⁴. A principal característica dos cliometristas não é prover a disciplina histórica de fontes históricas, isto é, ampliar suas possibilidades metodológicas em relação ao documento, mas sim de testar proposições retrospectivas da teoria econômica, sobretudo as de inspiração neoclássica. Nesse sentido, afirma Hobsbawm que a história quantitativa tem desempenhando relevante contribuição, pois historiadores econômicos tradicionais muito das vezes têm aplicado teorias econômicas de maneira confusa e impropriamente formuladas, o que torna o trabalho dos cliometristas “admirável, na medida em que possa provar como errôneas proposições históricas ampla e acriticamente aceitas”¹⁷⁵.

No entanto, a cliometria torna-se menos revolucionária ainda quando pensamos os aspectos limitados da análise quantitativa numa perspectiva metodológica histórica. A abordagem retrospectiva além de a-histórica torna-se limitada do ponto de vista do método da observação histórica. A história quantitativa pode simplificar uma realidade social observável que não se explica por um padrão racional puramente estatístico ou matemático. O historiador econômico ao aderir-se a cliometria pode estar submetendo-se a uma “camisa-de-força”¹⁷⁶, conforme nos alerta Hobsbawm.

¹⁷¹ Jean Marczewski, *Introducion à l'histoire quantitative*. Paris: s/ed., 1965.

¹⁷² Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 126.

¹⁷³ Emmanuel Le Roy Ladurie, *Le territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1973, pp. 7-16.

¹⁷⁴ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 126.

¹⁷⁵ *Idem*.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 137.

Como vimos devemos considerar que a distinção básica entre a “velha” e a “Nova” história econômica reside na vontade da primeira concentrar suas análises na historização e a segunda na a-historicidade. A perspectiva da história de Fernand Braudel não se encaixa com exatidão a nenhuma dessas classificações. Não se pode dizer que a escrita braudeliana está circunscrita à “velha” (marxista), menos ainda à “Nova” história econômica. Pode-se, com criterioso olhar, afirmar que, dentre outros fios matriciais, se baseia muito na “velha”, àquela de base marxista, estrutural, sistêmica e global, mas, não inteiramente. Ele construiu os seus próprios paradigmas.

A vertente norte-americana da história quantitativa se volta para a “quantificação pura” numa ambição de tornar a história numa ciência similar às ciências naturais. Na França, como no Brasil, ocorrem dois processos distintos: uma história quantitativa feita nos departamentos de história e uma outra história quantitativa feita nos departamentos de economia. A primeira foi uma história quantitativa que se dirigiu para a história dos preços (que afetam o social, principalmente os pobres) e, em seguida espalhou-se para a história social, especialmente para a história populacional. Na terceira geração dos *Annales* esta história invadiu a história cultural - a história da religião e a história das mentalidades¹⁷⁷. O segundo tipo, uma história quantitativa feita nos departamentos de economia - na França dirigida inicialmente por Jean Marczewski - possui como prioridade a história retrospectiva.

Neste aspecto, Fernando Novais diz que há uma história econômica dirigida para historiadores e outra para economistas. Novais compartilha dos dizeres de Hobsbawm¹⁷⁸, afirmando que “há economia retrospectiva e história econômica. São coisas diferentes. Claro que está tudo no mesmo campo. De um modo geral, história econômica feita em faculdades de Economia por economistas é economia retrospectiva. História econômica feita em faculdades de Filosofia por historiadores é história econômica”¹⁷⁹. Nisto reside uma crise institucional, epistemológica e teórico-metodológica do campo histórico econômico.

¹⁷⁷ Para aprofundamento do tema cf. Emmanuel Le Roy Ladurie, *Le territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1973, pp. 7-16.

¹⁷⁸ Hobsbawm esclarece que a “velha” destina-se aos historiadores e a “Nova” aos economistas. Consultar: Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, pp. 108-9.

¹⁷⁹ Fernando A. Novais, “Fernando Novais: entrevista”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2, 42 (2008): 15-31, p. 21.

1.2.2 – História e economia: o divórcio epistêmico

A FÓRMULA da história quantitativa esteve em moda entre os anos 1950 e começo dos anos 1970 e, de certa forma ainda está - naturalmente com um discurso “científico” menos pretensioso, ou mais moderado do que naqueles anos. Mas, há de se considerar que a história da estatística, da econometria e da utilidade marginal (que permitiu fundar a microeconomia contemporânea) não é uma história linearmente simples; trata-se de temática própria para uma pesquisa histórica especificamente voltada para esta problemática. Estas disciplinas não se uniram à disciplina histórica por um acaso.

Um fato relevante com o surgimento da estatística como disciplina no século XIX foi o enfraquecimento da “escola historicista”. A *observação direta* ao fato foi vencida pela *observação indireta*. Isto foi possibilitado pela consolidação dos métodos estatísticos e do cálculo das probabilidades. Ambos permitiram um desenvolvimento formalista das ciências sociais. Os historicistas, dentre eles, os membros da “escola histórica alemã”, tratavam o “fato” e seu registro enquanto “fins” do seu ofício. Logo, o “fato” deveria ser, em termos absolutos, descrito e retratado em sua totalidade; uma concepção de narrativa da “história acontecimento”.

As relações entre os fatos ocorridos conduziam a uma série de reconstruções da realidade pretérita. Contudo, numa tentativa de abranger toda a realidade vivida levavam em consideração os fatos não vistos, os fatos ocultos - princípio epistemológico das disciplinas de estatística e probabilidade, em suas aplicabilidades respectivas, as quais se dão a partir de “amostragens” de determinada base empírica -, pois é impossível ao historiador e à disciplina histórica registrar “todos” os fatos da vida humana ou narrar todo o acontecer humano em sua micro-totalidade. A fragilidade deste método era a conversão de uma possibilidade numa necessidade e, esta obrigação, aquela de descreverem a maior quantidade possível de fatos, desfavorecia a interpretação e sobrevalorizava a descrição, tornando o sujeito (o historiador) num erudito impotente, ou num mero banco de dados, ou numa espécie de arquivo morto repleto de informações pouco úteis para o homem.

Há de se considerar que a estatística e os cálculos de probabilidade possibilitaram testar as observações disponíveis. As amostras eram submetidas a uma classificação aleatória, objetivando uma análise probabilística. Significava uma nova oportunidade de análise comparada de teorias através de hipóteses, elevando a própria formulação da hipótese a um novo conceito no interior das ciências sociais. O engenheiro Charles Renouvier (1815-1903), ao desenvolver a teoria da hipótese, contribuiu não somente com a expansão do método observacional em ciência, mas também para com o estabelecimento da estatística inferencial e para a expansão do campo de estudos sociais. A

questão residia em considerar a utilidade da estatística e da probabilidade enquanto disciplinas úteis para a história científica, no entanto o que vingou foi o reducionismo do método histórico ao mal uso destas disciplinas.

Pensando estas questões num contexto histórico podemos chegar à conclusões esclarecedoras. Na segunda revolução industrial (1880-1930) o mundo passou a ser movido pela energia elétrica, a ser iluminado por lâmpadas de vias públicas e domiciliares, a ser simbolizado por grandes monumentos do capitalismo, como os arranha-céus dotados de elevadores, refrigeração e aquecedores elétricos. Passou a ser movido por novos tipos de energia, por novos motores, como os de combustão alimentados por derivados de petróleo, onde companhias de distribuição disseminaram postos de atendimento ao consumidor tornando possíveis locomoções de longas distâncias e velocidade jamais vistas. O mundo passou a conviver também com um novo conceito de comunicação. A ruptura das concepções convencionais de distância e de tempo no tráfego de informações provocou uma grande revolução social. O telégrafo possibilitou a comunicação intercontinental, o telefone a novas configurações das relações pública e privada, e o rádio às possibilidades de lazer, entretenimento e utilidade social.

A civilização estadunidense de ideologia liberal tomara a cena. O desafio norte americano à preponderância britânica no mundo fora bem sucedido. Mudaram os atores, mas o enredo liberal permanecera. O capitalismo e o progresso tornaram-se ecos intermináveis nas mentes e espíritos coletivos. O mito urbano adquirira idiossincrasias narcísicas, se convertendo numa espécie de sedução do homem do século XX. Na fuga esvairada para as grandes cidades, populações escravas de um novo rito de vida cotidiana viajaram pela busca do mito citadino. A ideologia norte-americana adornada pelas benesses do capitalismo oferecia às coletividades alucinadas pela universalização do conforto privado, a possibilidade de consumo individual doméstico de tecnologias e a democratização de oportunidades de consumo até então impossíveis pela humanidade. Não obstante, esse discurso requereria melhores instrumentos.

Enquanto a prática econômica ocorria em função de tais mudanças, a disciplina histórica econômica buscava interpretar a realidade decodificando os fundamentos destas alterações sistêmicas em curso. O grito da universalização do consumo ecoava invocando por procedimentos de capacitação da produção em larga escala a fim de dar conta dos novos patamares de demanda. A produção em massa, os níveis inéditos da produção industrial e a “coisificação” do consumo implicaram em formato e natureza distintos no tratamento das informações.

O desenvolvimento da estatística e da probabilidade enquanto disciplinas foi uma resultante deste processo. Mas, é claro que este contexto é resultado também do fator ideológico. Essas disciplinas se uniram justificadas pela ideologia liberal econômica em voga. Como a ciência é um

constructo também político, a Universidade respondeu aos apelos da moral política predominante. Thomas Kuhn em 1962 nos alertou dessas questões. As contabilidades nacionais e os orçamentos passam a ser mais do que nunca fundamentais. O controle das finanças dos Estados nacionais passam a ser a justificativa maior - o que denominam atualmente de Administração Pública eficaz e Responsabilidade Fiscal.

Surge na história a necessidade de estudar os ciclos econômicos e as flutuações a partir do uso da estatística e da probabilidade. Mas, há de se considerar algumas diferenças entre história econômica e as ciências econômicas. Se, mediante a este cenário, na história econômica, François Simiand (1873-1935) fez estudos sobre salários e sobre flutuações e moedas, ou Earl Hamilton (1899-1989) sobre os preços do século XVI e afluxos de metais, ou ainda Ernest Labrousse (1895-1988) sobre associação de séries, flutuações, distribuição de renda, transformações sociais e políticas, tudo isto se deu porque atendiam às mudanças em voga; registrar e refletir as mudanças sistêmicas são atribuições dos historiadores. Já as ciências econômicas não mudaram porque passaram a atender às mudanças estruturais decorrentes, mas mudaram porque ela própria fazia parte das causas daquelas mudanças; a moral política predominante e/ou a ideologia liberal reinante surgiram de dentro de seus muros.

A economia política sofreu profundas mudanças, tornando-se cada vez mais em ciências econômicas e cada vez menos em disciplina de Moral e Política. O aperfeiçoamento da econometria foi realizado por Burns, Mitchell e Moore a partir dos estudos de Ernest Engel (1821-1896) e Adolf Schwabe (1909-1990). León Walras (1834-1910), William Stanley Jevons (1835-1882) e Carl Menger (1840-1921) – apoiados de certa forma na chamada “lei dos rendimentos marginais decrescentes” de Hermann Heinrich Gossen (1810-1858) - matematizaram a teoria clássica do *homo oeconomicus* pela denominada “teoria da utilidade marginal”.

Estes, na década de 1870, foram os primeiros a desencadear na ciência econômica um processo de matematização¹⁸⁰. Francis Ysidro Edgeworth (1845-1926), Irving Fisher (1867-1947), Vilfredo Pareto (1848-1923) também fizeram parte deste processo. Na década de 1920, no final da Revolução Marginalista (1870-1920), esse processo de matematização foi ratificado pela entrada dos físicos Ragnar Frisch, Tjalling Koopmans, Jan Tinbergen, Maurice Allais, Kenneth Arrow, dentre outros; além dos matemáticos John von Neumann, Griffith Evans, Harold Thayer Davis e Edwin Bidwell Wilson.

¹⁸⁰ Piotr Mirowski, “The when, the how and the why of mathematical expression in the history of economic analysis”. *Journal of Economic Perspectives*, 5, 1 (1991): 145-57.

William Jaffé¹⁸¹ e Erich Streissler¹⁸² demonstraram que a tradição austríaca em Carl Menger é distinta da tradição que sustentava William Stanley Jevons e Leon Walras; esses nomes usualmente são colocados juntos como os representantes da Revolução Marginalista. À separação das idéias desses autores Jaffé cunhou a expressão “desomogeneização” (de-homogeneized) para indicar que trata-se de três tradições distintas.

Menger tornou-se conhecido por suas posições contrárias à escola histórica alemã, instaurando a “batalha dos métodos”. Os representantes da escola Austríaca após Menger caminhariam em diferentes direções; não foi pela filosofia econômica que a escola se notabilizou, mas pela sua interpretação teórica. O papel da moeda em economia de trocas, a natureza do capital e a explicação dos ciclos econômicos foram os seus principais contributos. Nos anos 1920 essa escola iria desenvolver estudos sistemáticos sobre flutuações econômicas; Ludwig von Mises e o seu assistente Friedrich von Hayek se tornariam conhecidos neste contexto¹⁸³.

A microeconomia contemporânea foi fundada a partir deste desdobramento epistêmico curricular. Questões fundamentais como oferta e demanda e mecanismos de mercado, deslocamentos na oferta e na demanda, elasticidade da oferta e demanda em curto e longo prazos, curvas de indiferença, taxa marginal de substituição, tipologia de produtos (normal, inferior, substitutos e complementares), restrições orçamentárias, conceito de utilidade, processo de escolha sob incerteza envolvendo probabilidade, variabilidade e risco, produção e insumos variáveis, custos de produção, minimização de custos, maximização de lucros, determinação de preços com poder de mercado, estudo de mercados e suas estruturas, equilíbrio geral e eficiência econômica, se estabeleceram enquanto conteúdo programático da disciplina de microeconomia.

Além dos fatores político e ideológico, o que estava em jogo no campo epistemológico era o conflito entre os métodos *indutivo* (observação) e *dedutivo* (abstrato). Neste aspecto vale fazermos algumas reflexões.

Indução é um verbo originalmente utilizado por Platão, traduzido de acordo com o caso, como por “induzir”, “conduzir a”, “dirigir rumo a”, donde se formou na transliteração o substantivo *epagoge* traduzido por *inductio* ou *indução*. A idéia geral da oposição *indução versus dedução* é muitíssima conhecida pelo *O Método* de Descartes, estabelecendo como regra a idéia do particular para o geral para o primeiro e o inverso para o segundo. No entanto, tratam-se de termos com várias significações, haja vista que foram bastante utilizados na tradição aristotélica, na escolástica medieval e pelos filósofos modernos.

¹⁸¹ William Jaffé, “Léon Walras’s Role in the ‘Marginal Revolution of the 1870’s’”. *History of Political Economy*, 4, 2, (1972); William Jaffé, “Menger, Jevons and Walras de-homogenized”. *Economic Inquiry*, 14,4, 1976.

¹⁸² Erich Streissler, “To What Extent Was the Austrian School Marginalist?”. *History of Political Economy*, 4, 2 (1972).

¹⁸³ Maiores detalhes cf. Ricardo Feijó, *Economia e filosofia na escola austríaca. Menger, Mises e Hayek*. São Paulo: Nobel, 2000.; Fábio Barbieri, “O processo de mercado na escola austríaca moderna”. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.

Pode-se afirmar que em *indução*, indo de Bacon até o século XIX, destacaram-se as seguintes concepções: 1) concepções baseadas nas idéias baconianas adotadas por autores de tendências empiristas; 2) concepções baseadas nas idéias aristotélicas, adotadas pelos escolásticos e autores de tendência realista moderada e conceitualista; 3) concepções que insistiram em uma noção “positiva” da indução, adotada por racionalistas, principalmente por Leibniz; 4) concepções onde os juízos indutivos são explicados pela estrutura da consciência transcendental, sendo Kant o criador dessa teoria; 5) concepções baseadas no hábito gerado pela observação de acontecimentos de tal modo que se pode predizer que algo continuará ocorrendo no futuro, onde destaca-se Hume por ter dado origem a essas teorias. O “velho problema da indução”, abundantemente tratado no século XIX, é em substância o problema da “justificação da indução”. Trata-se do problema de estabelecer por que são considerados válidos os juízos sobre casos futuros ou desconhecidos. Poderíamos também dizer por que algumas das chamadas “inferências indutivas” são aceitas como válidas. Um caminho para a solução desse problema foi o de demonstrar que o raciocínio indutivo está baseado na “lei da uniformidade da Natureza”. A essa lei se acrescentou a denominada “lei de causação universal”.

No século XX o “velho problema da indução” passou a ser tratado em estreita relação com a questão da probabilidade. Duas escolas se enfrentaram a esse respeito. Uma delas representada por Richard von Mises (1883-1953) e Hans Reichenbach (1891-1953) defendia que o “problema da indução” deveria ser tratado a partir do ponto de vista da “teoria freqüencial da probabilidade”. As “inferências indutivas” tornam-se então “inferências estatísticas”. A outra escola representada por J. M. Keynes, Rudolf Carnap (1891-1970), Carl Gustav Hempel (1905-1997), Nelson Goodman (1906-1998), entre outros, defendia que o “problema da indução” deveria ser tratado do ponto de vista da probabilidade como grau de confirmação. H. Leblanc procurou uma posição intermediária nesta disputa, procurando mostrar que tanto as “probabilidades estatísticas” quanto as “probabilidades indutivas” podem ser locomovidas e reinterpretadas, respectivamente, para proposições e avaliações de valores da verdade, logo sendo tratadas como medidas teórico-sentenciais.

Quanto ao “velho problema da indução” do século XIX, período em que ocorrera a referida disputa metodológica, podemos dizer que tal problemática somente foi dissolvida após Hume considerar que o importante não é “justificar” as predições, mas identificar as “causas” de suas formulações.

Já a metodologia da *dedução* decorre de um processo discursivo e descendente que passa do geral ao particular, ou a derivação do concreto a partir do abstrato, ou mesmo a operação inversa à “indução”. Nenhuma dessas definições está completamente errada e menos ainda correta por serem vagas. Trata-se de termo com várias significações desde a tendência aristotélico-escolástica a

autores modernos ou mesmo da lógica formal simbólica no período de seu reflorescimento. Dedução também pode ser considerada na concepção de Immanuel Kant em sua “Analítica transcendental” da *Crítica da razão pura* (A 84, b 117 ss). A “dedução transcendental” (*Transzendetale Deduktion*) traz a idéia de “justificação”. A premissa fundamental de Kant é a consciência da diversidade no tempo do sujeito cognoscente mediante a combinação (dos elementos e de sua diversidade no tempo) da “intuição” (ou consciência da simultaneidade), da “imaginação” e do reconhecimento do conceito. Em todo caso o método dedutivo é epistemologicamente utilizado em todas as ciências – matemática, física, biologia, ciências sociais -, mas é particularmente apropriado no âmbito das ciências mais formalizadas tais como a lógica, a matemática e a física teórica.

Por meio deste método é possível prover provas formais, nas quais se estabelece conclusões “formalmente” válidas. Um dos problemas de destaque da “metodologia dedutiva” é a aporia em torno da equivalência ou não equivalência do conjunto de fórmulas primitivas dadas em determinado sistema formal em relação aos princípios de dedução de tal sistema. Esta metodologia passou a ser considerada no debate oitocentista “indução” *versus* “dedução” - no âmbito dos campos histórico econômico e economia política - somente após o estabelecimento das disciplinas de estatística, probabilidade e utilidade marginal, colocando assim em xeque o método da “observação” dos fatos “concretos” adotado pelos historistas.

Este conflito metodológico deu-se na economia política por ser considerada a disciplina ou a ciência social que mais se desenvolveu no período das revoluções burguesas (1750-1850). As demais disciplinas seguiriam a direção assumida pela economia política. Adam Smith ao elaborar sua teoria econômica reformulando a teoria de François Quesnais (1694-1774), restringiu o método *dedutivo* priorizando a utilização do método histórico primaz à *indução* - apesar do olhar depreciativo dos iluministas, como Voltaire, lançados sobre àquela narrativa “histórica dos padres”, onde fontes e documentos eram adulterados e os ensinamentos não mais que armadilhas para os fiéis da Igreja. Mas, Smith olhava para outra história. Uma história mais científica. No entanto, os discípulos de Smith no estabelecimento da “escola clássica de economia política” retomaram o método *dedutivo* e *abstrato* em detrimento da *indução* – situando-se na tradição de Bacon, no empirismo inglês, no qual ali se circunscrevem Hobbes, Locke, Berkeley e Hume.

O *homo oeconomicus* inventado por esta “escola clássica”, o qual não passava de uma figura abstrata, uma criação esquemática, um homem que não existia e que, portanto não podia ser observado, permitia aos seus criadores omitir a observação dos fatos e dedicar-se apenas às tentativas de explicações históricas gerais. Dedicavam-se a modelos, à conceitualizações, à construções de representações gerais da realidade. No entanto, essas não davam conta da realidade,

dos pormenores, dos fatos concretos e históricos observáveis. A desqualificação de Karl Marx aos partidários dos clássicos se explica por estes motivos.

Marx os chamava de “economistas vulgares”, de prisioneiros teóricos do *fetichismo econômico*, superficialistas. Estes pejorativos advinham da concepção idealista do “aparente” elaborada por G. W. F. Hegel. As aparências mascaravam as contradições irreconciliáveis da sociedade capitalista. Para Marx, a consciência crítica deveria ser despertada para a necessidade de uma ultrapassagem da sociedade do capital. O trabalho e sua resultante deveriam configurar a realidade social e não as aparências logradas pelo fetichismo da realidade econômico-social. Logo, para Marx e Engels, as ciências sociais careciam do concreto, mas não seriam o método *indutivo* e o método *dedutivo* suficientes para dar conta de todas as categorias obrigatórias do verdadeiro conhecimento científico.

Para Marx a realidade não poderia ser conflagrada apenas pelas categorias defendidas pelo conhecimento vulgar. As *epistemes* totais deveriam estar em sintonia absoluta com a realidade, pois esta está em contínua transformação. Daí a necessidade de um novo método, capaz de acompanhar o processo incessante de transformação do real. A resposta a isto não seria o método *indutivo* e nem o *dedutivo*, mas seria o “método dialético”.

Qualquer hipótese formulada a respeito da realidade que não seja substanciada pelo “método dialético” é provisória. Mesmo as interpretações do real dos próprios marxistas deveriam ser revisitadas, atualizadas, já que analisam um objeto mutante, dinâmico: a realidade. A realidade cognoscente é passível de sê-la somente no tempo presente, no instante. O movimento produz verdades provisórias, cujas interpretações são resultantes de categorias lógico-cognitivas da dialética. O espaço, o tempo, a função e a magnitude, por exemplo, apenas tornam possível uma leitura do movimento do real, mas esse não é estático. Pelo contrário. A história é filha de sua época. Como nos diz Hobsbawm “a história que produzimos é filha de seu tempo e, que cada época ou momento produz sua própria representação do passado”¹⁸⁴.

Mas, quem venceu esta guerra metodológica? “A escola francesa” de economia (1890-1940) logrou-se a uma tarefa inconvençional. Dedicou-se ao que os “marxistas” pouco fizeram e ao que os “historistas” se negaram a fazer: a aproximação dos dois métodos, o *dedutivo* e o *indutivo* ou, o abstrato e o concreto, respectivamente. H. Michel, Charles Renouvin, Philippe Archambault, Eduard Demolin, Paul de Rousiers, entre outros, como Paul Leroy-Beaulieu, que produzira um dos principais trabalhos de perspectiva metodológica conciliadora, são os nomes que compuseram esta escola em suas diferentes ramificações. A juízo de Auguste Étienne Joseph Béchaux (1854-1922), Henri Pirenne (1862-1935) e Ernest Labrousse (1895-1988) esta escola não só aproximou os dois métodos como abriu perspectivas para a superação dos paradigmas anteriores da disciplina de história econômica, sobretudo pelo trabalho de Leroy-Beaulieu (1843-1916).

¹⁸⁴ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, pp. 106-37.

A escola francesa era significativamente fragmentada. Cada membro se originava de uma vertente. Uma parte de seus membros pertenceu à “escola histórica alemã” e a outra parte à “escola liberal”. Isto a dotou de uma natureza diversificada, mas por outro lado concedeu excesso de autonomia aos seus membros. E foi exatamente esse pecado que colaborou para sua diluição; o segundo conflito mundial de fato interrompeu a escola, mas a característica autônoma de seus membros flexibilizou uma aproximação com as demais correntes estruturalistas daquele período - a “escola de Estocolmo” foi uma delas.

O discurso conciliador foi disseminado a partir da última década do século XIX pela renovação do conflito metodológico entre o método *dedutivo* (abstrato) e o método *indutivo* (concreto), resultando na separação entre história e economia no século XX. Não obstante, podemos conferir um outro olhar sobre esse mesmo processo. Trata-se de um segundo processo legitimador do primeiro. Um olhar menos epistemológico e mais político. Um olhar na bipolarização do mundo do século XX: os eixos capitalista e socialista. É esta a direção que nos levará a uma explicação de forma complementar e justaposta ao processo histórico de separação epistêmica entre as disciplinas de história e economia.

1.2.3 – Outras causas do divórcio: a justaposição dos fatores epistêmico e ideológico

AS CIÊNCIAS econômicas e históricas apesar de incômoda convivência são epistemologicamente inter-relacionadas. Conforme nos mostra Hobsbawm “é plausível que os economistas possam concordar quanto ao valor da história para sua disciplina, mas não que os historiadores concordem quanto ao valor da economia para sua”, mas a história “não pode decidir excluir nenhum aspecto da história humana *a priori*”¹⁸⁵. Essa relação curricular tensa, mas profícua, sofreu rupturas, sobretudo por parte da maior interessada. Esse processo histórico não se explica unicamente pelas mudanças curriculares e epistemológicas, mas também por um segundo processo que é a causa do primeiro.

Este processo causal reside na esfera do contexto político histórico. Um rio epistêmico de margens assoreadas por oposições ideológicas foi inundado por mudanças políticas do cenário global. Deve-se considerar nesta inundação os processos históricos que culminaram no estabelecimento dos eixos capitalista e socialista.

¹⁸⁵ *Idem*, p. 122.

O sistema capitalista e seus desencadeamentos dirigidos para a racionalidade do lucro não determinaram sozinhos o caminho da ciência econômica. À ideologia liberal predominante no Ocidente somou-se as transformações trazidas pelo socialismo real implementado na União Soviética. A soma desse quadro, juntamente com as reações epistêmicas das disciplinas formadoras a esses estímulos ideológicos, determinaram os rumos definidores atuais da disciplina de Adam Smith.

Mas, como se deu a ruptura considerando estes processos como justapostos? Tentaremos aqui analisar este meta-processo histórico incluindo as duas esferas: a epistemológica-paradigmática e a política-ideológica. Na tentativa de empreender uma análise que considere esses dois processos como realmente são, isto é, justapostos e contíguos, sendo um a justificativa e o outro a causa, faremos uma nova abordagem (sob outro ângulo) do contexto curricular-epistemológico.

No início de século, antes mesmo do primeiro conflito mundial, nos Estados Unidos as diferenças metodológicas se reduziam entre “liberais” (ou “neoclássicos”) e “institucionalistas” (adeptos a “escola histórica alemã”). As diferenças residiam apenas no grau de intervenção estatal na economia. Até a crise de 1929 os “neoclássicos” obtiveram grande êxito. Após o “crash” da bolsa de Nova Iorque os “institucionalistas” ganharam força. Isto significou na prática maior intervencionismo do Estado na economia; a atuação intervencionista de John Maynard Keynes (1883-1946) nos anos seguintes da grande crise explica este fato.

Os “historistas” desde suas origens eram essencialmente favoráveis a uma intervenção razoável do Estado na economia, contrariando a concepção *laissez-faire* de longa tradição que remonta a Adam Smith. Mas, há de se considerar que até 1929 tanto os teóricos “neoclássicos” quanto os discípulos da “escola alemã” concebiam a economia de mercado capitalista como essencialmente auto-regulável. A diferença consistia apenas no grau de intervenção estatal nos mercados. Mas, como se chegou a este cenário econômico-político? A explicação epistemológica é apropriada para esta questão, da mesma forma que a explicação político-ideológica será para o inverso dela.

Os “historistas”, constituídos pelos membros da “escola alemã”, não omitiam a observação dos fatos, contrariamente à “escola clássica”. Explicavam o funcionamento econômico das sociedades não a partir do *homo oeconomicus*, onde a sociedade é tida como uma sociedade de livre mercado e de competição individual, ou onde o homem é um ser racional com interesses meramente privados e individuais, mas o explicavam por um método de investigação baseado na história, estando qualquer comportamento individual ou coletivo baseado não nas “leis naturais imutáveis e universais” (como nos “clássicos”), mas sim nas “leis sociais e dinâmicas do desenvolvimento”. Os “historistas” consideravam a observação histórica como método primordial. Passaram a ser

criticados por sobrevalorizar o singular, pois resultava num excesso de narrativa dos acontecimentos, sobretudo aquelas relacionadas à política e ao Estado.

Apesar do engano do público da época em confundir a “escola histórica alemã” e o “comunismo científico” de Marx e Engels, estas correntes se diferenciavam profundamente. O “materialismo histórico” criado a partir do método dialético de Hegel representava as “leis da dinâmica social” e, talvez esse fosse o ponto aparentemente em comum das duas correntes, já que os “historistas” combatiam o método esquemático, estático e universal de representação do homem pelos “clássicos”.

A corrente marxista cresceu nos partidos operários e nos sindicatos. O seu discurso valorizava a revolução industrial e a classe trabalhadora, estando em primeira ordem os preceitos da contradição capital e trabalho. Os seus membros iam desde Karl Kautsky, Franz Mehring, Heinrich Cunow, Max Adler, Otto Bauer, Guiorgui Plekhanov à Rosa Luxemburgo. Havia diferenças dentro da escola, como por exemplo as dissensões entre os materialistas históricos, os materialistas econômicos e os materialismo dialéticos. Essas matrizes se subdividiam em três correntes principais: a social-democracia representada por Eduard Bernstein e Karl Kaustsky, o bolchevismo representado por Lênin, Stálin e Trotsky e o esquerdismo, subdividido em bordiguismo de Amadeo Bordiga e o conselhismo representado por Karl Korsch, Anton Pannekoek, Otto Rühle, Paul Mattick, Hermann Gorter, e outros. Mas, havia um discurso geral que os aproximava.

Já a “escola histórica alemã” não possuía um discurso padronizado. Havia muitas versões do “historismo”. Isto ocorria porque os seus membros desfrutavam de uma grande liberdade intelectual. Predominava uma falta de interesse por parte deles em constituírem uma doutrina fechada. Dentre as diferentes gerações os principais integrantes foram Wilhelm Georg Friedrich Roscher, Karl Gustav Adolf Knies, Gustav von Schmoller, George H. Hildebrand, Karl Wilhelm Bücher e Werner Sombart; E. Demoulin, Paul de Rosiers, Adolph Wagner, Ludwig von Brentano, Clement Juglar e Georg Friedrich List já são nomes que pertenceram inicialmente a corrente dos “historistas”, mas posteriormente se tornaram estruturalistas e formuladores da “Economia do Bem-Estar”.

List é nome bastante conhecido na história do pensamento econômico. Tornou-se muito traduzido no século XIX por ter desempenhado um importante papel na política econômica dos Estados Unidos¹⁸⁶. Obteve grande influência no meio acadêmico daqueles anos. Ao final de sua

¹⁸⁶ Sua principal obra publicada em 1841 sob o título *O Sistema Nacional de Economia Política: Política Internacional, Política Comercial e União Aduaneira Germânica* faz uma contundente crítica ao pensamento econômico clássico, especificamente ao pensamento de Smith, que, em sua visão, é dotado de cosmopolitismo e que não levou em consideração as especificidades das nações. O pensamento de List é continuador da tradição da “Escola Histórica Alemã”; utilizou como maior método a metodologia da história comparada. Na primeira parte do seu livro intitulada de “A História”, faz uma análise do desenvolvimento de vários países europeus, compara uns com os outros do ponto de vista histórico, para concluir que eles falharam porque lhes faltavam unidade territorial e espírito nacionalista (introduz variáveis não econômicas nas interpretações da história econômica das nações estudadas).

carreira foi-lhe oferecido o posto de editor do *Rheinische Zeitung*, um novo jornal de Colônia, mas declarou problemas de saúde; cargo que acabou sendo assumido por Marx. Suas teorias protecionistas foram retomadas na formulação do pensamento cepalino e, mais recentemente na década de 80 pelas políticas econômicas adotadas no Japão e nas economias emergentes dos denominados “tigres asiáticos”¹⁸⁷.

Aparentemente próxima à corrente marxista os “historistas” contribuíram na redução da importância do doutrinário e dos esquemas absolutos da “escola clássica”. Os “historistas” obtiveram influência em todo o mundo ocidental em termos de gestão de Estado, do “fazer” política econômica e no âmbito teórico e acadêmico nas universidades. Na Grã-Bretanha, podemos destacar William Cunningham e Alfred Marshall. O autor de *Principles of Economics* jamais excluiu sistematicamente da análise econômica a história e a observação empírica.

A “escola austríaca”, surgida nas últimas décadas do século XIX – em 1871 com a publicação do *Grundsätze* de Carl Menger -, criou um arcabouço matemático para sustentar a teorização da “escola clássica”. O *homo oeconomicus* ultrapassaria o aspecto reducionista de sua representatividade do indivíduo para uma leitura coletiva tendencialmente representativa do comportamento do indivíduo real. A probabilidade e a estatística associadas a conceitos teóricos econômicos permitiram, portanto, fundar a “teoria da utilidade marginal”. Desta teoria se estabeleceu a disciplina de microeconomia contemporânea. Leon Walras, Stanley Jevons e Carl Menger foram os criadores do arcabouço matemático sustentador da teoria da escola clássica. A aplicação do cálculo marginal à “Economia Política” conduziu essa disciplina a se livrar do termo “Política”; momento mais conhecido na história do pensamento econômico como a “revolução marginalista”. Os métodos matemáticos inclusos na ciência econômica, agora apoderada pela proeminente “escola neoclássica”, romperia a partir de então com a história e com a recém-nascida sociologia.

Este rompimento era uma dura resposta às críticas dos marxistas e historistas. Esses últimos, ao incorporarem em seus métodos tais disciplinas contribuíram sistematicamente para sua própria diluição. Gustav von Schmoller, membro da “escola histórica”, associou-se a Carl Menger, membro da “escola austríaca”, numa tentativa de conciliação atribuindo à *dedução* e *indução* finalidades complementares e independentes. Até exemplos conciliadores como esse, assumindo direção similar adotada pela “escola francesa”, não foram suficientes para impedir o crescimento da “escola neoclássica”, uma das responsáveis pela ruptura disciplinar de história e economia.

¹⁸⁷ CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe; Tigres Asiáticos é o termo dado ao conjunto de economias emergentes formado por Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan – Hong Kong e Taiwan pertencem aos domínios da República Popular da China.

A “escola neoclássica” no início de século subdividiu a economia em três áreas: “economia pura”, “economia aplicada” e “arte econômica”. Apesar da resistência de Alfred Marshall e Knut Wicksell, os quais insistiam na utilidade da história na análise econômica, esta estrutura curricular e de pesquisa conduziu a um desinteresse natural pela associação da economia à história. A área de pesquisa de “economia pura” filtrava as idéias que mais interessavam, ficando as demais marginalizadas a um segundo plano. As disciplinas preteridas, renegadas ao segundo nível, eram aquelas disciplinas multidisciplinares como a sociologia, a história, a política, a geografia, etc.. A “escola neoclássica” passou a sobrevalorizar a matemática em detrimento da metodologia *indutiva* histórica, observação dos fatos concretos.

A separação da economia em três áreas, elitizando a pesquisa e transformando a dedução por lógica matemática como meio seguro de investigação da “economia pura”, conduziu inexoravelmente a um rompimento disciplinar com a história.

Este processo não era admitido pelos “estruturalistas” (“historistas”). Para os “historistas”, as disciplinas constituídas por lógica matemática são importantes contribuições da metodologia *dedutiva*, mas não deveria desempenhar papel principal na pesquisa científica da disciplina econômica. Para os “institucionalistas”, a *dedução* por lógica matemática, por modelos axiomáticos, deveria apenas ser meios adicionais de comprovação das hipóteses - comprovadas pela metodologia da *indução* em nível empírico (1. observação histórica, 2. história comparada).

Em todo caso, o surgimento da teoria da “utilidade marginal” conduziu a “nova escola de Lausanne”, de “Viena” e de “Londres” (“escola neoclássica”) ao rompimento das disciplinas de história e economia; um pouco mais tarde perceberiam as limitações hipotéticas puramente *dedutivas*. A matemática não se enquadrava em todas as necessidades epistemológicas da economia.

O ataque de Carl Menger, membro da “escola austríaca” (que estava envolvida em polêmica contra Marx), à “escola histórica alemã”, determinou vencedores e os rumos daquela relação disciplinar. Os prejuízos ficaram por conta da separação entre as disciplinas. Marx sobreviveu a esta batalha. Manteve-se nas escolas de economia visto, na maioria das vezes, apenas como um teórico econômico equivocado. Isto também teve implicações naquela relação epistêmica.

Enquanto os bolcheviques em 1917 assumiam o poder na Rússia – os revolucionários de outubro - e implementavam já em 1921, sob a direção de Lênin, a Nova Política Econômica (NEP), dando início à recuperação da economia russa concentrando investimentos nos setores básicos, no Ocidente instrumentais técnicos a partir da estatística e da econometria se tornavam cada vez mais suportes à prática econômica de modo capitalista, permitindo um grande desenvolvimento do dinheiro fictício. Os Estados, o mercado de capitais e as grandes empresas passaram a exigir cada vez mais mecanismos voltados para a administração, controle e planejamento das finanças; o setor

público passou a adotar cada vez mais medidas de austeridade, tendo em vista um discurso de equilíbrio das contas públicas e dos orçamentos nacionais.

Se no Ocidente o pujante desenvolvimento das empresas incentivou um maior emparelhamento estatal dirigido para políticas fiscal e monetária, tornando os governos e corporações privadas ávidos por técnicos treinados em ferramentas de controle, na União Soviética de Stálin (1924) o planejamento da produção exigia o mesmo quadro de profissionais. Se o *modus operandi* eram diferentes, os objetivos gerais – dadas as vicissitudes da Revolução, incluindo a morte de Lênin - se tornaram semelhantes: o crescimento econômico, a acumulação de capital e o progresso tecnológico com vistas às relações de poder determinadas pelo ditame político-ideológico.

No Ocidente, a “escola histórica alemã” pouco pode contribuir para este quadro. Os “neoclássicos” sofriam de carências similares. A diferença se restringiu ao modo como essas escolas reagiram frente a esta realidade pragmática e epistêmica. Os limites de uma abordagem “historista” ou “institucionalista” ficou evidente nesse momento de emersão do liberalismo econômico pactuado com o capital financeirizado.

No “socialismo real” a economia planificada soviética apresentava necessidades de mesma ordem. A fase do Planejamento Econômico inaugurada a partir de 1928 pelos Planos Quinquenais exigia a aplicação de instrumentos de operacionalização de controle da produção e do aparato estatal.

Se entre os eixos as ideologias políticas eram opostas, no ambiente interno as finalidades de crescimento econômico se tornaram as mesmas, sobretudo porque a sobrevivência da URSS, em termo históricos, passou a depender da realização de sua potencialidade, ou em outras palavras, de se tornar potência – como nos diria Osvaldo Coggiola¹⁸⁸. De qualquer maneira isto se deu; seja baseado no capitalismo avançado, seja baseado na produção industrial conduzida pelo Estado.

No eixo capitalista predominavam os derivados da economia política neoclássica, enquanto no eixo socialista soviético predominavam os fundamentos econômicos de uma economia planificada. A análise insumo-produto, a matemática aplicada à gestão econômica a partir das lições de estratégias militares, a programação linear, dentre outros instrumento da denominada “terceira revolução industrial” foram utilizados por ambos os lados. A “revolução científico-técnica” não somente foi importante nesse processo como foi impulsionada por ele.

O discurso político e econômico do Ocidente capitalista de superioridade à economia soviética nem sempre se comprovou numa análise distanciada. O nível comparado de crescimento econômico entre EUA e URSS no período do “Entre-guerras” causou indignação em muitos dos economistas neoclássicos. Da escola austríaca surgiu o debate do “cálculo econômico socialista”; em 1920, o

¹⁸⁸ Osvaldo Coggiola, “90 anos de Revolução Russa”. São Paulo, Jornal da USP On-Line, ano XXIII, nº 814, 5-11 de novembro de 2007.

artigo de Ludwig von Mises, “Economic Calculation in the Socialist Commonwealth”¹⁸⁹ daria início a um debate vigoroso. Participariam deste debate vários expoentes: Max Weber e o economista russo Boris Brutzkus apresentaram importantes análises¹⁹⁰.

O artigo de Mises, enviesado ideologicamente pelo discurso em favor da “liberdade econômica”, colocava em xeque os princípios de apuração do cálculo econômico socialista. Com grande repercussão, disseminado em alemão e em inglês¹⁹¹, negava a tese da possibilidade do cálculo da economia soviética. Ainda hoje surgem controvérsias acerca do debate¹⁹².

O debate se tornou a ordem do dia naquele contexto. Os resultados obtidos pelos soviéticos eram bem mais expressivos do que os dos Estados Unidos. A partir dos anos 1930 até o início dos anos 1960, descontando o interregno da Segunda Guerra Mundial, a URSS obteve índices de crescimento econômico acima de um dígito na maior parte deste período. O mesmo não ocorreu com os EUA. Até porque a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 resultou em quase uma década de exaurida depressão no Ocidente.

O Produto Material Líquido¹⁹³, PML, segundo dados oficiais soviéticos, entre os anos de 1928 a 1955, subdivididos nos planos quinquenais criados por Stálin foram de 16, 1% em 1928-32, 17,1% em 1933-37, 15,1% em 1946-50, 11,4% em 1951-55. Aqui há de se considerar que o terceiro plano quinquenal, 1938-42, foi interrompido pela invasão nazista em junho de 1941. Até ali a média do PML se situava pouco acima de 10% ao ano.

Para efeito comparativo podemos lançar mão dos índices de crescimento entre URSS e EUA do mesmo período. Entre 1928-40 a URSS, segundo dados oficiais do anuário estatístico *Narodnoe Khozyaistvo SSSR*, obteve uma média de crescimento anual do PML de 14,3%, enquanto os EUA, conforme dados oficiais da *CIA e Bureau of Census*, obteve PNB/PIB de 1,5%. No período de 1941-50 a URSS obteve 6,3% enquanto os EUA apenas 2,9%, segundo as fontes já citadas, respectivamente¹⁹⁴.

¹⁸⁹ Ludwig von Mises, “Economic Calculation in the Socialist Commonwealth” in HAYEK, F. A. (Org.). *Collectivism Economic Planning*. Londres: Routledge, 1935, S&M v. 2.

¹⁹⁰ No mesmo período Max Weber desenvolveu de forma independente a Mises, no segundo capítulo de sua obra *Economia e Sociedade* uma crítica econômica ao socialismo. Boris Brutzkus, em 1921, publicou na *The Economics* russa um artigo intitulado “The doctrines of marxism in the light of the Russian Revolution”. No entanto, por motivos diversos o artigo de Mises foi o que mais impacto causou na comunidade acadêmica.

¹⁹¹ Tanto Robbins quanto Hayek difundiram este artigo, sobretudo na academia inglesa a partir da London School of Economics.

¹⁹² Para uma obra de síntese sobre o tema do “debate do cálculo econômico socialista” sugerimos Fábio Barbieri, *História do Debate do Cálculo Socialista*. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2004.

¹⁹³ Produto Material Líquido, PML é a expressão usada no Ocidente para designar o que os soviéticos chamavam de “*Proizvedennyi Natsional'nyi Dochod*” (Renda Nacional Produzida). Diferentemente do Produto Nacional Bruto, PNB ocidental, engloba somente a produção de bens materiais excluindo a área de serviços. A partir de 1988 os soviéticos passaram a apresentar também cálculos de PNB da URSS no anuário estatístico *Narodnoe Khozyaistvo*.

¹⁹⁴ As estatísticas oficiais soviéticas, publicadas no anuário estatístico *Narodnoe Khozyaistvo SSSR* eram acusadas no Ocidente de exagerarem o crescimento econômico da URSS. Acusavam o governo soviético de desconsiderar a inflação oculta de custos causada pelas distorções no sistema de preços fixados pelo governo (independentemente das forças de mercado e pela utilização irrealista de preços constantes para cálculo de todo longo período 1928-50). As estatísticas

O acelerado crescimento econômico que o modelo soviético manteve por várias décadas se pautava na produção industrial. Os planos quinquenais implementados a partir de 1928 por Stálin previa a reestruturação dos setores econômicos industrial e agrícola; os dois primeiros planos quinquenais tinha dois objetivos: o incentivo à indústria de base e a coletivização da agricultura. A partir de meados dos anos 1930 a economia soviética já era predominantemente industrial.

O conceito de *val* (*valovaya produktsiya* ou “produção bruta”) é importante para se compreender os fundamentos econômicos daquele país. A economia da URSS não era dirigida pelos sinais de “mercado”, mas por planos centrais estabelecidos pelo governo. Nos países capitalistas a grande maioria das empresas funciona (e funcionava) na busca e maximização dos lucros. Para isso, dirigem seus esforços de acordo com as movimentações da demanda. Na União Soviética a orientação se dava pelos níveis de produção.

As unidades produtivas tinham como objetivo seguir as instruções do Plano Central redigido pelo Gosplan¹⁹⁵ (órgão voltado para a produção) e pelo Gossnab¹⁹⁶ (órgão dirigido para os planos de distribuição dos suprimentos necessários às unidades produtivas). Para a elaboração dos planos anuais as empresas soviéticas enviavam aos ministérios relatórios especificando sua capacidade de produção, seus custos, matérias-primas necessárias, etc.. De posse destas informações, triadas pelos ministérios, o Gosplan e o Gossnab redigiam o Plano Anual. As informações do planejamento anual eram desagregadas e repassadas pelos ministérios às unidades produtivas. Com estas diretivas dos principais produtos ficava especificado o quanto as empresas estatais deveriam produzir, de quem receberiam matérias-primas e quais empresas deveriam fornecer componentes.

O maior entrave do sistema soviético era o planejamento central, haja vista a complexidade burocrática que ao longo dos anos esse sistema criou. A crítica do Ocidente apontava para as dificuldades de planejamento, controle e custos da produção; aspectos centrais de uma economia moderna. Pelo menos 25 milhões de produtos eram fabricados na URSS, tendo em vista suprir todas as necessidades da vida material de sua população.

ocidentais abaixavam bastante este número apontando para um crescimento em torno de 10,96 vezes maior (o crescimento da URSS em relação aos EUA), enquanto pelos números oficiais soviéticos esse número chegava a 88,83 vezes. As estatísticas do Ocidente eram do Instituto de Economia Mundial e Relações Internacionais, IMEMO, sob a supervisão de Bolotin. Bolotin publicou uma série estatística recontabilizando aspectos do crescimento econômico na URSS e em outros países no período de 1913 a 1987. Além deste relatório e da Administração Central de Estatística Soviética, *Tsentral'noe Statisticheskoe Upravlenie, TsSU*, institutos como CIA e Ofer (além dos economistas soviéticos G. Khanin e V. Selyunin) relaboraram as estatísticas da URSS. Os menores índices foram os calculados pelos economistas soviéticos Khanin e Selyunin, abaixo até mesmo dos cálculos da CIA. Segundo eles, descontada a inflação extra-oficial dos custos de produção e os erros metodológicos das estatísticas oficiais, a renda nacional da URSS, de 1929 a 1985, cresceu apenas 6,9 vezes. Mas é importante notar que mesmo com esses índices o crescimento da URSS no período foi bem mais elevado do que os dos EUA. Maiores detalhes cf. Ângelo Segrillo, *O Declínio da URSS, Um estudo das causas*. São Paulo: RECORD, 2000.

¹⁹⁵ Gosplan, *Gosudarstvennyi Planovyi Komitet Sovieta Ministrov SSR*, Comitê Estatal de Planejamento da Produção da URSS.

¹⁹⁶ Gossnab, *Gosudarstvennyi Komitet SSSR po Material'no-Tekhnicheskomu Snabzhenyu*, Comitê Estatal de Suprimento Material e Técnico da URSS.

O papel de liderança do Partido Comunista, PCUS, no plano econômico ficava sujeito a técnicos dirigidos para a gestão da informação e controle de produção. Esses controles eram lastreados nos *pokazateli* - indicadores em que as empresas deveriam alcançar para cumprirem o Plano Central.

A centralização pelo Estado no controle da produção tornou inexecutável as políticas econômicas do PCUS. O cumprimento do *val* pelas empresas resultava em altos custos de produção, dado o desperdício e a obrigatoriedade de manutenção de altos níveis de estoque (já que toda a produção era destinada ao consumo interno). Se entre os anos 1930 e 50 obteve-se altos índices de crescimento econômico, dado a relativa abundância de reservas de mão-de-obra e matérias-primas, após os anos 60 esta realidade não pôde ser mais mantida.

O advento da terceira revolução industrial nos anos 60 obrigou a URSS às reformas¹⁹⁷. As teses em torno das causas que levaram a URSS à *perestroika*¹⁹⁸ não caminham sempre na mesma direção, mas há um consenso em responsabilizar a gestão econômica implementada por Stálin¹⁹⁹. Tanto no capitalismo quanto no socialismo real a economia foi incapaz de evitar as crises. Se no Ocidente a crise de 1929 representa a ineficácia da revolução marginalista, no eixo socialista os princípios formalistas aplicados à gestão econômica representam a ineficiência de uma economia planificada na geração do bem estar social.

Joseph A. Schumpeter (1883-1950), “o intelecto mais lúcido” entre os membros da “escola austríaca” - como nos diz Hobsbawm -, reconhecia o hiato entre os sólidos fundamentos econômicos da teoria neoclássica e as questões econômicas de fato relevantes para o homem social. Dizia ele que “na mesma medida em que nossa teoria está solidamente fundada, fracassa quando confrontada aos fenômenos mais importantes da vida econômica”²⁰⁰.

¹⁹⁷ Reformas foram implementadas ao longo desses anos, pós 1950, visando solucionar estes problemas. As reformas de Khrushchev, meados da década de 1950, que criaram novos *sovnarkhozy*, conselhos econômicos regionais, descentralizando a grande maioria das funções operacionais da economia para bases regionais em vez de ministeriais, como antes. As reformas de Kosygin, segunda metade da década de 1960, extinguiram os *sovnarkhozy*, recentralizando e restabelecendo a administração da economia em bases ministeriais; realizaram uma reforma de preços e tentaram dar maior autonomia e estímulos às empresas. Seu aspecto mais inovador foi tentar colocar o lucro como um dos principais indicadores econômicos a serem buscados pelas empresas estatais. Além disso propôs-se a contabilizar apenas a produção efetivamente vendida e não meramente a produção bruta total para evitar custos de estoque e cômputo de estoque na contabilização final do cumprimento do plano.

¹⁹⁸ A palavra *perestroika* em russo significa literalmente reconstrução, associando-se à idéia de reformulação, reorganização em seu sentido figurativo. No contexto histórico da URSS de meados dos anos 80 o melhor termo para tradução seja o de reestruturação.

¹⁹⁹ Para aprofundamento do tema das causas da *perestroika* sugerimos: Ângelo Segrillo, *O Declínio da URSS, Um estudo das causas*. São Paulo: RECORD, 2000; Robério Paulino Rodrigues, *O Colapso da União Soviética: um estudo das causas*. 2006. Tese Doutorado em História Econômica, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006; Victor Meyer, *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador: EDUFBA, 1995. Para um aprofundamento no tema da economia soviética, sugerimos: Maurice H. Dobb, *La economía soviética*. Havana: Editorial, 1946; Pokshishevskii, Vadim Viacheslavovich, *Geografía de la Unión Soviética, naturaleza, población, economía*. Moscou: Progreso, 1974; Liberman, Evsei, *Plan y beneficio en la economía soviética*. Barcelona: Ariel, 1969. Para uma análise mais panorâmica, sugerimos: Eric Hobsbawm, “Socialismo real” In: *Era dos Extremos*. São Paulo: Schwarcz, 2000, pp. 363-92; Eric Hobsbawm, “Parte III – O Desmoronamento” In: *Era dos Extremos*. São Paulo: Schwarcz, 2000, pp. 393-562.

²⁰⁰ Joseph A. Schumpeter, *Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie*. Leipzig, s/ed., 1908, p. 578. Para maiores detalhes consultar: Joseph A. Schumpeter, *Economic Doctrine and method: Na historical Sketch*. Londres, s/ed., 1954, p. 189.

A “teoria pura” (ou neoclássica) desenvolveu uma dimensão prática, mas nem por isso seus próprios intelectuais a considerava a altura das necessidades de uma política geradora de bem estar coletivo. A ausência de visão histórica era prejuízo irreparável. Apesar da lucidez de Schumpeter, a “escola austríaca” passaria por transformações profundas que a conduziria para o mercado²⁰¹.

Abel Aganbegyan, economista assessor de Gorbachev, considerado um dos mentores intelectuais das reformas econômicas da URSS, referindo-se ao processo histórico das políticas públicas e econômicas de seu país, afirmou em pleno início da *perestroika* que “o sistema administrativo de gestão por comando soviético se opunha às crescentes necessidades de desenvolvimento da sociedade e, que os meios de desenvolvimento extensivo por crescimento de recursos diminuía enquanto as necessidades da população aumentavam”²⁰².

Se de um lado o capitalismo fez uma grande aquisição sujeitando a ciência moderna a lhe prestar serviços, do outro lado tentativas de se sobrepor a esse sistema que avança apressado também não deixou de acreditar na evolução tecnológica, na maquinaria e nos formalismos epistêmicos.

Em ambos os lados a história foi marginalizada em prol de uma economia baseada em modelos axiomáticos. Os princípios lógicos, estáticos e estocásticos passaram a ocupar praticamente toda a base epistêmica da disciplina. O processo de mudança se deu por uma orientação ideológica. Se por um lado a financeirização da economia era o horizonte mais promissor, por outro lado o planejamento quantitativo da produção nas mãos do Estado era o próprio poder. Mas, nenhum dos lados conseguiu impor às desigualdades uma média razoável de bem estar coletivo²⁰³.

Böhm-Bawerk, afirmou que “por razões técnicas, o método histórico-estatístico é tão indiscutivelmente superior que não” hesitava “em declarar que uma política legislativa puramente abstrato-dedutiva em assuntos econômicos e sociais, seria, tanto para” ele “quanto para os outros, uma abominação”²⁰⁴.

Apesar de vencedores, os neoclássicos reconheciam na “escola histórica alemã” uma legitimidade para fins práticos do bem estar social. A história comparada era uma ferramenta fundamental nos princípios analíticos dos historistas. Concebiam a “quantificação estatística histórica” que lhes permitia uma análise comparada empírica da realidade econômica observável

²⁰¹ Para uma melhor compreensão das transformações da ciência econômica da primeira para a segunda metade do século XX, bem como o processo de mudanças da escola austríaca para uma economia de mercado cf. Fábio Barbieri, *O processo de mercado na escola austríaca moderna*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001. Para melhor investigação sobre a “Escola Austríaca” e seus pressupostos teóricos, a bibliografia é longa, no entanto, uma obra de síntese teórica seria a de Ricardo Feijó, *Economia e filosofia na Escola Austríaca*. São Paulo: Nobel, 2000 (trata-se de livro resultante de sua tese de doutoramento FEA/SP).

²⁰² Abel G. Aganbegyan, *Perestroika: Le Double Défi Soviétique*. Paris: Economica, 1987.

²⁰³ Immanuel Wallerstein, *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, cap 3.

²⁰⁴ E. von Böhm-Bawerk, “The Historical vs the Deductive Method in Political Economy”, *Annals of the American Academy of political and Social Science*, 1 (1980), p. 267.

(indução), diferente da “quantificação probabilística” dos neoclássicos que lhes permitia apenas previsões abstratas (dedução). Os historistas consideravam uma observação histórica como o desenvolvimento da sociedade através de certas etapas, que certamente expressava um aperfeiçoamento societário progressivo - Karl Bücher (1847-1930), um bom exemplo.

A observação e a história comparada dos fenômenos econômicos permitem ao economista verificar o desvio da sociedade real quanto à posição que ela deveria efetivamente ocupar. A exclusão da história comparada causou uma ausência de “sentido” nas explicações econômicas acerca das sociedades e de suas condições materiais.

É verdade que Marx sobreviveu nas escolas de economia visto apenas como um teórico equivocado comprometido com o determinismo científico típico do século XIX, ou como o inspirador da ditadura do “socialismo real”. Mas, não foram as disputas de método as principais responsáveis pela sua marginalização, mas o fator ideológico. Apesar dos fracassos similares entre o ocidente capitalista e o eixo socialista, os governos de ambos os lados destinaram recursos durante anos para combater a ideologia opositora. Os governos capitalistas, por exemplo, se convenceram que deveriam intervir publicizando ideologias capazes de criar uma cultura nas sociedades do Ocidente que impedissem um retorno às catástrofes do Entre-guerras e evitar os perigos políticos de pessoas radicalizadas a ponto de preferirem o comunismo - como antes tinham preferido a Hitler, nos admoesta Hobsbawm²⁰⁵.

Esta situação de oposições ideológicas marcou profundamente o desenvolvimento da ciência no século XX - obstáculos maiores e morticidades se impuseram à geração de conhecimento. Se antes da I Guerra Mundial Albert Einstein já havia lançado o novo problema do espaço-tempo trazendo à tona uma série de debates que extrapolou o campo da Física, com as insurreições que culminariam na “cortina de ferro” o desenvolvimento científico caminhou progressivamente para propósitos fatídicos.

Tal contexto dificultou inclusive o desenvolvimento da disciplina histórica econômica. Por exemplo, a cooperação dos historiadores marxistas da Polônia - país de dominação da União Soviética - com os *Annales* foi interrompida. K. A. Pazitnov que se interessava pela história econômica voltada para a classe trabalhadora, ou Máximo Gorki que estudava o universo do trabalho fabril, ou ainda Jan Rutkowski que havia fundado uma revista similar a dos historiadores franceses, foram todos obstruídos nos anos 1930 pelas repressões políticas de Stálin à investigação científica com o Ocidente.

Por estarem esses grupos de historiadores no lado soviético não significava, obviamente, que não pudessem cooperar com o desenvolvimento científico do Ocidente, ou vice-versa. Se as diferenças políticas se faziam impor, a vontade dos pesquisadores por diálogo não se abatia. A

²⁰⁵ Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos*. 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000, pp. 176-77.

escola de Pokrowski por exemplo se interessava pelos estudos sobre o capital comercial, sobre a conjuntura capitalista e sobre a história das crises capitalistas. Max Weber e Boris Brutzkus se interessavam pelo cálculo econômico socialista. O físico russo Boris Hessen, em 1931, no II Congresso Internacional de História da Ciência e da Tecnologia, realizado em Londres, foi quem apresentou um texto que instalaria um debate de décadas: “as raízes socioeconômicas dos Principia de Newton” instalou uma crise no campo da história da ciência colocando em oposição duas correntes de pesquisadores, os internalistas e os externalistas.

Apesar de Bronislaw Geremek e suas relações com os franceses, ou a própria influência de *O Mediterrâneo* de Braudel sobre os estudos de Marian Malowist sobre o Báltico, foi Witold Kula, um historiador polonês, autor de *Théorie Économique du Système Féodal*²⁰⁶, um dos maiores cooperadores de Braudel e, vice-versa. O historiador francês o admirava a ponto de “dignitá-lo” como um historiador mais inteligente do que ele próprio²⁰⁷; Kula foi o grande aliado dos *Annales* no mundo socialista. Inclusive, um dos melhores e mais completos manuais metodológicos sobre a história econômica é de Kula, intitulado *Problemas y métodos de la historia económica*²⁰⁸.

Mas, o fator ideológico ainda afetou em outros planos. A escola marxista, por exemplo, no período pós-guerra não conseguiu empreender um olhar realista sobre o capitalismo. Não deram continuidade ao brilhantismo dos fundadores e daqueles grandes discípulos de Marx. “Até os anos 1970 os marxistas ainda negavam a realidade capitalista da época e seus desdobramentos sistêmicos”²⁰⁹, afirma Hobsbawm. A escola econômica que poderia contribuir mais, por ter a disciplina histórica como grande aliada, estava obscurecida por sua própria ideologia.

Wilson Barbosa nos diz que o método dialético “compreende uma maneira de entender e de pensar o mundo que é muito diferente das lógicas correntes. Talvez por isso seja mais comum encontrarem-se discípulos de Marx e Engels que conhecem a letra do que eles afirmaram, mas não são capazes de proceder como eles, produzindo seus pensamentos de modo dialético”²¹⁰.

²⁰⁶ Witold Kula, *Théorie Économique du Système Féodal: pour un modèle de l'économie polonaise, 16e-18e siècles*. Traduit du polonais, Préf. Fernand Braudel. Paris: Mouton, 1970.

²⁰⁷ Braudel o descreve como um historiador “mais inteligente do que eu”. Fernand Braudel, “Em guise de conclusion”. *Review*, 1, p. 250.

²⁰⁸ Witold Kula, *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Península, 1977.

²⁰⁹ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, pp. 106-137.

²¹⁰ Wilson do Nascimento Barbosa, “O Lugar da História Econômica entre as Ciências Sociais”. *Revista de Economia Política e História Econômica (REPHE)*, 18 (ago-2009): 125-172, p. 138.

Neste cenário, surge a Comissão Econômica para América Latina²¹¹, um grupo de economistas emergentes da periferia, no Chile. Fundada em 1948 a CEPAL²¹² alcançou grande renome ainda na década de 1950 com a análise pioneira desenvolvida por Raúl Prebisch (1901-1986). Em um cenário no qual a teoria do comércio internacional era dominada por uma ortodoxia que se inspirava nas vantagens comparativas da teoria ricardiana, a CEPAL entrou no debate econômico dirigindo-se diretamente aos preceitos dessa teoria com a “teoria da deterioração dos termos de troca”.

Apostavam na problemática “desenvolvimento e subdesenvolvimento” como a saída para a América Latina: a industrialização protagonizaria o enredo do progresso rápido combatendo por dinâmica própria ao longo do tempo as injustiças sócio-econômicas e históricas da Região. Ali se encontravam intelectuais como Celso Furtado que buscava na história econômica uma forma de “explicação” de um passado malgrado por desigualdades formadoras de uma nação. O retrógrado tão presente na Região justificadamente exigia reparações.

Celso Monteiro Furtado (1920-2004), natural do município de Pombal, estado da Paraíba, bem nascido, filho de juiz, foi estudar Direito na antiga Universidade Nacional na cidade do Rio de Janeiro. Após participação na Segunda Guerra Mundial, como membro da Força Expedicionária Brasileira, ingressa no doutoramento sob orientação do professor Maurici Biê na Universidade de Paris e, é de lá que dá início a sua significativa obra intelectual. Como num grito das sombras - “dialética da colonização” às avessas, parafraseando Alfredo Bosi – Furtado reproduziu uma obra-manifesto para a América Latina. *Formação econômica do Brasil*²¹³, uma obra que pensa a “dependência”²¹⁴ e o subdesenvolvimento, tendo como ponto de partida a necessidade de inclusão econômica. Transformações estruturais ocupavam o centro da problemática. Para Hobsbawm esses economistas não apenas pensavam na industrialização, mas clamavam por ela²¹⁵.

O pensamento cepalino foi uma expressão do descontentamento com o atraso, com a ausência do progresso e com as benesses fugidias das promessas “liberais” para a América Latina. As influências no pensamento cepalino vão desde a economia ricardiana a um protecionismo à maneira de List. Em um dos seus últimos livros *A Fantasia Organizada*, Furtado afirma que “a originalidade

²¹¹ A partir do ano de 1984 foi deliberado pelo Conselho da instituição que esse nome fosse alterado para Comissão Econômica Para América Latina e Caribe – no entanto, manteve-se a sigla já consagrada, CEPAL. Considera-se a “velha Cepal” ou “Cepal clássica” e a “Nova Cepal” pós-1980. Na “Nova Cepal” estão os denominados “neo-estruturalistas”; pelos resultados sociais desastrosos acarretados à América Latina durante a segunda metade de século XX foram severamente criticados pela heterodoxia (por se assemelharem aos Neo-Liberais emergentes da década de 1970). Atualmente procuram se distanciar ou dissociar-se daquela ideologia de culto ao Livre Mercado conduzidas pelos organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

²¹² A CEPAL, instituição ligada às Nações Unidas, foi fundada em 1948, com sede em Santiago do Chile. Seu objetivo e “slogan” é o de “contribuir al desarrollo económico de América Latina, coordinar las acciones encaminadas a su promoción y reforzar las relaciones económicas de los países entre sí y con las demás naciones del mundo”; <http://www.eclac.org/>, 10.Out.2010.

²¹³ Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*. 17ª ed. São Paulo: Nacional, 1980.

²¹⁴ Entende-se “dependência” aqui nos termos desenvolvidos por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e os demais teóricos da vertente marxista da Teoria da Dependência.

²¹⁵ Eric Hobsbawm, “Historiadores e economistas: I”. In: *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 117.

da CEPAL consistia numa ‘suma’ de várias heranças, entre as quais, a própria teoria clássica de Smith e Ricardo, muito de Marx, um pouco de List, e indubitavelmente muito de Keynes”²¹⁶. Mesmo não fazendo um uso de sua teoria como queria Marx, a CEPAL teve o mérito de incluir em suas análises a história comparada, uma lição aprendida com os historistas.

De qualquer forma, o que nos fica de saldo é a separação das disciplinas constituintes do campo histórico econômico. A própria escola dos *Annales* fundada em 1929 significou no âmbito dos historiadores marginais daqueles anos uma tentativa de associação destas disciplinas. No período de sua fundação o fator econômico não poderia ser ignorado. O colapso financeiro global causado pela quebra da bolsa de Nova Iorque no mesmo ano de sua fundação não é uma simples coincidência. Não foi este o motivo pontual da fundação da revista, mesmo porque o marco oficial da quebradeira nos Estados Unidos data de 29 de outubro - a chamada “terça-feira negra” -, enquanto o primeiro número da revista foi lançado meses antes dia 15 de janeiro. Mas, é certo de que desde 1925 a economia norte-americana já dava sinais de crise. Mas, os *Annales* se associaram à história econômica muito mais por outro motivo; seria uma forma de legitimação de suas propostas?

Veremos na próxima seção que a história econômica, a esta altura, em termos metodológicos estava à frente da grande área da história. As próprias admoestações que orientaram os primeiros *Annales*, Lucien Febvre e Marc Bloch – que se encontraram em 1920 na Universidade de Estrasburgo e mantiveram encontros rotineiros apenas por treze anos, até 1933, depois apenas por correspondências e encontros extraordinários, já que em 1936 Bloch assumiria a cadeira de História Econômica na Sorbonne sucedendo a Henri Hauser –, no direcionamento de um Programa para o que seria os *Annales*, advieram de um economista: François Simiand²¹⁷.

“Divorciada da história a economia é um navio desgovernado”²¹⁸, nos elucida Hobsbawm, deixa de ser uma ciência com aquilo que Marshall chamou de “o estudo do gênero humano nos assuntos ordinários da vida”²¹⁹. Os defensores da matematização da economia tentam legitimar este processo a partir da suposta neutralidade axiológica da matemática, argumentando, sob influência positivista, que a linguagem matemática deve ser a própria linguagem da ciência²²⁰. Mas, destituída da história e aliada à matemática, uma axiologia de aparente neutralidade, enquanto disciplina voltada para o homem esta ciência passou a ter pouco a dizer.

²¹⁶ Celso Furtado, *A Fantasia Organizada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 17.

²¹⁷ François Simiand, “Méthode historique et science social”. *Revue de Synthèse Historique* (1903): 1-22; 129-157. Este artigo está publicado em português pela Edusc. François Simiand, *Método histórico e ciência social*. Bauru: Edusc, 2003. Seria deste artigo de 1903 do economista durkheimiano que Lucien Febvre e Marc Bloch retirariam a base do Programa dos *Annales*.

²¹⁸ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 118.

²¹⁹ Alfred Marshall *apud* E. Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 118.

²²⁰ Maracajaro Mansor Silveira, *A matemática nas Ciências Sociais: O caso da Economia*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009. Dissertação de mestrado orientada pela Profª. Drª. Leda M. Paulani, professora titular do Departamento de Economia e do Programa de Pós Graduação em Economia da FEA/USP, Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política.

A causalidade desta ruptura é explicada mais pelos fatores de cunho político e ideológico e menos pelos fatores epistêmicos em si mesmos, como nos esforçamos em demonstrar. Enquanto um é a causa o outro é a justificativa.

Ludwig von Mises, ícone da escola austríaca, chamou a ciência econômica marginalista de “praxiologia”, um conjunto de técnicas para programar, um modelo normativo como o homem econômico deve agir²²¹. Economia unida à história deixaria de ser “uma espécie de aglomerado de campos de pesquisa mal coordenados e superpostos”²²², como nos fala Schumpeter, ou apenas “um grande acervo de modelos econômicos”²²³, como nos diz Fogel. A ciência econômica divorciada da história retira-se da realidade humana e torna-se, nas palavras lúcidas de Schumpeter, uma “teoria pura” ou não mais “uma ciência no sentido em que a acústica é uma ciência”²²⁴. Sem a história a disciplina econômica se desnuda. Hobsbawm, mais uma vez em sua aguda ironia, nos diz que “de vez em quando a história surpreende os economistas em suas ginásticas brilhantes e leva embora os seus roupões”²²⁵.

²²¹ Questões sobre a ciência econômica e seus desafios epistemológicos estão demonstrados num dos vários trabalhos de Leda Maria Paulani, intitulado “Ciência Econômica e Modelos de Explicação Científica: Retomando a Questão”. *Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia*. Recife, ANPEC, 2007; http://www.anpec.org.br/encontro_2007.htm, 10.Out.2010.

²²² Joseph A. Schumpeter, *History of Economic Analysis*. Nova York, s/ed. 1954, p. 10.

²²³ R. W. Fogel & G. R. Elton, *Which Road to the Past?* Londres, New Haven, 1983, p. 38.

²²⁴ Joseph A. Schumpeter, *History of Economic Analysis*. London : Routledge, 1994, pp. 9-11.

²²⁵ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 107.

Subcapítulo 1.3

Disciplina de história econômica

OS *ANNALES* representam a “Nova história” em prejuízo de uma “velha História”. Isso é o que se lê em muitos dos artigos ou livros sobre o assunto. Dificilmente nos deparamos com uma abordagem franca e esclarecedora sobre o caso tomando-se como ponto de partida o campo da história econômica. Quando se fala nas propostas epistêmicas dos *Annales* falam sempre de um lugar: da história social, ou da história da cultura. É propriamente um discurso dos vencedores.

Como se deu o encontro epistêmico da história econômica com os fundadores dos *Annales*? Como a disciplina se encontra hoje? É nisto que nos dedicaremos neste subcapítulo. Está dividido em três seções: na primeira vamos abordar a natureza epistemológica da disciplina histórica econômica nos dias atuais, na segunda contar a história propriamente dita da disciplina histórica econômica e, na terceira seção iremos nos dirigir às contribuições paradigmáticas dos primeiros *Annales* e suas relações com esta disciplina. O objetivo geral do subcapítulo é abordar a disciplina de história econômica e relacioná-la aos *Annales*.

1.3.1 – História econômica: a “natureza” epistemológica

O QUE Marc Bloch e Lucien Febvre planejavam em admitir no Programa editorial de sua revista no que tange à disciplina histórica econômica, que nos idos de 1929 era independente da grande área da história e, que de nada tinha a ver com a história política *establishment* que esses primeiros *Annales* lutavam para derribar?

Devemos considerar que a história econômica é uma disciplina que nasceu muito antes dos *Annales*. Antes mesmo da história *événementielle*, contra qual os primeiros *annalistas* combatiam. O oponente dos *Annales* simbolizava o “antigo regime” da historiografia. Podemos compreender os paradigmas dos *Annales* a partir da história econômica somente analisando a história da historiografia.

Qual era o real significado do termo “história econômica” no início do século XX? Quais eram os maiores motivos da adoção no título da revista ao lado do termo “social”? *Annales d'Histoire Economique et Sociale* não foi um título dado às pressas; Lucien Febvre e Marc Bloch gestaram esta revista por quase dez anos.

Atualmente o termo “história social” é dominante, até aglutinador; a “história econômica” se parece hoje mais uma especialidade do que uma área independente. Muitos a condenam a um ramo ultrapassado, em desuso.

Nos dias ainda de Braudel ele já enfrentava esta condição. “Seja ou não seja nobre, ou menos nobre que outra, a história econômica não deixa, por isso, de propor todos os problemas inerentes a nosso ofício”²²⁶, defendia o grande promotor do campo no século XX.

Não vamos demonstrar nesta seção a relação entre história e economia como fizemos na segunda parte deste capítulo, em que nos esforçamos em contar os episódios centrais desse encontro e posterior ruptura epistêmica, cuja causalidade adveio do nível ideológico e, se desenvolveu nos interiores das ciências econômicas. O que vamos fazer agora é refletir sobre a natureza da disciplina em si.

Fernando Novais afirma que a história busca dar conta de toda a realidade do passado, por conseguinte admite todos os objetos possíveis. Para tal, ancora-se nas ciências sociais porque não possui “conceitos próprios, não tem jargão”²²⁷. É neste sentido que “não há impactos da história sobre as ciências sociais e, sim o contrário”²²⁸. Os impactos advêm das demais ciências sobre a história ou sobre o historiador.

No caso da disciplina de história econômica a “esfera de existência” é a econômica. Mas, isto não quer dizer que não pretenda dar conta de toda a realidade do passado *a priori* estabelecida. Não fica circunscrita ao econômico em si mesmo. “O sujeito que planta uma batata pode estar partilhando de um fenômeno religioso, não só de um fenômeno econômico. Não há um acontecimento econômico, mas acontecimentos humanos. A história, porque quer reconstituir, sempre fala da totalidade”²²⁹. Portanto, perguntamos: há alguma diferença substantiva entre a disciplina de história e a disciplina de história econômica?²³⁰

A história é uma ciência humana. Já a história econômica é uma ciência social e humana, além de ser uma ciência aplicada. A primeira dialoga com todas as ciências e assume todos os objetos da narrativa do acontecer humano. A segunda também dialoga com todas as ciências e admite todas “esferas de existência”. Mas, o seu ponto de partida é diferente. Isto quer dizer que o seu olhar se dá pelas estruturas econômicas, mas busca a totalidade. Após a chegada de Braudel este campo ganhou novos instrumentos epistemológicos. Dotada dos instrumentos teóricos das ciências sociais, além da metodologia científica histórica, a história econômica passou a prestar tão bons serviços que se espalhou pelo mundo inteiro.

²²⁶ Fernand Braudel, *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*. Baltimore/Londres: John Hopkins University Press, 1977. (Publicado em francês em 1985 sob o título *La dynamique du capitalisme*).

²²⁷ Fernando A. Novais, “Fernando Novais: entrevista”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2, 42 (2008): 15-31, p. 15.

²²⁸ *Idem*.

²²⁹ *Ibidem*.

²³⁰ Maiores detalhes da perspectiva novaisdiana, cf. Fernando Novais, *Aproximações*. São Paulo: Hucitec, 2007.

Luís Eduardo Simões de Souza postula o campo de estudo da história econômica enquanto “interdisciplina interdependente”, cujo um conjunto de “peculiaridades a transforma em mais do que uma soma de disciplinas, mas em algo dotado de autonomia suficiente para manter-se eventualmente à distância do mero préstimo de assistência das áreas afins”²³¹.

O campo de estudos da história econômica adquiriu em seu próprio percurso histórico metodologias suficientemente capazes de afirmá-la como uma disciplina de síntese. “Isso quer dizer que ela é um espaço onde se encontram diferentes ramos das ciências sociais”²³² e, assim desenvolve seus próprios estudos e garante um lugar entre as ciências sociais e humanas.

A disciplina de economia necessita mais da disciplina histórica do que o inverso. A economia sempre foi vítima da história²³³, nos afirma Hobsbawm. O mesmo não ocorre com a história econômica. Neste caso, a dependência é mútua. A metodologia da disciplina de história é a principal responsável pelos contornos limítrofes epistêmicos da área de história econômica. Os instrumentos teóricos das ciências econômicas e das demais ciências sociais são as suas ferramentas de trabalho. Sem eles este campo não seria uma disciplina de síntese capaz de reunir uma diversidade de saberes científicos; sobretudo, dominar seu objeto, o econômico histórico.

Peter Burke nos diz que “atualmente os historiadores econômicos são capazes de falar a linguagem dos economistas”²³⁴ e, Hobsbawm nos alerta que os economistas são aqueles “que de vez em quando se arrogam o monopólio em definir o objeto”²³⁵. A relação interdisciplinar entre história e economia é tensa. Numa perspectiva epistemológica histórica econômica o legítimo é “fazer história de”, isto é “fazer história econômica” e, não “economia retrospectiva aplicada”; ou o que denominam de *New Economic History* e *Counter Factual History*, modalidades em alta entre os economistas e/ou cientistas sociais que trabalham em departamentos de economia. Já abordamos estas questões anteriormente. Em todo caso, estas modalidades são, às vistas da história econômica, uma atrofia metodológica do campo; anula a validade da disciplina diluindo-a em inferências retrospectivas.

A história econômica vai além da proposta daqueles modais. Tal reducionismo conduz ao economicismo, não sendo esse o objetivo epistêmico da ciência histórica econômica. Witold Kula nos diz que “a história de cada uma das disciplinas [história e economia] se sujeita de alguma maneira à problemática da história econômica; necessita ser ajudada por esta e ao mesmo tempo que aquela pode ajudar”²³⁶.

²³¹ Luís E. S. de Souza, “A História Econômica como InterDisciplina Interdependente”. *Revista Controversa - FEA - USP*, São Paulo, v. 08 (ago-1996): 13-16, p. 1.

²³² Wilson Nascimento Barbosa, “O Lugar da História Econômica entre as Ciências Sociais”. *REPHE*, São Paulo, n. 18 (ago-2009), p. 157.

²³³ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 107.

²³⁴ Peter Burke, *A Escrita da História. Novas Perspectivas* (Org.). São Paulo: UNESP, 1992, p. 35.

²³⁵ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 107.

²³⁶ Witold Kula, *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Península, 1977, p. 75 (nossa tradução).

Fernando Novais nos mostra que uma “esfera de existência” contém todos os “níveis de realidade”²³⁷. O discurso da história econômica volta suas atenções para a estrutura econômica. Estrutura, em história, é *a priori* a esfera de existência. Aqui é estrutura econômica por estarmos tratando de história econômica, mas poderia ser outro tipo de estrutura. Na abordagem histórica as estruturas se relacionam entre si. A história econômica apenas se desenvolveu enquanto disciplina histórica adotando como ponto de partida o econômico. Mas, ela busca a totalidade com o mesmo apetite da grande área histórica. Ela apenas evoluiu mais aberta ao diálogo com àquela disciplina que mais se desenvolveu durante as revoluções burguesas. A economia política foi determinante nos rumos das ciências sociais nascentes. Conquanto, ajuntando uma a outra formou-se uma disciplina de aplicação, o que significa, conforme Barbosa que “os ganhos e aperfeiçoamentos” “são por ela absorvidos adquirindo um sentido novo, como resultado deste encontro”²³⁸

Novais nos diz que o impacto que existe é o da economia sobre a história. Logo, deduzimos por lógica que não é a história que determinará sozinha a metodologia de investigação do campo. Não há “impactos da história sobre as ciências sociais e, sim o contrário”²³⁹. Novais, nos afirma que “a história não tem conceitos próprios, não tem jargão, usa o das ciências sociais”²⁴⁰. Mas, por outro lado, a história econômica continua sendo história, portanto mantêm-se os traços de sua natureza epistemológica fundante, mas se aplica em aceitar a colaboração de suas ciências irmãs.

Em termos epistemológicos mantêm-se a natureza ascendente histórica e adotam-se novos instrumentos de trabalho. Barbosa nos afirma que “a história econômica é um encontro básico de um método histórico e um método econômico. Qual o método histórico? Aquele de escolha do historiador econômico. Qual o método econômico? A mesma resposta”²⁴¹. A estatística, a probabilidade, a econometria, os gráficos, os padrões em série, são as ferramentas que um historiador econômico precisa. Mas, a metodologia é unicamente histórica. As técnicas de pesquisa, o levantamento de dados, a crítica interna ao documento e a crítica de plausibilidade das fontes formam o seu conjunto metodológico. Muitos desses métodos remontam a escola de Leopold von Ranke e aos “metódicos” Langlois e Seignobos. Esse último, Charles Seignobos (1854-1942), um metódico “que Braudel aprenderia mais tarde a questionar, embora sem nunca deixar de asseverar o gênio daquele historiador”²⁴², afirma-nos Lincoln Secco.

²³⁷ Fernando A. Novais, “Fernando Novais: entrevista”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2, 42 (2008): 15-31, p. 15.

²³⁸ Wilson Nascimento Barbosa, “O Lugar da História Econômica entre as Ciências Sociais”. *REPHE*, São Paulo, n. 18 (ago-2009), p. 157.

²³⁹ Fernando A. Novais, “Fernando Novais: entrevista”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2, 42 (2008): 15-31, p. 17.

²⁴⁰ *Idem*, p. 15.

²⁴¹ Wilson Nascimento Barbosa, “O Lugar da História Econômica entre as Ciências Sociais”. *REPHE*, São Paulo, n. 18 (ago-2009), pp. 157-8.

²⁴² Lincoln Secco, “Geohistória”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, nº 13 (julho 2008): p. 6.

O campo da história econômica “não se reduz às metodologias conhecidas ou de uso corrente”²⁴³, nos diz Barbosa. Trata-se de instrumentos e metodologias específicas de campos adjacentes. Todos os instrumentos das ciências sociais podem contribuir para o desenvolvimento do campo. Daí, compreendemos o apoio de Hobsbawm à utilização da metodologia da história quantitativa: “seria absurdo rejeitar como inadequadas a um segmento da história a quantificação e a aplicações de tais ferramentas”²⁴⁴.

A disciplina econômica tanto quanto as demais ciências dependem da história. O contrário nem sempre é verdadeiro. No caso da relação história e economia, considerando que o ofício dos economistas é a intervenção na realidade econômica, onde a tarefa de diagnosticar e traçar cenários preventivos é a própria justificativa social da manutenção de sua disciplina, a história em vários momentos foi e pode ser uma forte aliada. Entretanto, a história não está em condições de ser uma disciplina aplicada nesta acepção, mas considerando que passado, presente e futuro são parte de um *continuum*, os historiadores têm de fato muito a dizer para os economistas²⁴⁵. Nisto reside a “inter-relação interdependente” das disciplinas constitutivas da história econômica, parafraseando Souza²⁴⁶.

História e economia imbricaram-se nas últimas décadas numa relação problematizadora quanto aos (des) usos dos métodos de ambas as disciplinas. Cabe ao “pesquisador que deseja se tornar um especialista em história econômica adotar métodos” que tenham “uma coerência fundamental que corresponda à sua opção por métodos no nível crítico”²⁴⁷. Apesar da tensão que envolve a relação, um diálogo quanto ao uso dos jargões, dos instrumentos e da teoria de ambas as disciplinas se estabeleceu. Mas, isto não significou ficar longe dos problemas.

É a história quem deve usar os jargões e os instrumentos das demais ciências sociais, mas o método é unicamente histórico quando o objetivo é “fazer história de”. E para fazer “história de”, somente os historiadores estão aptos a fazê-la. E isto é confundido por muitos. Daí, os desencontros metodológicos.

Novais nos diz que há uma história econômica dirigida para historiadores e outra para economistas – como também já mencionamos, mas vale repeti-la. Novais compartilha dos dizeres de Hobsbawm²⁴⁸, afirmando que “há economia retrospectiva e história econômica. São coisas

²⁴³ Wilson Nascimento Barbosa, “O Lugar da História Econômica entre as Ciências Sociais”. REPHE, São Paulo, n. 18 (ago-2009), pp. 157-8.

²⁴⁴ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 126.

²⁴⁵ *Idem*, p. 109.

²⁴⁶ Luís Eduardo S. Souza, “A História Econômica como InterDisciplina Interdependente”. Revista Controversa - FEA - USP, São Paulo, v. 08, 1996, p. 1.

²⁴⁷ Wilson Nascimento Barbosa, “O Lugar da História Econômica entre as Ciências Sociais”. REPHE, São Paulo, n. 18 (ago-2009), p. 158.

²⁴⁸ Hobsbawm esclarece que a “velha” destina-se aos historiadores e a “Nova” aos economistas. Consultar: Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, pp. 108-9.

diferentes. Claro que está tudo no mesmo campo. De um modo geral, história econômica feita em faculdades de Economia por economistas é economia retrospectiva. História econômica feita em faculdades de Filosofia por historiadores é história econômica”²⁴⁹. Nisto, reside uma crise institucional, epistemológica, teórica e metodológica do campo.

Daí surgem, por exemplo, confusões de método de investigação entre economistas e historiadores econômicos, como as modalidades já citadas: *New Economic History* e *Counter-Factual History*. Se bem que a confusão é unicamente dos primeiros, os economistas. Os anacronismos históricos são recorrentes por parte dos economistas, destreinados ao método histórico. As anomalias metodológicas surgem deste cenário. Os multi, inter e transdisciplinarismo não resolvem sozinhos uma crise que se instalou no conjunto das ciências sociais; a história econômica é apenas um exemplo.

Para se evitar estas transgressões de método, Braudel propôs uma cooperação mútua. É necessário que as disciplinas irmãs dialoguem entre si. O objeto que era único foi réu de uma partilha de família iniciada por aquelas disciplinas irmãs que não mais queriam co-habitar no mesmo espaço. Se dividiram, mas esqueceram que era impossível dividir a totalidade. O homem, a maior ambição de todas elas foi ficando cada vez mais distante.

No caso das irmãs gêmeas, história econômica e história social, o caso cada vez mais se agrava. Por imposição de uma delas - modismos que ela se esforçou por criar -, afirma ser a única filha legítima, enquanto a outra, uma meia-irmã, é filha bastarda, logo, não se sabe ainda onde ela deva morar: ou nos departamentos de economia e afins, ou será que nos departamentos das ciências sociais? O discurso dessa irmã nunca se cansa de dizer que seus métodos são obtusos, um gene epistêmico recessivo, sem identidade institucional.

Por outro lado, vale lembrar mais uma vez Peter Burke que diz que “atualmente os historiadores econômicos são capazes de falar a linguagem dos economistas, os historiadores intelectuais a linguagem dos filósofos e os historiadores sociais os dialetos dos sociólogos e dos antropólogos sociais”²⁵⁰. O processo de especialização aconteceu apenas com a história econômica? Não nos parece, como também não parece ser para esse historiador da cultura.

Os impactos das demais ciências à história, mencionados por Novais, resultaram num envolvimento e aproximação íntimos do historiador com o seu objeto, priorizando a especialização em detrimento do geral. Contudo, isto trouxe problemas para o campo histórico, o da fragmentação, onde o historiador é capaz de falar a língua do seu objeto, mas como consequência está “descobrimos ser cada vez mais difícil falar um com o outro”²⁵¹.

²⁴⁹ Fernando A. Novais, “Fernando Novais: entrevista”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2, 42 (2008): 15-31, p. 21.

²⁵⁰ Peter Burke, *A Escrita da História. Novas Perspectivas* (Org.). São Paulo: UNESP, 1992, p. 35.

²⁵¹ *Idem*.

Mas, aqui reside um ponto importante. Os historiadores econômicos, ou pelo menos uma parte importante deles, continuam falando da totalidade; algo ignorado, senão repudiado pelos historiadores sociais. Mas, quem são os historiadores sociais?

Ao nosso entender são aqueles que correram para um campo em que tudo cabe; ou como nos afirma Hobsbawm um “repositório amorfo para tudo”²⁵², ou como nos diria Braudel uma “*histoire obscure de tout le monde*”²⁵³. Os historiadores da cultura, procuram se distinguir agora deste vasto campo, mas nos parece difícil, já que foram eles mesmos que testemunharam as opiniões caluniosas. Para o mestre francês, um grande prejuízo, já que é esta “a história para a qual, de diferentes maneiras, tende toda a historiografia no presente”²⁵⁴.

Os modismos que emanam do esparsos campo da história social ditam como insuficiente o método da “escrita estrutural” - preponderante na história econômica. Esta modalidade de escrita histórica foi reinaugurada pela *École des Annales*, mas o seu fundador-mor é nada mais nada menos que Karl Marx. Fernand Braudel apenas viu nela a melhor saída para a crise.

Alguns tentam justificar, como Peter Burke, que a escrita estrutural é algo superado, mas que “historiadores como Tawney e Namier, Febvre e Braudel, foram justificados em sua rebelião contra uma forma tradicional da narrativa histórica”²⁵⁵. Seria necessária tal “justificativa” para impor em desuso arbitrário a história estrutural? Vale lembrar a todos que o parricídio da terceira geração dos *Annales* não se justificou ainda.

É necessário ir além do que apenas conter aquilo que não se domina. Mas, esta tarefa é difícil para os historiadores, geralmente “pouco inclinados à filosofia”²⁵⁶. Mas, esses homens de ciência não podem ignorar a filosofia. Se a ignoram, necessariamente deverão se submeter à epistemologia. Nada que transita entre a ciência e a filosofia escapa a esse olhar. O cenário é esse, os historiadores “não podem evitar reflexões gerais sobre sua matéria”²⁵⁷.

Os historiadores sociais quando chamados à defesa invocam os terceiros *Annales*. Como esses pouco têm a oferecer, em termos de recursos epistemológicos, recorrem num ludibrio de corpos aos annalistas fundadores, os prógonos daqueles terceiros. Mas, recuam quando não se pode combater. Sobretudo, quando os conselhos se dirigem para um diálogo íntimo das irmãs. Para Lucien Febvre “não há história econômica e social. Há somente história”²⁵⁸.

²⁵² Eric J. Hobsbawm, “O ressurgimento da narrativa: alguns comentários”. *RH – Revista da História*, São Paulo, n 2/3, 1991, p. 42.

²⁵³ Fernand Braudel, “Une parfaite réussite”, *apud* Claude Manceron, *La Revolution qui lève, 1785–1787*. Paris: Editeur Robert Laffont, 1979 (nº 4 de la Coll. “les hommes de la liberté”), p. 109.

²⁵⁴ *Idem*.

²⁵⁵ Peter Burke, “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa” in BURKE, Peter (Org.) *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. 7ª ed. São Paulo: UNESP, 1992.

²⁵⁶ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p. 7.

²⁵⁷ *Idem*.

²⁵⁸ Lucien Febvre, *Combates pela história*. Barcelona: Ariel, 1970, p. 40.

O problema se agrava quando ouve-se de dentro de seus muros falas públicas incontestes. Georges Duby, em sua aula inaugural no *Collège de France*, disse aos presentes, naquele ano de 1971, que a história social e a história econômica devem seguir “suas vocações próprias de síntese. Cumpre-lhes recolher todos os resultados das pesquisas efetuadas [...] e reuni-los na unidade de uma visão global”²⁵⁹.

A diferença fulcral entre ambas reside nesta última palavra: “global”. Nos dias atuais, e desde os dias de aposentadoria de Braudel, a maioria dos historiadores sociais cumpre esforços para desmerecer a história globalizante; a história econômica de um Marx, e de um Braudel. Fernando Novais é categórico: “não há um acontecimento econômico, mas acontecimentos humanos”²⁶⁰.

O econômico como objeto histórico significa relações sociais submetidas à vida material. É nesta estrutura do cotidiano, onde se realiza a própria vida, que os historiadores podem acessar todas as outras estruturas: sociais, políticas e culturais. As relações de poder, o Estado, os costumes, a religião, os ritos, as mentalidades, etc.. Num estudo de história econômica todas as estruturas devem se interagir. Na verdade nada está desconectado, ou como Febvre nos diz “há somente história, em unidade”²⁶¹.

A história econômica é apenas um ponto de partida, um outro ponto de vista. “As problemáticas podem diferir e, efetivamente, diferem; mas os resultados, entre os historiadores de boa fé, devem se encontrar”²⁶², dizia Braudel.

Parafraseando Carlo Ginzburg, expoente da micro-história, é o olhar microscópico que permite o detalhe revelador, mas é o olhar telescópico que descobre as raízes perdidas e as implicações futuras.²⁶³ Os “rastros” do homem são possíveis de se seguir quando perseguimos os “fios” de sua vida material.

Nenhum historiador poderá negar que a constituição dos grupos humanos, a estrutura das relações sociais, a estratificação social, as mentalidades e as crenças legitimadoras dessas mesmas estruturas possam ser estudadas, ou reconstituídas, sem que se considere as bases da vida material, as esferas da circulação e da produção, isto é, o que se come, o que se veste, o que se consome, o que se produz e o que se vende. Quando se estuda os preços, por exemplo, todas as estruturas são consideradas. Os preços afetam de formas diferentes os pobres e os ricos, bem como as relações sociais, econômicas e políticas. É necessário repetir: “não há um acontecimento econômico, mas acontecimentos humanos”²⁶⁴.

²⁵⁹ Georges Duby, “Les sociétés médiévales. Une approche d’ensemble”. *Annales E. S. C.*, (jan-fev, 1971): 1-13.

²⁶⁰ Fernando Novais, *Aproximações*. São Paulo: Hucitec, 2007.

²⁶¹ Lucien Febvre, *Combates pela história*. Barcelona: Ariel, 1970, p. 40.

²⁶² Fernand Braudel, “Les Annales vues de Moscou”. *Annales E. S. C.* (1963).

²⁶³ Carlo Ginzburg, *Os fios e os rastros*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

²⁶⁴ Fernando Novais, *Aproximações*. São Paulo: Hucitec, 2007.

Emmanuel Le Roy Ladurie (1929 -) é um bom exemplo. Em seu *Les paysans de Languedoc*, sua tese doutoral, fez uma “história total” aos moldes de seu mestre Braudel. Elaborou uma admirável combinação de história quantitativa e econômica com uma história política, religiosa e psicológica.

Se pode fazer um estudo de história social apoiando-se nos dados econômicos como fonte indispensável; pode-se fazer um estudo de história cultural entre cristãos, cristãos novos e judeus em Portugal utilizando-se de dados da vida material desses grupos; como se pode fazer um estudo de história das mentalidades considerando os elevados níveis de poupança e pré-indisposição para a ostentação de uma sociedade moderna - por que não a maneira de um Max Weber? Nós historiadores, temos lá nossas restrições de método.

Braudel nos anos de aposentadoria disse que “não existe uma história autônoma [fracionada]”. Ao seu ver todas “elas estão vinculadas ao todo”. Referindo-se à terceira geração dos *Annales*, concluiu dizendo que se tem “a impressão [...] de que abandonaram o terreno econômico, o que nos permitia um vínculo com nossos colegas marxistas”²⁶⁵.

Não cremos que nenhum historiador social sério gostaria de abandonar as premissas teóricas de um Karl Marx, pois como o próprio Braudel considerava, todos nós estamos, queiramos ou não, completamente imbuídos na problemática marxista. Vivemos intelectualmente o impacto desse pensamento mesmo contra nossa própria vontade.

História social e história econômica necessariamente não concorrem à posições epistêmicas. Concorrem na verdade à posições institucionais. José Jobson de Arruda, discípulo de Eduardo D'Oliveira França, autor da tese *A realeza em Portugal e as origens do absolutismo* (1945), (assistente do “Professor Braudel”²⁶⁶, quando ele veio pela segunda vez ao Brasil a trabalho em 1947²⁶⁷), diz que o que está em jogo é o poder numa instituição ainda medieval: a Universidade. Essa micro-análise do poder permite à argúcia do historiador penetrar nas fímbrias da história da intimidade, sobretudo naquilo que “ela tem de menos nobre: o embate permanente pelo poder no campo da idéias”; o que significa, necessariamente, a batalha “por postos acadêmicos, posições institucionais e governamentais de financiamento à pesquisa e lugar nos comitês editoriais

²⁶⁵ Fernand Braudel, “Em guise de conclusion”, *Review*, editado por Immanuel Wallerstein, Nova Iorque, vol. 1, nºs 3, 4 (1978): 243-261.

²⁶⁶ Detalhes dessa convivência, entre o professor Fernand Braudel e o então jovem assistente, depois catedrático e diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL), Eduardo D'Oliveira França, podem ser cf. em Eduardo D'Oliveira França, “Eduardo de Oliveira França: um professor de história”. *Estudos Avançados*, 8(22), 1994: 151-160. “Tornei-me assistente do professor Braudel quando ele veio pela segunda vez ao Brasil. O sucessor dele na cátedra foi então o professor Emile Leonard, que me conservou no posto. Quando este se retirou, depois de dois anos, era prevista a vinda de outro professor francês. Mas a direção da Faculdade achou melhor que eu assumisse a regência. Algum tempo depois, ao invés de inscrever-me para a livre-docência, fiz concurso para catedrático e fui aprovado”. *Idem*.

²⁶⁷ Entre os meses de maio e dezembro de 1947. Braudel retornaria ao Brasil, para uma visita breve, no último semestre de 1953, quando viajou para a América Latina, visitando, numa viagem de três meses, México, Chile, Peru e a Universidade de São Paulo. Nesta visita à Universidade de São Paulo ministrou uma série de conferências.

influentes”. É aí que se decidem “o que os leitores vão ler, a morte das idéias que jamais ultrapassarão o manuscrito, disputas nem sempre polidas e éticas”²⁶⁸.

1.3.2 – História econômica: *avant la lettre*

A HISTÓRIA econômica é uma disciplina que nasce no seio da economia política; disciplina legitimadora do discurso mercantilista, uma atividade burguesa. No Antigo Regime, a atividade econômica era uma diligência desenvolvida pela burguesia, pelas massas populares e pelo campesinato. A história, neste período, tinha como função social legitimar determinados fenômenos sociais; a manutenção da estrutura social vigente é exemplo. O lugar social da aristocracia, as famílias da realeza, as instituições seculares e religiosas, os costumes e tradições, a hierarquia dos valores estamentais, todos se sujeitavam ao discurso do erudito histórico.

Não é de se estranhar que a economia irrompera no momento em que as massas, ao lançar-se na luta pelos seus direitos, tiveram que buscar por si mesmas uma legitimação histórica. O que a História foi para as elites do Antigo Regime, a economia política seria para a classe burguesa.

A recém-nascida economia política burguesa tendia a ver como absolutos as regularidades dos fenômenos econômicos. Desde o nascimento dessa disciplina a busca pelas leis no tempo, ou na observação do lapso de tempo (denominado de presente), demonstrou-se insuficiente. Para ampliar seu campo de observação, ou para se assegurar que a constante era um fato, passou-se a explorar o passado.

Desta maneira se abriu caminho para a história econômica. Neste aspecto, o marco institucional de nascença de sua aparição foi em *A riqueza das nações* (1776) de Adam Smith (1723-1790). Não se trata de um livro de história, é verdade, mas suas digressões sobre as colônias e a urbanização, e particularmente o famoso capítulo consagrado ao comércio e a acumulação de metais preciosos, lhes concede um caráter unificador entre história e economia. David Ricardo (1772-1823) e Thomas Malthus (1766-1834) não seguiram este caminho. Os economistas ingleses, franceses e alemães, onde se destacam Stuart Mill (1806-1873), Frédéric Bastiat (1801-1850) e Yves Guyot (1843-1928) optaram pela teoria ricardiana.

Uma segunda fonte para a institucionalização da história econômica foram duas correntes muito em voga na primeira metade do século XIX. Nessa época predominava entre alguns intelectuais o

²⁶⁸ José Jobson de Andrade Arruda, “Historiografia do Estruturalismo: Invenção, Reinvenção, Desconstrução” In: Dosse, François, *História do Estruturalismo*. Bauru: Edusc, 2007.

ideário e valores históricos da Revolução Francesa. Ao escrever sobre a história das cidades italianas e francesas Jean Charles de Sismondi²⁶⁹ (1773-1842) e Augustin Thierry²⁷⁰ (1795-1856) trouxeram nas páginas de sua história o passado da burguesia, concedendo a esta classe social o sentimento de legitimidade, o peso e o significado de seu passado, o orgulho de suas tradições.

Numa luta por liberdade política, numa época de aguerrida manifestação contra a sociedade aristocrática, contra as estruturas de uma sociedade feudal retrógrada, começam a se abrir caminhos a novos valores dirigidos para novas formas de riqueza. O comércio mundial impulsiona o agigantamento de uma atividade vigente desde o século XVII, a produção industrial; agora passaria à larga escala. O comércio mundial colocava a burguesia como classe proeminente. O comércio das navegações e a produção inglesa manufatureira estabeleceu um novo lugar social para esta classe - os grandes acontecimentos na França em 1789 vieram para consolidá-la.

Com a ascensão da burguesia ao poder, uma história do campesinato foi ensaiada. Aos poucos ganharia força. Em meados do século XIX alguns historiadores da Europa Oriental, *locus* de uma população burguesa escassa, apresentaria essa tendência. O representante maior foi Joachim Lelewel (1786-1861), historiador polonês, admirador de Sismondi; mais tarde, aproximaria-se de Marx e Engels. Lelewel procurou ressaltar a luta do campesinato por liberdade perante a nobreza. Em 1847, juntamente com Marx e Engels, tornaria membro-fundador, além de *Vizepräsident* (vice president) do *Demokratischen Gesellschaft zur Einigung und Verbrüderung aller Völker* (Sociedade Democrática pela Unidade e Irmandade para todas as Pessoas), em Bruxelas. É mister dizer que o anarquista Michail Bakunin foi fortemente influenciado por Lelewel.

Uma união de história da burguesia e história do campesinato marcou a disciplina que nasceu para dar voz aos agentes das transformações sociais. Se na Inglaterra Adam Smith justificou o ofício comercial burguês em 1776, na França os Revolucionários justificariam um passado logrado pela história de seu ofício. Se por um lado Sismondi e Thierry legitimariam a burguesia, por outro Lelewel incluiria a base campesina. A tendência de registrar as transformações na estrutura social vigente é o marco maior do aparecimento da história econômica.

Uma terceira via que colaborou para o aparecimento da disciplina foi a série de reformas sociais iniciadas na Europa, e as publicações históricas decorrentes. Na Inglaterra, as denominadas *Poor Laws* motivaram, por exemplo, a publicação em 1764 de *History of the Poor Laws*, de Richard Burn e, em 1797 de *The State of the Poor: or na History of the Labouring Classes in England from Conquest to the Present Period*, de Sir Frederick M. Eden. Vale dizer que essas publicações foram base de consulta importante para Marx quando veio a escrever *O Capital* e outros escritos: a

²⁶⁹ Dentre as principais obras de Jean Charles Léonard de Sismondi destacam-se *La richesse commerciale* (1803); *Histoire des républiques italiennes du Moyen Âge* (1809–1818); *Nouveaux principes d'économie politique, ou de la richesse dans ses rapports avec la population* (1819).

²⁷⁰ Thierry foi um entusiasta dos ideais da Revolução Francesa e da visão de Saint Simon de uma sociedade ideal.

primeira parte publicada em 1867, ou antes ainda, em 1844 os *Manuscritos econômicos e filosóficos*, ou mesmo em 1859 quando publicou *Contribuição para a Crítica da Economia Política*.

Enquanto a grande área de história, no século XVIII, na época de Adam Smith, ou no século XIX, na época de Marx, é feita, respectivamente, por cronistas e narradores dos fatos políticos, a história econômica já vinha se ocupando de uma história social. Frederich Engels de posse de relatórios elaborados por entidades benemerentes publicaria em 1845, como já o mencionamos, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Leopold von Ranke nesse mesmo período se ocupava em escrever *Fürsten und Völker von Süd-Europa im sechzehnten und siebzehnten Jahrhundert*. Se um se ocupava em falar dos pobres, o outro se debruçava em escrever sobre os príncipes do sudoeste da Europa dos séculos XVI e XVIII.

Se entre os anos 1811-1832 Barthold G. Niebuhr (1776-1831) exaltava o poder do Império Romano *Römische Geschichte*, ainda no final de século Langlois e Seignobos dedicavam-se unicamente ao método histórico, em *Introduction aux études historiques*, tornando-o em suas razões de existir. A história, a disciplina dos príncipes, a disciplina do método positivo, pouco se empenhou em tratar do social; a história econômica não pode ser esquecida, ela é uma história social *avant la lettre*.

Em fins do século XVIII a história econômica já se tornava cada vez mais autônoma. Se a economia política burguesa defende a burguesia e de nada tem a ver com as massas oprimidas pelo capitalismo subjacente à Revolução Industrial inglesa, a história econômica se consolida, mesmo fora da Universidade, como àquela disciplina que faria o que a Moral não poderia fazer. Numerosas publicações como livros, relatórios, panfletos e artigos, muito das vezes teses contraditórias, mas sempre uma literatura científica dotada de fatos históricos econômicos, baseados em fontes plausíveis, faziam-se valer em partidos políticos, círculos de intelectuais e entidades benemerentes.

No início do século XIX, na Inglaterra, os problemas fundamentais eram o “direito dos pobres” e a “liberdade de comércio” (*Poor Laws and Corn Laws*). De um lado a história econômica, de outro a economia política.

Na Alemanha o maior problema econômico era a “União aduaneira”. Nesse país, ao lado da escola histórica de Ranke surgiria a “escola histórica de economia política”. Friedrich List (1789-1846), seguido por Knies, Hildebrand e Roscher, publicou em 1841 *Das nationale System der politischen ökonomie*, um verdadeiro tratado teórico histórico econômico contra a liberdade de comércio.

Na Rússia, ou numa Polônia, nesses mesmos anos, o problema também maior era econômico. Surgiram uma série de trabalhos históricos voltados para o campesinato enquanto força

revolucionária. Vinogradov, Pietruszewski, Kosminski e Lavroski fizeram estudos sobre a história agrária inglesa; Kovalevski, Karieyev e Luczycki estudaram a história agrária da França pré-revolucionária; e Potiomkin, o qual fez escola, estudou a história da classe operária francesa entre 1815-1870²⁷¹.

Na França o socialismo utópico e a apologia sansimoniana do “industrialismo” tratavam das dúvidas históricas sobre a artesanaria, a indústria, a classe trabalhadora e as uniões corporativas e cooperativas; os seus representantes foram Fourier, Saint-Simon, Sismondi, Owen, Blanc, Proudhon, Gide e outros.

As razões de ser da história econômica no século XIX cada vez a distanciava daquela disciplina que lhe concebera no século XVIII. A economia política burguesa atendia mais a uma ética de uma classe do que a uma Moral dirigida para todas as classes. A história econômica já abraçava o fenômeno por inteiro. Deixou de ser uma disciplina voltada unicamente para as causas e passou a ser uma disciplina voltada também para as consequências. Não olhava apenas o fenômeno em si da Revolução Industrial, mas todas as estruturas históricas de um sistema que engendrou novas formas de relações sociais. Marx teve um papel fundamental nesse processo.

No século XIX a influência de Marx foi irradiativa. Entre 1848 a 1867, período de formação do marxismo, contando desde a aparição do *Manifesto Comunista* até a publicação do tomo I de *O Capital*, talvez tenha sido o período mais frutífero para a história econômica. Mas, não somente pelos feitos literários em si de Marx, mas sobretudo pelo alcance desta literatura à realidade.

Conceitos, abstrações e idealismos são aplicáveis à qualquer direção. François Guizot (1787-1874), ao escrever *Histoire générale de la civilisation en Europe* (1828), lançaria mão de um conceito próximo ao de luta de classes como traço distintivo da suposta superioridade da civilização européia. Herbert Spencer (1820-1903), anos depois colocaria em apuros a teoria de Darwin. A atuação de Marx foi além das palavras soltas no ar.

A influência decisiva de Marx no desenvolvimento da história econômica é reconhecida por historiadores e economistas de todas as vertentes. J. H. Clapham, promovedor de uma extensa obra coletiva *Cambridge Economic History of Europe*, ou R. H. Tawney, ou E. Power, ou J. Keynes ou até um historiador antimarxista J. U. Nef reconhecem os feitos de Marx para a disciplina. O marxismo representa a síntese dos principais avanços do campo. Este quadro é tão verdadeiro que há anos estabeleceu-se apenas dois tipos de historiadores econômicos: os partidários a Marx e os

²⁷¹ No século vinte, em plena União Soviética, destacam-se os trabalhos da escola de Pokrowski, cujo maior interesse fora sobre o capital comercial, conjuntura capitalista e história das crises capitalistas. Sobre a classe trabalhadora, após 1923, nos anos de Stalin, destaca-se K. A. Pazitnov e, a partir de 1931, Máximo Gorki, onde seus interesses foram sobre a classe operária e sobre fábricas e empresas industriais. Esses estudos foram interrompidos nos anos 1930 pelas repressões políticas e pela repressão à liberdade de investigação científica com o Ocidente. Para maiores informações sobre a história econômica no leste europeu cf. Witold Kula, *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Península, 1977.

não partidários. Ser historiador marxista é ser historiador econômico, o contrário nem sempre é verdadeiro.

A história econômica reivindica a obra de Marx e Engels. Não se pode dizer que a obra desses homens sejam obras filosóficas, extrapolaram o campo das idéias. Como também não se pode dizer que são históricas, pelo menos no sentido que se entendia por história no contexto do século XIX. As ciências sociais devem a Marx mais do que se supõe. Se Émile Durkheim fundou a sociologia, então não seria Marx o seu fundador; o grande Revolucionário é colocado pela própria disciplina como um etapista ao lado dos físicos sociais organicistas. Se o rejeitam, a história econômica o condecora como o seu grande cidadão.

O marxistas que vieram depois de Marx se subdividiram, mas algo sempre lhes uniu: a superação da realidade capitalista. Para eles, como para Marx, a ciência tem um papel político necessariamente crítico em relação à sociedade capitalista. Karl Kautsky (1820-1895) em *A questão agrária*, Aleksandr Chayanov (1888-1937) em *Peasant farm organization*, Vladimir Lênin (1870-1924) em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, ou Rosa Luxemburgo (1871-1919) em *O desenvolvimento industrial da Polônia*, mostram que eram conduzidos por um tema inferencial.

A escola marxista não ficaria imune a ataques. John Harold Clapham (1873-1946) motivou o surgimento de uma escola que dirigiu seus esforços contra Smith e Ricardo, mas também aos jovens Marx e Engels. A *Escola histórica alemã* suscitou uma grande expectativa. Seus seguidores esperavam dela uma nova e verdadeira ciência econômica, o que não aconteceu. Mas, não há como negar sua importante e frutífera atuação no campo da história econômica.

Seus precursores Adam Müller (1779-1829) e Friedrich List exerceram papéis importantes. Mas, os seus verdadeiros criadores foram Bruno-Hildebrand (1812-1886), Wilhem Roscher (1817-1894) e Karl Knies (1821-1898). A postura era unicamente evolucionista e organicista, a maneira da física social da época. List teve uma influência enquanto economista e, Roscher e Knies tiveram influências mais acadêmicas. Quanto aos dois últimos, o primeiro tinha uma formação de historiador, admirava a Ranke, a quem dedicou o seu primeiro livro e, o segundo, de postura análoga, via na história comparada entre as nações uma forma viável de desenvolvimento econômico. Se opunham à escola clássica inglesa e defendiam vigorosamente o protecionismo e a unificação alemã.

Gustav Schmoller (1838-1917), Lujo Brentano (1844-1931) e Karl Bücher (1847-1930) tornaram-se influentes em toda uma geração. Transformaram-se nos principais representantes da escola historista nos tempos de Bismarck. Conquistaram uma posição dominante nas cátedras de economia política do *Reich*; da mesma forma que Friedrich Ratzel (1844-1904) faria uma geografia

política e nacionalista, Schmoller e seus pares fariam uma história econômica valorizando o *Deutsches Reich*.

G. Schmoller considerava-se discípulo de W. G. Friedrich Roscher (1817-1894). Por ironia Schmoller foi professor na Universidade de Estrasburgo²⁷²; em 1871 esta universidade havia sido germanizada. Esta seria a mesma universidade em que Lucien Febvre e Marc Bloch - anos mais tarde, após ter sido retomada pela França na I Guerra Mundial - dariam início ao grande legado para a disciplina histórica.

Schmoller publicou uma série de estudos sobre história econômica alemã; dentre eles destacam-se uma história do artesanato²⁷³ e um estudo sobre a política econômica de Frederico II²⁷⁴. Schmoller via no anti-individualismo e no anti-liberalismo os critérios decisivos para o desenvolvimento econômico e social do Estado. Dignificou-se como um importante patrocinador da institucionalização acadêmica da disciplina.

Fora da Alemanha esta escola não obteve uma ressonância ampla. Os trabalhos de List se tornaram importantes nos Estados Unidos. Anos depois, meados do século XX, seriam importantes para os estudos de Raul Prebisch e Celso Furtado. Gustav von Schmoller, homem acadêmico forte, apoiador do Estado alemão, tornou-se bastante conhecido. A causa maior desta fama se explica pela famosa disputa com Menger, em Viena; anos mais tarde Hayek o descreverá com desmerecimento: a “escola histórica alemã” é um “doutrina desprovida de originalidade [...] e que na essência não é nem história e nem teoria”²⁷⁵.

Já na Inglaterra, William Cunningham (1849-1919), que havia estudado em Tübingen, uma das cinco cidades-universitárias clássicas da Alemanha, William James Ashley (1860-1927), aluno de Knies em Heidelberg, e George Unwin (1870-1925), que foi aluno de Schmoller e muito o admirava, foram todos influenciados pela escola histórica alemã, em especial por Schmoller.

Se a escola alemã não era um consenso na Europa, por outro lado a disciplina histórica econômica ganhava espaço inclusive na tradição insular. Em Cambridge, Alfred Marshall (1842-1924), apesar de sua oposição metodológica a Cunningham, também tinha como linha-mestra a história econômica como uma aliada da teoria econômica.

Já nos fins de século surge uma história crítica capaz de questionar a periodização de uma Idade Média, consenso entre os historiadores. O historiador econômico belga Henri Pirre em seu *História Econômica e social da Idade Média* lançaria novas luzes. No começo do século XX a história econômica deixa de ser apenas um campo de temas de investigação e passa a ser uma disciplina nas Universidades. Os periódicos exerceram um grande papel neste processo. No número

²⁷² Gustave Schmoller, *Die Strassburger Tucher – und Weberzunft*. Estrasburgo, 1879.

²⁷³ Gustav Schmoller, *Zur Geschichte der deutschen Kleingewebe im 19. Jahrhundert*, Halle, 1870

²⁷⁴ Gustave Schmoller, *Studien über die wirtschaftlichen Politik Friedrich des Grossen*, 1884.

²⁷⁵ Friedrich von Hayek, *Scientifisme et Sciences Sociales*. Paris: Plon, 1953, p. 84.

do ano de 1918 da *Revue Historique*, quinze por cento dos artigos eram de história econômica. É neste momento que se consolida o início de implantação das cátedras especializadas da disciplina.

Em 1924 na Sorbonne a primeira cátedra especializada é ocupada por Henri Hauser (1866-1946), se bem que entre os anos 1871-1911 Pierre Henri Levasseur (1828-1911) ocupou a cadeira de História das Doutrinas Econômicas no Collège de France e, também a cátedra de História do Trabalho no Conservatoire National des Arts et Métiers. Levasseur é sucedido pelo economista François Simiand (1873-1935).

Simiand foi muito admirado por Schumpeter e por toda uma geração de historiadores econômicos. Aluno de Henri Bergson, filósofo francês que sustentou um debate com Albert Einstein nos anos 1920 (abordaremos este debate no último capítulo), produziu uma obra importante para a disciplina. Discípulo de Émile Durkheim, publicou no início do século um “ataque demolidor à história tradicional”²⁷⁶, como nos diz Peter Burke. Ainda naqueles primeiros anos de século havia iniciado suas pesquisas sobre salários, flutuações e moeda, como se pode ver em *Le salaire des ouvriers des mines de charbon en France*, publicado em 1904, ou em *Le salaire: l'évolution sociale et la monnaie*, publicado em três volumes anos depois (1932).

Mas, o seu trabalho mais importante, “o livro de cabeceira obrigatório para todo historiador”²⁷⁷, como afirmava Lucien Febvre, foi o clássico *Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement général des prix du XVI au XIX siècle*, publicado também em 1932. Neste livro defendeu sua Teoria dos Ciclos, chamados por ele de “Fase A”, período de expansão e, “Fase B”, período de retração.

Na Inglaterra, em Manchester é criada a primeira cadeira em História Econômica, ocupada por George Unwin. Na Alemanha, desde a “escola histórica alemã” de List, de Hildebrand, de Roscher, de Knies e de Schmoller, a história econômica já era ministrada nas faculdades de economia; tratava-se de uma disciplina dirigida para o Estado.

Se em meados de século XIX era um campo marginalizado pelo meio acadêmico (pelos historiadores positivistas), na virada de século se torna uma disciplina imprescindível nas grandes universidades. A sua forte presença nos periódicos pressionaram a necessidade de sua institucionalização enquanto disciplina independente. Seu nome como disciplina autônoma aparecerá pela primeira vez na obra de K. T. Inama-Sternegg (1843-1908) *Deutsche Wirtschaftsgeschichte*, em três tomos, publicada entre 1879-1899. A partir do início de século surgem várias revistas especializadas no campo. Em 1903 é lançado o primeiro periódico intitulado *Vierteljahrschrift für Sozial und wirtschaftsgeschichte*. Em 1913 inicia-se na França uma revista com nome de *Revue d'Histoire des Doctrines économiques et sociales*, título esse trocado

²⁷⁶ Peter Burke, *Escola dos Annales (1929-1989). A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: EDUNESP, 1990, p. 67.

²⁷⁷ Lucien Febvre, *Pour une histoire à part entière*. Paris, S.E.V.P.E.N., 1962, pp. 190-1.

posteriormente por *Revue d'Histoire économique et sociale*; aliás, título muito parecido com aquele dado pelos primeiros *Annales* à sua revista.

Em 1915, na Holanda, lança-se o primeiro número da *Economisch-Historisch Jaarboek*. Em 1926, o *Economic Journal* passa a ser editado anualmente como um caderno complementar dedicado à história econômica; a quinta e última publicação desta seção intitulada “Economic History” se deu no ano de 1940. Ainda em 1926 se funda nos Estados Unidos *Journal of Economic and Business History* e, no ano seguinte o *Economic History Review* na Inglaterra. E finalmente, em 1929, em Paris, apareceria a 15 de janeiro o primeiro número dos *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, dirigido por Lucien Febvre e Marc Bloch. Em 1931 é o ano de publicação da coleção de história social e econômica de F. Bujak e Jan Rutkowski na Polônia; é o marco que fecha um ciclo.

Dentre os pioneiros da história econômica enquanto disciplina na Universidade, destacam-se: os historistas alemães representados por Hildebrand, Roscher, Knies e principalmente Schmoller²⁷⁸; Pierre Henri Levasseur (1828-1911), o primeiro catedrático da disciplina na França; Eli Heckscher (1879-1952), um dos expoentes da escola de economia de Estocolmo; Henri Pirrene (1862-1935), importante medievalista cuja tese (Tese de Pirrene) tornou-se mundialmente famosa na historiografia; George Avenel, por seu trabalho da propriedade, dos salários e todos os preços entre 1200-1800; Paul Mantoux (1877-1956), por suas publicações sobre a Revolução Industrial; Henri See (1864-1936), por seus trabalhos sobre as origens do capitalismo; Henri Hauser (1866-1946), catedrático da disciplina na Sorbonne nos anos de formação *sorbonnarde* de Braudel; Earl Hamilton (1899-1989), historiador americano, hispanista, dedicado ao estudo dos movimentos de preços no século XVI e o afluxo de metais; Adolphe Landry (1874-1956), político - presidente da *l'Union républicaine radicale et radicale-socialiste* – e economista dedicado aos estudos em demografia, autor de *La révolution démographique. Études et essais sur les problèmes de la population* (1934); e por fim, François Simiand, do qual já mencionamos, e Ernest Labrousse.

Ernest Labrousse (1895-1988), historiador marxista interessado na Revolução Francesa, de grande influência na Sorbonne - e que ocupou um lugar importante como colaborador dos *Annales* -, desenvolveu vários estudos sobre a associação de séries, flutuações e distribuição de renda, mas o seu mais importante trabalho foi o seu livro *Esquisse du mouvement des prix des revenus en France au XVIII siècle*, publicado em 1933.

Nos anos de predominância dos *Annales* foram vários os nomes que gravitaram em torno do grupo de Lucien Febvre e Marc Bloch. Alguns de dentro, outros de fora do grupo.

²⁷⁸ Diferentemente de uma historiografia corrente, incluímos os “historistas” no grupo dos “pioneiros”, mas há de se considerar que a disciplina histórica econômica na Universidade germânica do século XIX não teve a mesma natureza de pesquisa e de autonomia daquela instituída na França e em outros países a partir do século XX; mas, ao modo oitocentista (nacionalista) contribuíram para o seu desenvolvimento e institucionalização.

Charles Morazé é um nome singular, grande colaborador institucional; fundador de várias instituições francesas, inclusive co-diretor dos *Annales* auxiliando Lucien Febvre e, posteriormente Fernand Braudel na criação da Fondation Maison Sciences de l'Homme²⁷⁹.

Ernest Labrousse, do qual comentamos, seria um desses grandes que contribuiria pelo lado de fora. Em seus vários estudos importantes voltados para o estudo dos preços foi o responsável por introduzir inicialmente o marxismo no grupo dos *Annales*. Em *La crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Revolution*, publicado em 1944, alcançou um destaque tão evidente sendo considerado pelo próprio Braudel um dos grandes livros da história econômica²⁸⁰.

Pierre Chaunu em *Sevilha e o Atlântico*, Pierre Vilar em *La Catalogne dans l'Espagne moderne*, Emmanuel Le Roy Ladurie em *Les paysans de Languedoc*, Michel Vovelle em *Piété baroque et Dechristianisation*, Vicens Vives em *Historia social y económica de España y América*, ou em *Historia económica de España*, Vitorino Magalhaes Godinho em *Prix et monnaies au Portugal, 1750-1850*, ou em *A economia dos descobrimentos henriquinos* e, sobretudo em *Os descobrimentos e a economia mundial*, publicado entre 1963 e 1971, com edições também na França em 1966, 1983 e 1984, são os nomes mais conhecidos que se destacaram no interior ou muito próximo dos *Annales*. Voltaremos a tratar desses mais conhecidos no próximo capítulo dedicado à historiografia dos *Annales* braudelianos.

Há aqueles que deram uma parcela menor de contribuição à consolidação da disciplina. São muitos os nomes, mas podemos destacar Gabriel Le Bras, em seus estudos em história serial (história da Igreja e da *des cristianização* através de métodos quantitativos), Georges Duby, medievalista que antes de se dedicar à história das mentalidades se dedicou à história social e econômica, François Furet, discípulo de Labrousse que trabalhou com estatística nas análises das estruturas sociais (se envolveu num vigoroso debate com Marzewski em torno da metodologia entre história social e história quantitativa²⁸¹), e outros com importantes trabalhos como Carlos Cipolla e Ruggiero Romano, que trabalharam na VI Seção da Escola Prática de Altos Estudos, ou ainda Maurice Agulhon, Pierre Deyon, Adeline Daumard, orientados por Labrousse.

²⁷⁹ C. Morazé foi Co-diretor dos *Annales* (1946); membro-fundador da Fondation des sciences politiques; membro-fundador da Fondation Maison des sciences de l'homme (1963); fundador da École des Hautes Etudes en Sciences sociales (1948); fundador do Département d'humanités et sciences sociales de l'Ecole Polytechnique (1968); Diretor do Institut du développement économique et sociale de l'université de Paris (Panthéon-Sorbonne); membro da Commission internationale pour une histoire du développement scientifique et culturel (UNESCO); Presidente da Commission Nationale pour les études et les recherches Interéthniques (1994).

²⁸⁰ Fernand Braudel, *Ecrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969, pp. 25-54.

²⁸¹ O debate centralizava-se sobre a natureza da história quantitativa em relação à história social. Enquanto Marzewski considerava a “História social” como a primeira etapa da história quantitativa, Furet considerava “História quantitativa” como um tipo de fonte, a substituição do acontecimento pela série, e via nela restrições: ausência de dados, natureza qualitativa e irredutibilidade do fenômeno.

Mas, foi somente após a Segunda Guerra, especificamente em 1960, é que haverá a emancipação institucional em nível mundial da história econômica. O surgimento da *International Economic History Association* (IEHA), criada por Fernand Braudel e Michael Postan, deu à disciplina uma dimensão institucional global. É a partir desta iniciativa que as universidades de países periféricos (ou distantes do centro francês) colocará a disciplina como um campo de pesquisa autônomo em relação à história e à economia.

Fernand Braudel exerceu um papel fundamental neste processo. Retomaremos esta questão no próximo capítulo; abordaremos a irradiação da obra de Braudel fora da França. Veremos que essa irradiação motivou a criação da disciplina em vários países fora da Europa, inclusive na América Latina.

Braudel foi presidente da IEHA entre os anos de 1962 e 1965; em 1968 a presidiu juntamente com Frederico Melis, historiador do *Istituto Internazionale di Storia Economica Francesco Dantino*. Melis o sucederá na direção da Associação a partir de 1970.

1.3.3 - História econômica: os primeiros *Annales* e Braudel

A DISCIPLINA de história econômica ganhou novo destino a partir do surgimento dos *Annales*. Basta atermos à evidência do título da revista fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch. O campo ganhou em metodologia e em recursos epistêmicos. Uma aliança significativa aconteceria entre os historiadores de Estrasburgo e os historiadores marxistas da *Past and Present*. Peter Burke²⁸² afirma um atraso na recepção dos *Annales* na Inglaterra. Contrariamente, Eric Hobsbawm reitera que já nos anos 1930 os alunos de Cambridge (dentre eles, ele próprio) liam as publicações de Marc Bloch, considerado pelos ingleses o maior medievalista daqueles anos²⁸³.

Essa ligação não deixa de ser curiosa. Normalmente os marxistas refutavam as escolas não marxistas. Na maioria dos países irradiados pelos *Annales* esta relação foi cooperativa e amistosa. Este fato por si é relevante objeto de uma investigação cuidadosa. Entre os marxistas britânicos e os *Annales* franceses a relação se manteve em *status quo* de aliados; embora nos anos 1970 um distanciamento significativo aconteceu. Os terceiros *annales* rejeitaram a história econômica, com isto se distanciaram dos historiadores marxistas. Foi uma derrota muito significativa para Braudel.

²⁸² Peter Burke, *A Escola dos Annales 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991.

²⁸³ Eric Hobsbawm, *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998, p. 194.

O epicentro do fenômeno da relação entre as escolas residia na modalidade da escrita histórica. A escrita estrutural conferia uma legitimidade na aproximação. A questão residia basicamente no estatuto científico da história econômica. Foi no plano científico que estas escolas simpatizaram-se.

Mas, a revolução historiográfica instaurada pelos primeiros *Annales* ao mesmo tempo que se sustentava na capacidade epistêmica oferecida pela história econômica, não faziam uso dela na escolha do objeto.

A questão central era a luta desses historiadores franceses contra a história política. A história econômica naquela altura era a única que poderia oferecer vantagens para vencer o inimigo.

A história econômica foi admitida pelos fundadores dos *Annales* como meio de legitimação de suas reivindicações. A metodologia de pesquisa de uma Nova história deveria ser adaptada daquela área mais avançada, a história econômica. A história social ainda não existia como área autônoma. Somente no Congresso de Ciências Históricas de Roma em 1955 é que foi colocada pela primeira vez, de modo sistemático, uma metodologia de pesquisa em história social relacionada com “o estudo da estrutura e das relações sociais”²⁸⁴; feito comparável “ao que foi a da história dos preços na história econômica”²⁸⁵.

O maior interesse de Marc Bloch e Lucien Febvre era por uma história distante da política. A história das crenças se tornou o principal interesse de ambos; cada uma a sua maneira. História social e história das mentalidades não eram termos de consenso. Em carta a Lucien Febvre, de 8 de maio, em 1942, Marc Bloch qualificou o termo *mentalidades* de “mediocre”²⁸⁶. No ano anterior, Lucien Febvre em conferência pronunciada na *École Normale Supérieure* defendia o termo “social” com ressalvas, alegando que tanto ele quanto Bloch estavam “de acordo em pensar que, precisamente, palavra tão vaga como ‘social’ parecia ter sido criada e trazida ao mundo por um decreto nominal da Providência histórica”²⁸⁷.

Se os fundadores dos *Annales* não se interessavam pela história econômica *stricto sensu*, tinham nela a baliza de seus paradigmas. As razões de associação dos *Annales* à disciplina vão desde a capacitação original de síntese do campo (promovidas pela escrita estrutural), como às próprias razões de contexto global.

Os primeiros *Annales* não possuem uma obra dedicada ao campo histórico econômico, mas seus métodos originais e suas abordagens emanavam dela. Em *A sociedade feudal* a vida material está lá. Em *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII* o mote é a

²⁸⁴ Ciro Flamarion S. Cardoso & Hector Pérez Brignoli, *Os métodos da história. Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p. 352.

²⁸⁵ *Idem*.

²⁸⁶ Carta enviada por Marc Bloch a Lucien Febvre em 8 de maio de 1942. Marc Bloch, *apud* AGUIRRE ROJAS, Carlo A., *Uma história dos Annales (1929-2001)*. Maringá: EDUEM, 2004, p. 120.

²⁸⁷ Ciro Flamarion S. Cardoso & Hector Pérez Brignoli, *Os métodos da história. Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p. 350.

consideração das estruturas agrárias numa perspectiva de longa duração. Bloch não deixava de seguir o exemplo de Marx; que fizera uma história com modelos de longa duração *avant la lettre*. Por quais razões que Lucien Febvre em *A terra e a evolução humana* aliou-se ao possibilismo?

As influências dos primeiros *annalistas* foram numerosas. Ambos, de formação tradicional francesa, buscaram ler influentes pensadores do século XIX. Uma pequena lista talvez nos auxilie a compreender suas escolhas.

Wilhelm Dilthey (1833-1911), autor de *Introdução ao estudo das ciências humanas* (1883), procurou assegurar uma independência de método às ciências do homem ou ciências do espírito. Benedetto Croce (1866-1952), em *Materialismo storico ed economia marxistica* (1900) dedicou-se, dentre um largo espectro temático, à teoria da história como indica uma de suas obras: *Teoria e storia della storiografia* (1917). Jules Michelet (1798-1874), autor de obras corajosas para um século de dominação da história política alemã, como *Le Peuple* (1846), ou *La Sorcière* (1862), ou *Les Femmes de la Révolution* (1883); Michelet foi muitíssimo influente em Bloch e especialmente em Febvre.

Jacob Burckhardt (1818-1897), historiador e filósofo suíço, autor de *Die Kultur der Renaissance in Italien* (1860), ainda em meados do século oitocentista já se demonstrava preocupado às novas modalidades de abordagem em história da cultura. Louis Courajod (1841-1896), historiador da arte, ao lado de Burckhardt foi tido por Lucien Febvre como um de seus grandes mestres. E Jean Jaurès (1859-1914), político de esquerda e autor de *Histoire socialiste de la révolution française* (1901-1903), não deixou de ser leitura obrigatória de Bloch.

O geógrafo Paul Vidal de la Blache (1845-1918), fundador da revista *Annales de Géographie* (1891), não somente foi um dos maiores inspiradores do Projeto dos *Annales*, como era considerado o maior expoente da academia francesa quando ainda Bloch e Febvre eram jovens.

Dentre os seus mais contemporâneos, destacam-se o filósofo e antropólogo Lucien Lévy-Bruhl (1857-1939), criador do conceito de “pensamento pré-lógico” ou “mentalidade primitiva”, o lingüista Antoine Meillet (1866-1936), aluno de Durkheim, e o historiador da arte Émile Mâle (1862-1954), um dos pioneiros a concentrar esforços na história das imagens (iconografia) e não das formas (estética).

Johan Huizinga, historiador neerlandês, autor do clássico *O Outono da Idade Média* (1919), dedicou-se a estudos sobre a Baixa Idade Média, à Reforma e ao Renascimento, tratando de questões que somente mais tarde seriam abordadas pela “história das mentalidades”. Henri Pirenne, historiador belga, discípulo de Harry Bresslau e de Gustav Schmoller, autor do clássico *Maomé e Carlos Magno*, foi considerado por Marc Bloch como o “grande sábio belga” e sua obra como

aquela que é plena de “valor de qualidades”, “clássicos da literatura”. Caso aceitasse o convite de Bloch e Febvre, seria Pirenne o primeiro editor da famosa revista.

Um destaca-se muito. Henri Berr, filósofo francês, fundador da *Revue de Synthèse Historique* (1900), reunia especialistas de várias disciplinas no âmbito de sua revista. As “jornadas de síntese” eram a verdadeira expressão de interdisciplinarismo da época. Berr foi pioneiro em lutar contra a história política; fonte de inspiração para os primeiros *Annales*. O jovem Lucien Febvre foi um dos colaboradores de sua revista. Berr, além desta importante revista fundou o *Centre International de Synthèse*, além de dirigir uma importante coleção: *L'Evolution de l'Humanité*. Constituída de cem volumes esta coleção deveria estudar os grandes momentos da história geral.

Dentre aqueles volumes há um dedicado especialmente à *Apparition du Livre*, publicado posteriormente em 1959. Berr e Febvre fizeram uma boa parceria. Organizaram vários trabalhos interdisciplinares por meio do *Centre de Synthèse*. A *Encyclopédie française* colaborou significativamente para a renovação da escola francesa; os *Annales* sempre foram devedores convictos.

Na Alemanha, no início do século XX, Karl Lamprecht já havia desafiado o paradigma tradicional da história, a escola de Ranke. Nos Estados Unidos, James Harvey Robinson, havia publicado em 1912 “*The New History*”²⁸⁸, onde pretendia uma história total. Neste mesmo período a sociologia nascente daria uma grande contribuição para essa renovação, como nos mostra Jacques Revel²⁸⁹. Durkheim, em seu periódico *Année Sociologique* combateu com rigor a história tradicional. O economista François Simiand, discípulo de Durkheim, em 1903 publicou na revista de Henri Berr o seu famoso artigo “Método histórico e ciência social”²⁹⁰. Os fundamentos lançados ali inspirariam Lucien Febvre e Marc Bloch na criação de sua revista. Mas, nem tudo deveria ser exagerado; já que Gabriel Monod (1844-1912), muito admirado por Hauser e Febvre, juntamente a Gustave Fagniez (1842-1927), conciliavam um entusiasmo pela história científica alemã com uma admiração por Michelet.

Se os primeiros *Annales* não foram os pioneiros em combater a história tradicional, por outro lado foram eles que conseguiram consolidar a Nova história.

Os primeiros *Annales* lutavam contra o historicismo. Mas, não contra todo ele. De qualquer modo vieram para aniquilar o inimigo. Como em toda tragédia, a morte não é uma exceção, é uma regra; matar a escola histórica alemã seria inevitável.

²⁸⁸ J. H. Robinson, *The New History*. Nova York: Macmillan, 1912.

²⁸⁹ REVEL, Jacques. “Histoire et sciences sociales: lectures d’un débat français autour de 1900” in BÖDEKER, H.E., REILL, P.H. & SCHLUMBOHM, J. (Orgs.) *Wissenschaft als kulturelle praxis, 1750-1900*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1999, pp. 377-399.

²⁹⁰ François Simiand, “Método histórico e ciência social”. *Revue de Synthèse Historique* (1903): 1-22; 29-157.

Havia uma parte do historicismo que encetou realizações importantes. Ranke e Niebuhr contribuíram com avanços significativos. O método e as técnicas de investigação foram revolucionárias; a profissionalização do ofício de historiador uma grande conquista. A figura do profissional diferenciando-se do amador, ou mesmo do erudito iluminista, é que fizeram do historicismo um movimento inovador.

Ranke almejava a neutralidade do sujeito perante o fato histórico. O documento superava o sujeito. Cabe ao historiador narrar os fatos tal como eles realmente aconteceram. Sua famosa frase em *Os Povos Românicos e Teutônicos* (1824) justificava a oposição às Leis Gerais do Positivismo. O historicismo se detinha às particularidades, uma concepção de história como ciência do particular; ambicionava uma metodologia científica própria para a história.

O historicismo foi um movimento dominante na historiografia ocidental. É incorreto classificá-lo como sendo uma única vertente. Não era um movimento homogêneo. O movimento abrigou ao longo de sua existência tendências relativamente diversificadas. O que as unia num plano geral era a oposição ao Positivismo de August Comte (1798-1857).

Presos aos fundadores, alguns setores conservadores resistiam em avançar; relutavam em superar os seus manuais. Os *Annales* lutavam contra esta parte mais atrasada e também contra uma série de outras histórias realizadas por diletantes.

Mas, havia os setores mais avançados. Tendiam a uma intensificação da consciência histórica. As principais influências iam da lógica das ciências do espírito de autores como Johann Gustav Droysen (1808-1884) e Wilhelm Dilthey (1833-1911) até aqueles como Benedetto Croce (1866-1952) que viam na concepção da hermenêutica a melhor saída.

Os setores considerados mais atrasados foram influenciados pelo neokantismo e pelo filósofo Henrich Rickert (1863-1936), cujo enfoque se sustentava no fato, no seu caráter de singularidade absoluta; o que mais tarde veio a ser chamado pelos *Annales* de “história historizante”.

Mas, havia um terceiro setor que residia entre os conservadores e os avançados; se preocupava mais com o método. A “escola metódica” de Charles Victor Langois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942) remonta a Henry Thomas Buckle (1821-1862) e Hippolyte Adolphe Taine (1828-1893). Esta escola foi importante para o estabelecimento de limites para o historiador, mas foram alvo de ataque dos *Annales*. Suas virtudes para os historiadores advêm do distanciamento deles dos seguidores de August Comte, que via nas leis do progresso a única história possível. Esta escola se renovaria com o manual tardio de Louis Halphen (1880-1950), publicado em 1946; duramente criticado por Fernand Braudel em seu artigo de 1958 “História e Ciências Sociais: a Longa Duração”.

Bloch e Febvre não foram pelear contra os setores mais avançados, que já desenvolviam reflexões sobre a hermenêutica. O alvo era a parte do historicismo mais retrógrada; e era ela que detinha o poder institucional. Passariam a combater a chamada “história historizante”, expressão utilizada originalmente por F. Simiand em seu famoso artigo de 1903, “Méthode historique et Sciences Sociales”. Foi a partir dele que os fundadores *annalistas* estabeleceram o Programa.

Para os historistas uma das tarefas do historiador era reconstituir os fatos pressupondo uma imparcialidade obrigatória. Essa noção estava relacionada à idéia de Leis Gerais para a sociedade; um modismo do século dezanove, um culto à ciência newtoniana. Para os historiadores *annalistas* a reconstituição se daria pela contribuição paradigmática “história-problema”.

A “história-problema” irá se opor ao que Febvre denominou de “história-factual”. A história-factual é aquela narrativa linear da trama que se sabe previamente o seu desfecho. É um modelo falsamente coerente entre início, meio e fim. A “história-problema” caminharia numa direção oposta. Eleger um problema e não escondê-lo do leitor passou a ser uma premissa obrigatória para o Novo historiador. Não se deve forjar a neutralidade como procediam os historiadores factuais. Tudo deve ser colocado em evidência: as escolhas historiográficas, os métodos, as fontes, as hipóteses, o recorte espacial-temporal, os fatos históricos e o lugar de onde o sujeito fala²⁹¹.

Estava aberto o caminho para o “tempo”. Seria a dialética presente-passado o recurso epistêmico capaz de fazer valer a história-problema. A escrita estrutural da história seria o mecanismo epistêmico adicional. A perspectiva de longa duração era o princípio básico de combinação desses fatores. Assim, os primeiros *Annales* consolidaram sua posição.

Se os primeiros *Annales* consolidaram a Nova história, Fernand Braudel consolidaria a história econômica.

Em 1953 ao ser convidado por Lucien Febvre para fazer uma síntese das pesquisas sobre a história econômica da Europa pré-industrial, Braudel inicia uma longa jornada que terminaria somente em 1979. *Civilização material, economia e capitalismo, Séculos XV-XVIII* é o clássico da historiografia contemporânea que colocou a história econômica no centro das atenções. 1979 era um ano de crise de escala planetária. Na ausência de explicações convincentes (dos economistas), muitos passaram a querer ouvir o que um historiador econômico têm a dizer.

Mas, teria Braudel migrado para o campo somente à convite de Febvre naquele ano de 1953? Como classificar sua obra máxima dedicada ao Mediterrâneo? É uma obra dedicada à geohistória, às conjunturas econômicas e aos acontecimentos políticos? *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II* é a obra que contém as bases paradigmáticas do autor para o conjunto das ciências sociais. Mas, a formalização dessas “invenções” e “descobertas” somente se

²⁹¹ José D'Assunção Barros, “A escola dos Annales e a crítica ao historicismo e ao positivismo”. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 3, n. 1 (jan-jun 2010): 75-102, p. 92.

concretizariam em seu artigo de 1958, “Histoire et sciences sociales. La longue durée”²⁹². A história econômica teve um importante papel nos antecedentes deste artigo.

A teoria das temporalidades, a longa duração e o seu esquema tripartido (civilização material, economia de mercado e economia mundo) eram no todo uma unidade paradigmática para as ciências sociais e humanas. Estaria a história preparada para suportar toda esta base de paradigmas? Nos parece que a história econômica era o campo adequado para tal tarefa.

O convite por agora é para uma travessia de um mar amado, espaço por onde o viajante se defronta com um “campo de possíveis, com um esquema aberto e ao mesmo tempo determinado, um espaço de opções limitadas e limitantes, mas não unívocas nem linearmente determinantes”²⁹³.

Trata-se de um mar elevado a personagem maior, cujos entornos, encostas, montanhas, planícies e cidades constituem no refluxo econômico e comercial; as economias-mundo, espaço de movimentos. Neste cenário “o viajante evita as montanhas”²⁹⁴, busca as planícies, prende-se às cidades, claustrofobia-se nos arquivos, depara-se com o espaço humanizado, com o mundo isolado, com o espaço disputado nas feiras, com o fluxo do capital fictício, com o refluxo das crises, com as vicissitudes das religiões, com a imposição das ciências, com as façanhas da técnica, com a filosofia que resiste; o “tempo vivido” é unicamente histórico, o espaço está sempre por se vingar.

A herança intelectual de Braudel, os primeiros *Annales*, é seu maior pecúlio, é sua maior riqueza, pois foi deles, somada a sua construção metodológica, em seu estilo literário elegante, os possíveis reais de uma propositiva solucionadora para as ciências sociais contemporâneas em profunda crise. Para conhecermos seu percurso, façamos uma análise historiográfica e epistêmica de sua obra.

²⁹² Referimo-nos ao artigo “Histoire et sciences sociales. La longue durée”. *Annales E. S. C.* “Debats et Combats”, 4, (Outobre-Décembre 1958): pp. 725-753.

²⁹³ Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Braudel y las ciencias humanas*. Barcelona: Montesinos, 1996, p. 80.

²⁹⁴ Lincoln Secco, “Geohistória”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, 13 (julho 2008): p. 10.

Capítulo II

Contexto epistêmico da obra

Apresentação e objetivos

UMA OBRA é arte. Em Platão o vocábulo segurou dois sentidos: “arte manual, ofício” e “arte da palavra, raciocínio”. Em Aristóteles encontramos algo semelhante, mas são os homens que se elevam até a arte, até o raciocínio. Em latim, na Idade Média, *ars* se referia às artes liberais, *trivium* e *quadrivium*. De qualquer modo a arte é uma obra, uma produção, mecânica ou intelectual. A de segundo tipo trata do que chega a ser, e não do que pode ser distinto do que não é.

Este capítulo tratará da obra. A obra como a arte medeia o que chega a ser e o que pode ser, isto é, medeia a realidade e o pensamento. Este capítulo mediará os capítulos das margens. E isto nos interessa, pois Fernand Braudel era um “homem das margens”, um “homem das antíteses”.

O capítulo está dividido, como o primeiro, em três subcapítulos. Iniciaremos pela apresentação do nosso autor, sua trajetória e alguns aspectos de sua biografia intelectual, bem como a irradiação de sua obra na França e no mundo. No segundo subcapítulo faremos uma abordagem historiográfica do contexto interno dos *Annales* e as possibilidades de diálogo oferecidas ao autor. No terceiro subcapítulo abordaremos o contexto francês, as diferenças do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss e a história estrutural de Fernand Braudel. O objetivo geral do capítulo é abordar o autor, a sua obra e os contextos de sua produção.

Subcapítulo 2.1

Sua vida, sua obra

FERNAND BRAUDEL (1902-1985) foi condecorado pelos escribas da memória como sendo o epíteto do panteão da ciência histórica no século XX. De erudição notável, estilo elegante de escrever, esse homem de envergadura intelectual singular construiu uma obra que se tornou um marco na historiografia mundial.

Neste subcapítulo vamos abordar a vida e a obra de Fernand Braudel. Está dividido em três seções: na primeira abordaremos sua biografia: vida e carreira, na segunda seção abordaremos sua biografia intelectual: a sua obra comentada, e na terceira seção nos dedicaremos à irradiação de sua obra pelo mundo. O objetivo geral do subcapítulo é tratar da obra de Fernand Braudel em perspectiva historiográfica.

2.1.1 Biografia resumo: sua vida, sua carreira

DUAS GRANDES BIOGRAFIAS. Uma escrita na França e outra na Itália. Na França, Pierre Daix²⁹⁵, na Itália, Giuliana Gemelli²⁹⁶. Mas, são muitos os escritos sobre Braudel. De vários lugares do mundo falam sobre ele.

Se Alain Brunhes na França ressalta seus pontos fortes em *Fernand Braudel: synthèse et liberté*²⁹⁷, nos Estados Unidos alguns exigem reconsiderações, como J. Hexter e H. Trevor-Roper em “Braudel and the ‘monde braudelien...’”²⁹⁸.

Na China, Cheng-Chung Lai já o vê como pioneiro; também exige reconsiderações de sua originalidade: *Braudel’s Historiography Reconsidered*²⁹⁹.

Se alguns o resistiram, New York Times considerou *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II* “a obra histórica mais significativa de nosso tempo”. Isto tem lá o seu peso.

²⁹⁵ Pierre Daix. *Fernand Braudel. Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

²⁹⁶ Giuliana Gemelli, *Fernand Braudel*. Paris: Odile Jacob, 1995.

²⁹⁷ Alain Brunhes, *Fernand Braudel: synthèse et liberté*. Paris: Josette Lyon, 2001.

²⁹⁸ J. Hexter & H. R. Trevor-Roper, “Fernand Braudel and the Monde Braudélien...”. *Journal of Modern History*, 44, 4 (1972): 480-539.

²⁹⁹ Cheng-Chung Lai, “Braudel’s Concepts and Methodology Reconsidered”. *European Legacy*, 5, 1 (2000): 65-86.; Cheng-Chung Lai, *Braudel’s Historiography Reconsidered*. Maryland: University Press of America, 2004.

Véronique Salles em *Les Historiens*³⁰⁰ dedica uma boa parte do livro à ele. Philip Daileader & Philip Halen em *Historians 1900-2000* concedem um capítulo a Eric R. Dursteler para descrevê-lo. Dursteler afirma que “no historian of the past century has had a more profound and lasting influence on the historical discipline than Fernand Braudel”³⁰¹. François-Xavier Verschave em *La maïon-mond. Libres leçons de Braudel* publicou uma síntese da obra braudeliana³⁰².

Em 1972, no início da aposentadoria de Braudel, organizou-se um livro em dois volumes em sua homenagem. O primeiro tomo intitulado “Histoire économique du monde méditerranéen, 1450-1650” e o segundo “Méthodologie de l’Histoire et des sciences humaines”³⁰³. Noventa textos de autores que conviveram com Braudel compõem esta homenagem: R. Aron, E. Le Roy Ladurie, P. Chaunu, J. Delumeau, G. Duby, J. Le Goff, C. Levi-Strauss, P. Nora, dentre outros.

No Brasil, há teses, livros, artigos e resenhas sobre ele³⁰⁴. Levantaram detalhes de sua vida e de sua obra. Após uma maior internacionalização de seus escritos nos anos setenta, devido a edição inglesa de 1972 do *O Mediterrâneo*, Braudel recebeu muitas homenagens. Um acadêmico famoso entre os estudiosos e o grande público.

Foram várias as fases de Braudel. Alguns autores como Pierre Daux as consideram mais relacionadas à sua autonomia obtida em relação à Lucien Febvre³⁰⁵. Outros como Giuliana Gemelli já prefere relacioná-las ao seu poder institucional adquirido³⁰⁶. Aguirre Rojas as relacionam diretamente às suas obras³⁰⁷. De um modo geral, seguindo toda uma tradição, há uma tendência de analisá-lo sob a ótica do “novo” e do “velho” Braudel. O último, por exemplo, revela o máximo de desprendimento de uma maturidade intelectual; *L’identité de la France*³⁰⁸ nos demonstra isto.

Em suas passagens pelo Brasil, entre os anos de 1935 e 1937 e, seu retorno em 1947, marcou toda uma geração de historiadores iniciados na subseção de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

³⁰⁰ Véronique Sales, *Les Historiens*. Paris, Armand Colin, 2003.

³⁰¹ Eric R. Dursteler, “Fernand Braudel (1902-1985)” In Philip Daileader & Philip Halen, *Historians 1900-2000: new historical writing in twentieth-century France*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

³⁰² François-Xavier Verschave, *La maïon-mond. Libres leçons de Braudel*. Paris: Charles-Léopold Mayer, 2005.

³⁰³ *Mélanges en l’honneur de Fernand Braudel*. Paris: Privat, 2 volumes, 1972.

³⁰⁴ Ao final desta tese estão relacionadas as publicações de maior relevância sobre a obra de F. Braudel publicadas fora do Brasil por autores estrangeiros. Estão também as publicações mais relevantes publicadas no Brasil.

³⁰⁵ “No início desta biografia eu observava a insatisfação que Braudel sempre sentiu face a sua obra (e que buscou aperfeiçoá-la até o seu último fôlego); isto quer dizer que suas avaliações críticas sobre seus próprios trabalhos, especialmente as enunciadas no fim da vida, não devem ser tomadas ao pé da letra. Ele certamente se viu tolhido pelo contexto que Febvre lhe havia estabelecido, mas a partir de 1967 são os extravasamentos que levam a melhor. E com maior força ainda na versão definitiva”. Pierre Daix, *Fernand Braudel. Um biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999, p. 460.

³⁰⁶ Giuliana Gemelli, *Fernand Braudel*. Paris: Odile Jacob, 1995.

³⁰⁷ Carlo A. Aguirre Rojas, “(Re)construindo a biografia intelectual de Fernand Braudel”. In: *Braudel, o mundo e o Brasil*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

³⁰⁸ Fernand Braudel, *L’Identité de la France*. Paris: Flammarion, 1990, 2 Vols. (Tomo I “Espace et histoire”; Tomo II “Les hommes et les choses”). O terceiro volume “Estado, Cultura e Sociedade” e o quarto volume “A França fora da França” não foram concluídos, apenas esboçados. Fernand Braudel morreu antes de concluir esse ambicioso empreendimento.

Amante do Mediterrâneo, como ele próprio dizia, passou quase quinze anos lecionando fora da França. Navegou por aquelas águas entre 1923-32, alternando suas aulas em Argel com suas pesquisas nos arquivos durante o período de férias. Os arquivos em que ele mais visitou foram os espanhóis de Madri, Simancas, perto de Valladolid; os arquivos italianos de Palermo, Nápoles, Roma, Florença, Gênova e Veneza; na França pesquisou em Marselha; e no Mar Adriático visitou Dubrovnik.

Seu objetivo era estudar a política externa de Filipe II no Mediterrâneo. Mas, um novo rumo foi dado à sua pesquisa quando conheceu pessoalmente Lucien Febvre.

Fernand Braudel teve uma vida incomum. Trabalhou por décadas nos arquivos de vários países, lutou na Segunda Guerra Mundial e escreveu sua tese de mais de mil páginas num campo de concentração nazista. Sua vida foi uma saga imensa. Uma vida repleta de trabalho, disputas e vontade exímia por reformar.

Fernand Paul Achille Braudel nasceu em 24 de agosto de 1902. Numa pequena aldeia no leste da França, Luméville-en-Ornois, perto de Bar-le-Duc, em Meuse, Région Lorraine. A morte o alcançou na noite de 27 para 28 de novembro de 1985, em Saint-Gervais. Como bom agnóstico que era sua morte não foi parte de nenhum plano maior.

“A morte inesperada de Fernand Braudel é um dos maiores choques de minha vida profissional”, afirmou Jacques Le Goff. Para Marc Ferro, “Cavaleiro de prata”, para Georges Duby “ares de príncipe”, para Le Goff “mestre excepcional”³⁰⁹.

Segundo filho de um professor de matemática, morou em Luméville-en-Ornois com sua avó por sete anos. Passados esses anos foi morar em Paris com seus pais. Emilie Cornot, sua avó, cuidou de seu estado de saúde frágil em boa parte de sua vida infante. “Luz de minha infância” é como ele se refere em *L’identité de la France*. Braudel teve a vida marcada pela fragmentação familiar com a Guerra Mundial de 1914. Sofreu também com a preferência dos pais pelo irmão mais velho Raymond (o pai o chamava “o nosso rei”). É a filha mais moça do casal Paule e Fernand Braudel que conta esses detalhes da vida de seu pai à P. Daux. Françoise Pineau é o nome dela.

Após o ensino secundário no *Liceu Voltaire* ingressou na *Sorbonne*. Graduiu-se em História em 1923. Neste mesmo ano foi nomeado professor do ensino médio na Argélia. Inicialmente trabalhou em Constantine e no ano seguinte iniciou seu trabalho na capital Argel. Por volta dos vinte e cinco anos, em 1927, iniciou suas pesquisas de campo sobre Filipe II. No prefácio da primeira edição de *O Mediterrâneo*, publicado em 1949, afirma que o trabalho em si começou a ser pensado ainda em 1923 a caminho de Constantine. Na colônia africana pensou em escrever uma tese sobre a política externa e mediterrânica de Filipe II. Quatro anos depois, em 1927, Lucien Febvre lhe escreveu sugerindo trabalhar o próprio mundo mediterrânico.

³⁰⁹ Pierre Daix, *Fernand Braudel: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 1999, pp. 631-4.

Em 1927 iniciou suas pesquisas de campo. Nos arquivos espanhóis fez amizade com Earl J. Hamilton (1899-1989) e Frederico Chabod (1901-1960). Em Dubrovnik poupou tempo lançando mão de uma câmara cinematográfica americana; filmou todos os documentos possíveis. Em 1930, além de professor de história do ensino médio passou a atuar também como secretário substituto na organização da grande conferência do I Centenário da Ocupação da Argélia pela França. Em 1932 foi convidado para lecionar em escolas de ensino médio em Paris. Inicialmente no Liceu Condorcet e depois no Liceu Henrique IV. Foi nesse ano que começou sua colaboração na *Revue Historique*.

Em 1933 serviu no exército francês em território alemão, onde também trabalhou como conferencista na universidade. Esse foi um período importante na construção ainda incipiente de sua carreira. Pôde conhecer professores como Eugene Albertini (1880-1941) e Stéphane Gsell (1864-1933), ambos de arqueologia e história antiga, Georges Marcais, de história medieval e Islã, Emile-Félix Gautier (1864-1940), de geografia, Charles-André Julien (1891-1991), de história da colonização francesa e, Marcel Bataillon (1895-1977), de história intelectual e religiosa da Espanha.

Em 1935 Braudel se apresentou como substituto de um colega recém falecido para integrar a “missão francesa”³¹⁰ no Brasil. Tratava-se de uma ação de cooperação internacional³¹¹. O objetivo era o de atuar na recém constituída Universidade de São Paulo³¹².

Na capital dos bandeirantes, com a derrota do levante de 1932, os liberais resolveram fundar uma universidade para reconstruir a auto-estima da federação e educar a juventude das elites reservando-lhes um futuro distante dos valores fascistas. O jornalista Júlio de Mesquita Filho de O

³¹⁰ Fernando Novais em entrevista aos Estudos Avançados refere-se à “missão francesa” enquanto “*termo oficial (...) é muito significativo [pois] a primeira missão francesa que chegou ao Brasil foi a artística, com Dom João VI. A segunda, na Primeira República, tinha como objetivo instruir os oficiais do Exército. A terceira foi a dos docentes que vieram auxiliar na estruturação da USP e da Faculdade de Filosofia. A palavra missão, evidentemente, mostra que éramos vistos como uma terra de índios que deviam ser catequizados. Não há outra explicação. (...) Mas, na verdade, os franceses foram muito importantes na renovação dos estudos de Ciências Sociais no Brasil.*”. Fernando Novais, “Fernando Novais: Braudel e a ‘missão francesa’ [Entrevista]”. São Paulo, *Estudos Avançados*, 8, 22, (set/dez 1994): 161-166.

³¹¹ Dentre as várias ações desta ação de cooperação internacional no país, destaca-se a criação do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura (Rio de Janeiro, 1923) - conduzido por George Dumas com apoio do *Service des Œuvres* do Ministério das Relações Exteriores da França - que terá papel decisivo no estreitamento das relações franco-brasileiras. Em São Paulo, por sua vez, o Liceu Franco-Brasileiro e o Instituto Técnico Franco-Paulista, fundados em 1925, abrigarão sistematicamente cientistas e intelectuais franceses. Os laços pessoais estabelecidos entre Dumas e Júlio de Mesquita Filho - líder do grupo do jornal O Estado de S. Paulo e principal mentor do projeto universitário paulista - ao lado da francofilia reinante entre os membros das elites ilustradas brasileiras, são outros fatores a explicar a escolha de franceses para compor o corpo docente da Universidade de São Paulo no domínio das humanidades.

³¹² Sobre a “missão francesa no Brasil”, ver, entre outros, CAPELATO, M. H. & PRADO, M. L. C. “À l’origine de la collaboration franco-brésilienne: une mission française à la Faculté de Philosophie de São Paulo”. In *Préfaces*, Paris, 14 (1989): 100-105; CARELLI, Mário. *Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas: Papirus, 1994; LEFÈVRE, Jean Paul. “Les missions universitaires françaises au Brésil dans les années 1930. Vingtième Siècle”. *Revue d’Histoire*, 38 (1993); MARTINIÈRE, Guy. *Aspects de la coopération franco-brésilienne*. Grenoble: Press Universitaire de Grenoble, 1982. Em entrevista a Didier Eribon, por exemplo, Claude Lévi-Strauss atribuiu a Braudel um papel de destaque entre os professores da “missão francesa”, por ser o mais velho entre eles. Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. *De perto e de longe*. Trad. L. Mello e J. Leite. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Estado de São Paulo torna-se o mentor da nova instituição. Faz contato com Georges Dumas para organizar uma “missão francesa”³¹³.

Teodoro Ramos, da Escola Politécnica, e George Dumas são os responsáveis pelo recrutamento dos integrantes desta missão, chamada naquele momento de “missão francesa da USP”, que se desenvolveu em três fases distintas. Em 1934, são contratados professores experientes em universidades e liceus franceses, com o objetivo de abrir os cursos. Dos seis nomes que compõem essa primeira leva - Émile Coornaert (história), Pierre Deffontaines (geografia), Robert Garric (literatura francesa), Paul-Arbousse Bastide (sociologia), Étienne Borne (filosofia e psicologia) e Michel Berveiller (literatura greco-latina) - somente Berveiller e Arbousse-Bastide renovaram os seus contratos com a universidade para o ano seguinte. Em 1935, o perfil do grupo se alterou, assim como a duração dos contratos, agora de três anos: trata-se de jovens *agrégés*, sem experiência no ensino superior, com exceção de Fernand Braudel.

Além do nosso professor de história, chegam ao país nesta missão Pierre Hourcade (literatura francesa), Pierre Monbeig (geografia), Claude Lévi-Strauss (segunda cadeira de sociologia) e Jean Maugué (filosofia). Maugué³¹⁴ e Monbeig³¹⁵ permanecem no país até 1944 e 1946, respectivamente. A saída de Maugué se deu em função de seu alistamento para combater na África pela França. A partir de 1938, Dumas decide convidar docentes mais velhos, como já tinha feito na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1935. Fizeram parte deste novo grupo de professores

³¹³ George Dumas era integrante do "Comissariado Geral da Informação" conhecido como o "Estado-Maior da inteligência francesa", chefe da Seção da América Latina, no Serviço de Informação ao Estrangeiro, porta-voz do *Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine (1907-1940)*. O "Comissariado Geral da Informação", órgão oficial do governo francês, tinha entre seus membros figuras de destaque como Paul Claudel, Louis Juvet, Louis Joxe, Emile Coornaert, Alexandre Guinle, René Laporte, André Morize, Paul Hazard, Paul Valéry, Saint-Exupéry, André Chamson, Eve Curie, Raymond Ronze, Jacques Soustelle, Julien Cain, André Maurois e Jean Marx. Este último, auxiliava Dumas na Seção da América Latina. Para maiores informações sobre a política cultural externa francesa e suas relações com o Brasil, sugerimos: SUPPO, Hugo R., "A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias". *Revista de História (USP)*. São Paulo, 142-43 (dez. 2000): 309-45.

³¹⁴ Em meados de 1944, Maugué deixou o ensino e o Brasil para se incorporar ao exército do General de Gaulle, combatendo na África. Por sua bravura recebeu medalha e promoções. Finda a guerra, não voltou a lecionar, entrando para o serviço diplomático de seu país. A bibliografia de Jean Maugué inclui apenas artigos de circunstância publicados no Brasil, sobre Racine, o cinema francês, a pintura francesa, que atestam o vigor de seu pensamento e seu estilo. Infelizmente, nenhum de seus cursos foi publicado.

³¹⁵ Chegou ao Brasil em 1935, compondo a "missão francesa", para assumir a cátedra de Geografia Humana (USP), substituindo o professor Pierre Deffontaines. Sua permanência, 1935-1946, orientou toda uma geração que se iniciava nos estudos geográficos ainda incipientes no Brasil. Com outros professores criou a Associação dos Geógrafos Brasileiros (1945), incentivando ainda a criação do Conselho Nacional de Geógrafos Brasileiros. Publicou, durante a estada no Brasil, artigos e estudos sobre a realidade brasileira em periódicos nacionais e estrangeiros, além de dois livros. Retornando a França em 1946, lecionou na Faculdade de Letras de Strasbourg (1948-1952) e, a seguir, no Conservatório Nacional de Artes e Ofícios de Paris (1952-1961) e na Sorbonne (1961). Publicou na França mais quatro obras sobre o Brasil, sendo agraciado em 1953 com o prêmio da Fundação Nacional de Ciências Políticas de Paris e o Prêmio Auguste Logerot, da Sociedade de Geografia da França. Em 1963 ganhou o título de doutor honoris causa pela Universidade de São Paulo e o mesmo título também pela Universidade do Brasil do Rio de Janeiro. Foi vice-presidente da União Geográfica Internacional (1958-1966) e diretor do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade de Paris.

Roger Bastide³¹⁶ (substituto de Lévi-Strauss), Jean Gagé (no lugar de Braudel), Alfred Bonzon (literatura francesa) e Paul Hugon (economia), que se estabeleceu definitivamente no país.

Foi deste núcleo de profissionais que brotou o esforço de implementação do padrão de trabalho intelectual, em geral, e historiográfico, em particular, realizado por alunos da 5ª Subseção – Geografia e História da FFCL/USP, nas décadas de 1940-1950. Inicialmente disseminadas pelos mestres franceses, as proposições teóricas e metodológicas dos *Annales* ganharam adeptos, verdadeiros porta-vozes de seu Programa aqui no Brasil.

A possibilidade de viver no Brasil foi de súbito aceita por Braudel. Bem como por sua esposa, Paule Braudel. Quando de sua partida, ele embarcou sem sua mulher. Ela acabava de dar à luz e somente viria mais tarde. Chegando em Santos impressionou-se com a ferrovia de Cremalheiras que transpunha a serra do Mar até a estação da Luz em São Paulo. Morou em uma casa numa travessa da Avenida Paulista, Rua Padre João Manuel.

Por aqui fez grandes amizades. A começar pelos compatriotas Claude Lévi-Strauss e sua primeira mulher, a Etnóloga Dina Lévi-Strauss. Juntos, esse casal fez excursões etnográficas por Paraná, Goiás e Mato Grosso. Essas pesquisas de campo é que sustentariam os escritos de toda a carreira de Lévi-Strauss. Os outros amigos foram Pierre Monbeig, o geógrafo, e Jean Maugué, o filósofo (destes, Maugué era o único solteiro). Juntos formavam “uma pequena equipe muito coesa”. Não perdiam “uma ocasião de sair pelos arredores de São Paulo atrás de descobertas, seja do lado do mar, no fundo de ravinas [...], seja ao norte da cidade, em áreas ainda plantadas de cafeeiros” para se entregarem “às veleidades de pesquisas arqueológicas”³¹⁷, afirma Lévi-Strauss em seu *Saudades de São Paulo*³¹⁸.

Mas, também fez grandes amizades com brasileiros. A principal delas, com o seu aluno Eurípedes Simões de Paula; veio a tornar-se um historiador brilhante em anos vindouros. Também fez amizade com o filósofo dedicado à história das idéias no Brasil, João Cruz Costa. O jornalista e

³¹⁶ A obra de Roger Bastide se beneficia das pesquisas realizadas no Brasil sobre folclore, artes, religiões e relações raciais, assim como de distintas tradições intelectuais nacionais, que ele lê e comenta. As religiões afro-brasileiras, um de seus principais temas de interesse, foram trabalhadas de duplo ponto de vista: de um ângulo sociológico, como no artigo de 1945, “Structures sociales et religions afro-brésiliennes” e no livro *Les religions africaines au Brésil* (1960), entre outros, e de um prisma mais etnográfico, por exemplo, em *Le candomblé de Bahia* (1958). A curiosidade pela compreensão das relações entre negros e brancos, precocemente despertada, conhece novo fôlego nos anos 1950, quando ele coordena com Florestan Fernandes uma pesquisa em São Paulo, sob os auspícios da UNESCO. A partir dessa experiência escreve diversos artigos, entre os quais “Les relations raciales au Brésil” (1957), de modo a pensar a inserção do negro na estrutura social e o racismo.

³¹⁷ Claude Lévi-Strauss, *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, Companhia Das Letras, 2002, p. 18.

³¹⁸ Em *Saudades de São Paulo* Lévi-Strauss evidencia a amizade que tivera com Fernand Braudel (neste livro não cita sua esposa Paule Braudel). Há três fotos de Braudel, uma com Jean Maugué, Dina Lévi-Strauss num cafezal no emprego de uma sonda arqueológica; a segunda, com Dina Lévi-Strauss, Pierre Monbeig, Jean Maugué numa travessia de uma pinguela; e a terceira, Fernand Braudel, sozinho, sentado à mesa num pequeno restaurante nos arredores da cidade de São Paulo. Claude Lévi-Strauss, *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, Companhia Das Letras, 2002, pp. 19-20.

articulador da criação da Universidade de São Paulo, Júlio de Mesquita Filho, Braudel manteve uma relação de muitos anos.

Cruz Costa, um humanista de primeira ordem, indicou a Braudel as leituras obrigatórias para se compreender o Brasil. Leu Gilberto Freyre, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Monteiro Lobato, Alcântara Machado, Jorge Amado, Euclides da Cunha, Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen, Pedro Calmon, Afrânio Peixoto, e outros. Mas foi Gilberto Freyre (1900-1987) que o encantaria. *Casa Grande e Senzala* causou um impacto profundo em Braudel, mas foi *Sobrados e Mocambos* que mais o impressionou. Em *O Mediterrâneo* Braudel cita-o duas vezes, ambas na primeira parte, nas páginas 136 e 375 (da edição portuguesa, de 1984).

Não economizou atributos ao historiador e sociólogo Gilberto Freyre. Os seus objetos adotados: sexualidade, infância, família, cultura material, mentalidades e regionalismo antecipavam a “Nova história”. A casa-grande, a senzala, os sobrados, os mocambos, as mangueiras, o telhado velho, o pátio branco, as sombras da tarde cansada, tudo o impressionou, fazendo-o compreender uma sociedade híbrida, agrária, escravocrata, provinciana, astuciosa, ramagem do Velho mundo.

Braudel foi o principal divulgador da obra de Freyre na França. Não apenas o citou em *O Mediterrâneo* como escreveu sobre ele um ensaio de vinte páginas em 1943, em plena prisão, durante aqueles anos difíceis. Mas, nem por isso deixou de dar sua opinião. Considerou que o sociólogo brasileiro esqueceu uma considerável massa humana flutuante e vagante em sua obra sobre o Brasil. O bandeirante, o tropeiro e o vaqueiro foram preteridos em prol do sedentário construtor de casas seguras, das igrejas e das cidades. Para Braudel o Brasil de Freyre é apenas uma parte do Brasil real³¹⁹.

Para Braudel foi uma pena que Freyre não tenha estendido suas análises ao terreno sólido da economia, que não tenha se ocupado dos mocambos do Império, que não tenha tratado do Atlântico e suas conexões com a Europa. Para Braudel o Brasil seria antes de tudo uma Europa americana, uma Europa alicerçada no Mediterrâneo moderno, o Atlântico. Esse tem vida própria. Participa da história geral e da vida das “Europas” que o circundam. Tanto as novas quanto as velhas³²⁰.

Para Braudel o Atlântico é portador de riquezas, base naval de tristezas, aquela do comércio ilícito de homens escravos natimortos; é testemunha e protagonista da história do mundo. A vida desse oceano, ora intensa, ora débil, faz o Brasil se prender à imensidão marítima ou lhe impõe a recuar em sua profunda dimensão continental num ato de isolamento³²¹.

Apesar disto, essas deficiências não perturbam a riqueza e a inteligência do intérprete do Brasil. Para Braudel, Gilberto Freyre é também historiador. Na arquitetura e nas antigas moradias estão os

³¹⁹ Fernand Braudel, “À travers un continent d’histoire: L’Amérique Latine à propôs de l’oeuvre de Gilberto Freyre”. In: *Les écrits de Fernand Braudel III. L’histoire au quotidien*. Paris: Fallois, 2001. pp. 60-84.

³²⁰ *Idem*.

³²¹ *Ibidem*.

documentos mais evocadores e mais reveladores do passado, que não foram lidos nem utilizados antes dele. A velha Recife se torna um livro de história de onde ele extrai riquezas de civilização, tradições, cozinha e uma fineza admirável, as quais são amostras da doçura inefável da Europa plantada nos trópicos³²².

“O grande mérito de Freyre é o de não ter aceitado as simplificações, onde muitos, senão todos historiadores nacionais, procuravam explicar o todo político pelo econômico”. Difícil tarefa pensar diferentemente dos outros. Formulando os problemas sociais, em termos humanos, ele reproduz a verdade factual. “Onde se fala em governos, capitânias, açúcar, raças, ele vê os meios sociais, as aristocracias, os escravos, as famílias e os homens. Ninguém faz tão bem em colocar os grandes problemas do passado brasileiro em termos de história social quanto Gilberto Freyre”³²³, afirma Braudel.

O Brasil, em suas diferenças múltiplas e suas contradições profundas reinicia uma Europa. Braudel vê no Brasil um espaço onde as marcas das permanências e da história lenta se manifestam na vida material. Os modos de vestir, de morar, de alimentar, nas construções, nos transportes, nas comunicações, nos instrumentos diversos, nas cidades, no campo, etc, são em seu conjunto um “espetáculo de história”. Fez várias viagens pelo interior do Estado; sobretudo, para conhecer a floresta virgem que se estendia pela Serra do Mar e pelo litoral paulista. Também visitou alguns lugares “exóticos” do país; visitou algumas localidades da Bahia e muito se impressionou com tantas igrejas, candomblé, peixes e camarões em Salvador, com o movimento de boiadas e feiras de artesãos em Feira de Santana³²⁴.

As marcas do Brasil ficaram em Braudel. A história lenta, a compreensão de sociedades capazes de preservar uma identidade em meio às mudanças de grande porte, a visão de transitoriedade, a perspectiva da relatividade dos eventos e as categorias do tempo já estavam em sua mente no tempo em que ele viveu por aqui. Esses conceitos foram construídos em boa parte pela experiência vivenciada no Brasil. Lucien Febvre afirmou que Braudel se transformou muito mais com o Brasil do que com o Mediterrâneo³²⁵. Em *Discours de réception à l'Académie Française*, em 1985, ano triste, ano de seu falecimento, Braudel disse para todos que “o Brasil foi o grande período de nossas

³²² Luís Corrêa Lima, “Braudel e o Brasil”. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Fernand Braudel. Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 169-82.

³²³ Fernand Braudel, “À travers un continent d’histoire: L’Amérique Latine à propos de l’oeuvre de Gilberto Freyre”. In: *Les écrits de Fernand Braudel III. L’histoire au quotidien*. Paris: Fallois, 2001, p. 72.

³²⁴ Maiores detalhes sobre a vida de Braudel no Brasil cf. Luís Corrêa Lima, *Fernand Braudel e o Brasil - vivência e brasilianismo (1935-1945)*. 1ª. ed. São Paulo: Edusp, 2009. 216 p.; Luís Corrêa Lima, “Braudel e o Brasil”. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Fernand Braudel. Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 169-82.; Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Braudel, o mundo e o Brasil*. São Paulo: Ed. Cortez, 2003. Neste livro de Aguirre Rojas a abordagem está mais dirigida para a América Latina do que para o Brasil.

³²⁵ Entrevista a Reali Júnior, *Jornal da Tarde*, 28/01/1984 apud Luís Corrêa Lima, “Braudel e o Brasil”. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Fernand Braudel. Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 169-82.

vidas”³²⁶, referindo-se não apenas a ele e a sua esposa, mas a todos os companheiros da “missão francesa”; entre os presentes na audiência, estava Claude Lévi-Strauss.

Nesse mesmo ano, um mês antes de morrer, num grande colóquio sobre sua obra em Châteauvallon, no Sul da França, o maior historiador do século XX fez esta declaração: “Eu me tornei inteligente indo ao Brasil. O espetáculo que tive diante dos olhos era um tal espetáculo de história, um tal espetáculo de gentileza social que eu compreendi a vida de outra maneira. Os mais belos anos de minha vida eu passei no Brasil”³²⁷.

O Brasil e a América Latina foram objetos de estudo por quase vinte anos, entre 1935 aos primeiros anos no Collège de France. Braudel manteve-se também como um latino-americanista até o início dos anos 1950.

Em 1937 retornou à Paris por ter sido nomeado diretor de pesquisa da IV Seção, Ciências Históricas e Filosóficas, da *École Pratique des Hautes Études* (EPHE)³²⁸. Nessa viagem, a bordo do navio Campana, encontrou com Lucien Febvre que voltava de uma série de conferências na Argentina. Já haviam trocado correspondências, mas foi ali naquela viagem que estreitaram uma amizade importantíssima para a historiografia.

Iniciou uma nova etapa de sua carreira. Estabelecido o contato com o Lucien Febvre, tudo lhe parecia vento de proa. Em popa rasa passou a velejar a favor do vento. No entanto, tão logo, dois anos depois, eclodiu a Guerra. Passou a bordejar. Os ventos contrários passaram a soprar forte. Mas as linhas mestras de sua grande obra estavam prontas.

Convocado pelo Exército em junho de 1940, após oito meses na fronteira renana, foi capturado e enviado para a Alemanha. Passou cinco anos no campo POW. Primeiro em Mainz, entre 1941 e 1942. Depois próximo a Lübeck, entre 1942 e 1945. No campo de concentração, como meio psicológico de sobrevivência, dedicou-se à escrita histórica. A história do Brasil foi inicialmente um dos seus empreendimentos. Esta obra inconclusa nunca foi retomada e nem publicada.

Anos depois perguntado sobre esta história do Brasil, Braudel respondeu que seria “muito difícil escrever um livro de história para os brasileiros”³²⁹.

Passou a escrever a sua tese. Remetia a Lucien Febvre os manuscritos para seus comentários. Um conjunto de correspondências entre Braudel-Febvre (1940-45) trocadas durante o cativeiro

³²⁶ Fernand Braudel, *Discours de réception de M. Fernand Braudel à l'Académie Française et réponse de M. Maurice Druon*. Paris: Arthaud, 1986, pp. 44, 91-2.

³²⁷ Fernand Braudel, *Une leçon d'histoire de Fernand Braudel* (Châteauvallon, Journée Fernand Braudel, 16 octobre 1985), Paris: Arthaud-Flammarion, 1986. [video internet: <http://ha.ina.fr/economie-et-societe/education-et-enseignement/video/RAC85000545/la-lecon-d-histoire-de-fernand-braudel-a-chateauvallon.fr.html>, 25 de setembro 2010].

³²⁸ EPHE foi transformada em 1975 na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* - EHESS.

³²⁹ Fernand Braudel, “Primeiras Histórias. USP, 50 anos: lembranças de um pioneiro francês”. [Entrevista] *Revista Isto É*, fev. 1984.

demonstram as condições insalubres. Papel de péssima qualidade, obrigatoriamente escritos à lápis explicam seu laconismo e suas abreviações. Foram todas passadas à limpo por Paule Braudel³³⁰.

Febvre recebeu mais de 1000 páginas de manuscritos durante aqueles quatro anos fatíferos. O soldo de tenente de Braudel mal dava para o custeio. *La Méditerranée et Le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*³³¹ foi defendido como tese de doutoramento em 01 de março de 1947 na Sorbonne. Sua primeira edição de 1949, que já continha mais de 600.000 palavras, o que perfaz seis vezes um livro comum aos padrões da Academia francesa, foi bastante prejudicada pelos cortes impostos pelo editor, devido às dificuldades econômicas típicas de um pós-guerra. De qualquer forma, o livro tornou-se rapidamente reconhecido na França e fora dela.

Em 1947 aconteceu seu único insucesso. Foi preterido à cadeira de História Moderna na Sorbonne. Um dos examinadores da banca que o reprovou, Gastón Zellner, especialista do século XVI, o julgou por ser geógrafo demais e historiador de menos³³². Em 1949, aos 47 anos de idade, além de publicar o seu primeiro livro assumiu a cadeira de História Moderna e a presidência do Collège de France³³³, sucedendo Lucien Febvre. Uma sucessão natural.

Membro desde 1938 da *École Pratique des Hautes Études* (EPHE) e membro do conselho editorial da revista dos *Annales*, Braudel foi se tornando, devido a rápida consagração de *La Méditerranée*, um intelectual cada vez mais influente. Passou a influenciar muitos historiadores. Seu espírito inovador atraiu desde cedo nomes que viriam a se tornar importantes na historiografia: Marc Ferro, Jean Delumeau, Pierre Chaunu, Frédéric Mauro, e vários outros.

Com a morte de Lucien Febvre³³⁴, em 1956, assumiu a direção dos *Annales* e a presidência da VI Seção da *École Pratique des Hautes Études* (EPHE). Entre os anos de 1957 e 1972 sua influência institucional aumentou substancialmente. Conseguiu dar um grande impulso a VI Seção tornando-a num símbolo de vanguarda da pesquisa histórica. Lá foi o destino de vários pesquisadores, dentre eles Jacques Le Goff, François Furet, Emmanuel Le Roy Ladurie, Pierre Chaunu, Vitorino Magalhães Godinho, os antropólogos Marc Augé e Maurice Godelier, os sociólogos Pierre Bourdieu e Alain Touraine, e muitos mais.

Em 1963 fundou a *Fondation Maison des Sciences d'Homme* (MSH)³³⁵. Atualmente um centro de pesquisa para investigadores franceses e estrangeiros. Um centro de cooperação internacional.

³³⁰ Pierre Daix, *Fernand Braudel. Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1995, p. 178.

³³¹ Fernand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris, Thèse de Doctorat, l'Université Paris-Sorbonne (Paris IV), 1947.

³³² Pierre Daix, *Fernand Braudel. Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1995, pp. 259-265.

³³³ *Collège de France* foi fundado pelo rei Francisco I em 1530. Fora da Sorbonne era encarregada do ensino das novas disciplinas humanistas do Renascimento.

³³⁴ Lucien Paul Victor Febvre nasceu em Nancy em 22 de julho de 1878 e faleceu em Saint-Amour em 11 de setembro de 1956.

³³⁵ A proposta de criação foi de Gaston Berger e Fernand Braudel. Os membros fundadores são: André Aymard, Marcel Bataillon, Fernand Braudel, Julien Cain, Jacques Chapsal, Gabriel Le Bras, Charles Morazé, Pierre Renouvin, and Jean Sarrailh.

Na época, a intenção era fundar a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Não obteve êxito. Com a cooperação das Faculdades de Direito e Ciências Humanas e da Fundação Nacional de Ciências Políticas fundou a MSH. Clemmens Heller foi seu braço direito na gestão desta instituição. Braudel lhe dedicou o terceiro volume “*Le temps du monde*” de sua segunda grande obra.

Em paralelo às atividades administrativo-institucionais Braudel escrevia. Manteve-se envolvido por quase vinte anos na elaboração de *Civilisation Matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIII siècles*. Em 1967, publicou *Civilisation matérielle et capitalisme (XVe-XVIII^e siècle)*, sua primeira versão do primeiro volume de *Civilização material*. Foi somente em 1979, doze anos depois de iniciado o primeiro volume, é que Braudel publicaria os três volumes da obra completa.

Nos anos de sua aposentadoria, entre 1972 e 1985, se dedicou à escrever *L’identité de La France*. Até a sua morte em 1985 conseguiu concluir apenas a metade do projeto. Apenas as duas primeiras partes: “Espaço e História”; “Os homens e as Coisas”. A terceira “Estado, Cultura e Sociedade” e a quarta “A França fora da França” não foram concluídas. Era um projeto monumental como foram suas duas grandes obras anteriores.

A tradução para o inglês de *La Méditerranée* em 1972 é o marco inicial para a grande trajetória internacional do livro. Até então tinha sido traduzido apenas para o espanhol e o italiano. Após sua publicação em inglês uma série de traduções foi lançada, inclusive nos idiomas chinês, coreano e japonês.

Em 1977 lançou doze filmes na televisão dedicados ao livro *O Mediterrâneo*. Braudel se tornou famoso entre o grande público. Em 1984 foi eleito membro da Academia Francesa. Foi considerado um dos mais influentes cientistas sociais franceses de sua geração; ao lado de Claude Lévi-Strauss e Georges Dumézil. Para muitos historiadores, ele foi o maior de todos no século XX.

2.1.2 Biografia Intelectual: sua obra, sua arte

FERNAND BRAUDEL tornou-se gradativamente um homem de grande influência no mundo acadêmico. Não apenas por seus cargos que passou a ocupar, mas por sua obra. As funções que exerceu na França não foram adquiridas por ser um grande gestor, mas amparava-se na qualidade e difusão de sua obra³³⁶. Nem tampouco, por sua personalidade dominadora como querem os seus biógrafos. O que fez a diferença foi a sua obra poderosa.

³³⁶ Professor do Collège de France, Diretor do Centre Recherches Historiques na École de Hautes Études, Diretor dos Annales, Presidente da VI Seção da École, Fundador e Dirigente da Maison des Sciences de L’Homme, Fundador e Presidente da *International Economic History Association* (IEHA).

Os seus trabalhos se difundiram por todas as historiografias nacionais. Ele atingiu quase todo o planeta. Trata-se de um fenômeno excepcional. O sucesso de vendas ao público não especializado chamou a atenção. A edição de bolso de 1975 em inglês de *O Mediterrâneo* e o lançamento em 1979 do *Civilização material* foram os mais vendidos (devido a crise energética mundial, muitos programas de televisão e vários jornais e revistas o convidavam para entrevistas). A série de televisão que foi ao ar em 1977 (composta de doze programas) o colocou em grande evidência. Um livro de arte organizado por ele intitulado *Venise, photographies de Folco Quilici*, publicado em Paris, pela editora Arthaud em 1984, bem como outro livro de sua direção, *Le monde de Jacques Cartier*, publicado na França pela Berger-Levrault, também de 1984, obtiveram uma vendagem acima da média para os padrões de vendas deste tipo de literatura.

Detentor de vários títulos acadêmicos, num total de 20 títulos de *doutor honoris causa*, concedidos por universidades de várias partes do mundo, Braudel se tornou em vida uma celebridade. Aliás, o primeiro título de *doutor honoris causa* foi concedido em 1954 pela Universidade de São Paulo.

O historiador francês Fernand Braudel tornou-se uma figura pública que extrapolou a historiografia da história. Sua irradiação alcançava todo o conjunto das ciências sociais e humana. A glorificação em vida e o reconhecimento de sua obra tornaram-no um homem privilegiado. Intelectual realizado, mas que nunca deixou se levar pelo contentamento. Nunca completamente satisfeito com a sua obra, sempre “buscou aperfeiçoá-la até o seu último fôlego”³³⁷

A obra braudeliana se divide em três fases. Como também se divide em três as fases de sua vida. São três as suas grandes publicações: 1) *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, 2) *Civilização Material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII* e 3) *Identidade da França*.

A primeira fase é aquela que vai até a publicação de seu primeiro livro (1949). Aos 47 anos de idade, após ter vivido ricas experiências como os dez anos lecionando na África (1923-32) e três anos no Brasil (1935-37), e depois de ter vivido cinco anos como prisioneiro num campo de concentração nazista, Braudel fecha um ciclo e inicia outro. A segunda fase é aquela que se dividiu entre a institucionalização acadêmica, quando passou a ocupar cargos importantes nas instituições de ensino francesas, e o estabelecimento de seu Projeto epistemológico consolidado com o artigo de 1958³³⁸. Em 1979, com o lançamento de *Civilização material*, Braudel encerra esse segundo ciclo. É verdade que a partir de 1968 Braudel inicia seu processo de sucessão (Braudel passou voluntariamente a direção da revista *Annales Economies Sociétés, Civilisations* a E. Le Roy

³³⁷ Pierre Daix, *Fernand Braudel. Um biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999, p. 460.

³³⁸ “Histoire et sciences sociales. La longue durée”, publicado originalmente em 1958, na seção “Debats et Combats”, da revista dos *Annales*.

Ladurie, J. Le Goff e Marc Ferro), mas Braudel ainda gastaria dez anos para completar o seu segundo grande projeto. A terceira fase associa a aposentadoria total de seus cargos (1972) com sua dedicação integral, após 1980, à *Identidade da França*. Há uma interseção entre a segunda e a terceira fases³³⁹.

Em todas estes anos de vida intelectual, é natural que o nosso autor fizesse progressos em suas concepções teóricas. Os rótulos “novo” e “velho” Braudel se justificam na medida em que o próprio autor admite ter mudado. A 16 de março de 1976, no prefácio à terceira edição do *Mediterrâneo*, afirmou que sua “visão de sociedade, do Estado, ou da economia, já não era exatamente a mesma”³⁴⁰, referindo-se às mudanças obtidas desde seus estudos voltados para o *Civilisation matérielle et capitalisme*³⁴¹, publicado em 1967 (dez anos antes)³⁴².

Branislava Tenenti elaborou uma bibliografia dos escritos braudelianos com o assessoramento do próprio Braudel, no entanto este levantamento vai apenas até o ano de 1971³⁴³. Esta bibliografia cobre quase toda a produção intelectual de Fernand Braudel; uma pena não ter continuado.

Paule Braudel, viúva de Fernand Braudel, auxiliada por Roselyne de Ayala, publicou pela Editora de Fallois uma coleção em três tomos intitulada *Les écrits de Fernand Braudel* (tomo i: *Autour de la Méditerranée* (1996); tomo ii: *Les ambitions de l’histoire* (1997); tomo iii: *L’histoire au quotidien* (2001)³⁴⁴. Neste último volume foi incluída uma bibliografia da obra braudeliana.

No entanto, esta bibliografia, apesar de minuciosa e abrangente não é totalmente completa, pois faltam, por exemplo, alguns ensaios que Braudel publicou no diário O Estado de São Paulo, alguns artigos que publicou na imprensa da Argélia, quando era professor em Argel, e alguns artigos publicados no *Corriere della Sera* na Itália³⁴⁵. Em contato que tivemos com Carlos Antonio Aguirre

³³⁹ A questão das “fases” de Braudel é uma visão particular em cada biógrafo ou estudioso de sua obra. Sobre estas etapas conferir o testemunho do próprio autor em “Mi formación de historiador”. In: *Una lección de historia de Fernand Braudel*. México Fondo de Cultura Económica, 1989; e outro artigo de Paule Braudel, “Braudel antes de Braudel”. *Primeras Jornadas Braudelianas*. México: Instituto Mora, 1993; o mesmo artigo em francês Paule Braudel, “Les origines intellectuelles de Fernand Braudel: un témoignage”. *Annales ESC*, 47, 1 (1992): 237-44.

³⁴⁰ “A minha visão da sociedade, do Estado, ou da economia, já não é exatamente a mesma, como o leitor poderá verificar consultando os três volumes de *Civilisation matérielle...*”. Fernand Braudel, “Prefácio à terceira edição, 16 de março de 1976”. In: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983, p. 29.

³⁴¹ Fernand Braudel, *Civilisation matérielle et capitalisme (XVe-XVIII^e siècle)*. Paris, Armand Colin, 1967.

³⁴² “Renunciei, portanto, a proceder a uma revisão do meu texto que pudesse ter em conta numerosos estudos que, de há uns dez anos para cá, vieram modificar (...). A minha visão da sociedade, do Estado, ou da economia, já não exatamente a mesma, como o leitor poderá verificar consultando os três volumes de *Civilisation matérielle et capitalisme*”. Fernand Braudel, “Prefácio à terceira edição, 16 de março de 1976”. In: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983, p. 29.

³⁴³ Branislava Tenenti, “Bibliographie des écrits de Fernand Braudel. In: *Mélanges em l’honneur de Fernand Braudel: Méthodologie de l’histoire et des sciences humaines*. Tolouse, Privat Editeur, 1973, t. 2.

³⁴⁴ Fernand Braudel (Édition Paule Braudel, Roselyne de Ayala) *Les écrits de Fernand Braudel*. Paris: Editions de Fallois. Tomo I *Autour de la Méditerranée*, 1996, 535 pp.; Tomo II *Les ambitions de l’histoire*, 1997, 663 pp.; Tomo III *L’histoire au quotidien*, 2001, Collection Ecrits.

³⁴⁵ Esta citação refere-se à trecho de correspondência que mantivemos com Carlos Antonio Aguirre Rojas em março de 2011.

Rojas, especialista da obra braudeliana, professor da Universidade Nacional Autônoma do México, reafirmou essas ausências.

O próprio Aguirre Rojas elaborou uma bibliografia intelectual do historiador francês. Ele a incluiu em seu livro *Tempo, duração e civilização. Percursos braudelianos*, publicado em 2001. Republicou-a em *Fernand Braudel e as Ciências Humanas* de 2003³⁴⁶.

Esta bibliografia comentada de Rojas destaca os livros mais importantes de Fernand Braudel bem como de autores que escreveram sobre Braudel. Menciona 30 livros de autoria de Braudel, incluindo as novas edições e os novos formatos ou edições de conjunto de textos. Cita 8 livros coletivos de autores que pesquisaram a obra de Braudel. Cita 10 revistas que publicaram partes ou números inteiros de textos de autoria de Braudel. E cita 144 trabalhos individuais sobre a obra e a figura de Fernand Braudel.

A este importante levantamento bibliográfico de Aguirre Rojas adicionamos uma lista de trabalhos, sendo muitos deles publicados após o trabalho de Rojas. O levantamento está disponível no final desta tese.

Neste nosso levantamento (incluindo o levantamento de Aguirre Rojas) identificamos:

No exterior: 4 teses ou dissertações sobre Braudel - 1 na Universidade de Santiago de Compostela (1994); 1 na Université Catholique de Louvain (1992); 1 na Universidade de Berlim (1991); 1 na Università degli Studi di Roma (1982). 54 periódicos científicos que dedicaram um número inteiro ou parte dele a Braudel. 232 livros ou artigos individuais sobre Braudel.

No Brasil: 6 teses de doutorado³⁴⁷ sobre Braudel - 1 Universidade Federal Fluminense (2008); 1 Universidade de Brasília (2004); 1 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002); 1 Universidade de São Paulo (2002). 5 Dissertações de Mestrado – 1 na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009); 2 Universidade Federal de Santa Catarina (2006) 1 Universidade de São Paulo (1995); 1 Universidade Estadual de Campinas (1991). 4 Dissertações de

³⁴⁶ Carlos A. Aguirre Rojas, *Tempo, Duração e Civilização. Percursos Braudelianos*. Trad. Sandra Trabucco Valezuela. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões da Nossa Época, v. 89); Carlos A. Aguirre Rojas, *Fernand Braudel e as Ciências Humanas*. Trad. Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2003.

³⁴⁷ Na seção dedicada as teses sobre a obra de Braudel defendidas no Brasil, incluímos a tese de GUARIBA NETTO, Ulysses Telles. *Leitura da obra de Lucien Febvre e Marc Bloch nos Annales*. Tese de Doutorado, Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, 1973. Esta tese não adota como objeto a obra braudeliana, mas aborda boa parte das questões de interesse do nosso objeto. Incluímos também a tese REIS, José Carlos. *Philosophie et historiographie. Le lieu épistémologique et le temps historique des "Annales"*. Tese de Doutorado, Louvain, Université Catholique de Louvain, 1992. [Publicação no Brasil, 'Nouvelle histoire' e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994]. A tese de Reis (1992) foi defendida fora do Brasil, mas por ser ele brasileiro a citamos tanto na seção das teses defendidas no exterior quanto na seção de teses defendidas em universidades brasileiras.

Iniciação Científica – 2 Universidade de São Paulo [(2005-2007), (2008-2009)]³⁴⁸; 2 Universidade Federal de Santa Catarina (2002, 2003). 108 livros ou artigos individuais sobre Braudel.

Listamos também neste levantamento as 48 obras principais de autoria de Fernand Braudel; em suas edições originais.

Concluimos que a pesquisa de Rojas, na seção dedicada às obras de Fernand Braudel, deixou de lado pelo menos dois livros: *Oltremare*, edição italiana, publicado em Milão, Itália, pelas editoras Códice Casanatense e Franco Maria Ricci, de 1984, e *Le monde de Jacques Cartier*, livro organizado por Fernand Braudel, publicado em Paris, pela editora Berger-Levrault, também de 1984³⁴⁹.

Aguirre Rojas em sua pesquisa separa um espaço para os trabalhos publicados sobre a vida de Fernand Braudel. No entanto menciona apenas um trabalho³⁵⁰, o de autoria de Pierre Daix. Mas, como já demonstramos, há duas grandes biografias de Braudel. Uma de Pierre Daix³⁵¹ e a outra de Giuliana Gemelli³⁵², publicada em 1995, prefaciada por Maurice Aymard. Aymard inclusive publicou, dentre de vários outros textos sobre Braudel, *Autour de F. Braudel*³⁵³.

Há também um trabalho de Alain Brunhes³⁵⁴, que não se propõe a ser uma biografia, muito menos do porte daquelas duas, mas que procura trazer questões particulares da obra e da vida de Braudel.

As críticas em relação a estes trabalhos sobre a vida de nosso autor recaem geralmente sobre a ausência de uma abordagem sobre a relação de Braudel com o Brasil, especificamente em seus anos de trabalho na Universidade de São Paulo. O próprio Aguirre Rojas ao falar sobre a biografia de Pierre Daix afirma que apesar deste estudo ser "bem informado e cuidadoso" ressen-te-se da ausência da "rica, complexa e multifacetada experiência de Braudel no Brasil entre 1935 e 1937 e novamente em 1947"³⁵⁵. Aguirre Rojas veio a publicar em 2003 *Braudel, o mundo e o Brasil*³⁵⁶ pela editora Cortez.

³⁴⁸ Os dois relatórios da Universidade de São Paulo (USP) são de um mesmo autor: LIRA, Larissa Alves de. [autor] & MORAES, Antonio C. R. [orient.]. *Relatório de pesquisa: A Concepção de Espaço de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo e suas Relações com a Geografia de Vidal de La Blache*. São Paulo: CNPq, 2007-2008; LIRA, Larissa Alves de. [autor] & SECCO, Lincoln [orient.]. *Relatório de pesquisa: A Concepção de Espaço de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo*. São Paulo: FAPESP, 2005-2007.

³⁴⁹ Provavelmente Aguirre Rojas não deve ter incluído estes livros devido o seu conteúdo. O próprio autor menciona que sua lista se refere aos "Livros mais importantes de Braudel". Notadamente, foi um critério pessoal deste autor.

³⁵⁰ Se bem que em outro livro lançado dois anos depois da publicação desta lista bibliográfica contida em seu *Tempo, duração e civilização. Percursos braudelianos*, este autor veio a mencionar o trabalho de Giuliana Gemelli em *Braudel, o mundo e o Brasil*, publicado pela editora Cortez, 2003.

³⁵¹ Pierre Daix. *Fernand Braudel. Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

³⁵² Giuliana Gemelli, *Fernand Braudel*. Paris: Odile Jacob, 1995.

³⁵³ Maurice Aymard, *Autour de F. Braudel*. Perpignan: Presses universitaires de Perpignan, 2002.

³⁵⁴ Alain Brunhes, *Fernand Braudel: synthèse et liberté*. Paris: Josette Lyon, 2001.

³⁵⁵ Carlo Antonio Aguirre Rojas, *Tempo, Duração e Civilização. Percursos Braudelianos*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 103.

³⁵⁶ Carlo Antonio Aguirre Rojas, *Braudel, o mundo e o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

Entretanto, não sabia Aguirre Rojas que um pesquisador brasileiro, Luis Corrêa Lima, desde o ano 2000 vinha trabalhando numa pesquisa de doutorado sobre o Braudel e o Brasil. Lima defendeu no ano de 2004 sua Tese em História na Universidade de Brasília, intitulada *Fernand Braudel e o Brasil - vivência e brasilianismo (1935-1945)* - posteriormente, no ano de 2009, a publicou pela Editora da Universidade de São Paulo³⁵⁷. Elias Thomé Saliba³⁵⁸ elogia o livro de Lima, suas interessantes histórias reunidas, sua pesquisa minuciosa e sua felicidade em documentar o “distanciamento” experimentado aqui no Brasil por Braudel; lugar que se tornou uma vivência fundamental na formação do mestre historiador.

Tocando no tema Brasil, foi aqui que o jovem Fernand Braudel repensou as grandes estruturas de sua mais importante obra, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Publicado pela primeira vez em 1949 pela Armand Colin, uma segunda edição corrigida foi editada pela mesma editora em 1966. As grandes modificações ocorreram sobretudo na segunda parte do livro.

No entanto, não foi este livro sua primeira publicação. Em 1922 e 1923, logo após ter assumido seu posto de professor secundarista em Constantine publicou na revista *Le Réveil de la Meuse* o artigo “Les trois premières années de la Révolution à Bar-le-Duc”³⁵⁹ e, em 1923 na *Revue africaine* “Les Espagnols et l’Afrique du Nord de 1492 à 1577”³⁶⁰. Mais tarde estes dois artigos seriam aceitos como dissertação para obtenção do Título de Mestrado na *Sorbonne*. Este primeiro artigo seria novamente publicado em 1989 com novo título *Les débuts de la Révolution à Bar-le-Duc*³⁶¹.

Além desses artigos Braudel chegou a escrever para a imprensa argelina nos anos 1920. No Brasil também publicou alguns artigos no Estado de S. Paulo entre 1935-1937. Em 1947, em sua segunda visita à Universidade de São Paulo, voltaria a publicar pelo mesmo jornal. Quando esteve em visita à Argentina, nesse mesmo ano, combinou em escrever um capítulo de livro. O artigo seria publicado na Argentina em 1948; é listado na bibliografia de Tenenti, mas de fato nunca foi publicado. Além destes artigos há outros que foram publicados no *Corriere della Sera* na Itália, mas não fazem parte de nenhuma bibliografia intelectual publicada até o momento³⁶².

Quando retornou à França, após a Guerra, Braudel publicou dez artigos em 1947. Todos pela revista dos *Annales*. “O desabrochar de Veneza no Século XVI”, “Barroco brasileiro”, “A Espanha

³⁵⁷ Luis Corrêa Lima, *Fernand Braudel e o Brasil - vivência e brasilianismo (1935-1945)*. São Paulo : EDUSP, 2009.

³⁵⁸ Elias Thomé Saliba, “Resenha Fernand Braudel e o Brasil, vivência e brasilianismo (1935-1945)”, *Carta Capital*, 505 (2009).

³⁵⁹ Fernand Braudel, “Les trois premières années de La Révolution à Bar-le-Duc”. *Le Réveil de la Meuse*, s/v (1922/1923): s/ p.

³⁶⁰ Fernand Braudel, “Les Espagnols et l’Afrique du Nord de 1492 à 1577”. *Revue africaine*, s/v (1928): 184-233.

³⁶¹ Fernand Braudel, *Les débuts de la Révolution à Bar-le-Duc*. Verdun : O.C.C.E, 1989. (Cole. Dossiers Documentaires Meusiens).

³⁶² Aguirre Rojas comenta sobre esses artigos, mas não menciona o título e nem o tema de nenhum deles. Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Tempo, Duração e Civilização. Percursos Braudelianos*. São Paulo: Cortez, 2001.

na época de Richelieu e Olivares", "Conflitos e recusas de civilização: espanhóis e mouriscos no século XVI", são alguns deles³⁶³. Em 1948 serão quatorze artigos.

Durante seu período aqui no Brasil, Fernand Braudel ministrou cursos e conferências. Uma delas ocorreu no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, IEUSP, no ano de 1936. Denominando-a de "Pedagogia da história"³⁶⁴, o mestre Braudel expôs aos alunos algumas de suas experiências como professor de história. Afamado como grande professor, suas lições foram ouvidas com grande admiração pelos alunos. Dezenove anos, em 1955, a *Revista de História*, dirigida pelo discípulo Eurípedes Simões de Paula, futuro doutor *honoris causa* pela Universidade de Toulouse (1965), publicaria esta conferência. Simões de Paula a justificaria como "ainda um trabalho de grande atualidade"³⁶⁵.

Nos anos de prisioneiro em campo nazista, durante a Segunda Guerra mundial, Braudel se ocupou, dentre outras atividades, em escrever sobre o Brasil. Esses manuscritos nunca foram publicados. A verdadeira razão da não publicação não se sabe ao certo, mas quando retornou à Paris, após a Guerra, se viu obrigado a defender sua tese pelas circunstâncias materiais. Na prisão, Braudel havia iniciado sua história do Brasil tendo em vista a obrigatoriedade de se apresentar uma tese secundária como uma exigência da Universidade francesa. Ao se apresentar à Universidade lhe foi autorizado à substituir este trabalho inacabado pelos dois artigos já publicados sobre os espanhóis na África do Norte quando ainda era professor na Argélia³⁶⁶.

Escrever sobre o Brasil do século XVI fazia todo o sentido para Braudel, já que o Brasil chegou a fazer parte do reino de Filipe II quando da união das Coroas Ibéricas. Os manuscritos dessa história inacabada se encontram no arquivo mantida pela família (viúva Paule Braudel).

Sua vivência no Brasil foi frutífera, e o Brasil em sua vida foi substancialmente marcante. Mas, aos poucos seus interesses de pesquisa se voltaram para o conjunto da América Latina e, mais tarde para a história mundial. Braudel pensava que para concluir o estudo sobre a história do Brasil seria necessário pesquisar os arquivos de Portugal, que na época ainda não estavam organizados³⁶⁷.

Braudel teve uma relação importante com os intelectuais brasileiros. Além de ter divulgado a obra de vários de nossos intelectuais na França, como a de Gilberto Freyre, também se empenhou, na época da ditadura, em libertar da prisão Caio Prado Jr., Milton Santos, João Cruz Costa e Yedda

³⁶³ *Annales*, 2º ano, outubro-novembro, nº 4, 1947.

³⁶⁴ Fernand Braudel, "Pedagogia da história". Palestra no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, IEUSP, 1936. *Revista de História*. São Paulo, vol. 11, nº 23 (julh-set, 1955): 3-21.

³⁶⁵ *Idem*, p. 3n.

³⁶⁶ Fernand Braudel, "Les Espagnols et l'Afrique du Nord de 1492 à 1577". *Revue africaine*, s/v (1928): 184-233; Fernand Braudel, "Les trois premières années de La Révolution à Bar-le-Duc". *Le Réveil de la Meuse*, s/v (1922/1923): s/p.

³⁶⁷ Josélia Aguiar, "Brasil à Francesa. Os anos brasileiros, entre as décadas de 1930 e 1940, marcaram a vida e a obra do historiador francês Fernand Braudel". *Pesquisa FAPESP*, 168 (fevereiro 2010): 104-107.

Linhares; utilizando-se de seu prestígio internacional como intelectual francês escreveu cartas diretamente ao Presidente da República em exercício.

Fez também discípulas por aqui: Alice Canabrava, Cecília Westphalen e Maria Luíza Marcílio.

Após ter vivido no Brasil, encontrando aqui um país novo, de dimensões continentais, constituído por uma sociedade contrastante e em pleno processo civilizatório, seria previsível que seus interesses se voltassem para o país e suas ligações com o oceano. O contraste foi inevitável para o olhar atento de Braudel. A França era considerada naqueles anos a matriz da latinidade e de modelo cultural a se seguir, o caminho seguro da modernidade e do progresso verdadeiro. Nela, simultaneamente encontrava-se tecnologia e humanismo, laicidade e religião. Os positivistas, sobretudo paulistas, acreditavam que a França era aquela que poderia romper a barbárie de uma sociedade que almejava o progresso.

Logo, após a defesa de tese, em 1947, Braudel retorna ao Brasil para a sua segunda permanência na Universidade de São Paulo. Entre maio e dezembro seria o titular da cátedra de História da Civilização Moderna e Contemporânea; desde 1945 Braudel era membro eleito da Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo.

Concluída sua tese, a publicaria em livro em 1949. Foram 1.160 páginas. Não foram mais porque o editor excluiu gráficos e mapas; este livro teria uma longa história editorial³⁶⁸.

Em 1951 viria a publicar com a colaboração de Ruggiero Romano e sua esposa Paule Braudel o livro *Navires et marchandises à l'entrée du port de Livourne (1547-1611)*, pela Armand Colin. Trata-se de um livro sobre o comércio e o capitalismo que mais tarde se estenderia do Porto de Livourne para a história global.

Aquele ainda era um momento do qual estava por extrair as primeiras extraordinárias lições metodológicas e teóricas de seu primeiro livro. No entanto, em 1953, Lucien Febvre propõe-lhe um desafio: escrever uma obra em conjunto tratando da Europa pré-industrial, entre os séculos XV-XVIII, para uma coleção que seria chamada de “Destins Du Monde”. Braudel ficaria com a síntese geral da história econômica e Febvre com a história intelectual da Europa daquele mesmo período.

Como Lucien Febvre faleceu três anos depois, em 1956, a sua parte não chegou a ser escrita. Braudel, por outro lado, se entrega com admirável afinco a esta missão, dedicando-se até 1979 aos

³⁶⁸ Fernand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris, Thèse de Doctorat, l'Université Paris-Sorbonne (Paris IV), 1947. As edições francesas foram: Paris: Armand Colin, 1949; 2ª Ed., Paris: Armand Colin, 1966; 3ª Ed., Paris: Armand Colin, 1976; 4ª Ed., Paris: Armand Colin, 1979. Em 1953 houve duas edições estrangeiras, uma em italiano e outra em espanhol: tradução italiana: Turim: Einaudi, 1953; 2ª Ed., Turim: Einaudi, 1965; tradução espanhola: México: Fondo de Cultura, 1953. As traduções inglesas foram: Londres: William Collins Sons, 1972; 2ª Ed., Glasgow: Fontana-Collins, 1975. Após a tradução em língua inglesa, surgiram numerosas traduções, inclusive nos idiomas chinês, coreano e japonês. A tradução para a língua portuguesa ocorreu somente em 1983, sendo: Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

três tomos constitutos desta que é a sua segunda grande obra: *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII*; somados os três volumes, totalizam mais de 1.500 páginas.

A publicação de *O Mediterrâneo* em 1949 não interrompeu Braudel a seguir um caminho de intensa produção. Aos 50 anos de idade, considerando toda a consagração de seu primeiro livro, o autor poderia ter optado por uma carreira mais tradicional. Normalmente os intelectuais franceses se restringiam às aulas e conferências após terem atingido o doutorado e um posto acadêmico de prestígio. Mas, Braudel optou por novos projetos.

O Mediterrâneo possibilitou à Braudel pesquisas futuras. Foi esta obra que inspirou as orientações e sugestões de temas inclusive aos seus futuros alunos. Bem como foi dele também que Braudel tirou suas grandes lições epistemológicas. Em 1958 publicou o artigo que se tornou baliza para a historiografia: “Histoire et sciences sociales. La longue durée”³⁶⁹. Foi originalmente publicado na revista dos *Annales*, na seção “Debats et Combats”, no número do trimestre outubro-dezembro. Foi a partir deste artigo que Braudel formalizaria sua posição diante do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss.

Naquele mesmo ano o sociólogo Georges Gurvitch organizaria um livro convidando Braudel para a escrita de um capítulo. Braudel o intitulou “Histoire et sociologie”³⁷⁰. Este convite editorial simbolizava muito. Significava na prática os efeitos do artigo recém-publicado contra os ataques de Lévi-Strauss. Até a publicação de *Anthropologie structurale*³⁷¹ (1958) de Lévi-Strauss, Gurvitch mantinha uma boa relação com o etnólogo. No entanto, após os verdadeiros propósitos epistêmicos declarados pelo estruturalista o distanciamento entre ambos foi inevitável.

Gurvitch vê no artigo de Braudel o legítimo Programa capaz de estabelecer diálogo entre sociologia e história.

Nos três anos seguintes, entre 1958 e 1961, Braudel se dedicaria quase que exclusivamente às suas tarefas administrativas. A morte de Lucien Febvre em 1956 deixou um espaço que deveria ser ocupado por Braudel. Estas tarefas diárias eram somadas à escrita de *Civilisation matérielle et capitalisme*; livro que viria a ser publicado pela Armand Colin em 1967. Este seria o primeiro volume da trilogia *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII* a ser publicado em 1979.

Entre 1961 a 1967 foi o período de maior trabalho na carreira de Braudel. Além de suas tarefas administrativas acumuladas como Diretor do Centre Recherches Historiques na École de Hautes Études, Diretor dos *Annales*, Presidente da VI Seção da École, Fundador e Dirigente da Maison des

³⁶⁹ Fernand Braudel, “Histoire et sciences sociales. La longue durée”. *Annales E. S. C.* “Debats et Combats”, 4, (Octobre-Décembre 1958): pp. 725-753.

³⁷⁰ Fernand Braudel, “Histoire et sociologie” In Gurvitch, G. (Org.) *Traité de sociologie*. Paris: PUF, 1958.

³⁷¹ Claude Lévi-Strauss, *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958.

Sciences de L'Homme e Fundador e Presidente da *International Economic History Association* (IEHA) dedicava-se à escrita do *Civilização material*, capítulos de livros coletivos e artigos.

Com a colaboração de P. Jeannin, J. Meuvret e R. Romano publicou “Le déclin de Venise auXVII siècle”³⁷². Em livro organizado por J. J. Spielvogel intitulado *Western Civilization* publicou “European Expansion and Capitalism: 1450-1650”³⁷³. Em parceria com S. Baille e P. R. Phillipe publicou *Le monde actuel*³⁷⁴, um livro de história universal das civilizações de ampla divulgação com fins pedagógicos destinado ao público de jovens estudantes; foi reeditada a parte de autoria de Braudel em 1987 sob o título *Grammaire des Civilisations*³⁷⁵.

Em 1965 “Carlo V” é o título de um dos capítulos de um livro publicado na Itália de autoria do próprio Fernand Braudel, intitulado *I protagonisti della Storia universale. Economie, società, civiltà*³⁷⁶. Em 1966 conseguiu publicar sua segunda edição de o *La Méditerranée et le monde méditerranéen a l'époque de Philippe II*³⁷⁷; essa edição sofreu alterações sobretudo na sua segunda parte: “Destins collectifs et mouvements d'ensemble”.

Neste mesmo ano, em 1966, publicou *Le monde actuel, histoire et civilisations*³⁷⁸ também pela Armand Colin e, finalmente em 1967 publicou aquele que seria o fundamento de sua segunda grande obra, *Civilisation matérielle et capitalisme (XVe-XVIII^e siècle)*³⁷⁹.

Apesar de sua aposentadoria dos *Annales* ter se dado somente em 1972, o ano de 1968 é fundamental na vida de Fernand Braudel; mas não apenas pelo que representa este ano para a cultura Ocidental. É neste ano que Fernand Braudel passa a sinalizar sua aposentadoria. Na Associação passou voluntariamente a dividir o cargo com Frederico Melis, historiador do *Istituto Internazionale di Storia Econômica Francesco Dantino*. Melis o sucederá na direção da IEHA³⁸⁰ a partir de 1970. Passa a se afastar também da direção da MSH, e a direção da revista passa a Emmanuel Le Roy Ladurie, Jacques Le Goff e Marc Ferro.

³⁷² Fernand Braudel, & P. Jeannin, J. Meuvret, R. Romano. “Le déclin de Venise auXVII siècle” In: *Aspetti e cause della decadenza econômica veneziana nel secolo XVII*. (Atti del convegno: 27 giugno - 2 luglio 1957). Venise/Roma, (1961): 23-86.

³⁷³ Fernand Braudel, “European Expansion and Capitalism: 1450-1650” In J. J. Spielvogel, *Western Civilization*. 1^a Ed. New York: Thomson Wadsworth, 1961, pp. 245-288.

³⁷⁴ Fernand Braudel & S. Baille, P. R. Phillipe. *Le monde actuel*. Belin: S/Ed./ 1963.

³⁷⁵ Fernand Braudel, *Grammaire des civilisations*. Paris: Arthaud-Flammarion, 1987.

³⁷⁶ Fernand Braudel, “Carlo V” In F. Braudel, *I protagonisti della Storia universale. Economie, società, civiltà*. Milan: Edizione Dedalo, 1965, p. 113-140.

³⁷⁷ Fernand Braudel, *La Méditerranée et le monde méditerranéen a l'époque de Philippe II*. 2^a Ed., Paris: Armand Colin, 1966, 2 Vols. (Parte I “La part du milieu”; Parte II “Destins collectifs et mouvements d'ensemble”; Parte III “Les événements, la politique et les hommes”).

³⁷⁸ Fernand Braudel, *Le monde actuel, histoire et civilisations*. Paris: Armand Colin, 1966.

³⁷⁹ Fernand Braudel, *Civilisation matérielle et capitalisme (XVe-XVIII^e siècle)*. Paris, Armand Colin, 1967.

³⁸⁰ *International Economic History Association*, IEHA.

Publica pela editora Flammarion, em 1969, *Ecrits sur l'Histoire*³⁸¹, incluindo ali o seu famoso artigo de 1958 “Histoire et sciences sociales. La longue durée”³⁸². *Ecrits sur l'Histoire* é o título em francês da publicação original em espanhol: *La historia y las ciencias sociales*, lançada em Madri no ano de 1968³⁸³. *Ecrits sur l'Histoire II*, é a segunda edição, formato coleção de bolso. Nesta edição foram excluídos dez artigos de uma série denominada “Écrits sur Le présent” publicada em italiano no jornal *Corrier della Sera*. Colocou no seu lugar o “Prefácio” aos *Souvenirs de Tocqueville*. Em 1971 publicou-se este livro em polonês sob o título *Historia i trwainie*³⁸⁴, acrescentando-lhe outros textos não inclusos na edição em francês.

A partir de 1972 Braudel passaria a se dedicar quase que integralmente à elaboração de *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII*. Mas, isto não o impediu de dirigir algumas coleções como *Nouvelle Bibliothèque Scientifique* em que Henri Wallon publicou o seu texto intitulado *De l'acte á pensée : essai de psychologie comparée*³⁸⁵, ou na organização de livros de arte como *Le monde de Jacques Cartier*³⁸⁶; ou ainda na organização de livros coletivos como aquele importante livro que Braudel publicou com Ernest Labrousse intitulado *Histoire économique et sociale de la France*, em 4 tomos, publicados entre os anos 1970-1982.

O ano de 1972 foi marcante para a difusão da obra braudeliana. De acordo com o que Braudel menciona em “Personal Testimony”³⁸⁷ foi neste ano que a sua primeira obra prima ganharia um grande espaço internacional. A tradução em inglês de *La Méditerranée e et le monde méditerranéen a l'époque de Philippe II* seria o marco da grande trajetória internacional do livro; até então tinha sido traduzido apenas para o espanhol e o italiano.

A recepção da obra braudeliana na Itália foi muito positiva. Dois italianos, Ruggiero Romano e Alberto Tenenti, foram grandes colaboradores de Braudel naquele país. Isto foi possível em grande medida por Lucien Febvre. Febvre sempre cultivou um bom relacionamento com os historiadores italianos. Armando Saporì, historiador dos mercadores italianos medievais, e Delio Cantimori, possuíam os mesmos interesses de pesquisa de Febvre: os heréticos do século XVI.

A clássica publicação *História da Itália* lançada pelo editor Giulio Einaudi em 1972 estava fundamentada no conceito de *longue durée*. O primeiro volume teve como editores Braudel e Romano, os quais o intitularam *Caracteres Originais*, referindo-se ao título de Bloch *Caracteres originais da história rural francesa*.

³⁸¹ Fernand Braudel, *Ecrits sur l'Histoire*. Paris: Flammarion, 1969.

³⁸² Fernand Braudel, “Histoire et sciences sociales. La longue durée”. In BRAUDEL, F. *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969.

³⁸³ Fernand Braudel, *La historia y las ciencias sociales*. Madri: Alianza, 1968.

³⁸⁴ Fernand Braudel, *Historia i trwainie*. Varsóvia: Czytelnik, 1971.

³⁸⁵ Henri Wallon, *De l'acte á pensée : essai de psychologie comparée*. Paris: Flammarion, 1970. (Coleção Nouvelle Bibliothèque Scientifique, dirigée par Fernand Braudel).

³⁸⁶ Fernand Braudel, *Le monde de Jacques Cartier*. Paris: Berger-Levrault, 1984.

³⁸⁷ Fernand Braudel, “Personal Testimony”. *Journal of Modern History*, 44, 4 (December 1972).

Tanto na Espanha quanto na Itália a tradução de *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, se deu em 1953. Foram necessários quase vinte anos para que o livro fosse traduzido para o inglês. Após essa tradução uma série de traduções foi lançada, inclusive nos idiomas chinês, coreano e japonês.

Em 1976 é lançada a terceira edição do *Mediterrâneo*, sendo acompanhada no ano seguinte de um lançamento de doze filmes na televisão francesa dedicados ao livro. É notório dizer que foi o próprio Braudel quem escreveu a maior parte dos capítulos da série.

Neste mesmo ano, em 1977, publicou *La Méditerranée* pela Arts et Métiers Graphiques. Este livro é composto por *La Méditerranée. L'espace et l'histoire*³⁸⁸, e, *La Méditerranée, les hommes et héritage*³⁸⁹. Em 1986 estes dois volumes seriam reeditados pela editoria Flammarion, no entanto sem as belas ilustrações da primeira edição. Constituem o primeiro volume quatro textos do próprio Braudel, um de Filippo Coarelli e um de Maurice Aymard, sendo o segundo composto por textos de R. Arnaldez, J. Gaudemet, P. Solinas, M. Aymard e G. Duby. Ainda neste, nos Estados Unidos, é publicado o livro intitulado *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*³⁹⁰, que mais tarde, em 1985, seria publicado em francês sob o título *La dynamique du capitalisme*³⁹¹; esse título é mais conhecido do público brasileiro.

Em 1978 publicou no periódico *Review* “Em guise de conclusion”³⁹². Em 1979, surge a quarta edição de *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Nesta edição o autor deu continuidade a um exercício de revisão que se iniciou na segunda edição francesa, no ano de 1966, buscando incorporar um corpo conceitual e teórico mais adaptado às categorias de extração estruturalista³⁹³. Em todo caso, o grande acontecimento neste ano de 1979 é o lançamento de sua segunda grande obra-prima, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*³⁹⁴.

Esta foi a obra iniciada em 1953 a convite de Lucien Febvre e que após 26 anos era concluída e lançada como aquela que poderia se igualar ao seu poderoso livro dedicado ao Mediterrâneo. Esta obra foi lançada num momento de grandes turbulências econômicas, em plena crise energética que se arrastava desde 1973; o lançamento do livro veio a calhar.

³⁸⁸ Fernand Braudel, *La Méditerranée, l'espace et l'histoire*. Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1977, vol. 1.

³⁸⁹ Fernand Braudel, *La Méditerranée, les hommes et héritage*. Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1977, vol. 2.

³⁹⁰ Fernand Braudel, *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*. Baltimore/Londres: John Hopkins University Press, 1977.

³⁹¹ Fernand Braudel, *La Dynamique du Capitalisme*. Paris: Flammarion, 1985; Fernand Braudel, *La dynamique du capitalisme*. Paris: Arthaud, 1985.

³⁹² Fernand Braudel, “En guise de conclusion”. *Review*, 1, 3-4 (1978): 243-261.

³⁹³ Samuel Kinser, “Annaliste paradigm? The geo-historical structuralism of Fernand Braudel”. *The American Historical Review*, 86, 1 (fev. 1981): 63-105.

³⁹⁴ Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Armand Colin, 1979, 3 Vols (Tomo I, “Les structures du quotidien”. Paris: Armand Colin, 1967/1979; Tomo II “Les jeux de l'échange”. Paris: Armand Colin, 1979; Tomo III “Le temps du monde”. Paris: Armand Colin, 1979).

No final dos anos 1970 Braudel ainda participou na condição de autor secundário do *L'aventure de l'esprit*³⁹⁵ pela série *Histoire de la pensée* em homenagem à Alexandre Koyré. A série de televisão que foi ao ar em 1977 tornou-o famoso. O assédio da imprensa, as dignidades acadêmicas - como os vinte títulos *honoris causa* que recebeu das universidades de vários lugares do mundo - as palestras, as conferências e os prefácios (como aquele concedido ao importante historiador econômico Witold Kula em seu *Théorie économique du Système Féodal: pou un modèle de l'économie polonaise, 16^e-18^e*³⁹⁶, ou a autores menos expressivos como Rodrigo Vivero em *Du japon et du bon gouvernement de l'Espagne et des Indes*³⁹⁷, ou Daniel Furia em *Techniques et sociétés: liasons et évolutions*³⁹⁸), passou consumir todo o seu tempo.

Mas, Braudel ainda teria fôlego para enfrentar um novo e grande projeto : *L'Identité de la France*. Esses anos que poderiam ter sido o outono da vida de Braudel, na verdade se constituíram numa fase de grande produção intelectual.

Em 1982 foi publicado *L'Europe*, um livro coletivo dirigido por Fernand Braudel; esse livro foi o que deu origem à série de 12 capítulos de televisão veiculada no ano de 1977. Um dos três capítulos que escreveu, especificamente o capítulo 8, intitulado “Civilisation et Culture. Les splendeurs de l'Europe” foi atribuído incorretamente à Folco Quilici, fotógrafo italiano, autor das fotografias do livro. Os demais capítulos do livro são de Maurice Aymard, Jacques Dupâquier, Jeans Guuilaine e Pierre Gourou.

Em 1984 foi eleito membro da Academia Francesa. Houve um certo atraso neste reconhecimento, considerando que já tinham sido eleitos Claude Lévi-Strauss (eleito em 1973) e Georges Dumézil (eleito em 1978).

O seu discurso na Academia, *Discours de réception de M. Fernand Braudel à l'Académie Française et réponse de M. Maurice Druon*³⁹⁹, foi publicado em 1986, no ano seguinte de sua despedida inesperada.

Em 1985, em Châteauvallon, ocorreu uma importante homenagem à obra braudeliana⁴⁰⁰: dias depois partiria para sempre deixando-nos como legado sua poderosa obra intelectual.

³⁹⁵ Fernand Braudel, et al. *L'aventure de l'esprit*. Paris: Hermann, 1964. (Série *Histoire de la Pensée*, v. 13).

³⁹⁶ Witold Kula, *Théorie économique du Système Féodal: pou un modèle de l'économie polonaise, 16^e-18^e*. Paris: Mouton, 1970.

³⁹⁷ Rodrigo Vivero, *Du japon et du bon gouvernement de l'Espagne et des Indes*. Paris : S.E.V.P.E.N, 1972.

³⁹⁸ Daniel Furia, *Techniques et sociétés: liasons et évolutions*. Paris: Armand Colin, 1970.

³⁹⁹ Fernand Braudel, *Discours de réception de M. Fernand Braudel à l'Académie Française et réponse de M. Maurice Druon*. Paris: Arthaud, 1986.

⁴⁰⁰ Neste endereço virtual há vídeo do próprio Fernand Braudel em atuação em sala de aula durante homenagem a Châteauvallon. (Châteauvallon, Journée Fernand Braudel, 16 octobre 1985) [video internet: <http://ha.ina.fr/economie-et-societe/education-et-enseignement/video/RAC85000545/la-lecon-d-histoire-de-fernand-braudel-a-chateauvallon.fr.html>, 25 de setembro 2010].

A partir de 1984 foram várias as publicações. *Oltremare*⁴⁰¹ foi publicado em 1984 na Itália, assim como *Venise, photographies de Folco Quilici*⁴⁰² e *Le monde de Jacques Cartier*⁴⁰³. Em 1985 foi publicado *La Dynamique du Capitalisme*⁴⁰⁴, cuja edição original é de 1977, lançada originalmente em inglês⁴⁰⁵. Em 1986 publicou-se a fala de Braudel no Colóquio de Châteauvallon, último evento acadêmico da vida de Braudel; sob o título *Une leçon d'histoire. Colloque de Châteauvallon (1985)*⁴⁰⁶, lançado pela Arthaud em 1986.

Nesse mesmo ano foi publicado como livro independente o *II Secondo Rinascimento. Due Secoli e ter Italie*⁴⁰⁷ também pela Einaudi. E por fim, em 1990 sua terceira grande obra prima intitulada *L'Identité de la France*⁴⁰⁸, além de *Ecrits sur l'histoire II*⁴⁰⁹, um texto teórico e metodológico.

Em 1987 *Grammaire des civilisation*⁴¹⁰, texto que havia sido parte do *Le monde actuel*⁴¹¹, publicado em Paris em 1963. Os títulos *Out of Italy*⁴¹² e *Le modele italien*⁴¹³ foram publicados em 1989. Esse último foi publicado inicialmente em italiano como parte de *Storia d'Italia*⁴¹⁴, volume dois, publicado pela Einaudi em 1974.

Em 1996 publica-se o primeiro volume de um projeto de uma bibliografia intelectual da obra braudeliana organizado pela viúva de Braudel, Paule Braudel, com a colaboração de Roselyne de Ayala, intitulado *Les écrits de Fernand Braudel*⁴¹⁵. O primeiro volume intitulado *Autour de la Méditerranée* é publicado em 1996, o segundo volume *Les ambitions de l'histoire* em 1997 e, o terceiro volume *L'histoire au quotidien* em 2001.

Este último volume traz uma lista completa das obras de Fernand Braudel, apesar de faltar ali alguns artigos publicados no Brasil no jornal Estado de São Paulo e alguns artigos publicados na Argélia quando ainda era professor secundarista em Argel. São nestes volumes que encontraremos reunidos artigos acadêmicos preciosos de Braudel. Ali podemos encontrar, por exemplo,

⁴⁰¹ Fernand Braudel, *Oltremare*. Milan: Códice Casanatense/Franco Maria Ricci, 1984.

⁴⁰² Fernand Braudel, *Venise, photographies de Folco Quilici*. Paris: Arthaud, 1984.

⁴⁰³ Fernand Braudel, (Org.). *Le monde de Jacques Cartier*. Paris: Berger-Levrault, 1984.

⁴⁰⁴ Fernand Braudel, *La dynamique du Capitalisme*. Paris: Flammarion, 1985; Fernand Braudel, *La dynamique du capitalisme*. Paris: Arthaud, 1985.

⁴⁰⁵ Fernand Braudel, *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*. Baltimore/Londres: John Hopkins University Press, 1977.

⁴⁰⁶ Fernand Braudel, *Une leçon d'histoire. Colloque de Châteauvallon (1985)*. Paris: Arthaud, 1986.

⁴⁰⁷ Fernand Braudel, *II Secondo Rinascimento. Due Secoli e ter Italie*. Turim: Einaudi, 1986.

⁴⁰⁸ Fernand Braudel, *L'Identité de la France*. Paris: Flammarion, 1990, 4 Vols. (Tomo I “Espace et histoire”; Tomo II “Les hommes et les choses”; Tomo III “Estado, cultura e sociedade”; Tomo IV “A França fora da França”).

⁴⁰⁹ Fernand Braudel, *Ecrits sur l'histoire II*. Paris: Flammarion, c1990 (Collection Champs No. 304).

⁴¹⁰ Fernand Braudel, *Grammaire des civilisations*. Paris: Arthaud, 1987.

⁴¹¹ Fernand Braudel (Org.). *Le monde actuel*. Paris: Librairie Eugene Belin, 1963.

⁴¹² Fernand Braudel, *Out of Italy*. Paris: Flammarion, 1989.

⁴¹³ Fernand Braudel, *Le modele italien*. Paris: Arthaud, 1989.

⁴¹⁴ Vol. II, Turim: Einaudi, 1974.

⁴¹⁵ Fernand Braudel, Paule Braudel & Rosely de Ayala, *Les écrits de Fernand Braudel*. (Volume I, 1996, *Autour de la Méditerranée*; volume II, 1997, *Les ambitions de l'histoire*; volume III, 2001, *L'histoire au quotidien*). Paris: Editions de Fallois, c1996/c2001.

“Commerce et puissance maritime au début des temps modernes”⁴¹⁶, “Expansion européenne et capitalisme: 1450-1650”⁴¹⁷, “Les Villes-monde après 1784”⁴¹⁸, “En France, Le refus de la Réforme”⁴¹⁹, ou mesmo artigos como aquele quando tratava de Brasil, América Latina, abordando a obra de Gilberto Freyre: “À travers un continent d’histoire: L’Amérique Latine à propôs de l’oeuvre de Gilberto Freyre”⁴²⁰. Trata-se de uma obra significativa para a memória da obra braudeliana.

Em 1998 foi lançado na França *Les memoires de la Mediterranee: prehistoire et antiquite*⁴²¹: refere-se a um texto de Fernand Braudel elaborado a convite do editor Albert Skira no ano de 1969. Skira planejava uma coleção sobre o Mediterrâneo, no entanto faleceu em 1973, ficando o projeto abandonado. Fernand Braudel que já se dedicava àquela altura ao segundo volume de *Civilização material, economia e capitalismo* não retornaria mais ao seu manuscrito.

Dentre todas as publicações *post mortem*, *L’Identité de la France* ocupa um lugar de destaque. Se tratava de um grande projeto comparado ao que foi *O Mediterrâneo e Civilização material*. A obra originalmente foi dividida em quatro partes, mas apenas as duas primeiras foram concluídas. A primeira “Espaço e história”, a segunda “Os homens e as coisas”, a terceira “Estado, cultura e sociedade” e a quarta “A França fora da França”.

Numa tentativa de olhar o todo da história da França buscou atender “o desejo de (...) caminhar sistematicamente além dos seus limites”⁴²².

2.1.3 Irradiação da obra de Braudel

OS ANNALES vieram a se tornar conhecidos em toda a Europa somente na Era Braudel. Até então seus aliados reduziam-se à Bélgica, cujo representante era Henri Pirre, e à Inglaterra, conforme nos mostra Eric J. Hobsbawm. Foi o primeiro grande livro de Braudel, *O Mediterrâneo*, o responsável pela grande divulgação internacional dos *Annales*.

⁴¹⁶ Fernand Braudel, “Commerce et puissance maritime au début des temps modernes”. In: *Les écrits de Fernand Braudel. Les ambitions de l’histoire*. Paris: Fallois, 1997, pp. 347-57.

⁴¹⁷ Fernand Braudel, “Expansion européenne et capitalisme: 1450-1650”. In: *Les écrits de Fernand Braudel. Les ambitions de l’histoire*. Paris: Fallois, 1997, pp. 301-45.

⁴¹⁸ Fernand Braudel, “Les Villes-monde après 1784”. In: *Les écrits de Fernand Braudel. Les ambitions de l’histoire*. Paris: Fallois, 1997.

⁴¹⁹ Fernand Braudel, “En France, Le refus de la Réforme”. In: *Les écrits de Fernand Braudel. Les ambitions de l’histoire*. Paris: Fallois, 1997.

⁴²⁰ Fernand Braudel, “À travers un continent d’histoire: L’Amérique Latine à propôs de l’oeuvre de Gilberto Freyre”. In: *Les écrits de Fernand Braudel. L’histoire au quotidien*. Paris: Fallois, 2001.

⁴²¹ Fernand Braudel, *Les memoires de la Mediterranee: prehistoire et antiquite*. Paris: Editions de Fallois, 1998.

⁴²² Fernand Braudel, “Estado, cultura e sociedade” in BRAUDEL, Fernand. *L’Identité de la France*. Paris: Flammarion, 1990.

Os discípulos braudelianos surgem desta maior divulgação. Fernand Braudel a frente dos *Annales* nunca se cansou de ser o grande divulgador das causas *annalistas*. Viajou para várias partes do mundo a serviço dos *Annales*. Braudel passou a ter cooperadores na América Latina, nos Estados Unidos, no Leste Europeu (de influência soviética), na África (Argélia) e na China.

Quando Braudel passou a comandar os *Annales*, após o falecimento de Lucien Febvre (1956), imprimiu um novo formato à VI Seção. Passou a dirigir sozinho a revista assim que encerrou (e venceu) sua disputa com Robert Mandrou. Entre 1956-1968 a obra de Braudel é que definiria os perfis do novo Projeto intelectual. Passou a atrair jovens pesquisadores para o grupo. Não priorizava a formação tradicional francesa, mas a disposição intelectual interdisciplinar.

Jacques Le Goff, Emanuel Le Roy Ladurie, Pierre Chaunu, Marc Ferro, Lucette Valensi, André Burguière, Jacques Revel, são alguns nomes que foram atraídos por Braudel. Após 1968 se subdividiriam em correntes historiográficas no interior dos *Annales*, sem que houvesse predominância de uma sobre a outra.

Le Roy Ladurie representaria a antropologia histórica, Le Goff a história das mentalidades, Marc Ferro a história experimental, Valensi a história antropológica crítica, Chaunu a história serial, Burguière e Revel com enfoques historiográfico-teóricos.

O Mediterrâneo de Braudel possibilitava uma diversidade de temas para discípulos e simpatizantes. Quando o muito procuravam à linha condutora Febvre-Braudel. Jean-Pierre Vernant em *Mythe et pensée chez les grecs* preocupou-se em elaborar uma história da Grécia a partir da convergência entre psicologia, sociologia e antropologia, historicizando as categorias espaço, tempo e sujeito. Paul Veyne em *Le pain et le cirque* estudou os jogos romanos apoiado nas teorias de Marcel Mauss, Karl Polanyi, Thorstein Veblen e Max Weber.

Henri Lapeyre é exemplo de pesquisador que deve muito a Braudel. Foi Braudel que sugeriu o seu tema de pesquisa. Essa sugestão resultou no *Une famille de marchands: les Ruiz*⁴²³; trata-se de uma retratação das famílias de mercadores espanhóis do século XVI. Jean Delumeau estudou Roma também a conselho de Braudel; o seu estudo foi *Vie économique et sociale de Rome dans la seconde moitié du 16e siècle*⁴²⁴. Bartolomé Benassar também foi seu aluno, resultando no *Valladolid au siècle d'or. Une ville de Castille et as campagne au 16e siècle*⁴²⁵. São muitos os influenciados diretamente por Braudel.

⁴²³ Henri Lapeyre, *Une famille de marchands: les Ruiz*. Paris: Armand Colin, 1955.

⁴²⁴ Jean Delumeau, *Vie économique et sociale de Rome dans la seconde moitié du 16e siècle*. Paris: Boccard, 1957, 2 vols.

⁴²⁵ Bartolomé Benassar, *Valladolid au siècle d'or. Une ville de Castille et as campagne au 16e siècle*. Paris, La Haye, Mouton et Cie, 1967 (École pratique des Hautes Études; VI Section: Sciences économiques et sociales. Civilisations et Sociétés, IV).

Um fato é curioso. A obra braudeliana obteve uma grande irradiação, mas foram poucos aqueles que conseguiram dar continuidade a ela. Uma parte significativa dos discípulos de Braudel não eram pesquisadores franceses ou residentes por lá.

A tradução em espanhol do Mediterrâneo em 1953 possibilitou novas fronteiras.

O catalão Jaume Vicens Vives (1910-1960), autor da tese *Ferran II i la ciutat de Barcelona*, foi um dos influenciados por Braudel e Febvre. Ele era da mesma geração de Braudel. Mas, foi formado sob a égide das idéias de Friedrich Ratzel (1844-1904) e de Arnold J. Toynbee (1889-1975). A geopolítica do geógrafo alemão e, especialmente a história política do historiador britânico não impediram a aproximação de Vicens Vives com os *Annales*. Catedrático de História Moderna na Universidade de Barcelona nos anos 1940 converteu seu departamento em um ponto de confluência com os historiadores *annalistas*. Isto se deu a partir do IX Congresso de Ciências Históricas de Paris em 1950. Os seus principais seguidores foram Mario Hernández Sánchez-Barba, Jordi Nadal, Joan Reglà, Emili Giralt e Josep Fontana; esse último seria anos depois um crítico de Braudel.

Em Portugal, Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011), um dos maiores expoentes daquele país, foi um dos principais colaboradores de Fernand Braudel. A sua atitude problematizadora consistia na fusão entre a história e a sociologia. Desde seu recente falecimento já está “inscrito no panteão da memória coletiva lusa”, nos diz Diogo Ramada Curto, historiador e professor da Universidade Nova de Lisboa; Godinho faleceu em 26 de abril deste ano. Em nota de falecimento Curto o coloca numa “genealogia onde só cabem, antes dele, Oliveira Martins e Jaime Cortesão”⁴²⁶.

Godinho foi pesquisador do *Centre National de Recherche Scientifique* e integrante colaborador dos *Annales* e da *École des Hautes Études* ainda na época de Lucien Febvre. Trabalhou em suas pesquisas muito próximo a Braudel e a Ernest Labrousse. Sua obra de maior repercussão foi *Os descobrimentos e a economia mundial* publicado entre 1963 e 1971, com edições também na França em 1966, 1983 e 1984⁴²⁷.

Na Itália Ruggiero Romano e Alberto Tenenti foram uns dos colaboradores mais ativos. Também foi neste país que foi publicada uma das biografias de Braudel; autoria de Giuliana Gemelli. O italiano Maurice Aymard é um dos estudiosos mais atentos da obra braudeliana, além de ser um dos grandes colaboradores para a sua divulgação. Atualmente é administrador da *Maison*

⁴²⁶ Diogo Ramada Curto, “Vitorino Magalhães Godinho um historiador internacional”. <http://aeiou.expresso.pt/vitorino-magalhaes-godinho-um-historiador-internacional=f645573> - acesso em 27.abril.2011.

⁴²⁷ Defendeu seu doutorado na Sorbonne em 1959 com a tese *L'économie de l'empire Portugais aux XVe-XVIe siècles*. Foi autor de várias outras obras importantes como *Razão e história – Introdução a um problema* publicado em 1940, *Documentos para a história da expansão portuguesa* publicada nos anos de 1943 a 1956, *A expansão quatrocentista portuguesa* de 1944, *Prix et monnaies au Portugal, 1750-1850* de 1955, *A economia dos descobrimentos henriquinos* de 1962, *Os descobrimentos e a economia mundial* publicado entre 1963 e 1971, com edições também na França em 1966, 1983 e 1984, *A estrutura da antiga sociedade portuguesa* de 1971 e *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII-XVIII* de 1990.

des Sciences de l'Homme, fundada por Fernand Braudel, e diretor de estudos na *École des Hautes Études em Sciences Sociales*.

Na Polônia a cooperação com *Annales* remonta os anos 1930: a colaboração de Jan Rutkowski foi muito ativa, inclusive fundou uma revista similar a dos historiadores franceses. Apesar de Bronislaw Geremek e suas relações com os franceses, ou a própria influência de *O Mediterrâneo* sobre os estudos de Marian Malowist sobre o Báltico, foi Witold Kula autor de *Théorie Économique du Système Féodal*⁴²⁸, um grande admirador de Braudel, e vice-versa, a ponto do mestre francês “dignitá-lo” como um historiador mais inteligente do que ele próprio⁴²⁹. Kula foi o principal aliado de Braudel naquele país de influência soviética.

Na Inglaterra Eric J. Hobsbawm e Rodney Hilton foram grandes colaboradores dos *Annales*. Esta aliança se fortaleceu pelos interesses em comum na história estrutural. A perspectiva na longa duração e o interesse pelo terreno econômico foram os pontos convergentes. Os historiadores britânicos marxistas da *Past and Present* e os *Annales* mantiveram-se próximos até a chegada dos terceiros *Annales*. Braudel reprovou veementemente o abandono do econômico pelos seus sucessores.

Na Alemanha o desinteresse pelos *Annales* se explica não somente pelas disputas políticas que marcam as relações com a França (o que se estende para o campo intelectual), mas sobretudo pelos acontecimentos de barbárie decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Aqueles resultados funestos fez com que todos se distanciassem. Neste contexto a *intelligentsia* francesa se sobrepôs a *intelligenz* germânica.

As preocupações dos historiadores alemães nos anos 50 e 60 se voltaram para a política; a reflexão histórica do papel do Estado e dos governos faziam mais sentido naquele momento de reflexão. As principais questões históricas concentraram-se em Hitler e na postura da Alemanha nas duas Guerras mundiais. Somente nos anos 1970 que o interesse dos historiadores alemães convergiu para a história cotidiana, da cultura e das mentalidades. Aparentemente os alemães não se submeteram à história braudeliana, mas isto não impediu que H. L. Wesseling publicasse “Fernand Braudel, Historian of the Longue Durée”⁴³⁰; e “The Annales School and the Writing of Contemporary History”⁴³¹.

Nos Estados Unidos talvez seja o lugar de seus maiores críticos. Uma exceção é o sociólogo Immanuel Wallerstein. Desde os seus estudos sobre a África e O Sistema Mundial Moderno têm

⁴²⁸ Witold Kula, *Théorie Économique du Système Féodal: pour un modèle de l'économie polonaise, 16e-18e siècles*. Traduit du polonais, Préf. Fernand Braudel. Paris: Mouton, 1970.

⁴²⁹ Braudel o descreve como um historiador “mais inteligente do que eu”. Fernand Braudel, “Em guise de conclusion”. *Review*, 1, p. 250.

⁴³⁰ H. Wesseling, “Fernand Braudel, Historian of the Longue Durée”. *Itineratio*, 5 (1981): 16-29.

⁴³¹ H. Wesseling, “The Annales School and the Writing of Contemporary History”. *Review*, 1 (1978): 185-94.

sido um grande divulgador da obra braudeliana. Wallerstein fundou o *Fernand Braudel Center* em 1977; sediado na Binghamton University, Universidade do Estado de Nova Iorque.

Se *New York Times* qualificou O Mediterrâneo como “a obra histórica mais significativa do nosso tempo”, ou outros comentaristas o considerou como uma obra “fascinantemente semelhante em seus objetivos”, comparando-o ao importante livro (sobretudo, para os norte-americanos) de Frederick Jackson Turner, intitulado *The United States, 1830-1850*, J. Hexter considerou que Braudel não atingiu seu objetivo em produzir uma dialética da duração, já que o seu “livro não resolve o problema historiográfico que ele propõe”, o de “articular os fenômenos duráveis com os de mudança rápida”⁴³².

Já Samuel Kinser vê na primeira edição de *La Méditerranée* um conceito de estrutura organicista vinda de La Blache e Gaston Rouppel, enquanto na segunda edição, dado o crescimento do movimento estruturalista e do poder de influência da obra de Lévi-Strauss, o seu autor abandonou sua antiga concepção de história estrutural para se aproximar mais das ciências sociais em sua fase estruturalista⁴³³.

As críticas dos norte americanos não se atentaram a um ponto fundamental colocado ainda em 1952 por Claude Lefort. Ele atacou o ponto fulcral da obra de Braudel. Para ele o método braudeliano oscila entre o racionalismo e o empirismo.

Fora dos centros, na periferia do globo, são muitos os discípulos braudelianos. Quando dizemos discípulos intencionamos dizer colaboradores, ou divulgadores; bem mais do que simpatizantes e bem menos do autores de obras similares. Se não conseguem executar projetos de mesma monta, assumem o seu projeto epistemológico como baliza de atuação.

Neste aspecto, a América Latina se destaca. Nos territórios fora da Europa temos um quadro muito favorável à América Latina. Se na África a história total braudeliana despertou pouco interesse, para os latinos americanos Braudel foi fundamental. Mesmo tendo trabalhado na Argélia, a ausência de cooperação científica entre os países centrais e os africanos possivelmente explique este cenário. Entre os historiadores africanistas o mesmo cenário. O caso do discípulo de Bloch, Henri Brunschwig, em seu *Mythes et réalités de l'impérialisme coloniale française*, publicado em 1960, não se vê traços marcantes do exemplo de Braudel.

Na Ásia historiadores indianos optaram por um marxismo declarado. Não encontramos nenhum livro ou artigo sobre Braudel. Na China, encontramos Cheng-Chung Lai, professor de economia da Universidade Nacional de Tsing Hua, em Taiwan. Este autor publicou um interessante artigo em

⁴³² J. Hexter & H. Trevor-Roper, “Braudel and the ‘monde braudélien...’”. *Journal of Modern History*, Chicago: University Chicago Press (4), Dec. 1981, p. 533.

⁴³³ Samuel Kinser, “Annalist paradigm? The geo historical structuralism of F Braudel. *The American Historical Review*, 86, 1 (fev. 1981): 63-105.

2000 intitulado “Braudel’s Concepts and Methodology Reconsidered”⁴³⁴. Em 2004 este artigo se tornou um livro de 129 páginas publicado pela University Press of America. Este autor trabalha os cinco conceitos principais da obra braudeliana: longa duração, conjuntura, evento histórico, economia mundo e história total. O autor cobra da historiografia maior atenção à originalidade da teoria braudeliana.

Falando desse país, no lembramos de alguns que trabalharam com a história chinesa como o sinologista Marcel Granet (1884-1940). Fundamentado no que ele denominou de “pensamento pré-lógico” fez um estudo a partir da psicologia social, história e sociologia sobre a cultura chinesa⁴³⁵. Jacques Gernet, ao invés de trabalhar o aspecto histórico econômico do budismo, trabalhou-o sob a perspectiva da história das mentalidades: os “modos de pensamento” e os “quadros mentais” são palavras-chave de seu estudo *Le Monde chinois*⁴³⁶.

Quanto aos japoneses Peter Burke chega a comentar que um número reduzido chegou a estudar na *École de Hautes Études en Sciences Sociales*, mas nenhum deles escreveu sobre o Japão; todos escreveram sobre temas ocidentais e, nesses estudos não se utilizaram da teoria braudeliana⁴³⁷.

O fato é, temos na América Latina um cenário distinto do restante do mundo.

Em 1947, quando retornou ao Brasil à trabalho pela segunda vez (logo após defesa de Tese de Doutorado na Sorbonne em 01 de março de 1947), Braudel visitou a Argentina e o Chile. A viagem ocorreu em julho daquele ano, durante as férias regulares. Braudel trabalhou na Universidade de São Paulo entre maio e dezembro daquele período letivo.

Na Argentina estabeleceu diálogo com o historiador José Luis Romero e com outros vários historiadores renovadores da historiografia naquele país. Participou de reuniões e debates, conferiu palestras e conferências públicas em Buenos Aires nos dias 8, 16, 18 e 22 de julho, conforme atesta o jornal *La Nación*⁴³⁸. Colaborou com um artigo de 40 páginas datilografadas em francês a pedido de Romero para uma obra a ser organizada em 12 volumes; viria a ser publicada sob o título *História Americana*, mas foi impedida por razões editoriais.

Este esforço lhe proporcionou uma rede de cooperação. Viria, depois a viabilizar artigos sobre o tema América Latina. Dentre os quatorze artigos publicados em 1948, na número 4 (*Annales*), dois seriam resultado desta viagem. Em 1949, no concurso à cátedra História da Civilização Moderna no *Collège de France* (lugar ocupado até então por Lucien Febvre), Braudel apresentou em seu memorial várias publicações sobre a América Latina – dentre elas um contrato com a prestigiada

⁴³⁴ Cheng-Chung Lai, “Braudel’s Concepts and Methodology Reconsidered”. *European Legacy*, 5, 1 (2000): 65-86.; Cheng-Chung Lai, *Braudel’s Historiography Reconsidered*. Maryland: University Press of America, 2004.

⁴³⁵ Marcel Granet, *La pensée chinoise*. Paris: PUF, 1934.

⁴³⁶ Jacques Gernet. *Le Monde chinois*. Paris: A. Colin. 1972.

⁴³⁷ Peter Burke, *A Escola dos Annales 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991, p. 81.

⁴³⁸ Carlos A. Aguirre Rojas, *Braudel, o mundo e o Brasil*. São Paulo; Cortez, 2003, pp. 95-128.

coleção de história geral dirigida por Gustave Glotz; publicada desde 1925 pela Presses Universitaires. O texto *História da América hispano-portuguesa* não seria publicado; o contrato foi quebrado pelo editor.

Lucien Febvre em carta à Braudel, em março do ano de 1942, lhe disse para “não se esquecer do continente descoberto por Álvares Cabral”⁴³⁹; Braudel atenderia o pedido.

Até 1945 publicaria oito artigos relacionados à América Latina na *Revue Historique*, nos *Annales d'Histoire Economique et Sociale* e em *Mélanges d'Histoire Sociale*. Em seu retorno à França ministraria cursos sobre o tema: “América Latina Contemporânea”, curso semestral ministrado no *Institut d'Etudes Politiques de Paris* em 1947; “O oceano Atlântico no século XVI” e “Problemas históricos e problemas atuais da América Latina”, ambos ministrados no *Collège de France*; respectivamente, nos anos de 1951 e 1952.

Pierre Chaunu admitiu um “choque intelectual” ao assistir suas conferências sobre a América Latina (1947) logo após o seu retorno à França; ficou a partir dali absolutamente “conquistado” por suas idéias⁴⁴⁰.

Em 1951 Fernand Braudel foi eleito membro da Comissão de História do Instituto Panamericano de Geografia e História do México. No ano seguinte Braudel é convidado para ministrar uma série de conferências naquele país; não lhe foi possível aceitar por motivos de saúde. O convite se faria válido em 1953.

O grupo de historiadores organizadores do evento era formado por integrantes da revista *Cuadernos Americanos*. O dirigente era Jesús Silva Herzog. Este contato foi estabelecido por dois alunos de Braudel em Paris, Mario Monteforte Toledo e Pablo González Casanova. Os cursos foram ministrados na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México, no Instituto Francês da América Latina e no Colégio de México. Antonio García de León foi marcado por uma confluência marxista-annalista.

Esta aproximação aos historiadores mexicanos rendeu a Braudel a tradução em 1953 de sua Tese. A tradução para o espanhol foi feita pelos historiadores Wenceslao Roces, o mesmo que traduziu para o espanhol *O Capital* de Karl Marx, e Mario Monteforte Toledo.

La Méditerranée... tornou-se *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*; publicado pelo Fondo de Cultura Económica do México. É importante lembrar que esta foi a primeira tradução fora da França (juntamente com a tradução italiana). Não foram os espanhóis os responsáveis pela tradução.

⁴³⁹ Carta de março de 1942 enviada por Lucien Febvre à Fernand Braudel, citada por Carlo A. Aguirre Rojas, *Braudel, o mundo e o Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, p. 101.

⁴⁴⁰ Pierre Chaunu, “Le fils de la morte”. In: NORA, P. *Essais d'ego-histoire*. Paris: Gallimard, 1987, p. 71.

No país de Filipe II, Josep Fontana e Carlos Martinez Shaw são dois críticos da obra do historiador francês. O colaborador espanhol Vicens Vives, faleceu em 1960. Ricardo García Cárcel, Reyna Pastor e Julho Valdeon se dividiriam entre o marxismo e a influência annalista. Algo muito próximo ocorreu com Ciro Flamarion Cardoso no Brasil.

No Brasil Eurípedes Simões de Paula foi o maior seguidor dentre os alunos de Braudel. Alice Piffer Canabrava, pesquisadora pioneira em história quantitativa no Brasil, Cecília Westphalen, catedrática a partir de 1957 na Universidade Federal do Paraná, e Maria Luíza Marcílio, orientada por Braudel e Louis Henry (considerado o pai da demografia histórica), foram suas discípulas incontestes. Alice Pieffer Canabrava, Astrogildo Rodrigues de Mello, Eduardo D'Oliveira França, Odilon Nogueira de Matos, posteriormente professores da Universidade de São Paulo, e mesmo Caio Prado Júnior, renomado historiador de orientação marxista, são os principais expoentes da constelação de alunos que tiveram Fernand Braudel como professor na cadeira de História da Civilização, entre 1935-1937. Fernando Novais também é um historiador estrutural; sua perspectiva da história reside entre o marxismo e a perspectiva braudeliana.

Atualmente, há um renovado interesse pela obra braudeliana no Brasil⁴⁴¹. Todavia, não é de se admirar que haja por aqui esse crescente interesse; a Universidade brasileira deve muito a ele e, ele ao Brasil. “Transformei-me numa pessoa inteligente, quando fui para o Brasil. O espetáculo que tinha diante de meus olhos era um espetáculo de história a tal ponto (...) que compreendi a vida de uma maneira completamente diferente”⁴⁴².

Já no México, ao contrário de sua antiga Corôa, muito se tem feito em divulgar a obra braudeliana. Carlos Antonio Aguirre Rojas é um exemplar notório de divulgação.

A viagem ao México naquele ano de 1953 possibilitou Braudel a visitar o Chile, o Peru e o Brasil. No Chile participou de um Congresso de Universidades Latino-Americanas representando a França e, no Peru estabeleceu contato com um grupo de historiadores liderados por Raúl Porras Barrenechea. O historiador marxista Manuel Burga aproximou-se dos paradigmas *annalistas*.

Finalizou aquela viagem marcante na Universidade de São Paulo. O mesmo lugar que iniciou anos antes (1935) sua aproximação ao tema do Novo Mundo seria o lugar que marcaria o início de seu distanciamento do tema; outras preocupações mais globais lhe ocupariam nos próximos anos.

⁴⁴¹ Ao final desta tese, seção “Levantamento bibliográfico sobre a obra de Fernand Braudel”, demonstramos dados que comprovem esta hipótese de crescimento de interesse no país pelo estudo da obra do autor.

⁴⁴² “Transformei-me numa pessoa inteligente, quando fui para o Brasil. O espetáculo que tinha diante de meus olhos era um espetáculo de história a tal ponto (...) que compreendi a vida de uma maneira completamente diferente”. Fernand Braudel, *Colóquio de Chateauvallon*, out. 1985.

Subcapítulo 2.2

Contexto historiográfico no interior dos *Annales*

NO RETORNO de Braudel à França após sua experiência no Brasil (1935-37) é que se deu o primeiro encontro pessoal com Lucien Febvre. Ali no navio Campana, na travessia de Santos para a Europa, é que começaria a sua integração ao grupo dos *Annales*. Nomeado diretor de pesquisa da IV Seção (ciências históricas e filosóficas) da École Pratique des Hautes Études (EPHE), em Paris, Braudel encontraria um ambiente de diálogo no interior dos *Annales*.

Neste subcapítulo vamos abordar o contexto interno dos *Annales* e a influência que Braudel recebeu na elaboração de sua obra. Abordaremos a obra braudeliana em suas duas primeiras fases: na primeira fase em que predominou uma maior aproximação da história à geografia (1937-1947), e um segundo momento em que predominou a história econômica (1953-1979). A primeira seção se ocupará do contexto interno dos *Annales* a partir da chegada de Braudel (1937-1979). Na segunda seção destacaremos a influência da geografia às duas grandes obras de Braudel: *O Mediterrâneo* e *Civilização Material* (1937-1979). Na terceira seção abordaremos as diferenças fundamentais de Braudel em relação aos intérpretes do capitalismo (1953-1979). O objetivo geral do subcapítulo é considerar o contexto historiográfico no interior dos *Annales* vivido por Fernand Braudel, bem como suas possibilidades de diálogo (e os diálogos em si mesmos) na elaboração de suas duas grandes obras: *O Mediterrâneo* (1937-1947) e *Civilização material* (1953-1979).

2.2.1 – Contexto interno dos *Annales* (1937-1979)

QUANDO chegou à França no final do ano de 1937, nomeado professor da IV Seção (ciências históricas e filosóficas) da École Pratique des Hautes Études (EPHE), Braudel encontraria nos *Annales* um ambiente de diálogo intelectual. Tanto com geógrafos, quanto com historiadores marxistas franceses.

Os *Annales* eram formados por um núcleo central e algumas correntes que gravitavam em torno dele. Numa perspectiva panorâmica o centro do grupo esteve ocupado por Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Robert Mandrou, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emanuel Le Roy

Ladurie. Mandrou sairia deste centro após perder a disputa com Braudel (após a sucessão de Febvre).

Uma das correntes que se aproximava do grupo era formada pelos historiadores marxistas Ernest Labrousse, Pierre Vilar, Maurice Agulhon e Michel Volvelle. Esse último era discípulo de Labrousse. Roland Mousnier e Michel Foucault apareceriam anos depois mais ou menos vinculados às fronteiras do grupo.

Se a primeira geração é marcada pelos fundadores Lucien Febvre e Marc Bloch, a segunda é marcada por Fernand Braudel e seus seguidores; nomes importantes como Ernest Labrousse e François Simiand mesmo não pertencendo ao grupo exerciam grande influência. Dentre os seguidores de Braudel se destacam Pierre Chaunu, Emmanuel Le Roy Ladurie e Jacques Le Goff.

Ernest Labrousse, professor da Sorbonne, foi o responsável pela aproximação dos *Annales* com os marxistas. Dois anos mais velho que Braudel, Labrousse foi muito influente na historiografia; foi orientador de uma quantidade expressiva de teses.

Os marxistas auxiliaram ativamente a revista. Além de Labrousse, auxiliaram Pierre Vilar, Maurice Halbwachs, Henri Hauser, Georges Lefebvre, Lucie Varga, Franz Borkenau, Henri Mougian e Georges Friedmann; todos em algum momento integraram o comitê de redação.

O primeiro comitê formado em 1929 foi composto por vários marxistas. Além de G. Lefebvre, M. Halbwachs, E. Labrousse, P. Villar, G. Friedmann e F. Borkenau, colaboraram também Henri Wallon, Georges Bourguin e Lucie Varga. Na década de 1930 o polonês Jan Rutkowski colaborou com os *Annales* e fundou uma revista similar. Bronislaw Geremek e Witold Kula também foram nomes importantes de apoio.

Da mesma forma, a terceira geração seria marcada por nomes internos e alguns que gravitavam próximos ao grupo. Internamente se destacaram André Burguière, Jacques Revel, Jacques Le Goff, François Furet, Georges Duby, Emmanuel Le Roy Ladurie, Jean Delumeau, Alain Besançon, Marc Ferro, Pierre Nora, Marcel Détienne e Jean Pierre Vernant. Externamente, e próximos, destacaram-se Michel Foucault, Philippe Ariès e Carlo Ginzburg.

A formação *sorbonnarde* de Braudel já tinha como um dos pilares a história econômica; Henri Hauser, primeiro catedrático da disciplina na Sorbonne, foi seu professor⁴⁴³. Sua migração de interesse de uma história política (Relações Exteriores de Filipe II) para uma história voltada para o mundo mediterrânico é uma confluência profunda de algumas disciplinas. Àquela altura, nos idos

⁴⁴³ No prefácio de sua tese datado de maio de 1946, nota 1, Braudel menciona dentre os vários nomes o de Henri Hauser. Diferentemente dos demais agradecimentos desta passagem da nota, pausa o texto e faz uma menção especial ao seu professor na Sorbonne: “Henri Hauser, a quem devo a minha primeira orientação no sentido da história econômica e social, e cuja viva amizade sempre me reconfortou”. Fernand Braudel, “Prefácio à primeira edição, maio de 1946”. In: *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983/84. 2v., vol. 1, p. 26.

de 1937/38, Braudel já tinha colecionado todo o material para escrever sua tese; foram 15 anos desde o início das pesquisas em arquivos.

Começou a pesquisar em 1923 durante as férias na Argélia, e somente a interrompeu nos três anos em que ficara no Brasil. Os arquivos de Madri, Simancas, perto de Valladolid foram os que ele mais visitou em todos aqueles anos; mas, pesquisou também nos arquivos de Palermo, Nápoles, Roma, Florença, Gênova e Veneza, além de Marselha e Dubrovnik no Mar Adriático.

Dois anos após seu regresso à Paris foi convocado a servir no Exército. Em junho de 1940, após oito meses na fronteira renana, foi capturado e enviado para a Alemanha. Passaria cinco anos preso em campos de concentração nazista. Primeiro em Mainz, entre 1941 e 1942, depois próximo a Lübeck, entre 1942 e 1945. Escreveria sua tese de doutoramento como prisioneiro em plena II Guerra Mundial. Mas, os dois anos de convivência no grupo (1937-39) sob a orientação de Lucien Febvre mudaria completamente o rumo de sua tese.

A formação tradicional da Academia francesa, as vivências na Argélia, no Mediterrâneo e no Brasil, associadas ao ambiente inovador dos *Annales* possibilitou à Braudel a construção de sua obra paradigmática. Os paradigmas dos primeiros *Annales* - história-problema, história global, longa duração – seriam levados ao limite por ele.

O contexto historiográfico que circunda a elaboração da obra dedicada ao mar Mediterrâneo é uma confluência do Projeto dos primeiros *Annales* e a necessidade de defender a história *annalista* do estruturalismo retomado por Claude Lévi-Strauss (no campo da antropologia). Para dar conta do desafio Braudel recorreu à algumas bases que faziam parte da própria fundação dos *Annales*.

O Projeto dos *Annales* consistia basicamente em atender as premissas de Henri Pirenne, Henri Berr e às admoestações da sociologia de Durkheim - expressas no artigo de François Simiand de 1903: “Méthode historique et science social”⁴⁴⁴. O diálogo interdisciplinar somado aos seus paradigmas era a grande inovação dos *Annales*. A história econômica exerceria um papel fundamental em Braudel. Mas, também a geografia.

Vidal de La Blache, Jean Brunhes, Albert Demangeon, Jules Sion, Maximilien Sorre, E. De Martonne, supriram os *Annales* durante todos aqueles anos (1929-41). O livro de Lucien Febvre *A Terra e a Evolução Humana*⁴⁴⁵ faz parte do Projeto fundador em aproximar a história da geografia. A Geohistória braudeliana se tornou possível a partir desta abertura dos *Annales*. A longa duração permaneceria como o mecanismo epistêmico adequado para identificar estruturas; as regularidades, as permanências, os invariantes. Mas, Braudel não se restringiria à geografia vidaliana.

Ao aceitar o desafio intelectual lançado por Lucien Febvre em 1953 para escrever em regime de parceria um livro da coleção *Destins du Monde*, Fernand Braudel não imaginava que resultaria

⁴⁴⁴ François Simiand, “Méthode historique et science social”. *Revue de Synthèse Historique* (1903): 1-22; 129-157.

⁴⁴⁵ Lucien Febvre, *A Terra e a Evolução Humana*. Lisboa: Cosmo, 1954.

numa pesquisa de 25 anos de trabalho; somente publicada em 1979 sob o título *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII*. Esta obra, em três volumes, apresenta a perspectiva braudeliana do capitalismo histórico.

Neste período, já reconhecido como grande historiador do Mediterrâneo e da América Latina, Braudel cada vez mais se envolveu com o tema “capitalismo”. O que seria um simples capítulo ou pequeno conjunto de capítulos complementares de um livro dedicado a Europa dos séculos XV-XVIII, onde Febvre ficaria com a parte das mentalidades e Braudel com uma síntese geral da história econômica, se transformou numa obra gigantesca e poderosa.

Gigantesca porque trata-se de uma obra de fôlego e de dimensões notórias. São mais de 1.500 páginas em três grandes volumes dedicados à história econômica. E poderosa porque o autor avançou para além das fronteiras e limites da pequena Europa para o mundo todo, abarcando conexões não consideradas pela historiografia de até então.

Não abandonando o tema de sua tese doutoral, mas ampliando-o para problemáticas distintas de uma história global, Braudel buscou mesmo antes do convite de Lucien Febvre temas relacionados ao que seria mais tarde, duas décadas depois, a sua segunda obra prima.

Em *Navires et Marchandises à l'entrée du Port de Livourne (1524-1611)*, publicada em 1951 com as colaborações de Ruggiero Romano e Paule Braudel, constituiu-se num primeiro aprofundamento do conhecimento das rotas mediterrânicas do tráfico comercial do século XVI. Esse “Mediterrâneo econômico do século XVI” continuou sendo estudado com maior aprofundamento ao longo dos próximos anos.

Podemos verificar a continuidade do interesse de Braudel pelo tema na comunicação em co-autoria com Frank Spooner apresentada no colóquio de Roma de 1955, intitulada “Os metais monetários no século XVI”. Em seus trabalhos dos anos 50 procurou abordar as principais estruturas da economia européia do século dos descobrimentos, ou em sua terminologia, o longo século XVI, que vai de 1450-1650, como se pode ver em seu “European Expansion and Capitalism: 1450-1650”; trata-se de um capítulo escrito para o livro coletivo *Chapters in Western Civilization*⁴⁴⁶, publicado pela Universidade de Columbia no ano de 1961.

Após 1953, marco do início de suas pesquisas para a sua segunda grande obra, Braudel trabalharia vários outros artigos, capítulos de livro e livros sobre a história do capitalismo. Em 1963 publicou *Le monde actuel*, reeditado com o título *Grammaire des civilisations* em 1987. Trabalharia também, até 1966, na segunda edição do livro que foi sua tese de doutorado. Nesta edição *O Mediterrâneo* sofreu várias alterações, principalmente em sua segunda parte dedicada às economias, impérios, estados e civilizações.

⁴⁴⁶ Fernand Braudel, “European Expansion and Capitalism: 1450-1650”. In: *Chapters in Western Civilization*. Nova Iorque/Londres: Columbia University Press, 1961, vol. 1.

Em 1967 publicaria *Civilização material e capitalismo: o possível e o impossível, os homens diante de sua vida cotidiana* que se tornaria 12 anos depois o primeiro tomo de *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII*. Neste mesmo ano publicaria novamente com Frank Spooner “Os preços na Europa 1450-1750”. Em 1974, para a obra coletiva *Storia d'Italia*, escreveria “Due secoli e ter Italie”. Ambos os trabalhos, de 1967 e 1974, foram elaborados sob sua visão de um longo século XVI e de um aprofundamento maior de sua teoria da civilização e da história das civilizações.

“Civilização material” gerou polêmica. Se Carandini critica-o em *Archeologia e cultura materiale* postulando uma ausência de um estatuto teórico, “ele fala em termos literariamente sugestivos”⁴⁴⁷, Jean-Marie Pesez, por outro lado, considera o livro de Braudel “a primeira grande síntese de história material”⁴⁴⁸.

O Pós-guerra foi marcado por uma conjuntura de expansão econômica da Europa, Japão e parte da América Latina. Nos anos 1970 as questões passam a ser mais em torno das crises econômicas; a crise energética da década suscitaram muitas controversas. É no ambiente destes anos, entre 1953 e 1979, que Braudel se dedica ao tema do capitalismo. A partir de sua segunda obra-prima, se dedicaria à *L'Identité de la France*.

Se no início de tudo, quando chegou no grupo dos *Annales* em 1937, Braudel encontrou um grupo pequeno de admiradores dentro da França, no auge de sua carreira, nos anos 1960, os admiradores dos *Annales* estariam em todas as partes do mundo.

Com o passar dos anos (1937-1979) várias modalidades de escrita histórica se desenvolveram no interior do grupo e próximos dele. Havia os marxistas próximos aos *Annales* braudelianos; ambas as correntes faziam uma história estrutural. Se diferenciavam pelas categorias de método. Mas, outras formas de escrita estrutural se desenvolveram ao longo dos anos.

A história socioeconômica das mentalidades, a antropologia histórica (adeptos à micro-história), a história quantitativa e a história das mentalidades foram as principais modalidades que cresceram no interior do grupo e em seus arredores.

Os representantes da história socioeconômica das mentalidades são Jacques Le Goff e Georges Duby. O primeiro se destaca por seus estudos sobre a representação do tempo na Idade Média; “O tempo dos mercadores e o tempo da Igreja na Idade Média”⁴⁴⁹ é um exemplo vitorioso de sua obra abundante. O segundo, desde sua tese publicada em 1953, cujo tema foi a sociedade na região de

⁴⁴⁷ Andrea Carandini, *Archeologia e cultura materiale*. Bari: De Donato, 1979, p. 94.

⁴⁴⁸ Jean-Marie Pesez, “Histoire de la culture matérielle”. In: Le Goff, J. (Org.). *La nouvelle histoire*. Paris: CEPL, 1978, p. 104.

⁴⁴⁹ Jacques Le Goff, “Na Idade Média: tempo da Igreja e o tempo do mercador”. In: *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

Mâcon⁴⁵⁰ - supervisionada por Charles Perrin, um colega de Bloch dos anos de sua formação na *Sorbonne* – adotou como maior influência a própria obra de Le Goff e a obra de Bloch; influenciado também por Althusser - Duby admite sua dívida para com ele em seu “Le plaisir de l’historien”⁴⁵¹.

Já a antropologia histórica foi outra modalidade desenvolvida no interior dos *Annales* ao longo dos anos de Braudel; é a modalidade que está mais próxima dos cânones estruturalistas - lida com conjuntos fechados de textos, mitos e sistemas rituais. Circunscrevem nela Marcel Détienné, Jean Pierre Vernant, Emmanuel Le Roy Ladurie e Michel de Certeau. André Burguière utiliza os termos “etno-história” e “antropologia histórica” para designar com precisão esse modelo de se fazer história. Victor Turner, Erving Goffman, Pierre Bourdieu e Michel de Certeau eram as referências centrais desse modelo no que se refere aos estudos do simbólico.

Os conceitos de “capital simbólico” e “teoria da prática” de Bourdieu, bem como os estudos sobre “o cotidiano” de De Certeau - incluindo seu processo da “construção do outro” -, tornaram-se referências para os historiadores franceses. Estas idéias, bem como as de Goffman e Turner foram utilizadas e adaptadas para se fundar e desenvolver uma história antropológica.

Neste sentido Le Goff também colaborou com o campo ao pesquisar sobre uma antropologia cultural da Idade Média em seu *Pour un autre Moyen Age*; abordou de forma estrutural as lendas, os gestos simbólicos e os ritos da vida social medieval. Emmanuel Le Roy Ladurie também colaborou para esta área com seu *Montaillou* de 1975.

Mas, seria na tese doutoral defendida em 1966 de Le Roy Ladurie, intitulada *Les paysans de Languedoc*, que este discípulo braudeliano engajaria-se numa história total aos moldes de seu mestre. Faria uma fecunda combinação de história quantitativa e história econômica com uma história política, religiosa e psicológica.

Já a história quantitativa foi iniciada nos *Annales* por François Simiand e Ernest Labrousse; ambos não eram do grupo dos *Annales*. Quando Braudel chegou no grupo em 1937 ambos pesquisadores eram nomes famosos.

A história quantitativa se subdividiu ao longo dos anos em três sub-modalidades: história dos preços, história demográfica e história regional e serial. A história dos preços é uma tradição antiga dentro da história econômica; Simiand nos anos dos Primeiros *Annales* já tinha uma obra importante em história dos preços. No entanto, o seu livro de maior destaque foi publicado somente

⁴⁵⁰ A tese de Georges Duby inicia-se pela geografia da região de Limousin, área de Mâcon, descrevendo em seguida “as estruturas econômica, social e mental” e, na terceira parte uma análise das atitudes políticas e suas transformações históricas. Uma fonte de análise desta obra pode ser conferida em CORBIN, Alain. *Archaisme et modernité em Limousin au 19e siècle (1845-1880)*. 2 vols. [Tomo I, La rigidité des structures économiques, sociales et mentales; Tomo II, La naissance d’une tradition de gauche]. Paris: s/Ed, 1975.

⁴⁵¹ Georges Duby, “Le plaisir de l’historien”. In: NORA, Pierre. *Essais d’ego-histoire*. Paris: Gallimard, 1987, pp. 109-38.

em 1933, intitulado *Recherches anciennes et nouvelles sur le mouvement general des prix du XVIe au XIXe siècle*.

Labrousse, também publicaria naquele mesmo ano o seu *Esquisse du mouvement des prix et des revenus em France au XVIIIe siècle*. Foi ele o sucessor de Marc Bloch na cátedra de história econômica na Sorbonne; o fundador *annalista* foi morto na II Segunda Guerra Mundial.

Braudel em 1948 diria que o livro de Labrousse era “o maior livro de história publicado na França”⁴⁵², referindo-se aos vinte e cinco anos anteriores.

Anos mais tarde, a partir de 1955, Pierre Chanu, discípulo de Braudel, se tornaria um dos grandes a se dedicar a este tipo de modalidade histórica. A sua volumosa tese *Sevilha e o Atlântico*, escrita entre 1955-1960 com a colaboração de sua esposa Huguette Chaunu – tese composta de 12 volumes – se tornaria num exemplo maior de história quantitativa; a maioria dos capítulos de sua tese é de estatística (o oitavo volume é dedicado à interpretação dos gráficos e tabelas e, possui mais de 3000 páginas de texto). Foi Chaunu que lançou a expressão “estrutura e conjuntura”.

Já a história demográfica surgiu na década de 1950; a história regional e serial também aparecerá nessa época. O aparecimento se deve à constatação do aumento exponencial da população mundial somado ao ambiente de crise econômica advindo dos anos 1930; além das condições da Europa pós-guerra.

É nesta década também que os marxistas ingleses da *Past & Present* - fundada em 1952, dentre os fundadores⁴⁵³, Eric Hobsbawm e Rodney Hilton - e os *Annales* convergiram pesquisas sobre o século XVI⁴⁵⁴.

Foi nestes anos que o interesse pelos *Estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo* de Maurice Dobb instaurou o repercussivo debate Dobb-Sweezy⁴⁵⁵; girava essencialmente em torno da problemática da transição do feudalismo para o capitalismo.

⁴⁵² Fernand Braudel, *Ecrits sur l'Histoire*. Paris: Flammarion, 1969, pp. 25-54.

⁴⁵³ Fundadores da *Past and Present* (1952): E. P. Thompson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm, Rodney Hilton e Dona Torr.

⁴⁵⁴ A “escola inglesa”, se assim se pode referir ao grupo quase sempre desconexo de pensadores e historiadores que gravitaram em torno do Partido Comunista Britânico, se agruparam em torno de duas revistas: a *Past and Present* e a *New Left Review*, durante os anos 50 e 60: Gordon Childe, Christopher Hill, Rodney Hilton, Eric Hobsbawm, Raymond Williams e Edward P. Thompson. Da obra de Thompson podem destacar-se alguns títulos fundamentais para a história cultural e particularmente para sua leitura no âmbito do marxismo: *A formação da classe operária inglesa* (1987), *A miséria da teoria* (1981), *Costumes em comum* (1998) e *A peculiaridade dos ingleses* (1998). Declarando-se seguidor das pegadas de Gramsci, Thompson, na sua “Introdução: costume e cultura” ao livro *Costumes em comum*, mostra sua recusa a aceitar figurinos prontos para a análise histórica das classes sociais e seu mundo cultural.

⁴⁵⁵ O debate sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, originalmente publicado em *Science and Society* na década de 1950 é um dos mais famosos episódios da historiografia marxista desde a II guerra. Teve a contribuição de Maurice Dobb, Paul Sweezy, Kohachiro Takahashi, Rodney Hilton e Christopher Hill. Georges Lefebvre, Giuliano Procacci e Eric Hobsbawm escreveriam sobre os desdobramentos do debate. Um estudo interessante deste debate é a Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, no ano de 2000, por Eduardo B. Mariutti, orientada pelo Prof. Dr. Fernando A. Novais, intitulada *A Transição do Feudalismo ao Capitalismo: um balanço do debate*, publicada em 2004 pela Editora Hucitec.

A história demográfica apareceria neste contexto; seus pioneiros foram Louis Henry, demógrafo do Institut National d'Études Démographiques (INED), Jean Meuvret, historiador que escreveu importantes artigos sobre demografia e, Pierre Goubert, autor do *Beauvais et le Beauvaisis* publicado em 1960.

Pierre Vilar em *La Catalogne dans l'Espagne moderne*, Emmanuel Le Roy Ladurie em *Les paysans de Languedoc* e Michel Volvelle em *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle* - além de outras monografias da escola geográfica francesa como a de Albert Demangeon em *La Picardie et les régions voisines. Artois, Cambrésis, Beauvaisis* – consolidariam a história regional e serial. A tese de Pierre Goubert *Beauvais et le Beauvaisis* também seria importante; chega às conclusões semelhantes à Jean Meuvret acerca do “velho regime demográfico” caracterizado pelas crises a cada trinta anos durante o século XVIII.

A história demográfica se relaciona mais com a história social; a história regional e serial mais com a história econômica, social e geográfica. Se a história demográfica correlaciona-se às conjunturas de Labrousse, os estudos regional e serial correlacionam-se às estruturas braudelianas. A maioria dos estudos, tanto de demografia histórica quanto de estudos regional e serial, foi de orientação de Labrousse ou de Braudel em todos aqueles anos (1950-1979).

Georges Duby foi um exemplo de estudo regional e serial fundamentado na geohistória braudeliiana, especificamente sobre a estrutura social e a família aristocrática na região de Limousin.

Roland Mousnier, professor da *Sorbonne*, desafeto de Braudel, militante da direita conservadora francesa, ficava à margem do grupo annalista; trabalhou em estudo de história quantitativa e social sobre o século XVIII com Ernest Labrousse.

Gabriel Le Bras, historiador e sacerdote católico, colega de Febvre e Bloch em Estrasburgo, criou uma escola de historiadores da Igreja; fundou uma revista inspirada nos *Annales*, intitulada *Revue de l'histoire de l'église de France*. Se interessava pela descristianização na França; os métodos quantitativos eram aplicados nesta perspectiva.

Michel Fleury e Pierre Valmary desenvolveram um estudo publicado em 1957 intitulado “Les progrès de l'instruction élémentaire de Louis XIV à Napoléon III”⁴⁵⁶ demonstrando por meio de estatísticas a diferença de níveis de alfabetização entre as regiões ao nordeste e ao sudoeste da França.

François Furet, discípulo de Labrousse, em parceria com Jacques Ozouf, na década de 1970, dirigiria um importante trabalho sobre os níveis de alfabetização da França entre os séculos XVI ao XIX.

⁴⁵⁶ Fleury, Michel & Malvary, Pierre, “Les progrès de l'instruction élémentaire de Louis XIV à Napoléon III”. *Population* (1957): 72-92.

Henri-Jean Martin, um historiador da Biblioteca Nacional, ex-colaborador de Febvre no levantamento geral do que veio a ser *L'apparition du livre*⁴⁵⁷, (publicação *post mortem*, 1958, dois anos após a morte de Febvre), publicaria onze anos depois, em 1969, um importante estudo quantitativo sobre o comércio do livro analisando não apenas as tendências editoriais, mas também as preferências dos grupos de leitores.

Na década de 1980, em parceria com Roger Chartier, Martin dirigiu um grande trabalho, em quatro tomos, convidando vários pesquisadores especialistas sobre a história do livro na França, intitulado *Histoire de l'édition française*⁴⁵⁸.

Daniel Roche em seu *Le peuple de Paris*, publicado em 1981, realizou um estudo de cultura material a partir da história serial baseado em inventários visando reconstituir a vida cotidiana do parisiense comum do século XVIII.

Pierre Chaunu faria uma importante defesa em favor da história serial em “Um nouveau champ pour l’histoire sérielle: le quantitatif au 3e niveau”⁴⁵⁹; três anos antes, em 1970, já havia publicado na *Revue Historique* “L’histoire sérielle”⁴⁶⁰. Braudel, apesar de não ter utilizado com frequência a modalidade, incentivava o seu uso. Lucien Febvre ainda em 1941 já alertava a sua importância em “Amiens, da Renascença à Contra-Reforma”; procura demonstrar a importância da história serial nos domínios da história social.

Já a história das mentalidades foi uma tradição encontrada por Braudel assim que chegou no grupo após seu retorno do Brasil. Lançada por Bloch e Febvre esta foi uma modalidade que acompanhou toda a trajetória do movimento dos *Annales*; Braudel nunca se aderiu à modalidade.

O termo “mentalidade” foi controverso. Em carta a Lucien Febvre em 8 de maio de 1942, Marc Bloch qualificaria o termo como “mediocre” e que se presta a equívocos⁴⁶¹. Lévi-Bruhl em *La mentalité primitive* foi o primeiro a usar o termo em 1922. Émile Durkheim e Marcel Mauss já o haviam empregado em algumas passagens, no entanto o termo realmente se difundiu com o livro de Lévi-Bruhl. Georges Lefebvre, um historiador quase à margem dos *Annales*, utilizou o termo “história das mentalidades coletivas”.

Mas, seriam os externos ao grupo os principais continuadores após 1960 de uma tradição iniciada pelos *Annales* fundadores.

Michel Vovelle, especialista do século XVIII, buscava coligar a história das mentalidades coletivas à história das ideologias marxistas. Michel de Certeau que muito se dedicou à

⁴⁵⁷ Febvre, Lucien & Martin, Henri-Jean. *L'apparition du livre*. Paris: Albin Michel, 1958.

⁴⁵⁸ Chartier, Roger & Martin, Henri-Jean. *Histoire de l'édition française*. Paris: Promodis-Cercle de la librairie, 1983-1986, 4 vols..

⁴⁵⁹ Pierre Chaunu, “Um nouveau champ pour l’histoire sérielle: le quantitatif au 3e niveau”. *Mélanges Braudel*, Toulouse: 1973.

⁴⁶⁰ Pierre Chaunu, “L’histoire sérielle”. *Revue Historique*, 243 (1970): 20-7.

⁴⁶¹ Carlo Antonio Aguirre Rojas, *Uma história dos Annales 1921-2001*. Maringá: Eduem, 2004, p. 120.

antropologia histórica também foi psicanalista; destaca-se um importante trabalho sobre a possessão diabólica durante o século XVII. Carlo Ginzburg aparece nos limites externos do grupo; é classificado como o verdadeiro continuador do modelo de história cultural proposto por Marc Bloch - em obras como *O queijo e os vermes* ou em *História noturna*. Michel Foucault, a juízo de Fernand Braudel, seria o legítimo continuador da história das mentalidades defendida pelos fundadores Lucien Febvre e Marc Bloch.

Dentre todos os externos ao grupo, destaca-se Philippe Áries; famoso por seu livro sobre a infância, em seus últimos estudos voltou-se para a morte. *Um historiador diletante*⁴⁶², como ele mesmo intitulou sua autobiografia; desenvolveu uma história das mentalidades auto-suficiente, idealista e impressionista: abstrato por demais e concreto por de menos.

Demógrafo histórico por formação, filiado na *Sorbonne* ao partido da Ação Francesa - militantes do conservadorismo monarquista e resistentes à Revolução - esse historiador domingueiro, como ele próprio se referiu, durante sua vida foi alterando suas concepções políticas; se na juventude pertenceu à extrema direita, mais maduro se dirigiria para o centro.

Em 1943 publicou seu primeiro livro, *As tradições sociais no país da França*; tratava da origem “dos diversos hábitos religiosos, políticos, econômicos, sociais ou literários que, ao se acumularem, deram algumas das grandes regiões francesas seu caráter próprio e à França inteira sua estrutura e seu rosto”⁴⁶³. Fruto de leituras dos primeiros *Annales* entre 1943-1947 e da convivência com Daniel Halévy, um historiador social francês, conhecido por sua teoria da “aceleração da história” (autor de uma biografia de Friedrich Nietzsche), Ariès lançou seu segundo livro: *História das populações francesas e de suas atitudes diante da vida*.

Após *O tempo da história*, de 1951 - prefaciado na edição brasileira de 1989 por Roger Chartier - publicaria em 1960 *L'enfance et la vie familiale sous l'ancien regime*; havia inaugurado a história da infância, se tornaria um clássico - Jean-Louis Flandrin resenharia o livro em um número dos *Annales*. Atendendo um chamado de Lucien Febvre, de 1941 - “Nós não possuímos uma história da morte”⁴⁶⁴ - publicaria em 1977 *L'Homme devant la mort*. Ariès deixou sua marca na historiografia; Roger Chartier em 1989 escreveria que não se trata “apenas de reconhecer a qualidade dos livros que havia escrito, mas compreender que após eles a história não poderia mais ser como antes”⁴⁶⁵.

Mas, foi Marc Bloch o pioneiro da história das mentalidades. Não adotaria o termo “mentalidades”, mas é consenso na historiografia que é ele o fundador. Em *Les Rois Thaumaturges* buscou demonstrar o ritual do toque real no século XVII na Inglaterra e na França; símbolo da crença de um povo, a mentalidade de uma sociedade, ou como diziam os sociólogos durkheimianos

⁴⁶² Philippe Áries, *Um historiador diletante*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

⁴⁶³ Philippe Ariès, *O tempo da história*. [Prefácio de Roger Chartier]. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, p. 10.

⁴⁶⁴ Lucien Febvre, *A New kind of History*. New York: Harper and Row, 1973, p. 24.

⁴⁶⁵ Philippe Ariès, *O tempo da história*. [Prefácio de Roger Chartier]. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, p. 18.

“representações coletivas”. São também termos utilizados por Bloch “representações mentais” e “ilusões coletivas”. Lucien Febvre utilizaria “instrumental intelectual”.

La société féodale, uma ambiciosa síntese de Bloch que abrange os séculos X ao XIV, é o livro mais durkheimiano dos *Annales*. Discutindo nele a servidão, a liberdade, a monarquia sagrada, a importância do dinheiro, o valor do sagrado, o significado dos códigos sociais relacionados à honra, às mercês e às relações de vassalagem o seu autor utiliza com rigor os conceitos de “coesão social”, “consciência coletiva”, “representações coletivas” e “memória coletiva”.

Lucien Febvre procurou estudar as “atitudes coletivas”, ou uma “psicologia histórica”, como ele quanto Henri Berr denominavam esta modalidade. Em *Un destin, Martin Luther*⁴⁶⁶ (1928) buscou uma história social a partir de uma psicologia social. Em 1938 com o artigo “La Psychologie et L'Histoire”, tomo VIII da *Encyclopédie Française* e, em 1941 com o artigo intitulado “La Sensibilité dans l'Histoire”, publicado na Revista dos *Annales*, faz um verdadeiro manifesto à história das mentalidades.

Seja na crítica aos historiadores religiosos por tratarem a Reforma como fundamentalmente vinculada às posturas de excesso da Igreja de Roma, seja em seu modo de vê-la como “uma profunda revolução do sentimento religioso”⁴⁶⁷ por um novo grupo social – a burguesia –, que buscava um “novo sentido”⁴⁶⁸ para a configuração da sociedade de início do século XVI, Lucien Febvre recusou-se a reduzir a história das mentalidades à uma história de psicologismos.

Diferentemente dos historiadores da religião, bem como dos historiadores da arte e literatura, incluindo Émile Mâle - seu professor nos tempos de estudante na *Sorbonne* - defendeu que as idéias de Lutero não eram em sua totalidade apropriadas às necessidades deste novo grupo social; foram adaptadas à mentalidade da burguesia por seguidores de Lutero como Philipp Melancton (1497-1560)⁴⁶⁹.

Claude Lévi-Strauss reconheceria em 1946 a importância da “vertente inaugurada por Lucien Febvre”⁴⁷⁰. Lévi-Strauss se referia a *Le problème de l'incroyance au XVI^e siècle. La religion de Rabelais* publicado em 1942. Nesta modalidade histórica o “inconsciente” é alcançado pelo historiador. A investigação histórica de Febvre é clara nesta propositiva; segundo ele “... o domínio

⁴⁶⁶ Lucien Febvre, *Martin Lutero: um destino*. México: F.C.E., 1956. Obra da década de 1920, ano de publicação 1928, não possui a sofisticação teórica e metodológica que constam em *l'Incroyance...* de 1942.

⁴⁶⁷ Lucien Febvre, *Au coeur religieux du XVI^e siècle*. Paris: S.E.V.P.E.N., 1957, p. 38.

⁴⁶⁸ Lucien Febvre, *Un destin, Martin Luther*. Paris: PUF, 1928, pp. 104, 287.

⁴⁶⁹ *Idem*.

⁴⁷⁰ “A obra de Durkheim é de extrema importância para a formulação do conceito de história das mentalidades, sobretudo quando se trata de vertente inaugurada por L. Febvre. Há neste sociólogo a preocupação constante em distinguir o indivíduo da sociedade, dando prioridade a última. A sociedade em Durkheim dará os parâmetros ao indivíduo que os assimila de forma consciente.” Claude Lévi-Strauss, “La Sociologia Francesa” In: GURVITCH, G.; MOORE, W. E. (Orgs.). *La Sociologia del Siglo XX*. Barcelona: Ateneo, 1965, v. 2, p. 12-23 [1946].

(...) é total da religião sobre os homens. Porque tudo isso se faz sem pensar. Sem ninguém se perguntar se pode ou se deve agir de outro modo.”⁴⁷¹

Bloch e Braudel enveredaram-se por temáticas mais universais: Febvre desde os anos 1930 personificou o combatente dos *Annales*; a famosa seção “debates e combates” era o seu local maior de trabalho. Ulysses Guariba Netto nos mostra que a década de 1930 foi um marco na produção historiográfica de Febvre - a revista serviu como um grande laboratório; a partir daquela seção estabeleceu contatos com vários setores de pesquisa⁴⁷².

Marc Bloch teve sua obra muito mais estudada do que de Febvre; os seus temas mais amplos, fenômenos mentais mais estendidos chamaram mais atenção. Robert Mandrou, Georges Duby, Jacques Le Goff e Philippe Áries seguiram as pegadas de Bloch e não as de Febvre.

Estes historiadores não se utilizaram do conceito de “inconsciente coletivo” febvreano. Apesar de Febvre ser considerado, além de organizador dos *Annales*, um grande divulgador da “história das mentalidades”, não foi ele quem determinou as diretrizes desses estudos históricos; entre os historiadores biógrafos a sua influência também não é percebida: George Duby, Carlo Ginzburg, Jonathan Spence e Robert Darnton são exemplos⁴⁷³.

Bloch lança as bases da *la longue durée* a vir a ser levada ao seu limite por Braudel. Em *Les rois thaumaturges* busca nas mudanças lentas de crença popular do poder de cura dos reis da França e da Inglaterra - entre os séculos XIII e XIX -, o inconsciente coletivo e as mudanças lentas de uma cultura.

A “história-problema” foi um grande legado dos primeiros *Annales*. O “método regressivo” aplicado por Marc Bloch em *Les caractères originaux de l’histoire rurale française* chamou atenção; uma leitura da “história ao inverso” possibilitava alternativas ao historiador: “conhecemos mais a respeito dos últimos períodos e deve proceder-se de maneira a ir do conhecido ao desconhecido”⁴⁷⁴.

Todavia, Bloch não foi o criador deste método. Frederic William Maitland (1850-1906), um historiador britânico, autor de *Domesday Book and Beyond*, publicado em 1897, é o criador do método. Bloch em seu *Apologie pour l’histoire* faz menção a este fato. Método semelhante foi utilizado por Fustel de Coulanges (1830-1889)⁴⁷⁵ em seu *La Cité Antique* de 1864; Frederick

⁴⁷¹ Lucien Febvre, *Le Problème de L’incroyance du 16 siècle*. Paris: A. Michel, 1974, pp.322-3.

⁴⁷² Ulysses Telles Guariba Netto, *Leitura da obra de Lucien Febvre e Marc Bloch nos Annales*. Tese de Doutorado, Assis: FFCL de Assis, 1973.

⁴⁷³ G. Duby, *Guillermo El Mariscal*. Madrid: Alianza Ed.. 1985; Carlo Ginzburg, *O Queijo e os vermes*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987; J. Spence, *O Palácio da Memória de Matteo Ricci*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987; R. Darton, *Boêmia Literária e Revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

⁴⁷⁴ Marc Bloch, *Les caractères originaux de l’histoire rurale française*. Paris: Armand Colin, 1999, p. 12.

⁴⁷⁵ Numa Denis Fustel de Coulanges (1830-1889) havia sido professor de Gustave Bloch (1848-1923), pai de Marc Bloch, no Liceu de Besançon. Gustave Bloch foi historiador especialista em Grécia e Roma Antiga na Universidade de Lyon. Em 1888 sucedeu o historiador Paul Guiraud (1850-1907) na *École Normale Supérieure*.

Seebohm (1833-1912), anos depois, em 1883, também o utilizaria em *The English Village Community*.

Os paradigmas encontrados por Braudel em sua chegada em 1937 no grupos dos *Annales* foram: a interdisciplinaridade, o diálogo com diferentes vertentes historiográficas, o método histórico-comparativo, o método regressivo, a história-problema (chamada também de história interpretativa) e a história global.

O método histórico-comparativo, por exemplo, foi reinventado por Marc Bloch; ele retoma o célebre discurso de Henri Pirenne pronunciado em Bruxelas em 1923, *De la méthode comparative en Histoire*, e o redefine em seu artigo de 1928 intitulado *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*. O método comparativo foi central para Bloch em *Apologie pour l'Histoire* e em *Le rois thaumaturges*; e também em compilações de *Combats pour l'Histoire* e *Pour une histoire à part entière* de Lucien Febvre.

A história-problema também foi consoante a tese de Henri Pirenne; para ela a realidade só se fala mediante à interrogativa do historiador, e só se encontra o que se está buscando. Parte sempre de problemas formulados pelo historiador; resolve-se um para colocar outros. Braudel aprenderia isto como ninguém: “no terreno das ciências humanas e talvez também no das ciências exatas, só colocamos e só resolvemos um problema para colocar outro”⁴⁷⁶.

A história global, diferentemente do que evoca o seu nome, não busca uma história geral; busca incluir num só movimento a totalidade do problema levantado pelo historiador. A temporalidade e a espacialidade serão totalmente consideradas na demonstração dos problemas. Sua derivação epistemológica inclui todas as disciplinas do conjunto das ciências do homem; sua insígnia se relaciona mais com a perspectiva epistemológica do que a qualquer outra.

A partir destes pressupostos epistêmicos Braudel teve condições de ir além. A história global dirigida para um esforço de diálogo seria a base de seu Programa. O diálogo com os intérpretes do capitalismo seria sua grande *virtù* num segundo momento de sua obra; a geografia seria a *fortuna* alcançada ainda em sua primeira fase.

“A partir de 1574-1580 ensoberbece-se uma história mediterrânica à estatura do mar. Suas medidas não são como as do superdimensionado Império Espanhol. Sessenta dias eram o suficiente para atravessá-lo em toda a sua extensão. Por isso é o mundo dos sessenta dias. Medidas próximas às do Império Romano”⁴⁷⁷.

A geografia a partir de 1937 passou a ser a sua medida em escala epistêmica.

⁴⁷⁶ Fernand Braudel, *Une leçon d'histoire de Fernand Braudel* (Châteauvallon, Journée Fernand Braudel, 16 octobre 1985), Paris: Arthaud-Flammarion, 1986, p. 95.

⁴⁷⁷ José Jobson de Andrade Arruda, “O Mediterrâneo de Braudel”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 33, Tomo XXXIII (1984): p. 62.

2.2.2 A influência da Geografia na obra de Braudel (1937-1979)

A IDÉIA de espaço histórico nos remete ao termo Geohistória, muito utilizado pelos geólogos do século XIX para falar da história da terra. Termo abstrato quanto a expressão “história natural”, Fernand Braudel o reivindicou em sua tese *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*⁴⁷⁸. Abandonou-o logo na sua segunda edição de 1966. Este termo dava nome ao capítulo que concluía a primeira parte, “O ambiente”. Provavelmente Braudel fez esta mudança devido a “polêmica” gerada em torno da disciplina geográfica daqueles anos⁴⁷⁹.

Em 1969, ao escrever sobre o Mediterrâneo Antigo, Braudel, numa tentativa de se antecipar às críticas, contornou-as alertando que “a geografia é um formidável utensílio para explicar, caso não lhe atribuamos um determinismo elementar. Ela clarifica e põe problemas sem, contudo, os resolver”⁴⁸⁰. Associar história à geografia não era tarefa fácil. Lembremo-nos, que anos antes, em 1947, em concurso na *Sorbonne*, Braudel já havia tido problemas. Foi chamado por Gaston Zellner, um especialista do século XVI, de historiador de menos e “por demais geógrafo”; foi preterido à cadeira de história moderna, seu único insucesso⁴⁸¹.

Mas, Braudel zelava pela aproximação da história à geografia; tratava-se de atender o Projeto fundador dos primeiros *Annales*. A Geohistória se manteve lá intocada. Se o título foi retirado do capítulo, os seus significantes epistêmicos permaneceram. No prefácio à segunda edição de *O Mediterrâneo*, Braudel declarou que o espaço é “a problemática fundamental”, “a dialética espaço-tempo (história-geografia)”, “sua articulação maior”⁴⁸².

Anos mais tarde, em *Civilização material, economia e capitalismo*, as referências à geografia são constantes; a partir dela revisou as origens do capitalismo da “economia-mundo” européia. A questão do espaço se encontra em várias partes de sua obra.

Os primeiros *Annales* tiveram na geografia de Vidal de La Blache a maior referência. La Blache (1845-1918) fundou em 1891 a revista *Annales de Géographie* voltada para a geografia humana; campo de saber recém instituído, ainda buscava um lugar institucional.

Mas, Fernand Braudel não se utilizaria apenas dos escritos do geógrafo fundador. Além de La Blache e, Maximilien Sorre (1880-1962), seus geógrafos favoritos, citaria e utilizaria textos de outros geógrafos⁴⁸³.

⁴⁷⁸ Lincoln Secco, “Geohistória”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, 13 (julho 2008): p. 5.

⁴⁷⁹ Larissa Alves de Lira, “Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia”, *Confins* [Online], 2 | 2008, posto online em 28 Março 2008. URL : <http://confins.revues.org/2592>; Acesso em 28.mar.2011.

⁴⁸⁰ Fernand Braudel, *As memórias do Mediterrâneo*. Lisboa: Terramar, 2001.161.

⁴⁸¹ Pierre Daux, *Fernand Braudel. Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999, pp. 259-267.

⁴⁸² Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Dom Quixote, 1983, p. 28.

A revolução da geografia francesa no primeiro quarto de século XX se ocupou de introduzir na análise a relação sociedade e espaço submetida à evolução no tempo. Lucien Febvre participou desse movimento colocando em pauta o “debate da geografia fixa”. Tratava-se de superar a geografia física de Alexander von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859); delimitada em grande medida por Immanuel Kant (1724-1804). Superar a geografia política de Friedrich Ratzel (1844-1904), autor de *Antropogeografia* (1891) e *Geografia Política* (1897), era o grande desafio da escola francesa.

Febvre apresentava bastante indisposição “política” às idéias de Ratzel elaborando uma verdadeira oposição daquela geografia política com as idéias de Vidal de La Blache; acirrou-se naquele debate a oposição determinismo *versus* possibilismo. Se a “geografia vidaliana é um hino à França dos camponeses”⁴⁸⁴, como diria o britânico Nigel Thrift, Ratzel era o verdadeiro porta-voz do *Reich*.

A geografia humana vidaliana influenciou a obra de Fernand Braudel e, por sua vez Braudel recuperou e inovou os conceitos do geógrafo francês. Basta-nos ler as próprias palavras de Braudel: “Uma das obras mais fecundas para a história, talvez mesmo a mais fecunda de todas, terá sido a de Vidal de La Blache, historiador de origem, geógrafo de vocação”⁴⁸⁵. Para Paul Claval foram os historiadores dos *Annales*, em especial Fernand Braudel, quem recuperaram e inovaram o pensamento de La Blache⁴⁸⁶.

Em 1921, Lucien Febvre publicou *A Terra e a Evolução Humana*. Não cita a obra de Vidal de La Blache *Princípios de Geografia Humana*; esta obra é do ano seguinte, de 1922⁴⁸⁷. Tendo como principal material de consulta os artigos publicados até aquela altura na revista *Annales de Géographie*, Febvre introduz o tema de uma “geografia fixa” no debate geográfico diferenciando-se de La Blache; não por discordar do geógrafo francês em suas propositivas combativas à geografia política de Ratzel - onde o caráter orgânico tinha primazia -, mas muito pelo contrário, tratava-se de

⁴⁸³ Vidal de la Blache, Braudel cita-o na primeira parte de *O Mediterrâneo* (págs. 67, 144, 213, 310); M. Sorre, cita-o na pág. 92 (primeira parte); o francês Pierre George cita-o nas páginas 62 e 99 (primeira parte); o naturalista francês Pierre Belon du Mans (1517-1564), Braudel cita-o várias vezes na primeira e segunda partes: nas páginas 39, 72, 122-123, 129, 200, 210, 270, 287, 289, 403, 405, 588, 600-601 e, na segunda parte, nas páginas 26, 168, 171, 178, 211, 238. Edição brasileira, São Paulo: Editora Martins Fontes, 1984.

⁴⁸⁴ Nigel Thrift, “Visando o âmbito da região”. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham (Orgs.). *Geografia Humana Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 218..

⁴⁸⁵ Fernand Braudel, “A Longa duração”. In: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 50.

⁴⁸⁶ Em *O Mediterrâneo* o autor “rediscovered Vidal de la Blache’s most valuable intuitions and he gave a most searching geographical introduction to Mediterranean civilization”. CLAVAL, Paul, “The historical dimension of French Geography”. *Journal of Historical Geography*, 10 (1984): 236.

⁴⁸⁷ O livro *Princípios* de La Blache publicado em 1922 foi o único de sua carreira inacabado, já que o seu falecimento interromperá o seu desfecho. Emmanuel De Martone foi o responsável pela edição *post mortem* do livro. Febvre publicaria no ano anterior a sua obra geográfica *A Terra e a Evolução Humana* (1921); suas reflexões se distanciavam das concepções vidalianas contidas nesta sua derradeira obra. Febvre não teria contato com a 3ª parte do livro “As formas de Civilização”. Nela La Blache aborda a história das técnicas, povo e espaços na perspectiva de longa duração.

alertar os geógrafos sobre a necessidade de rigor histórico em suas asserções “deterministas” nas possibilidades dos acontecimentos históricos, o “possibilismo”⁴⁸⁸.

Em *O Mediterrâneo* Braudel se viu obrigado a escolher um dos lados do debate. De uma margem estava seu mestre Lucien Febvre defendendo o possibilismo, de outra o geógrafo fundador Vidal de La Blache defendendo a idéia de que a natureza é obstáculo; não oferece possibilidades aos homens, mas é estímulo ao movimento. Para Lucien Febvre não existem fatos geográficos que expliquem os fatos sociais. São os fatos sociais do homem que explicam os fatos geográficos. Para ele o homem tem a possibilidade de intervir para que “vegetais e animais possam ser modificadas pelo homem em seu benefício, e livremente, de modo que se despojem de uma fecundidade excessiva, opressiva e, por assim dizer, cega”⁴⁸⁹.

Lucien Febvre via nas montanhas, planaltos e planícies unicamente como ponto de apoio aos homens; é a possibilidade de fixação dos agrupamentos humanos. La Blache já vê nelas a oposição das estruturas. As estruturas geográficas que se opõem, montanha e planície, possibilita o movimento, a circulação.

Para Febvre as regiões são essencialmente naturais, são os homens que devem ser inseridos nelas e não o contrário. Primeiro estabelece as regiões “climabotânicas”, depois os grupos humanos. Para La Blache é o contrário. O homem não modifica a natureza à sua vontade. Para ele a natureza não oferece muitas possibilidades aos homens. Ela é um impedimento, ela é um obstáculo aos homens.⁴⁹⁰ O homem para La Blache é geográfico, é sua relação com o meio que importa, é esta interação homem e natureza o ponto alto de sua perspectiva. A natureza ao mesmo tempo que impede estimula. Ela desafia e o homem a enfrenta; a interação acontece.

Braudel não foi convencido pelos argumentos da obra febvreana; tão cara ao debate geográfico dos anos 20. Se para La Blache as circunstâncias fazem os homens, para Febvre os homens fazem as circunstâncias. Braudel viu na natureza um império sobre os homens que subsiste; como a vida dos nômadas no deserto, povos em marcha, espaço em movimento, ou a vida nas montanhas, uma vida dura, homens rudes, de boas cores, brancos, ávaros, tarefeiros agrícolas, que quando podem, ao ver na planície uma vida mais generosa mediante a dureza da terra íngreme - a fome e o cotidiano hostil do espaço montanhês, ou mesmo na busca por temperaturas mais amenas -, descem e tomam-na por presteza como sua rota de fuga.

O homem, para Braudel, é dotado de liberdade aparente, é provido senão de estreiteza de possibilidades. Braudel vê o “homem fechado em um destino que ele fabrica com dificuldade, em

⁴⁸⁸ Larissa Alves de Lira, “Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia”, *Confins* [Online], 2 | 2008, posto online em 28 Março 2008. URL : <http://confins.revues.org/2592>; Acesso em 28.mar.2011.

⁴⁸⁹ Lucien Febvre, *A Terra e a Evolução Humana*. Lisboa: Cosmo, 1954, p. 572.

⁴⁹⁰ *Idem*.

uma paisagem que desenha atrás dele e, diante dele as perspectivas infinitas da longa duração. Na explicação histórica, tal como a vejo, é sempre o tempo longo que vence”⁴⁹¹

Para Braudel o valor da geografia está na concepção do espaço; também na análise da realidade social, já que o espaço dos homens é pleno de cultura. A sua análise geográfica se dirige para as estruturas, aquilo que permanece. E neste âmbito, lembremo-nos do clima, o determinante dos ritmos de vida, o cotidiano repetido por gerações, pois são os ventos, a temperatura, as chuvas, a pressão, as estações que permitem ou proíbem o plantio, a colheita, a morada, a guerra e a paz. Lincoln Secco em “Geohistória” nos lembra que “o clima possibilita também uma certa política: os ciclos da guerra e da paz. Lepanto, afinal dá-se quase no fim da estação quente das guerras”⁴⁹², referindo-se ao mês de outubro.

Abordando o quadro econômico tradicional do Egito e da Mesopotâmia, onde as sociedades orientais eram, em seu regime centralizado de governo, um obstáculo ao capitalismo limitando a circulação de capitais privados - como defende Max Weber em *Relações Agrárias na Antiguidade*⁴⁹³-, Braudel demonstra em *Les memoires de la Mediterranee*⁴⁹⁴ que esse momento do Mediterrâneo sofreu uma grave crise no século XII a. C. causada por deficiências e desequilíbrios estruturais internos. O fim do império hitita em 1200 a. C., a destruição dos palácios micênicos em torno de 1230 a. C. e a invasão do Egito pelos povos do mar em 1225 e 1180 a. C. seriam as causas aparentes. Seria o fator climático, um longo período de seca que atormentou o Mediterrâneo no fim do milênio, a causa fundamental; “não seria esta última personagem, o clima, a mais importante de todas?”⁴⁹⁵

As ações repetidas por séculos como a transumância do Mediterrâneo ou o nomadismo do deserto exprimem a relação permanente do homem com o meio - e nele o clima é protagonista. Além disso, os espaços tornam possível a circulação estimulada pela oposição de um espaço em relação ao outro; a possibilidade de comunicação é resultante da circulação: essa é uma idéia que se

⁴⁹¹ Fernand Braudel, *Ecrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969, pp. 519-20.

⁴⁹² Lincoln Secco, “Geohistória”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, 13 (julho 2008): 5-39, p. 14.

⁴⁹³ Braudel em *Memórias do Mediterrâneo* irá contrapor essa análise econômica tradicional de Max Weber em seu *Relações Agrárias na Antiguidade* publicado em 1909. Cf. Max Weber, *Storia economica e sociale dell'Antichità: i rapporti agrari*. Roma: Riuniti, 1992.

⁴⁹⁴ Dedicado à elaboração do “Les jeux de l'échange”, após ter lançado o primeiro volume em 1967, Braudel encontraria tempo para aceitar o convite de Albert Skira no ano de 1969 para escrever não somente sobre o Mediterrâneo dos séculos XVI e XVII como também sobre o Mediterrâneo Antigo. Com o falecimento do editor em 1973 a coleção sobre o Mediterrâneo nunca sairia do papel. *Les memoires de la Mediterranee: prehistoire et antiquite* apareceria somente em 1998 (*post mortem*). A edição portuguesa surgiu somente em 2001. Fernand Braudel, *Les memoires de la Mediterranee: prehistoire et antiquite*. Paris: Editions de Fallois, 1998; Edição portuguesa, Fernand Braudel, *As memórias do Mediterrâneo*. Lisboa: Terramar, 2001.

⁴⁹⁵ Fernand Braudel, *Memórias do Mediterrâneo*. Lisboa: Terramar, 2001, pp. 174, 179, 182.

encontra em Vidal de La Blache e em Braudel, onde a oposição montanha x planície se estabelece na distinção de movimento e circulação que as duas apresentam⁴⁹⁶.

A geografia no século XIX limitava-se às generalizações amplas; a disciplina não tinha um método que lhe proporcionasse precisão investigativa. Não sendo a disciplina geográfica ainda nos tempos de Braudel uma disciplina madura, optou o historiador por utilizá-la mantendo-se o estatuto de historiador e não de geógrafo.

O tema do Mediterrâneo lançado por Braudel já era recorrente desde a segunda metade do século XIX entre os geógrafos franceses. Os mais importantes geógrafos do hexágono dedicaram-se ao Mediterrâneo. São vários os exemplos⁴⁹⁷.

Em 1883, o primeiro tomo da *Nouvelle Géographie Universelle*, de Elisée Reclus chama-se *L'Europe méridionale*. Em 1886 Vidal de La Blache publicou *Des rapports entre les populations européennes et le climat sur le bords européens de la méditerranée*. Charles Flahaut Durant naquele mesmo ano publicaria *Les limites de la région méditerranéenne*. Em 1902 Jean Brunhes traria *L'irrigation dans la péninsule ibérique et dans l'Afrique du Nord*. Em 1913, Max Sorre apresentou seu *Les Pyrénées méditerranéennes* e, em 1918 Vidal de La Blache publicaria *Les grands agglomérations humaines. Régions Méditerranéennes*; republicado em 1922 na coleção *Principes de Géographie Humaine*.

Nas décadas de 30 e 40 predominou uma tendência de “ampliação” do Mediterrâneo. Surgem também novos autores. Em 1934, Max Sorre e Jules Sion publicam *Méditerranéen Péninsules méditerranéennes* e, no mesmo ano Sion, só que desta vez sozinho, publicaria *La France Méditerranéenne*. Em 1935 Pierre George traria à tona *La Région du Bas-Rhône* e, em 1937 é a vez de Emile-Felix Gautier com seu *Le passe de L'Afrique du Nord, Les Siècles obscurs*. Maurice le Lannou lança em 1942 *Pâtres et Paysans de Sardaigne* e, no ano seguinte André Siegfried apresenta seu *Vue générale de la Méditerranée*. Em 1946 Jacques Weulersse publicaria *Paysans du Moyen-Orient*. Em 1948 Pierre Deffontaines *El Mediterraneo*.

Nos anos de formação de Braudel quase toda esta bibliografia estava à sua disposição. Sua tese de 1947 inovaria não pelo tema, mas pela abordagem. A Geohistória tornou o mar numa personagem histórica, isto foi revolucionário.

O conceito de espaço é fundamental para compreendermos os paradigmas braudelianos. Espaço e paisagem, lhes são mais ainda.

⁴⁹⁶ Larissa Alves de Lira, “Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia”, *Confins* [Online], 2 | 2008, posto online em 28 Março 2008. URL : <http://confins.revues.org/2592>; Acesso em 28.mar.2011.

⁴⁹⁷ Esse levantamento bibliográfico foi feito por Lira. Cf. Larissa Alves de Lira, “O ‘modelo insular’: Ratzel e suas contribuições às idéias de Fernand Braudel sobre as origens do capitalismo”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, 13 (julho 2008): pp. 99-100.

“A paisagem é a natureza vista através de uma cultura”⁴⁹⁸, afirmam Chantal Blanc-Pamard e Jean-Pierre Raison. É nesta perspectiva que Fernand Braudel concebe a paisagem?

O vocábulo paisagem possui diferentes acepções de acordo com a língua em que é empregado. Na escola alemã de geografia o termo é *landschaft* e na escola francesa é *paysage*. Werther Holzer nos diz que a palavra alemã é mais antiga e possui um significado mais complexo do que a palavra em língua latina. *Landschaft* se refere a uma associação entre sítio e os seus habitantes, ou se preferirmos, de uma associação morfológica e cultural. Talvez sua origem tenha surgido de *Land schaffen*, o que significa criar a terra, produzir a terra⁴⁹⁹.

Landschaft, ou a “paisagem alemã compreende um complexo natural total, representado de forma integrada, pela natureza e pela ação humana”⁵⁰⁰

A transliteração desta palavra em *landscape* chegou a geografia norte-americana pelas mãos de Carl O. Sauer, o fundador da geografia cultural; esse autor enfatiza que seu sentido continuou sendo o mesmo, “o de formatar (*land shape*) a terra, implicando numa associação das formas físicas e culturais”⁵⁰¹. Já a palavra francesa *paysage* está associada ao Renascimento; em sua origem, às artes plásticas.

Nota-se no caso alemão uma associação à natureza em si; uma relação com o fator biológico e a cultura produzida. No caso francês, uma relação originária com as belas artes. Deste sentido, *paysage* chegou no século XIX relacionada à ideia de contemplação. A tradição latina incorporou o significado dado pelo idioma francês, guarda consigo o sentido de estar associada ao olhar⁵⁰². Pode-se verificar isto na conceituação de Ruggiero Romano (autor italiano) dos “espaços geográficos”; os “constituem num meio para a observação dos homens e suas relações”⁵⁰³.

A rigor, espaço e paisagem são antinomias coligidas. Em termos epistemológicos, Milton Santos, admirador de Max. Sorre, enxergando o mundo sempre a partir do lugar, diz que o espaço “é a síntese sempre provisória entre o conteúdo social e as formas espaciais”⁵⁰⁴ e, paisagem “é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas

⁴⁹⁸ Ch. Blanc-Pamard & J. P. Raison, “Paisagem”. In: GIL, F. *Enciclopédia Einauldi*, 8:138-160. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

⁴⁹⁹ Werther Holzer, “Paisagem Imaginário e Identidade: alternativas para o estudo geográfico”. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. 248p. p.149-168 (Série Geografia Cultural), p. 152.

⁵⁰⁰ Inês Aguiar de Freitas, et al, “A janela de Hitler”. *GeoUERJ, Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, 6 (jul.dez-1999): 29-36, p. 31.

⁵⁰¹ Werther Holzer, “Paisagem Imaginário e Identidade: alternativas para o estudo geográfico”. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. 248p. p.149-168 (Série Geografia Cultural), p. 152.

⁵⁰² Inês Aguiar de Freitas, et al, “A janela de Hitler”. *GeoUERJ, Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, 6 (jul.dez-1999): 29-36.

⁵⁰³ R. Romano, *Braudel y nosotros*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 63.

⁵⁰⁴ Milton Santos, *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 109.

relações localizadas entre homem e natureza”⁵⁰⁵. “O espaço são as formas mais a vida que as anima”⁵⁰⁶ e “a paisagem é história congelada, mas participa da história viva”⁵⁰⁷.

A paisagem é transtemporal, passado e presente reunidos numa representação estática e imagética. Pode ser também, na perspectiva do indivíduo, resultante da “visibilidade” e “visualidade”. A primeira corresponde ao registro de um dado físico e referencial, já a segunda, a visibilidade, ao contrário, é propriamente, “semiótica, partindo de uma representação visual para gerar um processo perceptivo complexo claramente marcado como experiência geradora de um conhecimento contínuo, individual e social”⁵⁰⁸.

Já o espaço é a dialética da realidade, a cultura e sua espessura, a humanização dos objetos e das coisas na tessitura dos compostos. O caráter de palimpsesto da paisagem revela a construção de uma representação do passado ou do presente, uma perspectiva pluridimensional, mas esvaziada de cultura viva.

Na Primeira Parte do Mediterrâneo nota-se que paisagem e espaço são conceitos que não se restringem ao sentido francês. Peter Burke detecta esta peculiaridade ao dizer que “uma presença igualmente sentida em *O Mediterrâneo*, embora possa parecer irônica, é a do homem que Febvre adorava atacar, o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, cujas idéias sobre geopolítica ajudaram Braudel a formular as suas sobre um bom número de temas, que variam do império às ilhas”⁵⁰⁹.

Na obra *Geografia Política*, a perspectiva política de Ratzel é indissociável da biológica. Constata-se isto na primeira seção da obra “A relação entre solo e estado”, e no capítulo 1 “O estado como organismo”. Para Ratzel, “promover a história significa, em primeiro lugar, acelerar a luta pela vida, a seleção natural, entre as comunidades humanas (ou estados), no sentido darwiniano”⁵¹⁰.

Em todo caso, Fernand Braudel iria desenvolver sua teoria do capitalismo tomando como base teórica vários autores, dentre eles Ratzel; desafeto de Lucien Febvre. Se utilizaria também da “teoria do lugar central” de outro germânico, Walter Christaller (1893-1969). Mas, foi o “modelo insular” de Friedrich Ratzel o mais importante. Não se tratava de uma leitura apenas dos escritos do geógrafo fundador, tratava-se de ir além dos limites, como dizia.

⁵⁰⁵ *Idem*, p. 103.

⁵⁰⁶ *Ibidem*.

⁵⁰⁷ *Ibidem*, p. 107.

⁵⁰⁸ Fredric Jameson, *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.

⁵⁰⁹ Peter Burke, *A Escola dos Annales 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1990, pp. 51-1.

⁵¹⁰ Paul Sutermeister, “Ratzel contra os economistas: acesso a mercados, Destruição criadora e teoria social darwiniana na obra geografia política”. In: *1o Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo*, 2008, Rio Claro. Anais, 2008. p. 307-321.

A “teoria do lugar central”⁵¹¹ de Walter Christaller foi lançada em 1933. Foi utilizada por Hitler na reconfiguração econômica e geográfica do Leste Europeu conquistado durante a II Guerra Mundial; no pós-guerra inspirou a reconstrução da Alemanha. Lugares centrais influenciam áreas que tendem a dispor-se no espaço seguindo uma malha hexagonal; os entrepostos e o centro são fundamentais para manutenção da unidade. Braudel lançaria mão desta teoria para analisar a distribuição dos mercados na China em *Les jeux de l'échange*.

O autor de *Tableau de la géographie de la France* é a grande influência da Primeira parte do Mediterrâneo. Isto é indiscutível, haja vista a utilização por Braudel de categorias (*genre de vie*, *pays*, *région*), temas (regionalismo, análise de situação, relação homem-meio, história lenta, meio-obstáculo, circulação) e método (simultaneidade dos espaços) vidalianos⁵¹².

Em *Civilização material, economia e capitalismo* Vidal de La Blache não exercerá tanta influência. Se em *O Mediterrâneo* Vidal de La Blache é o autor mais citado na primeira Parte (cf. estudo de Lira⁵¹³), em *Civilização material* o mesmo não ocorrerá.

Em *Civilização material* a história econômica é o campo epistemológico da obra. A geografia vidaliana pouco aparece diante do caráter interdisciplinar do campo. Por outro lado a geografia de Ratzel aparece sistematicamente; o “modelo insular” é fulcral para a explicação da lógica sistêmica do capitalismo⁵¹⁴.

Se o propósito da segunda obra prima de Braudel é rever as origens do capitalismo, foi na geografia de Ratzel e não na geografia de La Blache que Braudel se fundamentou para explicar o funcionamento sistêmico - e o ponto de origem - do capitalismo. A geografia do autor de *La France de l'est (Lorraine-Alsace)* (1917) não contribuiria decisivamente para este fim; ela aparece muito mais no *Mediterrâneo*.

Ao contrário do que ocorre com a geografia vidaliana o modelo insular de Ratzel está explícito não somente em *Civilização material*, mas também em *O Mediterrâneo*. As concepções vidalianas e a abordagem de Ratzel sobre o mundo insular inspiraram Braudel a construir sua lógica conceitual de redes, rotas, autonomia, dependência e dominação.

⁵¹¹ Walter Christaller, *Die zentralen Orte in Süddeutschland*. Gustav Fischer: Jena, 1933.

⁵¹² Guilherme da S. Ribeiro, *Espaço, Tempo e Epistemologia no século XX: a Geografia na Obra de Fernand Braudel*. Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, UFF, 2008; Guilherme da S. Ribeiro, “Modernidade e espaço, pós-modernidade e mundo a crise da geografia em tempos de globalização”. *Diez años de cambios en el mundo, em la Geografia y em las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X coloquios Internacional de Geocrítica*. Universidade de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-scol/154.htm>>, acess. 30.jan.2011.

⁵¹³ Cf. Larissa Alves de Lira. [autor] & MORAES, Antonio C. R. [orient.]. *Relatório de pesquisa: A Concepção de Espaço de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo e suas Relações com a Geografia de Vidal de La Blache*. São Paulo: CNPq, 2007-2008; _____. [aut]. SECCO, Lincoln [orient.]. *Relatório de pesquisa: A Concepção de Espaço de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo*. São Paulo: FAPESP, 2005-2007; _____. “Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia”, *Confins* [Online], 2 | 2008, posto online em 28 Março 2008. URL : <http://confins.revues.org/2592>; Acesso em 28.mar.2011.

⁵¹⁴ Esta é uma concepção defendida por Larissa Alves de Lira, “O ‘modelo insular’: Ratzel e suas contribuições às idéias de Fernand Braudel sobre as origens do capitalismo”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, 13 (julho 2008): pp. 99-100.

A abordagem de Ratzel sobre a Córsega é essencialmente política e histórica. Braudel utilizará sua concepção transpondo-a para uma lógica de relações histórico-econômicas. A Ilha de Córsega está separada da Ilha de Sardenha apenas por 12 quilômetros; somadas configuram-se em uma muralha insular que separa o mar Tirreno do mar Mediterrâneo, aproximando-as mais da Itália do que da Espanha ou da França, funcionando como um espaço isolador e ao mesmo tempo integralizador.

O conceito de montanhas inspirado por La Blache é análogo: funcionam ora como “refúgio” ora como “isolamento”⁵¹⁵, ou como diria Braudel, citando Jovan Cvijic, a montanha “é o domínio por excelência do habitat disperso, do lugarejo, enquanto as planícies são, pelo contrário, o domínio do povoamento tipo aldeia”⁵¹⁶. Max. Sorre (1880-1962), discípulo vidaliano, daria continuidade a esta idéia. O “*habitat* é uma construção humana, uma humanização do meio que expressa as múltiplas relações entre o homem e o ambiente que o envolve”⁵¹⁷.

Braudel utilizou a perspectiva de ilhas de Ratzel, juntamente com o método lablachiano de “simultaneidade dos espaços”, para elaborar sua perspectiva de economia mundo numa escala histórica econômica global.

Braudel passou a pensar a relação centro periferia, ou economia mundial e economia mundo a partir destas teorias. Dicotomias espaciais autonomia x dependência, isolamento x integração, baseada no “modelo insular” e na “teoria dos lugares centrais”, propiciaram compreender a inserção dos espaços periféricos nas rotas que levam ao centro.

A relativa autonomia desses espaços longínquos em relação aos grandes centros é perturbadora; o distanciamento em alguns casos serviu como defesa e “pontos de apoio” aos grandes acontecimentos globais. Ou simplesmente, no comércio: uma ilha pode dar fôlego às viagens de longas distâncias, como pode ser espaço de produção; verdadeiros satélites fornecedores do centro (Ilha da Madeira, Ilha do Príncipe, Ilha de São Tomé, ou como afirma Braudel “de forma que estes mundos insulares foram todos pré-américas, pré-Brasis”⁵¹⁸).

A periferia, ou os espaços insulares, em relação assimétrica com o centro, necessariamente não é sinônimo de desintegração da perspectiva global numa lógica sistêmica, apesar da aparente indissociabilidade entre autonomia, isolamento e rotas.

A posição geográfica do espaço determina em grande medida o grau de envolvimento desse mesmo espaço com a marcha da história. Os eventos globais e os movimentos de ruptura os

⁵¹⁵ Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 41.

⁵¹⁶ *Idem*, p. 42.

⁵¹⁷ Maximilien Sorre, “A noção de gênero de vida e sua evolução”. In: MEGALE, J. F. (Org.) *Max. Sorre: Geografia*, pp. 99-123, Rio de Janeiro: Editora Ática, 1984.

⁵¹⁸ Fernand Braudel, “A produção do capitalismo em casa alheia”. In: *Civilização material, economia e capitalismo Séculos XV e XVIII*, vol 2, Os jogos de troca, pp. 236-7.

alcançam à medida que a posição seja favorável ou não. As transformações podem ser lentas ou muito lentas de acordo com sua posição na geografia do capital. Isolamento e autonomia passam ser categorias de análise na perspectiva braudeliana da história. Essa perspectiva é indissociável da geografia.

Trata-se de uma unidade entre história e geografia. Estas ligações epistêmicas foram as que possibilitaram Braudel a levar ao extremo os paradigmas de longa duração e de história total; já presentes em Lucien Febvre e Marc Bloch.

São as rotas, as ilhas, esses mundos insulares, metáforas alusivas das periferias globais. A América, a África, a Córsega ou a Sardenha são em termos epistêmicos representações de uma lógica sistêmica global. O fluxo e refluxo de capitais num sistema financeirizado, ou as rotas e viagens de longas distâncias num sistema mercantil, são em si o mesmo fenômeno; o funcionamento harmônico somente se dá a partir da consolidação de monopólios, a base fundamental para o capitalismo surgir e sentir-se à vontade.

2.2.3 Intérpretes do capitalismo: influências coligidas (1953-1979)

A SEGUNDA obra prima de Braudel, voltada para o Capitalismo, já se daria num momento diferente da primeira obra. Àquela altura já havia interrompido o ritmo galopante do estruturalismo; o artigo de 1958 já havia demarcado o campo histórico. “Histoire et sciences sociales. La longue durée” foi o estatuto do Projeto dos segundos *Annales*. A história econômica foi o campo escolhido em definitivo por Braudel para colocar em prática o seu projeto epistemológico para as ciências sociais e humanas.

Não se esquecendo de Marx, Braudel considerava que “em todos os países” “o seu pensamento” havia penetrado “em profundidade”⁵¹⁹. Considerava ser impossível não ser impactado pelo pensamento marxista.

O modelo de Marx já explicou o que tinha para explicar; precisava ser enriquecido com as observações braudelianas⁵²⁰. O seu modelo alcançou a circulação de capital nas “bolsas de Amsterdam, de Londres e, atrás delas, em posição modesta, na de Paris, ao que os próprios

⁵¹⁹ Fernand Braudel, “En guise de conclusion”. *Review*, 1, 3-4 (1978): 243-261.

⁵²⁰ Lincoln Secco, “Geohistória”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, 13 (julho 2008): pp. 5-39, p. 35.

holandeses chamavam *Windhandel*, comércio de vento”⁵²¹. Seja nos picos de um *Kondratieff* coincidentes ou não com um *trend* secular como se constata em 1817, ou 1973-1974, ou em 1650, ou 1873-1929⁵²², Braudel abriu caminho para se compreender um espaço ocupado pelo capital onde Marx não pode ir. “Onde está o centro dinâmico do capital nos dias de Braudel? Em Wall Street ou numa fábrica indiana?”⁵²³

Se “o caminho mais simples para o estruturalista é omitir a mudança”⁵²⁴, para o historiador, uma vez que ela existe, deve descobrir maneiras de reconstituí-la.

Os intérpretes do capitalismo de diferentes vertentes teóricas tendem a admitir a cronologia e o ponto de origem do capitalismo como sendo na Revolução Industrial Inglesa, seguindo o modelo de Marx. Max Weber, análogo à Werner Sombart, Joseph Kulischer, Alphons Dopsch, Karl Lamprecht, Alfred Weber e Norbert Elias são exemplos⁵²⁵. Braudel se diferenciou de todos eles; Immanuel Wallerstein é análogo à Braudel.

Immanuel Wallerstein, dentre os grandes intérpretes, é uma exceção. Em conceitos próximos das posições marxistas, a par dos teóricos André Gunder Franck⁵²⁶, Samir Amin⁵²⁷, Terence Hopkins⁵²⁸ e Giovanni Arrighi⁵²⁹, desenvolveu sua obra dando ênfase à “teoria do sistema mundial moderno”. A partir dos conceitos braudelianos de “sistema interestatal” e “economia mundo”, Wallerstein desenvolveu sua abordagem histórica do capitalismo. Ele reconhece-se devedor de Braudel, dedicando a ele o seu segundo volume do *The Modern World System*⁵³⁰.

Braudel recorreu a uma diversidade de autores para formular seu conjunto teórico. Em *Les jeux de l'échange* ao analisar a distribuição dos mercados na China utilizou-se da “teoria do lugar central” do geógrafo alemão Walter Christaller. Apoiou-se no “modelo insular” de Friedrich Ratzel para se pensar nas origens do capitalismo. Dialogou com a sociologia de Georges Gurvitch para

⁵²¹ Fernand Braudel, *O Jogo das Trocas* In: BRAUDEL, Fernand, *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Sécs XV-XVIII*. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 92.

⁵²² Fernand Braudel, *O Tempo do Mundo* In: BRAUDEL, Fernand, *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Sécs XV-XVIII*. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 68.

⁵²³ Lincoln Secco, “Geohistória”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, 13 (julho 2008): pp. 5-39, p. 36.

⁵²⁴ Eric Hobsbawm, “O que os historiadores devem a Karl Marx?” In: HOBBSAWM, Eric, *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 159.

⁵²⁵ Um trabalho comparativo entre Braudel e cada um desses autores deverá ser realizado em outro momento; o objeto de nosso estudo não contempla alargarmos esta discussão.

⁵²⁶ Andre Guder Franck, publicou com Samir Amin, Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, dois livros: *Dynamics of Global Crisis*. New York : Monthly Review Press, 1982 e *Transforming the Revolution: Social Movements and the World-System*. New York: Monthly Review Press, 1990.

⁵²⁷ *Idem*.

⁵²⁸ Terence Hopkins, publicou com Immanuel Wallerstein *World-Systems Analysis: Theory and Methodology*. Beverly Hills: Sage, 1982 e *Antisystemic Movements*. London: Verso, 1989. Este último juntamente com Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi.

⁵²⁹ Giovanni Arrighi, publicou com Immanuel Wallerstein *Dynamics of Global Crisis*. New York: Monthly Review Press, 1982; *Transforming the Revolution: Social Movements and the World-System*. New York: Monthly Review Press, 1990; *Antisystemic Movements*. London: Verso, 1989.

⁵³⁰ Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System*. San Diego: Academic Press, 1974-1989, 3 v.

discutir as contradições em suas estruturas sociais no que ele chama de “o pluralismo das sociedades”. Também buscou nas teorias do economista Simon Kuznets o valor explicativo da longa duração na economia para tipificar as sociedades pré-industriais por não possuírem capital fixo e durável.

Braudel entendia que “o capitalismo não pode[ria] ter se originado de uma única fonte”⁵³¹. Recusava-se a explicações individuais. Opunha-se às explicações baseadas em um único fator. “Economia, política, sociedade, cultura e civilização, cada uma delas tem sua parte. Assim como a história, que frequentemente decide, em última análise, quem vencerá a prova de força”⁵³².

O esquema tripartido – civilização material, economia de mercado e economia mundo – seria construído a partir desse diálogo.

“Economia mundo”, diz Braudel “é expressão inusitada e mal acolhida pela língua francesa, que outrora forjei, à falta de melhor e sem grande lógica”⁵³³ para traduzir a palavra de origem alemã *Welttheater* ou *Weltwirtschaft*. Braudel não levou muito avante a teorização de seu conceito. Immanuel Wallerstein se encarregaria de dar a sua maneira um maior corpo teórico ao termo; talvez porque os franceses, ligados à tradição racionalista continental, procuram mais pela aplicabilidade e menos pela teorização; a conceituação é uma tendência na tradição empirista insular. O termo “economia mundo” seria compartilhado com Immanuel Wallerstein, embora Braudel “nem sempre estivesse de acordo com ele”⁵³⁴.

Mas, aquele segundo andar do edifício não está “suspense no ar”⁵³⁵, como disse Braudel ao descartar o famoso livro de Burckhardt *A civilização da Renascença na Itália*.

Esse último andar - onde se acha o nascimento e a cronologia dos sistemas econômicos - está suspense pela base, o piso térreo, onde se encontra a vida material regida pelo signo do valor de uso a qual ele denominou de “civilização material”.

O conceito civilização material advém de uma junção de dois vocábulos. Civilização, possui múltiplos significados, nos lembra Braudel no início de seu *Grammaire des civilisations* (1987); obra editada pela primeira vez em 1963 sob o título *Le monde actuel*⁵³⁶. Esses significados variam de uma língua para outra. O termo surgiu na França no século XVIII. O seu sentido geral era de oposição à barbárie. A idéia de “bons selvagens” construída pelo pensamento iluminista atenuou

⁵³¹ Fernand Braudel, “Le temps du monde”. In: *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Armand Colin, 1979, pp. 402-3.

⁵³² *Idem*.

⁵³³ Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3vs. v. 3: “O tempo do mundo”, p. 12.

⁵³⁴ Fernand Braudel *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3vs. v. 3: “O tempo do mundo”, p. 589, nota 5.

⁵³⁵ Fernand Braudel, *Ecrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969, p. 186.

⁵³⁶ Fernand Braudel & S. Baille, P. R. Phillipe. *Le monde actuel*. Belin: S/Ed., 1963. [Reeditado em 1987 com o título *Grammaire des Civilisations*. Paris: Arthaud-Flammarion, 1987].

esta oposição o que fez com que na Inglaterra, associada à noção geral de “homem natural”, o termo fosse aceito rapidamente sob a literação de *civilization* renegando o termo mais antigo *civility*.

Na Alemanha o novo termo *Zivilisation* vai disputar espaço por muito tempo com duas palavras: uma, a mais antiga é *Bildung* (técnicas de domínio da natureza) e, a outra, a que preponderou no século XX, é *Kultur* (valores, ideais, normas, etc.). Na Itália, o antigo vocábulo *civiltà* acomodou o sentido francês setecentista⁵³⁷.

O termo por inteiro, civilização material, indica em Braudel uma noção clara de vida material. Vida diária resume bem o termo. Na introdução da segunda edição de *Civilização Material* Braudel declara que o objetivo do livro era “a introdução da vida cotidiana no domínio da história”. Lucien Febvre já havia feito isto ao intitular *La civilization quotidienne* um dos volumes da *Encyclopédie Française*; Marc Bloch publicou nela um ensaio sobre a história da alimentação.

Peter Burke prefere denominar o termo civilização material de cultura material⁵³⁸. Segundo Burke é “o termo mais difícil de definir na trindade dos *Annales*”⁵³⁹. Antes de aparecer no título da revista em 1946 Bloch também já o havia empregado em seu *Les caractères originaux de l’histoire rurale française*. Mas, anos antes, Marcel Mauss já o havia mencionado.

Andrea Carandini reclama da ausência de um estatuto teórico do termo no livro de Braudel⁵⁴⁰. “À falta de melhor termo, denominei esta zona espessa, rente ao chão, ‘vida material’ ou ‘civilização material’. É evidente a ambigüidade da expressão”, justifica Braudel; “talvez um dia partilhada pelos economistas, darão etiqueta mais adequada a essa infra-economia, essa outra metade informal da atividade econômica, a da auto-suficiência, da troca dos produtos e dos serviços num raio muito curto”⁵⁴¹. Ainda naquele primeiro volume o autor esclarece que o termo se refere às sociedades e seus respectivos meio ambientes, às bases materiais do cotidiano dessas sociedades (roupa, comida, etc.) e às técnicas dessas sociedades.

Mas, onde reside o conceito do andar do meio daquele edifício, que “começa no limiar do valor de troca”, denominado por Braudel de “economia de mercado”? O termo é de Karl Polanyi (1886-1964). Braudel apenas usou o vocábulo. Deu outro conceito ao termo; está nele as principais diferenças da teoria braudeliana em relação aos demais intérpretes do capitalismo, inclusive de Marx.

O termo “economia de mercado” aparece em *A grande transformação* publicado em 1944. Geralmente, os autores que se referem à obra de Braudel dedicada ao capitalismo mencionam o

⁵³⁷ Maurice Aymard, “A longa duração das civilizações”. In: LOPES, Marcos A. *Fernand Braudel. Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 101-2.

⁵³⁸ Peter Burke, *A Revolução Francesa da historiografia, a Escola dos Annales (1929-1989)*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Unesp 1990, p. 129.

⁵³⁹ *Idem*.

⁵⁴⁰ Andrea Carandini, *Archeologia e cultura materiale*. Bari: De Donato, 1979, p. 94.

⁵⁴¹ Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, v. 1, p. 12.

termo de Polanyi mas nunca dão atenção devida a ele. Apenas dizem que Braudel usou o termo, e não o conceito. Mas, quais as diferenças específicas no uso do termo entre Braudel e Polanyi?

Polanyi partiu dos seguintes autores: Émile Durkheim, Max Weber e Vilfredo Pareto em seus estudos sobre as pré condições sociais para os diferentes tipos de sistemas econômicos; Richard Thurnwald sobre a relação empírica entre atitudes pessoais de reciprocidade e a interdependência resultante das instituições simétricas; e Bronislaw Malinowski que a partir dos estudos de Thurnwald viu na permanência das ações de reciprocidade as formas simétricas de organização social básicas nas sociedades primitivas.

Polanyi considera quatro fatores denominados por ele de “Princípios de Integração Econômica”. São eles: redistribuição, reciprocidade, domesticidade e mercado.

A “redistribuição” é o princípio integrador de uma economia onde a produção é dirigida, armazenada e distribuída por uma autoridade central, o que implica numa sociedade que tenha como modelo um centro que faça a repartição da produção.

A “reciprocidade” implica numa relação de “dádiva” e “contra-dádiva”; se um ente social oferece o outro retribui. Esta oferta de “dádivas” trocadas impacta de forma relevante numa sociedade; representam em essência um comportamento social espontâneo, é um aspecto cultural, a mediação das relações sociais é a cooperação recíproca.

A “domesticidade” consiste basicamente na produção, armazenamento e consumo próprio de um grupo.

O “mercado” é onde se dá a dinâmica das curvas de oferta e demanda da produção, tendo como finalidade a troca. O preço é o ajustador das curvas, representado pela moeda, um signo geral de eqüipolente.

Cada “princípio integrador” possui um “modelo institucional” correspondente: redistribuição está associada ao modelo institucional da “centralidade”; reciprocidade ao modelo institucional da “simetria”; domesticidade ao modelo institucional da “autarquia”; e mercado ao modelo institucional do “mercado”.

O “mercado” é o único “princípio de integração econômica”, dentre os quatro enumerados, que é capaz de criar uma instituição particular: “o mercado”. Esta instituição é razão de efeitos profundos na organização de uma sociedade. No mercado o fator legitimador e organizativo provém do coletivo e não do indivíduo.

Para Polanyi “‘economia de mercado’ é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados”⁵⁴². O autor considera que a “economia de mercado” é uma estrutura institucional recente, que nunca esteve presente a não ser depois do século XVIII. Para ele até a Revolução Industrial os mercados eram apenas acessórios da vida econômica.

⁵⁴² Karl Polanyi, *A grande transformação. As origens da nossa época*. Campus: Rio de Janeiro 1980, p. 81.

“A economia do homem, como regra, está submersa nas suas relações sociais”⁵⁴³. A “economia de mercado” absorvida pelo sistema social, passou a ser pautada em princípios profundamente diferentes daqueles que predominaram a partir do século XVIII.

As sociedades tribais estudadas por Thunwald e Malinowski exemplificam para Polanyi tipos societários que funcionavam a partir de dois princípios não associados basicamente à economia: a reciprocidade e a redistribuição⁵⁴⁴.

Segundo Polanyi até o fim do feudalismo na Europa Ocidental todos os sistemas econômicos conhecidos foram instituídos a partir dos princípios da “redistribuição”, ou da “reciprocidade”, ou da “domesticidade”, ou mesmo por uma combinação entre eles. Estas bases de integração econômica e organização social eram auxiliadas por uso dos padrões de “simetria”, ou “centralidade”, ou “autarquia”. Os costumes, as tradições, a religião e o mágico eram mecanismos auxiliares de cumprimento das regras por parte dos indivíduos.

Para Polanyi é com o advento da Revolução Industrial que o capitalismo se estabelece. A sociedade passa a ser regida por mercados. Para Polanyi os “mercados” não desempenharam um papel preponderante nos sistemas econômicos de qualquer sociedade até o fim da Idade Média. Neste período, prevaleceram outros sistemas econômicos⁵⁴⁵. Com a predominância do princípio de mercado a motivação do lucro passa a substituir a motivação da reciprocidade. As transações de troca deixam de ser baseadas na “reciprocidade”; como no sistema de comércio *kula* das ilhas Trobriand.

A sociedade passou a ser uma variante auxiliar do mercado e, tal como na “reciprocidade” o fator legitimador provém das ações coletivas e em situações estruturadas. O capitalismo se inicia com o advento dessa grande transformação. Suas causalidades estão diretamente relacionadas à produção em larga escala⁵⁴⁶.

O surgimento de uma “civilização industrial com a sua divisão do trabalho imobilizadora, estandardização da vida, supremacia do mecanismo sobre o organismo e da organização sobre a espontaneidade”⁵⁴⁷, conduziu para “transformarmos a economia humana num sistema auto-regulado de mercado e moldarmos os nossos pensamentos e valores na base desta inovação única”⁵⁴⁸.

Diferentemente de Braudel, além de recente, do ponto de vista histórico, a “economia de mercado” para Polanyi é apenas uma das quatro possíveis combinações entre princípios de integração econômica e modelos institucionais.

⁵⁴³ *Idem*, p. 61.

⁵⁴⁴ *Ibidem*, p. 63.

⁵⁴⁵ *Ibidem*, p. 69.

⁵⁴⁶ *Ibidem*, p. 80.

⁵⁴⁷ Karl Polanyi, “A nossa obsoleta mentalidade mercantil”. *Revista trimestral História e Idéias*. Portugal, Edições Afrontamento, 1 (1978): 1-17, p. 1.

⁵⁴⁸ *Idem*.

Braudel também não considera a “economia de mercado” como única na economia humana. Mas, está claro em Braudel que ele a considera como mais antiga que Polanyi. Para Braudel o capitalismo nasce no Oriente entre os séculos XI-XIII e XVI⁵⁴⁹; trata-se de um capitalismo comercial personalizado por uma categoria específica, a dos negociantes do mar. A “circulação vê o triunfo da água e do navio”⁵⁵⁰.

Tratando do Mediterrâneo Antigo, ao longo da Idade do Bronze, os traços de uma economia favorecida pela metalurgia do bronze e as trocas decorrentes formaram uma economia palaciana robusta e uma pujante classe de comerciantes⁵⁵¹.

Esta posição de Braudel contrariava a posição tradicional apresentada em 1909 por Max Weber em *Relações Agrárias na Antiguidade*. Braudel opunha-se a uma análise econômica do Egito e da Mesopotâmia que via nas sociedades orientais de regime de governo centralizado um impeditivo ao florescimento do capitalismo por impedir a circulação de capital privado⁵⁵².

Esses homens que passam a vida no mar “manejam o dinheiro dos pagamentos com desenvoltura, conhecem mesmo ordens de pagamento, cartas de câmbio e pagamentos por compensação, o que prova que os instrumentos do capitalismo surgem naturalmente, assim que as circunstâncias se apresentam”⁵⁵³

Este é um aspecto diferenciador de Braudel em relação a Polanyi; mas, também de Marx e demais intérpretes do capitalismo. A relação capitalismo e modernidade também sofre implicações a partir desses pontos de vista centrais (e dicotômicos)⁵⁵⁴.

O esquema tripartido braudeliano – civilização material, economia de mercado e economia mundo – é hierárquico. A vida material é o nível-base, a economia de mercado é o nível-intermediário e a economia mundo é o nível-superior da economia.

No nível-base (“Estruturas do cotidiano”) residem as atividades da vida material; são sempre locais, se realizam num “raio muito curto”⁵⁵⁵. Esta atuação garante a auto-suficiência das populações, o que lhes concede um modo de vida autônomo. Para Braudel são esses aspectos da vida material que consomem o “tempo frágil dos homens”⁵⁵⁶. São em si “o meio ambiente das sociedades”, “as bases materiais do cotidiano” e “as técnicas”.

⁵⁴⁹ Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Fernand Braudel y las ciencias humanas*. Barcelona: Montesinos, 1996, pp. 126-155.

⁵⁵⁰ Fernand Braudel, *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992, pp. 51-52.

⁵⁵¹ Fernand Braudel, *Memórias do Mediterrâneo*. Lisboa: Terramar, 2001, pp. 116-25.

⁵⁵² Max Weber, *Storia economica e sociale dell'Antichità: i rapporti agrari*. Roma: Riuniti, 1992, p. 31.

⁵⁵³ Fernand Braudel, *Memórias do Mediterrâneo*. Lisboa: Terramar, 2001, p. 125.

⁵⁵⁴ Braudel considera que capitalismo e modernidade são processos históricos que se originaram simultaneamente, na perspectiva da longa duração, entre os séculos XI-XIII e XVI, em espaço geográfico comum, mas não funcionam pelas mesmas premissas lógicas. Maiores detalhes cf. Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Fernand Braudel y las ciencias humanas*. Barcelona: Montesinos, 1996, pp. 126-155.

⁵⁵⁵ Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, v. 1, p. 12.

⁵⁵⁶ *Idem*, p. 513.

No nível-intermediário (Os jogos da troca) reside a economia de mercado; nela há dois subníveis: 1) o das trocas locais, constituído por feiras, lojas e tendas; não há intermediários, produtores e consumidores se contactam diretamente; 2) e o do “mais elementar capitalismo”, onde a circulação das mercadorias nacionais e internacionais são comercializadas entre intermediários, mercadores itinerantes e grandes agentes econômicos. É nesse subnível superior que o capitalismo se desenvolve, é na esfera da circulação que ele “floresce de acordo com a ordem das trocas”⁵⁵⁷.

No nível-superior (O tempo do mundo) residem as economias-mundo; reside nesse nível “uma superestrutura da história global”⁵⁵⁸, “uma espécie de consumação como que criada e suscitada pelas forças que exercem abaixo dela, embora seu peso repercuta, por sua vez, na base”⁵⁵⁹. É nesse nível que Fernand Braudel identificou na “história econômica do mundo entre os séculos XV e XVII”⁵⁶⁰ um maior desenvolvimento do capitalismo.

O capitalismo para Braudel é uma parte da economia humana; é um espaço ocupado por grupos sociais privilegiados. Nessa nível o setor capitalista age racionalmente; o lucro é presumido, conscientemente calculado. O monopólio é a tendência do sistema; sempre há diálogo entre concorrentes, tendem sempre à concentração.

É no ponto da origem que Braudel se diferencia de Polanyi (e de todos os intérpretes do capitalismo que seguiram a cronologia do capitalismo de Marx). O capitalismo surge numa sociedade pré-industrial. Para Braudel o capitalismo e a modernidade não se originaram na produção manufatureira Inglesa do século XVIII⁵⁶¹.

Para Braudel, “a economia, à primeira vista, consiste em duas enormes zonas: a produção e o consumo”⁵⁶². No consumo “tudo acaba e se destrói”⁵⁶³, na produção “tudo começa e recomeça”⁵⁶⁴. Parafraseando Marx, nega a afirmativa de que “uma sociedade não pode parar de produzir, tal como

⁵⁵⁷ Fernand Braudel, *Afterthoughts on material life*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1979, p. 61.

⁵⁵⁸ Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, v. 3, p. 7.

⁵⁵⁹ *Idem*.

⁵⁶⁰ *Ibidem*.

⁵⁶¹ O aprofundamento das questões relacionadas a capitalismo e modernidade podem ser verificadas nos trabalhos de Bolívar Echeverría, “La comprensión y la crítica (Marx e Braudel sobre el capitalismo)” in ECHEVERRÍA, Bolívar, *Las ilusiones de la modernidad*. Mexico, D.F: Unam/El equilibrista, 1995, pp. 111-131; Bolívar Echeverría, “El concepto de capitalismo em Braudel y em Marx”. *Primeras jornadas braudelianas*. México: Instituto Mora, 1993; Carlos Antonio Aguirre Rojas, “Between Marx and Braudel: making history, kowing history”. *Review*, Spring, 15, 2 (1992); Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Fernand Braudel y las ciencias humanas*. Barcelona: Montesinos, 1996; Carlos Antonio Aguirre Rojas, “Dimensiones y alcances de la obra de Fernand Braudel”. *Primeras jornadas braudelianas*. México: Instituto Mora, 1993; Bernard Lepetit, “La larga duración en la actualidad”. *Segundas jornadas braudelianas*. México: Instituto Mora, 1995; Idaleto Malvezzi Aued & Samya Campana, “Concepção de história em Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein: uma análise marxiana”. *Cadernos de História/UFOP*, Ano 1, nº 2 (set. 2005): 1-22; Immanuel Wallerstein, “Braudel sobre el capitalismo o todo al revés”. *Primeiras jornadas braudelianas*. México: Instituto Mora, 1993, pp. 71-83.

⁵⁶² Fernand Braudel, *O Jogo das Trocas* In: BRAUDEL, Fernand, *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Sécs XV-XVIII*. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 11.

⁵⁶³ *Idem*.

⁵⁶⁴ *Ibidem*.

não pode parar de consumir”⁵⁶⁵. Rejeita também a afirmativa análoga de Proudhon, quando menciona que “trabalhar e comer são a única finalidade aparente do homem”⁵⁶⁶. Pois, é na via do meio, situada entre “esses dois universos”⁵⁶⁷, produção e consumo, que se estabelece, para Braudel, “um rio”⁵⁶⁸, “estreito mais vivaz”⁵⁶⁹, nem produção, nem consumo, mas o leito “das trocas”, ou se preferir, “a economia de mercado”⁵⁷⁰. Marx a denomina “esfera da circulação”, expressão vinda da fisiologia para a economia; algumas ciências procuram coligir-se.

⁵⁶⁵ *Œuvres de Karl Marx dans la Bibliothèque de la Pléiade*. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1965, Tomo I (Économie), p. 1.066.

⁵⁶⁶ Fernand Braudel, *O Jogo das Trocas* In: BRAUDEL, Fernand, *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Sécs XV-XVIII*. Trad. Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 11.

⁵⁶⁷ *Idem*.

⁵⁶⁸ *Ibidem*.

⁵⁶⁹ *Ibidem*.

⁵⁷⁰ *Ibidem*.

Subcapítulo 2.3

Contexto na França, o estruturalismo

A DISCIPLINA de história conviveu nos anos de produção intelectual de Fernand Braudel uma forte tendência de aproximação das ciências sociais e humanas às ciências formais. O método científico estruturalista baseado em princípios formalistas tornou-se em meados do século XX um movimento intelectual de grandes dimensões. Radicado na França o movimento afetaria diretamente os *Annales*.

Na primeira seção abordaremos o contexto do desenvolvimento do movimento. Na segunda seção a perspectiva estruturalista a partir da obra de Claude Lévi-Strauss. Na terceira seção a resposta dos *Annales* ao estruturalismo. O objetivo geral do subcapítulo é demonstrar o contexto epistêmico francês no qual Braudel viveu na elaboração de sua obra.

2.3.1 O estruturalismo na França

FERNAND BRAUDEL retornou do Brasil em 1937. Claude Lévi-Strauss em 1939. Braudel foi para a II Guerra, por lá tornou-se prisioneiro; escreveu sua tese em circunstâncias extremas. Lévi-Strauss se refugiou nos Estados Unidos; lecionou na New York School for Social Research entre 1942-1945. Em cafés de Nova Iorque se encontrava com intelectuais para longas conversas; o lingüista Roman Jakobson foi um dos seus grandes contatos. Braudel defenderia sua tese na Sorbonne em 1947 após aqueles cinco anos trágicos. Lévi-Strauss defenderia na mesma universidade a tese *Structures élémentaires de la parenté*⁵⁷¹ em 1948.

Lévi-Strauss, desde sua atuação no Brasil já se interessava pelo método estruturalista. Em 1936 publicou “Contribution à l’étude de l’organisation sociale des Indiens Bororo”⁵⁷². Nas férias entre 1935/36 havia visitado os Kadiweu, na fronteira com o Paraguai, e os Bororo no estado do Mato Grosso; Mário de Andrade o ajudou na organização desta expedição. Esta pesquisa lhe rendeu sua primeira exposição em Paris (1936/37); em 1938 visitaria os Nambikwara, estado do Mato Grosso.

⁵⁷¹ Claude Lévi-Strauss, *Structures élémentaires de la parenté*. Paris: Mouton, 1971 [Edição original: 1952].

⁵⁷² Claude Lévi-Strauss, ““Contribution à l’étude de l’organisation sociale des Indiens Bororo”, *Journal de la Société des américanistes*, 28, 2 (1936): 269-304.

Entre 1935-39 Lévi-Strauss visitou diversos estados brasileiros: Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Mato Grosso, Goiás e Amazonas. O vínculo de Lévi-Strauss com o meio intelectual paulista se deu pela Sociedade de Etnografia e Folclore do Departamento de Cultura de São Paulo; Mário de Andrade era o diretor. Foi o escritor brasileiro quem auxiliou Lévi-Strauss e sua esposa Dina Dreyfus naquelas expedições.

Seu exílio nos Estados Unidos reforçaria seus interesses. Desde sua chegada em Nova Iorque, de posse do material de pesquisa realizado no Brasil, passaria não somente a escrever sua tese, mas também a publicar artigos correlacionando os princípios etnológicos ao método estruturalista. Publicou por lá pelo menos dois artigos: “On dual organization in South America”⁵⁷³(1944) e “L’analyse structurale en linguistique et en anthropologie”⁵⁷⁴(1945).

Em seu retorno para a França após a Guerra, passaria a publicar vários textos. Graduado em Direito e Filosofia, sua experiência de campo no Brasil fazia dele um antropólogo nos Círculos de Paris. “Um ano depois da visita aos Bororo, todas as condições para fazer de mim um etnógrafo estavam satisfeitas”⁵⁷⁵, afirmaria anos mais tarde. Publicaria com Georges Gurvitch em 1946 “La Sociologia Francesa”⁵⁷⁶. Este texto seria republicado um depois pelo próprio Gurvitch na França; a primeira publicação tinha sido em Nova Iorque⁵⁷⁷.

Entre 1948 defenderia sua tese e publicaria um longo artigo de 132 páginas dedicado aos Nambikwara no *Journal de la société des américanistes*⁵⁷⁸. Em 1949, após a defesa de tese, publicaria um livro (o artigo de 1948) e dois artigos⁵⁷⁹. O seu livro *Structures élémentaires de la parenté*, fruto de sua tese, apareceria também naquele ano. Consagrou-se instantaneamente. A desbiologização do incesto foi o ponto alto da pesquisa.

As teses até ali iam ao encontro do fator biológico: Lewis-Henri Morgan (1818-1881) explicava o incesto pelos efeitos funestos dos casamentos consangüíneos; e Edward Westermarck (1862-1939) pelo enfraquecimento da libido resultante dos hábitos cotidianos (tese derrotada pela teoria freudiana do Édipo). O ineditismo revolucionário de Lévi-Strauss consistia no fato de desbiologizar

⁵⁷³ Claude Lévi-Strauss, “On dual organization in South America”, *America Indígena*, 4, 1 (1944): 37-47.

⁵⁷⁴ Claude Lévi-Strauss, “L’analyse structurale en linguistique et en anthropologie”, *Word, Journal of the Linguistic Circle of New York*, I,2 (1945): 1-12.

⁵⁷⁵ Claude Lévi-Strauss, *Tristes Trópicos*. São Paulo: Anhembi, 1957, p. 261.

⁵⁷⁶ Claude Lévi-Strauss, “La Sociologia Francesa” In: GURVITCH, G; MOORE, W, E. (Orgs.). *La sociologie au XX siècle: les études sociologiques dans les différents pays*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947, v. II, p. 513-541.

⁵⁷⁷ Claude Lévi-Strauss, “La Sociologia Francesa” In: GURVITCH, G; MOORE, W, E. (Orgs.). *Twentieth Century Sociology*. Nova York: s/Ed, 1946, capítulo II.

⁵⁷⁸ Claude Lévi-Strauss, “La vie familiale et sociale des indiens Nambikwara”, *Journal de la société des américanistes*, 37 (1948): 1-132.

⁵⁷⁹ Claude Lévi-Strauss, *La vie familiale et sociale des Indiens Nambikwara*. Paris: PUF, 1949; Claude Lévi-Strauss, “L’efficacité symbolique”, *Revue de l’histoire des religions*, 85, 1 (1949): 5-27; Claude Lévi-Strauss, “Le sorcier et sa magie”, *Les Temps Modernes*, 41 (1949): 3-24.

o fenômeno, considerando-o fator puramente social-cultural; possível pela aplicação do método estruturalista: se observa a diversidade traçando-lhe as invariantes.

De 1949 a 1956 publicaria 5 textos⁵⁸⁰ relevantes. Um deles seria o mais importante, pois definia o roteiro do Estruturalismo. Já como diretor de estudos (professor) da École Pratique des Hautes Études (cadeira de estudos de religiões comparadas de povos sem escrita)⁵⁸¹ publicaria este texto. Se trata de um texto-prefácio intitulado “Introduction à l’œuvre de Marcel Mauss”⁵⁸², no livro *Sociologie et anthropologie* que reunia artigos de Marcel Mauss (1872-1950) - publicado logo após o falecimento do autor, sobrinho de Émile Durkheim. Este prefácio lançava as bases do estatuto do estruturalismo na França.

Uma reunião de textos da coleção *Anthropologie structurale*⁵⁸³ apareceria em 1958; ano em que Fernand Braudel publicaria uma grande resposta ao estruturalistas: “*Histoire et sciences sociales. La longue durée*”⁵⁸⁴, publicado na revista dos *Annales E. S. C.* no último número daquele ano. A partir deste artigo ficariam estabelecidos o tempo do historiador e o tempo das ciências sociais. A ratificação deste estatuto dos *Annales* seria a republicação do artigo de 1903 de François Simiand - “Méthode historique et science social” - na revista dos *Annales* em 1960.

Nos artigos publicados na coletânea *Antropologia Estrutural* Lévi-Strauss fazia não somente uma crítica à escola funcionalista – à escola inglesa de Radcliffe-Brown e B. Malinowski -, mas também à história. Diante de uma história conjectural os funcionalistas armaram um modelo de base empírica, e imune à história e a seu desenvolvimento. Para Lévi-Strauss a força desta escola era também sua fraqueza. Se E. Leah disse que que Malinowski era “um empirista teórico e fanático”⁵⁸⁵, Lévi-Strauss dirá que ele era “o último empirista ingênuo”⁵⁸⁶. O estudo dos *Nuer* de Evans-Pritchard, o aluno brilhante de Malinowski é um bom exemplo.

Até aquele momento, final dos anos 1950, várias disciplinas já tinham sido cooptadas pelo movimento estruturalista. François Dosse afirma que estruturalismo passou a ser na França o argumento para tudo (até para técnicos de futebol)⁵⁸⁷. O movimento adquiriu tamanha força que

⁵⁸⁰ Claude Lévi-Strauss, “Les organisations dualistes existent-elles?”. *Bijdragen tot de Taal-, Land-, en Volkenkunde*, 112, 2 (1956): 99-128; Claude Lévi-Strauss, “Sur les rapports entre la mythologie et le rituel”, *Bulletin de la société française de philosophie*, 50, 3 (1956): 99-125; Claude Lévi-Strauss, “Les mathématiques de l’homme”, *Bulletin international des sciences sociales*, 6, 4 (1954-1955): 643-653; Claude Lévi-Strauss, “Le Père Noël supplicié”, *Les Temps Modernes*, 77 (1952): 1572-1590.

⁵⁸¹ Entre 1959 a 1982 Claude Lévi-Strauss ocuparia a cadeira de Antropologia Social no Collège de France.

⁵⁸² Claude Lévi-Strauss, “Introduction à l’œuvre de Marcel Mauss”, in Marcel Mauss, *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France, IX-LII, 1950.

⁵⁸³ Claude Lévi-Strauss, *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958.

⁵⁸⁴ Fernand Braudel, “Histoire et sciences sociales. La longue durée”. *Annales E. S. C.* “Debats et Combats”, 4, (Octobre-Décembre 1958): pp. 725-753.

⁵⁸⁵ E. Leah, *Repensando a Antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 53.

⁵⁸⁶ C. Lévi-Strauss & D. Eribon, *De près et de loin. Suivi d’un entretien inédit “Deux ans après”*, Paris: O. Jacob, Collection Points, 1990, p. 41.

⁵⁸⁷ Utilizamos dois autores para abordar o Estruturalismo: François Dosse, *História do Estruturalismo. O campo do signo (1945-1966)*. Bauru: Edusc, 2007, Vol. I; François Dosse, *História do Estruturalismo. O canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. Bauru: Edusc, 2007, Vol. II.; Jean-Claude Milner, *Le Périphe structural, Figures et paradigmes*. Paris:

extrapolou os domínios das ciências. O problema para os historiadores se agravou porque sua disciplina se tornou um dos alvos dos estruturalistas; naqueles anos já haviam ganhado quase toda a *intelligentsia* francesa.

A questão principal do método reside nos seus princípios. Aplicado geralmente às ciências formais o método ganhou inicialmente influência nas ciências matemáticas. Fernand Sausurre (1857-1913) havia aplicado o método nos estudos linguísticos nos Círculos Linguísticos de Praga e Copenhague. Não apenas tornou a lingüística numa ciência como a colocou entre as ciências formais. A publicação *post-mortem* em 1916 de *Cours de linguistique générale* nas mãos de Roman Jakobson (1896-1982) tornaria-o um dos pioneiros na aplicação do método estruturalista à linguagem, à poesia e à arte.

Claude Lévi-Strauss viu no método estruturalista a viabilidade para tornar a etnologia uma ciência sistemática; os princípios formais legitimariam suas pretensões institucionais para as nascentes ciências humanas. Se a filosofia de Jean-Paul Sartre recusaria-se a aderir ao método, George Dumézil seria um apoiador inveterado de uma aproximação dos estudos culturais da antropologia estrutural à história das religiões.

Em seu existencialismo, em sua consciência no período da Libertação, Sartre não acompanharia aquele movimento de um conjunto de ciências em busca de legitimidade. Nem mesmo se afastaria de sua defesa do comunismo. Em 1952 se alistou ao Partido Comunista, enquanto as denúncias de Krushev dos crimes de Stálin conduzia os intelectuais franceses à evasão do Partido. Sua afiliação teve consequências. Maurice Merleau-Ponty, um ex-discípulo de Husserl, o abandonou mediante os acontecimentos da Guerra da Coréia (1950-53). Merleau-Ponty não apenas abandonou *Les Temps modernes* no verão de 1952 como se dedicou em aproximar o estruturalismo do marxismo. Claude Lefort também seria uma perda de Sartre. Se houve abandonos, Sartre não deixou de influenciar novas gerações; Perry Anderson é um bom exemplo.

A história para Sartre acompanha a filosofia existencial do tempo. Lévi-Strauss não compreendia por que os filósofos, entre os quais Jean-Paul-Sartre, se obstinavam em atribuir papel privilegiado à história; o debate dos anos 1920 entre filosofia e ciência em torno do espaço-tempo entre Henri Bergson e Albert Einstein poderia elucidá-lo.

Por outro lado, George Gurvitch se aproximou dos *Annales*. Com a publicação de Lévi-Strauss dos artigos da coletânea de 1958, um rompimento foi inevitável. As pretensões da etnologia levistraussiana desapontava a sociologia de Gurvitch.

Fernand Braudel publicaria “Histoire et sociologie”⁵⁸⁸ à convite de Gurvitch. Este artigo simbolizava uma grande vitória para os *Annales*. Eram os efeitos do artigo recém publicado por

Éditions Verdier, 2008.

⁵⁸⁸ Fernand Braudel, “Histoire et sociologie”. In: Gurvitch, G. (Org.) *Traité de sociologie*. Paris: PUF, 1958.

Braudel em nome do Projeto dos *Annales* braudelianos (1956-1972) e em nome da disciplina histórica. “*Histoire et sciences sociales. La longue durée*” era o estatuto do conjunto das ciências sociais e humanas; Gurvitch passou a concordar com isto.

Louis Althusser, após o famoso embate vitorioso em 1960 contra Sartre na *École normale supérieure*, tornaria-se naquele momento um expoente do movimento ao lado de Lévi-Strauss. Com exceção de Jean Pouillon, que se manteve entre o existencialismo sartreano e o estruturalismo levistraussiano, Georges Canguilhem, Jean Hyppolite e Roland Barthes aos poucos se desligaram do homem sartreano; substituem o sujeito, a existência, a intencionalidade, a consciência pela regra, pelo código, pela invariância, pelo inconsciente e pela estrutura.

Apagado o brilho sartreano, Claude Lévi-Strauss passaria a iluminar. Toda intelectualidade francesa de alguma maneira seria impactada. Preterindo Robert Hertz em favor de M. Mauss, Lévi-Strauss vê no autor de *Manuel d’ethnographie* o precursor do estruturalismo na investigação antropológica. Apóia-se na autoridade de um dos mestres durkheimianos da antropologia francesa para legitimar o Programa estruturalista de sua etnologia.

Sustentado por Marcel Mauss, a partir de 1950 Lévi-Strauss recorre à lingüística; apresentada como melhor meio de tornar o conceito adequado ao seu objeto. A lingüística tornar-se-ia numa lente capaz de aproximar a antropologia da cultura; dessa forma marginalizaria os modelos naturalistas.

O estruturalismo encontra sua base no modelo da lingüística moderna iniciada por Fernand Saussure. O *Cours de linguistique générale*, CLG, ministrado nos anos de 1907 a 1911 foi publicado pelos genebrinos Charles Bally e Albert Séchehay. Dele se retirou as bases epistemológicas para a nova lingüística; o essencial consiste mostrar que a língua é um sistema de valores constituídos por conteúdos de uma vivência, de uma cultura, e não uma relação puramente natural. É o arbitrário do signo o determinante.

O artigo de Algirdas-Julien Greimas “L’actualité du saussurisme”, publicado em 1956 em *Le Français moderne*, seria o responsável pelo resgate de Saussure. No I Congresso Internacional de Lingüística, realizado em Haia em 1928, Saussure já havia sido lembrado por descrever a língua como sistema; nele a cultura tinha um lugar de destaque. Os russos Jakobson, Karcevski e Trubetzkoy e os genebrinos Bally e Séchehay tinham em comum a linguística saussureana. Foram eles antes de Greimas os responsáveis pelo retorno ao *Cours de Linguistique générale*. Em 1928 foi o prenúncio de um grande futuro para a lingüística moderna. O que de fato cumpriu-se nos anos 1950 com Greimas.

A lingüística afastada do empirismo, próxima à abstração, por seu rigor, por seu formalismo, irá cooptar todas as demais ciências humanas fazendo-lhes assimilar seu programa e método. Jakobson

e Benveniste na lingüística, Barthes na literatura, Merleau-Ponty, Althusser e Foucault na filosofia, Lacan na psicanálise, Dumézil e Lévi-Strauss na antropologia seriam cooptados. A aposta estruturalista consistia em mostrar como o verdadeiro objeto das ciências humanas não era o homem, mas as estruturas sociais e lingüística que o determinam.

Em 1953 o livro de Barthes *Le degré zero de l'écriture* tornou-se rapidamente sintomático de uma nova perspectiva literária; evocava uma imagem de nuances do estruturalismo. Apresentou-se como expressão de uma profunda carência de uma ruptura com a tradição. Barthes participa da corrente formalista preconizando uma ética libertada de restrições tradicionais da escrita. A utilização da análise estrutural nos estudos literários despontaram nos trabalhos dos formalistas, inicialmente nos formalistas russos, por volta de 1920. Mas, não conheceu a mesma evolução do estruturalismo lingüístico.

A análise do poema *Les Chats* de Baudelaire por Jakobson e Lévi-Strauss deslocou para a França o centro das pesquisas estruturais em literatura. Dentre os vários estudiosos, Roland Barthes destacou-se em *O grau zero da escrita* e também em *Critique et Vérité*, marcando a polêmica entre a crítica tradicional e a *nouvelle critique*.

O formalismo de Julia Kristeva fascinaria não somente Philippe Sollers, mas todos do grupo *Tel Quel*; centro da Paris intelectual. Jacques Lacan, Jacques Benveniste, Pierre Macherey e Jean Dubois se fascinariam por ela. Por ser estrangeira, identificada com Mikhail Bakhtin, seria confundida como a representante da aporia paradigmática do estruturalismo francês. Todos se tornaram fascinados pelo formalismo. O projeto de *Tel Quel* celebrava Stéphane Mallarmé, influenciado por Baudelaire, como o grande iniciador da aproximação entre literatura e teoria literária em comunicação íntima com a ciência.

Em seminário promovido por Barthes em 1965 sobre Mallarmé, o esposo de Kristeva - Philippe Sollers - apresentaria uma exposição celebrando a literatura e a ciência enquanto próximas e prodigiosas. Uma mistura explosiva de semio-marxismo-freudismo torna-se vanguarda intelectual revolucionária pela escrita.

Na filosofia, nos anos 1950, Maurice Merleau-Ponty pós-cesura à Sartre, avalia as proposições teóricas acerca da dupla relação entre os homens e a natureza e dos homens entre si e, tira destas reflexões os problemas fundamentais a serem desenvolvidos pelas ciências humanas. Coloca como tarefa central para a compreensão do homem o reconhecimento do outro, tal como fizera Lévi-Strauss ao reafirmar sua filiação ao pensamento de Rousseau.

Nos anos 1960, Jean-Toussaint Desanti, herdeiro de Merleau-Ponty, filiado à fenomenologia, procura converter seus alunos às novas disciplinas das ciências humanas, ao passo que Louis Althusser opta por uma teoria que reserva um lugar mais importante para a filosofia: uma filosofia

do concreto, teoria das práticas teóricas, capaz de avaliar a validade científica das positivities a fim de testar a verdade.

O que tem de comum entre Desanti e Althusser é a estratégia de inclusão do paradigma estruturalista, no entanto suas perspectivas eram diferentes: Desanti fala em nome das novas ciências humanas, Althusser em nome da filosofia.

Por detrás da hegemonia da razão Michel Foucault inicia sua relação com o estruturalismo em 1956. Mas, somente num sábado, 20 de maio de 1961, na sala de Luis-Liard na *Sorbonne*, é que iniciaria sua consagração ao defender sua tese orientada por Georges Canguilhem. O tema parece-lhe congruente, considerando sua biografia. Filho de médico psiquiátrico busca devolver a fala à excluída da história, à esquecida da razão; procura dar voz ao silêncio: a loucura. O projeto foucaultiano inscreve-se na forma da investigação da diversidade do grau zero da escritura, da língua, do parentesco, do inconsciente.

Fortemente influenciado por Georges Dumézil, leitor precoce de Freud, Marx, Heidegger e Lacan, descobriria Nietzsche somente em 1953. “Sou simplesmente nietzscheano”, afirmaria anos depois em *Les Nouvelles littéraires*⁵⁸⁹. Leitor voraz de Maurice Blanchot, que nunca lhe deixara de influenciar seu estilo de escrita, se dirigiu por um verdadeiro fascínio a pensar o fora, o distante, o limite.

A geneologia nietzscheana inspirou Foucault a um trabalho dirigido não para a investigação das origens, mas para o presente histórico em sua atualidade real. Rompe com a idéia de cumulatividade, de progresso histórico, de apreender as continuidades em prol das descontinuidades, das oscilações dos *epistemes*. O enfoque genealógico de Foucault, a partir de Nietzsche, o conduz a privilegiar a história como campo de investigação, chegando a colaborar e manter diálogo com historiadores como Michelle Perrot, Arlette Farge e Paul Veyne.

Esses diálogos nem sempre foram compreendidos mutuamente. Pierre Villar em seu *Histoire Marxiste, histoire em construction* ataca deliberadamente Michel Foucault; considera que o filósofo ao falar de história entra em estado de delírio. Pierre Nora, ao lançar a coleção *La Bibliothèque des histoires*, em 1971, incluiu três obras de Foucault⁵⁹⁰; o filósofo uma vez ou outra atacava os paradigmas da história dos *Annales*.

Se a gênese do movimento nos remete ao Círculo Lingüístico de Praga e à etnologia de Durkheim (ou de Marcel Mauss), o momento de ascensão nos remete à luta travada por Claude Lévi-Strauss contra a fenomenologia de Jean Paul-Sartre e à História. As rupturas internas, como o marxismo de Althusser contra a dialética hegeliana – *bête-noire* do estruturalismo – levará o

⁵⁸⁹ Michel Foucault, “Mais à quoi servent les pétitions”. *Les Nouvelles Littéraires*, no 2672, 1979, p. 4.

⁵⁹⁰ Os três livros inclusos na coleção foram *Histoire de la folie à l'âge classique* (1972); *Surveiller et punir* (1975); *Histoire de la sexualité* (1976-1984).

movimento à queda. Neste processo de desmanche Michel Foucault se aproximará de uma geração que vê em Nietzsche e Heidegger suas maiores leituras: os pós-estruturalistas Deleuze, Derrida e Lyotard.

A história seria duramente atacada por Claude Lévi-Strauss nos momentos de ascensão do estruturalismo. Dois textos ajudam a entender a relação do antropólogo com a história dos *Annales*. Estes textos possuem o mesmo título: "História e etnologia". Foram redigidos em momentos diferentes e o que mais chama a atenção, não se remetem um ao outro.

O primeiro deles, e o mais conhecido, é parte da coletânea de artigos escritos por Lévi-Strauss durante os anos 40 e 50: *Antropologia Estrutural*. Mas, foi publicado originalmente na *Revue de Métaphysique et de Morale*, número 54, no ano de 1949⁵⁹¹. Já o segundo artigo, se trata de uma palestra apresentada por Lévi-Strauss, a 2 de julho de 1983, na *Sorbonne*, por ocasião do quinto ciclo de conferências em homenagem a Marc Bloch; editado na revista dos *Annales* no mesmo ano⁵⁹².

Se o primeiro ensaio representa o clima de disputa entre antropologia levistraussiana e a história, o segundo representa a sua trégua à ela. *O Mediterrâneo* e o artigo de 1958 "Histoire et sciences sociales. La longue durée" provaram a capacidade histórica de apreender as regularidades, as permanências e o inconsciente através da longa duração. O antropofagismo dos anos de *Race et histoire*⁵⁹³ haviam acado. As razões são de ordem epistêmica: Lévi-Strauss não conseguiu resolver a aporia do tempo.

2.3.2 O estruturalismo por Lévi-Straus

A NOÇÃO de estrutura não pode ser dada sem se referir primeiro ao papel que a matemática exerce nas ciências. Na publicação do livro *Structures élémentaires de la parenté*⁵⁹⁴ o matemático André Weil seria o autor do apêndice; originaria um pequeno texto matemático incluído em *L'Homme Nu*⁵⁹⁵ de 1971. Nos anos 1940 o grupo de estudos Nicolas Bourbaki⁵⁹⁶ já vinha publicando uma

⁵⁹¹ Claude Lévi-Strauss, "Histoire et ethnologie". *Revue de Métaphysique et de Morale*, 54, (1949).

⁵⁹² Claude Lévi-Strauss, "Histoire et ethnologie". *Annales, économies, sociétés, civilisations*, 38, 6 (Nov.1983): 1217-1231.

⁵⁹³ Claude Lévi-Strauss, *Race et histoire*. Paris: Unesco, 1952.

⁵⁹⁴ Claude Lévi-Strauss, *Structures élémentaires de la parenté*. Paris: Mouton, 1971 [Edição original: 1952].

⁵⁹⁵ Claude Lévi-Strauss, *O homem nu*. Coord. Beatriz Perrone-Moisés/Trad. Carlos Eugênio de Moura. São Paulo: Cosac-Naify, 2006, Série Mitológicas [Título original: *L'homme nu*, 1971, pp. 567-8].

⁵⁹⁶ Pseudônimo coletivo de um grupo de matemáticos em sua maioria franceses, da qual André Weil e Jean Dieudonné foram dois dos mais importantes integrantes: se iniciou com a publicação dos *Éléments de mathématiques* (1939), obra que pretendia mostrar as relações e semelhanças estruturais entre os diversos ramos da matemática. O Nicolas Bourbaki foi fundado (10/12/1934) por um grupo de jovens matemáticos provenientes da *École Normale Supérieure, de Paris*, sendo os principais fundadores (alem de Weil e Dieudonné) Henri Cartan, Claude Chevalley e Jean Delsart. Após a plenária de fundação, realizada em julho (1935), foram admitidos ao grupo outros membros, a saber: Jean Coulomb, Szolem Mandelbrojt, Benoît Mandelbrojt e Charles Ehresmann. Outros matemáticos importantes no grupo foram Elie

reconstrução de toda a matemática sob uma orientação explicitamente estrutural. André Weil (autor do apêndice de Lévi-Strauss) era integrante deste grupo⁵⁹⁷.

Os matemáticos conceberam o conceito de estrutura ao explorarem as regras de transformação. Operar sobre os elementos de um conjunto submetido a determinadas relações originam novas relações entre si que derivam das primeiras inferências. Na geometria a utilização de grupos de transformação transpõe simetricamente de uma figura para outra por operações de “deslocamentos”; projeta-se uma figura poligonal a outras similares por operações “projetivas” e “afins”. Os princípios estruturais de esquemas matemáticos são aplicáveis em quase todas as ciências.

Na física o átomo pode ser considerado uma “estrutura” *stricto sensu*; as mudanças físicas sofridas podem ser controladas por princípios matemáticos de transformação. O átomo isolado tem propriedades que “permanecem” “invariáveis” em sua rotação (simetria esférica). Interligado sistemicamente a um corpúsculo exterior suas propriedades interiores de forma análoga “permanecem” “invariáveis” durante toda a rotação em torno do eixo que une os dois corpos (simetria plana).

Para um físico a questão que se coloca é a conservação das propriedades energéticas numa operação que altera o tipo de simetria. Para tanto procura sempre simetrias idênticas objetivando a invariância de seu objeto analisado. Essa significação operatória das estruturas das ciências naturais foi adotada e adaptada pelas ciências que se colocam sob o signo do “estruturalismo”.

O caso exemplar nas ciências humanas é a lingüística. Saussure em *Cours de linguistique générale* adaptou o método matemático ao estudo sincrônico da língua. Considerando que o estudo dos signos examina os elementos da linguagem (idioma) de maneira sincrônica relegou a diacronia à fala. A lingüística de Saussure baseava-se no estudo da estrutura da língua, e do uso coletivo, comum a todos os falantes. Universal, desprezava o individual por considerar que a língua é homogênea e dinâmica; a fala é mutável.

Separou *langue* e *parole* a fim de estudar a língua como sistema; se dedicou apenas a *langue*. Para Saussure a língua é um sistema homogêneo, invariante, um conjunto de signos exterior aos indivíduos; deve ser estudado separado da fala. Em comparação à física, a língua seria o átomo isolado (simetria esférica) e os signos os corpúsculos exteriores ligados ao átomo, onde se estabelece o ponto de rotação e de interligação sistêmica entre os dois corpos (simetria plana).

Saussure rejeita o estudo da fala por estar nela todas as possibilidades imprimidas pelos falantes, impossibilitando uma análise estrutural. “A cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um

Cartan, Claude Chevalley, Jean Delsart e Jean Dieu.

⁵⁹⁷ Uma parte considerável desta seção está fundamentada no artigo de Mauro W. B. de Almeida, “Simetria e entropia: sobre a noção de estrutura de Lévi-Strauss”. Rev. Antropol., São Paulo, v. 42, n. 1-2 (1999). Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100010&lng=en&nrm=iso access on 21 Nov. 2010.

sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado.”⁵⁹⁸ Embora não tenha estudado a evolução da língua, Saussure a define como um agente transformador da linguagem e com isso, desperta, no futuro, o estudo também da fala. Nas palavras do teorizador “tudo que é diacrônico na língua, não o é senão pela fala, (*parole*). É na fala que se acha o germe de todas as modificações: cada uma delas é lançada, a princípio, por um certo número de indivíduos, antes de entrar em uso”⁵⁹⁹.

Saussure divide a lingüística sincrônica em duas partes: a “sincronia sintagmática” e a “sincronia paradigmática”. A primeira delas está centrada no eixo das combinações dos sintagmas; estabelece relações baseadas no caráter linear da língua que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Ou seja, regras que limitam os falares privilegiando o uso coletivo em oposição ao individual⁶⁰⁰.

É a relação paradigmática, que “capta a natureza das relações que os unem em cada caso e cria com isso tantas séries associativas quantas relações existam”⁶⁰¹. Por outro lado, “enquanto um sintagma suscita a idéia de uma ordem de sucessão e de um número de elementos, os termos de uma família associativa (paradigmática) não se apresentam nem em número definido nem numa ordem determinada”⁶⁰².

A questão que fica para o lingüista, similar a do físico, é a possibilidade de se estudar apenas a estrutura, a *langue*, ou o átomo em seu movimento rotativo, porque toda língua tem sua estrutura própria, e cada uma delas seu modo de construção frasal.

As ciências formais se apresentam como disciplinas que tratam os seus objetos no interior de sistemas definidos; um conjunto de elementos que se relacionam entre si pela aplicação de regras de transformação – desse ponto se sobressaem as permanências, as invariâncias e o universal. Isto se dá pela obediência às leis, onde a noção estrutural de grupo de transformação assegura a unidade e a universalidade.

Os elementos geométricos – figuras ou propriedades constantes figurativas - são distribuídos e classificados em tipos que obedecem às leis de transformações métricas, de deslocamentos, projetivas e afins, assegurando como resultantes a unidade e a universalidade metodológica da geometria.

Já as ciências empíricas tem por objetivo integrar sincronicamente os fatos ou as determinações experimentais das quais elas tratam transformando as estruturas em unidade sistêmica. Enquanto as ciências formais constroem livremente sistemas semelhantes, universais, invariantes e permanentes,

⁵⁹⁸ Ferdinand Saussure, *Curso de Lingüística Geral*. 15ª ed. São Paulo: Ctrix, 1989, p. 16.

⁵⁹⁹ *Idem*, p. 116.

⁶⁰⁰ *Ibidem*, p. 142.

⁶⁰¹ *Ibidem*, p. 145.

⁶⁰² *Ibidem*, p. 116.

as ciências empíricas estão sujeitas a precisar e a respeitar a correlação dos sistemas no quais elas pensam e operam com os estados de coisas “concretas” que elas descrevem.

O problema que se coloca para Lévi-Strauss em sua *mathématiques de l’homme*, considerando que as relações de casamento entre os clãs de uma tribo são sempre de natureza exogâmica, era: quais são as formas que tomam essas relações nos modelos particulares passíveis dessa relação de troca? Aplicando regras de uma álgebra topológica finitista, o antropólogo encontra as relações e transformações de relações de um grupo social.

Claude Lévi-Strauss não se inspirou somente nos fundamentos da lingüística saussureana. Roman Jakobson revela que os conceitos lingüísticos aplicados por Lévi-Strauss ganharam novo significado⁶⁰³. As influências de Lévi-Strauss foram: a botânica, a zoologia e a geologia de D’arcy W. Thompson (1860-1948), os princípios de método dos bourbakistas, a teoria da cibernética de Norbert Wiener (1894-1964), a teoria da informação de Claude Shannon (1916-2001), a teoria dos jogos de John von Neumann (1903-1957) e Oskar Morgenstern (1902-1977), a teoria da relatividade de Albert Einstein, a física newtoniana e Immanuel Kant.

De Thompson⁶⁰⁴ Lévi-Strauss adotou sua noção de descontinuidade, uma heresia anti-evolucionista. De Wiener, em seu livro *Cibernética*⁶⁰⁵ Lévi-Strauss fundamentou a diferença entre “modelos mecânicos” e “modelos estatísticos”; dessas concepções passou a diferenciar “história estacionária” e “história acumulativa”. Estes conceitos aparecem em obras dos anos 1950, como os capítulos metodológicos de *Antropologia estrutural* e, em *Raça e História* - equivalem à oposição traçada por Wiener entre a mecânica newtoniana e a mecânica de Josiah W. Gibbs (1839-1903) e de Ludwig Boltzmann (1844-1906).

O paradigma de Lévi-Strauss são definições que constam no livro fundador dos anos 40; *Theory of Games and Economic Behavior* do matemático John von Neumann e do economista Oskar Morgenstern⁶⁰⁶. A teoria dos jogos aplicada ao comportamento humano se trata de jogos entre duas pessoas ou entre n pessoas; análogo ao que Lévi-Strauss traçou entre troca restrita (entre duas classes) e a troca generalizada (entre n classes). A oposição entre rito e jogo, sociedades frias e sociedades quentes e, estruturas elementares e estruturas complexas de parentesco constituem a mesma aporia contida na teoria dos jogos: equivale-se à distinção entre jogos de soma nula, aqueles em que apenas há um ganhador em detrimento de um perdedor, e jogos de soma não nula, aqueles em que há vários ganhadores simultâneos.⁶⁰⁷

⁶⁰³ Cf. prefácio de C. Lévi-Strauss a *Six leçons sur le son et le sens*, de Roman Jakobson, Paris, Les Editions de Minuit, 1976. Republicado em C. Lévi-Strauss. *Le Regard Eloigné*. Paris, Plon, 1983, Chap. IX, pp. 191-201. C. Lévi-Strauss e Didier Eribon. *De près et de loin*. Paris, Editions Odile Jacob, 1988.

⁶⁰⁴ D’Arcy Thompson. *On Growth and Form*. Cambridge: Cambridge University Press, 1917 [1917; 2a edição 1942].

⁶⁰⁵ Norbert Wiener, *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. São Paulo: Cultrix, 1968.

⁶⁰⁶ J. Von Neumann e Oskar Morgenstern. *Theory of Games and Economic Behavior*. Princeton University Press, 1980 [1944].

⁶⁰⁷ Claude Lévi-Strauss. *Anthropologie Structurale*. Paris: Plon, 1958, pp. 328-329.

A teoria dos grupos é resultante de uma mudança paradigmática que ocorreu no âmbito da matemática das últimas décadas do século XIX. A matemática que até então se ocupava dos números, das grandezas e das figuras, entes concebidos como detentores de propriedades próprias, ao longo do século XIX torna-se eminente a noção de que o essencial na matemática é “o estudo das relações entre objetos que não são mais (...) conhecidos e descritos a não ser por algumas de suas propriedades; precisamente aquelas que colocamos como axiomas na base de sua teoria”⁶⁰⁸

A matemática passou a se reconhecer como estudo de estruturas que conduzem as relações entre elementos, sendo a teoria dos grupos ferramenta básica deste novo conceito. Entende-se teoria dos grupos “como uma estrutura que expressa matematicamente a noção de invariância numa família de objetos, quando eles são transformados por meio de operações”⁶⁰⁹.

As geometrias não-euclidianas e as matemáticas passam a ser o centro de estudos de estruturas. Uma mesma estrutura pode então aplicar-se a diferentes domínios de objetos, desde que as relações entre eles se descrevam da mesma maneira. A noção de "grupo de transformações" que aparece na obra de Wiener e, em capítulo genial de D'Arcy Thompson, foi aplicada a vários tipos de fenômenos.

Desde os anos 40 os bourbakistas já vinha publicando uma reconstrução de toda a matemática sob uma orientação explicitamente estrutural. Foi de André Weil, um dos integrantes do grupo Bourbaki, o apêndice de *Structures élémentaires de la parenté*. Esse "Apêndice" de Weil originou um pequeno texto matemático incluído em *L'Homme Nu*⁶¹⁰. Lévi-Strauss chama a atenção para as influências de Wiener, Shannon e von Neumann. O papel de André Weil está evidente; constam nas notas do artigo "A noção de estrutura em Etnologia"⁶¹¹. No artigo “Les mathématiques de l’homme”⁶¹² estas influências também estão assinaladas.

Nos anos 40 a ontologia bourbakista não era a única grande influência no contexto científico. A “alma das máquinas”, ou o que denominamos contemporaneamente de “inteligência artificial” também passou a ser um grande modismo. Em história da ciência essa é a idade das máquinas algorítmicas. A noção de máquina ganha novo estatuto, deixando de ser sinônimo de um autômato cartesiano necessitando de uma alma não-mecânica para tornar-se humano. Estabelece-se uma relação entre estruturas enquanto construções mentais e máquinas reais enquanto autômatos

⁶⁰⁸ Nicolas Bourbaki, *Éléments d'histoire des mathématiques*. Paris, Hermann, 1960, p. 33.

⁶⁰⁹ Mauro W. B. de Almeida. “Simetria e entropia: sobre a noção de estrutura de Lévi-Strauss”. *Rev. Antropol.*, São Paulo, v. 42, n. 1-2 (1999). Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100010&lng=en&nrm=iso
access on 21 Nov. 2010.

⁶¹⁰ Claude Lévi-Strauss, *O homem nu*. Coord. Beatriz Perrone-Moisés/Trad. Carlos Eugênio de Moura. São Paulo: Cosac-Naify, 2006, Série Mitológicas [Título original: *L'homme nu*, 1971, pp. 567-8].

⁶¹¹ Claude Lévi-Strauss, “A noção de estrutura em Etnologia” in CAMARA Jr., J. M. *Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

⁶¹² Claude Lévi-Strauss, “Les mathématiques de l’homme”, *Bulletin international des sciences sociales*, 6 4 (1954-1955): 643-653.

obedientes às leis do mundo real. Contudo, máquinas e estruturas são por princípios diferentes. Deste debate Lévi-Strauss instituiu parte de seus princípios epistêmicos de sua etnologia estruturalista.

Estrutura para os matemáticos bourbakistas são modos de construir operações entre objetos. Para Lévi-Strauss são modos de construir relações. Portanto, nesta ontologia matemática os objetos não têm natureza inerente; portanto, passíveis de operá-los e, caso fossem entes, passíveis de relações. Os objetos adquirem natureza somente após classificados em determinados conjuntos; processo no qual induz a uma classificação binária, uma lógica de oposição binária: subconjunto x que satisfaz (tem propriedade) e subconjunto y que não satisfaz (sem propriedade).

Uma questão que se coloca para Lévi-Strauss é quais são os objetos dotados de propriedades. Ou melhor, quais são os entes passíveis de relações? São eles que interessarão a Lévi-Strauss no recorte de sua pesquisa a fim de se definir o objeto. São esses subconjuntos as determinantes nas escolhas dos elementos que irão compor a estrutura do grupo social a ser pesquisado. O que para Lévi-Strauss são estruturas elementares de relações de parentesco, para a matemática são estruturas de ordem, estruturas algébricas e estruturas topológicas.

As estruturas de ordem são um conjunto de pares sujeitos às restrições específicas, como por exemplo: situação 1) se x domina y , logo y não domina x , a não ser que o elemento segundo seja o elemento primeiro, isto é, apenas um elemento; Situação 2) xy pertence ao conjunto Z^+ , logo, $-xy$ pertence ao conjunto Z^- . Nota-se que em ambos os casos a determinante foi a “ordem” modelando as “escolhas”, escolhas da noção de tempo onde o sinal demonstra tempo para frente (+) ou tempo para trás (-).

Já as estruturas algébricas são operações entre dois elementos x, y , cujas transformações operacionais resultam num terceiro elemento w , isto é $x + y = w$; ou $x \cdot y = w_1$; ou $x/y = w_2$; etc. Observem que as estruturas algébricas modelam operações que tem por finalidade uma resultante possibilitando a noção de espaço destituído de um ponto de referência (geometrias não-euclidianas).

As estruturas topológicas são modelos de métrica, de medição de distâncias, assim dados dois elementos x, y pode-se calcular a proximidade entre eles. Logo, se estruturas de ordem dão a noção de tempo, as estruturas algébricas dão a noção de espaço, estando a estrutura topológica aproximando ambas as estruturas diminuindo suas distâncias por uma linguagem comum.

Portanto, se nas estruturas de ordem Lévi-Strauss as remetem sobre o *Pensamento selvagem*, já nas *Estruturas elementares de parentesco* utiliza-as juntamente com as estruturas algébricas em termos de ordem (sinal +, direção positiva, o da descendência) e de movimento espacial (espaço ou conjunto = ‘grupo a ’, logo cruzamento entre elementos x, y desse grupo $x \cdot y = w$, portanto a

resultante é o descendente w)⁶¹³. Ambas as estruturas (estruturas de ordem, estruturas algébricas) são aproximadas pelas estruturas topológicas como pode-se ver nas *Mithologiques*⁶¹⁴ e nas metáforas de *La potière jalouse*⁶¹⁵.

Lévi-Strauss que não pode negar totalmente o tempo, distingue-o em dois tipos. Um se dirige à uma história cumulativa e progressista, o outro à uma história não-cumulativa onde as mudanças não se aplicam pelos seus próprios princípios de auto-regulação. O primeiro tempo pertence às “sociedades frias”, o outro às “sociedades quentes”.

As sociedades frias assemelham-se às máquinas mecânicas, as sociedades quentes às máquinas termodinâmicas. Se as máquinas mecânicas funcionam a partir de um *primum mobile*, as máquinas termodinâmicas funcionam em proporção à temperatura. Estas últimas máquinas consomem mais energia, consomem mais trabalho. O modelo mecânico e operacional relaciona-se às sociedades frias, o estatístico às sociedades quentes. “O etnólogo recorre a um tempo mecânico, reversível e não cumulativo”⁶¹⁶.

A questão que ficou para Lévi-Strauss foi a aporia do tempo neste modelo axiomático, onde mal cabem as propriedades do “sujeito transcendental”. A evocação de Lévi-Strauss à filosofia kantiana é uma inconsistência verificável à medida que Lévi-Strauss se apóia também na geometria não-euclidiana de János Bolyai, Nikolai Lobachevskii e Carl Friedrich Gauss. Objetivando a omissão referencial, a omissão das coordenadas, a omissão de um ponto de origem, Lévi-Strauss busca nas geometrias não-euclidianas um referencial que é refutável pela filosofia kantiana.

Uma ciência dedutiva formalista não resolve a problemática do tempo. Os estruturalistas esbarraram nesse problema essencial, pois o “tempo do sociólogo é interno à realidade social”⁶¹⁷; em outras palavras às estruturas sociais. Não é histórico, é circunscrito a um modelo, a um universo próprio; o tempo da antropologia estruturalista restrito a um conjunto matemático, a uma realidade abstrata - o objetivo passa a ser não mais mostrar o homem como verdadeiro objeto das ciências humanas, mas as estruturas sociais que o circundam⁶¹⁸.

O tempo para Lévi-Strauss não era o “tempo vivido” da filosofia. Era o tempo da ciência, o “tempo absoluto” de Newton. O estruturalismo não solucionou esta aporia. O *homem nu* de Lévi-

⁶¹³ Mauro W. B. de Almeida. “Simetria e entropia: sobre a noção de estrutura de Lévi-Strauss”. Rev. Antropol., São Paulo, v. 42, n. 1-2 (1999). Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100010&lng=en&nrm=iso access on 21 Nov. 2010.

⁶¹⁴ Claude Lévi-Strauss, *Mithologiques*. Paris: Plon, 1971.

⁶¹⁵ Claude Lévi-Strauss, *A Oleira ciumenta*. Lisboa: Edições 70, 1987 [Título original: *La potière jalouse*, 1985].

⁶¹⁶ Claude Lévi-Strauss, *Anthropologie Structurale*. Paris: Plon, 1958, p. 314.

⁶¹⁷ Renato Janine Ribeiro, *Vinte anos de reflexão*. . “Vinte anos de Reflexão [Resenha da Obra: Braudel, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978]”. São Paulo, *Leia Livros*, 1, 4 (ago/set 1978): 6.

⁶¹⁸ Vladimir Saflate, “Um roteiro do século 20”. *Folha de São Paulo*.Folha de S. Paulo : Mais!, São Paulo (10-jun 2007), p. 6.

Strauss era destituído também do tempo sensorial⁶¹⁹. A saída para o estruturalismo foi anular o tempo histórico. Não somente os antropólogos funcionalistas seriam marginalizados por esta antropologia - como se vê no artigo de abertura da coletânea *Antropologia estrutural* -, como também a história⁶²⁰.

Colocar o antropólogo profissional num quadrante neutro, estabelecendo-lhe um papel investigativo que diferisse dos demais - sobretudo dos historiadores – seria a saída. A objeção se daria por um *olhar distanciado*⁶²¹, cujo intento ambicionava a superação dos contrários; numa tentativa de renovar a dialética o sinal negativo numa reta entre dois pontos seria o calibrador ótico de *um olhar de perto e de longe*⁶²². Anulando-se as “coordenadas”, anula-se a localização de um ponto no espaço; perde-se a referência. Com a perda do ponto referencial, passando-se de um sistema de coordenadas para a mera descrição das propriedades das figuras, preservaram-se as relações desse ponto com todos os demais pontos de seu conjunto. Anulando o olhar do outro, o objeto do antropólogo passa a ser visto exclusivamente pelo seu olhar; seu sistema abstrato, irreal, *inconcreto*, isolado de referencial lhe permitiria acessar as estruturas e o inconsciente subjacente.

A estas relações sem referencial os estruturalistas nomearam de “invariantes”; preservados são as “propriedades estruturais”. O etnógrafo fundamentado na “invariância” da física de Einstein (Einstein, apesar de se utilizar da geometria não-euclidiana em seu espaço hiperbólico e quadridimensional não oculta os pontos de origem da perspectiva dos “observadores”; o tempo é um para cada referencial, é um para cada observador) consegue analisar o seu conjunto de duas maneiras: uma pelos invariantes das propriedades submetidas às mudanças, outra abstraindo as mudanças das descrições das propriedades quando se muda o sistema de coordenadas.

A via “mais simples para o estruturalista é omitir a mudança” e, uma vez que ela “existe, o estruturalista deve descobrir maneiras de explicá-la”⁶²³, afirma Hobsbawm. Omitir as mudanças necessariamente significa ocultar o tempo. Se a realidade estudada se submete ao tempo diacrônico, as mudanças aparecem. Explicá-las não é uma saída fácil. Excluir o homem do “tempo vivido”, é excluir a história.

⁶¹⁹ Claude Lévi-Strauss, *O homem nu*. Coord. Beatriz Perrone-Moisés/Trad. Carlos Eugênio de Moura. São Paulo: Cosac-Naify, 2006, Série Mitológicas [Título original: *L'homme nu*, 1971].

⁶²⁰ “As críticas de Lévi-Strauss à escola funcionalista é possível imaginar não tão somente um questionamento teórico, como, também, um tentativa de, por meio da oposição e do contraste, constituir a própria especificidade, construir um método, inaugurar uma escola. Nesse sentido, não parece ser uma mera coincidência o fato de o artigo que abre a coletânea 'Antropologia estrutural' destinar-se ao debate com um tipo de Antropologia – o funcionalismo, sobretudo, de Malinowski – e uma outra ciência: a História”. Lilian K. M. Schwarcz, “História e etnologia. Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira”. *Revista de Antropologia*, 42, 1-2 (1999): 199-222.

⁶²¹ Claude Lévi-Strauss, *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1986.

⁶²² Claude Lévi-Strauss, & ERIBON D., *De près et de loin. Suivi d'un entretien inédit "Deux ans après"*, Paris: O. Jacob, Collection Points, 1990.

⁶²³ Eric Hobsbawm, “O que os historiadores devem a Karl Marx?” In: HOBBSAWM, Eric, *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 159.

2.3.3 A história estrutural por Fernand Braudel

FERNAND BRAUDEL no contexto dos anos 1950 ao mesmo tempo em que se portou como adversário, usou da diplomacia no enfrentamento ao estruturalismo. Se as ciências recém-instituídas procuravam nas linguagens matemáticas o meio de legitimação, Braudel buscou a solução na otimização dos paradigmas dos primeiros *Annales*.

A *intelligentsia* francesa da época passou a compartilhar com os matemáticos, tecnólogos e homens de ciência os termos “invariantes”, “simultaneidade”, “álgebras de Boole”, “equações de Maxwell”, “garrafas de Klein”, “máquinas autômatas”, dentre outros. “Preferimos a observação de experiências concretas a perseguir definições no abstrato”⁶²⁴, afirmou Braudel em 1979 referindo-se à hegemonia estruturalista.

A “observação” mencionada por Braudel refere-se às regularidades históricas. Os estruturalistas conseguem decifrar a linguagem subjacente às estruturas elementares de parentesco, aos mitos, às trocas econômicas e à proibição do incesto; o apoio dos axiomas lhes permitem chegar àquelas apreensões. Os princípios formalistas identificam para o antropólogo onde residem os invariantes. Para o historiador a apreensão das permanências se dará pela longa-duração.

A diferença entre os estruturalistas e a história estrutural braudeliana residirá no tempo. Tudo é histórico, inclusive o espaço. O espaço se associa mais facilmente ao tempo longo. Espaço-tempo é o que conferiria a vantagem da história. “Na explicação histórica, do modo como a vejo, é sempre o tempo prolongado que acaba por vencer. Negador de um infinidade de acontecimentos”⁶²⁵.

No artigo de 1958 “Histoire et sciences sociales: la longue durée” Braudel colocaria logo na abertura o título “A longa duração”. Isto não seria coincidência. No ítem seguinte, após 22 páginas de abordagem sobre o tempo longo abordaria “A controvérsia do tempo”. E, em seguida, “Comunicação e matemáticas sociais”. Estas três partes vão redundar na seção 4 “Tempo do historiador, tempo do sociólogo”. Seria o tempo a saída para a história diante daquele arsenal epistêmico estruturalista.

Em nenhum momento Braudel atacou frontalmente Lévi-Strauss. Reconheceu no discurso antropológico a possibilidade de captar o inconsciente. Mas, reage diante do discurso estruturalista apropriando-se de suas próprias categorias. “A proibição do incesto é uma realidade de longa duração”⁶²⁶. Braudel evoca um conceito de estrutura que se por um lado assemelha à ideografia

⁶²⁴ Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, Xve-XVIIIe siècles*. Paris: Armand Colin, 1979, v. 3, p. 199.

⁶²⁵ Fernand Braudel, *Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1966, v. 2 p. 520.

⁶²⁶ Fernand Braudel, “Histoire et sciences sociales. La longue durée”. In: *Ecrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969, p. 73.

estruturalista, por outro seu conteúdo é absolutamente diferente. A estrutura para Braudel é concreta, é observável.

Sua descrição é fiel à escrita histórica; não deixou se seduzir pelos modismos formalistas promissores. Ao conjunto de argumentos opõe a duração como o trunfo do historiador. O mérito passa a ser o de elevar os paradigmas dos primeiros *Annales* à mecanismos indispensáveis para vencer aquele contexto inóspito. Apropria-se do termo e o transpõe a um significado temporal: “Essas estruturas históricas são discerníveis, de certa maneira mensuráveis: sua duração é a medida”⁶²⁷.

Naquele artigo propõe reorganizar o conjunto das ciências sociais em torno de um Programa que tivesse como referencial a longa duração. Se as ciências sociais não se adaptam às temporalidades em todos os seus níveis, já que “tem quase horror ao acontecimento”⁶²⁸, a longa duração deve se impor como o mecanismo epistêmico integralizador. É por ela que as estruturas podem ser observadas. Ela será a mediadora de historicidade. Ao final do artigo Braudel diz que: “Tentei mostrar – não ousaria dizer demonstrar – que toda a pesquisa nova de Claude Lévi-Strauss só tem sucesso quando seus modelos navegam pelas águas da longa duração”⁶²⁹.

É em torno da história, a mais antiga de todas as ciências, que o conjunto daquelas disciplinas do homem deveria se agrupar.

Lévi-Strauss tentaria responder nos artigos publicados entre aquele ano de 1958 e 1962. Após dez anos como professor da École Pratique des Hautes Études na cadeira de Estudos de Religiões Comparadas de Povos sem Escrita, assumiria em 1959 a cadeira de Antropologia Social no Collège de France; cargo que ocuparia até sua aposentadoria em 1982. Na aula inaugural, em 5 de janeiro de 1960, o antropólogo reclamaria da institucionalização tardia de sua disciplina na França: “lembrando que a missão do Collège de France foi sempre ensinar a ciência que está se fazendo –, a tentação de uma queixa nos aflora. Por que essa cadeira foi criada tão tarde?”⁶³⁰.

Em 1962 Lévi-Strauss publicaria três artigos importantes. Ainda no primeiro semestre do ano publicaria “Le problème de l'invariance en anthropologie”⁶³¹; neste artigo discutiria as implicações dos invariantes na pesquisa antropológica. Em “On manipulated sociological models”⁶³² Lévi-

⁶²⁷ Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, Xve-XVIIIe siècles*. Paris: Armand Colin, 1979, v. 2, p. 410.

⁶²⁸ Fernand Braudel, “Histoire et sciences sociales. La longue durée”. In: *Ecrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969, p. 46.

⁶²⁹ *Idem*, p. 114.

⁶³⁰ Claude Lévi-Strauss, “Aula inaugural no Collège de France 5 de janeiro de 1960 (trecho)”. *Estud. av. [online]*. 2009, vol.23, n.67, pp. 223-227; http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000300027; acess 23.06.11; O texto original cf. Claude Lévi Strauss, *Leçon inaugurale au Collège de France*. Paris: Collège de France, 1960.

⁶³¹ Claude Lévi-Strauss, “Le problème de l'invariance en anthropologie”, *Diogenes*, 31 (1960): 23-33.

⁶³² Claude Lévi-Strauss, “On manipulated sociological models”, *Bijdragen tot de Taal-, Land-, en Volkenkunde*, 116, 1 (1960): 45-54.

Strauss discutiria metodologia investigativa. Suas preocupações residem na submissão da pesquisa antropológica à sincronia e diacronia. Tratando de dois exemplos discursivos míticos dos Bororo afirma: “In none of the two cases are we confronted with an opposition between synchronic and diachronic. Here, the past referred to is mythical, not historical”⁶³³.

Nota-se que o antropólogo se ocupava em ambos os artigos de trabalhar “o tempo” em sua disciplina.

Ainda naquele ano o antropólogo aguerrido de *La pensée sauvage* - “A história leva a tudo, desde que saia”⁶³⁴ - desensarilha-se. Num tom irruído publicou na revista dos *Annales* número 4 daquele ano “L’anthropologie sociale devant l’histoire”⁶³⁵. A partir daquele ano um tom mais diplomático foi estabelecido; o artigo de 1958 de Fernand Braudel havia vencido o debate, o seu êmulo pouco poderia fazer.

Não conseguindo desestabilizar a história, Lévi-Strauss estabelece esta ponte de comunicação e de objeto; o ponto em comum o interesse pelo passado. Os objetos foram permutados; “Uma vez que a nova história considerou que tínhamos razão em nos interessar por um monte de coisas que eles deveriam considerar, nós, por outro lado, começamos a interessar-nos pelos domínios que a nova história abandonava”⁶³⁶. Portanto, “o que existe, é um verdadeiro troca-troca”⁶³⁷.

Na história Estrutural de Braudel as regularidades apreendidas não são somente as ações repetidas inconscientemente no cotidiano, mas as estruturas que resistem por séculos. A hierarquia social que pouco evolui, “o Estado, o capitalismo, a civilização e a sociedade existem desde sempre”⁶³⁸.

A importante permanência colocada em epígrafe por Braudel é a desigualdade social; a hierarquia social é resultante e ao mesmo tempo provocadora da desigualdade entre os homens. Respondendo certa vez a um famoso economista, Paul Fabra, antigo editor da área de finanças do *Le Monde*, durante o governo de De Gaulle, Braudel disse: “o defeito dos economistas” é propor “uma espécie de explicação endógena” para resolver “o problema da desigualdade social”; os historiadores propõem “uma explicação exógena” para esta questão histórica, já que “a desigualdade econômica é consequência da desigualdade social” e não o contrário⁶³⁹.

⁶³³ *Idem*, p. 49.

⁶³⁴ Claude Lévi-Strauss, *La pensée sauvage*. Paris: Plon, 1962, p. 347.

⁶³⁵ Claude Lévi-Strauss, “L’anthropologie sociale devant l’histoire”, *Annales*, 15, 4 (1960): 625-637.

⁶³⁶ “Entrevista com Lévi-Strauss: 26-2-1985”. François Dosse, “O traje novo do presidente Braudel”. In: LOPES, Marcos A. *Fernand Braudel. Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 53.

⁶³⁷ *Idem*.

⁶³⁸ Fernand Braudel, “Entretien”. *Magazine littéraire*. Nov, 1984, p. 20.

⁶³⁹ Fernand Braudel, *Une leçon d’histoire de Fernand Braudel* (Châteauvallon, Journée Fernand Braudel, 16 octobre 1985), Paris: Arthaud-Flammarion, 1986, p. 95.

Os estruturalistas acusam a história pela incapacidade de atingir as estruturas sociais; as relações sociais conscientes e seus acontecimentos seriam o seu limite. “Os modelos conscientes estão entre os mais pobres que existem”⁶⁴⁰, afirmava Lévi-Strauss. Mas, captar a totalidade do fenômeno social num único movimento era a grande ambição de Braudel.

Em Lévi-Strauss, nota-se o apego à sincronia para uma domesticação da diacronia; em Braudel predomina a busca pela interação das estruturas que concedesse uma filiação comum a toda uma variedade de fenômenos e manifestações históricas. Conceber as ocorrências sociais menos como “relações entre pessoas” e mais como lógicas incipientes às esferas da realidade congeladas era um atributo da etnologia estruturalista e não de Braudel.

Se as ciências estruturalistas substituíram o homem elegendo a estrutura social em seu lugar enquanto objeto, a história estrutural braudeliana se mantém humanista apenas descentrando o indivíduo enquanto protagonista; o coletivo em Braudel – como em Marx – se faz valer. O homem não está ausente de sua análise, apenas sua construção é temporal.

A teoria das temporalidades não é uma novidade braudeliana; Marx já havia identificado evoluções lentas e outras mais rápidas. A decomposição do tempo, é também “a decomposição do homem num cortejo de personagens”⁶⁴¹.

O tempo acontecimental e as conjunturas são cíclicas; a história da economia e da sociedade em outros termos é a história dos ciclos econômicos, como se pode ver na perspectiva de Ernest Labrousse: *Esquisse du mouvement des prix et des revenus em France au XVIIIe*. Pierre Chaunu em *Sevilha e o Atlântico* é uma das grandes expressões desta perspectiva; flutuações do comércio, expansão e retração, estrutura e conjuntura foi a junção dos modelos de Labrousse e de Braudel – o primeiro ao estudo dos preços e o segundo ao estudo do mar.

A longa duração é uma história quase imóvel. Se Lévi-Strauss ambicionou desvendar a cultura pela natureza humana através da biologia, psicologia e matemáticas, Braudel lhe propôs a imperiosidade da natureza física; a longa duração e a temporalidade geológica são sinônimas em Braudel. Marx já havia não só identificado as evoluções lentas como também as incongruências entre as mudanças lentas ideológicas em relação às transformações mais rápidas das forças produtivas. Braudel via na sociedade uma resistência por transformações: não há progresso significativo entre a sociedade escravista e o Estado moderno. O pico piramidal é ideológico; as elites sempre têm se mantido por lá. “Toda observação revela essa desigualdade visceral que constitui a lei contínua das sociedades”⁶⁴².

⁶⁴⁰ Claude Lévi-Strauss, *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958, p. 308.

⁶⁴¹ Fernand Braudel, *Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1966, v. 1, p. 17.

⁶⁴² *Idem*, v. 2, p. 415.

As continuidades seculares, as permanências que insistem, formam a base dos estudos da história estrutural braudeliana. O homem pode muito pouco diante das forças seculares; os ciclos econômicos de longa duração determinam os destinos do mundo. “Não se luta contra uma maré de equinócio”⁶⁴³.

Se os acontecimentos pertencem às margens, se dizem muito pouco sobre as estruturas, devem ser relegados à ordem da superficialidade; as atenções devem se voltar para as evoluções lentas, são elas que determinam o ritmo dos níveis mais rápidos de evolução. São todas as durações, todos os níveis da realidade que formam a própria realidade. Não basta apenas uma parcela, o que bastará é o todo.

Se o estruturalismo dispensava o homem, a história continuaria indo à sua procura. “O historiador interessa-se por todas as formas de atividade do homem, presente ou passada, susceptíveis de elucidá-lo acerca do devir humano: como no ogre da fábula, escreve Marc Bloch, onde quer que lhe cheire a homem, o historiador reconhece a sua caça”⁶⁴⁴.

Seguindo os paradigmas dos primeiros *Annales* e tirando deles todos os recursos epistêmicos Braudel obteve sucesso com o artigo de 1958. “Histoire et sciences sociales. La longue durée” demarcava perante o estruturalismo o lugar da história. É certo que a disciplina foi obrigada a se mexer. Mas, o fato é que ela não perdeu espaço institucional. A história continuou sendo a disciplina central no conjunto das ciências sociais e humanas. Central porque não apenas detinha os recursos epistêmicos para o manuseio do tempo entre a filosofia e a ciência, como também apresentou um Programa que incluía todo aquele conjunto de disciplinas. “A história parece-me uma dimensão da ciência social, formando corpo com ela. O tempo, a duração, a história impõem-se de fato – ou deveriam impor-se – a todas as ciências do homem. Não tendem para a oposição, mas sim para a convergência”⁶⁴⁵.

Rico de significações epistemológicas o modelo braudeliano demonstrou aos estruturalistas e às disciplinas sociais ainda indecisas – como a sociologia de Gurvitch - que a diferença entre diacronia e sincronia não se sustenta quando o espaço social é submetido à temporalidade⁶⁴⁶. A diferença metodológica de Braudel em relação ao método estruturalista aplicado às ciências do homem reside na aporia do tempo.

⁶⁴³ Fernand Braudel, *apud* François Dosse. “O traje novo do presidente Braudel”. In: LOPES, M. A. *Fernand Braudel. Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 50.

⁶⁴⁴ Robert Mandrou, “Estatuto Científico da História”, In HIGOUNET, C.; MAZAURIC, C.; PALMADE, G. et al. *História e Historicidade*. Lisboa: Gradiva, 1988, p. 19.

⁶⁴⁵ Fernand Braudel, “Histoire et sciences sociales. La longue durée”. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1972, p. 133.

⁶⁴⁶ Eliana Regina de Freitas Dutra, “Tempo e estrutura na unidade do mundo mediterrânico: Fernand Braudel e as voltas da história” in LOPES, Marcos Antônio. *Fernand Braudel, Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 65.

O tempo foi inacessível para o estruturalismo levistraussiano como a perpetuidade foi para o “demônio de Maxwell”⁶⁴⁷; a entropia era para ele sua ameaça de vida⁶⁴⁸. Lévi-Strauss buscou aproximar alguns princípios da física newtoniana com a física de Einstein. Procurou demonstrar que “tanto o universo newtoniano quanto o de Einstein podem ser descritos em termos de grupo de transformações abrangendo, portanto, a dimensão temporal”⁶⁴⁹.

A problemática não se resolve, no limite ambas as perspectivas são em si Ciência. O tempo da ciência é diferente do tempo da história; o tempo vivido da filosofia.

As ciências sociais têm apenas duas formas de escapar à história: por uma perspectiva infratemporal que se restringe a uma realidade atual isenta de toda densidade temporal – o que para Braudel é o caso da sociologia – e, por uma perspectiva supratemporal, que nos impõe a construção de uma ciência da comunicação em torno de estruturas atemporais; nessa se reconhece o movimento estruturalista.

Lidar com o tempo para Lévi-Strauss foi uma tarefa inacabada. Para Lévi-Strauss a história representava as “sociedades quentes”, metáfora do “modelo estatístico”. Suas referências ao modelo estatístico se encontram dispersas em sua obra; o que demonstra uma ausência programática para o tema ou limitação teórica; ficamos com a segunda hipótese⁶⁵⁰.

A história estrutural de Braudel de nada tinha ver com o estruturalismo, a problemática que “atormenta as outras ciências humanas”. O estruturalismo de Braudel, apesar de mesmo nome, “não se dirige para a abstração matemática das relações expressas em funções, mas para as próprias fontes da vida, naquilo que ela tem de mais concreto, mais cotidiano, mais indestrutível, mais anonimamente humano”⁶⁵¹.

Claude Lévi-Strauss, com instinto predador caçou sua presa; o seu apetite era típico das feras de cativeiro iniciadas em ambiente natural: encurralam em demasia, mal sabem que apenas feromônios

⁶⁴⁷ Representação antropomórfica do físico James Clerk Maxwell ao se referir à informação e ao processo de comunicação.

⁶⁴⁸ Charles Bennet. "Demons, Engines and the Second Law", *Scientific American*. 257, 5 (nov 1987): 88-96.

⁶⁴⁹ Mauro W. B. de Almeida. “Simetria e entropia: sobre a noção de estrutura de Lévi-Strauss”. Rev. Antropol., São Paulo, v. 42, n. 1-2 (1999). Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100010&lng=en&nrm=iso; access on 21 Nov. 2010.

⁶⁵⁰ “Ao contrário do que ocorre com os modelos mecânicos, domínio da simetria, nos quais dispomos de textos programáticos detalhados de Lévi-Strauss, os modelos estatísticos (nos quais aparecem irreversibilidade e quebra da simetria) não foram tratados oficialmente por Lévi-Strauss. Estão dispersos em passagens das *Estruturas elementares do parentesco* (a transição de estruturas elementares para estruturas complexas), em passagens das *Mitológicas* (transição de mitos para romances), e, de maneira especial, abrindo como que uma nova era, no segundo prefácio às *Estruturas elementares do parentesco*, texto que, de certo modo, toma o lugar — como primeiro de uma série de textos publicados em obras como *A via das máscaras*, *O olhar distanciado*, *Palavras dadas*, e em textos como *História e Etnologia* — de prefácio a uma edição virtual de *Antropologia estrutural: estruturas complexas*”. Mauro W. B. de Almeida. “Simetria e entropia: sobre a noção de estrutura de Lévi-Strauss”. Rev. Antropol., São Paulo, v. 42, n. 1-2 (1999). Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100010&lng=en&nrm=iso ; access on 21 Nov. 2010.

⁶⁵¹ Fernand Braudel, *Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1966, v. 2, p. 520.

são insuficientes. Muito das vezes, presas antiqüíssimas, capazes de falar de Eras geológicas, já estão adaptadas ao meio; desenvolveram condições de sobrevivência. Se assim não fosse, como se explicaria sua datação em Heródoto e Tucídides?

A história, a disciplina mais antiga de seu conjunto, sobreviveu ao ataque da antropologia estruturalista; o predador não teve fôlego naquela caçada. A história não somente cansou o inimigo como atenuou suas forças. Seguindo as pegadas desta caçada constata-se uma cena: ao invés da presa tornar-se vítima, se renovou trocando de pele; a história manteve-se viva, mas nem por isso vencedora. Os terceiros *Annales* não dariam continuidade ao legado braudeliano; o predador mudou de tática, havia se infiltrado. A história social de hoje - “repositório amorfo para tudo”⁶⁵² - é resultado desta caçada.

Atualmente pouco se sabe dos limites epistemológicos da história social/história antropológica/etno-história/história cultural e a Antropologia. A crítica nasce inclusive dentro de casa; Evaldo Cabral de Mello, historiador social e adepto à história narrativa, aponta uma “quase orgia” da história com a antropologia⁶⁵³; critica também o “abuso da interdisciplinaridade”⁶⁵⁴.

Parece-nos que a história estrutural é a mais feliz; cultivar o diálogo com as demais ciências sem perder a identidade é o seu legado.

Fernand Braudel havia insistido aos seus epígonos o valor da história econômica. Foi ela o suporte epistêmico de seu Programa: sua história global; os historiadores, escribas da memória, não podem se esquecer. Se ainda o são, se ainda exercem sua tarefa, devem-na.

“Se meus sucessores preferem estudar as mentalidades em detrimento da vida econômica, pior para eles! Estou de acordo com Eric Hobsbawm: não existe uma história autônoma [fracionada] das mentalidades, elas estão vinculadas ao todo. Eles abandonaram o terreno econômico, e era isto que nos permitia um vínculo com nossos colegas marxistas. Eu, que sou promotor da história globalizante, não posso estar de acordo com isso”⁶⁵⁵

⁶⁵² Eric J. Hobsbawm, “O ressurgimento da narrativa: alguns comentários”. *RH – Revista da História*, São Paulo, n 2/3, 1991, p. 42.

⁶⁵³ Lilia M. SCHWARCZ (Org.) *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Fundação Perseu Abramo, 2008, pp. 30-1.

⁶⁵⁴ *Idem*.

⁶⁵⁵ Fernand Braudel, “Em guise de conclusion”, *Review*, editado por Immanuel Wallerstein, Nova Iorque, vol. 1, nºs 3, 4 (1978): 243-261.

Capítulo III

Contexto epistêmico do pensamento

Apresentação e objetivos

O PENSAMENTO é diferente do pensar. Enquanto o pensar é um ato, o pensamento é algo apreendido por um sujeito no ato de pensar. Com efeito, o que se apreende não é uma coisa. O pensamento é resultante, o pensar é a operação em si. O pensamento é algo que o homem faz para alcançar a espécie última de saber: “o saber a que ater-se”⁶⁵⁶. É o quanto fazemos para sair da dúvida em que caímos e chegar de novo a ficar fora dela.

Heidegger em *Was heisst Denken?* diz que não pensamos quando filosofamos, nem quando fazemos ciência. Filosofar não é pensar, mas situar na via do pensamento. A ciência possui vantagens, já que está livre de pensamento. “Da ciência ao pensamento”, diz Heidegger, “não há uma ponte; há um salto”⁶⁵⁷. O pensar só pode ser descoberto, logo não é passível de demonstração, apenas de ser mostrado. Para ser demonstrado deve-se apreender o pensamento. Mas, como apreendê-lo? E aqui que a epistemologia se apresenta como aquele instrumento que reside entre a ciência e a filosofia capaz de mediar o ato e o algo.

O capítulo será dividido, como os anteriores, em três partes. O primeiro subcapítulo tratará do contexto epistêmico do pensamento do autor. O segundo subcapítulo abordará a concepção de espaço-tempo na filosofia e na ciência. E no terceiro subcapítulo trataremos dos paradigmas braudelianos em si. O objetivo geral do capítulo é demonstrar o contexto maior da formulação paradigmática do autor e comprovar as hipóteses de nossa tese.

⁶⁵⁶José Ortega y Gasset, “Apuntes sobre el pensamiento”. *Logos*, Buenos Aires, I (1941) pp. 11-39, p. 26; ORTEGA Y GASSET, J. “Apuntes sobre el pensamiento”. In: *Obras Completas*. (V vol.). Madrid: Alianza, 1949-1955, XII vols.

⁶⁵⁷ Martin Heidegger, *Que significa pensar?* Ijuí: Unijuí, 2002: pp. 123-27.

Subcapítulo 3.1

Contexto dos paradigmas braudelianos

TODA OBRA é produzida num contexto histórico. Neste contexto maior as influências de uma disciplina extrapolam os seus limites; o contrário também é verdadeiro. As influências de outras ciências também influenciam o rumo da disciplina histórica; com os *Annales* a história ganhou amizades fora de casa.

Nas duas primeiras seções abordaremos o contexto acadêmico na França no período dos primeiros *Annales*. Na terceira seção colocaremos em evidência o debate entre ciência e filosofia em torno da questão espaço-tempo.

3.1.1. Paradigmas braudelianos, contextos de sua fundação

EM *O MEDITERRÂNEO e o mundo mediterrânico na época de Filipe II* o maior desafio de Fernand Braudel não foi inferir uma lógica geral de ascensão, queda e declínio do “Mar interior”; construir um equilíbrio entre os acontecimentos e as estruturas sob a perspectiva da dialética das temporalidades foi um grande desafio. A longa duração foi levado ao seu limite, tornou-se o mecanismo da irreversibilidade. O esperado seria a combinação de uma metodologia tradicional - aquela dúvida metódica de Langlois e Seignobos - a uma grande personagem - Filipe II -; substituí-los pelo mar foi um grande mérito do autor.

Qual foi o contexto global de construção dos paradigmas braudelianos? Sua obra representa uma ruptura epistemológica para a ciência histórica. O contexto científico em que foram criadas suas inovações epistêmicas podem favorecer a compreensão de suas motivações e de seu Projeto; o seu pensamento é a soma disto.

Fernand Braudel viveu os principais processos históricos do breve século XX. As duas guerras mundiais foram vividas por Braudel: do primeiro conflito herdou traumas familiares, do segundo foi sobrevivente. Viver o interior da guerra mais cruel da história feito prisioneiro por cinco anos não foi uma experiência comum; o ambiente interior de um campo de concentração nazista foi o seu

ambiente cotidiano de escrita da tese por cinco anos; aqueles manuscritos viriam a ser uma obra-prima do século.

No Entre Guerras, nos anos 20, por exemplo, Braudel, formado em história pela *Sorbonne*, viveu a experiência da colonização africana; professor na Argélia por dez anos não é o mesmo que dez dias longe de casa. Naqueles dez anos que ficou na colônia francesa Braudel desenvolveu toda uma visão de mundo diferente daquela que tinha em Paris, ou do interior da França onde nasceu.

Nos anos 30, com mais de trinta anos de idade, já casado, em 1934 integraria a missão francesa ao Brasil - uma experiência singular para qualquer europeu. Ser professor universitário compondo um grupo de fundadores de uma instituição histórica para um país em processo civilizatório era uma oportunidade.

Em todos aqueles anos a aclimação científica revolucionária pairava sobre o mundo; os homens de ciência, os homens pensadores e o senso comum foram alcançados. O advento da teoria de Albert Einstein no início do século trouxe a todos a sensação de ruptura; o futuro prometido pela Modernidade havia chegado? Se aproximar do ano 2000 causava sensações coletivas, o imaginário estava em alta.

No plano político Braudel foi contemporâneo da Revolução Russa; como estudante na *Sorbonne* acompanhou os desdobramentos da União Soviética. Anos depois o fator político-ideológico impediria melhores contatos com historiadores econômicos do leste europeu - Witold Kula e sua escola foi uma grata surpresa.

Nos anos de historiador em formação já teria acesso à história econômica: H. Hauser seria seu professor. As transformações epistemológicas das áreas formadoras daquele campo promissor estavam em ebulição.

Na economia o advento da Revolução Marginalista pela escola austríaca marcava desde 1871 - com a publicação do *Grundsätze* de Carl Menger - as possibilidades da relação história e economia; o que Carl Menger, William Stanley Jevons e Leon Walras contribuía para o *mainstream* entre 1870-1930 evitando Marshall, Joseph Schumpeter contribuiria para esta ciência nos anos de elaboração de *O Mediterrâneo*. A escola de Estocolmo - Knut Wicksell - anteciparia à teoria keynesiana; entre os anos 1920-50 foram essas bases teóricas que disputavam espaço com os marxistas pelos rumos dos historiadores interessados pelo campo.

Os *Annales* surgiram em Estrasburgo e aos poucos ganharam a atenção de Paris; Marc Bloch substituiria Henri Hauser na Sorbonne assumindo a cadeira de história econômica em 1936. Tudo isto influenciou em grande medida o contexto científico formador de Fernand Braudel.

O advento do estruturalismo nos anos 1940, uma forte tendência de matematização das nascentes ciências sociais e humanas. Os anos 1960, especificamente 1968, marcaram o parricídio

de sua geração; o símbolo de liberdade, uma ruptura de uma estrutura social-cultural se fizera valer. “Ninguém é feliz se não estiver debaixo de uma redoma, com valores estabelecidos”⁶⁵⁸, diria em 1979.

As feridas da barbárie nazista, a desilusão com a cultura Ocidental, a necessidade de reconstrução da Europa, a descrença no socialismo soviético - com as denúncias de Khrushchev dos crimes de Stálin -, a genialidade de Einstein distorcidamente encaminhada para Hiroshima e Nagasaki, compõem um cenário de dificuldades: foram todos “tempos vividos” por Braudel. Diferentemente de um homem comum, o homem pensador vive os impactos das transformações ocultas.

No campo das artes, na primeira metade de século, muitos artistas deixaram-se levar pelo impulso de tentar captar o “imperceptível” da realidade. O cubismo de Pablo Picasso (1881-1973) e Georges Braque (1882-1963) era acima de tudo uma arte conceitual, uma tentativa de pintar o que não pode ser visto, mas que se imagina que esteja lá.

O quadro “Les demoiselles d'Avignon” de Picasso, de 1907, dois anos após a publicação dos três primeiros artigos de Einstein no *Annalen der Physik*, foi o marco inicial do Cubismo. Nele ficam evidentes as referências às máscaras africanas que inspiraram a fase inicial do movimento; juntamente com a obra de Paul Cézanne. Como muitas pessoas da época, os cubistas ficaram interessados no conceito teórico de quarta dimensão da física de Einstein. Marcel Duchamp (1887-1968) foi o pintor que descompromissadamente assumiu a direção do anti-retiniano.

A teoria crítica da Escola de Frankfurt marcaria os anos 1930; Walter Benjamin (1892-1940) reunindo a difícil junção de idealismo hegeliano e o marxismo de George Lukács (1885-1971), juntamente à Theodor Adorno (1903-1969) inspirariam a formação daquele grupo. Max Horkheimer (1895-1973), diretor do Instituto para Pesquisa Social recrutaria todos eles: W. Benjamin, T. Adorno, Herbert Marcuse (1898-1979) e Erich Fromm (1900-1980); Jürgen Habermas nascido em 1929 seria da segunda geração. As decorrências da II Guerra Mundial fariam o desmanche do pensamento alemão; a *intelligentsia* francesa se elevaria à referência européia maior no Pós-guerra. O estruturalismo cooptaria as mentes mais largas.

No campo das ciências exatas quando a verdade geométrica tornou-se mais complexa e independente daquilo que concebemos como realidade sensível, a física alcançou novas possibilidades de tradução do real.

A geometria de Riemann, na medida em que supera em complexidade a geometria euclidiana, impulsionou a física à superação dos conceitos newtonianos; a mecânica de Newton apoiada na

⁶⁵⁸ Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècles*. Paris: Armand Colin, 1979, v. 3, p. 542.

geometria euclidiana não mais seria a detentora da verdade; suas noções fundamentais de ponto, plano e reta seriam questionadas.

Estas verdades estão relacionadas aos objetos que percebemos no mundo exterior e com as quais se constroem os axiomas concebidos como verdadeiros. Einstein escreveu sobre o tema da verdade e da geometria e afirmou: “a idéia expressa pela palavra verdade não convém às afirmações da geometria pura porque temos o hábito de designar esta palavra àquilo que corresponde aos objetos reais”⁶⁵⁹.

A realidade passa a ser cada vez mais objeto de novas perspectivas. Ninguém ficaria de fora daqueles impactos. Para o incompreendido e aclamado físico “é fácil explicar porque somos levados a considerar as proposições da Geometria como verdades: existem na natureza objetos que correspondem mais ou menos exatamente às noções da geometria e que certamente são sua origem”⁶⁶⁰.

Se a moda no período Entre Guerras era trabalhar o incompreensível, o quase invisível, o que não se vê, mas que se acredita na sua existência - decorrências da quadridimensão einsteiniana -, no período Pós Guerra a idéia passou a ser trabalhar com modelos; a estrutura permitiria que se colocasse no lugar o que estava fora de lugar. Organizar o próprio caos era uma necessidade da cultura européia; se manter como cultura dominante era preciso.

A partir do 1968 esta tentativa sistemática entraria em pane; predomina o discurso de insanidade do genial Michel Foucault. Na queda do estruturalismo antigos adeptos como Foucault se aproximam de uma geração marcada pelas leituras de Nietzsche e Heidegger; predomina o relativo de Derrida, Deleuze e Lyotard.

Os sucessores de Fernand Braudel não deixariam de ser contaminados. “Todo historiador é, forçosamente, sensível às transformações que traz, mesmo involuntariamente, a um ofício flexível, que evolui tanto por si mesmo, tanto sob o peso dos novos conhecimentos, tarefas e inclinações como devido ao movimento geral das ciências do homem”⁶⁶¹.

Para Braudel “todas as ciências sociais se contaminam umas às outras; e a história não escapa a estas epidemias. Daí, essas transformações de ser, de modos ou de rosto”⁶⁶².

⁶⁵⁹ Albert Einstein, *La Géométrie et l'expérience*. Paris: Gauthier Villars, 1921, p. 2.

⁶⁶⁰ *Idem*.

⁶⁶¹ Fernand Braudel, *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1972, pp. 124-5.

⁶⁶² *Idem*, p. 125.

3.1.2 Paradigmas braudelianos, controvérsias de suas influências

O ESPECIALISTA da obra braudeliana Carlos A. Aguirre Rojas credits a “descoberta” de Braudel da teoria das temporalidades à concepção de tempo oriental elucidada pelo romeno Mircea Eliade; historiador e filósofo das religiões esse autor reproduziu dentre seus numerosos escritos a fábula hindu sagrada do *Brahmavaivarta Purâna* sobre *Indra* e sua vitória sobre o dragão *Vrtra*.

Aguirre Rojas citando uma fala de Braudel naquele último evento acadêmico de sua vida em *Châteauvallon* (1985) afirma que “é evidente (...) a semelhança dessa idéia braudeliana com o mecanismo da dupla temporalidade oriental”⁶⁶³. A justificativa do autor se baseia numa resposta dada por Braudel naquele evento ao discutir a elaboração de sua teoria das durações; afirmou Braudel que “o problema [da criação de sua teoria] consistia em livrar-se de alguma forma dos acontecimentos que se ouviam a nosso redor”⁶⁶⁴; Braudel menciona esvair-se de seu contexto, mas não especifica qual foi sua verdadeira fonte de inspiração.

Não vemos a elucidação de Eliade como a grande responsável pelas idéias ou pelas motivações que conduziram Braudel a repensar o “tempo” na história. Estas produções de natureza antropológica com vistas em extrapolar a cultura do Ocidente estavam em moda desde o início do século XX – produções que iam desde James Frazer, Ernst Mach, ou Bronislaw Malinowski em suas pesquisas na Nova Guiné com o povo *Mailu* e com os nativos das Ilhas Trobriand; Evans-Pritchard também é um bom exemplo de época da escola inglesa.

De fato Mircea Eliade tornou-se muito influente, sobretudo, desde que, em 1938, Nae Ionescu, seu orientador de tese na Universidade de Bucareste, foi preso; Eliade foi obrigado a sair da Romênia, passou a lecionar em várias universidades, inclusive em Paris. Entretanto, apesar da influência de estudos de cultura/religião comparada típicos dos anos 1920/30 como este de Eliade, não creditamos ser esta a principal influência sobre Braudel.

Diferentemente de Rojas consideramos a maior influência das “descobertas” de Braudel o contexto epistêmico/científico – que não se separa do mundo – como o grande motivador da criação de seus paradigmas. Lucien Febvre em 1955, logo após o falecimento de Albert Einstein, escreveu um dos últimos artigos antes de sua despedida; o título é simplesmente “Sobre Einstein e a história”⁶⁶⁵.

⁶⁶³ Carlos A. Aguirre Rojas, *Tempo, duração e civilização. Percursos braudelianos*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37.

⁶⁶⁴ Fernand Braudel, *Une leçon d'histoire de Fernand Braudel* (Châteauvallon, Journée Fernand Braudel, 16 octobre 1985), Paris: Arthaud-Flammarion, 1986.

⁶⁶⁵ Lucien Febvre, “Sobre Einstein e a história”. *Annales*, 2, 1955.

Hoje este artigo é visto como a derradeira mensagem sobre seu ofício de historiador. As primeiras palavras do artigo são: “Por que, afinal, Einstein pode nos interessar como historiadores?”⁶⁶⁶. Neste artigo Febvre faz uma relação entre “a incontestável crise porque passa a história” e as revoluções nas ciências da física à microbiologia. Isto nos dispensa de um longo discurso.

Há de se considerar que foi exatamente em 1956 – após o falecimento de Lucien Febvre - que Braudel iniciou a composição de seu artigo “Histoire et sciences sociales. La longue durée”⁶⁶⁷ publicado em 1958 na revista dos *Annales*. Seria este o artigo que institucionalizaria a teoria das temporalidades demonstrada em *O Mediterrâneo*; a longa duração havia sido elevada à condição de estrutura temporal.

Neste artigo, referindo-se às permanências Braudel dirá que “a história da ciência conhece também universos construídos que constituem outras tantas explicações imperfeitas, mas a quem são geralmente concedidos séculos de duração. Só são rejeitados depois de um longo uso. O universo aristotélico não foi praticamente contestado até Galileu, Descartes e Newton; desvanece-se então perante um universo profundamente geometrizado que, por sua vez, seria derrubado, muito mais tarde, com a revolução einsteiniana”⁶⁶⁸.

As questões suscitadas por Lucien Febvre em virtude da morte de Albert Einstein em 1955 não são meras palavras dignas de nota de falecimento do maior físico do século. Desde 1905 o Ocidente respirava o ambiente de revolução científica. Thomas S. Kuhn, 7 anos depois da morte do físico famoso, publicaria *A estrutura das revoluções científicas* (1962). Num clima de “revolução das ciências” defende a idéia de instalação de ruptura científica a partir de um contexto geral; um novo paradigma se instala a partir de um contexto político, social, cultural e científico, onde a ruptura se dá não pela “ciência normal”, mas pela “ciência extraordinária”. Não se trata da ciência dos manuais, mas de uma ciência que se desenvolve fora deles.

Gaston Bachelard (1884-1962) escreveria *Le nouvel esprit scientifique* em 1934. Suas noções de obstáculo e ruptura correspondem a este contexto. “É, sobretudo, aprofundando a noção de

⁶⁶⁶ “A história não se separa das disciplinas que a cercam. É possível que esta solidariedade não seja espontaneamente captada pelos homens que cultivam este ou aquele terreno particular do saber. É possível que esses homens se reduzam voluntariamente ao papel de especialistas, tendo como equipamento essencial um par de sólidos antolhos. Esta cegueira não impede que na mesma época as ciências – todas as ciências – estejam mergulhadas em clima idêntico. E que vejam cada uma de suas transformações e aquisições condicionada pelas aquisições, já não direi de uma outra disciplina, mas do 'bloco solidário' de todas as disciplinas da época. (...) As ciências são feitas por seres humanos mergulhados na vida de sua época. (...) Sua história – longe de representar um passeio insulso num conservatório de teorias mortas e explicações superadas – constitui pelo contrário (...) o mais fiel dos instrumentos de mensuração que permitem avaliar os avanços e recuos, as hesitações e súbitos impulsos do pensamento construtivo das gerações”. Lucien Febvre, “Sobre Einstein e a história”. *Annales*, 1955, 2, p. 306.

⁶⁶⁷ Fernand Braudel, “Histoire et sciences sociales. La longue durée”. *Annales E. S. C.* “Debats et Combats”, 4, (Outobre-Décembre 1958): pp. 725-753.

⁶⁶⁸ Fernand Braudel, “História e ciências sociais. A longa duração”. In: *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1972, pp. 23-4.

obstáculo epistemológico que se fará o seu pleno valor à história do pensamento científico”⁶⁶⁹. A correlação entre Bachelard e Kuhn é possível a partir da noção de “paradigma” e “obstáculo”, bem como de “ruptura” e “mudança de paradigma”.

Kuhn chamou de “ciência normal” aquela que subsiste na prática dos manuais, onde cientistas desenvolvem suas pesquisas e introduzem novos pesquisadores aprendizes. Quando um paradigma já estabelecido é exigido até o seu limite, surgem as “anomalias”. A incapacidade de dar conta dos fenômenos observados começam a acumular-se, o que pode desembocar numa “crise”; quando elas surgem, “indicam que é chegada a ocasião para renovar os instrumentos”⁶⁷⁰. A “ciência revolucionária”, ou “extraordinária” se desenvolverá à margem da “ciência normal”, objetivando-se sair da “crise”.

Kuhn diferencia “descoberta” de “invenção”. As descobertas são “novidades relativas aos fatos”⁶⁷¹, enquanto as invenções são “novidades concernentes à teoria”⁶⁷². O que Kuhn chamou de “ciência extraordinária”, aquela que reside fora dos manuais, Bachelard chamou de “experiência com o proibido”, ou “espírito científico” ou, ainda, “princípio da objetivação”.

Sabemos que nesses anos a antropologia anglo-saxã era uma grande influenciadora com suas perspectivas apresentadas das novas culturas estudadas; daí, considerar o estudo da cultura indiana apresentada por Eliade – dentre outros estudos, sua tese defendida em 1932 em Bucareste, publicada em francês sob o título *Yoga: Essai sur les origines de la mystique indienne* – como algo que despertou interesse é algo possível, mas não concordamos em considerá-lo como o fator motivador único das descobertas braudelianas.

O início do século XX, período de nascimento de Fernand Braudel (1902), é marcado por uma desvinculação entre a noção de verdade e a relidade sensível. Na perspectiva científica daqueles anos de formação acadêmica de Braudel era difundido por todas as partes do mundo ciência – e do senso comum - a idéia de uma nova dimensão do espaço-tempo. É neste contexto que Einstein percebeu a potência da criação de uma verdade científica. É neste contexto que se insere a geometria de Riemann, inacessível à experiência sensorial do homem médio, mas fundamental na formalização da teoria de Einstein.

Na França Henri Poincaré (1854-1912) difundia na virada de século a idéia de uma nova dimensão do espaço. Na Inglaterra o romancista Herbert G. Wells (1866-1946) difundia as noções que viriam a ser de Einstein – ou mito Einstein - em livros como *The Time Machine* (1895) ou *The War of the Worlds* (1898). O psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875-1961) faria a oposição

⁶⁶⁹ Gaston Bachelard, *A formação do espírito científico. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 17.

⁶⁷⁰ Thomas S. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 105.

⁶⁷¹ *Idem*, p. 78.

⁶⁷² *Ibidem*.

causalidade *versus* sincronicidade; “da mesma forma que a introdução do tempo como quarta dimensão na física moderna implica o postulado de um contínuo espaço-tempo irrepresentável, assim também a idéia de sincronicidade com seu caráter próprio de significado produz uma imagem do mundo de tal modo também irrepresentável”⁶⁷³.

O tema espaço-tempo em todas as áreas do saber, nas esferas da ciência, da filosofia, e também do senso comum – leitor de romances, jornais e revistas – se interessavam pelo tema; estaria a história e os historiadores desatentos?

A história cultural sincrônica realizada pela antropologia *stablishment* da época – a escola inglesa, os funcionalistas – era importante e tinha sua irradiação, no entanto julgamos estes estudos um fator menor do que o interesse e as dúvidas gerais suscitadas pelas teorias de Albert Einstein; as teorias einsteinianas instauraram não somente um *frisson* na mídia e no senso comum, quanto uma verdadeira disputa entre a ciência e a filosofia em torno da questão espaço-tempo; os historiadores se sentavam na primeira fila.

Durante a primeira metade de século a noção de quarta dimensão se espalhou por centenas de jornais, revistas, artigos e romances. A *Scientific American* patrocinou um concurso de ensaios em 1909 para a melhor explicação popular das teorias de Einstein. Competidores leigos de todo o mundo participaram do concurso⁶⁷⁴.

Se no senso comum as idéias de Einstein geraram tamanho interesse, nos meios acadêmicos o interesse foi incomensuravelmente maior; a ponto de extrapolar os próprios muros – tão altos – da Universidade. Para completar nosso argumento, Paris foi o palco mundial de um dos debates mais famosos entre a filosofia e a ciência em torno do novo problema espaço-tempo lançado por Einstein.

Vejamos, portanto, alguns dos pormenores deste debate ciência *versus* filosofia que aconteceu no ano de 1922 em plena Sorbonne; exatamente no lugar e no ano de formatura do aluno Fernand Braudel; seria também esses anos o período de formação dos Primeiros *Annales* – desde o fim da I Guerra Mundial Lucien Febvre e Marc Bloch já vinham planejando a fundação de sua revista.

O clima acadêmico francês (e mundial) se tornou densamente controverso a partir da instalação daquele novo problema espaço-tempo; o velho problema da filosofia se renovaria diante da ciência de Einstein.

Façamos antes, uma recuperação histórica das ciências físicas e matemáticas do período.

⁶⁷³ Carl Gustav Jung, *Sincronicidade*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 77-8.

⁶⁷⁴ Calvin Tomkins, *Duchamp, uma biografia*. São Paulo: Cosac-Naify, 2005, p. 69.

3.1.3 Contexto científico, antecedentes dos *Annales*

NOS FINS de século XIX a maioria dos físicos pensava que a mecânica clássica de Isaac Newton, baseada na chamada relatividade de Galileu – origem das equações matemáticas conhecidas como *Transformações de Galileu* – descrevia os conceitos de velocidade e de força para todos os observadores, ou sistemas de referência. No entanto, a partir dos estudos de Hendrik Lorentz tornou-se comprovado que as *equações de Maxwell*⁶⁷⁵, que descrevem o comportamento dos campos elétrico e magnético, bem como suas interações com a matéria, não se comportam de acordo com as *Transformações de Galileu* quando o sistema de referência muda. Um exemplo disso é quando se considera o mesmo problema físico a partir do ponto de vista de dois observadores, com movimento uniforme, um em relação ao outro.

A noção de variação das leis da física no que diz respeito aos observadores é a que dá nome à teoria de Albert Einstein. Em 1905 Einstein publicou a *Teoria da Relatividade Restrita* e, em 1915 a *Teoria Geral da Relatividade*, à qual se apõe o qualificativo de “especial” ou “restrita” por cingir-se apenas aos sistemas em que não se têm em conta os campos gravitacionais. De acordo com Peter Galison, físico e historiador da ciência da Universidade de Harvard, em *Os Relógios de Einstein e os Mapas de Poincaré*⁶⁷⁶, a descoberta de Einstein foi um momento de encontro entre o muito abstrato e o muito concreto, quando a física, a filosofia e a tecnologia convergiram em torno da questão do significado da simultaneidade dos acontecimentos distantes. Ou numa linguagem mais concreta: a sincronização de relógios afastados.

Na segunda metade do século XIX a coordenação de relógios e a padronização do tempo estavam na ordem do dia das nações, dos estrategos militares, dos grandes empresários, dos astrônomos e dos filósofos. O departamento de registro de patentes, onde Einstein trabalhava, era o local adequado para a certificação de patentes sobre a sincronização de relógios – além de ambiente perfeito de reflexão para o cientista, pois o isolamento lhe era afável em suas experiências abstratas.

⁶⁷⁵ As *Equações de Maxwell* são um grupo de quatro equações, assim chamadas em homenagem a James Clerk Maxwell (1831-1879), que descrevem o comportamento dos campos elétrico e magnético; bem como suas interações com a matéria. As quatro *equações de Maxwell* expressam, respectivamente: 1) como cargas elétricas produzem campos elétricos (Lei de Gauss); 2) a ausência experimental de cargas magnéticas; 3) como corrente elétrica produz campo magnético (Lei de Ampère); e 4) como variações de campo magnético produzem campos elétricos (Lei da indução de Faraday). Maxwell, em 1864, foi o primeiro a colocar todas as quatro equações juntas e perceber que era necessária uma correção na lei de Ampère: alterações no campo elétrico atuam como correntes elétricas, produzindo campos magnéticos. Além disso, Maxwell demonstrou que as quatro equações, com sua correção, predizem ondas de campos magnéticos e elétricos oscilantes que viajam através do espaço vazio na velocidade a qual poderia ser predita por experiências elétricas. Maxwell estava correto em sua hipótese, embora ele não tenha vivido para ver sua comprovação por Heinrich Hertz (1857-1894) em 1888. As Equações de Maxwell também serviu como base para muitos desenvolvimentos futuros na física, tais como: 1) a teoria da Relatividade Restrita (A. Einstein) e sua unificação entre os campos magnético e elétrico como uma única quantidade tensorial; 2) a Teoria de Kaluza-Klein da unificação do eletromagnetismo com a gravidade; e a 4) Teoria da Relatividade Geral (A. Einstein).

⁶⁷⁶ Peter Galison, *Relógios de Einstein e os Mapas de Poincaré*. Lisboa: Gradiva, 2005.

Na Europa, a Suíça, local de trabalho de Einstein, era o centro de produção de equipamentos de precisão e coordenação do tempo.

Como Galison constatou, havia na altura um grande número de patentes e diagramas com relógios ligados por sinais (eletromagnéticos). E havia, aliás, muitas propostas para patentes e artigos em revistas técnicas da época sobre relógios ligados por ondas de rádio. Claro que as fábricas e os inventores não estavam preocupados com os “sistemas de referência” e com a “física do éter”, mas tão somente em seus interesses de lucro.

Não obstante, nem sempre os caminhos da ciência se dão unicamente pelos interesses de progresso da própria ciência, sendo necessário muito das vezes percursos escusos, permeados de interesses que nem sempre servem a humanidade; apenas interesses particulares, como defende Thomas Kuhn.

Numa estranha justaposição do muito abstrato e do muito concreto, ou de um processo que parte do abstrato para o concreto, ou vice-versa, numa mistura da alta pressão de tecnologias materiais, de filosofia e de física, em torno da coordenação de relógios e da questão da simultaneidade de acontecimentos distantes, Albert Einstein desenvolveu sua teoria. Mas, para entendermos a teoria da relatividade geral e a teoria restrita da relatividade, temos necessariamente que recordar uma breve história da física e da matemática.

Sabe-se que a previsão da existência de “ondas eletromagnéticas”, e a conseqüente identificação das ondas luminosas com um fenômeno eletromagnético, é o maior sucesso da física do século XIX. Subitamente, a antiga ciência da óptica tornara-se um capítulo do eletromagnetismo. Mas, isto trouxe consigo um enigma: para os físicos do século XIX, uma onda tinha que ser uma onda em algum meio, tinha de haver um suporte para a propagação dessas ondas; como ocorre com as ondas do mar que se propagam na água, ou as ondas sonoras que se propagam no ar ou nos meios sólidos.

Mas, a luz propaga-se no vácuo, isto é, num espaço aparentemente vazio. Isto levou à suposição da existência de um meio dotado de características especiais, permeando todos os espaços vazios: o éter.

Porém, não havia forma de revelar direta ou indiretamente a existência desse meio. O próprio Einstein acreditou algum tempo na sua existência e propôs uma experiência que permitisse detectá-lo. Ao reconhecer não ser possível a detecção do movimento da Terra em relação ao éter, Einstein decide eliminá-lo completamente das suas considerações. E com isso elimina o referencial “privilegiado” onde, segundo Lorentz e Poincaré, as *equações de Maxwell* do eletromagnetismo estavam escritas; ou seja, o referencial onde a velocidade da luz (e das outras ondas eletromagnéticas) tinha um valor conhecido representado por c ⁶⁷⁷.

⁶⁷⁷ A medição da velocidade da luz é uma questão a ser resolvida desde os antigos. Empédocles foi o primeiro a sugerir que a luz requeria provavelmente um tempo finito para passar entre dois pontos. Galileu foi o primeiro a propor um

A eliminação desse referencial vai permitir estender o princípio da relatividade do movimento uniforme a toda a física conhecida até então, com exceção da teoria da gravitação de Newton. Para isso, Einstein avança com a única proposta possível: a da constância da velocidade de propagação das ondas eletromagnéticas em todos os referenciais de inércia, isto é, os referenciais que se deslocam com velocidade constante.

Esta proposta chocava-se com o princípio da relatividade de Galileu e Newton. Como poderia a velocidade da luz ser a mesma em todos referenciais? A resposta para resolução deste enigma foi quebrar a idéia newtoniana de tempo absoluto.

Para Newton, existia um tempo absoluto, verdadeiro, matemático que fluía constantemente da mesma forma para todos os observadores. Os relógios de todas as espécies não passavam de meros reflexos, aproximações do tempo metafísico. Quando Einstein estabelece os seus dois princípios, para construir a sua nova teoria à semelhança da Termodinâmica, surgem consequências dramáticas.

Por exemplo, se um comboio passa com velocidade constante numa estação, e duas pessoas nas extremidades do comboio acendem as suas lanternas e apontam-nas para o centro do comboio de modo que um passageiro sentado na estação veja os sinais luminosos chegarem simultaneamente, pode-se perguntar o que vê alguém colocado no centro do comboio? Temos três situações, uma para cada observador. Cada observador terá uma leitura do tempo. Os passageiros deste trem preferem considerá-lo como sistema de referência (sistema de coordenadas), relacionando todos os eventos ao próprio trem. Cada evento que ocorre num ponto da plataforma tem um ponto correspondente no trem. Dois eventos simultâneos em relação à plataforma (por exemplo, dois relâmpagos que atingem pontos A e B) serão também simultâneos em relação ao trem? Einstein discorda⁶⁷⁸.

método para tentar medi-la, mas não foi bem sucedido. Em 1675 Olaüs Christensen Römer, astrônomo dinamarquês, fez a primeira medida utilizando uma distância astronômica em vez de terrestre medindo a velocidade em 307.200 km/s a partir do eclipse terrestre com Júpiter. Em 1729 o astrônomo inglês James Bradley, a partir da posição de uma estrela em relação à Terra também intentou a medida. O primeiro método de laboratório para medida da velocidade da luz em distâncias terrestres foi feito pelo francês Hippolyte Fizeau em 1849, o qual conseguir medi-la em 315.000 km/s. Numa segunda tentativa ele melhorou os seus resultados, encontrando $c = 301.400$ km/s, resultados estes considerados, na época, de grande precisão. James Clerk Maxwell, usando os dados disponíveis na época, obteve a velocidade em 310.740 km/s. Em 1850, Leon Foucault refizera a medida, só que desta vez na água, obtendo uma velocidade razoavelmente menor. Esses testes liquidaram de vez a teoria corpuscular da luz, de Newton e Descartes, e confirmaram a teoria ondulatória de Hooke e Huyghens. No início do século XX, com os trabalhos de Max Planck e Albert Einstein, a teoria corpuscular ressurgiu das cinzas e surgiram os "fótons", ou partículas de luz. A medida oficial aceita contemporaneamente foi realizada em 1983 pelo *National Bureau of Standards*, Órgão nacional de padrões e medidas dos Estados Unidos, com utilização de raios lasers, obtendo como resultado 299.792,4586 Km/s, com incerteza de mais ou menos 0,0003 Km/s. A partir do ano de 1983, por decisão dos órgãos científicos internacionais, a velocidade da luz passou a ser considerada uma constante universal com valor bem determinado, exatamente igual a $c = 299.792.458$ m/s. Esta padronização significa em termos científicos e oficiais a consolidação do paradigma einsteiniano sobre o tempo absoluto da física mecânica newtoniana.

⁶⁷⁸ Márcio Barreto, *O anacronismo do Tempo: um debate atual entre Einstein e Bergson*. Tese de Doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2007, pp. 60-70.

Ao afirmar isto, Einstein quer dizer que os dois relâmpagos são simultâneos em relação à plataforma; os raios luminosos provenientes de A e B encontram-se no ponto médio da distância AB. Aos eventos A e B correspondem os pontos A e B marcados também sobre o trem; admitamos o ponto M' como ponto médio do vetor AB sobre o trem em marcha. Este ponto M' coincide com o ponto M no instante em que se produzem os relâmpagos (instante considerado em relação à plataforma); mas o ponto M' desloca-se para a direita com a velocidade v do trem. Se um observador colocado em M' do trem não tivesse animado com esta velocidade, ele permaneceria em M e os raios luminosos o atingiriam simultaneamente, ou seja, os raios luminosos se cruzariam sobre ele; mas, ao movimentar-se em relação à plataforma, tal observador vai ao encontro da luz que vem de B, enquanto “foge” da luz que vem de A. Assim, a distância percorrida pelo raio de luz de A até M' é maior do que a distância que percorre o raio de luz que partiu de B e, como a velocidade da luz é a mesma nos dois sentidos, o observador em M' verá primeiro a luz que vem de B e depois a luz que vem de A, concluindo que o relâmpago em B foi anterior ao produzido em A⁶⁷⁹.

Einstein em *La Théorie de la Relativité restreinte et généralisée* afirma que “dois eventos simultâneos em relação à plataforma não serão simultâneos em relação ao trem e vice-versa (relatividade da simultaneidade)”⁶⁸⁰. Ele nos diz que “cada sistema de referência (sistema de coordenadas) tem seu tempo próprio. A física admitia que a noção de tempo é absoluta, independente do estado de movimento do sistema de referência. Após as considerações precedentes, o tempo que dura um evento determinado em relação ao vagão não pode ter, em relação à plataforma, uma duração igual.”⁶⁸¹, afirma Einstein.

Do ponto de vista da pessoa sentada na estação, a pessoa colocada no centro do comboio está a mover-se no sentido do condutor que está na frente do comboio e a afastar-se do condutor na retaguarda. De modo que para os observadores estacionados na estação não restam dúvidas que o observador no centro do comboio recebe o sinal da frente primeiro e só depois o sinal luminoso proveniente da retaguarda. Logicamente este observador assume que os dois sinais enviados à mesma velocidade, percorrendo a mesma distância, não podiam ter sido enviados simultaneamente. Logo, os dois sinais luminosos são simultâneos no referencial da estação, mas não são simultâneos no referencial do comboio. A simultaneidade de acontecimentos distantes é, assim, um conceito relativo.

Não se trata de uma ilusão, mas de um efeito físico real. Cada observador mede tempos diferentes para os mesmos acontecimentos e para os intervalos entre dois acontecimentos. Sem

⁶⁷⁹ *Idem*, p. 70.

⁶⁸⁰ Albert Einstein, *La Théorie de la Relativité restreinte et généralisée (mise à la portée de tout le monde)*. Paris, Gauthier – Villars, 1921, p. 37.

⁶⁸¹ *Idem*.

adentrarmos às numerosas variáveis discutidas por Einstein, mesmo porque não praticamos a ciência dos físicos, gostaríamos de ressaltar aqui duas questões gerais relacionadas ao “tempo”: 1) a questão da oposição entre contínuo e descontínuo (luz e matéria); 2) a questão do espaço.

Nota-se que para a teoria da relatividade o tempo é relativo para cada observador, ou seja, o tempo não é a predominância total do “tempo absoluto” sobre o “tempo relativo” da física newtoniana. Esta questão está imbricada diretamente na novidade paradigmática dos *Annales*, seja em Lucien Febvre em seus estudos das mentalidades estabelecendo ao próprio tempo da personagem investigada aos marcos mais amplos de uma história social das idéias - num combate atroz ao anacronismo histórico - como se vê em *Rabelais*⁶⁸², ou em Marc Bloch em *Os reis taumaturgos*⁶⁸³, ou em Fernand Braudel em sua teoria das temporalidades inaugurada em *O Mediterrâneo*; Jacques Le Goff também é um bom exemplo em suas representações do tempo na Idade Média: *O tempo da igreja e o tempo do mercador*⁶⁸⁴.

Em todos estes *annalistas* há tempos plurais, sendo que cada tempo é visto pela perspectiva de um observador – como na física einsteiniana. Isto já nos parece bastante claro de onde germinaram estas noções de tempo.

A decomposição do tempo em ritmos trinitários realizada por Braudel, denominando essas cadências de *durée*, identifica-se em estrutura com os discursos opositores constituintes do debate estabelecido entre Albert Einstein e Henri Bergson; seria Bergson que levaria adiante a reprodução do debate.

O debate foi iniciado durante uma conferência do célebre físico na França no ano de 1922.

⁶⁸² Lucien Febvre, *Le problème de l'incroyance au 16e siècle: la religion de Rabelais*. Paris, Albin Michel, 1942.

⁶⁸³ Marc Bloch, *Le rois thaumaturges*. Strasbourg: Librairie ISTRA, 1924.

⁶⁸⁴ Jacques Le Goff, “Na Idade Média: tempo da Igreja e o tempo do mercador”. In: *Por um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 43-73.

Subcapítulo 3.2

Contexto acadêmico, a ciência e a filosofia

HENRI BERGSON (1859-1941), filósofo francês, antes mesmo de 1905, ano em que foi publicada a Teoria da Relatividade Restrita de Albert Einstein, já estudava o tempo. Espaço e tempo são velhos problemas da filosofia que remontam os gregos.

Neste subcapítulo vamos trazer as questões discutidas no debate: o novo problema espaço-tempo. A partir delas poderemos abordar o velho problema do tempo e do espaço da filosofia para sustentar a compreensão dos paradigmas braudelianos *versus* os paradigmas estruturalistas. Na primeira seção abordaremos questões de cada debatedor (Einstein, Bergson). Na segunda seção abordaremos as questões do debate em si e aplicá-las aos limites dos paradigmas braudelianos e estruturalistas. E na terceira seção abordaremos espaço e tempo, separadamente, na filosofia. O objetivo do subcapítulo é sustentar as noções fundamentais de espaço-tempo; bases fundantes dos paradigmas *annalistas*.

3.2.1 A física de Einstein e a filosofia de Bergson

HENRI BERGSON (1859-1941), filósofo francês, antes mesmo de 1905, ano em que foi publicada a Teoria da Relatividade Restrita de Albert Einstein, já estudava o tempo. Defendeu sua tese em 1889 na Universidade de Paris, cujo título *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência* já indicava suas preocupações. Em 1896 publica seu primeiro livro *Matéria e Memória* e, em 1907 publica sua principal obra *A Evolução Criadora* que une crítica da tradição filosófica especulativa com *intuição* da *duração* e, com as teorias evolucionistas de Herbert Spencer. Em 1918 Bergson torna-se membro da Academia Francesa, dois anos depois, publica *Duração e Simultaneidade*, obra que discute a comunicação de Einstein de 1905 sobre a Teoria da Relatividade Restrita⁶⁸⁵.

Em 1920, dois anos antes da visita de Einstein na França, a convite de Paul Langevin (1872-1946), Bergson publicou *Durée et Simultanéité*. Nesta obra o autor realizou uma retrospectiva de seus escritos anteriores; Bergson recapitula todas as suas hipóteses até então trabalhadas e ainda

⁶⁸⁵ No que concerne ao debate entre Albert Einstein e Henri Bergson nas duas primeiras seções deste subcapítulo, nos baseamos nas conclusões chegadas por Márcio Barreto, autor da Tese de Doutorado: *O Anacronismo do tempo: um debate atual entre Einstein e Bergson*. Tese de Doutorado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

acrescenta outra: primeiro, o pluralismo generalizado de *Matéria e Memória*, onde haveria uma coexistência de ritmos totalmente diferentes, durações distintas e multiplicidade radical do tempo; depois, o pluralismo restrito de *A Evolução Criadora*, ou seja, fora de nós as coisas materiais se distinguiriam por uma certa maneira relativa de participar da nossa *duração*; e ainda acrescenta sem abrir mão da multiplicidade - hipótese considerada por ele como a mais satisfatória – que é a existência de um só tempo, universal e impessoal, do qual tudo participaria, inclusive as nossas consciências, os viventes e todo o mundo material.

Duração, na obra de Bergson, é o correr do tempo uno e interpenetrado, isto é, os momentos temporais somados uns aos outros formando um todo indivisível e coeso. *Durée* é o tempo vivido e não o tempo atribuído. Não se trata de um tempo científico formado por partículas que se somam, logo passível de medição.

Oposto ao tempo físico ou sucessão divisível que é passível de ser calculado e analisado pela ciência, o tempo vivido é incompreensível para a inteligência lógica por ser qualitativo; enquanto o tempo físico é quantitativo. Para o filósofo o tempo homogêneo de Newton é uma ficção, um ídolo da linguagem criado pela inteligência; o tempo múltiplo da Relatividade é uma ficção sofisticada.

Bergson, expoente da linha de filosofia intuicionista, considerava que a *intuição* era a apreensão imediata da realidade por coincidência com o objeto. Em outras palavras, é a realidade sentida e compreendida absolutamente de modo direto; a intuição penetra no interior da vida coincidindo com o real imediatamente, não sendo necessário utilizar as ferramentas lógicas do entendimento: a análise e a tradução.

A primeira (análise) é o recorte da realidade, mediação entre sujeito e objeto. A segunda (tradução) é a composição de símbolos lingüísticos ou numéricos que, analogamente à primeira, também servem de mediadores. Ambas são meios falhos e artificiais de acesso à realidade. Somente a intuição pode garantir uma coincidência imediata com o real sem o uso de símbolos nem de repartições analíticas.

Assim o tempo vivido (qualitativo) é somente possível de ser apreendido pela intuição, ficando a inteligência em seus meios (análise, tradução) dirigida unicamente para o tempo científico (quantitativo).

O tempo repensado por Einstein derrama-se sobre a filosofia e reforça a tendência anteriormente anunciada por Kant de supremacia da ciência sobre a especulação filosófica; tendência que se acelerou durante o século XX na medida em que a primeira avança aliada à tecnologia e ao capital. E era a esta supremacia da ciência sobre a filosofia que Bergson resistia e, não à teoria de Einstein.

Num dos dias da Conferência de Einstein em Paris, especificamente no dia 6 de abril de 1922, no evento organizado por Paul Langevin - físico que trabalhou o caso dos “relógios vivos”

exemplificando-o com dois gêmeos no espaço⁶⁸⁶, naquela altura diretor da *École Supérieure de Physique et de Chimie Industrielles de la Ville de Paris* -, quando o físico famoso estava em se fazer compreendido, apresentando sua teoria, Henri Bergson, o notável filósofo francês, argumentou procurando estabelecer que “uma vez admitida a Relatividade como teoria física, nem tudo está terminado. Resta determinar o significado filosófico dos conceitos que ela introduz. Resta descobrir até que ponto ela renuncia à intuição e até que ponto ela permanece atada à intuição: resta fazer a parte do real (...)”⁶⁸⁷.

Para Bergson tratava-se de uma “teoria física”, circunscrita à inteligência, à “análise” e à “tradução”, mas não atendia ao principal: “a parte do real”, o homem em sua dimensão individual, em sua dimensão intuitiva, em sua dimensão do inconsciente.

A resposta de Einstein foi perspicaz. Por ser vinte anos mais jovem do que Bergson, um filósofo reconhecido e de grande envergadura, o físico não refutou diretamente o tempo dos filósofos, mas não o aceita como aquele capaz de medir e esgotar o tempo. “O tempo do filósofo é o mesmo tempo do físico? (...) Ora, o tempo físico pode ser derivado do tempo da consciência”, afirma Einstein⁶⁸⁸.

Continuando em sua resposta, Einstein diz que “primitivamente os indivíduos têm a noção da simultaneidade de percepções; (...) mas, existem eventos objetivos independentes dos indivíduos e, da simultaneidade das percepções, (...) não há, portanto, um tempo dos filósofos; apenas existe um tempo psicológico diferente do tempo dos físicos”⁶⁸⁹.

A teoria física é pretensamente suficiente para expressar o significado do tempo, pois Einstein desqualifica a abordagem filosófica. Bergson concebe uma multiplicidade temporal que a intuição pode captar e que é análoga à construção inteligente da multiplicidade temporal na Relatividade.

Einstein “insiste sobre o fato de que sua teoria tem a pretensão de exprimir em equações os fatos físicos e os fenômenos sensíveis do mundo exterior”⁶⁹⁰. Bergson, contrariamente à submissão da filosofia ao pensamento científico, percebe que a Relatividade não é suficiente para atribuir ao tempo um significado filosófico; não obstante, reconhece que, mais do que a concepção newtoniana, ela se aproxima, pela linguagem científica, à *durée* intuitiva.

⁶⁸⁶ Paul Langevin, físico francês, de renome internacional, se tornara famoso entre o grande público ao publicar uma versão impactante do exemplo dado pelo próprio Einstein do que ele havia denominado de “relógios vivos” ou “organismos” para exemplificar a dilatação do tempo e a contração do espaço (distância). Langevin imaginou uma situação com dois gêmeos: um ficava na Terra enquanto o outro fazia uma viagem de ida e volta durante, por exemplo, 10 anos do seu tempo (próprio), isto é, o tempo medido no referencial do viajante. Quando volta à Terra verifica que o seu gêmeo está quase 58 anos mais velho se a velocidade relativa durante toda a viagem tiver sido $v=0,985\ c$, quase 99% da velocidade da luz do vácuo. Para o gêmeo que ficou na Terra, o gêmeo viajante afastou-se até uma distância de 4,925 anos-luz (quase cinco anos-luz) e depois regressou. Mas de acordo com o gêmeo viajante, o espaço percorrido na ida foi de apenas 0,8498 anos-luz, o que corresponde a uma contração das distâncias na direção do movimento. Percebemos que os dois efeitos: dilatação do tempo e contração de comprimentos andam sempre associados, como não podia deixar de ser para que a velocidade da luz se mantivesse invariante.

⁶⁸⁷ Henri Bergson, *Mélanges*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972, pp. 1342-5.

⁶⁸⁸ *Idem*, p. 1345.

⁶⁸⁹ *Ibidem*.

⁶⁹⁰ Charles Nordmann. *Notre maître le temps*. Paris: Hachette, 1922, p. 17.

Enquanto Bergson pretere a força de expressão dos símbolos elegendo a intuição como método, Einstein parte da capacidade de abstração do pensamento para atingir a realidade codificada matematicamente. Mais do que isso, o filósofo percebe que os caminhos não são necessariamente antagônicos, mas possivelmente complementares, sendo um percorrido pela via da inteligência e o outro através da intuição.

Infelizmente, os mal-entendidos do encontro de Paris esconderam que, mesmo em sentidos opostos, os caminhos, sob certo ponto de vista, convergiam. Einstein introduz a idéia de tempo local e opõe o tempo múltiplo ao tempo absoluto newtoniano; de sua parte, Bergson elege a intuição como a faculdade de captar as diferentes contrações da duração que coexistem num tempo único, o qual a física posterior a Einstein veio a admitir.

Einstein instaura a medição do tempo a partir do referencial do observador e Bergson toma a percepção da multiplicidade *durée* a partir do murmúrio interno da vida do sujeito. Bergson, diferenciando os tipos de multiplicidades do tempo que se confundem na teoria restaura o papel da filosofia que Einstein havia rebaixado a segundo plano.

A proposta de Bergson era inclusiva, não se tratava de combater a Relatividade, mas de torná-la parte de uma humanidade completa, na qual a intuição (que capta a duração) e a inteligência (capaz de criar artifícios para medir o tempo) se interpenetrariam. O que ele parece reprovar na teoria de Einstein é a pretensa vocação de expressar, apenas pela via inteligente, o significado filosófico do tempo. “Bergson desejava encontrar o solo comum que compatibilizaria a noção de duração com a visão einsteiniana do tempo, mas ele apresentou este encontro de maneira confusa”⁶⁹¹.

Mas, o que nos fica destas poucas pinceladas do pensamento de Bergson, bem como da física de Einstein, em específico as questões deste debate, ocorrido no ano de 1922, quase sete anos antes da fundação da *revue des Annales* por Marc Bloch e Lucien Febvre - contexto em que ainda eram professores em Estrasburgo, muito antes mesmo de Bloch ser professor da *Sorbonne*⁶⁹² -, são as terminologias e seus conceitos desconcertantes apresentados de forma revolucionária no mundo acadêmico de Paris daqueles anos.

Não se trata aqui de comprovar a hipótese de que “os primeiros *Annales*”, bem como Braudel, se fundamentaram unicamente nesses autores para reformularem a epistemologia da ciência histórica, mas cabe-nos ressaltar que tais discussões relacionadas ao tempo era o tema central daqueles anos. Não seria de admirar que as idéias dos *annalistas* fundadores germinassem também desses postulados. Não seria espantoso se Braudel não tivesse retirado sua noção de *longue durée* dos pressupostos filosóficos de Henri Bergson.

⁶⁹¹ Keith Ansell Pearson, *Philosophy and the adventure of the virtual*. London: Routledge, 2002, p. 55.

⁶⁹² Fato que ocorreu somente em 1936 quando substituíra Henri Hauser na cadeira de história econômica.

Em *Essay Sur les Donnés Immédiates de la Conscience*, Bergson definia a *durée* como o tempo real e como duração múltipla; a duração psicológica é um dos casos entre uma infinidade de outros. Em *Matière et Mémoire*, ele vai mais longe ao falar sobre a pluralidade de ritmos da duração. A percepção de numerosas durações, tantas quantas quisermos, múltiplas de acordo com nossa vontade, é uma extensão da idéia de coexistência virtual de todos os níveis do passado ao conjunto do universo.

Bergson considera o passado coexistente com seu próprio presente, sendo este a forma mais contraída do passado. A percepção, por mais instantânea que seja, consiste numa incalculável quantidade de elementos rememorados e, “para falar a verdade, toda percepção já é memória. Nós só percebemos, praticamente, o passado, o presente puro sendo o inapreensível avanço do passado a roer”⁶⁹³.

Mesmo não tendo desejado um confronto entre seu pensamento e o de Einstein, Bergson falhou ao não estabelecer a conexão entre a idéia de diferentes ritmos sugerida pela teoria da relatividade e o espírito do tempo múltiplo de *Matéria e Memória*⁶⁹⁴. Bergson afirma que “este pretendo tempo homogêneo (Newton) (...) é um ídolo da linguagem, uma ficção cuja origem é fácil de encontrar. Em realidade, não há um ritmo único da duração; é possível imaginar muitos ritmos diferentes, os quais, mais lentos ou mais rápidos, mediriam o grau de tensão ou de relaxamento das consciências, e deste modo fixariam seus respectivos lugares nas séries dos seres”⁶⁹⁵.

Esta representação de durações por Bergson, com elasticidade desigual, pluralizada, não tem correlações diretas com as postulações de *durée* de Braudel de três ritmos? Se Bergson opõe tempo físico (natureza) e tempo vivido (psicológico), Braudel diferentemente fez deles tempos complementares, sendo o tempo físico o tempo quase imóvel (tempo geográfico) e, o tempo vivido subdividido em o tempo na dimensão dos homens (tempo social) e o tempo na dimensão do indivíduo (tempo dos acontecimentos).

O tempo múltiplo, respectivo de cada observador, apregoado por Einstein, não possui relação direta com os tempos braudelianos? O tempo físico dos cientistas e o tempo psicológico do senso comum (inverdadeiro) mencionados por Einstein, também não nos remete ao tempo geográfico (físico) e o tempo social e individual (psicológico) de Braudel em *La Méditerranée*?

A *intuição* de Bergson, onde o sujeito cognoscente é capaz de apreender a realidade sentida e compreendida de modo direto em seu “tempo vivido” não nos liga à história das mentalidades de Febvre em *La religion de Rabelais* ou em Bloch em *Les rois thaumaturges*?

⁶⁹³ Bergson, *Matéria e Memória*. São Paulo, Martins Fontes, 1999, p. 175.

⁶⁹⁴ Milic Capeck, *Bergson and Modern Physics*. Dordrecht: D. Reidel Publishing, 1971, pp. 242-9.

⁶⁹⁵ Henri Bergson, *Matéria e Memória*. São Paulo, Martins Fontes, 1999, p. 244. *Grifo nosso*.

Bergson foi um dos primeiros filósofos a trabalhar a questão do “inconsciente”, pois a considera a natureza racional da intuição, os rastros do processo de emersão da razão; logo, não vemos alguma semelhança com os postulados paradigmáticos de acesso ao “inconsciente do homem” nos trabalhos de Bloch (mentalidade de uma cultura em transformação numa *longue durée*), Febvre (“psicologia histórica”) e Braudel (geohistória, *longue durée*)?

3.2.2 Aplicações aos paradigmas braudeliano e estruturalista

O QUE Braudel realiza em suas obras é um mapa detalhado, minucioso do tempo vivido. Braudel procurou apreender todas as formas e orientações da experiência vivida. Isto é o que Jean-Claude Perrot considera em seu artigo intitulado “Le présent et la durée dans l’oeuvre de F. Braudel”⁶⁹⁶. Assim como também admite que as concepções de Braudel acerca do tempo se parecem com a perspectiva de Gaston Bachelard (1884-1962), onde a duração pertence às coisas, mas sua construção – os cortes, as correlações, a continuidade e a descontinuidade – é produzida pela consciência do sujeito elaborador do discurso histórico⁶⁹⁷.

Bachelard, tido por muito tempo como um filósofo “sem rigor”, tendo em vista a perspectiva de cientificidade proposta por Husserl, demonstrou ser possível a cisão entre razão e imaginação pela via racional. Segundo ele se usarmos a via onírica, a razão e a imaginação se articulam, se interpenetram e se tornam complementares.

Bachelard buscou na idéia de Gaston Roupnel (1872-1946), a partir de seu livro *La Nouvelle Siloë*, bases fundantes para o seu estudo sobre o tempo. Em *A intuição do instante* Bachelard amplia a perspectiva do historiador francês. Roupnel propõe o olhar sobre a história numa perspectiva de tempo descontinuada. Para ele a verdadeira realidade do tempo é o instante. Esta proposta opõe-se à teoria de Henri Bergson, que trata como vimos o tempo como contínuo, uma duração contínua, um todo plural em si mesmo ou um virtual que se atualiza a cada contração.

Para Bergson o instante é uma abstração, desprovida de realidade, onde o presente é apenas um grau mais contraído do passado, ou o que existe é apenas o passado mais contraído ou mais distendido dentro deste tempo virtual e, que se contrai para o ato da criação do indivíduo (tempo psicológico); para Bachelard o tempo é composto por uma sucessão de instantes descontínuos.

⁶⁹⁶ Jean-Claude Perrot, “Le présent et la durée dans l’oeuvre de Fernand Braudel”. *Annales ESC*, 36, 1 (1981): 3-15.

⁶⁹⁷ *Idem*.

O próprio Bachelard em seu livro *A intuição do instante* admite que sua “conversão” a um novo modo de ver o tempo se deve a publicação dos estudos de Einstein sobre a teoria da relatividade. Da mesma maneira que cita Bergson, o qual considera sua teoria extremamente bem elaborada e esteticamente bela, cita Einstein e, o encontro inevitável entre a ciência e a filosofia.

Bergson vê em Einstein e em Bergson uma oportunidade de aproximar o seu duplo projeto: o aspecto diurno de sua obra, onde se inscrevem os conceitos epistemológicos, e o aspecto noturno, onde aparece a complementaridade dos eixos da ciência e da poesia (sonho, devaneio). Vê neste debate entre Bergson e Einstein a possibilidade de cisão entre a razão e a imaginação pela vias da racionalidade.

A partir da demonstração de alguns dos principais conceitos da filosofia bergsoniana (duração, criação, impulso vital), Bachelard desenvolve e amplia a tese de Roupnel refutando que a “duração não passa de um número cuja unidade é o instante”⁶⁹⁸. Para ele a duração não tem forma direta, já que não é representativa em si mesma de um ato. O tempo real só existe unicamente pelo instante isolado. O instante acontece de forma inteira no presente, isto é, no ato. Bachelard, seguindo a Roupnel, propõe que os hábitos e o progresso não se dissipam na descotinuidade do tempo, eles ganham força e uma nova dimensão.

De fato Perrot tem razão. Braudel se parece mais com Bachelard do que com Bergson, embora esse último talvez tenha alcançado Braudel em Paris em sua obra mais irradiativa. Inclusive, o próprio Braudel escreveu a respeito da relação entre Lucien Febvre e Bergson, já que ambos foram colegas na Escola Normal Superior a partir de 1897 – aparentemente, Febvre não aceitava a filosofia bergsoniana⁶⁹⁹.

Esta afirmativa de Perrot se faz valer, sobretudo, se considerarmos que da mesma forma que Bachelard superou a dicotomia entre imaginação e razão, Braudel superou a oposição entre a filosofia e a ciência. Para Braudel o tempo é plural: é físico, como querem os cientistas, e é psicológico em nível do indivíduo como querem os filósofos. É físico em nível da “longa duração”, quando se pode apreender as regularidades, e é intuitivo em nível da “curta duração” quando se trata dos acontecimentos: “aquela história recortada não na dimensão do homem, mas na dimensão do indivíduo”⁷⁰⁰.

Tudo faz parte da realidade, desde os acontecimentos da micro-história até os invariantes identificados na longa duração de uma macro-história.

Ilya Prigogine também vê - além dos elementos da micro-física - na macro-física as esferas da realidade que a física newtoniana menospreza.

⁶⁹⁸ Gaston Bachelard, *A intuição do instante*. Campinas, Verus Editora, 2007, p. 57.

⁶⁹⁹ Fernand Braudel, “Personal Testimony”. *Journal of History*, 44, 448-67, p. 465.

⁷⁰⁰ Fernand Braudel, *El Mediterraneo y el mundo mediterraneo em la época de Felipe II*. México: Fondo de Cultura Económica, 1953. 2 v., p. xvii-xviii.

Einstein em conformidade a Newton afirmou que há como verdadeiro unicamente o tempo físico, o tempo dos cientistas. Newton num dos escólios de seu *Principia* havia dito que “há o tempo absoluto, verdadeiro e matemático” e há “o tempo relativo, aparente e comum, (...) comumente usado em vez do tempo verdadeiro”⁷⁰¹.

A diferença fundamental entre Einstein e Newton, além das notórias distâncias de seus modelos – estático e mecânico, respectivamente -, é que o físico alemão superou a dicotomia continuidade *versus* descontinuidade. Bachelard e Braudel fizeram o mesmo. Neste aspecto, Lévi-Strauss apesar de ter se unido às ciências naturais não soube resolver esta falsa aporia colocada nas ciências sociais e humanas.

O problema para o estruturalista surgiu ao ficar restrito às duas variáveis (física newtoniana e física einsteiniana), ou noutra linguagem, entre o sagrado e o profano, ou entre o antigo e o novo paradigma. Ao defender a premissa “x” incorreu numa contradição, pois a variável “y” não comprovava suas hipóteses.

Em outras palavras, se apoiou na física de Newton para defender a reversibilidade das estruturas, e na física de Einstein para se apoiar na descontinuidade do tempo, mas logo se viu numa aporia, pois para Einstein a oposição entre contínuo e descontínuo (luz e matéria) não existe, logo a descontinuidade do tempo não era vencedora: a luz como a matéria é constituída de “grãos”.

Einstein era um atomista convicto, tratava do movimento dos átomos de acordo com as leis de Newton. Mas, ao invés de estudar o movimento de cada átomo, ele toma o efeito médio num conjunto deles. Einstein percebe que a produção da luz pelo aquecimento da matéria é compreensível apenas supondo que a energia da luz é composta por “partículas” de energia (hoje denominadas fótons). Sua idéia foi estudar a transformação da matéria em luz utilizando métodos estatísticos, mas conservando sua característica de onda contínua da teoria de Maxwell. A radiação luminosa escapava da dicotomia “contínuo-descontínuo”, o que tornava a teoria da luz compatível com a da matéria.

A teoria da Relatividade Restrita é anunciada no artigo de Junho de 1905; nela, Einstein considera supérflua a introdução do éter luminoso, resolvendo a outra contradição em que a física se encontrava: a imobilidade absoluta do éter contrariava o princípio da relatividade de Galileu, segundo o qual não há um referencial privilegiado em repouso absoluto.

A bem dizer, a teoria da relatividade de Einstein é uma teoria sobre invariâncias: ela busca na natureza aquilo que não varia em relação a qualquer ponto de vista do observador; em outras

⁷⁰¹ Isaac Newton, *Principia*. (Livro I: “Princípios Matemáticos de Filosofia Natural”; Livro II: O Movimento dos Corpos (em Meios com Resistência); Livro III: O Sistema do Mundo (Tratado Matematicamente) Tradução de A. K. T. Assis a partir do livro Sir Isaac Newton’s, *Mathematical Principles of Natural Philosophy*. Edusp, São Paulo, 2008.

palavras, as leis da física devem ser as mesmas para qualquer referencial adotado, uma vez que não existe um sistema de referência que possa ser considerado imóvel.

Ao eliminar o éter, Einstein libera a luz da necessidade de um meio para sua propagação, mas ele preserva como característica fundamental uma das conclusões da teoria de Maxwell: a luz se propaga a 300.000 km/s no vácuo, seja qual for o movimento do observador⁷⁰². Se este valor fosse adotado em relação ao éter imóvel, ele não seria o mesmo para observadores que estivessem em movimento em relação ao éter. Eliminando o éter, mas conservando a invariância da velocidade da luz, Einstein preserva, ao mesmo tempo, a importante conclusão de Maxwell e o princípio da relatividade de Galileu, dissolvendo a contradição entre o primeiro e o segundo⁷⁰³.

Se na Teoria da Relatividade Restrita Einstein conseguiu resolver uma falsa aporia, abolindo o éter, mantendo a luz no vácuo como invariante universal independentemente do observador, Lévi-Strauss por outro lado não conseguiu consolidar sua idéia de descontinuidade histórica suprimindo o tempo.

Se o invariante universal, a luz, também é composta de matéria (fótons), pois a luz também é constituída de “grãos” - como a matéria -, logo não há oposição entre contínuo e descontínuo (luz e matéria); o que significa que não há nenhum e nem outro, mas ambos, ou seja, espaço-tempo; e, tão logo, se luz e matéria são em si a mesma coisa, pois uma (matéria) está contida na outra (luz) - sendo a primeira (matéria) em sua soma a segunda (luz) -, conclui-se que, considerando que somente há espaço-tempo condicionado à matéria, temos que, sem a “continuidade” (dos grãos formadores da matéria) não há espaço-tempo. A descontinuidade por lógica se anula. Lévi-Strauss com o passar dos anos se viu sem saída.

A descontinuidade defendida por Lévi-Strauss entra em contradição. O problema se tornou insolucionável com sua defesa irrevogável da “reversibilidade” (modelo mecânico) em detrimento da “irreversibilidade” (modelo estatístico) das estruturas defendidas pelos historiadores; ou pelo tempo dos filósofos (tempo vivido).

Coube a Lévi-Strauss apenas reconhecer anos mais tarde a existência de mudanças não-reversíveis em seus estudos sobre sistemas de parentesco e sobre mitos, bem como em numerosas passagens secundárias sobre fenômenos estéticos. Percebeu o espeleologista que as estruturas morrem e, quanto a isto nada se pode fazer, trata-se de um estado não reversível.

⁷⁰² A velocidade da luz é a mesma para qualquer sistema de referência: se um raio de luz se movimenta em sentido contrário ao do movimento de um trem, sua velocidade, surpreendentemente, terá o mesmo valor de 300.000 km/s para um observador dentro do trem e para outro fora dele, parado na plataforma. Esperava-se que a luz tivesse diferentes velocidades para diferentes referenciais, mas como a velocidade dos trens é muito inferior à da luz, era difícil encontrar experimentalmente as esperadas diferenças de velocidade.

⁷⁰³ “A genialidade de Einstein foi ter abolido esta contradição suprimindo justamente a idéia segundo a qual a luz é o movimento de uma onda no éter. A luz é unicamente caracterizada, enuncia Einstein, pelo fato de que ela se propaga sempre com velocidade ‘c’ para todos os observadores.” François Balibar, *Einstein. La joie de la pensée*. Paris, Gallimard 1993, p. 45.

Reverendo os sistemas de parentesco de tipo *Crow-Omaha* percebeu-se que esses estavam na transição de modelos mecânicos para modelos estatísticos, assim como os sistemas de *maisons* cognaticamente transmitidos. Ao rever modelos de sociedades da Austrália para a Ásia, e da Ásia para a Europa, identificou-se que era necessário aplicar os modelos de troca restrita para modelos de troca generalizada, e de modelos de troca generalizada para modelos estatísticos, respectivamente⁷⁰⁴.

Lévi-Strauss foi obrigado a reconhecer a existência de mudanças irreversíveis; isto o levou a oscilar entre a simetria e a assimetria, reversibilidade e irreversibilidade, discreto e contínuo, global e local. Os mitos, as estruturas de parentesco, as realidades morrem; tudo se cansa, como as nuvens dissipadas pelo vento, tudo é histórico⁷⁰⁵.

Em *Tristes Trópicos* Lévi-Strauss não atribui ao livro um caráter de memórias, mas de reflexão. É um livro crítico ao mundo ocidental pelas práticas de extermínio: o destino da floresta, lenha nos fornos industriais; o das cantigas indígenas, partículas de poeira que se misturam aos hidrocarbonetos das baforadas urbanas. Os “modos de predação” passam a marcar a obra de Lévi-Strauss⁷⁰⁶.

Não podendo anular o tempo, recorreu à metáfora da máquina. Buscou no livro *Cibernética e Sociedade*, de Ross Ashby⁷⁰⁷ - teoria de Norbert Wiener⁷⁰⁸ - esta inspiração. O livro traz uma analogia entre a visão bourbakista das estruturas matemáticas e a construção de autômatos; máquinas que na fábrica cibernética ocupam o lugar social dos operários tornando-se os novos escravos da produção - como as máquinas escravas, como os “replicantes” em *Blade Runner*⁷⁰⁹ - fazendo alusão ao capítulo “Maquinaria e Grande Indústria” de *O Capital* de Marx (volume I). Nesta crítica, as fábricas modernas são fumacentas, flamejantes, máquinas infernais comendo e cuspidando homens e mulheres como caroços incômodos, mas necessários.

Lévi-Strauss utilizaria a metáfora para correlacionar sua disciplina ao “modelo mecânico”, vistas portanto como ‘estruturas de ordem’; máquinas de escolher. “Estruturas topológicas” seriam

⁷⁰⁴ Mauro W. B. Almeida, “Simetria e entropia: sobre a noção de estrutura de Lévi-Strauss”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 42, n. 1-2, 1999.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100010&lng=en&nrm=iso. Access on 21 Nov. 2010. doi: 10.1590/S0034-77011999000100010.

⁷⁰⁵ A configuração das núvens é uma ilustração clássica de N. Wiener, *Cibernética*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 58.

⁷⁰⁶ Claude Lévi-Strauss, *Anthropologie Structurale*. Paris: Plon, 1958. p. 365. Nesta parte do livro o autor trata dos “modos de predação”.

⁷⁰⁷ William Ross Ashby, *Cibernética. An Introduction to Cybernetics*. Chapman & Hall, London, 1956.

⁷⁰⁸ Para aprofundamento do tema cf. Fernando Ricardo Salles, *A relevância da cibernética, aspectos da contribuição filosófica de Norbert Wiener*. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 2007. Trabalho orientado pelo físico, filósofo e epistemólogo Osvaldo Frota Pessoa Júnior, professor do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Consultar também: WIENER, Norbert. *Cibernética: ou controle e comunicação no animal e na máquina*. Trad. Gita K. Ghinzberg. São Paulo: Polígono, 1970; _____. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. São Paulo: Cultrix, 1968.

⁷⁰⁹ Filme *Blade Runner* de Ridley Scott, baseado no romance de Philip Dick.

máquinas de medir, “estruturas de ordem” seriam máquinas de escolher: escolher em anular o tempo. Seria, tarefa lúdica de um *bricoleur*⁷¹⁰?

A máquina confere sentido à noção de transformação; transformam e processam uma matéria “a” derivando-a em *a1, a2, a3, ...*; sua derivação é limitada. Como pensar produtos derivados de petróleo; são numerosos, mas finitos. Se por um lado as máquinas são algoritmos da mente, como as máquinas de Turing e de Post, por outro significam trabalho, processamento, transformação.

Pelo processo de entropia - grandeza termodinâmica, função de *Clausius* -, o “grau de desordem” de um sistema fechado é sempre crescente; a perda de estrutura inicial lhe confere um sentido único do tempo: um tempo que flui no sentido da degradação da estrutura original. O derretimento do gelo é o exemplo clássico: o estado sólido a estrutura inicial, o estado líquido a estrutura final. Um processo que se decorre pela “flecha do tempo”⁷¹¹; no entanto, de sinal negativo já que há perda de estrutura.

O tempo com sinal negativo, *t-*, para Lévi-Strauss significaria, em termos termodinâmicos, a perda de floresta, a perda de mitos, a perda de ritos, a perda de beleza, a perda de costumes, a perda da diversidade. A flecha do tempo, de sinal negativo, transforma a matéria, porém em sentido antropofágico. A estrutura se degrada, a vida nada mais do que crepúsculos que se vão⁷¹².

Em *Saudades de São Paulo* Lévi-Strauss não atribui a essas saudades um sentimento saudoso, mas um estado de espírito. “Se, no título de um livro recente, apliquei ao Brasil (e a São Paulo) o termo 'saudade', não foi por lamento de não mais estar lá. De nada me serviria lamentar o que após tantos anos não reencontraria. (...) não há nada no mundo de permanente nem de estável em que possamos nos apoiar”⁷¹³.

Apesar de seu intento ser engenhoso em ajuntar os universos newtoniano e einsteiniano – cujo objetivo era o de suprimir o tempo - percebeu o etnólogo que se tratava de uma questão para ele insolucionável. Tudo é história, inclusive fenômenos cársticos.

As metáforas cibernéticas também não puderam ajudar.

⁷¹⁰ “Mesmo estimulado por seu projeto, seu primeiro passo prático é retrospectivo, ele deve voltar para um conjunto já constituído, formado por utensílios e materiais, fazer ou refazer seu inventário, enfim sobretudo, entabular uma espécie de diálogo com ele, para listar, antes de escolher entre elas, as respostas possíveis que o conjunto pode oferecer ao problema colocado. Ele interroga todos esses objetos heteróclitos que constituem seu tesouro, a fim de compreender o que cada um deles poderia significar”. Claude Lévi-Strauss, *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989, p. 34. O termo “bricoleur” aparece nesta obra, *O pensamento selvagem*.

⁷¹¹ O termo “flecha do tempo” originalmente é de Arthur Eddington. Ilya Prigogine o utilizará; a partir dele o termo terá grande difusão.

⁷¹² O pôr do sol é o epílogo em Claude Lévi-Strauss: “*Cette image (...) n’est pas celle de l’humanité même et, par delà l’humanité, de toutes les manifestations de la vie: oiseaux, papillons, coquillages et autres animaux, plantes avec leurs fleurs, dont l’évolution développe et diversifie les formes, mais toujours pour qu’elles s’abolissent et qu’à la fin, de la nature, de la vie, de l’homme, de tous ces ouvrages subtils et raffinés que sont les langues, les institutions sociales, les coutumes, les chefs-d’œuvres de l’art et les mythes, quand ils auront tiré leurs derniers feux d’artifice, rien ne subsiste?*” Claude Lévi-Strauss, *Mythologiques, IV, L’Homme Nu*. Paris, Plon, 1971, pp. 620-621.

⁷¹³ Claude Lévi-Strauss & Ricardo Mendes (Org.). *Saudades de São Paulo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Inst. Moreira Salles/Cia das Letras, 2002 [Edição original: 1996].

A contradição apareceu até mesmo quando adotou a geometria não-euclidiana para o estudo das sociedades. Ao se apoiar na geometria legitimada por Riemann⁷¹⁴, por uma questão simples de causa e efeito, sua sustentação de modelo mecânico newtoniano se fragilizou. Ao abolir os pontos de origem, os pontos referenciais, cujo objetivo era reservar um lugar institucional para os etnólogos como o único capaz de observar “as sociedades frias”, se perdeu em seu próprio objeto: o mito.

Sem referencial não há tempo, sem o tempo não se apreende a realidade; a realidade é o movimento. Estudar o homem através de mecanismos axiomáticos, presentes nas ciências formais, é o mesmo que simplesmente fotografar a realidade; torná-la estática é anulá-la. Lévi-Strauss se viu obrigado a se contentar com esta limitação, fazendo cair por terra os seus planos imperiais para o conjunto das ciências sociais e humanas.

Foi esta mesma geometria utilizada por Lévi-Strauss, a não-euclidiana, que possibilitou o desenvolvimento das noções de um *continuum* espaço-tempo da teoria da relatividade⁷¹⁵; a mesma teoria que foi a tábua de argumento do etnólogo enfraqueceu sua postulação da “descontinuidade” do tempo.

Talvez seja incômodo para o nosso espírito de historiador que contraiu o hábito útil de explicar os paradigmas de nossa disciplina unicamente por uma lógica internalista, apresentar aqui este estudo interdisciplinar; nos parece mais ofício dos filósofos, o que nos é contraditório, já que para fazer história todos os objetos são elegíveis.

Estes objetos são elegíveis desde que conduza o historiador em sua pena, a encontrar o homem, como nos diria Marc Bloch. “Os historiadores têm sempre uma certa dificuldade de filosofar e (...) no lugar de elevar-se às idéias gerais freqüentemente perigosas para a integridade do real, multiplicam os exemplos particulares”⁷¹⁶, diria-nos G. Friedmann.

Cabe-nos neste estudo fazermos cair as máscaras da alusão que torna a desmitificação da realidade às vezes incômoda, mas, que em seguida, pode nos dar uma sensação de alívio, ao ver que o novo não é tão novo assim, não apenas na ciência, mas na vida, no “tempo vivido”, *locus* onde

⁷¹⁴ George Friedrich Bernhard Riemann (1826-1866), matemático alemão, primeiro a reconhecer a geometria não-euclidiana, a geometria dos espaços curvos, até então ignorada pelos acadêmicos.

⁷¹⁵ “Quando alguém nos pergunta se o universo a quatro dimensões não pode ser considerado simplesmente como uma ilustração do método matemático, devemos imediatamente pensar que nosso interlocutor tem provavelmente um sério motivo para nos colocar esta questão. Ele crê no universo euclidiano a três dimensões e ele espera que nós o autorizemos a não sacrificar sua crença. Neste caso, nossa resposta deve ser clara: o universo real a três dimensões caiu em desuso; deve ser substituído por um espaço tempo quadridimensional com propriedades não euclidianas. Neste livro, recorreremos algumas vezes a imagens que certamente não correspondem a nenhuma realidade física - o tempo imaginário ou uma quinta dimensão que jamais perceberemos. O universo a quatro dimensões não é uma simples imagem; é o universo real do físico, ao qual ele chegou pelo método bem conhecido que a física tem sempre seguido em sua pesquisa sobre a realidade.” Arthur Eddington, *Espace, Temps et Gravitation. La théorie de la relativité généralisée dans ses grandes lignes*. Paris, Librairie Scientifique J. Hermann. 1921, p. 224.

⁷¹⁶ Georges Friedmann, *Villes et campagnes. Civilisation urbaine et civilisation rurale em France*. Paris: Armand Colin, 1953, p. 25.

todos aprendem com todos, já que os “gênios” também respiram oxigênio como nós – obviamente, que essa idéia conta, no fundo, com o consentimento tácito de nossa consciência histórica, de nossa conversão teórica e amadurecimento crônico.

Resta-nos a esta altura discutirmos de maneira integrada os paradigmas braudelianos; sua concepção de “espaço-tempo” nos dará uma visão privilegiada de todos os seus conceitos. Veremos que longa duração associada à economia mundo formam um par combinatório epistemológico capaz de nos ajudar a esclarecer algumas questões distorcidas pela historiografia do pensamento braudelião; seriam esses os *elementos* da *matéria* aqui observada o *epílogo* desta tese.

Antes de passarmos para a próximo e derradeiro subcapítulo, vale questionarmos se o que foi discutido aqui, envolvendo a ciência (Newton, Einstein, etc.) e a filosofia (Bergson, Bachelard, etc.) não nos remete de alguma maneira ao vocabulário de Braudel. Braudel está mais próximo de Bachelard do que de Bergson, mas não é esta a questão importante aqui apresentada.

O mais importante reside em demonstrar o quanto o contexto científico da época dos primeiros *Annales* e dos anos de formação de Braudel foi influenciador tanto para os primeiros *Annales* quanto para Braudel – indubitavelmente, para Lévi-Strauss. A diferença entre esses *annalistas* e o antropólogo estruturalista residiu no “como” cada um assimilou a oposição entre as tradições hipotética-dedutiva racionalista *versus* hipotética-indutiva empirista.

Todavia, não podemos deixar de relacionar os paradigmas dos *primeiros Annales* e, sobretudo os de Fernand Braudel a este contexto científico; ou será que o debate de época não lhes serviu como fonte criadora?

Possivelmente as respostas já não existem mais, acompanharam os desaparecimentos de Bloch, Febvre e Braudel. Mas, são inegáveis as influências destas questões científicas, filosóficas e contextuais históricas no pensamento desses homens resplandecentes; já que todos, inclusive os grandes homens de ciência, são filhos de seu tempo, de uma época, de um contexto. Somos todos filhos da história.

Há uma necessidade obrigatória antes de se discutir espaço-tempo em Braudel – ou em qualquer outro autor dedicado ao tema espaço-tempo - passar pelos caminhos do espaço e do tempo em separado pela história da filosofia. Se todos somos filhos da história, esses conceitos também o são.

3.2.3 Paradigmas braudelianos, o espaço e o tempo na filosofia e na ciência

O ESPAÇO para os gregos antigos era a oposição entre o cheio e o vazio, entre a matéria e o nada, entre o ser e o não-ser. Parmênides nega que se possa falar do vazio, a única coisa que existe é o ser, e o ser é inteiramente cheio, e como possibilidade pode ser ou vir a ser a matéria compacta, ou o espaço. Demócrito afirma que existe o “vazio”, mas ao mesmo tempo o “não-ser”; átomos e vazio coexistem, caso contrário não poderia haver movimento, logo se trata de duas formas de existência equivalentes à matéria e ao espaço.

Platão enumera três gêneros de ser: as formas ou as idéias (ser), as coisas sensíveis (devir) e o espaço (receptáculo). Esse último é eterno, é real, mas inteligível, não suscetível de destruição, morada das coisas criadas e apreendido por meio de uma razão espúria. O espaço enquanto receptáculo puro é um “contínuo” desprovido de qualidades, mas também um ser “intermédio” entre as Formas e as realidades sensíveis e, nada além; ele não está no céu nem na terra, é inapreensível.

Aristóteles o concebe como “lugar”, equivale-se a um “campo” onde as coisas são particularizações constituídas em parte pelo próprio “espaço”, a rigor, melhor dizer que o espaço emana das “coisas”.

Em Aristóteles não é possível conceber as “coisas” sem o seu “espaço”, não há a idéia de espaço vazio, ou mero receptáculo como em Platão; os atomistas não vêem o “espaço” como “coisa”, os átomos são “coisas” e o espaço o “campo dos possíveis” do movimento. O movimento, deslocamento das “coisas” ou átomos no vazio espacial, ou no “não-ser”.⁷¹⁷

Já o tempo, na filosofia antiga, em geral significava “época da vida”, “duração da vida” e “força de vida”. Para o imunologista Jacques Benveniste, pesquisador de “nanoestruturas aquosas”, dedicado ao tema controverso da “memória da água”, o significado mais antigo é o de “força de vida”⁷¹⁸; o que se tornou fácil transmutar o significado original para o de “vida” ou “tempo da vida”, como observa André-Jean Festugière⁷¹⁹.

⁷¹⁷ A reflexão relacionada ao pensamento e filosofia do Ocidente aqui elaborada é fundamentalmente baseada em Platão, *Timeu e critias ou a atlantida*. São Paulo: Hemus, 1981; Aristóteles, *De Caelo*. Introduzione, texto critico, traduzione e note di Oddone Longo. Firenze: Sansoni, 1962 (Série Classici Greci e Latini contesto a fronte 2ª serie); Aristóteles, *Physica*. In: *The Basic Works of Aristotle*. New York: Random House, 1941, pp. 218-394; José Ferrater Mora, *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2004, Tomos II, IV; Thorleif Boman, *Das hebräische Denken im Vergleich Mit dem Griechischen*. 1954. Tradução para o inglês de Jules L. Moreau: *Hebrew Thought Compared with Greek*. New York/London: WW Norton & Company, 1960; Bertrand Russel, *História do Pensamento Ocidental. A aventura das idéias dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

⁷¹⁸ Jacques Benveniste, “Transfer of the molecular signal by electronic amplification”. *FASEB Journal*, (1995): 9-A227; _____, & B. Ducot, A. Spira. “Memory of water revisited”. *Nature, Letter to the Editor*, 370, 6488 (1994): 322.

⁷¹⁹ A.-J. Festugière, “Le sens philosophique du mot...”. *La parola del passato. Rivista di Studi Classici*, 11 (1949): 172-189.

A noção de “duração” de uma vida individual está ligada à persistência da força vital que faz o indivíduo “ser”. Vida, céu, vazio e eternidade, conceitos fundantes do tempo entre os gregos. Ponto de origem e o seu extremo - o fim - abarcam inicialmente a noção de tempo, depois, ampliam-na para uma idéia de tempo dissociado do fim, daí “vida sem fim”, “eternidade”.

Platão, em *Timeu*, tempo é a imagem móvel da eternidade, é o perpétuo movimento circular das esferas celestes⁷²⁰. Aristóteles, em *De caelo*, tempo está ligado à noção de “idade”, mesmo que se encontre em Aristóteles o evidente sentido de “tempo imortal”, “eternidade”, “idade do céu inteiro”⁷²¹.

“Idade do tempo”, o “agora”, o “antes” e o “depois” definem o tempo como um número, ou como uma espécie de número, uma realidade “numerante”, a medida do movimento segundo o “antes” e o “depois”. Tempo e movimento em Aristóteles se movem com o movimento mais perfeito, o circular, e são interdefiníveis: mede-se o tempo pelo movimento, mas também o movimento pelo tempo, no caso do movimento cíclico, está já “medido” desde sempre.

Ernst von Dobschütz demonstra a tradição hebraica e o modo grego de pensar⁷²². O hebraico é temporal, o grego intemporal. O hebraico destaca o “passar”, e o grego o “estar”. Os hebreus concebiam o tempo em função do futuro, os gregos do presente, ou de um passado muito remoto ou muito próximo, independentemente, um passado “quieto”. Os hebreus mediram, quantificaram, subdividiram o tempo em unidades grandes (as estações do ano) e pequenas (o dia, a noite, as horas). As grandes unidades, concebidas mediante a posição do sol no espaço, as pequenas à incidência da “luz” ou “escuridão”.

Thorleif Boman nos mostra também que os hebreus conceberam o tempo como uma série de “percepções temporais”, interiorizando o tempo na sua cultura denominando-o de “duração” e “temporalidade”⁷²³.

Os gregos com base nos movimentos dos corpos celestes viam no tempo uma natureza “repetível”, “cíclica”, “movimento” linear de “presentes”, daí a noção de “eternidade”. O contraste entre as duas tradições se expressa nas línguas: no hebraico os tempos do verbo expressam ações completas ou não completas, e no grego “aspectos” e formas de “presença”, do “agora”, do “antes” e do “depois”. Se a tradição hebraica se prendeu às origens fundantes de sua cultura, as concepções filosóficas gregas não permaneceram imutáveis, haja vista a *poliedricità* da mente grega da qual se refere Rodolfo Mondolfo⁷²⁴.

⁷²⁰ Platão, *Timeu e critias ou a atlantida*. São Paulo: Hemus, 1981, 37 D.

⁷²¹ Aristóteles, *De Caelo*. Introduzione, testo critico, traduzione e note di Oddone Longo. Firenze: Sansoni, 1962 (Série Classici Greci e Latini contesto a fronte 2ª serie), I 9, 279 a 22-30.

⁷²² Ernst von Dobschütz, “Zeit und Raum im Denken der Urchristentums”. *Journal of Biblical Literature*, 41 (1922): 212.

⁷²³ Thorleif Boman, *Das hebräische Denken im Vergleich Mit dem Griechischen*. 1954. Tradução para o inglês de Jules L. Moreau: *Hebrew Thought Compared with Greek*. New York/London: WW Norton & Company, 1960.

⁷²⁴ Rodolfo Mondolfo, *L'infinito nel pensiero dell'antichità classica*. 2ª ed. Firenze: L Nuova Italia, 1956.

As noções aristotélicas fundidas à cosmologia hebraica predominaram na filosofia medieval, eis a fundação do Ocidente. Se na concepção de espaço a opinião que predominou foi a aristotélica - a do espaço como “lugar” -, na problemática do tempo a discussão gerou mais perplexidade. As noções gerais de espaço dos escolásticos são por um lado o real e o finito, os mesmos limites que o universo das coisas, mas por outro lado é o imaginário que se estende para além das coisas, provável infinito, “vazio puro”.

Santo Tomás de Aquino, seguindo a fórmula do Estagirita distinguiu três noções de espaço: o *locus* como *terminus immobilis continentis primum*, o *situs* na disposição das partes do corpo em seu “lugar”, e o *spatium* na distância entre dois pontos, o intervalo, o vazio. As noções que viriam com Descartes, espaço como continuidade, exterioridade, reversibilidade e tridimensionalidade, etc., ao mesmo tempo que é *res extensa*, constitui a essência dos corpos; se parece com os escolásticos, mas suas noções de “lugar” e de “situação” diferem daquelas de Santo Tomás.

O lugar cartesiano indica a “situação” e o “modo” como um corpo se orienta, ou o espaço como pura extensão em que consiste na transparência e inteligibilidade. Já na escolástica, ao invés de inteligibilidade, é sensibilidade.

Quanto ao tempo, Santo Agostinho, outrora influenciado pelo maniqueísmo e neoplatonismo de Plotino, convertido cristão, segue uma tradição e outra, a grega e a hebraica, definindo-o como inapreensível: o tempo é um “foi” que já não “é”, também um “agora” que não “foi”, sendo que o “agora” já não se pode deter, logo é um “será” que ainda não “é”. O tempo não tem dimensão, quando vamos aprisioná-lo ele se esvai. O futuro é o que se espera, o passado é o que se recorda, o presente é aquilo a que se está atento; futuro, passado e presente emergem como “espera”, “tensão” e “memória”. O presente passa num instante, logo não teria o presente uma extensão? O futuro relacionado à espera não seria longo? Nossa tensão se estabelece traduzida em espera, e por um ato de atenção ela não apressa a chegar e, quando chega, esvair-se é sua rota natural. E o passado, este já não “é”, senão uma longa recordação, ou a memória institucionalizando-o como o que se passou, mas que aqui permanece⁷²⁵.

A concepção agostiniana do tempo encontrada nas passagens de *Confissões* expressa, como em Aristóteles, uma perplexidade dessa realidade escorregadia chamada tempo, onde se prepondera a idéia de tempo como “realidade vivida”, ou tempo “vivível”, ou como denominam os filósofos contemporâneos, como Bergson, “tempo vivido”.

As doutrinas modernas sobre o espaço e sobre o tempo são abundantes. As teorias aristotélicas e escolásticas subsistem em diversos autores. Se no Renascimento a diversidade de autores é pequena, como um Concetta Orsi, um Tommaso Campanella ou um Francisco Patrizzi, na filosofia moderna o cenário é absolutamente distinto.

⁷²⁵ Santo Agostinho, *Confissões*. 5ª Ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1955.

Por outro lado, se na filosofia medieval sobrepõem-se três concepções do tempo, a “teológica”, a “física” e a “psicológica”, ou se na perspectiva *distentio animi* agostiniana abordava o tempo como algo “interior”, ou “exterior” e “anímico”, na Idade Moderna pouco se alterou.

Neste período, filósofos e homens de ciência se ocuparam destas problemáticas. De um modo geral as propriedades comuns de “espaço” nas teorias modernas se resumem no homogêneo, contínuo, ilimitado, tridimensional e no homoloidal. Se falarmos apenas dos grandes, diríamos que tanto a geometria euclidiana, quanto a filosofia cartesiana bem como a física newtoniana, todos se sustentam nestas propriedades. Newton, Spinoza, Malebranche, Kant, Locke, Leibniz, Berkeley e Gassendi se estabeleceram também nesta plataforma filosófica.

Doravante, o espaço, além daquelas propriedades era também classificado de três modos: o espaço, uma realidade em si mesma, o espaço como propriedade das coisas, e o espaço enquanto uma relação ou uma ordem. Quanto ao tempo, de forma similar ao espaço, também esses modernos discutiram-no de três modos: o tempo como “realidade absoluta”, como “propriedade”, como “relação”.

Da mesma forma que os gregos antigos (aristotélicos, platônicos, neoplatônicos e estóicos) se subdividiram em dois grandes grupos, os “absolutistas” e os “relacionistas”, os filósofos modernos e homens de ciência também o fizeram. Os absolutistas conceberam que o tempo é uma realidade completa em si mesma: assim pensou Estratão, como também Isaac Newton. Os relacionistas consideraram que o tempo não é uma realidade por si mesma, mas uma relação: assim pensou Aristóteles, como também Leibniz. Outros misturaram essas noções: assim procedeu Plotino, como também o fez Kant. Einstein foi além.

De certa forma entre os modernos suas concepções acerca do espaço e do tempo diferiam de forma tênue. A ruptura somente aconteceria no início do século XX com Einstein. A rigor, tanto os “absolutistas” como os “relacionistas” consideravam o tempo como contínuo, ilimitado, não isotrópico. Isto quer dizer que realmente não diferiam muito, já que em ambos o tempo tem uma única direção, uma única dimensão, espaço contínuo e indeterminado.

Suas diferenças fundamentais residiam em o espaço ser absoluto, como realidade, e em o espaço não ser real, mas ideal.

Em *Principia*, em um dos Escólios, Newton define o tempo como absoluto, como verdadeiro e matemático; por si mesmo e por sua própria natureza flui uniformemente sem relação com nada

externo. No Escolio Geral dos *Principia*⁷²⁶ Newton define o espaço da mesma forma, é para ele uma medida absoluta e até mesmo uma “entidade absoluta”⁷²⁷.

Leibniz, por outro lado, afirmava que o espaço se movimenta a partir de uma relação, o espaço é uma ordem da existência das coisas em sua simultaneidade, logo não existe em si mesmo, mas a partir das coisas, das substâncias, do mesmo modo que no tempo – uma clara justaposição à tradição aristotélica, onde o espaço emana das “coisas”.

De qualquer maneira, a física newtoniana e os debates instaurados se estabeleceram solidamente a partir do século XVII. Até o primeiro quartel do século XVIII a discussão sobre a natureza do tempo e do espaço esteve muito em voga, como se vê na polêmica entre Newton e Leibniz.

A própria incompatibilidade das tradições continental e insular se atenuou. O espaço para Descartes é *res extensa*, onde constitui-se a essência dos corpos, sendo essa extensão insensível, ou não sensível, mas inteligível; suas características são continuidade, tridimensionalidade, exterioridade e reversibilidade⁷²⁸ - um encaixe perfeito com a física newtoniana, com a geometria euclidiana, uma física mecânica onde o reversível, o ilimitável espacial e o ponto de referência eram ordenadores.

Malebranche considera o “espaço sem limites” necessário, eterno e imutável⁷²⁹. Spinoza, a substância extensa é o maior atributo de Deus⁷³⁰. Kant verá o espaço como uma realidade substancial, como “coisa em si”⁷³¹. Berkeley nomeou a estes de “filósofos mecânicos”, subdivididos em “racionalistas” e “realistas”⁷³², ou como querem alguns de “racionalistas” e “empiristas”; no fundo trata-se da dicotomia de tradições filosóficas entre continentais *versus* insulares (ingleses ou irlandeses), ou tradição teórica continental *versus* tradição empírica inglesa.

⁷²⁶ Isaac Newton, *Principia*. (Livro I: “Princípios Matemáticos de Filosofia Natural”; Livro II: O Movimento dos Corpos (em Meios com Resistência); Livro III: O Sistema do Mundo (Tratado Matematicamente) Tradução de A. K. T. Assis a partir do livro Sir Isaac Newton’s, *Mathematical Principles of Natural Philosophy*. Edusp, São Paulo, 2008.

⁷²⁷ Esta é a interpretação mais corrente do “Escólio Geral” dos *Principia*, embora possa haver outras como as de tendência “teológica”, ou mesmo a de Stephen Toulmin que alega ser de modo algum evidente que Newton tivesse uma concepção do espaço como coisa, entidade ou realidade absoluta, embora admita que a letra do “Escólio” pudesse permitir essa interpretação. “O espaço e o tempo absolutos não são as mais perfeitas medidas que possam ser concebidas, mas são, antes, ideais teóricos em relação aos quais todas as medidas relativas são aproximações melhores ou piores”. TOULMIN, Stephen. “Criticism in the History of Science: Newton on Absolute Space Time and Motion. I”. *Philosophical Review*, 68 (1959): 1-29.

⁷²⁸ René Descartes, *Entretiens sur la Métaphysique*, I, iii, ix, x. (ver também *Regulae*, XIV. *Meditationes V*; *Princ. Phil.*, II, 4. 9, 11, 12, 13, 14, 15).

⁷²⁹ Nicolas Malebranche, *Meditações cristãs e metafísicas*. Lisboa: Colibri, 2003.

⁷³⁰ Benedictus Baruch de Spinoza, *Ética*. Livro I, introdução, tradução e notas de Joaquim de Carvalho. Lisboa: Ed. Relógio D’Água, 1992, prop. Xv, sch.

⁷³¹ Immanuel Kant, “Dialética transcendental”. In: *Crítica da razão pura*. 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. (3ª parte).

⁷³² George Berkeley, *Empirismo e idealismo platonico en el siglo XVIII*. Buenos Aires, Argentina: Mino y Davila, 2009.

É interessante de se notar que o tempo do segundo tipo, como propriedade das coisas, podia ser chamado também de “duração”: o modo como uma coisa existe temporalmente é a duração desta coisa.

A grande dificuldade dos filósofos modernos nesta questão residia na possibilidade do surgimento de vários “tempos” como “durações”, ou como se poderia dizer “modos de durar”. A atenção dos filósofos e homens de ciência na idade moderna, sobretudo a partir de meados do século XVII, foi dirigida para os outros dois modos de conceber o tempo, isto é, como “uma realidade em si mesma” e como “relação”; posições opostas defendidas por Newton e Leibniz, respectivamente.

Ora, um levante de novas idéias capazes de abalar as estruturas da física mecânica, há três séculos estabelecida, somente emergiria com: i) as Equações de Maxwell em 1864, ii) com as explicações de Poincaré nos fins de século XIX - demonstrando a fragilidade da física newtoniana de se resolver o dito “problema de três corpos” - iii) com o lançamento das bases da física quântica de Max Planck em 1900, e iv) com os fundamentos da física einsteiniana lançados a partir de 1905; estando neles as teorias de Maxwell e de Lorentz sobre fenômenos eletromagnéticos cristalizadas.

A Teoria da Relatividade Restrita foi a chave-mestra desse entrave e dessas desconfianças.

Somente com os debates sonoros instaurados a partir daquele artigo de junho de 1905 no *Annalen der Physik*⁷³³ é que seriam tratados no contexto científico e geral – extrapolando as ciências naturais (e também as ciências formais) e alcançando não somente as recém institucionalizadas ciências sociais e humanas, mas também as artes e, em certa medida o senso comum – os temas “invariância”, “simultaneidade”, “observadores simultâneos”, “espaço delimitado”, “espaço descontínuo”, “relatividade”; e, especialmente espaço e tempo unificados: o “espaço-tempo” em quatro dimensões (altura, comprimento, largura e tempo).

Os filósofos reagiriam ao levante destas questões da ciência. Se para Einstein o tempo é físico como as demais dimensões também o são, para Dilthey⁷³⁴ ou para Jean-Paul Sartre⁷³⁵ o tempo é fundamentalmente histórico; se para Einstein o tempo é científico - e não filosófico -, para Heidegger o que importa ao homem “é buscar o horizonte do ‘ser’ no tempo”⁷³⁶; se para Einstein “não há um tempo dos filósofos, apenas existe um tempo psicológico diferente do tempo dos

⁷³³ *Annalen der Physik*, o periódico científico alemão que publicou os famosos artigos de Albert Einstein. O primeiro artigo é de junho de 1905. *Annalen der Physik*, vol.XVII, 1905: 891 – 921.

⁷³⁴ Wilhem Dilthey, *Dos escritos sobre hermenêutica el surgimiento de la hermenéutica y los esbozos para una crítica de la razón histórica*. Madri: Istmo, 2000. (Colección fundamentos 164).

⁷³⁵ Jean-Paul Sartre, *A idade da razão*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

⁷³⁶ Martin Heidegger, *Ser e tempo*. Bragança Paulista/Petrópolis: Universitária São Francisco/Vozes, 2009.

físicos”⁷³⁷, para Henri Bergson o tempo ou é verdadeiro ou é falsificado/espacializado, ou mesmo, como diria um quase análogo a Bergson, Husserl⁷³⁸, há tempo fenomenológico ou tempo cósmico.

Se para Einstein o espaço é limitado e descontínuo, para filósofos como Anton Neuhäusler o tempo é imanente e transcendente à consciência, já que “o tempo é a inquietude do ser”⁷³⁹; tão logo, se para Einstein há um “espaço-tempo quadridimensional” com propriedades não euclidianas, para Bergson não se reduz o tempo a espaço; ou seja, se para o físico famoso há tempo científico, ou um tempo físico de que nada tinha a ver com o tempo psicológico do indivíduo, onde os momentos temporais, passado, presente e futuro “são tão somente uma ilusão”⁷⁴⁰, para filósofos “temporalistas”, como Bergson, há um tempo real: tempo experimentado, “experiência vivida”, “tempo vivido”.

Neste contexto de oposição entre filosofia e ciência, surge, como surgiu Plotino, alguém capaz de estabelecer um meio termo. Poderia sê-lo Immanuel Kant, mas referimo-nos a um pensador contemporâneo: Ilya Prigogine⁷⁴¹.

Tendo de um lado a ciência moderna, desde a dinâmica clássica até a teoria da relatividade e a física quântica, e de outro a filosofia e a experiência cotidiana, Prigogine propôs a se dedicar, a partir da filosofia - como Bergson -, à questão do tempo.

Para o físico e químico Prigogine, no mundo físico há uma “flecha do tempo”⁷⁴². Se na física clássica o mundo físico é apresentado de modo estável, em pleno equilíbrio, reversível e supratemporal, na lógica prigoginiana o tempo é dinâmico, ativo, dimensão criadora, irreversível, temporal, uma concepção que abraça um mundo real e mais complexo do que aquele que a física modelar e mecânica considera; inclui Prigogine, em especial, o caos e a instabilidade.

Prigogine fez reconhecer a fragilidade de alguns conceitos básicos da física vistos até então como firmes. Se a física mecânica é a estabilidade que reina, na vida cotidiana não é. Logo, essa “nova física” deverá reconhecer uma dimensão existencial fundamental. Prigogine tenta interpretar o nível microscópico de forma que nele apareça a simetria do tempo e a instabilidade dos elementos.

A ordem macroscópica é apenas aparente para Prigogine. As estruturas coerentes são apenas a resultante de um nível microscópico em caos dinâmico. Na sua perspectiva a ordem surge do caos.

⁷³⁷ Henri Bergson, *Mélanges*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972, p. 1347-8.

⁷³⁸ Edmund Husserl, *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura*. Tradução de Márcio Suzuki. Aparecida (SP): Idéias e Letras, 2006.

⁷³⁹ Anton Neuhäusler, *Zeit und Sein*. Meisenheim/Glan: Anton Haig, 1957, p. 284.

⁷⁴⁰ Henri Bergson, *Mélanges*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972, p. 1347-8.

⁷⁴¹ Referimos-nos a Kant por se situar na concepção de tempo entre Newton (absolutista) e Leibniz (relacionista). Para Kant o tempo é uma representação *a priori* e, de mesmo modo é transcendentemente ideal e empiricamente real.

⁷⁴² O termo “flecha do tempo” originalmente é de Arthur Eddington.

José Ferrater Mora nos dá um exemplo brilhante: a atividade elétrica do cérebro é basicamente caótica; as enfermidades cerebrais são devidas, precisamente, a demasiada regularidade⁷⁴³.

Immanuel Wallerstein em ensaio engenhoso compara a concepção do tempo de Prigogine para as ciências naturais com a de Braudel para as ciências sociais e humanas⁷⁴⁴. Se a “longa duração” foi o instrumento epistemológico criado por Braudel para as ciências sociais, a “flecha do tempo” foi o instrumento epistemológico criado por Prigogine para as ciências naturais.

Como Laplace julgou ser a ciência newtoniana o limite da ciência moderna, onde restava aos cientistas apenas aparar algumas arestas, von Ranke também julgou ser a história positivista o alcance de todas as questões unicamente pelo método. Nesse sentido, Prigogine procura não cometer o mesmo despropósito.

Aposta na instabilidade, no caos e no tempo como o fim das certezas apregoadas pela física mecânica. Em *La fin des certitudes*⁷⁴⁵ Prigogine diz que a mecânica de Newton descreve sistemas dinâmicos estáveis o que não constituem senão uma pequena parte da realidade física. Da mesma forma Braudel descreve os “acontecimentos” como uma parte da realidade histórica. Para Prigogine é “efetivamente na física macroscópica”, e não nas microscópicas, “que a irreversibilidade e as probabilidades se impõem com maior evidência”⁷⁴⁶. Para Braudel também são as estruturas macroscópicas e não nas microscópicas que os efeitos da “longa duração” aparecem. Os acontecimentos para Braudel “são poeira da história”⁷⁴⁷, para Prigogine os “sistemas dinâmicos estáveis”⁷⁴⁸ são “interações transitórias”⁷⁴⁹.

Se Braudel se viu obrigado a combater uma visão dominante da pesquisa histórica que ignorava a estrutura, dito de outra forma, a “longa-duração”, Prigogine se viu obrigado a combater uma visão dominante da pesquisa em física que ignorava os sistemas instáveis, dito de outra forma, o “tempo”.

Vejam que a questão que os aproximam é o tempo, ao passo que um chama-o de “longa-duração”, o outro chama-o de “flecha do tempo”.

Nenhum dos dois pretendeu excluir: se Braudel não excluiu os “acontecimentos” da história, Prigogine não excluiu os “sistemas estáveis” da física. Apenas admoestaram que esses elementos se tratavam de uma pequena parte da realidade histórica e física, respectivamente e, não de toda ela.

⁷⁴³ José Ferrater Mora, *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2004, Tomo IV, p. 2842.

⁷⁴⁴ Immanuel Wallerstein, “O tempo, a duração e o terceiro não-excluído: reflexões sobre Braudel e Prigogine”. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Fernand Braudel. Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 58-70.

⁷⁴⁵ Ilya Prigogine, *La fin des certitudes*. Paris: Odile Jacob, 1996.

⁷⁴⁶ *Idem*, p. 52.

⁷⁴⁷ Fernand Braudel, “As estruturas do cotidiano”. In: *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, 3 vols., p. 512.

⁷⁴⁸ Ilya Prigogine, *La fin des certitudes*. Paris: Odile Jacob, 1996, p. 62.

⁷⁴⁹ *Idem*.

Está aqui um princípio fundamental que explica a bancarrota dos “mecânicos” Newton e Lévi-Strauss⁷⁵⁰: ambos excluíram os “processos irreversíveis”; não seriam esses a maior parte da realidade? Einstein, que vê no tempo - como Newton também o via - apenas um, o tempo homogêneo dos físicos, o tempo absoluto, que é diferente do tempo psicológico, também incorreu nesta omissão. O motivo? A ciência em oposição à filosofia.

A confluência é nítida: se Newton apresenta uma concepção “absolutista” do tempo nos *Principia*, Lévi-Strauss apresenta uma única concepção da realidade em *Structures élémentaires de la parenté*: a-temporal, estática e congelada.

Se por um lado Einstein se apóia na geometria não euclidiana, Lévi-Strauss vê na descontinuidade espacial o seu alento. Se para Newton o tempo relativo é aparente e inverdadeiro, apenas uma medida sensível, ou sensorial do homem, para Lévi-Strauss a continuidade do tempo histórico é apenas uma ilusão.

Para Newton o tempo é independente das coisas, perfeitamente homogêneo, uma propriedade em si mesmo, existente por sua própria natureza, logo enquanto as coisas mudam, o tempo não muda. O tempo é indiferente às coisas que contém. É indiferente também às mudanças que ocorrem nas coisas.

Nem Einstein e nem Lévi-Strauss se distanciam desta concepção de tempo em Newton. Einstein considerava que “não há um tempo dos filósofos, apenas existe um tempo psicológico diferente do tempo dos físicos”⁷⁵¹.

Ora, assim sendo, Einstein admitia a existência de dois tempos: o psicológico e o científico; esse último o tempo dos físicos. O problema não reside na hierarquia, mas na legitimação de um enquanto verdadeiro em detrimento da deslegitimação do outro enquanto inverdadeiro; o tempo do indivíduo (psicológico) é apenas sensorial, ilusório, e o tempo dos físicos, o único tempo que existe.

Newton lançou séculos antes a mesma base: há “o tempo absoluto, verdadeiro e matemático” que “flui uniformemente sem relação com nada externo” e há “o tempo relativo, aparente e comum, uma medida sensível e externa (...) da duração por meio do movimento, que é comumente usado em vez do tempo verdadeiro”⁷⁵².

Lévi-Strauss, de forma análoga, vê no tempo dos físicos, no tempo da Ciência, aquele tempo que anula o tempo psicológico (ou tempo intuitivo de Bergson), ou o tempo relativo (o tempo “inverdadeiro” que se refere Newton) como o tempo verdadeiro; em outras palavras Lévi-Strauss

⁷⁵⁰ Separados por três séculos, poderíamos classificar Newton e Lévi-Strauss como “filósofos mecânicos”, de acordo com a classificação de Berkeley, no entanto, há de se salientar que pertencem à tradições distintas: Newton pertence à tradição “empirista” (insular) e Lévi-Strauss à tradição “racionalista” (continental).

⁷⁵¹ Henri Bergson, *Mélanges*. Paris: Presses Universitaires de France, 1972, p. 1347-8.

⁷⁵² Isaac Newton, *Principia*. (Livro I: “Princípios Matemáticos de Filosofia Natural”; Livro II: O Movimento dos Corpos (em Meios com Resistência); Livro III: O Sistema do Mundo (Tratado Matematicamente) Tradução de A. K. T. Assis a partir do livro Sir Isaac Newton’s, *Mathematical Principles of Natural Philosophy*. Edusp, São Paulo, 2008.

vê no tempo dos físicos aquele capaz de anular o tempo do homem (individual), ou o homem e sua relação direta com o tempo (psicológico).

Lévi-Strauss vê no tempo dos físicos a saída para neutralizar o tempo histórico, podendo, potencialmente, congelar a realidade, tornando-a autônoma, homogênea, existente por si mesma, por sua própria natureza própria, tornando-a assim passível de estudá-la de um lugar privilegiado: o lugar do etnólogo. Mas, esse lugar se constrange com os pontos de referência de um espaço euclidiano, aquele milenar calabouço que tanto aprisionou as mentes – como de um Sartre - nas grades do espaço e do tempo da história.

Braudel se difere completamente dessa lógica axiomática conduzida por Lévi-Strauss que pretendia unir as ciências formais às ciências sociais e humanas. Num contexto de plena confluência multidisciplinar o historiador francês não se rendeu aos encantos dos modismos de época. A matematização de meados de século foi um modelo solucionador para disciplinas emergentes como a etnologia.

Poucas disciplinas ficariam de fora. Até a própria história não ficaria à margem de uma quantificação. Obviamente, há diferenças no modo de aplicação da história quantitativa. No caso da história econômica - como vimos no primeiro capítulo - há uma Nova história econômica, praticada nos departamentos de economia: economia retrospectiva e, há a velha história econômica praticada em faculdades de filosofia. Na velha história econômica a quantificação não é um problema; ele está na combinação dos métodos históricos e econômicos e não no método em si, mesmo porque “na medida que a cliometria obriga os historiadores a pensarem com clareza e atua como um detector de absurdos, desempenha funções necessárias e valiosas”⁷⁵³, afirma Hobsbawm.

É apontado por François Dosse como sendo a raiz daquele modismo “matematizador” as obras do lingüista dinamarquês Louis Hjelmslev⁷⁵⁴. O fator principal de coesão dos formalismos, com os seus princípios de redução lógica, era a episteme única por detrás de autores como Vladimir Propp e Focilon, ativamente defendido por Greimas e Barthes na França. Esta questão é crucial para se entender o estruturalismo⁷⁵⁵.

Fernand Braudel elaborou o seu conjunto epistemológico revolucionário a partir destas grandes questões que oscilam entre a ciência e a filosofia. A história que já foi uma arte, após Ranke e os primeiros *Annales* passou a ser cada vez mais científica: se o primeiro garantiu sua institucionalidade transformando-a numa ciência idiográfica, os segundos garantiram seu lugar na Universidade convertendo-a numa ciência mais nomotética.

⁷⁵³ Eric Hobsbawm, “Historiadores e economistas II”. In: *Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p. 127.

⁷⁵⁴ Louis Hjelmslev, *Principes de Grammaire Générale*. Copenhagen: Bianco Lunos Bogtrykkeri, 1928; _____. *Prolegomena to a Theory of Language*. Madison: University of Wisconsin Press, 1963; _____. *Resume of a Theory of Language*. Madison: University of Wisconsin Press, 1975; _____. *Nouveaux essais*. Paris: PUF, 1985.

⁷⁵⁵ François Dosse, *História do Estruturalismo. O canto do cisne. 1967 a nossos dias*. Vol 2. Bauru: Edusc, 2007, p.114.

Fernand Braudel foi além; pensava grande: pelas vias da história econômica enriqueceu os paradigmas dos primeiros *Annales* superando dicotomias tradicionais da ciência. Dicotomias hipotética-dedutiva racionalista *versus* hipotética-indutiva empirista deveriam ser superadas.

Mas, não é tarefa simples se fazer compreendido.

Em outubro de 1985, Fernand Braudel disse que se “sentia solitário”; afirmou que passou “a vida sem ser compreendido”⁷⁵⁶. Ao responder a Theodore Zeldin – historiador britânico, atual Presidente do Oxford Muse Foundation - afirmou que ser “compreendido enviesadamente (...) já é uma satisfação, pois na medida em que as pessoas nos compreendem, estão nos definindo”⁷⁵⁷.

Os muitos que o admiraram e os poucos que o compreenderam, como um Immanuel Wallerstein, possivelmente tenham ido mais longe porque pensaram globalmente, já que para Braudel “é preciso pensar grande, se não, de que serve a história?”⁷⁵⁸.

⁷⁵⁶ Fernand Braudel, *Une leçon d'histoire de Fernand Braudel* (Châteauvallon, Journée Fernand Braudel, 16 octobre 1985), Paris: Arthaud-Flammarion, 1986. [video internet: <http://ha.ina.fr/economie-et-societe/education-et-enseignement/video/RAC85000545/la-lecon-d-histoire-de-fernand-braudel-a-chateauvallon.fr.html>, 25 de setembro 2010], p. 199.

⁷⁵⁷ *Idem*.

⁷⁵⁸ Carta enviada por Fernand Braudel a sua mulher, Paule Braudel, do campo de Mogúncia, datada de 15 de fevereiro de 1941. Citada por Pierre Daix, *Fernand Braudel. Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999, p. 272.

Subcapítulo 3.3

Paradigmas braudelianos, “En guise de conclusion”

SE ANALISARMOS nesta tese todas as questões, por certo relativas ao excuro do pensamento ocidental nos domínios da história, veremos que dois elementos, que somados se tornam um, atravessam todas as problemáticas: o primeiro elemento é o espaço, o segundo o tempo; o movimento é resultante da intercessão absoluta.

Neste subcapítulo vamos abordar conclusivamente os paradigmas braudelianos. Mais do que isso vamos inferir reconsiderações epistemológicas. Em lógica, inferência adquire dois grandes sentidos: há *inferência imediata* e *inferência mediata*. Esta última, processo discursivo complexo por excelência, adquire um sentido meta-inferencial; nela se conclui uma proposição de outra por meio de outra proposição. Neste categorial, dentre os vários tipos, destacam-se *inferência por oposição* e *inferência por equípolência*. Se a primeira ocorre entre juízos contrários, contraditórios e subcontrários, na segunda a relação existente ocorre entre dois juízos cuja qualidade é distinta, mas cujo sentido é o mesmo por ser o predicado de um deles contraditório em relação ao predicado do outro. Inferiremos na perspectiva desta última.

3.3.1 – Paradigmas braudelianos, o movimento

ESPAÇO e tempo se aproximaram à medida que a ciência passou a ocupar o lugar da filosofia. Assim que se consolidou a ocupação, o espaço e o tempo se tornaram um quadridimensional. Se na escolástica o espaço era o *locus*, o *situs* ou o *spatium*, na ciência moderna passou a ser uma “realidade em si”, uma “propriedade das substâncias” ou uma “relação ou ordem das coisas”. Observe-se que o espaço vai adquirindo natureza temporal, sobretudo em relação ao sentido concebido como “propriedade”. Se for “propriedade”, detêm-se uma substância, logo se associa à idéia de tempo, já que as coisas ou as substâncias duram.

Na época de Kant, esse filósofo do criticismo já rompe em alguma medida com a física de Newton. Kant nega que o tempo seja um conceito empírico derivado da experiência; para ele trata-se de uma representação necessária que subjaz em todas as nossas “intuições”. Com isso se aproxima de Leibniz, mas nega que o tempo seja uma relação ou uma ordem como queria o “relacionista”. Mas, Kant ainda não concebe o tempo como real, se ser real for “ser uma coisa em si

mesma”⁷⁵⁹. Trata-se de uma transição no sentido de conceber o tempo não mais como absoluto, mas uma desconfiança em ver outras formas de tempo.

No século XIX a história para se institucionalizar-se se propõe a ser uma disciplina mais próxima da ciência de Newton e a afastar-se das Letras. A contragosto dos historiadores idiográficos, aqueles que tratavam a história como relato e pura narrativa, os positivistas do alto de suas imposições forçaram a história a conceber os fenômenos sociais e os fatos históricos como átomos. Empiristas convertidos, os antigos historiadores humanistas passaram a tratar o documento como elétrons em laboratório nuclear.

Com o advento dos *Annales* a disciplina histórica ganhou uma natureza cada vez mais autônoma, um campo de pesquisa reconhecidamente científico dentro dos paradigmas mais adiantados. Assim, neste processo de tornar-se ciência, rompendo os laços com as Letras, a história, como a física, aproxima e unifica o espaço ao tempo.

A Geohistória é prova inconteste. À moda de Thomas Kuhn, Fernand Braudel ao criar este campo epistemológico fez mais do que uma “descoberta”, fez uma “invenção” científica para as ciências sociais e humanas.

Mas, tal aproximação do espaço ao tempo é profundamente diferente daquela a qual ambicionou Lévi-Strauss. As razões pelas quais motivavam o etnólogo redundaram-se num canibalismo tonteante. O seu método anti-histórico e a invariância não lhes foram combustível apropriado para fazer funcionar suas “máquinas de suprimir o tempo”⁷⁶⁰.

Para Braudel não é o tempo absoluto, autônomo, homogêneo que clarifica, mas a pluralidade do tempo social, aquele tempo rejeitado pelos físicos e pelo adepto etnólogo: “torna-se indispensável uma consciência nítida desta pluralidade do tempo social para uma metodologia comum das ciências do homem”⁷⁶¹.

Braudel, diferentemente do etnólogo e sua diatribe característica, convoca os historiadores a uma “inversão de pensamento”⁷⁶². Não é a disputa que interessa, mas a cooperação: “uma metodologia comum das ciências do homem”⁷⁶³. Não se trata de dominar, mas de servir. Se a história não é “hábil vendedora, pelo menos bastante boa servidora”⁷⁶⁴.

Se Claude Lévi-Strauss se desinteressou pela história “e a inutilidade dela no interior do seu ofício”⁷⁶⁵, esta “rejeição autoritária serviu apenas para diminuir a contribuição de Malinowski e dos

⁷⁵⁹ Immanuel Kant, *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

⁷⁶⁰ Claude Lévi-Strauss, *Le cru et le cuit*. Paris: Plon, 1964, p. 22.

⁷⁶¹ Fernand Braudel, *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1972, pp. 10-11.

⁷⁶² *Idem*.

⁷⁶³ *Ibidem*.

⁷⁶⁴ *Ibidem*, p. 10.

⁷⁶⁵ Fernand Braudel, *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1972, p. 31.

seus discípulos”⁷⁶⁶. “É impossível que a antropologia (...) se desinteressasse pela história”⁷⁶⁷. “Em qualquer sociedade, por muito tosca que seja, podemos observar as garras do acontecimento, da mesma maneira, não existe só uma sociedade cuja história tenha naufragado completamente”⁷⁶⁸; afirma Braudel.

Impossível suprimir o tempo, impossível suprimir o espaço, em virtude da impossibilidade do “ser” existir por si; existir é “ser” em função do espaço e do tempo, isto é, subsistir, se submeter e se impor a esse espaço, pois quando existimos deformamô-lo em nossas dimensões: altura, largura e comprimento; e também o tempo, já que duramos.

O tempo que clarifica é o tempo social, o tempo psicológico (ou intuitivo, ou sensorial), ou seja, o tempo do sujeito histórico, o tempo do indivíduo, o tempo do homem, já que é esse aquele que interessa mais às ciências sociais e humanas (e deveria ser “o que interessa mais” às demais ciências?). Não nos parece que a decisão do etnólogo alcançou o homem, mas um modelo; vicissitudes de uma associação mal sucedida daquelas ciências do homem com os axiomas.

A Geohistória, junção do vocábulo “geo” (terra) à história, representa de um lado a terra, ou o “espaço”, de outro a memória, ou o “tempo”. Braudel o reinventa como nome de um novo campo epistemológico a fundar.

O problema com o qual Braudel precisava lidar era o da interação homem e meio. Em sua tese *La Méditerranée* usou o termo no capítulo que concluía a primeira parte dedicada ao “Meio”. A sua missão era “opor-se à geopolítica de tantas indesejáveis reminiscências alemãs”⁷⁶⁹. Se retirou o termo, a partir da segunda edição (1966) do livro, não significa que abandonou o campo recém-fundado, apenas se interessou por uma denominação mais histórica, sobretudo histórica econômica.

Isto pode ser comprovado olhando para o próprio percurso de sua obra; nos anos 60 o seu trabalho estava absolutamente voltado para a história econômica. Pelo menos desde 1953 os seus escritos gravitam em torno de *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII*. Mas, porque se interessar com exclusividade pelo campo histórico econômico?

Ora, a Geohistória foi uma “invenção” científica colossal não apenas para a história, mas para todo o conjunto das ciências do homem. Esta nova disciplina abriga uma “problemática” fundamental: o espaço-tempo⁷⁷⁰. Ao tratar das montanhas, dos montanheseiros, do espaço pobre, do arcaísmo, das planícies, dos espaços mais humanizados, do deserto, das cidades, dos cantões, das rotas, das trocas mercantis, das técnicas, dos mares e dos oceanos, Braudel está tratando acima de tudo do homem, mas do homem submetido à natureza e às circunstâncias que ela própria lhe impõe;

⁷⁶⁶ *Idem*.

⁷⁶⁷ *Ibidem*.

⁷⁶⁸ *Ibidem*.

⁷⁶⁹ Lincoln Secco, “Geohistória”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, 13 (julho 2008): pp. 5-39.

⁷⁷⁰ Fernand Braudel. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 28.

o inverso também é verdadeiro, já que o homem também impõe no espaço a sua presença que o transforma.

Nesta interação e nestas relações os “elementos” geográficos têm a sua história. O Mediterrâneo é a personagem central. É o mundo criado fora e a partir dele que se abre num “campo de possíveis”, “aberto e determinado”, um “espaço de opções limitadas e limitantes, mas não unívocas nem linearmente determinantes”⁷⁷¹.

Como as montanhas impõem-se às planícies, e as planícies impõem-se ao montanhês por seus pontos atratores, o espaço impõe-se ao homem, e por sua vez o homem impõe-se à espacialidade em sua capacidade de movimentar-se. Mas, “o espaço nunca deixa de se vingar, de impor novos esforços”⁷⁷².

A imposição do espaço se dá sobre todas as coisas: daquelas concretas, como o homem, àquelas abstratas, como as “economias-mundo”. Os obstáculos se impõem também sobre elas, mas “é no interior destas dificuldades que se estabelecem, crescem, duram e evoluem as economias-mundo”⁷⁷³, afirma Braudel.

Estas abstrações construídas pelas relações econômicas do homem “precisam vencer o espaço para dominá-lo”⁷⁷⁴. Tal imposição gera movimentação, mas há movimentação porque são passíveis de movimento.

O espaço apenas se propõe. Se o espaço propõe, o homem dispõe nos diria Vidal de La Blache⁷⁷⁵. Na primeira parte de *O Mediterrâneo* as dificuldades estão em todos os cantos, o movimento aparece junto. Se as dificuldades são em si a causa, o movimento é resultante. Se o homem desce da montanha, a causa é a fome, o clima inóspito. A população das montanhas é móvel, tal mobilidade resulta dos obstáculos que se propõem; esse é o interesse maior de Braudel. O espaço pobre da montanha, as opções limitadas e o seu arcaísmo são apenas elementos de interesse menor. Imposição do espaço e o movimento, eis uma relação dialética precisa.

A longa duração funciona neste espaço delimitado como um dos observadores da física de Einstein; no limite torna-se dentre os observatórios o mais privilegiado, aquele com o melhor ângulo.

É ela que abrirá as portilhas do céu para que o observador olhe de lá para baixo. É observar de um lugar nobre. É como ser Deus, num trocadilho cambiante com J. Hexter⁷⁷⁶ em sua imaginação

⁷⁷¹ Carlos Antonio Aguirre Rojas, *Braudel y las ciencias humanas*. Barcelona: Montesinos, 1996, p. 80.

⁷⁷² Fernand Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Sécs. XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 3 v, p. 17.

⁷⁷³ *Idem*.

⁷⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁷⁵ Larissa Alves de Lira, “O ‘modelo insular’: Ratzel e suas contribuições às idéias de Fernand Braudel sobre as origens do capitalismo”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, 13 (julho 2008): pp. 98-120, p. 15.

⁷⁷⁶ J. Hexter & H. Trevor-Roper, “Fernand Braudel and the Monde Braudélien...”. *Journal of Modern History*, 44, 4 (1972): 480-539.

presa aos limites de uma cosmovisão teológica trinitária *establisment*. A rigor, meio divino meio humano, já que a longa duração não acessa a eternidade.

A história de Braudel não se volta exclusivamente aos indivíduos, mas ao que o nosso autor denomina de “movimentos de conjunto” observados no espaço-tempo: das montanhas às cidades, do deserto ao oceano. A longa duração é a chave-mestra porque permite olhar lá do alto dois pontos fundamentais: as permanências (as estruturas) e os movimentos (movimento e circulação).

Não há movimento único, há movimentos. Braudel fala em “movimentos de conjunto”⁷⁷⁷. Há uma confusão a esse respeito. O primeiro deles seria o movimento de homens, e o segundo a circulação de idéias, de técnicas, de informações etc.. No primeiro trata-se de um movimento histórico, o homem como “ente”, sujeito histórico que é; nele há tudo que o homem pode levar, é sua existência se movimentando no espaço físico.

Já o segundo tipo de movimento caracteriza-se por ser circulação de mercadorias e informações, sendo que as primeiras caracterizam a “troca” em si e aquelas segundas a “comunicação”, respectivamente, ou ambas as coisas numa só; não se trata de um movimento histórico, mas basicamente uma movimentação geográfica; não se movimenta por si, mas motivado por um “ente”, o homem. Esse segundo movimento, é próprio da “vida material”; tal entendimento é fulcral para se estabelecer as zonas de fronteira entre geografia, geohistória e história econômica⁷⁷⁸.

Neste aspecto, a longa duração poderá possibilitar ao observador ver as permanências nos “movimentos de conjunto” referidos por Braudel. Por outro lado, a longa duração é um mecanismo epistêmico que funciona como uma chave universal para todas as ciências sociais e humanas. No caso da geohistória, a geografia tem um papel importante a desempenhar. Se a história detecta as “estruturas” enquanto aquilo que permanece na longa duração, a geografia possibilita ao observador ver o “espaço” (movimento do homem em meio aos elementos geográficos), sendo ele o “campo dos possíveis” do movimento dos homens e da circulação (de informações, de mercadorias, etc.).

Logo, a geografia vidaliana é base, é fundação para o campo epistemológico geohistórico braudeliano. Análogo a Vidal de La Blache, Braudel desenvolveu uma noção de que os espaços não

⁷⁷⁷ Fernand Braudel. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 397.

⁷⁷⁸ Larissa Alves de Lira, por exemplo, em seu “Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia”, coloca como única categoria movimento e circulação: “A principal característica do meio, portanto, para a história, é que ele é criador de ritmos diferenciados, ‘bases da história’, que se unem pelas trocas de seus diferentes produtos, técnicas, homens e costumes: é preciso trocar. Isso só ocorre, pois o meio é criador de permanências. Sendo um espaço natural ou um espaço construído, ele é sempre criador de diferenciações nos movimentos dos homens, das idéias, das mercadorias”. Larissa Alves de Lira, “Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia”. *Confins (Paris)*, v. 2, p. 1, 2008, p. 10. (grifo nosso). Em nossa perspectiva da obra, Braudel não fala em troca de costumes, mas em troca de mercadorias; mercadorias, técnicas e idéias não se movimentam, elas não são “entes”, logo elas circulam. O elemento “costumes”, ou cultura, ao invés de ficar no subgrupo das “trocas”, poderia ficar no subgrupo do “movimento”, no sentido de que eles se movimentam com os homens no espaço geográfico. O espaço e suas estruturas geográficas dicotômicas separam os homens, como também separam os costumes, ou a cultura; nessas relações dinâmicas, quando se encontram, não apenas os homens se interagem, mas também a cultura de cada um. Poderemos aprofundar esta discussão em um outro formato de trabalho no futuro.

apenas divergem entre si, mas também se complementam. Os espaços diferentes propõem entre si uma confluência.

A oposição se assenta na diferença de circulações que as duas formas geográficas distintas permitem. Se em Cevenas e na Córsega há o “‘pão de árvore’, de amendonheira”⁷⁷⁹, alimento de alto valor nutricional, na “Apúlia, vasto planalto de calcário de baixa altitude e virado a Leste, na direcção da Albânia, da Grécia, do Oriente”⁷⁸⁰, o mesmo não acontece, apesar de solo fértil; tão logo, “está igualmente aberta à circulação”.

Cada região proporciona um tipo de cultura, mesmo nas planícies acostumadas a receber os melhores nutrientes das montanhas. As montanhas, formações rochosas e de pouco solo, esculpidas pelas chuvas e pelo tempo, perdem toda a sua riqueza para as planícies. Sendo as planícies espaços de densa demografia, devido a alta fertilidade do solo e clima longe de ser inóspito, tornam-se rotas, verdadeiros pontos de apoio para os imigrantes, comerciantes, viajantes, etc.. Montanhas e planícies, oposições geográficas que fazem surgir o movimento e a circulação.

As ligações entre os espaços, os “meios de contato”, também, em parte, são geográficos. Dizemos em parte, porque na outra parte são econômicos. Se são “burros entre as aldeias”⁷⁸¹, ou se é Cartago, isolada no ‘mar da Sicília’, se é Marselha, na extremidade do mar Tirreno, ou se é, muito depois, Génova na Itália; todas se submeteram às comunicações para subsistirem ou para se agigantarem e, no caso dessas grandes cidades, todas “conseguiram desempenhar um tão grande papel”, “por terem sabido resolver, como observou Vidal de La Blache, o grande problema das navegações para o Oeste, submetidas ao vento de Leste, o perigoso Levante, e ao mistral”⁷⁸². O que temos aqui? Uma fronteira entre campos epistemológicos distintos.

Da mesma maneira que temos na lógica dos “meios de contato”, temos no Mediterrâneo a transumância, “um deslocamento”, uma movimentação repetitiva e de longa duração, um movimento que ascende “das pastagens de inverno, situadas nas planícies, para as pastagens de verão, localizadas nas zonas elevadas”⁷⁸³; “uma vida balizada por dois níveis”⁷⁸⁴.

Ora, esta relação com o meio e com a cultura é geohistórica ou já faz parte da história econômica? Se concebermos o espaço como “campo dos possíveis” do movimento, ou o espaço como sendo “as formas mais a vida que as anima”⁷⁸⁵, teremos que esse movimento repetido por

⁷⁷⁹ Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 53.

⁷⁸⁰ *Idem*, p. 65.

⁷⁸¹ Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 167.

⁷⁸² *Idem*, p. 143.

⁷⁸³ *Ibidem*, pp. 101-2.

⁷⁸⁴ *Ibidem*.

⁷⁸⁵ Milton Santos, *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002, p. 103.

séculos em busca de melhores pastagens, ao mesmo tempo em que é sustentado pela geohistória, extrapola os contornos limítrofes deste campo recém fundado por Braudel.

A geohistória é um campo epistemológico que promove a observação das permanências e dos movimentos possíveis pela geografia. Se na geografia de Vidal de La Blache, norteada pelo “princípio da unidade terrestre”, o centro é o homem, na geohistória braudeliana, regida pelo princípio da “longa duração”, o centro é o movimento (inclusive, a circulação). Onde o homem retorna à condição de centralidade na perspectiva braudeliana?

A geografia vidaliana se baseia na síntese das “leis físicas” com as “relações humanas”. Na geohistória de Braudel a síntese se dá entre o “homem” e o “meio”. O “meio” impõe ao homem dificuldades e, nesta interação entre homem e obstáculos o “meio” cria ritmações diferentes do tempo. Logo, o “espaço”, “lugar” onde o homem interage com ele próprio e com as coisas (desta interação surgem as técnicas, a ordem do trabalho, as instituições, a cultura, etc), ao criar diferentes tipos de movimento, cria diferentes ritmos históricos, diferentes tempos. Eis aqui suas “bases históricas”.

No prefácio à segunda edição de sua obra máxima Fernand Braudel vê no espaço a sua “problemática” fundamental, “a sua articulação maior”, a possibilidade de uma “dialética espaço-tempo (história-geografia)”⁷⁸⁶. O espaço não é para Braudel um “receptáculo” como em Platão, nem tampouco um “lugar” onde o espaço emana das “coisas”, como em Aristóteles, mas de certa maneira como acreditavam os atomistas: o espaço como o “campo dos possíveis” do movimento dos átomos, ou deslocamento das “coisas”. É nele que o homem subsiste.

Em Marx, o homem, “ser que se faz social”, subsiste pela relação com a natureza e pelo que produz pelo trabalho, o qual se faz por “meios de produção”. Saber “com quês meios de trabalho se faz”, o “modo como produzem” e “o quês produzem” definem os homens como são; são suas “condições materiais de produção” suas determinantes de “ser”. Em Braudel, na geohistória, o homem movimenta-se em busca das condições materiais, é o meio que lhe propõe obstáculos; é esta oposição que define os homens como são.

Se na geohistória é o “movimento” o aspecto central em Braudel, na história econômica o homem retoma sua centralidade. Aquele movimento resultante de sua relação com o “meio” o faz caminhar em direção ao centro da história. “O modo como produzem”, como nos diria Marx, ou o “modo como subsistem com dificuldades”, como nos diria Braudel, somente pode ser sustentado por um campo epistemológico adequado. A história total braudeliana somente poderia ser

⁷⁸⁶ Fernand Braudel. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 28.

sustentada na “história econômica”; ela “é a história íntegra dos homens, contemplada a partir de certo ponto de vista”⁷⁸⁷, afirmou Braudel em 1977.

3.3.2 – Paradigmas braudelianos, a estrutura

É PRECISO que organizemos todos os elementos da tese para comprovarmos nossas hipóteses. A questão epistemológica aqui reside numa região de fronteira epistêmica. São três campos presentes na obra braudeliana: geografia, geohistória e história econômica. Estas três disciplinas fundamentaram toda a obra braudeliana.

Em *O Mediterrâneo* a geohistória é fundada por Braudel a partir da geografia vidaliana. Este novo campo possibilita a observação das “permanências” e dos “movimentos de conjunto” promovidos pela geografia. A geografia interfere na realidade humana no que tange às possibilidades de “permanência” e “movimentação”. O homem da planície permanece naquele terreno pelas possibilidades de cultivo, terras férteis, clima ameno, etc., enquanto o montanhês desce da montanha à planície pelos mesmos motivos. Se um permanece, o outro movimenta; ambos motivados pela geografia, é o “meio” que propõe.

A transposição da geografia para a geohistória em *O Mediterrâneo* se dá pela mudança da concepção de “meio” e pela ampliação do caráter de “movimento” por Braudel. Se a concepção de “meio” da geografia de Ratzel é física e política, e de La Blache é física e humana - uma síntese das “leis físicas” com as “relações humanas” -, na geohistória a concepção de “meio” se amplia ainda mais, englobando as outras, pois nela além do “meio” significar obstáculo adquire dimensão histórica; o meio aqui é uma estrutura de longa duração.

Quanto ao “movimento”, na geohistória deixa de ser uma ação de deslocamento em si, realizado no meio físico e, medido em escala, como na geografia, para ser uma relação do “homem” com um espaço natural humanizado.

Aqui reside uma questão importante a ser discutida. É ela o primeiro ponto chave para resolvermos nossa tese. Geralmente se diz que Braudel se dedicou em sua primeira obra-prima ao Mediterrâneo e em sua segunda grande obra ao capitalismo. Mas, não estaria o autor, já na primeira parte do Mediterrâneo - “O Meio” - mais interessado nos movimentos possíveis no espaço do que no espaço em si?

⁷⁸⁷ Fernand Braudel, *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*. Baltimore/Londres: John Hopkins University Press, 1977. (Publicado em francês em 1985 sob o título *La dynamique du capitalisme*).

Ao analisar as montanhas, as planícies, os mares interiores e os litorais, o deserto e o oceano Atlântico, não estaria o autor mais interessado nas possibilidades de “movimento” dos homens e “circulação” de mercadorias do que no espaço e nas suas estruturas geográficas dicotômicas em si mesmas? Quando ele fala do Sara e de seus limites geográficos não fala da indigência e pobreza, das caravanas do ouro e das especiarias?

Quando aborda as montanhas, por acaso deixou de fora os seus recursos e a vida material de seus nativos? Quando aborda as rotas e as cidades não fala Braudel da circulação e da estatística? Percebemos que há mais de uma estrutura em jogo; o autor trata aqui de geohistória e história econômica?

E nas outras duas partes do livro, quais são as estruturas em interação? Normalmente se diz que na segunda parte trata-se de estrutura econômica em nível da conjuntura e na terceira parte trata-se de estrutura política em nível dos acontecimentos, mas, perguntamos: há como tornar autônoma uma estrutura em relação à outra? Neste aspecto há questões a serem esclarecidas.

As montanhas, as planícies, o deserto, as cidades, os cantões, as estradas, as rotas, o transporte, o comércio, os preços, as crises, o curso, os impérios, as guerras, etc., ou seja, todos os elementos da obra dedicada ao Mediterrâneo são em si uma interação de várias estruturas e não um único tipo de estrutura ou a predominância de uma delas. Mas, o vocábulo estrutura em Braudel teria apenas um significado?

Não se pode confundir “estrutura” com aquilo que está contido nas estruturas, os seus “níveis de duração”. Fernando Novais poderá nos ajudar a lançar luzes sobre estas questões controversas. Não se pode confundir “estrutura” como sendo unicamente uma “esfera de existência” e menos ainda como um único “nível de realidade”.

Novais nos diz que uma “esfera de existência” corresponde a uma “estrutura”. Os “níveis de realidade” são “níveis de duração”: longa duração, média duração e curta duração. Uma “esfera de existência” ou uma “estrutura” pode ter todos os “níveis de realidade”. Não há uma hierarquia das “estruturas”, há tipos de “estruturas”: há estruturas econômicas, estruturas políticas, estruturas culturais, etc.⁷⁸⁸. Elas apenas interagem entre si.

Para a história estas estruturas são igualitárias; apesar de que algumas duram mais, outras duram menos. O que Marx nos diz é que as estruturas explicam as conjunturas. Uma estrutura não explica ou predomina sobre as outras estruturas. Para Novais, a confusão que fazem da interpretação econômica da história reside neste ponto: no materialismo histórico não há predomínio da estrutura econômica sobre as demais; o que há na história econômica é uma estrutura que explica os seus níveis de duração: estrutura econômica, conjuntura econômica e acontecimentos econômicos.

⁷⁸⁸ Fernando A. Novais, “Fernando Novais: entrevista”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2, 42 (2008): 15-31, p. 16.

A interação desta esfera da existência (também chamada de estrutura) com as demais é que explicam a realidade. “O sujeito que planta uma batata pode estar partilhando de um fenômeno religioso, não só de um fenômeno econômico. Não há um acontecimento econômico, mas acontecimentos humanos. A história, porque quer reconstituir, sempre fala da totalidade”⁷⁸⁹.

É o que encontramos em Marx, uma interação de todas as estruturas no conjunto das atividades humanas. “O materialismo histórico situa-se no cruzamento dessas posições, o seu ponto de partida é o de que é possível teorizar, ao mesmo tempo, todas as esferas de existência”⁷⁹⁰.

Normalmente o que difere uma perspectiva histórica de outra é o ponto de partida. Se em Marx, numa obra de história e filosofia, o ponto de partida foi a teorização de todas as estruturas, uma ligação da infraestrutura à superestrutura, em Weber o seu ponto de partida foi a estrutura cultural, uma superestrutura. Qual será, portanto, o ponto de partida de Braudel?

Neste ponto reside uma outra grande questão: se trata da diferença entre a história e as ciências sociais. Em história o objetivo final é a reconstituição, já nas ciências sociais é a explicação. Porém, enquanto o historiador se utiliza da explicação como meio de se chegar à reconstituição, o sociólogo ou o economista ou o antropólogo se utiliza da reconstituição como meio para se chegar a explicação.

“A história sacrifica a conceitualização pela totalização, enquanto as ciências sociais sacrificam a totalização pela conceitualização. Tanto a história como as ciências sociais visam a reconstituir e explicar a realidade. Mas o historiador usa os conceitos (isto é, a explicação) para a reconstituição; o cientista social usa a reconstituição para a explicação. O que para um é o fim para outro é o meio”⁷⁹¹. Se a história precisa dos jargões das ciências sociais, as ciências sociais precisam da reconstituição histórica para explicar.

O objeto da história é caracterizado por ser indelimitável, em sua infinitude, o que é o contrário do objeto da ciência. A história não tem um objeto, ela busca a totalidade, ou melhor, ela própria enquanto “história acontecimento” é a totalidade. Enquanto “história discurso” ela se interessa por reconstituir tudo do homem. “A história, porque quer reconstituir, sempre fala da totalidade”⁷⁹², afirma Novais.

Já as ciências sociais não se interessam pela totalidade, mas pelas esferas de existência (ou estruturas). A problemática comparativa se estabelece aqui, porque enquanto uma das ciências sociais se interessa por uma “esfera de existência”, a história se interessa por todas elas juntas e em interação plena.

⁷⁸⁹ *Idem*, p. 15.

⁷⁹⁰ *Ibidem*, p. 20.

⁷⁹¹ *Ibidem*.

⁷⁹² *Ibidem*, p. 15.

É a interação destas esferas que compõem o conjunto das ações humanas. O objeto das ciências sociais é bem delimitado, pois ela se prende, por vez, apenas a uma esfera de existência, quando não muito a algumas, mas separadas, tendo em vista a explicação de cada uma. Procura-se como fim último explicá-las.

Em nenhum momento o cientista social tem interesse na reconstituição histórica e total de seu objeto, se contenta apenas em explicá-lo dando sentido “racional” a um sistema. Daí, dizemos que nas ciências sociais o que predomina são os modelos. Se tivessem interesse na reconstituição, teriam que relacionar todas as “esferas de existência” e, como se sabe renegam essa arte aos historiadores.

Isto explica o porquê de termos nas ciências sociais uma presença singular dos princípios axiomáticos das ciências naturais, dando-lhes indiscutivelmente um caráter de mais “científica” – do que a história.

É nesta hora que a história econômica aparece. A utilidade desta disciplina tanto para a história como para as ciências sociais surge aqui, exatamente neste estágio da discussão; e de forma poderosa.

O diálogo da história com as ciências sociais significa uma relação entre a “totalidade” e as “esferas de existência” fragmentadas. Esta coalisão não tem sido fecunda para os historiadores sociais, pois ao adotar os jargões das ciências sociais acabam se descaracterizando enquanto historiadores⁷⁹³.

A história econômica, uma junção natural de uma tradição empirista com uma racionalista responde com maior propriedade a este encontro. Antes de tudo há de se considerar que a história econômica mantém sua identidade histórica. Ela busca a totalidade, ela relaciona e historiciza o objeto, ela busca a reconstituição por meio da explicação e ela mantém os métodos de investigação da história: as suas técnicas de pesquisa, de levantamento de dados, de crítica interna do documento e da crítica de plausibilidade das fontes.

Mas, por outro lado, “a história não tem conceitos próprios, não tem jargão, usa o das ciências sociais”⁷⁹⁴. Ela se vê obrigada a esta submissão para se manter no campo das ciências newtonianas. Mas, a história como “história discurso”, por ser muito antiga ou tão antiga quanto a filosofia e as artes, não causa impacto sobre as ciências sociais, o que existe é o impacto das ciências sociais sobre a história, pois elas vieram muito depois da disciplina de Clio: logo há “impacto da sociologia sobre a história, da economia sobre a história, da psicologia sobre a história”⁷⁹⁵.

⁷⁹³ *Ibidem*, p. 19.

⁷⁹⁴ *Ibidem*, p. 15.

⁷⁹⁵ *Ibidem*, p. 17.

Por isto, naturalmente, a história econômica surgiu somente após o aparecimento da economia política. Ela se institucionalizou porque sua utilidade é diferente da grande área da história. Nenhuma disciplina se institucionaliza sem que se tenha uma justificativa de existência plausível. “O objeto da história é caracterizado por ser indelimitável em sua infinitude; o que é o contrário do objeto da ciência”⁷⁹⁶. Diferentemente, o objeto da história econômica é bem mais nítido, é bem mais delimitável do que o da grande área da história, pois se relaciona diretamente com aquilo que se quer, sabendo-se o que pedir às ciências sociais.

Barbosa nos diz que a “história econômica é uma disciplina de síntese. Isso quer dizer que ela é um espaço, onde se encontram diferentes ramos das ciências sociais”⁷⁹⁷. Diz-nos também que “ela é disciplina de aplicação. Os ganhos e aperfeiçoamentos de diferentes disciplinas são por ela absorvidos, adquirindo um sentido novo, como resultado deste encontro”⁷⁹⁸.

Desta forma, pelo fato da história não ter jargões, não ter conceitos próprios, por usar os das ciências sociais, surgem algumas confusões. Novais nos diz que se em história há longa, média e curta duração, em ciências sociais, respectivamente, há estrutura, conjuntura e acontecimento. Independentemente do nome que dá a coisa em ambos os casos o que se têm são os “níveis de realidade” - ou “níveis de duração”, ou “temporalidades” - subdivididos em: longa, média e curta duração, ou, estrutura, conjuntura e acontecimento.

Por outro lado, temos as “esferas de existência” que em ciências sociais convencionou-se denominar de “estruturas”. Logo, “é preciso não confundir ‘níveis de realidade’ com ‘esferas da existência’ (econômica, social, política, cultural etc)”. Novais conclui alertando que “toda ‘esfera da existência’ pode ter todos os níveis de realidade”⁷⁹⁹. Ou seja, uma “esfera de existência” econômica ou uma “estrutura” econômica terá longa, média e curta duração, ou, como se queira denominar, estrutura econômica, conjuntura econômica e acontecimento econômico. Já uma “esfera de existência” política terá longa, média e curta duração, ou, como se queira denominar, estrutura política, conjuntura política e acontecimento político, etc..

Logo, o que vemos aqui? Uma perspectiva esclarecedora sobre o uso dos vocábulos “estrutura” e “conjuntura”. Para Novais o termo “estrutura” pode ser utilizado tanto para se referir a uma “esfera de existência” (econômica, política, cultural, etc.) como para se referir a um “nível de realidade”, ou a um “nível de duração” ou a uma “temporalidade”.

O que se chama em história de “esfera da existência econômica”, se chama “estrutura econômica” em ciências sociais. Mas, o que se chama geralmente de “longa duração” na história,

⁷⁹⁶ *Ibidem*, p. 20.

⁷⁹⁷ Wilson do Nascimento Barbosa, “O Lugar da História Econômica entre as Ciências Sociais”. *Revista de Economia Política e História Econômica (REPHE)*, 18 (ago-2009): 125-172, p. 157.

⁷⁹⁸ *Idem*, pp. 157-8.

⁷⁹⁹ Fernando A. Novais, “Fernando Novais: entrevista”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 2, 42 (2008): 15-31, p. 15.

também se chama de “estrutura” nas ciências sociais. Ou, o que se chama em história de “média duração”, se chama de “conjuntura” nas ciências sociais. Obviamente, que a “curta duração” refere-se aos “acontecimentos”.

Logo, a partir do pensamento novaisdiano temos dois tipos correntes de “estrutura” que compõem o vocabulário da história e das ciências sociais: 1) há “estrutura” enquanto “esfera de existência” (estrutura econômica, estrutura política, estrutura cultural, etc.), e 2) há “estrutura” enquanto “nível de realidade” - denominado também de “nível de duração”, ou “temporalidade”; neste caso ela é a “longa duração”.

Fig. 1: Esquema do pensamento novaisdiano acerca de esfera de existência e níveis de realidade

FONTE: O Autor.

RESUMO: Estrutura significa ao mesmo tempo qualquer uma dentre todas as esfera de existência (estrutura política, estrutura econômica, estrutura cultural, etc) e ao mesmo tempo significa um (01) tipo de nível de realidade, aquele que corresponde à Longa duração. Cada esfera de existência contém todos os níveis de realidade. Exemplos:

- 1) a esfera de existência política contém todos os níveis de realidade: longa duração/estrutura política, média duração/conjuntura política, curta duração/acontecimentos políticos;
- 2) a esfera de existência econômica possui todos os níveis de realidade: longa duração/estrutura econômica, média duração/conjuntura econômica, curta duração/acontecimentos econômicos), etc.

A perspectiva da história de Novais pode ser aplicada à interpretação da obra braudeliana. Há pelo menos três equívocos sobre a interpretação que se faz da obra e do conjunto teórico braudeliano em que a perspectiva novaisiana nos auxiliará a esclarecer. Nossas inferências buscarão romper com uma análise nomográfica de interpretação da historiografia. Vamos tratar os equívocos subdivididos em três problemas.

Problema 1. É consensual dizer que em *O Mediterrâneo* o autor organizou os elementos históricos por temporalidades. Isto se deve ao fato de Braudel ter atribuído já em 1946 a cada uma das durações um domínio específico: “distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, um tempo social e um tempo individual”⁸⁰⁰.

A partir desta afirmação geral do próprio autor, sustentou-se na historiografia o entendimento do livro *O Mediterrâneo* basicamente por esta tripartição esquemática. Esta idéia geral resultou no estabelecimento de uma concepção generalizadora que colocou a questão como resolvida. A lógica da teoria braudeliana contida no livro dedicada ao Mediterrâneo passou a ser simplesmente uma história geográfica, ou geohistórica na primeira parte, uma história econômica na segunda e uma história política na terceira parte.

Esta noção geral ainda foi complementada por uma outra idéia: a primeira parte representa a estrutura, a segunda parte a conjuntura e a terceira parte os acontecimentos.

Correlaciona-se de forma objetiva a longa duração ao tempo geográfico, a média duração ao econômico-social e a curta duração aos acontecimentos políticos.

É verdade que o próprio autor admite esta noção geral no prefácio datado de maio de 1946 da versão que seria sua tese defendida um ano depois (em 01 de maio de 1947).

Mas, para compreender o pensamento braudeliano e sua obra não basta restringir a uma afirmação do autor contida no prefácio da obra. Buscaremos demonstrar nosso ponto de vista (não apenas mostrar, há uma diferença).

O problema aparece por não haver nesta análise generalizadora o enfrentamento de um problema: o das mediações entre as estruturas e seus respectivos níveis de duração.

São pelos menos três questões acerca do problema: 1) não se trata apenas de ligar as temporalidades tripartidas às estruturas correspondentes; 2) não se trata de uma organicidade do conjunto pelas estruturas; 3) não se resolve apenas afirmar que a organização do conjunto se dá a partir dos níveis de duração.

Em primeiro lugar é necessário admitir que todos os níveis de duração estão contidos em cada uma das estruturas consideradas pelo autor em cada uma das partes do livro. É necessário

⁸⁰⁰ Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II* Lisboa: Dom Quixote, 1983, vol. 1, p. 26.

compreender que os níveis de duração medeiam as relações das estruturas enquanto esferas de existência.

As estruturas enquanto esferas de existência estão em interação profunda em todo o livro. O que há na escrita estrutural braudeliana é a admissão de todas as estruturas do conjunto das atividades humanas em intensa interação. No interior de cada estrutura há seus respectivos níveis de duração subjacentes: longa, média e curta duração de cada estrutura.

Logo, o autor optou por organizar as estruturas enquanto esferas de existência de uma totalidade em função dos níveis de duração e, não o contrário.

Assim, na primeira parte - “O Meio” - não há a predominância de uma esfera de existência específica; não se pode dizer que na primeira parte predomina a estrutura geográfica ou a estrutura geohistórica. O que há ali é a reunião de todas as estruturas objetivando reconstituir a realidade; porém, estas estruturas estão sendo mediadas pela longa duração. É a temporalidade o ponto em comum entre elas.

A geohistória é um campo epistemológico que procura dar ao espaço geográfico dimensão histórica; logo, está mais relacionada à natureza espacial-temporal e menos à noção de esfera da existência como muito das vezes se acredita.

A geohistória ao mesmo tempo em que assume a totalidade da história oferece à própria história os mecanismos epistemológicos da geografia humana para se observar o espaço e as transformações da paisagem num tempo muito longo: uma “história quase imóvel”, “história lenta no seu fluir e na sua transformação”, “situada quase fora do tempo”.

A geohistória está mais próxima de ser uma semideusa, uma meia herdeira da totalidade de Clio, do que em ser uma esfera de existência como as que já existem: estrutura econômica, estrutura política, estrutura cultural, etc.. A geo-história é um campo epistêmico, nada mais.

O mesmo enfrentamento deve ser aplicado à análise das outras partes do livro. Naturalmente que o equívoco se apresenta de outra maneira; mas, a lógica é a mesma.

Na segunda parte, “Destinos coletivos e movimentos de conjunto”, a economia é a grande representante. Associam-na com a idéia de conjuntura, ou média duração. Não se trata da economia estar relacionada à conjuntura, como também não se trata de relacioná-la à estrutura. É inexequível afirmar que a estrutura da primeira parte explica a estrutura da segunda parte. Como também não se pode falar em uma estrutura econômica autônoma nesta segunda parte, ou mesmo da predominância desta estrutura econômica sobre as possíveis estruturas ali existentes.

O que temos nesta segunda parte é a conjuntura de todas as mesmas estruturas/esferas de existência já apresentadas na primeira parte, funcionando como a “coisa” que medeia as

estruturas/esferas da existência ali contidas; que, aliás, são todas as estruturas do conjunto das ações humanas, ou seja, todas aquelas já existentes na primeira parte do livro.

De forma similar, na terceira parte, “Os acontecimentos, a política e os homens”, não se trata de se restringir à estrutura política enquanto hegemônica, mas dos acontecimentos de curta duração, de raio muito curto, respectivos de todas as mesmas estruturas/esferas da existência já apresentadas nas duas partes anteriores do livro.

Assim, temos que em *O Mediterrâneo* “a decomposição da história em planos sobrepostos”⁸⁰¹ se dá em função dos níveis de duração, como o próprio autor admite, mas não se pode confundir níveis de duração/níveis de realidade/temporalidades com esferas de existência. Comumente o termo “organicidade” é utilizado para desqualificar a obra⁸⁰². Mas, o uso do termo é inadequado, pois

⁸⁰¹ *Idem*.

⁸⁰² “na maioria das vezes chega-se à simples acumulação de diferentes estágios. Observar, classificar, comparar, organizar e isolar são grandes operações cirúrgicas praticadas por Braudel”. François Dosse, “O traje novo do presidente Braudel” in: LOPES, M. A. *Fernand Braudel. Tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 43; *A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001. Não vamos trabalhar os autores críticos à obra braudeliana por não ser o objetivo desta tese. No entanto, citaremos alguns autores e suas principais questões relacionadas à organicidade dos fatos. H. Trevor e J. Hexter, por exemplo, em 1972 caracterizaram a história braudeliana incapaz de “articular os fenômenos duráveis com os de mudança rápida”, além de não ter se utilizado da história-problema de Bloch; esses autores correlacionaram a tripartição do tempo braudeliano mais como um resíduo trinitário de mentalidade cristã do que uma necessidade racional. HEXTER, J. & TREVOR-HOPER, H. “Fernand Braudel and the Monde Braudellien...”. *Journal of Modern History*, 44, 4 (1972): 480-539. Nós diríamos que talvez a imaginação de Hexter tenha chegado a tal conclusão por que Braudel usava referir-se à “longa duração” como “o ponto de vista de Deus Pai. Para Deus Pai, um ano não conta; um século é um piscar de olhos”, dizia ele. Fernand Braudel, *Une leçon d'histoire de Fernand Braudel* (Châteauvallon, Journée Fernand Braudel, 16 octobre 1985), Paris: Arthaud-Flammarion, 1986. Mas, naturalmente que se tratava apenas de uma metáfora, recurso linguístico tão presente na obra braudeliana a ponto de P. A. Rosenthal escrever sobre isto. P. A. Rosenthal, “Métaphore et stratégie spistemologique: La Méditerranée... de F. Braudel”. In: MILO, D. S. & BOUREAU, A. *Alter histoire: essais d'histoire expérimentale*. Paris: Les Belles Lettres, 1991. Outro americano, Samuel Kinser, já prefere reduzir a obra de Braudel, a partir da segunda edição de *O Mediterrâneo*, como uma obra convertida ao estruturalismo de Lévi-Strauss, abandonando a influência organicista de Gaston Rouppnel e Vidal de La Blache contida na primeira edição do livro. Samuel Kinser, “Annaliste Paradigm? The Geo-historical Structuralism of Fernand Braudel”. *American Historical Review*, 86, 1, (1981): 63–105; _____. “Capitalism enshrined: Braudel's triptych of modern economic history”. *Journal of Modern History*, 53, v. 4 (1981): 673-682. Paul Ricouer, por outro lado, concluiu que Braudel conseguiu apreender o tempo pela narrativa, em suas qualidades de artista e de narrador, já que pela teoria e pelas construções cosmológicas e fenomenológicas isto não é possível. Nesse caso a história estrutural braudeliana incorpora também a narrativa da história. Paul Ricouer, *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1983-5. De forma parecida com Ricouer, F. Fourquet exalta o lado artístico-literário de Braudel, prendendo-se unicamente a uma análise estética da obra braudeliana. F. Fouquert, “Um nouvel espace-temps”. LACOSTE, Yves (Org.). *Lire Braudel*. Paris: La Découverte, 1988. Claude Lefort já aponta para a imprecisão do seu conceito de estrutura e para seu empirismo parcial que o leva a oscilar entre o racionalismo e o empirismo. Claude Lefort, “Histoire et sociologie dans l'oeuvre de F. Braudel”. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris: Seuil, 13 (1952). J. C. Perrot que vê na concepção de tempo braudeliana algumas semelhanças com a proposta de Gaston Bachelard; em que ambos percebem o tempo como dialética da duração, “o que recomeça sempre”. J. C. Perrot, “Le présent et la durée dans l'oeuvre de F. Braudel”. *Annales ESC*. Paris: Armand Colin, 1 (jan/fev. 1981). Foram vários os críticos da obra braudeliana. As questões são numerosas, mas não há como tratá-las sobre cada uma delas aqui. São vários autores e de vários lugares: Delio Cantimori da Itália (Cantimori, D. *Los historiadores y la historia*. Barcelona: Edicions 62, 1985), Bernard Bailyn dos Estados Unidos (BAILYN, B. “Braudel's Geohistory. A Reconsideration”. *Journal of Economic History*, 11 (1951): 277-82), Josep Fontana da Espanha (FONTANA, J. *História; análisis del pasado y proyecto social*. Barcelona: E. Crítica/Grijalbo, 1982), Carlos Martínez Shaw da Espanha (MARTÍNEZ SHAW, C. “Fernand Braudel: el cenit de la escuela de los Annales”. *Revista del Occidente*. Fundación Ortega y Gasset, 1, 152 (1994): 65-80), ou Eliana Regina de Freitas Dutra do Brasil (DUTRA, Eliana R. F. “Tempo e estrutura na unidade do mundo mediterrânico: Fernand Braudel e as voltas da história”. In: LOPES, Marcos A (Org.). *Fernand Braudel. Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 57-70). Dutra está alinhada à posição de C. Castoriadis acerca da relação tempo e sociedade (CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982).

aproxima a obra da noção de modelos. A história braudeliana não trabalha com modelos; não é uma ciência nomotética pura, nem mesmo desejou sê-la – desejou superá-la. A metáfora do autor em comparar estrutura com moldura talvez seja a causa desta interpretação organicista.

Os níveis de duração em suas diferenças (longa, média e curta duração) são neste conjunto epistêmico o liame; aquilo que medeia as relações entre as estruturas/esferas de existência do conjunto das ações humanas do objeto recortado pelo autor.

Quem faria o suposto papel de ordenador dos elementos seria o campo epistêmico histórico. Mas, a história não funciona como um campo ordenador, organicista, modelador. Isto é uma aptidão das ciências sociais.

A “história discurso”, ou a disciplina histórica, funciona em termos epistêmicos apenas como um “receptáculo”; um “lugar” (atomistas) que sustenta modalidades de escrita histórica: todas elas certamente buscam a reconstituição da totalidade – daí, a noção de que a história abarca todas as estruturas/esferas existência em interações perenes e profundas.

Os níveis de duração possuem uma atribuição epistêmica diferente. Se a história é um “lugar”, ou uma espécie de “plataforma epistemológica” para sustentar a interação de todas as estruturas/esferas de existência, reconstituindo assim uma totalidade, não são os níveis de duração que possibilitarão ao observador ver em diferentes ângulos os eventos daquela interação das estruturas/esferas de existência. É a modalidade histórica que dará esta possibilidade de visão. No caso da obra braudeliana a história total/global/estrutural.

Apenas a escrita estrutural da história é capaz de oferecer recursos epistêmicos equivalentes à história global. A escrita estrutural da história adquire sua utilidade nestas condições.

Os níveis de duração apenas medeiam as relações das estruturas, e ao fazer isto, por serem diferentes, o próprio campo epistemológico separa os eventos em conjuntos distintos de acordo com os níveis de duração, possibilitando ao observador ver os mesmos eventos em diferentes ângulos.

Ao fazer esta separação, o campo epistemológico também se separa, tornando-se várias bases; ou vários espaços que se movimentam, se complementam e se comunicam. Esta é uma idéia cara a Braudel; Vidal de La Blache foi o inspirador. Os níveis de realidade/duração são mediadores da historicidade.

Fig. 2: Os níveis de realidade em *O Mediterrâneo*

Parte: O Meio	Parte 2: Destinos coletivos...	Parte 3: Os acontecimentos...
<ul style="list-style-type: none">■ Estão contidas todas as estruturas/esferas de existência (políticas, econômicas, culturais, etc).■ Nível de duração: longa duração■ A longa duração medeia todas as relações das estruturas/esferas de existência – todas as estruturas/esferas de existência se interagem por meio da longa duração.	<ul style="list-style-type: none">■ Estão contidas todas as estruturas/esferas de existência (políticas, econômicas, culturais, etc).■ Nível de duração: média duração■ A média duração medeia todas as relações das estruturas/esferas de existência – todas as estruturas/esferas de existência se interagem por meio da média duração.	<ul style="list-style-type: none">■ Estão contidas todas as estruturas/esferas de existência (políticas, econômicas, culturais, etc).■ Nível de duração: curta duração■ A curta duração medeia todas as relações das estruturas/esferas de existência – todas as estruturas/esferas de existência se interagem por meio da curta duração.

FONTE: O Autor.

RESUMO: Os elementos históricos são ordenados não pelas estruturas enquanto esfera de existência, mas sim pelos níveis de realidade/níveis de duração; eles são os mediadores da historicidade de cada parte e do conjunto. As estruturas/esferas de existência (política, econômica, cultural, etc.) estão em interação em todas as partes do livro: na primeira parte todas as esferas de existência se interagem mediadas pelo nível de duração mais longo, a longa duração (chamado também de estrutura); na segunda parte todas as esferas de existência se interagem mediadas pelo nível de duração médio (chamado também de conjuntura); e na terceira parte todas as esferas de existência se interagem mediadas pela curta duração (chamada também de história acontecimental).

Estas possibilidades de movimentação, de complemento e de comunicação entre as diferentes “plataformas epistemológicas” separadas pelos níveis de duração - mantidos sob a égide de um princípio de unidade, como no “Princípio de Unidade Terrestre” de Vidal de La Blache -, possibilitam ao observador, em diferentes perspectivas, observar os eventos históricos de uma totalidade: as permanências que duram por um longo ou longuíssimo tempo, os eventos que mudam lentamente e os acontecimentos. Captar em um mesmo movimento a totalidade do fenômeno social é a grande ambição da história braudeliana.

Problema 2. Colocado o primeiro problema, chegamos onde desejávamos. Pode-se agora identificar um significado adicional para estrutura.

Braudel pouco se utilizou do vocábulo “estrutura” em *O Mediterrâneo*. Citou-o apenas em 11 páginas na primeira parte e em 4 páginas na segunda parte do livro⁸⁰³. Lucien Febvre empregou o termo ocasionalmente, mas tinha precauções a respeito do uso. Em *O Mediterrâneo* o autor o relacionou às denominadas seções estruturais descritas como “a parte do meio” e “destinos coletivos”.

Conjuntura foi um termo utilizado pelos *Annales* para contrapor a idéia de estrutura. Pierre Chaunu nesta idéia de contraposição definiu estrutura como “tudo o que numa sociedade, ou numa economia, tem uma duração suficientemente longa em sua modificação para escapar ao observador comum”⁸⁰⁴.

Se conjuntura entre os economistas franceses é a palavra normal para designar tendência – o economista alemão Ernst Wagemann em *Konjunkturlehre* de 1928 e o historiador Wilhelm Abel em *Agrarkonjunktur* de 1935 foram os primeiros a usá-la –, estrutura entre os historiadores franceses passou a designar fenômenos diversos, mas simultâneos, durante um longuíssimo período; Braudel o colocou em sua aula inaugural de 1950 como *la conjuncture générale du XVI siècle*.

Em todo caso, temos o seguinte quadro na formulação do nosso segundo problema: em Novais, estrutura admite dois significados: 1) esfera de existência e 2) nível de duração. No entanto, a obra braudeliana admite um terceiro significado para o vocábulo: 3) invariância; como sendo ações humanas repetidas por séculos ou milênios identificadas pelo observador a partir de uma análise onde se busca superar a dicotomia idiográfica versus nomográfica – se difere da antropologia por não ser uma nomografia no estudo das sociedades.

Os invariantes são as ações do homem do cotidiano repetidas por um longo ou longuíssimo tempo; podem ser detectados pelo observador através da história total. A longa duração é um mecanismo útil nesta perspectiva; a história total possibilita através da longa duração a identificação do que podemos denominar também de permanências.

Portanto, 1) há estrutura enquanto esfera de existência (que contêm todos os níveis de realidade), 2) há estrutura enquanto longa duração (ela é um dos níveis de realidade), e 3) há estrutura enquanto ações do homem repetidas por séculos ou por milênios (invariantes/permanências).

Logo, temos que: a estrutura ao mesmo tempo em que significa longa duração (significado 2), é também permanência (significado 3). Os significados 2 e 3 estão contidos no significado 1: a

⁸⁰³ Em *O Mediterrâneo* (edição 1984 edição portuguesa) o vocábulo “estrutura” está citado nas seguintes páginas: Parte I: 399, 407, 466, 469, 500, 524, 501, 516, 548, 551, 558; Parte II: 19, 119, 604, 623.

⁸⁰⁴ André Burguière, *Dictionnaire des sciences historiques*. Paris: Press Universitaires de France, 1986, pp. 644-6.

estrutura enquanto esfera da existência contêm a estrutura enquanto nível de duração (longa duração) e estrutura enquanto permanência (ações do homem).

Fig. 3: Esquema do significado de estrutura em Braudel

FONTE: O Autor.

RESUMO: No conjunto teórico braudeliano identifica-se três significados de estrutura: 1) esfera de existência (estrutura política, econômica, cultural, etc.); 2) nível de realidade/nível de duração/temporalidades (estrutura/longa duração, conjuntura/média duração, acontecimento/curta duração); 3) invariância/permanência (ações do homem repetida por séculos/milênios).

Problema 3. O terceiro problema aparece quando surgem comparações entre *O Mediterrâneo* e o *Civilização material, economia e capitalismo*. No primeiro livro Braudel insere um conjunto de conceitos que se repetirá em sua obra dedicada ao capitalismo. Há na historiografia uma visão corrente sobre a correlação direta entre a primeira e a segunda obra. Peter Burke é o divulgador deste modelo que não encontrando resistência se sedimentou adquirindo um *status* de lei. “Existe paralelo óbvio entre as estruturas tripartites de *O Mediterrâneo* e da *Civilisation et Capitalisme*”⁸⁰⁵, afirma.

No entanto, não nos parece tão óbvio assim. Mas, o fato é que toda uma historiografia recente o seguiu⁸⁰⁶; o livro de Peter Burke foi publicado no ano de 1990⁸⁰⁷. No Brasil talvez este seja ainda a principal fonte de consulta sobre os *Annales*.

Consideramos que esta visão interpreta de forma superficial esta correlação teórica. Quando Marx diz que é a estrutura que explica a conjuntura está dizendo que a segunda está contida na primeira e não o inverso. E isto tem implicações objetivas.

Isto quer dizer que estrutura somente pode ser comparada com outra estrutura e, da mesma forma, conjuntura somente pode ser comparada à sua semelhante.

Também não se pode comparar estrutura significando “esfera de existência”, com estrutura significando “nível de duração”, e menos ainda comparar o primeiro sentido com o significado de “invariância”.

O que esta visão corrente diz? Ao comparar os dois livros correlaciona os “níveis de duração” (estrutura, conjuntura e acontecimento) do *Mediterrâneo* com os conceitos do edifício econômico de *Civilização material, economia e capitalismo*: “civilização material”, “economia de mercado” e

⁸⁰⁵ “Existe paralelo óbvio entre as estruturas tripartites de *O Mediterrâneo* e da *Civilisation et Capitalisme*. Em ambos os casos, a primeira parte trata da história quase imóvel, a segunda, das mudanças estruturais institucionais lentas e a terceira, de mudanças mais rápidas – eventos no primeiro livro, tendências no outro.” Peter Burke, *A Revolução Francesa da historiografia, a Escola dos Annales (1929-1989)*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Unesp 1990, p. 59.

⁸⁰⁶ De uma maneira geral não há um questionamento acerca desta questão; predominou na historiografia geral esta interpretação de Peter Burke. Por exemplo, François Dosse reproduz esta interpretação sem questionar outras possibilidades; como se pode ver *A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001. Antonio Penalves Rocha é um bom exemplo representando a historiografia brasileira acerca da problemática: “Por esse caminho, Fernand Braudel submetia mais uma vez a história a uma divisão tripartite, tendo agora por objeto a economia pré-industrial: longa duração na vida material, mudanças lentas na economia de mercado e no capitalismo (...) e, finalmente, a curta duração nos eventos das economias-mundo. Distribuídos pelos três livros que formam a obra, a longa duração estaria em *As estruturas do cotidiano*; o tempo lento, principalmente na segunda parte de *O jogo das trocas*; e, por fim, a curta em *O tempo do mundo*”. Antonio Penalves Rocha, “Tempo histórico e civilização material”. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Fernand Braudel. Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. Carlos A. Aguirre Rojas não aborda objetivamente esta questão em nenhum de seus livros. Apenas menciona em várias passagens uma relação de unidade teórica do pensamento braudeliano; fala em “conjunto teórico”, “teorias braudelianas”, “percursos braudelianos”, mas não ataca diretamente a questão. Em *Braudel, o mundo e o Brasil* comenta que “algo similar ocorre com 'Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII' (...), esta segunda obra braudeliana se prolongará, superando sua matriz inicial, plasmada em 1949”. Carlos A. Aguirre Rojas, *Braudel, o mundo e o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 49.

⁸⁰⁷ Peter Burke, *The French Historical Revolution: The Annales School 1929-1989*. Edição brasileira é do mesmo ano (1990). BURKE, P. *A escola dos Annales 1929-1989. A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1990.

“economia mundo”. Objetiva e simetricamente associa-se o conceito de tempo histórico múltiplo tripartido - “um tempo geográfico, um tempo social e um tempo individual”⁸⁰⁸ – com o edifício em seu sentido ascendente vertical, isto é, da base em direção ao topo.

É sabido que em *Civilização material, economia e capitalismo* temos a reconstituição de outra totalidade histórica, uma outra história “alargada à dimensão do mundo”, a partir de uma mesma lógica geral do livro dedicado ao mar. Porém, neste segundo livro não é a tripartição do tempo a determinante de suas partes.

Há de se considerar que estas subdivisões estão ancoradas não mais nos “níveis de duração”, como em *O Mediterrâneo*, mas nos três conceitos explicativos de uma das estruturas enquanto esfera de existência: a estrutura econômica.

Esta estrutura está se interagindo com as demais estruturas, trata-se de uma história total, mas todas elas estão alocadas no edifício que é econômico. O ponto de partida é a interação de todas as estruturas, mas o “espaço” epistemológico em que elas passam a residir é histórico econômico. Logo, todas as estruturas se dispõem em função da estrutura anfitriã; são as visitantes que seguem as regras da casa, e não o contrário.

O seu segundo livro, tal como um edifício de três pisos, é subdividido em três volumes: 1) o térreo, onde se acomoda o conceito de “civilização material”; 2) o primeiro piso onde se encontra a “economia de mercado” (subdividido em dois subníveis: 2.1) “partículas elementares”: tendas, lojas, feiras, etc., e 2.2) “meios superiores”, onde se desenvolve o capitalismo: grandes feiras, bolsas de valor, lojas, etc.); 3) e o segundo piso onde nos deparamos com as “economias mundo”, sendo nelas que se encontram o nascimento e a cronologia dos sistemas econômicos (entre os séculos XV-XVIII; sempre uma cidade foi o ponto atrator: Veneza, Gênova, Amsterdã, Antuérpia, etc.).

O problema se apresenta quando se correlaciona o piso térreo, *locus* da “civilização material”, que é também o primeiro volume: “As estruturas do cotidiano”, com a primeira parte do *Mediterrâneo*: “O Meio”, *locus* da “longa duração”.

Ora, as atividades da “vida material” não são sempre locais, não se realizam sempre num “raio muito curto” na garantia da auto-suficiência das populações? Como relacionar estas atividades rotineiras da vida material, “poeira da história”, reguladas pela vivência diária dos indivíduos, ou um “passado obstinadamente presente” que consome “o tempo frágil dos homens” com uma “história quase imóvel”, “história lenta no seu fluir”, de ritmo muito lento e de tempo muito longo?

Geralmente se responde que a correlação se dá pelas “permanências”. São elas que aparecem tanto na “longa duração” da primeira parte dedicada ao “Meio”, quanto naquela “zona de opacidade

⁸⁰⁸ Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Dom Quixote, 1983, vol. 1, p. 26.

rente ao chão” da “vida material” ou “civilização material”. Mas, apenas dizer isto não basta; é preciso demonstrar como se dá esta relação. E é neste momento que a confusão dos significados de estrutura emerge.

Não se pode confundir “nível de duração” que temos como princípio fundamental na primeira parte de *O Mediterrâneo*, com “permanências” que temos nas atividades da vida material que se realizam num “raio muito curto”. No primeiro temos a “longa duração” (estrutura significado 2) como um mecanismo que funciona como um identificador das “regularidades” (estrutura significado 3); no segundo temos as “regularidades” em si (estrutura significado 3), enquanto ações do homem no cotidiano que se repetem por séculos e milênios em função das estruturas enquanto esferas da existência (estrutura significado 1); não se pode esquecer que neste último todas estas estruturas se interagem num campo epistêmico de uma das esferas da existência: a estrutura econômica.

Se na primeira parte de *O Mediterrâneo* temos a “longa duração” como determinante, pergunta-se: onde encontramos este mecanismo de observação no segundo livro? Não nos parece que a “longa duração” está unicamente no primeiro andar do edifício econômico, já que no terceiro andar também é possível identificar os eventos das economias mundo numa perspectiva que vai pelo menos do século XV ao XVIII. Lá daquela superestrutura pode-se ver o nascimento e a cronologia dos sistemas econômicos!

Se é neste terceiro andar que se observa as mudanças de uma economia mundo para outra, ou mesmo a cronologia de sistemas econômicos, num período de séculos, logo, vemos também relação deste andar com aquela primeira parte de *O Mediterrâneo*, onde se observa numa perspectiva de longa duração as permanências e as rupturas. Não é no terceiro andar do edifício que também observamos a ruptura de uma “economia mundo” cujo centro era Gênova para outra cujo centro era Amsterdã? E não é neste mesmo último andar que vemos a permanente desigualdade social, mas também a invariância única do Estado e do capitalismo durante séculos?⁸⁰⁹

Também se associa a terceira parte de *O Mediterrâneo*, dedicada aos acontecimentos de “curta duração”, à curta duração dos eventos das “economias mundo”, o terceiro volume de *Civilização material, economia e capitalismo*. Perguntamos: não vemos no terceiro andar do edifício uma “espécie de superestrutura da história global”⁸¹⁰, “uma espécie de consumação, como que criada e suscitada pelas forças que exercem abaixo dela, embora seu peso se repercuta, por sua vez, na

⁸⁰⁹ “O Estado, o capitalismo, a civilização e a sociedade existem desde sempre”. Fernand Braudel, “Entretien”. *Magazine littéraire*. (nov-1984): 20.

⁸¹⁰ Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, v. 3, p. 7.

base”⁸¹¹, um lugar que se procurou apreender “a história econômica do mundo entre os séculos XV e XVIII”⁸¹²?

No período entre os séculos XV e XVIII se caracteriza curta ou longa duração? Como então relacionar a “curta duração” dos acontecimentos políticos da terceira parte de *O Mediterrâneo* com este piso do edifício econômico dedicado às “economias mundo”? A tentativa foi de relacionar a fugacidade dos acontecimentos políticos e dos homens da última parte de *O Mediterrâneo* com os eventos do *tempo do mundo* das economias mundo. Mas, não nos parece que na esfera da economia mundo as mudanças tenham o mesmo ritmo dos acontecimentos, da política e dos homens da terceira parte do primeiro livro; há alguma diferença nisto.

E mesmo que houvesse semelhanças não passaria de coincidências, pois o problema não se resolve; se confunde “esfera de existência” com “níveis de realidade”. É o significado de estrutura incompreendido o princípio desta indeterminação na historiografia.

Na terceira parte de *O Mediterrâneo* Braudel se referiu aos “acontecimentos” enquanto “níveis de duração”, e no terceiro volume de seu *Civilização material, economia e capitalismo* se referiu à uma parcela de uma “esfera de existência”, isto é, a uma parte da “estrutura econômica” de acordo com sua visão da economia global e histórica.

Apesar de a obra braudeliana promover esta aparente comparação simétrica entre os dois livros, não é tarefa simples compará-los. Sobretudo, porque se deve entender *a priori* as possibilidades de significado de estrutura. No livro dedicado ao Mediterrâneo Braudel ao trabalhar todas as “esferas de existência” (ou estruturas) lançou todos os eventos resultantes destas interações entre as “estruturas” em função das “durações” determinantes, ou como se queira: níveis de realidade, ou níveis de duração, ou temporalidades, ou ainda templos múltiplos tripartidos.

Já no livro dedicado ao capitalismo os eventos resultantes da interação de todas as “esferas de existência” (ou estruturas) foram lançados não em função das “durações” determinantes do primeiro livro, mas em função de três conceitos que explicam a esfera de existência (estrutura significado 1) econômica construídos pelos autor.

Assim, não se pode comparar de forma objetiva e respectiva as três partes do primeiro livro com os três volumes do segundo. Há uma diferença na lógica e na natureza da ordem: em *O Mediterrâneo* Braudel partiu da “longa duração” para a “curta duração”, em *Civilização material, economia e capitalismo* o quadro se complexifica um pouco mais, pois ao mesmo tempo em que partiu das atividades cotidianas (significado 3 de estrutura) repetidas numa “longa duração” (estrutura significado 2) pertencentes à “vida material”, partiu também de uma perspectiva de estrutura enquanto “esfera da realidade” (significado 1 de estrutura), isto é, da estrutura econômica.

⁸¹¹ *Idem.*

⁸¹² *Ibidem.*

Logo, o título deste primeiro volume é uma fusão dos três significados de estrutura: estrutura enquanto “esfera de existência” (estrutura econômica, significado 1), estrutura enquanto “nível de realidade” (longa duração, significado 2) e estrutura enquanto “permanência” (atividades cotidianas, significado 3): “As estruturas do cotidiano” é o título; por isto “estruturas” está no plural e não no singular. Isto nos poupa de alongarmos o nosso discurso⁸¹³.

Em todo caso, vale dizer que na primeira parte de *O Mediterrâneo* a intenção do autor se restringiu apenas ao significado temporal da estrutura (longa duração): acomodado no campo geohistórico adquiriu dimensão espacial-temporal histórica: é o espaço humanizado, são os homens e “O Meio”.

Braudel já havia nos alertado das possibilidades de inversão anos antes de publicar *Civilização material, economia e capitalismo*. Na segunda edição, em 1966, de *O Mediterrâneo*, Braudel teve o cuidado de nos informar que “André Piganiol” escreveu-lhe, “depois da primeira edição deste livro, dizendo que teria podido alterar a ordem escolhida: começar pelo acontecimento, depois ultrapassar os seus aspectos brilhantes e muitas vezes falaciosos, atingir em seguidas as estruturas, depois as permanências”⁸¹⁴. Braudel lhe respondeu à sua maneira instigante: “A ampulheta pode seguramente voltar-se”⁸¹⁵.

⁸¹³ De forma análoga, a mesma lógica de oposição conceitual se dará em “O tempo do mundo”: trata-se de uma fusão dicotômica entre “o tempo” como um “nível de realidade” e, “do mundo” como uma noção de “estrutura” enquanto todas as “esferas de existência” reunidas. Em “Destino coletivos e movimentos de conjunto” e em “Os jogos da troca” as possibilidades comparativas são bem mais evidentes; no entanto, a diferença persiste do primeiro ter sido construído num conjunto em função dos níveis de realidade e o segundo ter sido construído num conjunto em função de uma esfera de existência, a estrutura econômica.

⁸¹⁴ Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Dom Quixote, 1984, p. 277, vol. 2.

⁸¹⁵ *Idem*.

Fig. 3: Esquema “O Mediterrâneo...” versus “Civilização material...”

FONTE: O Autor.

RESUMO: em ambos os livros todas as esferas de existência se interagem objetivando reconstituir a realidade; em ambos os livros todas as esferas de existência são mediadas pelos níveis de duração. A diferença reside na disposição dos elementos históricos; no primeiro livro (Mediterrâneo) a disposição dos elementos históricos se dá em função dos níveis de realidade; no segundo livro (Civilização material) a disposição dos elementos históricos se dá em função de uma (01) esfera da realidade: a estrutura econômica. Logo, não se pode comparar objetivamente a disposição temporal do primeiro livro com os conceitos do esquema tripartido da estrutura/esfera de existência econômica do segundo; se o primeiro livro o fator determinante são as três temporalidades, no segundo são os três conceitos da esfera da existência/estrutura escolhida pelo autor.

Solução integrada dos 3 problemas. Vimos que é a incompreensão dos significados de estrutura que conduz aos três problemas apresentados. Mas, como resolvê-los integradamente? Braudel nos diz que “certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente”⁸¹⁶.

Vemos aqui uma hierarquia das estruturas; qual dos significados de estrutura que o autor se refere? Braudel menciona nesta mesma passagem de texto que “todas elas [estruturas] constituem, ao mesmo tempo, apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar”⁸¹⁷.

E continua, “Pense-se na dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reações espirituais: também enquadramentos mentais representam prisões de longa duração”⁸¹⁸.

Fica-nos evidente que autor fala de estrutura enquanto esfera da existência. Mas, qual seria esta hierarquia ou quais seriam as estruturas partícipes? As próprias grandes estruturas do livro *Mediterrâneo: O meio, a economia e a política*. Mas, elas não são igualitárias? Quando dizemos que são queremos dizer que são da mesma família, da mesma espécie, isto é todas pertencem à categoria esferas da existência; no entanto, algumas duram mais, outras duram menos. O que não se pode fazer é comparar esfera da existência (significado 1) com níveis da realidade (significado 2), ou com invariantes (significado 3).

O problema ainda não está resolvido. Dentre as três estruturas que duram mais, o “meio”, ou seja, o Mediterrâneo, é uma grande estrutura que acomoda as outras estruturas; nela todas as demais estruturas se interagem reciprocamente: sociais, política, econômicas, culturais, biológicas, mentais, etc. Na segunda parte do livro, “Destinos coletivos e movimentos de conjunto”, o autor se dedicou a contar com maior nitidez a história destas estruturas.

E foi nesta experiência que Braudel identificou uma grande questão: a medida que a sua história migrava da esfera de existência dedicada ao “meio” para a esfera de existência dedicada à economia, o homem também caminhava para o centro de sua história. Se o movimento era o centro de sua geo-história, na história econômica é o homem e não mais o seu movimento que passa a ocupar o lugar de destaque.

Se é na esfera da existência econômica que as condições de subsistência aparecem com maior nitidez, seria ela a solução epistemológica de seu conjunto teórico; é nela que o homem, “ser que se faz social”, demonstra todas as suas fragilidades. Seria o mesmo nível de dificuldades da primeira

⁸¹⁶ Fernand Braudel, “História e ciências sociais. A longa duração”. In: *História e ciências sociais*. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, 1976, p. 21.

⁸¹⁷ *Idem*.

⁸¹⁸ *Ibidem*.

parte, da relação do homem com o meio, mas nela o homem outrora descentrado substituiria o movimento ganhando mais enfoque.

Mas, como enfrentar as dificuldades impostas pelos ritmos das durações? Na esfera de existência econômica identifica-se uma interação entre as estruturas num ritmo mais rápido do que na esfera de existência geo-histórica, logo duram menos. Na esfera da existência econômica as estruturas interagem em variações conjunturais e em durações cíclicas; nela os grupos e grupamentos humanos são medidos pela disposição espacial das economias do Mediterrâneo do século XVI.

A saída para esta aparente aporia foi recorrer a um termo de origem germânica conhecido por Braudel desde o início dos anos 1930. Seria a partir deste vocábulo que o autor desenvolveria um conceito capaz de colocar a estrutura econômica numa condição tão privilegiada quanto a mais estável de todas as estruturas: o meio. A “economia mundo” é sua propositiva solucionadora.

3.3.3 Paradigmas braudelianos, a *economia mundo*

ECONOMIA-MUNDO para Braudel “é expressão inusitada e mal acolhida pela língua francesa”⁸¹⁹, para traduzir a palavra de origem alemã *Welttheater* ou *Weltwirtschaft*. A noção do conceito sustentado na historiografia prende-se à sua dimensão mais aparente; significa sistemas econômicos regionais com dinâmica própria e, que podem gravitar em torno de outra economia mundo central, ou mesmo tornar-se única e mundial; centro e periferia se conectam e se relacionam, assim se dá o movimento e a circulação de uma forma mais sofisticada, o capitalismo, já que “é na circulação, por excelência, que o capitalismo está à vontade”⁸²⁰. No entanto, em Braudel o conceito extrapola estes limites.

A “economia mundo” está relacionada com a concepção que Braudel desenvolveu de “espaço” elaborada em seu segundo livro dirigido ao capitalismo. Mas, também há de se salientar que esta concepção é a mesma que encontramos em *O Mediterrâneo*. É o espaço que possibilita “o movimento” e, há de se dizer que não há sistema que se omita desta possibilidade.

Inicialmente Braudel desenvolveu este conceito nos anos 1930; o trabalho do historiador alemão Fritz Rörig (1882-1952) intitulado *Mittelalterliche weltwirtschaft: Blüte und End einer weltwirtschaftsperiode* (1933) inspiraria Braudel nesta construção. Não chegou a conceituar o termo naqueles anos em que parte deles passou no Brasil, mas sua noção não deixou de residir entre

⁸¹⁹ Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3vs. v. 3: “O tempo do mundo”, p. 12.

⁸²⁰ Fernand Braudel, *Afterthoughts on material life*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1979, p. 112.

espaço, economia e sociedade; alguns escritores alemães atribuíam ao espaço mediterrânico um carácter mais ou menos relacionado à autonomia, viam que a vida econômica era organizada mais ou menos em espaços vastos, em economia mundo ⁸²¹.

Nos anos de escrita do *Mediterrâneo* (1940-45) Braudel recorreria a sua antiga noção embrionária; ainda na primeira edição do livro o termo aparece distinguindo claramente economia mundo de economia mundial. Na seção 3, do capítulo 1, da segunda parte, Braudel dedicou 45 páginas para abordar o tema (págs. 464-507). Mas, antes, na página 433 do primeiro volume - da edição portuguesa de 1984 -, numa seção dedicada ao espaço, intitulada “O espaço, inimigo número um”, o termo aparecerá referindo-se ao “quadrilátero: Génova, Milão, Veneza, Florença”⁸²².

Afirma Braudel que “Este mundo de cerca de sessenta dias é bem, grosso modo, uma *Weltwirtschaft*, uma economia-mundo, um universo em si. Nem tudo está ordenado de maneira rigorosa e autoritária, mas desenham-se as grandes linhas de uma ordem. Assim toda a economia-mundo aceita um centro, uma região decisiva que impulsa as outras e estabelece, só por si, a unidade que está em causa”⁸²³.

Naquela seção de 45 páginas, Braudel iniciará perguntando: “Pode construir-se o 'modelo' da economia mediterrânica?”. De início já coloca a questão principal que será discutida em toda a seção: “Possuiremos todos os elementos para medir o conjunto do Mediterrâneo e construir um 'modelo' geral, onde tudo será considerado, calculado (se possível) em bloco?”⁸²⁴. A inferência do autor à última passagem responde-nos claramente a sua concepção de economia mundo: “O conjunto poderia ser confrontado em seguida com as outras 'economias-mundos' que bordejam ou alternam o Mediterrâneo no espaço”⁸²⁵.

O movimento é vital para qualquer sistema, logo surgem as distâncias percorridas; assim o espaço ao mesmo tempo em que possibilita ou propõe, se impõe com obstáculos: “Convém, uma vez mais, medir essas distâncias hostis, pois é no interior destas dificuldades que se estabelecem, crescem, duram e evoluem as economias-mundo. Precisam vencer o espaço para dominá-lo e o espaço nunca deixa de se vingar, de impor novos esforços”⁸²⁶.

“Economia mundo” é um sistema complexo composto de todas as esferas de existência num espaço determinado; tudo em movimento, fluxo e refluxo, tudo em dimensão histórica. Wallerstein, referindo-se ao conceito “economia mundo” braudeliano diz que “la economia mundo implica la

⁸²¹ Giuliana Gemelli. *Fernand Braudel*. Paris: Odile Jacob, 1995, p. 95.

⁸²² Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Dom Quixote, 1983, vol. 1, pp. 433-39.

⁸²³ *Idem*, vol. 1, p. 433.

⁸²⁴ *Ibidem*, vol. 1, pp. 464-5.

⁸²⁵ *Ibidem*.

⁸²⁶ Fernand Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo*, sécs. XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1998, Vol III, p. 17.

existência de algunos tipos de fenómenos repetitivos y, em cierto nivel [...] algunos tipos de impulsos hacia un equilibrio, incluso equilibrios em *movimientos*”⁸²⁷.

É a relação centro e periferia, é a circulação de mercadorias, é o movimento dos homens, é o encontro inevitável de culturas, é também a própria visão de mundo que se impõe a todos de determinada época.

“Economia-mundo” é o próprio espaço, é a própria visão de mundo dos homens. A este respeito Wallerstein nos diz que “la economia mundo en las estructuras duraderas (em esencia econômicas y sociales) son las que determinan em el largo plazo nuestro comportamiento colectivo: nuestra ecología social, nuestros patrones civilizacionales, nuestros métodos de producción”⁸²⁸.

Compreendendo o seu significado maior, nota-se que “economia-mundo” é o mecanismo universal da história global braudeliana; a história econômica se apresenta como o único campo epistemológico capaz de atender a perspectiva da história do autor. A partir destas inferências percebemos o quanto as interpretações comparativas da historiografia apresentadas no “problema 3” são incompatíveis com os conceitos do conjunto teórico braudeliano. É admitindo as diferenças entre esfera de existência e níveis de realidade que se pode compreender as finalidades de cada um desses signos apresentados no “problema 2”. Não obstante, é entendendo *a priori* o conceito tripartido de estrutura apresentado no “problema 1” que se pôde chegar a estas demonstrações; Fernando Novais nos auxiliou proficuamente.

Inferência mediata. Para ilustrar, apresentaremos um significado de “economia mundo” a partir de um exemplo que não alcança o seu significado maior.

Cheng-Chung Lai, professor de economia da National Tsing Hua University em Taiwan, autor do livro *Braudel’s Historiography Reconsidered*⁸²⁹, faz uma análise conceitual de economia mundo. Em sua interpretação do pensamento braudeliano faz uma demonstração esquemática da história total. Nesta interpretação o autor hierarquiza num eixo x, y (y-espaco, x-tempo) a economia mundo, a longa duração, a conjuntura e os eventos. Em escala temporal dimensiona a zona nacional do espaco (eixo y) e determina os níveis de curta, média e longa duração (eixo x). Vejamos a figura.

⁸²⁷ Immanuel Wallerstein, “Sistemas históricos como sistemas complexos”. In: *Impensar las ciencias sociales*. México: Siglo Veintiuno, 1998, pp. 249-256, p. 254. (grifo nosso).

⁸²⁸ Immanuel Wallerstein, “As invenções de realidades tempo-espaco: rumo a um entendimento de nossos sistemas históricos”. In: *Impensar las ciencias sociales*. México: Siglo Veintiuno, 1998, pp. 149-163, p. 152.

⁸²⁹ Cheng-Chung Lai, *Braudel’s Historiography Reconsidered*. Maryland: University Press of America, 2004; Cheng-Chung Lai, “Braudel’s Concepts and Methodology Reconsidered”. *European Legacy*, 5, 1 (2000): 65-86.

Fig. 4: Esquema história total, Cheng-Chung Lai⁸³⁰

RESUMO: Em ordem hierárquica ascendente encontram-se evento, conjuntura, longa duração e economia mundo. No eixo x (time) as conjunturas se enquadram em 1 século, e longa duração acima de 1 século. No eixo y (space), em nível de duração, a escala da economia mundo está determinada em nível nacional.

Nossa inferência equípolete. Mediante ao que já demonstramos sobre o alcance dos significados de estrutura (1.esfera de existência, 2.nível de realidade, 3.invariante) consideramos que o modelo acima demonstrado incorre numa distorção do significado de “economia-mundo” exatamente por desconsiderar as diferenças nos significados de estrutura.

“Economia-mundo” não apenas engloba os níveis de realidade (estrutura significado 2) como engloba as esferas de existência (estrutura significado 1); por sua vez engloba os invariantes (estrutura significado 3), já que os homens vivem nesse espaço econômico-mundo; além das próprias ações invariantes serem identificadas pela longa duração que também reside neste espaço determinante.

No modelo demonstrado acima, o autor desconsiderou as esferas de existência; sem elas não se pode haver espaço histórico, espaço humanizado.

Uma forma de reverter as carências do modelo de Cheng-Chung Lai é incluir nele suas próprias ausências. Um detalhe importante refere-se às determinantes do eixo x (time): não se pode atribuir à

⁸³⁰ Cheng-Chung Lai, *Braudel's Historiography Reconsidered*. Maryland: University Press of America, 2004, p. 3.

conjuntura um (01) século com exatidão; não somente Braudel, mas entre os próprios economistas franceses daqueles anos, conjuntura se referia à 10, 20, 40 anos, ou à tendências num período menor que um (01) século. Outro detalhe esquecido pelo autor é a vantagem de transposição espacial da “economia-mundo”: em seu modelo, no eixo y (space), o autor atribuiu apenas à escala nacional; como se sabe uma economia-mundo já adquiriu escala à “dimensão do mundo”. Mas, isto não depende dos níveis da realidade (da duração) como o autor demonstra, e sim das esferas de existência; são as estruturas econômicas, políticas e culturais (culturais englobando sociais, mentalidades, biológicas, meio, etc.) em interação as determinantes da dimensão de uma “economia-mundo”. Logo, as escalas nacional e internacional devem constar tanto no eixo x quanto no y, pois são as esferas de existência que explicam os níveis de realidade. Vejamos a figura.

Fig. 5: Esquema Economia mundo (nossa perspectiva)

RESUMO: Em ordem hierárquica ascendente encontram-se os eventos, conjunturas, longa duração, esfera de existência e economia mundo. No eixo x (tempo) as conjunturas se enquadram em < 50 anos, e longa duração acima de 1 século. A diferença entre 50 anos e 1 século é diluída na análise das flutuações e tendências econômicas. No eixo y (espaço) a escala da economia mundo estará determinada em nível nacional ou nível internacional; a depender das esferas de existência e não dos níveis de realidade. Neste modelo a estrutura em todos os seus três significados (1.esfera de existência, 2.nível de realidade, 3.invariante) está contida no conceito economia mundo.

Resultados obtidos. A perspectiva da história braudeliana é repleta de possibilidades epistêmicas. Isto ocorre porque ela se baseia no movimento, na unidade e na comunicação. O “princípio da unidade terrestre” vidaliano faz-se valer em sua modalidade histórica.

Mas, a história é apenas o campo epistemológico que possui a atribuição de sustentação e, justiça seja feita provavelmente seja o maior campo epistêmico de todos, já que procura abarcar a totalidade; para isto, sua finalidade é ser um “espaço” ou uma plataforma epistêmica capaz de sustentar o homem. Michel Foucault concebe o *episteme* como o “lugar” no qual o homem fica instalado e a partir do qual conhece e atua de acordo com as regras deste *episteme*⁸³¹.

Fernando Novais nos diz que devido o objeto da história ser “indelimitável em sua infinitude, o que é o contrário do objeto da ciência”⁸³², a “história não pode ter um método adequado a esse objeto”⁸³³. Para reverter esta situação adversa, isto é, tornar-se ciência, ou aproximar-se dela, é necessário mais do que um método, mas mecanismos epistêmicos capazes de lhe possibilitar três capacitações: a de “movimento, de unidade e comunicação”.

É diante desta necessidade epistêmica que a escrita estrutural surge atendendo estes fundamentos do princípio de unidade do campo histórico. Mas, não sendo a história um campo que atenda com facilidade os pressupostos de ciência, qual o campo mais adequado para a escrita estrutural braudeliana?

Ao olharmos a biografia intelectual de Braudel é evidente a migração de seus estudos para a história econômica. Há uma transferência progressiva de seus interesses para o campo dentro da própria composição do *Mediterrâneo*. Após 1953 não parou mais de publicar artigos, capítulos de livro e livros voltado para a área.

A concepção de história de Fernand Braudel se adaptou confortavelmente à história econômica - àquela disciplina que “não se reduz às metodologias conhecidas ou de uso corrente”⁸³⁴, como nos afirma Barbosa. A história econômica é uma disciplina de síntese. É também uma disciplina de pesquisa social⁸³⁵. Os seus princípios epistêmicos não se limitam àquela consideração antitética das perspectivas dicotômicas idiográfica e nomotética dos saberes.

Nos anos dos primeiros *Annales* situavam-se de um lado os historiadores humanistas mais próximos à arte e à filosofia, e de outro lado os historiadores idiográficos, historizantes, adeptos de uma ciência positiva. Os primeiros progressivamente passaram a se submeter à ciência newtoniana

⁸³¹ Michel Foucault, *Arqueologia do Saber*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

⁸³² Fernando Novais, “Fernando Novais: entrevista”. *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol. 42, nº 2. São Paulo, jun, 2008, p. 20.

⁸³³ *Idem*, p. 19.

⁸³⁴ Wilson do Nascimento Barbosa, “O Lugar da História Econômica entre as Ciências Sociais”. *Revista de Economia Política e História Econômica (REPHE)*, 18 (ago-2009): 125-172, p. 159.

⁸³⁵ *Idem*, p. 157-8.

tanto quanto os segundos, transformando-se após Durkheim e, anos depois, após Lévi-Strauss, em historiadores adeptos de uma ciência nomotética.

À esta altura, para ambos os grupos, passa não mais existir diferenças de método entre o estudo científico dos fenômenos humanos e o estudo científico dos estudos físicos. Braudel, a partir da história econômica buscou superar esta dicotomia.

O método idiográfico se difundiu mais nas disciplinas vinculadas à concepção empírica de ciência. O método nomotético é mais adequado para aquelas disciplinas vinculadas a uma perspectiva mais racionalista de ciência. Se por um lado temos o empirismo, cujo modelo de objetividade se origina da medicina grega e da história, onde a ciência é a interpretação dos fatos baseada em observações e experimentos, de outro temos o racionalismo cujo modelo de objetividade se origina da matemática, onde a ciência é conhecimento dedutivo e demonstrativo.

Se de um lado temos uma forma de conhecimento obtida através do emprego dos sentidos, pois permite estabelecer induções e oferecer a definição do objeto (suas propriedades e suas leis de fundamento), de outro temos a unidade sistemática de axiomas, postulados e definições.

Se na tradição empirista e indutiva temos uma teoria resultante das observações e dos experimentos “os quais não tem o papel de confirmar conceitos, mas sim a função de produzi-los”⁸³⁶, do outro temos as “experiências científicas como formas de verificar e confirmar demonstrações teóricas, e não para produzir o conhecimento do objeto uma vez que esse só pode ser conhecido exclusivamente pelo pensamento”⁸³⁷.

Porém, ambas as tradições, empirista e racionalista, apresentam um ponto em comum, mas o utilizam de forma oposta. Ambos os métodos concebem a ciência como explicação e representação verdadeira da realidade tal como ela é.

Se a concepção empirista é hipotético-indutiva, apresentando suposições sobre o objeto, realizando observações e experimentos, chegando à definição dos fatos, de leis, de suas propriedades e de seus efeitos *a posteriori*, a concepção racionalista é hipotético-dedutiva, pois define o objeto, suas leis e disso deduz propriedades, efeitos posteriores e previsões.

Acolhendo esta questão para o nosso trabalho, pode-se dizer que se do lado empirista hipotético-indutivo temos a história, do lado racionalista hipotético-dedutivo temos a economia. Logo, a história econômica é uma junção das duas tradições. Por este motivo dizemos que ela ao mesmo tempo em que é uma ciência humana, também é uma ciência social. Aqui está a justificativa da demonstração das singularidades epistemológicas das disciplinas formadoras do campo realizada no primeiro capítulo desta tese⁸³⁸.

⁸³⁶ Marilena Chauí, *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994, p. 34.

⁸³⁷ *Idem*.

⁸³⁸ Mas, isto não significa que a disciplina de história econômica se aderiu ao que Chauí chamou de “Ciência Construtivista”. Esta concepção de ciência iniciada no século XXI também se diferencia das concepções empirista e

A história econômica é um campo capaz de dialogar com as demais ciências sociais e humanas. A explicação para esta capacitação é unicamente esta junção das duas tradições: uma que predomina sobre as disciplinas humanas, a tradição empirista-indutiva, e a outra que predomina sobre as disciplinas sociais, a tradição racionalista-dedutiva.

Fernand Braudel viu na história econômica a única capaz, em termos epistemológicos, de dar conta de uma história total; àquela que procura dialogar com a totalidade das disciplinas sociais e humanas. Ela é apenas um ponto de partida diferente.

Braudel, em 1977, escreveu a este respeito em *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*, livro originalmente publicado na Inglaterra: “Seja ou não seja nobre, ou menos nobre que outra, a história econômica não deixa, por isso, de propor todos os problemas inerentes a nosso ofício: é a história íntegra dos homens, contemplada a partir de certo ponto de vista”⁸³⁹.

A geohistória não foi a plataforma definitiva para a sua obra; ao admiti-la como base para a introdução de sua tese, paulatinamente apresentou a estrutura econômica interagindo-se com as demais estruturas num palco geográfico humanizado. Assim, resolveu uma antiga questão de seus mestres Lucien Febvre e Marc Bloch, que tinham no Projeto fundador dos *Annales* o objetivo de renovar a história aproximando-a da geografia; mas, também, de forma justaposta, resolvia outro problema também relacionado aos primeiros *Annales*: aproximar a história da sociologia de Emile Durkheim e da economia de François Simiand⁸⁴⁰.

A história econômica não somente foi o campo maior de trabalho daquele que para muitos foi o maior historiador do século passado - num dos maiores livros de história publicado até os dias atuais – como foi este o campo epistemológico que salvaguardou a disciplina histórica do movimento estruturalista conduzido por Lévi-Strauss. Não mereceria este campo um tratamento mais justo por parte dos historiadores de hoje?

No entanto, associar de um lado uma disciplina empirista-indutiva e de outro uma disciplina racionalista-dedutiva não basta. É necessário demonstrar; neste exercício acharemos o caminho de chegada.

racionalista, porque entende que a ciência é uma construção de modelos explicativos da realidade e, não uma representação da própria realidade. No entanto, a história econômica não se pauta em modelos, mas simplesmente num diálogo entre todas as disciplinas que se interessam pelo passado do homem e, neste caso não há disciplina que não se interesse. A forma de diálogo daria, sobretudo, pela “longa duração”, conceito capaz de auxiliar tanto a história como qualquer disciplina das ciências sociais, já que nela se é possível identificar as regularidades. Já quanto a concepção construtivista referida por Chauí se baseia em modelos e em certas estruturas e relativiza a noção de verdade, já que ela é sempre provisória. Poderíamos dizer que esta concepção de ciência de início do século XXI é decorrência direta do movimento estruturalista de meados do século XX; ou mesmo elemento constitucional de uma Pós-Modernidade. “Tanto no racionalismo como no empirismo a teoria científica é tida como explicação e representação verdadeira da própria realidade, caráter de verdade absoluta. Para o construtivismo a teoria científica é uma verdade provisória, construção intelectual possível”. CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2003, p. 65.

⁸³⁹Fernand Braudel, *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*. Baltimore/Londres: John Hopkins University Press, 1977. (Publicado em francês em 1985 sob o título *La dynamique du capitalisme*).

⁸⁴⁰ François Dosse, *História em migalhas: dos Annales a nova história*. São Paulo: EDUSC, 2003, p. 119.

A disciplina resultante daquele encontro passou a funcionar com métodos de ambos os lados. Logo, foram necessários mecanismos capazes de realizar esta transição; funcionariam como “pontes de passagem”. Essas pontes são importantes, mas elas precisam de sustentáculos para se manter de pé. E neste caso seria necessário um terreno firme.

Para tanto, da forma que vemos o conjunto das teorias braudelianas, o seu autor instrumentalizou este campo firme - a história econômica - com mecanismos que passaram a funcionar como chaves-mestra daquele conjunto. Este campo, ao mesmo tempo em que faria o papel de “receptáculo”, de plataforma, ou de “lugar”, teria que ser auxiliado por mecanismos que fizessem o papel de articuladores, mecanismos capazes de gerar movimento e comunicação dos elementos naquele campo dos possíveis.

Os “elementos” epistemológicos, ou métodos oriundos de um lado (história) e de outro (economia e demais ciências sociais), necessariamente precisam movimentar e interagir entre si. A função desta “plataforma epistêmica” seria a mesma exercida pelo “espaço” dos atomistas; uma outra metáfora útil seria a mesma função do “espaço-tempo quadridimensional” da física de Einstein.

No espaço-tempo quadridimensional einsteiniano tudo funciona como um sistema de coordenadas, onde o espaço tridimensional conhecido (altura, comprimento e largura) é somado ao tempo, tornando-se numa única variedade de quatro dimensões que possibilita identificarmos - num espaço curvo, interpretado por uma geometria não euclidiana - os “pontos” (acontecimentos, eventos) por meio de quatro coordenadas (t, x, y, z).

Eliminando o éter, mas conservando a invariância da velocidade da luz, Einstein preservou, ao mesmo tempo, a importante conclusão de Maxwell e o princípio da relatividade de Galileu, dissolvendo a contradição entre o primeiro e o segundo. De forma similar, a história econômica aboliu a impossibilidade de uma ciência humana (idiográfica) de não se aproximar de uma ciência social (nomotética). Trata-se de superar os métodos axiomático-estáticos e os empírico-estatísticos, ou superar o “tempo do sociólogo” *versus* o “tempo do historiador”.

Mas, quais são os mecanismos possibilitadores desta superação? “Economia mundo” e “longa duração”. O primeiro funcionaria naquele conjunto braudeliano como “espaço” e o segundo como “tempo”; logo, obtêm-se “espaço-tempo”.

Por um lado, então, temos a “longa duração”, que enquanto aquela “duração” de maiores dimensões contém as demais durações de menores dimensões; ou como a estrutura enquanto esfera da existência que contém todas as durações, inclusive a “longa duração”. Mas, “longa duração” é um “nível de duração” e não uma “esfera de existência”.

Neste sentido cabe uma explicação: se a “longa duração” fosse utilizada somente como um mecanismo aplicado estritamente ao método idiográfico ou ao método nomotético, em separado, funcionaria apenas em nível de procedimento de caráter empírico-abstrato, ou seja, serviria apenas para ordenar o material histórico. É neste ponto que reside a confusão de muitos críticos acerca do caráter organicista da história braudeliana.

Agora se a longa duração for utilizada numa plataforma epistemológica que une os dois métodos, como no campo histórico econômico, aí sim essa invenção braudeliana torna-se um mecanismo poderoso capaz de estabelecer diálogo entre todas as ciências sociais e humanas. Pergunta-se: de que maneira?

Lembremo-nos da relação Braudel-Prigogine feita por Wallerstein. Um do lado da história, outro do lado da física, isto é, um do lado de uma ciência empirista-indutiva, outro do lado de uma ciência racionalista-dedutiva. Quais são suas semelhanças apontadas por Wallerstein? Ambos não excluíaam nenhum dos “níveis de duração” do conjunto das “esferas da realidade”, ou da própria realidade.

Se de um lado Braudel incluía os “acontecimentos” da história, de outro Prigogine incluía os “sistemas dinâmicos estáveis” da física. Mas, ambos consideravam estar na realidade macroscópica a maior clarificação da realidade. Se o maior historiador do século XX via por meio da “longa duração” as permanências e as rupturas, o físico e químico prêmio Nobel por seus trabalhos sobre as estruturas dissipativas via na “flecha do tempo” a “irreversibilidade e as probabilidades se impondo com maior evidência”⁸⁴¹.

Logo, qual a questão central aqui? Ambos estão superando os limites de seus campos.

Se Braudel teve que superar o culto aos “acontecimentos” para descrever uma história total da realidade histórica, Prigogine teve que superar uma visão dominante da pesquisa em física que ignorava os “sistemas irreversíveis”; em ambos os casos apenas uma parte da realidade era demonstrada.

Em ambas as situações a questão principal era a marginalização do “tempo” de uma realidade macroscópica, já que todas as ciências newtonianas caminham em direção à realidade microscópica: inclusive a história caiu nesta armadilha, já que nos modismos atuais cada vez mais se vê compromissada com a micro-história.

Estaria Braudel errado em defender uma história macroscópica, estrutural e total da realidade que contempla tantos os acontecimentos microscópicos quanto as regularidades e rupturas identificadas pela longa duração?

⁸⁴¹ Illya Prigogine, *La fin des certitudes*. Paris: Odile Jacob, 1996, p. 52.

Relembremo-nos Karel Kosik em seu *Dialética do Concreto* no que ele denominou de “pseudoconcreticidade”, fenômeno que mostra parcialmente a realidade, escondendo nela uma essência a ser desvendada, portanto “pesquisar o fenômeno é desvendar a essência oculta”⁸⁴².

Para dar significado a esta lógica, ao lado da “longa duração” e, com propósitos semelhantes, a “economia mundo” se apresenta; no entanto, com atribuições relacionadas ao espaço. Trata-se de um mecanismo que possibilita ao campo da história econômica funcionar como um “lugar”, um “receptáculo”, um “campo dos possíveis” dos movimentos.

A concepção de longa duração foi pensada por Braudel durante os anos de prisioneiro de guerra; durante aqueles anos difíceis da escrita do *Mediterrâneo* pensar na “longa duração” foi uma forma de superar dificuldades tangíveis, como disse o próprio Braudel anos depois⁸⁴³. Já “economia-mundo” saltou de um vocábulo para um conceito, e de um conceito para um mecanismo epistêmico.

Inicialmente empregado em *O Mediterrâneo* o conceito “economia-mundo” pretendia apenas a ver no mundo mediterrânico um espaço autônomo e integrado; no avanço das pesquisas o autor passou a ver na esfera da existência privilegiada pela história econômica uma saída epistemológica para centrar o homem relegado à margem na primeira parte do primeiro livro. Afirmaria 11 anos depois da defesa de sua tese dedicada ao mar que “Por um paradoxo apenas aparente, a dificuldade reside em descobrir a longa duração num terreno onde a investigação histórica acaba de obter êxitos inegáveis: o econômico”⁸⁴⁴.

Se o econômico em seus “Ciclos, interciclos e crises estruturais encobrem aqui as regularidades e as permanências de sistemas”⁸⁴⁵, são eles também, chamados de “civilizações econômicas, os velhos hábitos de pensar ou agir, de marcos resistentes e tenazes por vezes contra toda a lógica”⁸⁴⁶.

Associado à longa duração o econômico possibilita identificar “uma série de traços comuns que permaneceram imutáveis, enquanto que em redor, entre outras continuidades, milhares de rupturas e de abalos renovavam a face do mundo”⁸⁴⁷. A economia-mundo passou a ser para Braudel um recurso epistêmico fundamental; foi ele que ampliou a finalidade e o alcance da história econômica.

Muito antes de Wallerstein, Braudel desenvolveu o conceito apoiando-se no vocábulo alemão. Por sua vez o sociólogo norte-americano veio a desenvolver o seu conceito de economia-mundo somente na elaboração de *The Modern World-System* entre os anos 1974, 1980 e 1989. O termo é palavras-chave de sua obra, indicando a influência de Braudel. Não apenas dedicou a ele o seu

⁸⁴² Karel Kosik, *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 7ª Edição, 2002, p. 13.

⁸⁴³ Giuliana Gemelli. *Fernand Braudel*. Paris: Odile Jacob, 1995, pp. 78 (nota 1), 94.

⁸⁴⁴ Fernand Braudel, “História e ciências sociais. A longa duração”. In: *História e ciências sociais*. Liboa/São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, 1976, p. 24.

⁸⁴⁵ *Idem*.

⁸⁴⁶ *Ibidem*.

⁸⁴⁷ *Ibidem*, p. 26.

segundo volume de 1980 de sua obra maior, como fundou em 1977 o *Fernand Braudel Center*, na *State University of New York at Binghamton*.

Foi no começo dos anos 1970 que Braudel e Wallerstein expressaram suas diferenças em relação ao conceito de “economia mundo”. Se o termo atualmente está mais relacionado à Wallerstein do que à Braudel, explica-se pela dedicação do sociólogo em elaborar uma teoria em torno do conceito braudeliano e torná-la o centro de sua obra irradiativa. Os seus três volumes *The Modern World-System* estão voltados para esta questão; em Braudel o conceito é menos evidente para os não especialistas, mas ele está imanente em toda a sua obra.

A “economia mundo” em Braudel está ligada à interação de todas as esferas de existência resididas na relação do espaço econômico, espaço social e espaço cultural onde todo o movimento se realiza num espaço autônomo; o que seria o Mediterrâneo e o mundo mediterrânico do século XVI? O que seria aquela espécie de “superestrutura” da história global em sua obra dedicada ao capitalismo? Do que trata o autor no microcosmos da Europa quando trata da Identidade da França?

“Economia-mundo” é uma realidade que abarca a tudo, é o mundo em suas estruturas totais nas quais todos os homens estão submetidos.

As diferenças entre Braudel e Wallerstein residia inicialmente no ponto de origem do capitalismo. De tradição marxista Wallerstein identificava a nascitura do capitalismo relacionado à Revolução Industrial. A crítica de Braudel à Wallerstein ao invés de criar distâncias proporcionou uma maior aproximação; diálogo, qualidade essencial de Braudel durante todo o seu percurso intelectual.

Num de seus manuscritos intitulado “Restrictions d'Immanuel Wallerstein” Braudel abordou as distâncias com reservas e de forma amigável, mas não deixou escapar as diferenças. Infelizmente este artigo não chegou a ser publicado. Gemelli, sua biógrafa da Itália, nos mostra a partir de suas correspondências alguns detalhes daquelas singularidades⁸⁴⁸.

Em “O tempo do mundo” de 1979 Braudel se referirá novamente à Wallerstein, mas é em *Une Leçon*, em Châteauevallon, nas *Journée Fernand Braudel* de 1985, que ambos colocariam em evidência seus pontos de vista. “A grande diferença entre Immanuel e eu certamente interessará a vocês. Ele segue as lições de Marx e defende que o início do capitalismo foi no século XVI, que a dependência de uma região periférica (com escravos, minas, 'plantations'...) em benefício da Europa, que se enriquece às custas de outros. Ele defende que havia uma economia-mundo européia no século XVI, e que esta economia-mundo não era possível sem capitalismo”⁸⁴⁹.

⁸⁴⁸ Giuliana Gemelli. *Fernand Braudel*. Paris: Odile Jacob, 1995, p. 231, nota 2.

⁸⁴⁹ Fernand Braudel, *Une leçon d'histoire de Fernand Braudel* (Châteauevallon, Journée Fernand Braudel, 16 octobre 1985), Paris: Arthaud-Flammarion, 1986, pp. 145-6. (minha tradução). [video internet: <http://ha.ina.fr/economie-et-societe/education-et-enseignement/video/RAC85000545/la-lecon-d-histoire-de-fernand-braudel-a-chateauevallon.fr.html>, 25 de setembro 2010].

Wallerstein replica que “economia-mundo por si mesma deveria ter uma estrutura econômica chamada capitalismo. Há dez anos eu não acreditava na existência de múltiplas economias-mundo e você finalmente me convenceu”, responde ele a Braudel. “Hoje aceito a existência anterior ao século XVI dessas economias-mundo, mas acredito que cada uma delas, por razão das contradições internas destas estruturas, ou foram desintegradas, ou transformadas em um império-mundo”⁸⁵⁰.

A partir desta inferência se nota uma aproximação que se deu de forma paulatina na medida dos avanços da pesquisa de Wallerstein. Se as causas se aproximam, as consequências daquelas causas se diferenciam. “Por uma curiosa razão, e essa deve ser explicada, este não é o destino da economia-mundo construída no século XVI; em consequência, foi a partir de então que o capitalismo real se expandiu”⁸⁵¹.

Em 1980 Wallerstein já havia demarcado sua diferença partindo dos critérios marxistas; “Por contraste o conceito economia-mundo [*économie-monde*] assume que há uma 'economia' em qualquer lugar (se e somente se) há uma extensão contínua e uma divisão social do trabalho relativamente completa com uma parte integrada dos processos de produção que relacionam entre si através de um 'mercado' que foi 'instituído' ou 'criado' de uma maneira complexa”⁸⁵².

Se as diferenças teóricas existem⁸⁵³, situam-se mais nas tradições da abordagem e menos nos interesses; a escrita estrutural os aproximam: um pelos paradigmas marxistas, o outro pelos paradigmas *annalistas*. Se em Wallerstein a aplicação do conceito se restringe à sua concepção do *Sistema Mundial Moderno*, em Braudel extrapola os limites de sua teoria do capitalismo histórico; o conceito se torna o mecanismo epistêmico maior de seu conjunto.

⁸⁵⁰ *Idem.* (minha tradução)

⁸⁵¹ *Ibidem* (minha tradução).

⁸⁵² Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System*. San Diego: Academic Press, 1974-1989, 3 vols, vol 2, p. 13. (minha tradução).

⁸⁵³ As diferenças entre Braudel e Wallerstein em torno do conceito “economia mundo” residem nos seguintes aspectos: a) no passado, presente e futuro em áreas industrializadas ou em desenvolvimento, coexistem e coexistiram múltiplas economias-mundo; b) uma economia-mundo é constituída por um pequeno núcleo central, uma zona média de desenvolvimento (semi-periferia) e uma zona periférica maior. A relação entre essas três zonas envolve “troca desigual de produtos e serviços, onde o excedente extraído das zonas periféricas da economia-mundo são transferidos para os núcleos centrais”. Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System*. San Diego: Academic Press, 1974-1989, 3 vols, vol 2, p. 15. (minha tradução); c) muitas economias-mundo coexistem e cada uma tem o seu centro, podendo haver um ou dois centros maiores em uma vasta área geográfica de uma economia-mundo, chamada centro econômico gravitacional. Com o passar do tempo e com as mudanças nas condições econômicas, o centro econômico gravitacional também muda. Isto aparece em várias passagens em “O tempo do mundo”: pp. 32, 71, 138, 266, 484, 523, 530, 531, 575; d) o papel do Estado é importante na manutenção e expansão da economia-mundo. Wallerstein partiu desta afirmação, mas Braudel ao contrário a negligenciou. Outro aspecto relacionado à fronteira da economia-mundo não necessariamente se realizam nas fronteiras políticas, geralmente as fronteiras de uma economia-mundo extrapolam as fronteiras políticas e culturais; e) as fronteiras de uma economia-mundo se alteram lentamente. Braudel afirmou que “uma economia-mundo deveria ser julgada na perspectiva da longa-duração”. Fernand Braudel, *Une leçon d'histoire de Fernand Braudel* (Châteauvallon, Journée Fernand Braudel, 16 octobre 1985), Paris: Arthaud-Flammarion, 1986, pp. 131-2. Para isto pode-se adicionar uma observação: para a economia-mundo antes do século XV a mudança era devagar do ponto de vista geográfico, mas a partir do século XVI o ritmo tornou-se mais rápido como se pode constatar no início do volume 3 “O tempo do mundo” nas mudanças da economia-mundo européia entre os anos 1500-1775. Com o advento do capitalismo moderno e contemporâneo a velocidade das mudanças aumentaram, bem como se alterou os centros econômicos: das cidades italianas para Londres, de Londres para Nova Iorque.

Enquanto mecanismo epistêmico a economia mundo foi capaz de alargar a plataforma histórica econômica “à dimensão do mundo”, dando a este campo condições de “movimento” no sentido de interação das estruturas. Não somente à estrutura econômica (significado 1, esfera de existência) em relação a si mesma, mas em relação a todas as demais estruturas (política, cultural, etc.) em seus respectivos níveis de realidade (estrutura política, conjuntura política, acontecimento político; ou estrutura cultural, conjuntura cultural, acontecimento cultural, etc.).

Pode-se dizer que “economia mundo” desempenhou algo parecido na história econômica com aquele que a geohistória desempenhou no estudo geográfico de Braudel da primeira parte de *O Mediterrâneo*. Não que economia mundo se proponha a ser um campo epistemológico, apenas estamos dizendo que se trata de um conceito maior que possibilitou movimento dos elementos epistêmicos sobre a plataforma histórica econômica.

Se a geohistória possibilitou dar dimensão histórica à noção de espaço humanizando-o, a “economia mundo” concedeu à disciplina histórica econômica uma dimensão de movimento em sua base tornando-a capaz de abarcar todas as demais estruturas além daquela até então dominante no campo, a própria estrutura econômica.

O que temos até aqui? Aliada à “longa duração” a “economia mundo” tornou possível ao campo da história econômica romper com uma perspectiva idiográfica de uma única perspectiva restrita aos acontecimentos individualizados; e, ao mesmo tempo possibilitou também romper com uma perspectiva nomográfica restrita aos modelos gerais.

Mantêm-se as durações em seus diferentes ritmos – estrutura, conjuntura e acontecimento – mas, se adiciona uma novidade naquela plataforma: a interação de novas estruturas junto àquela esfera da existência até então predominante e/ou única (econômica).

A partir dos paradigmas braudelianos a disciplina de história econômica deixou de trabalhar a estrutura econômica enquanto hegemônica e/ou única; estando obrigada apenas a abarcar os seus respectivos níveis de duração: estrutura econômica, conjuntura econômica, acontecimento econômico. Braudel neste sentido seguiu a Marx.

Por serem os níveis de duração aqueles que medeiam a relação entre as estruturas (ou esferas de existência), a “longa duração” que contém as demais durações tornou possível a relação da estrutura econômica com as demais estruturas em suas respectivas durações.

Braudel passou a trabalhar no campo da história econômica com várias estruturas ao mesmo tempo e não mais a estrutura econômica apenas restrita aos seus respectivos níveis de duração; como se dava na maior parte da produção intelectual da história econômica até então - o materialismo histórico e seus seguidores, e alguns como H. Pirenne e F. Simiand são exceções.

Se a “longa duração” é a chave-mestra do conjunto teórico braudeliano em seu sentido temporal, a “economia mundo” será o mecanismo universal em sentido espacial histórico no sistema teórico do autor.

O campo histórico econômico desinstrumentalizado destes mecanismos falaria dos preços como George Wiebe em seu *Zur Geschichte der Preisrevolution des xvi und xvii Jahrhunderts* (1895), ou das *Poor Laws* como Richard Burn, ou como Frederick M. Eden em *The State of the Poor: or na History of the Labouring Classes in England from Conquest to the Present Period* (1797), mas não teria suporte epistemológico para abordar como Pierre Chaunu e Emmanuel Le Roy Ladurie o fizeram em seus trabalhos.

Se Chaunu abordou “Estrutura” e “Conjuntura” em sua tese de 12 volumes, Le Roy Ladurie em *Les paysans de Languedoc* se engajou na “aventura” - como diz o próprio autor - “da história total”, uma notável combinação de meticulosa história econômica com uma história política, religiosa e psicológica.

O trabalho de Le Roy Ladurie talvez seja o exemplo mais expressivo de como a história econômica após Braudel se modificou em relação à combinação de várias estruturas em seus respectivos níveis de duração.

Marx foi quem conseguiu primeiro a aliar todas as estruturas, vendo no capitalismo mais do que um sistema econômico, vendo nele um sistema de relações sociais. O que o materialismo histórico significou para Marx, os conceitos de “economia mundo” e de “longa duração” - epistemologicamente “espaço-tempo” - significaram para o pensamento braudeliano.

O próprio Braudel afirmou na segunda edição de *O Mediterrâneo* que a “sua problemática fundamental” era “a dialética espaço-tempo”; esta era “sua articulação maior”⁸⁵⁴.

Lincoln Secco tratando as formas de se captar, ou “diferentes formas de se acercar do objeto”, isto é, “do capitalismo”, afirma que se “Marx” o fez “pelas relações de produção”, “Braudel” o fez “pela relação espaço-tempo, pela duração”⁸⁵⁵.

Aí está a prova cabal da comprovação de nossa hipótese geral. Pergunta-se, por que? Ora, qual seria o ponto comum capaz de unir Braudel à Marx, ou vice-versa? Não seria a escrita estrutural da história? Assim, está comprovada a utilidade do título insígnia desta tese: “*Economia mundo e a escrita estrutural da história. Um estudo de Fernand Braudel*”.

⁸⁵⁴ Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Dom Quixote, 1983, p. 28.

⁸⁵⁵ Lincoln Secco, “Geohistória”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, 13 (julho 2008): pp. 5-39, p. 36.

Epílogo

A NOSSA hipótese geral colocada no início da tese consiste em considerar que a disciplina de história econômica adquiriu com Fernand Braudel uma nova significação no conjunto das ciências sociais e humanas; o contrário também é verdadeiro. O projeto braudeliano sustenta-se no diálogo entre as disciplinas; isso já se sabe. Longe de se anular a identidade de cada disciplina, defende a consolidação de cada uma e a cooperação mútua entre elas como o melhor caminho. No entanto, o já desgastado multidisciplinarismo, ou o interdisciplinarismo de ontem, ou mesmo o transdisciplinarismo de hoje diferem substancialmente do projeto braudeliano. No projeto do nosso autor não se trata de disciplinas com diferentes objetos dialogando entre si, mas de diferentes disciplinas dialogando em torno de um único objeto: o homem histórico, “ser que se faz social”. Braudel já nos dizia que isto tinha tudo a ver com Marx, um pensador “que tinha uma visão global das coisas, que olhava sempre o conjunto”.

A partir das discussões realizadas obtivemos resultados que demonstraram que a história econômica não somente foi o maior campo de estudos do historiador francês, mas foi a base de seu projeto epistemológico para as ciências sociais e humanas. Esse projeto denominado de história global de nada tem a ver com a pueril pretensão de estudar todos os fatos históricos humanos em todas as épocas possíveis, mas apenas de se inverter a ordem tradicional de investigação dessas ciências que se autonomizaram na virada de século e no decorrer do século XX. Trata-se de não mais se restringir à dicotomia das tradições idiográfica hipotética-indutiva (empirista) *versus* nomotética hipotética-dedutiva (racionalista); trata-se de superá-la.

Braudel criticou radicalmente a trajetória das ciências sociais e humanas a partir dos anos 1870; na trajetória que fizeram, ganhando cada vez mais espaço institucional e se autonomizando, criaram na mesma proporção barreiras disciplinares gigantescas entre si. Até os anos 1930 essas ciências se fragmentaram, constituindo-se em campos de pesquisa autônomos separados por um imenso *canion*; nos últimos sessenta anos do século XX até os dias atuais essas ciências vem se esforçando por reencontrar aquela originária unidade perdida. Os vocábulos já variaram suficientemente, mas ainda nada de concreto foi estabelecido.

A história econômica seria na concepção de Braudel o campo epistemológico adequado para fazer a transposição das dicotomias tradicionais. Não importa para Braudel a ordem da abordagem; se é do particular para o geral, como querem os micro-historiadores idiográficos, ou se é do geral para o particular, como querem os cientistas sociais ou os historiadores nomotéticos.

De um lado os adeptos de um método mais observacional, indutivo, de outro os defensores de um método mais abstrato, dedutivo. Isto já havia acontecido antes. Os duelos que se viu por todo o século XIX para fixar as bases metodológicas das chamadas ciências sociais não se restringiram unicamente ao conflito entre o método abstrato e dedutivo contra o método da observação e da indução, mas também ao conflito entre idealismo e materialismo.

O triunfo da burguesia nas revoluções de 1789, 1799 e 1830 levava os seus intelectuais a acreditar na possibilidade de uma ciência social unânime; acreditavam, principalmente, que essa nova ciência social pudesse eleger uma verdade: a superioridade do homem europeu, a preponderância da cultura européia.

O estatuto de luta destas metodologias dar-se-ia na Economia Política. Por ela ser a ciência social que mais se desenvolveu na época das revoluções burguesas (1750-1850), todas as demais ciências sociais a acompanhariam; a Politologia é resultante no século XX desse processo característico do século XIX.

A disciplina de economia é fundamental em nossa abordagem exatamente por isto. Ela é personagem central numa disputa que coloca em jogo não apenas métodos científicos em si mesmos, mas toda uma perspectiva maior de dominação. A solução desta guerra metodologica foi resolvida aparentemente pela “Escola Francesa” (1890-1940). Étienne Joseph Béchoux, Henri Pirenne, Ernest Labrousse e Paul Leroy-Beaulieu recuperariam até certa medida esta conciliação, mas seria a “Escola Francesa” a que se dedicaria mais a esse problema.

Como colocamos no primeiro capítulo a “Escola Francesa” era composta por autores de diversas correntes; a história econômica tem esta capacidade epistemológica de acomodação: H. Michel, Charles Renouvin, P. Archambault, Eduard Demolin, Paul de Rousiers, entre outros, responderiam por diferentes ramos da “Escola Francesa”. Com o advento da Segunda Guerra Mundial ela desapareceu.

Por ser constituída de vários autores ela foi se enfraquecendo com o tempo; o segundo conflito mundial foi determinante, mas não causa única. O individualismo moderado desta escola permitiu passagens para outras correntes estruturalistas que se formariam imediatamente após aquela guerra planetária. Claude Lévi-Strauss emerge nesse cenário.

Os marxistas, como E. Labrousse, intentaram na conciliação destes métodos, mas as perspectivas dos marxistas não se restringiam a esta luta metodológica. Interessados mais em representar “as leis da dinâmica social” e menos em criar sínteses de método ilusórias, ou “monstros”, como afirma Gunnar Myrdal, importante economista da Escola de Estocolmo, os marxistas buscavam apreender o conhecimento por inferências lógicas que superavam esta dicotomia metodológica.

A história econômica marxista é normativa. Esta metodologia invulgar reconstrói os seus princípios de acordo com o movimento da realidade social que se apresenta pelo aporte documental. Funciona a partir de categorias gerais determinantes. As categorias lógico-cognitivas como espaço, tempo, função, causalidade, etc. apreendem uma realidade do passado que num determinado espaço e numa determinada época se movimentavam.

Deste ponto se estabeleceu o diálogo de Braudel com os marxistas. Ambos procuravam apreender uma realidade a partir das mesmas categorias submetidas a uma mesma lógica: são as estruturas que explicam a conjuntura.

Da mesma forma que Marx e os marxistas não se interessaram em acomodar os métodos indutivo e dedutivo, Braudel também não se interessou em ficar restrito a esta questão dicotômica. Procurou superar esta oposição.

Mas, isto não significou que ignoraram a natureza desses métodos. O que ignoraram foi a natureza do uso. Por exemplo, quando recorremos à resposta de Braudel à “André Piganiol”, o qual havia lhe sugerido que trocasse a ordem, “começar pelo acontecimento, (...) e depois atingir as permanências”⁸⁵⁶, estamos dizendo que isto é menos importante, ou seja “a ampulheta pode seguramente voltar-se”⁸⁵⁷. Não importa se é do particular para o geral (indutivo), ou o seu contrário, do geral para o particular (dedutivo).

Da mesma forma que os marxistas pensavam, o que importa é submeter as conjunturas às estruturas; independe a ordem, importa muito mais a perspectiva e, ela deve ser sempre estrutural (considerando todos os seus significados).

Neste sentido, quando as ciências sociais se fragmentaram a partir dos últimas décadas do século XIX, elas acabaram seguindo a economia política; transformaram-se mais em ciências nomotéticas e menos numa ciência que procura apreender o homem em sua totalidade.

Estas ciências subdividiram-se e tão logo se viram obrigadas a recortar também o objeto que era único. Assim, dividindo o todo em algumas partes, sendo que cada uma se dirigiu para o seu gabinete, fechando a porta e não mais saindo de lá, perderam-se.

A separação arbitrária da totalidade, que consubstancialmente pertenciam, foi o pecúlio destas disciplinas daquele processo. Primeiro se preocuparam em se separar, procurando cada uma um lugar para si, depois passaram a se perguntar qual era realmente o seu objeto de estudo; como também, quais eram os seus métodos gerais, as suas técnicas particulares e acima de qualquer questão, quais eram os seus paradigmas.

⁸⁵⁶ Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Dom Quixote, 1984, p. 277.

⁸⁵⁷ *Idem*.

A história global braudeliana não mais é do que reencontrar um caminho perdido em algum momento. Mas, não se trata de reencontrar e ficar lá parado. Isto é, não se trata de retornar a uma única disciplina geral, como se fazia antes do nascimento da sociologia, da geografia, da ciência política (politologia), ou mesmo da antropologia.

Se trata de reencontrar o caminho, que não é este dos multi, inter e transdisciplinarismo de hoje, mas sim um percurso que conduz todas elas a levantar o mesmo troféu. O homem é e deve assim permanecer como o único interesse das ciências sociais e humanas.

Cada uma delas poderá contribuir com o seu grau de especialização. Mas, será necessário mecanismos que as conectem. O espaço e o tempo são as grandezas que separam qualquer elemento da natureza. Inclusive o homem, inclusive estas disciplinas.

A solução está em aceitá-los como unidade universal para todas as usuárias. Como admiti-los? Pela lógica espaço-tempo braudeliana.

Não seria o tempo dos físicos, um tempo absoluto que funciona por si e para si, um tempo que independe das coisas, aquele que ajudaria os cientistas sociais a solucionarem tal suposta aporia - como queriam os estruturalistas. De forma análoga não seria o tempo do sociólogo que se submete ao rigor dos formalismos da ciência newtoniana o conector universal para esse conjunto de disciplinas.

Seria um tempo que emana do homem, um tempo sensorial, um tempo vivido, e não o contrário.

O que deve interessar a todas ciências do homem é o tempo do homem. Do que adiantaria o tempo absoluto dos físicos destituído da presença do homem para este conjunto de disciplinas?

Se o tempo absoluto faz todo o sentido para os físicos, porque se prendem mais à natureza física e menos à natureza humanizada, para as ciências sociais a única justificativa de existência é o homem.

Para apreender o tempo vivido, unicamente possível apreender o que o constitui, pelo que o faz existir: as próprias ações do homem. As regularidades dessas ações são identificadas pela longa duração. Mas, onde elas acontecem? Não é no espaço, ou no mundo do “ser” e do “existir”? A economia-mundo (espaço) associada a longa-duração (tempo) são em sua soma o próprio horizonte da história global. Está na história o ponto de partida de todas as ciências que se interessam pelo passado do homem. Deste conjunto, não há disciplina que não possa se interessar.

*** **

Abaixo segue diagrama panorâmico da tese, procurando demonstrar a ordem das questões tratadas. A principal delas refere-se ao projeto braudeliano constituído a partir da confluência da história e economia – resultando a história econômica – explicitamente obstruído pelos seus sucessores. Vale repetir a fala de Braudel em relação aos terceiros *Annales* nos anos de sua aposentadoria.

“se meus sucessores preferem estudar as mentalidades em detrimento da vida econômica, pior para eles! Estou de acordo com Eric Hobsbawm: não existe uma história autônoma [fracionada] das mentalidades, elas estão vinculadas ao todo. Eles abandonaram o terreno econômico, e era isto que nos permitia um vínculo com nossos colegas marxistas. Eu, que sou promotor da história globalizante, não posso estar de acordo com isso”⁸⁵⁸

*** **

Nota final do autor. Consideramos que este estudo contribui para o conhecimento da obra e pensamento de Fernand Braudel. Consideramos também que a metodologia adotada, inspirada na lógica braudeliana, possa vir a contribuir para futuros estudos em teoria da história: três níveis de contexto epistêmico – 1.disciplinas, 2.obra e 3.pensamento – é uma forma de se adaptar à história global braudeliana aos estudos em epistemologia da história e ciências sociais. Por fim, o consideramos útil no encorajamento dos historiadores econômicos em sua labuta incomum, tendo que provar a todo instante a utilidade de sua disciplina.

⁸⁵⁸ Fernand Braudel, “En guise de conclusion”, *Review*, editado por Immanuel Wallerstein, Nova Iorque, vol. 1, nºs 3, 4 (1978): 243-261.

DIAGRAMA PANORÂMICO DA TESE

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE A OBRA DE FERNAND BRAUDEL

NOS ÚLTIMOS anos nota-se no Brasil um crescimento do interesse de novos estudos pela obra braudeliana. Desde alunos de graduação à pesquisadores nas áreas de sociologia, filosofia, economia, geografia e história. Surgiram grupos de estudo, dissertações e teses.

Levantamos na base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁸⁵⁹ a existência de 105 grupos de estudo cadastrados, de todas as áreas de pesquisa (AP), que elegem como temática principal o capitalismo. Desse total 32 grupos de estudo se dedicam aos estudos de Marx⁸⁶⁰, 1 aos estudos de Immanuel Wallerstein⁸⁶¹ e 1 aos estudos de Fernand Braudel⁸⁶². Estes dois últimos grupos possuem interesses em comum. O dedicado à temática Sistema Mundial foi formado em 2006, área de concentração: economia, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O dedicado à temática Fernand Braudel foi formado em 2006, área de concentração: história, na Universidade de São Paulo (USP). Os grupos mais antigos dedicados aos estudos de Marx datam de 2002 e, os dedicados à temática em comum de núcleo Economia-mundo datam de 2006. Esta informação evidencia nossa hipótese.

José Carlos Reis publicou como resultado de sua tese de doutorado na Universidade Católica de Louvain o livro *Nouvelle histoire' e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*⁸⁶³; atualmente é um dos principais estudiosos no Brasil da obra. Em 1973, Ulysses Telles Guariba

⁸⁵⁹ <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>, acesso em 18.06.2011.

⁸⁶⁰ Dentre esses, dois residem no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).

Grupo 1- Grupo Marx, ano de formação: 2009, Líderes do grupo: Lincoln F. Secco/Aginaldo dos Santos, AP: História, Composição: 7 pesquisadores, 10 estudantes, Linhas de Pesquisa: i-Crises Econômicas e Modalidades de Conflito Social, ii-Critica da Economia Política, iii-ideia de Revolução na História Contemporânea, iv-Marxismo no Brasil, **Grupo 2-** História e economia mundial contemporâneas, ano de formação: 2002, Líderes do grupo: Osvaldo L. A. Coggiola/Ana Lúcia Gomes Muniz, AP: História, Composição: 29 pesquisadores, 5 estudantes, Linhas de Pesquisa: i-Economia, História e Ideologia no Mundo Contemporâneo, ii-Estado, Sociedade e Produção na Contemporaneidade, iii-Estrutura e Dinâmica da Economia Mundial Contemporânea, iv-História Contemporânea: Problemas de Método, v-História e Economia: Convergências e especificidades, vi-Problemas de História Contemporânea da América Latina e do Brasil.

Na Universidade de São Paulo há outros grupos dedicados aos estudos de Marx. Dois exemplos são: i-Instituições do Capitalismo Financeiro – CAFIN, Líderes: Leda Maria Paulani/Christy Ganzert Gomes Pato, AP: Economia (FEA-USP), ano de formação: 2005; ii-Centro de Estudos Desmanche e Formação de Sistemas Simbólicos – DESFORMAS, Líderes: Luiz Renato Martins/Francisco Cabral Alambert Junior, ano de formação: 2008.

⁸⁶¹ Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo (GPEPSM), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ano de formação: 2006, Líderes do grupo: Pedro Antonio Vieira/Helton Ricardo Ouriques, AP: Economia, Composição: 10 pesquisadores, 2 estudantes, Linhas de Pesquisa: i-Desenvolvimento socio-econômico da economia-mundo capitalista, ii-Passado, presente e perspectivas do estado latino-americano do neoliberalismo aos novos governos desenvolvimentistas.

⁸⁶² Grupo de Estudos Fernand Braudel, Universidade de São Paulo (USP), ano de formação: 2006, Líderes do grupo: Fabio Betioli Contel/Lincoln Ferreira Secco, AP: História, Composição: 7 pesquisadores, 4 estudantes, Linhas de Pesquisa: i-Geohistória: Estudos das Relações entre História e Espaço Geográfico, ii-Relações Centro-Periferia: Espaços, Economias e Tomadas de Consciência.

⁸⁶³ José Carlos Reis, *Nouvelle histoire' e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

Netto defendeu Tese de doutorado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho discutindo os *Annales*⁸⁶⁴; Braudel não foi o tema central.

Entretanto, nota-se um crescimento de pesquisa da obra de Fernand Braudel por uma geração mais jovem; um crescimento real nos últimos 20 anos.

Pedro Portilho Nader, do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, defendeu no ano 2000 tese de doutorado, orientada pelo Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro, intitulada *O tempo que se conta: a nova história tal como ela se faz*⁸⁶⁵. O seu objeto se divide em Ranke e Braudel. Sua dissertação de mestrado foi dirigida à escola metódica.

Rosângela de Lima Vieira, defendeu a tese *Fernand Braudel: a relação entre o método historiográfico e o conhecimento histórico*⁸⁶⁶ em 2002; trata da perspectiva metodológica histórica de Braudel.

Luís Corrêa Lima, se interessou por uma narrativa biográfica de Braudel; a relação Braudel e o Brasil foi o seu objeto de estudo. Defendeu tese na Universidade de Brasília no ano de 2004, intitulada *Fernand Braudel e o Brasil - vivência e brasilianismo (1935-1945)*⁸⁶⁷.

Guilherme da Silva Ribeiro, geógrafo, se interessou por estudar a epistemologia de sua disciplina a partir da perspectiva braudeliana; *Espaço, Tempo e Epistemologia no século XX: a Geografia na Obra de Fernand Braudel*⁸⁶⁸.

Rodrigo Bianchini Cracco, defendeu em 2009 a dissertação de mestrado intitulada *A longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel: de sua tese 'O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II' até o artigo 'História e Ciências Sociais: A longa duração' (1949-1958)*⁸⁶⁹. O seu enfoque é a teoria das temporalidades de Braudel.

Felipe Amin Filomeno, defendeu em 2006 a dissertação de mestrado *Brasil e Argentina nos quadros da economia-mundo capitalista: dívida externa e política econômica (1870-1930)*⁸⁷⁰. O seu objeto admite como ponto de partida o conceito de “economia-mundo”.

⁸⁶⁴ Ulysses Telles Guariba Netto, *Leitura da obra de Lucien Febvre e Marc Bloch nos Annales*. Tese de Doutorado, Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, 1973.

⁸⁶⁵ Pedro Eduardo Portilho Nader, *O tempo que se conta: a nova história tal como ela se faz*. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, USP, 2000.

⁸⁶⁶ Rosângela de Lima Vieira, *Fernand Braudel: a relação entre o método historiográfico e o conhecimento histórico*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, 2002.

⁸⁶⁷ Luís Corrêa Lima. *Fernand Braudel e o Brasil - vivência e brasilianismo (1935-1945)*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, UNB, 2004.

⁸⁶⁸ Guilherme da Silva Ribeiro, *Espaço, Tempo e Epistemologia no século XX: a Geografia na Obra de Fernand Braudel*. Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, UFF, 2008.

⁸⁶⁹ Rodrigo Bianchini Cracco, *A longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel: de sua tese 'O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II' até o artigo 'História e Ciências Sociais: A longa duração' (1949-1958)*. Dissertação de Mestrado, Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, 2009.

⁸⁷⁰ Felipe Amin Filomeno, *Brasil e Argentina nos quadros da economia-mundo capitalista: dívida externa e política econômica (1870-1930)*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2006.

Neste mesmo ano, 2006, Miriam Kaminishi defendeu dissertação de mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, intitulada *O Comportamento monetário na economia-mundo capitalista entre os séculos XVII-XVIII: a contribuição da periferia atlântica-sul*⁸⁷¹. Sua pesquisa está fundamentada na obra de Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein.

Anos antes, em 1991, Fernanda Peixoto Massi defendeu na Universidade Estadual de Campinas a dissertação de mestrado sobre a missão francesa no Brasil, destacando seus principais integrantes; Braudel foi parte importante de seu objeto⁸⁷².

Jales Dantas Costa, em 2002, defendeu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Uma análise da criação do mundo moderno à luz da origem e funcionamento da economia-mundo européia (1150-1640): um debate entre Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein*⁸⁷³. A pesquisa foi orientada pelo Prof. Dr. Pedro Antonio Vieira, curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

Felipe Amin Filomeno, em 2003, defendeu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Caracterização das crises financeiras dos ciclos sistêmicos de acumulação da economia-mundo capitalista*⁸⁷⁴. A pesquisa foi orientada pelo Prof. Dr. Pedro Antonio Vieira, curso de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

Larissa Alves de Lira, orientada pelos professores Lincoln F. Secco e Antonio Carlos Robert Moraes, desenvolveu trabalho no campo da disciplina de geografia; a concepção de espaço no pensamento braudeliano⁸⁷⁵.

Estes pesquisadores atualmente participam de grupos de estudos registrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁸⁷⁶.

⁸⁷¹ Miriam Kaminishi, *O Comportamento monetário na economia-mundo capitalista entre os séculos XVII-XVIII: a contribuição da periferia atlântica-sul*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2006.

⁸⁷² Fernanda Peixoto Massi, *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1991.

⁸⁷³ Jales Dantas Costa, *Uma análise da criação do mundo moderno à luz da origem e funcionamento da economia-mundo européia (1150-1640): um debate entre Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein*. Trabalho de Conclusão de Curso, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2002.

⁸⁷⁴ Felipe Amin Filomeno, *Caracterização das crises financeiras dos ciclos sistêmicos de acumulação da economia-mundo capitalista*. Trabalho de Conclusão de Curso, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2003.

⁸⁷⁵ Larissa Alves de Lira [autor] & SECCO, Lincoln [orient.]. *Relatório de pesquisa: A Concepção de Espaço de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo*. São Paulo: FAPESP, 2005-2007; Larissa Alves de Lira. [autor] & MORAES, Antonio C. R. [orient.]. *Relatório de pesquisa: A Concepção de Espaço de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo e suas Relações com a Geografia de Vidal de La Blache*. São Paulo: CNPq, 2007-2008.

⁸⁷⁶ José Carlos Reis, Grupo de estudos: “Teoria e história da historiografia” (PUCRS), Ano de formação CNPq: 2002, voltado para estudos de teoria e metodologia da história e historiografia geral e do Brasil; Rosângela de Lima Vieira, Grupo de estudos: “Estudos da Globalização” (UNESP), Ano de formação CNPq: 2000, voltado para estudos gerais sobre o capitalismo e ordem do trabalho; Luís Correa Lima: Grupo de estudos: “Teoria, História e Historiografia” (UNB), Ano de formação CNPq: 1997, voltado para teoria e metodologia da história; Guilherme da Silva Ribeiro, Grupo de estudos: “Núcleo de Pesquisa Espaço e Economia” (UERJ), Ano de formação CNPq: 2008, voltado para pesquisas teóricas e empíricas acerca das implicações entre o espaço e a economia; Rodrigo Bianchini Cracco, Grupo de estudos: “Direitos Humanos no Estado Democrático de Direito, Interdisciplinariedade e Efetivação Possível”

Verifica-se também a existência de um instituto com o nome do autor: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. Fundado em 1987 em São Paulo é coligado institucionalmente a uma organização privada de ensino. Não se trata de um instituto voltado para estudos da obra do autor. Verifica-se que não há coerência de suas finalidades com os propósitos teóricos da obra braudeliana. Fernand Braudel era um anti-capitalista, no entanto no site da instituição consta que:

“Com nosso nome homenageamos Fernand Braudel (1902-85), grande historiador francês, um dos fundadores da Universidade de São Paulo. *Seu trabalho celebra o poder do mercado como força no desenvolvimento humano*”⁸⁷⁷.

*** **

Carlos Antonio Aguirre Rojas elaborou uma bibliografia intelectual do historiador francês Fernand Braudel (1902-1985). Aguirre Rojas a incluiu em seu livro *Tempo, duração e civilização. Percursos braudelianos*, publicado em 2001. Republicou-a em *Fernand Braudel e as Ciências Humanas* de 2003⁸⁷⁸.

Esta bibliografia comentada de Aguirre Rojas destaca os livros mais importantes de Fernand Braudel bem como de autores que escreveram sobre Braudel.

Menciona 30 livros de autoria de Braudel, incluindo as novas edições e os novos formatos ou edições de conjunto de textos.

Cita 8 livros coletivos de autores que pesquisaram a obra de Braudel.

Cita 10 revistas que publicaram partes ou números inteiros de textos de autoria de Braudel.

(UEMS), Ano de formação CNPq: 2010, voltado para estudos em Direitos Humanos; Larissa Alves de Lira, Grupo de estudos: “Grupo de Estudos Fernand Braudel”, Ano de formação CNPq: 2006, voltado para estudos da obra Fernand Braudel e autores análogos. Os pesquisadores Fernanda Peixoto Massi, Ulysses Telles Guariba Netto e Pedro Portilho Nader não estão vinculados a nenhum grupo de estudos registrados na base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Felipe Amin Filomeno, Jales Dantas Costa e Miriam Kaminishi são membros do grupo de estudos GPEPSM-UFSC, Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Larissa Alves de Lira é integrante do Grupo de Estudos Fernand Braudel, Universidade de São Paulo, USP.

⁸⁷⁷ “O Instituto Braudel é uma iniciativa pioneira formada em 1987 em São Paulo por um grupo de economistas, empresários, lideranças públicas e jornalistas, buscando formas de superar os problemas institucionais que inibem o desenvolvimento humano na América Latina. Estimulamos criatividade e liderança. O Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial conduz pesquisas, debates públicos e ações sociais que propõem soluções para os problemas institucionais do Brasil e da América Latina. Com nosso nome homenageamos Fernand Braudel (1902-85), grande historiador francês, um dos fundadores da Universidade de São Paulo. ***Seu trabalho celebra o poder do mercado como força no desenvolvimento humano***. A composição de sua obra-prima, *O Mediterrâneo e O Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*, começou em São Paulo e foi concluída quando ele era prisioneiro de guerra na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial”. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. <http://pt.braudel.org.br/o-instituto/sobre/> ; acesso em 21.06.11 (grifo nosso).

⁸⁷⁸ Carlos A. Aguirre Rojas, *Tempo, Duração e Civilização. Percursos Braudelianos*. Trad. Sandra Trabucco Valezuela. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões da Nossa Época, v. 89); Carlos A. Aguirre Rojas, *Fernand Braudel e as Ciências Humanas*. Trad. Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2003.

E cita 144 trabalhos individuais sobre a obra e a figura de Fernand Braudel.

A este importante levantamento bibliográfico de Aguirre Rojas adicionamos uma lista de trabalhos, sendo muitos deles publicados após o trabalho deste autor. Cf. nas seções anexas.

Neste nosso levantamento, somado ao levantamento de Aguirre Rojas, concluímos que há:

No exterior: 4 teses ou dissertações sobre Braudel - 1 na Universidade de Santiago de Compostela (1994); 1 na Université Catholique de Louvain (1992); 1 na Universidade de Berlim (1991); 1 na Università degli Studi di Roma (1982).

54 periódicos científicos que dedicaram um número inteiro ou parte dele a Braudel.

232 livros ou artigos individuais sobre Braudel.

No Brasil: 6 teses de doutorado⁸⁷⁹ sobre Braudel - 1 Universidade Federal Fluminense (2008); 1 Universidade de Brasília (2004); 1 Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002); 1 Universidade de São Paulo (2000). As outras 2 teses estão justificadas, cf. nota rodapé 879.

5 Dissertações de Mestrado – 1 na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009); 2 Universidade Federal de Santa Catarina (2006); 1 Universidade de São Paulo (1995); 1 Universidade Estadual de Campinas (1991).

4 Dissertações de Iniciação Científica – 2 Universidade de São Paulo [(2005-2007), (2007-2008)]⁸⁸⁰; 2 Universidade Federal de Santa Catarina (2002, 2003).

108 livros ou artigos individuais sobre Braudel.

Das publicações realizadas no Brasil, conclui-se que:

Levantamos 108 trabalhos publicados no Brasil relacionados à obra de Fernand Braudel, sendo que deste total 7 autores são estrangeiros e 89 são brasileiros. Os autores estrangeiros publicaram 20

⁸⁷⁹ Na seção dedicada as teses sobre a obra de Braudel defendidas no Brasil, incluímos a tese de GUARIBA NETTO, Ulysses Telles. *Leitura da obra de Lucien Febvre e Marc Bloch nos Annales*. Tese de Doutorado, Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, 1973. Esta tese não adota como objeto a obra braudeliana, mas aborda boa parte das questões de interesse do nosso objeto. Incluímos também a tese REIS, José Carlos. *Philosophie et historiographie. Le lieu épistémologique et le temps historique des "Annales"*. Tese de Doutorado, Louvain, Université Catholique de Louvain, 1992. [Publicação no Brasil, 'Nouvelle histoire' e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994]. A tese de Reis (1992) foi defendida fora do Brasil, mas por ser ele brasileiro a citamos tanto na seção das teses defendidas no exterior quanto na seção de teses defendidas em universidades brasileiras.

⁸⁸⁰ Os dois relatórios da Universidade de São Paulo (USP) são de um mesmo autor: LIRA, Larissa Alves de. [autor] & MORAES, Antonio C. R. [orient.]. *Relatório de pesquisa: A Concepção de Espaço de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo e suas Relações com a Geografia de Vidal de La Blache*. São Paulo: CNPq, 2007-2008; LIRA, Larissa Alves de. [autor] & SECCO, Lincoln [orient.]. *Relatório de pesquisa: A Concepção de Espaço de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo*. São Paulo: FAPESP, 2005-2007.

trabalhos de pesquisa, enquanto os autores brasileiros publicaram 88 trabalhos entre artigos e livros. Deste total, 74 foram publicados entre 2000-2011, 25 entre 1990-1999, 6 entre 1980-1989, 2 entre 1970-1979, 0 entre 1960-1969, e 1 entre 1950-1959. Cf. abaixo.

Estes dados se não são a prova cabal, evidencia nossa hipótese de crescimento do interesse de novos pesquisadores no Brasil pela obra do autor.

Listamos também neste levantamento bibliográfico as 48 obras principais de autoria de Fernand Braudel, em suas edições originais. Cf. abaixo, seção anexa.

I - Principais publicações de Fernand Braudel (edições originais)

BRAUDEL, Fernand. *Les écrits de Fernand Braudel. L'histoire au quotidien*. Paris: Fallois, 2001. [Orgs. Paule Braudel & Roselyne de Ayala].

_____. *Les memoires de la Mediterranee: prehistoire et antiquite*. Paris: Editions de Fallois, 1998.

_____. *Les écrits de Fernand Braudel. Les Ambitions de l'Histoire*. Paris: Fallois, 1997. [Orgs. Paule Braudel & Roselyne de Ayala].

_____. *Les écrits de Fernand Braudel. Autour de la Méditerranée*. Paris: Fallois, 1996. [Orgs. Paule Braudel & Roselyne de Ayala].

_____. *Ecrits sur l'histoire II*. 2ª Ed. Paris: Flammarion, 1990 (Collection Champs No. 304).

_____. *L'Identité de la France*. Paris: Flammarion, 1990, 4 Vols. (Tomo I “Espace et histoire”; Tomo II “Les hommes et les choses”; Tomo III “Estado, cultura e sociedade”; Tomo IV “A França fora da França”).

_____. *Le modele italien*. Paris: Arthaud, 1974/c1989.

_____. *Les débuts de la Révolution à Bar-le-Duc*. Verdun: O.C.C.E, 1989. (Cole. Dossiers Documentaires Meusiens).

_____. *Out of Italy*. Paris: Flammarion, 1989.

_____. *Grammaire des civilisations*. Paris: Arthaud-Flammarion, 1987. [Título original: *Le monde actuel*, publicado em 1963].

_____. *II Secondo Rinascimento. Due secoli e tre Italie*. Turim: Einaudi, 1986.

_____. *Une leçon d'histoire de Fernand Braudel* (Châteauvallon, Journée Fernand Braudel, 16 octobre 1985), Paris: Arthaud-Flammarion, 1986. [video internet: <http://ha.ina.fr/economie-et-societe/education-et-enseignement/video/RAC85000545/la-lecon-d-histoire-de-fernand-braudel-a-chateauvallon.fr.html>, 25 de setembro 2010].

_____. *Discours de réception de M. Fernand Braudel à l'Académie Française et réponse de M. Maurice Druon*. Paris: Arthaud, 1986.

_____. *Une leçon d'histoire. Colloque de Châteauvallon (1985)*. Paris: Arthaud, 1986.

_____. *La Méditerranée, l'espace et l'histoire*. Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1986, vol. 1.

_____. *La Méditerranée, les hommes et héritage*. Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1986, vol. 2.

_____. *La dynamique du capitalisme*. Paris: Flammarion, 1985.

_____. *La dynamique du capitalisme*. Paris: Arthaud, 1985.

- _____. BOXER, Charles R. & Roberto Barchiesi. *Oltremare. Codice casanatense 1889. Viaggi, avventure, conquiste dei portoghesi nelle Indie*. Milan: Códice Casanatense/Franco Maria Ricci, 1984.
- _____. *Venise, photographies de Folco Quilici*. Paris: Arthaud, 1984.
- _____. (Org.). *Le monde de Jacques Cartier*. Paris: Berger-Levrault, 1984.
- _____. (Org.) *L'Europe*. Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1982.
- _____. “Civilisation et Culture. Les splendeurs de l'Europe” in: BRAUDEL, Fernand (Org.). *L'Europe*. Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1982.
- _____. *La Méditerranée et le monde méditerranéen a l'époque de Philippe II*. 4ª Ed., Paris: Armand Colin, 1979, 2 Vols. (Parte I “La part du milieu”; Parte II “Destins collectifs et mouvements d'ensemble”; Parte III “Les événements, la politique et les hommes”).
- _____. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Armand Colin, 1979, 3 Vols (Tomo I, “Les structures du quotidien”. Paris: Armand Colin, 1967/1979; Tomo II “Les jeux de l'échange”. Paris: Armand Colin, 1979; Tomo III “Le temps du monde”. Paris: Armand Colin, 1979).
- _____. “En guise de conclusion”. *Review*, 1, 3-4 (1978): 243-261.
- _____. *La Méditerranée*. Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1977.
- _____. *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*. Baltimore/Londres: John Hopkins University Press, 1977. (Publicado em francês em 1985 sob o título *La dynamique du capitalisme*).
- _____. *La Méditerranée et le monde méditerranéen a l'époque de Philippe II*. 3ª Ed., Paris: Armand Colin, 1976, 2 Vols. (Parte I “La part du milieu”; Parte II “Destins collectifs et mouvements d'ensemble”; Parte III “Les événements, la politique et les hommes”).
- _____. “Personal Testimony”. *Journal of Modern History*, 44, 4 (December 1972): s/p.
- _____. *Ecrits sur l'Histoire*. Paris: Flammarion, 1969.
- _____. “Histoire et sciences sociales. La longue durée”. In BRAUDEL, F. *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969.
- _____. *La historia y las ciencias sociales*. Madri : Alianza, 1968. [O original é em espanhol, publicação em francês em 1969, sob título *Ecrits sur l'histoire*].
- _____. *Civilisation matérielle et capitalisme (XVe-XVIIIe siècle)*. Paris: Armand Colin, 1967.
- _____. *La Méditerranée et le monde méditerranéen a l'époque de Philippe II*. 2ª Ed., Paris: Armand Colin, 1966, 2 Vols. (Parte I “La part du milieu”; Parte II “Destins collectifs et mouvements d'ensemble”; Parte III “Les événements, la politique et les hommes”).
- _____. *Le monde actuel, histoire et civilisations*. Paris: Armand Colin, 1966.

_____. “Carlo V” In F. Braudel, *I protagonisti della Storia universale. Economie, società, civiltà*. Milan: Edizione Dedalo, 1965, p. 113-140.

_____. & S. Baille, P. R. Phillipe. *Le monde actuel*. Belin: S/Ed., 1963. [Reeditado em 1987 com o título *Grammaire des Civilisations*. Paris: Arthaud-Flammarion, 1987].

_____. & P. Jeannin, J. Meuvret, R. Romano. “Le déclin de Venise auXVII siècle” In: *Aspetti e cause della decadenza econômica veneziana nel secolo XVII*. (Atti del convegno: 27 giugno - 2 luglio 1957). Venise/Roma, (1961): 23-86.

_____. “European Expansion and Capitalism: 1450-1650” In J. J. Spielvogel, *Western Civilization*. 1ª Ed. New York: Thomson Wadsworth, 1961, pp. 245-288.

_____. “Histoire et sciences sociales. La longue durée”. *Annales E. S. C.* “Debats et Combats”, 4, (Octobre-Décembre 1958): pp. 725-753.

_____. “Histoire et sociologie” In Gurvitch, G. (Org.) *Traité de sociologie*. Paris: PUF, 1958.

_____. “Pedagogia da história”. Palestra no Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, IEUSP, 1936. *Revista de História*. São Paulo, vol. 11, nº 23 (julh-set, 1955): 3-21.

_____. & R. Romano. *Navires et marchandises à l'entrée du port de Livourne (1547-1611)*. Paris: Armand Colin, 1951.

_____. *La Méditerranée et le monde méditerranéen a l'époque de Philippe II*. 1ª Ed. Paris: Armand Colin, 1949, 2 Vols. (Parte I “La part du milieu”; Parte II “Destins collectifs et mouvements d'ensemble”; Parte III “Les événements, la politique et les hommes”).

_____. *La Méditerranée et le monde méditerranéen a l'époque de Philippe II*. Paris, Thèse de Doctorat, l'Université Paris-Sorbone (Paris IV), 1947.

_____. “Les Espagnols et l'Afrique du Nord de 1492 à 1577”. *Revue africaine*, s/v (1923): 184-233.

_____. “Les trois premières années de La Révolution à Bar-le-Duc”. *Le Réveil de la Meuse*, s/v (1922/1923): s/ p.

II. Principais publicações no exterior sobre a obra de Fernand Braudel

II.A -Teses e dissertações

BEISSWINGERT, Charlotte. *Nouvelle histoire ancienne. Zu werk und wirkung Fernand Braudels, vor allem in der Geschichtsschreibung der Bundesrepublik*. Dissertação de Mestrado. Universidade Livre de Berlim, 1991.

GOBERNA FALQUE, Juan Ramón. *Fernand Braudel: el concepto de civilización*. Tesis de Licenciatura em Historia. Facultade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, 1994.

MORAWSKY, Paolo. *Fernand Braudel, il metodo storico e la VI Section de l'Ecole Pratique des Hautes Etudes*. Tese de Licenciatura. Universita degli Studi di Roma, 1982.

REIS, José Carlos. *Philosophie et historiographie. Le lieu épistémologique et le temps historique des "Annales"*. Tese de Doutorado, Louvain, Université Catholique de Louvain, 1992.

II.B - Revistas e periódicos científicos

ANNALES HSS, 1, Paris (2001). [Texto de R. Bin Wong “Entre monde et nation: les régions braudéliennes em Asie”].

ANNALES ESC, 241, 1, Paris (1992). [Texto de Paule Braudel “Origines intellectuelles de Fernand Braudel”].

ANNALES ESC, ano 41, n. 1, Paris (1986). [Texto de homenagem, “Fernand Braudel 1902-1985”].

ANNALES ESC, ano 41, n. 6, Paris (1986). [Texto de Bernard Lepetit, “Espace et Histoire. Hommage à Fernand Braudel”].

ANNALES ESC, v. 36, n. 1, Paris (1981): 3-15. [Texto de Jean-Claude Perrot, “Le présent et la durée dans l'oeuvre de Fernand Braudel”].

ANNALES ESC, n. 3, Paris (mai-jun, 1971). [Texto de André Burguière, “Histoire et Structure”].

CAHIERS VILFREDO PARETO, n. 15, Genebra (1968). [Texto de Pierre Chaunu, “La pensée globale en histoire”].

CAHIERS INTERNACIONAUX DE SOCIOLOGIE, 5, 13, Paris (1952). [Texto de Claude Lefort, “Histoire et sociologie dans l'oeuvre de Fernand Braudel”].

COMPARATIV, v. 3, n. 1-2, Leipzig (1993). [Texto de Charlotte Beisswingert. “Lire ‘La Méditerranée’”].

- CRÍTICA MARXISTA*, n. 1, Itália (1987). [Texto de Maurice Aymard, “L’Italia-mondo nell’opera di Braudel”].
- CUADERNOS POLÍTICOS*, v. 1, n. 48, México (1986). [Texto de Carlos Antonio Aguirre Rojas, “Hacer la historia, saber la historia: entre Marx y Braudel”].
- CUESTINOS DE FILOSOFIA*, ano 1, n. 2-3, Buenos Aires (1962). [Texto de Túlio Halperin Donghi, “Historia y larga duración. Examen de um problema”].
- ESPRIT*, n. 111, Paris (fev. 1986). [Texto de Claude Lévi-Strauss, “Fernand Braudel”].
- HISTORY*, 59 (1974): 238-43. [Texto de Geoffrey Parker, “Braudel's 'Mediterranean': the making and marketing of a masterpiece”].
- HISTORY AND THEORY*, v. 18 (1979). [Texto de Hans Kellner, “Disorderly conduct: Braudel’s Mediterranean Satire”].
- INCHIESTA*, v. XIV, n. 63-64, Bari: Dédalo (jan-jun. 1984). [Textos de Fernand Braudel, livro *I tempi della storia. Economie, società, civiltà*. Bari: Dédalo, 1986].
- ISTOR*, n. 4, Atenas (1992). [Inclui duas entrevistas sobre a obra braudeliana, uma de Maurice Aymard e outra de Peter Burke].
- ITINERÁRIO*, v. 5, n. 2, Leyden (1981). [Conjunto de textos de Fernand Braudel].
- IZTAPALAPA*, n. 36, México (1995). [Texto de Bernard Lepetit, “Los Annales, hoy”].
- IZTAPALAPA*, n. 36, México (1995). [Texto de Erato Paris, “La génesis intelectual de la obra de Fernand Braudel. El Mediterráneo... en Argelia (1924-1932)”].
- JORNAL DE LETRAS, ARTES E IDEIAS*, n. 182, Lisboa (dez. 1985-jan. 1986). [Texto de Vitorino Magalhães Godinho, “Evocação de Fernand Braudel”].
- JOURNAL OF ECONOMIC HISTORY*, n. 11 (1951). [Texto de Bernard Bailyn, “Braudel’s Geohistory – a Reconsideration”].
- JOURNAL OF EUROPEAN ECONOMIC HISTORY*, v. 1, n. 2 (1972). [Texto de Maurice Aymard, “The Annales and french historiography”].
- JOURNAL OF HISTORICAL GEOGRAPHY*, v. 16, n. 1 (1990). [Texto de Bernard Lepetit, “Event and structure: the Revolution and the french urban system. 1700-1840”].
- JOURNAL OF MODERN HISTORY*, n. 4, Chicago (Dez. 1981). [Texto de J. H. Hexter & TREVOR-ROPER, H. R. “Braudel and the ‘monde braudelien...’”].
- JOURNAL OF MODERN HISTORY*, v. 44, n. 4, Chicago (Dez. 1972). [Inclui o único texto autobiográfico de Braudel intitulado “Personal Testimony”. Este texto também se encontra no *Ecrits Sur l’histoire II*. Paris: Flammarion, 1990].
- JOURNAL OF MODERN HISTORY*, v. 44, n. 4, Chicago (Dez, 1972). [Texto de Hugh Trevor-Roper & Jack H. Hexter sobre Fernand Braudel].

LA JORNADA SEMANAL, n. 72, México (28. out. 1990). [Texto de Carlos Antonio Aguirre Rojas, “Fernand Braudel y la ‘invención’ de América”].

LA JORNADA SEMANAL, n. 67, México (23. ago.1992). [Suplemento cultural, “Perfil de Fernand Braudel”].

LA NOUVELLE CRITIQUE, n. 3, Paris (1951). [Texto de Jacques Blot. “Le révisionnisme en histoire ou l’école des Annales”].

LE NOUVEL OBSERVATEUR, Paris, n. 6-12 (dez. 1985). [Inclui a última entrevista concedida por Fernand Braudel].

L’HISTOIRE, 192 (1995): 83-4. [Texto de Jacques Revel, “(Braudel) était un écrivain”].

L’HISTOIRE, 192, (out. 1995). [Texto/Enquete “Fault-il brûler Braudel?”].

MAGAZINE LITTÉRAIRE, n. 212, Paris (Nov. 1984). [Textos de Fernand Braudel].

MEDITERRANEAN HISTORICAL REVIEW, v. 2, n. 1 (1987). [Texto de Maurice Aymard, “Fernand Braudel, the Mediterranean and Europe”].

PARIS (janvier 1994): 19-20. [Texto de Bernard Lepetit, “La longue durée au présent, communication présentée aux deuxièmes journées braudeliennes”].

PASSATO E PRESENTE. RIVISTA DI STORIA CONTEMPORANEA, n. 12, Florencia (1986). [Texto de Maurice Aymard, “La storia inquieta di Fernand Braudel”].

PAYSAGES DÉCOUVERTS, II, Paris (1993). [Texto de Bernard Lepetit, “Remarques sur la contribution de l’espace à l’analyse historique”].

REVISTA DE HISTORIA ECONÓMICA, ano IV, n. 1, Madri (1986). [Texto de Felipe Ruiz Martín, “Fernand Braudel”].

REVIEW, v. XXIV, n. 1, Binghamton (2001). [Atas das Quintas Jornadas Braudelianas].

REVIEW, v. XXIV, n. 1. Binghamton (2001). [“Braudel and the US. Interlocuteurs valables? Special issue.”].

REVIEW, v. XV, n. 2, Nova York (1992). [Texto de Carlos Antonio Aguirre Rojas, “Between Marx and Braudel: making history, kowing history”].

REVIEW, v. XV, n. 4 (1992). [Texto de Immanuel Wallerstein, “The West, capitalism, and the modern world-system”].

REVIEW, v. VI, n. 4 (1983). [Texto de Lászlo Makkai, “Ars Historica. On Braudel”].

REVIEW, n. II-III, New York (1978). [Atas do Colóquio Inaugural do *Fernand Braudel Center*, da *State University of New York at Binghamton*, dirigido por Immanuel Wallerstein. Contém “Em guise de conclusão”, texto que dá continuidade ao “Personal Testimony”].

REVIEW, n. I, New York (1978): 101-18 [Texto de Krzysztof Pomian, “Impacto f the Annales School in Eastern Europe”].

REVISTA DEL OCCIDENTE, v. 1, n. 152 (1994): 65-80. [Texto de Carlos Martínez Shaw “Fernand Braudel: el cenit de la escuela de los Annales”].

REVUE HISTORIQUE, 203 (1950). [Texto de Lucien Febvre, “Um livre qui grandit: la Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II”].

SPACES TEMPS, n. 34-35, Paris (1987). [Texto de François Dosse, “O traje novo do presidente Braudel”. Trad. De Ivone Castilho Benedetti, integra o livro *A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001].

SPACES TEMPS, n. 34-35, Paris (1986). [Inclui duas entrevistas sobre a obra braudeliana, uma de Marc Ferro e outra de Immanuel Wallerstein].

STORIA DELLA STORIOGRAFIA, 30, Itália (1996): 31-56. [Texto de Erato Paris, “L’époque brésilienne de Fernand Braudel (1935-1937) et les origines intellectuelles de La Méditerranée et le méditerranéen à l’époque de Philippe II”].

STORIA DELLA STORIOGRAFIA, 32, Itália (1977): 71-98. [Texto de Erato Paris, “L’Esprit des Annales à travers sa pédagogie et la correspondance entre Lucien Febvre e Marc Bloch”].

THE AMERICAN HISTORICAL REVIEW, v. 86, n. 1, EUA (fev, 1981): 63-105. [Texto de Samuel Kinser, “Annaliste paradigm? The geo-historical structuralism of Fernand Braudel”].

THE AMERICAN HISTORICAL REVIEW, 76, EUA (1971). [Texto de Edmund Morgan, “The Labor Problem in Jamestown, 1607-18”].

II.C – Livros e artigos acadêmicos

AGUIRRE ROJAS, Carlos A. *La Escuela de los Annales: ayer, hoy, mañana*. México: Contrahistorias, 2005.

_____. *Fernand Braudel et les sciences humaines*. França: Editorial L’Harmattan, 2004.

_____. *Die ‘Schule’ der Annales. Gestern, heute, morgen*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, 2004.

_____. *Uma história dos Annales 1921-2001*. Maringá: Eduem, 2004.

_____. *Fernand Braudel et les sciences humaines*. Paris: L’Harmattan, 2004.

_____. *La Escuela de los Annales. Ayer, hoy, mañana*. 2ª Ed. Tabasco, Villahermosa: Universidad “Juárez” Autónoma de Tabasco, 2002.

_____. “Braudel in latin American and the U. S.: A Different Reception”. *Review (Fernand Braudel Center)*. Vol. 24, nº 1, *Braudel and the U.S.: Interlocuteurs valables?* (2001), pp. 25-46 (article consists of 22 pages).

- _____. *L'Histoire Conquérante. Un regard sur l'historiographie française*. Paris: L'Harmattan, 2000.
- _____. *Ensayos braudelianos*. Rosario: Manuel Suárez Editor, 2000.
- _____. *Fernand Braudel und die modernen Sozialwissenschaften*. Leipzig: Leipziger Universitätsverlag, 1999.
- _____. "La vision braudelienne sur le capitalisme antérieur à la Révolution Industrielle". *Review*, v. XXI, n. 1, 1999.
- _____. *La escuela de los Annales. Ayer, hoy mañana*. Barcelona: Montesinos, 1999.
- _____. *Braudel a debate*. Caracas, Fondo Editorial Tropykos, 1998.
- _____. *Braudel a debate*. México: JGH, 1997, pp. 69-87.
- _____. et al. *Mediterrâneo e capitalismo*. Savona: Marco Sabatelli, 1997. [Atas da Terceira Jornada Braudeliana].
- _____. "Die 'longue durée' im Spiegel". *Comparativ*, ano 6, n. 1, 1996.
- _____. "A longa duração". *Revista de História das Idéias*, n. 18, Coimbra, 1996.
- _____. "Synchronisation et désynchronisation des mouvements historiques: un essai d'explication braudélienne de la rupture historique de 1989". *Social Science Information/Information sur les Sciences Sociales*, v. 35, n. 4, 1996.
- _____. *Braudel y las ciencias humanas*. Barcelona: Montesinos, 1996.
- _____. et al. *Segundas Jornadas Braudelianas*. México: Instituto Mora/UAM Iztapalapa, 1995. [Textos de Carlos Antonio Aguirre Rojas, Bernard Lepetit, Pierre Dockes, Jacques Revel, Maurice Aymard, Marteen Prak, Giovanni Levi, Emiliano Fernández de Pinedo].
- _____. "A longa duração no espelho". *Margem*, n. 4, São Paulo, 1994.
- _____. "(Re) construyendo la biografía intelectual de Fernand Braudel". *Obradoiro de historia moderna*, n. 3, Santiago de Compostela, 1994.
- _____. *Los Anales y la historiografía latinoamericana*. México: UNAM, 1993.
- _____. et al. *Primeiras Jornadas Braudelianas*. México: Instituto Mora, 1993. [Textos de e Carlos Antonio Aguirre Rojas, Ruggiero Romano, Bolívar Echeverría, Immanuel Wallerstein, Paule Braudel, Maurice Aymard].
- _____. "Fernand Braudel. Semblanza Intelectual". *La Jornada Semanal*, n. 167, México, ago. 1992.
- _____. "Fernand Braudel y la 'invención' de América". *La Jornada Semanal*, n. 72, México, Out. 1990.

- _____. "Hacer la historia, saber la historia: entre Marx y Braudel". *Cuadernos Políticos*, n. 48, México, 1986.
- ARCANGELI, Bianca & Giovanni Muto (Orgs.). *Fernand Braudel: il mestiere di uno storico*. Nápoles, Scientifiche italiane, 1988.
- ARRIGHI, Giovanni. *The long twentieth century*. Londres/Nova Iorque: Verso, 1994.
- AURELL, Jaume. "Autobiographical Texts as Historiographical Sources: Rereading Fernand Braudel and Annie Kriegel." *Biography*, 29, 3 (2006): 425–445.
- AYMARD, Maurice. *Autour de F. Braudel*. Perpignan: Presses universitaires de Perpignan, 2002.
- _____. "Preface de Maurice Aymard". In: *Les écrits de Fernand Braudel. Les Ambitions de l'Histoire*. Paris: Fallois, 1997.
- _____. "Preface". In: *Les écrits de Fernand Braudel. Autour de la Méditerranée*. Paris: Fallois, 1996.
- _____. et al. *Braudel e l'Italia*. Prato: Ed. De la Comune di Prato, 1988. [Textos de A. Tenenti, M. Aymard, e outros].
- _____. "Fernand Braudel, the Mediterranean and Europe". *Mediterranean Historical Review*, v. 2, n. 1, 1987.
- _____. "L'Italia-mondo nell'opera di Braudel". *Crítica Marxista*, n. 1, 1987.
- _____. "Braudel enseigne l'histoire". In: BRAUDEL, F. *Grammaire des civilisations*. Paris: Arthaud, 1987.
- _____. "La storia inquieta di Fernand Braudel". *Passato e Presente. Rivista di storia contemporanea*, n. 12, Florência, 1986.
- _____. "Presentazione". In: BRAUDEL, F. *II Secondo Rinascimento. Due secoli e tre Italie*. Turim: Einaudi, 1986.
- _____. "Braudel". In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R. & REVEL, J. (Orgs.). *Diccionario La nueva historia*. Bilbao: Mensajero, 1984.
- _____. "The Annales and french historiography". *Journal of European Economic History*, v. 1, n. 2, 1972.
- BARGUIERE, André. *L'Ecole des Annales*. Paris : Odile Jacob, 2006.
- BEISSWINGERT, Charlotte. "Lire 'La Méditerranée'". *Comparativ*, v. 3, n. 1-2, Leipzig, 1993.
- BENNASAR, Bartolomé & Lucille Bennassar. *Les chrétiens d'Allah*. Paris : Perrin, 1989.
- BLOT, Jacques. "Le révisionnisme en histoire ou l'école des Annales". *La Nouvelle Critique*, n. 3, Paris, 1951.

- BONNAUD, Robert. *Histoire et historiens depuis 68*. Paris: Kimé, 1997.
- BOURDE, Guy & MARTIN, Hervé. *Les Écoles Historiques*. Paris : Points Seuil, 1997.
- _____. “A escola dos Annales”. IN: BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1990.
- BRAUDEL, Paule. & AYALA, Roselyne de (Orgs.). *Les écrits de Fernand Braudel*. (Volume I, 1996, *Autour de la Méditerranée*; volume II, 1997, *Les ambitions de l'histoire*; volume III, 2001, *L'histoire au quotidien*). Paris: Editions de Fallois, c1996/c2001.
- _____. “Comment Fernand Braudel a écrit La méditerranée”. *L'Histoire*, 207 (1997): 84-9.
- _____. “Braudel antes de Braudel”. *Primeras Jornadas Braudelianas*. México: Instituto Mora, 1993.
- _____. “Les origines intellectuelles de Fernand Braudel: un témoignage”. *Annales ESC*, 47, 1 (1992): 237-44.
- BURKE, Peter. *The French Historical Revolution: The Annales School 1929–89*. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- CARMIGANI, Paul. *Autour de F. Braudel*. Perpignan: Presse Universitaire de Perpignan, 2002.
- CARRARD, Philippe. *Poetics of the New History: French Historical Discourse from Braudel to Chartier*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992.
- _____. “Figuring France: The Numbers and Tropes of Fernand Braudel”. *Diacritics*, 18, 3 (1988): 2–19.
- CEDRONIO, Marina. “Profillo delle ‘Annales’ attraverso le pagine delle ‘Annales’”. In: *Storiografia francese di ieri e di oggi*. Nápoles: Guida, 1977.
- CHAUNU, Pierre, “La Méditerranée c'est Braudel”. *L'Histoire*, s/v (juillet/ôût 1992): 71-3.
- _____. “La pensée globale en histoire”. *Cahiers Vilfredo Pareto*, n. 15, Genebra, 1968.
- CHESNAUX, Jean. “Fazemos tabula rasa do passado?”. México: século XXI, 1977.
- COUTAU-BÉGARIE, H. *Le phénomène "Nouvelle histoire": stratégie et idéologie des nouveaux historiens*. Paris: Economica, 1982.
- DAT, John. “Fernand Braudel and the rise of capitalism”. *Social Research*, 47 (1980): 507-518.
- DEVOTO, Fernando. “Itinerário de um problema: Annales y la historiografia argentina (1929-1965)”. *Anuário Del IEHS*, n. 10, Tandil, 1995.
- _____. *Entre Taine y Braudel*. Buenos Aires: Biblos, 1992.
- _____. “Prólogo”. In: *Braudel y la renovación historiográfica*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991.

DOCKES, Pierre. "The birth of concepts of the trading space in the 17th and 18th centuries". *Journal of the History of Economic Thought*, 12 (1990): 124-145.

DOSSE, Francois. DELACROIX, Christian & Patrick Garcia. *Les courants historiques en France*. Paris: Armand Colin, 1999.

_____. *New History in France: The Triumph of the Annales*. 2ª Ed. Illinois: University of Illinois Press, 1994. (a 1ª edição francesa é de 1987).

_____. *L'histoire en miettes des "Annales" à la "nouvelle histoire*. Paris: La Découverte, 1987. (publicado no Brasil em 1992, Ed. Ensaio).

DUFAY, François. "Faut-il brûler Fernand Braudel?". *L'Histoire*, 192 (1995): 78-80.

DUMOULIN, Olivier. "La méthode Braudel". *L'Histoire*, 192 (1995): 81-2.

_____. "Conjoncture" In Burguière, A. *Dictionnaire des sciences historiques*. Paris: Press Universitaires de France, 1986.

ECHEVERRÍA, Bolívar. *La modernidad de lo barroco*. México, Era, 1998.

_____. *Valor de uso y utopia*. México: Siglo XXI, 1998.

_____. *Las ilusiones de la modernidad*. México: UNAM/El Equilibrista, 1995.

FEBVRE, Lucien. "Un livre qui grandit: La Méditerranée et le monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II". *Revue historique*, 203 (1950): 216-24.

FERRO, Marc. *La colonización. Uma historia global*. México: Siglo XXI, 2000.

_____. *Histoires de Russie et d'ailleurs*. Paris: Balland, 1990.

_____. *L'histoire sous surveillance*. Paris: Calmann-Lévy, 1985.

FONTANA, Josep. "A reconstrução III- A Escola dos Annales". IN: *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998. pp. 203-215.

_____. *Historia. Análisis Del pasado y proyecto social*. Barcelona: Crítica, 1982.

_____. Ascenso y decadencia de la escuela de los "Annales". IN: *Hacia una nueva historia*. Madrid: Akal, 1976. pp. 109-127.

FORSTER, R. "Fernand Braudel" In: *New Palgrave: a Dictionary of Economics*, 1 (1987): 272-73. London: Macmillan, 1987.

FOUCAULT, Michel. *La arqueología del saber*. México: Siglo XXI, 1985.

FOURQUET, François. "Villes et economies-monde selon Fernand Braudel". In: *Les Annales de la recherche urbaine*, n. 38, 1988.

_____. *Braudel et Marx*, maio, 1987. (mimeo.)

- FRITZ, Ronald. "A Frenchman's way to historical knowledge: Fernand Braudel's Civilization and Capitalism 1400-1800" *Lamar Journal of the Humanities*, 12, vol 1 (1986): 59-68.
- FURET, François. "Beyond the Annales". *Journal of Modern History*, 55 (1983): 389-410.
- GARCÍA CÁRCEL, Ricardo. *La leyenda negra. Historia y opinión*. Madri: Alianza, 1992.
- _____. *Historia de Cataluña. Siglos XVI-XVII*, 2 v. Barcelona: Ariel, 1985.
- GEMELLI, Giuliana. *Fernand Braudel*. Paris: Editions Odile Jacob, 1995.
- _____. *Fernand Braudel e l'Europa universale*. Veneza: Marsilio, 1990.
- _____. "Le 'Annales' nel secondo dopoguerra: um paradigma?" In: *La storiografia contemporânea. Indirizzi e problemi*. Milão: Mondadori, 1987.
- GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- _____. "Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito", in GINZBURG, C., *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 249-279.
- _____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *History, rethoric, proof*. Hannover: Brandeis University Press, 1999.
- _____. *Occhiacci di legno*. Milão: Feltrinelli, 1998.
- _____. "Microhistoria: dos o três cosas que sé de ella". *Entrepassados*, n. 8, Buenos Aires, 1995.
- _____. *Mitos, emblemas, indicios. Morfología e historia*. Barcelona: Gedisa, 1994.
- _____. *Historia nocturna*. Barcelona: Muchnick, 1991.
- _____. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- _____. *El queso y los gusanos*. Barcelona: Muchnick, 1981.
- _____. "Roots of a Scientific Paradigm". *Theory and Society*, 8 (1979).
- GOBERNA FALQUE, Juan Ramón. *Civilización: historia de uma idea*. Santiago de Compostela. Universidad de Santiago de Compostela, 1999.
- _____. *Fernand Braudel: el concepto de civilización*. Tesis de Licenciatura em Historia. Faculdade de Xeografía e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, 1994.
- _____. "La cofradía de los historiadores. Estudio de los mecanismos institucionales de la Escuela de los Annales durante la Era Braudel". *Historia y crítica*, v. IV, Santiago de Compostela, 1994.

- GOUBERT, Pierre. *Un parcours d'historien. Souvenirs 1915-1995*. Paris: Fayard, 1996.
- GRENIER, Jean-Yves. *L'économie de l'ancien regime. Un monde de l'échange et de l'incertitude*. Paris: Albin Michel, 1996.
- HALPERIN DONGHI, Túlio. "Historia y larga duración. Examen de um problema". *Cuestiones de Filosofia*, ano 1, n. 2-3, Buenos Aires, 1962.
- HARRIS, Olivia. "Braudel: Historical Time and the Horror of Discontinuity". *History Workshop Journal*, 57 (2004): 161–174.
- HARSGOR, Michael. "Braudel's sea revisited". *Mediterranean Historical Review*, nº 1, v. 2 (1986): 135-57.
- HEXTER, J.H. & TREVOR-ROPER, H. R. "Fernand Braudel and the Monde Braudélien...". *Journal of Modern History*, 44, 4 (1972): 480-539.
- HOWARD, M.C. "Fernand Braudel on capitalism: a theoretical analysis". *Historical Reflections/Réflexions historiques*, 12, v. 3 (1985): 469-483.
- HUFTON, Olwen. "Fernand Braudel". *Past and Present*, 112 (Aug. 1986): 208–213.
- HUNT, Lynn. "French History in the Last Twenty Years: the Rise and Fall of the Annales Paradigm". *Journal of Contemporary History*, 21, 2 (1986): 209–224.
- IGGERS, Georg. *Historiography in the twentieth century*. Hanover: Wesleyan University Press, 1997.
- _____. *New directions in european historiography*. Hanover: Wesleyan University Press, 1984.
- JORLAND, G. "Fernand Braudel et la révolution industrielle". *Critique*, 481-2 (1987): 506-530.
- KAPLAN, Steven Laurence. "Long-Run Lamentations: Braudel on France". *The Journal of Modern History*, 63, 2 (Jun. 1991): 341-353.
- KELLNER, Hans. "Disorderly conduct: Braudel's Mediterranean satire". *History and Theory*, 18, v. 2 (1979): 197-222.
- KINSER, Samuel. "Annaliste Paradigm? The Geo-historical Structuralism of Fernand Braudel". *American Historical Review*, 86, 1, (1981): 63–105.
- _____. "Capitalism enshrined: Braudel's triptych of modern economic history". *Journal of Modern History*, 53, v. 4 (1981): 673-682.
- KLENGEL, Susanne. "Der Atlantik im zeitalter von Gilberto Freire, Fernand Braudel und Carlos Fuentes: begebnungen, lektüren, kommentare". *Neue Romania*, n. 17, Berlin, 1996.
- KNIGHT, Melvin M. "The geohistory of Fernand Braudel". *Journal of Economic History*, 10 (1950): 212-16.

- KOENIGSBERGER, H.G. "Fernand Braudel and the Mediterranean". *The Listener*, 3 (Jan. 1974): 10-12.
- KULA, Witold. "Storia ed economía: la lunga durata". In: *La storia e le altre scienze sociali*. Bari: Laterza, 1974.
- LABROUSSE, Ernst. "En guise de toast à Fernand Braudel: aux vingt-cinq ans de la" In E. Labrousse (Org.) *Méditerranée, Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel*. Paris: Privat, 1972, vol. I, pp. 7-17.
- LAI, Cheng-Chung. *Braudel's Historiography Reconsidered*. Maryland: University Press of America, 2004.
- _____. "Braudel's Concepts and Methodology Reconsidered." *European Legacy*, 5, 1 (2000): 65-86.
- LEFORT, Claude. "Histoire et sociologie dans l'oeuvre de Fernand Braudel". *Cahiers internationaux de sociologie*, 7 (1952): 122-31.
- LE GOFF, Jacques. "Tiempos breves, tiempos largos". In: *Lo maravilloso y lo cotidiano en el occidente medieval*. Barcelona: Gedisa, 1985.
- LEPETIT, Bernard. "Les Annales. Portrait de groupe avec revue". In: *Une école pour les sciences sociales*. Paris: EHESS/Editions du Cerf, 1996.
- _____. "Le présent de l'histoire". In: *Les formes de l'expérience*. Paris: Albin Michel, 1995.
- _____. "Los Annales, hoy". *Iztapalapa*, n. 36, México, 1995.
- _____. "La longue durée au présent, communication présentée aux deuxièmes journées braudeliennes". *Paris* (janvier 1994): 19-20.
- _____. "Remarques sur la contribution de l'espace à l'analyse historique". *Paysages Découverts*, II, 1993.
- _____. "Event and structure: the Revolution and the french urban system. 1700-1840". *Journal of Historical Geography*, v. 16, n. 1, 1990.
- _____. *Les villes dans la France moderne. 1740-1840*. Paris: Albin Michel, 1988.
- _____. "Espace et Histoire. Hommage à Fernand Braudel". *Annales E.S.C.*, ano 41, n. 6, 1986.
- _____. *Chemins de terre et voies d'eau. Réseaux de transports, organisation de l'espace*. Paris: EHESS, 1984.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. "La séduction de la mer intérieure". *L'Histoire*, 51 (1992): 71-2.
- _____. "Braudel le novateur". *L'Express*, de 6 a 12 dez. 1985.
- _____. *Paris-Montpellier. P.C-P.S.U. 1945-1963*. Paris: Galimard, 1982

_____. "Lire le capitalisme". *Le Monde*, Paris, 14 dez. 1979.

LEVI-STRAUSS, Claude. "Fernand Braudel". *Esprit*, n. 111, Paris, fev. 1986.

LOVETT, A.W. "Braudel: total history for beginners". *Historical Journal*, 26. v 3 (1983): 747-753.

MAGALHÃES GODINHO, Vitorino. *Do ofício e da cidadania*. Lisboa: Távola Redonda, 1989.

_____. "Evocação de Fernand Braudel". *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n. 182, dez. 1985-jan. 1986.

MAIRET, Gérard. *Le discours et l'historique*. Paris: Mame, 1974.

MAKKAI, Lászlo. "Ars Historica. On Braudel". *Review*, v. 6, n. 4, 1983.

MATTINGLY, G. "Braudel's La Méditerranée". *American Historical Review*, 55 (October 1949): 349-51.

MAZON, Brigitte. *Aux origines de l'E.H.E.S.S. Le rôle Du mécénat américain*. Paris: Cerf, 1988.

McLENNAN, Gregor. "Braudel and the Annales paradigm". In: *Marxism and the methodology of History*. Londres: Gresham Press, 1981.

Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel. Paris: Privat, 2 volumes, 1972 (tome I : "Histoire économique du monde méditerranéen, 1450-1650" ; tome II : "Méthodologie de l'Histoire et des sciences humaines").

MIDDELL, Matthias. "Die unendliche Geschichte". In: *Alles Gewordene hat Geschichte. Die Schule der Annales in ihren Texten*. Leipzig: Reclam, 1994.

MOLHO, Anthony. "Like ships passing in the dark: Reflections on the reception of La Méditerranée in the U.S". *Review*, 24, 1 (2001): 139-62.

MOON, David. *Fernand Braudel and the Annales*, <http://www.scribd.com/doc/185264/Fernand-Braudel-and-the-Annales-School>, 25 de set., 2010
http://www.strath.ac.uk/Departments/History/s_adams/annales.htm, 25 de set., 2010.

MORAWSKY, Paolo. *Fernand Braudel, il metodo storico e la VI Section de l'École Pratique des Hautes Etudes*. Tese de Licenciatura. Università degli Studi di Roma, 1982.

MORINEAU, Michel. "Un grand dessein: civilisation matérielle, économie et capitalism (XVe-XVIII siècle)". *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, (1981): 624-668.

NOIRIEL, Gerard. "Les Annales, le non conformisme et le mythe de l'éternelle jeunesse". In NOIRIEL, Gerard. *Sur la "crise" de l'histoire*. Paris: Éditions Belin, 1996, pp. 261-286.

NORA, Pierre. "Le retour de l'événement" In Le Goff & P. Nora, *Faire de l'histoire*, vol. 1: 210-28.

NORTH, Douglass . "Comment on Robert Forster 'Achievements of the Annales School'". *Journal of Economic History*, 38, 1 (1978): 77-80.

PARIS, Erato. *La gnese intellectuelle de l'oeuvre de Fernand Braudel: La Mditerrane et Le monde mditerranen l'poque de Philippe II (1923-1947)*. Atenas: Institut de Recherches nohellniques, 1999.

_____. "L'poque brsilienne de Fernand Braudel (1935-1937) et les origines intellectuelles de La Mditerrane et le mditerranen l'poque de Philippe II". *Storia della Storiografia*, 30 (1996): 31-56.

_____. "La gnesis intelectual de la obra de Fernand Braudel. El Mediterrneo... en Argelia (1924-1932)". *Iztapalapa*, n. 36, Mxico, 1995.

_____. "L'Esprit des Annales travers sa pdagogie et la correspondance entre Lucien Febvre e Marc Bloch". *Storia della Storiografia*, 32, (1977): 71-98.

PARKER, Geoffrey. "Braudel's 'Mediterranean': the making and marketing of a masterpiece". *History*, 59 (1974): 238-43.

PELLICANI, Luciano. *Le sorgenti della vita*. Roma: SEAM, 1997.

_____. *Saggio sulla genesi del capitalismo*. Carnago: Sargarco Edizioni, 1992.

PERROT, Jean-Claude. "Le prsent et la dure dans l'oeuvre de Fernand Braudel". *Annales ESC*, 36, 1 (1981): 3-15.

POMIAN, Krzysztof. "A histria das estruturas". In LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (Orgs.). *A nova histria*. Coimbra: Almedina, 1990.

_____. "L'heure des Annales". In: NORA, P. *Les lieux de mmoire*. Paris: Gallimard, 1986.

_____. *L'ordre du temps*. Paris: Gallimard, 1984.

_____. "Impacto f the Annales School in Eastern Europe". *Review*, 1 (1978): 101-18.

PONIATOWSKA, Elena. "Entrevista a Fernand Braudel". In: *Todo Mxico*, t. V. Mxico: Diana, 1999. [Talvez a primeira entrevista publicada de Fernand Braudel, no jornal *Excelsior*, da Cidade do Mxico, out. 1953].

POPPER, Karl. *The Poverty of Historicism*. London: Routledge, 1961.

QUAINI, Massimo. *Tra geografia e storia. Un itinerario nella geografia umana*. Bari: Cacucci, 1992.

RANCIERE, Jacques. *Los nombres de la historia*. Buenos Aires: Nueva Visin, 1993.

RAPHAEL, Lutz. *Die Erben von Marc Bloch und Lucien Febvre. Annales Geschichtsschreibung und nouvelle histoire in Frankreich 1945-1980*. Stuttgart: Klett-Cotta, 1994.

_____. "Le Centre de Recherches Historiques de 1949 1975". *Cahiers Du Centre de Recherches Historiques*, n. 10, 1993.

RAPP, Richard. "The unmaking of the Mediterranean trade hegemony: international trade rivalry and the commercial revolution". *Journal of Economic History*, 35, 3 (1975): 499-525.

REVEL, J. et al. *Fernand Braudel et l'histoire*. Paris: Hachette, 1999. [Introdução e seleção de textos de Jacques Revel].

_____. & Natal Wachtel (Orgs.). *Une école pour les sciences sociales. De la VI Section à l'École des hautes Etudes en Sciences Sociales*. Paris: EHESS/Editions Du Cerf, 1996.

_____. "(Braudel) était un écrivain". *L'Histoire*, 192 (1995): 83-4.

RIBEIRO, Guilherme da S. "Modernidade e espaço, pós-modernidade e mundo a crise da geografia em tempos de globalização". *Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X coloquios Internacional de Geocrítica*. Universidade de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-scol/154.htm>>, acess. 30.jan.2011.

RICHET, Denis. "La place de Fernand Braudel dans l'historiographie d'aujourd'hui". *L'Histoire et ses méthodes. Travaux et Mémoires de la Maison Descartes d'Amsterdam*, n. 4, Lille, Presses Universitaires de Lille, 1982.

RICOUER, Paul. *Tiempo y narración*. t. 1, México: SIGLO XXI, 1995.

ROMANO, Ruggiero. *Braudel e noi*. Roma: Donzelli, 1995.

ROSENTAL, Paul-André. "Métaphore et stratégie épistémologique: la Méditerranée de Fernand Braudel". In: *Alter-Histoire. Essais d'histoire expérimentale*. Paris: s/ed., 1991.

RUIZ MARTÍN, Felipe. "Fernand Braudel". *Revista de Historia Económica*, ano IV, n. 1, 1986.

SAMMLER, Steffen & Matthias Middell. *Alles Gewordene hat Geschichte. Die Schule der Annales in ihren Texten*. Leipzig, Reclam, 1994.

SANTAMARIA, Ulysses & A. M. Bailey. "A Note on Braudel's Structure as Duration". *History and Theory*, 23, 1 (1984): 78-83.

SEGAL, André. "Pour une didactique de la durée". In: *Enseigner l'Histoire. Des manuels à la mémoire*. Berna: Peter Lung, 1984.

STOIANOVICH, Traian. "Social history: perspective of the Annales paradigm". *Review*, 1, ¾ (1978): 19-48.

_____. *The French Historical Method: the Annales paradigm*. London: Cornell University Press, 1976.

TENENTI, Alberto. "Le 'Annales' e la cultura materiale". *Comunità*, n. 191-192, 1990.

_____. "Lucien Febvre e Fernand Braudel Storici". *En la España Medieval*, n. 12, Madrid, 1989.

_____. "Fernand Braudel". In: *Novecento filosofico e scientifico. Protagonisti*. s/l, Marzorati, 1988.

_____. “I domini della lunga durata in Fernand Braudel”. In: *Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1987.

_____. “Braudel come um grande storico”. *II Globo*, Roma, 26 set. 1982.

TENENTI, Branislava. “Bibliographie des écrits de Fernand Braudel”. In: *Mélanges em l’honneur de Fernand Braudel: Méthodologie de l’histoire et des sciences humaines*. Toulouse: Privat Editeur, 1973, t. 2.

TREVOR-ROPER, H. R. & HEXTER, JACK. “Fernand Braudel, the Annales, and the Mediterranean”. *Journal of Modern History*, 44, 4 (1972): 468-79.

VÁZQUEZ GARCÍA, Francisco. *Estudios de teoria y metodologia Del saber histórico*. Cádiz: Universidade de Cádiz, 1989.

VERSCHAVE, François-Xavier. *Libres leçons de Braudel*. Paris: Syros, 1994.

VILLAR, Pierre. “La figura de Fernand Braudel”. In: *Pensar la historia*. México: Instituto Mora, 1992.

_____. “Historia marxista, historia em construcción”. In: *Economia, Derecho, Historia*. Barcelona: Ariel, 1983.

VOVELLE, Michel. “La historia y la larga duración”. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R. & J. Revel (Orgs.). *La nueva historia*. Bilbao: Mensajero, 1984.

_____. *Idéologies et mentalités*, Paris: English translation: *Ideologies and Mentalities*, Cambridge: Polity Press, 1982.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The end of the world as we know it. Social science for the twenty-first century*. Minneapolis/Londres, University of Minnesota Press, 1999.

_____. *Utopística o las opciones históricas del siglo XXI*. México: Siglo XXI, 1998.

_____. “Time and Duration: The Unexcluded Middle, or Reflections on Braudel and Prigogine”. *Thesis Eleven*, 54 (Aug. 1998): 79-87.

_____. & Terence Hopikins. *Abrir las ciencias sociales*. México: Siglo XXI, 1996.

_____. *Después del liberalismo*. México: Siglo XXI, 1996.

_____. *The age of transition, Trajectory of the world-system 1945-2025*. Nova York: Zed Books, 1996.

_____. *After liberalism*. New York: New Press, 1995.

_____. “Discutiendo en torno del sistema-mundo”. *La Jornada Semanal*, n. 299, México, mar. 1995.

_____. “El sistema mundial después de la Guerra fría”. *Jornada Semanal*, n. 240, México, jan. 1994.

_____. “Braudel sobre el capitalismo o todo al revés” In: *Primeras jornadas braudelianas*. México: Instituto Mora, 1993, pp. 71-83.

_____. “The West, capitalism, and the modern world-system”. *Review*, 15, 4 (1992): s/p.

_____. “Braudel on capitalism, or everything upside down”. *Journal of Modern History*, 63 (1991): 354-361.

_____. *Geopolitics and geoculture*. Cambridge: Cambridge University Press/ Maison des Sciences de l’Homme, 1991.

_____. *Unthinking social science*. Cambridge: Polity Press, 1991.

_____. *The modern world-system*. San Diego: Academic Press, 1989.

_____. et al. *Lire Braudel*. Paris: La Découverte, 1988. [Textos de I. Wallerstein, M. Morineau, M. Aymard, F. Fourquet, A. Caille, Ph. Steiner, F. Dosse e Y. Lacoste].

_____. “Braudel on capitalism and the market”. *Monthly Review*, v. XXXVII, n. 9, 1986.

_____. “Patterns and perspectives of the capitalist world-economy” In Wallerstein, I. (Org.) *The Politics of the World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, pp. 13-26 (chapter 2).

_____. *The politics of the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press/ Maison des Sciences de l’Homme, 1984.

_____. “Braudel, los Annales y la historiografía contemporánea”. *Historias*, n. 3, México, 1983.

_____. *The capitalist world-economy*. New York: Cambridge University Press/Maison des Sciences de l’Homme, 1979.

_____. *The Modern World-System*. New York: Academic Press, 1974/1989 (Tomo I, 1974, “Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century”; Tomo II, 1980, “Mercantilism and the consolidation of the European World Economy, 1600-1750; Tomo III, 1989, “The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s”).

WESSELING, H. L. “Fernand Braudel: verleden tijd”. *NRC Handelsblad*, Amsterdã, 9 dez. 1985.

III - Principais publicações no Brasil relacionadas à obra de Fernand Braudel

III.A - Teses e dissertações

Teses de doutorado

GUARIBA NETTO, Ulysses Telles. *Leitura da obra de Lucien Febvre e Marc Bloch nos Annales*. Tese de Doutorado, Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, 1973.

LIMA, Luís Corrêa. *Fernand Braudel e o Brasil - vivência e brasilianismo (1935-1945)*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, UNB, 2004.

NADER, Pedro Eduardo Portilho. *O tempo que se conta: a nova história tal como ela se faz*. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, USP, 2000.

REIS, José Carlos. *Philosophie et historiographie. Le lieu épistémologique et le temps historique des "Annales"*. Tese de Doutorado, Louvain, Université Catholique de Louvain, 1992. [Publicação no Brasil, 'Nouvelle histoire' e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994].

RIBEIRO, Guilherme da S. *Espaço, Tempo e Epistemologia no século XX: a Geografia na Obra de Fernand Braudel*. Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, UFF, 2008.

VIEIRA, Rosângela de Lima. *Fernand Braudel: a relação entre o método historiográfico e o conhecimento histórico*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, 2002.

Dissertações de mestrado

CRACCO, Rodrigo Bianchini. *A longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel: de sua tese 'O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II' até o artigo 'História e Ciências Sociais: A longa duração' (1949-1958)*. Dissertação de Mestrado, Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, 2009.

FILOMENO, Felipe Amin. *Brasil e Argentina nos quadros da economia-mundo capitalista: dívida externa e política econômica (1870-1930)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2006.

KAMINISHI, Miriam. *O Comportamento monetário na economia-mundo capitalista entre os séculos XVII-XVIII: a contribuição da periferia atlântica-sul*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2006.

MASSI, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1991.

NADER, Pedro Eduardo Portilho. *Os fatos que se contam*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, USP, 1995.

Dissertações de Iniciação Científica/Trabalhos de Conclusão de Curso

COSTA, Jales Dantas. *Uma análise da criação do mundo moderno à luz da origem e funcionamento da economia-mundo européia (1150-1640): um debate entre Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Economia). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Orientador: Pedro Antonio Vieira. 2002.

FILOMENO, Felipe Amin. *Caracterização das crises financeiras dos ciclos sistêmicos de acumulação da economia-mundo capitalista*. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Orientador: Pedro Antonio Vieira. 2003.

LIRA, Larissa Alves de. [autor] & MORAES, Antonio C. R. [orient.]. *Relatório de pesquisa: A Concepção de Espaço de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo e suas Relações com a Geografia de Vidal de La Blache*. São Paulo: CNPq, 2007-2008.

_____. [autor] & SECCO, Lincoln [orient.]. *Relatório de pesquisa: A Concepção de Espaço de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo*. São Paulo: FAPESP, 2005-2007.

III.B - Artigos, livros e resenhas

AGUIAR, Joselia. “Brasil à Francesa. Os anos brasileiros, entre as décadas de 1930 e 1940, marcaram a vida e a obra do historiador francês Fernand Braudel”. *Pesquisa FAPESP*, 168 (fevereiro 2010): 104-107.

AGUIRRE ROJAS, Carlos A. *Uma história dos Annales (1921-2001)*. Maringá: UEM, 2004.

_____. “A história da civilização latino-americana” In LOPES, Marcos A. *Fernand Braudel, tempo e história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 151-168.

_____. *Braudel, o Mundo e o Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

_____. *Fernand Braudel e as ciências humanas*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2003.

_____. “O capitalismo anterior à Revolução Industrial” In LOPES, Marcos A. *Fernand Braudel, tempo e história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 123-140.

_____. *Tempo, duração e civilização: percursos braudelianos*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Os annales e a historiografia francesa: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2000.

ARIENTI, Wagner Leal & FILOMENO, Felipe Amin. “Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi”. *Ensaio FEE* (Impresso), v. 28, p. 99-126, 2007.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Historiografia do Estruturalismo: invenção, reinvenção, desconstrução” In DOSSE, François. *História do Estruturalismo*. Bauru: Edusc, 2007.

_____. “O império da história”. *Revista de História*, 135 (1996): 169-177.

_____. “O Mediterrâneo de Braudel”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, 33, Tomo XXXIII (1984): 57-64.

AYMARD, Maurice. “A longa duração das civilizações” In LOPES, Marcos A. (Org.). *Fernand Braudel, Tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 101-110.

_____. “O homem e o historiador” In LOPES, Marcos A. (Org.). *Fernand Braudel, Tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 11-20.

AUED, Idaletto Malvezzi; CAMPANA, Samya. “Concepção de história em Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein: uma análise marxiana”. *Cadernos de História/UFOP*, Ano 1, nº 2 (set. 2005): 1-22.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia, a Escola dos Annales (1929-1989)*. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Unesp 1990.

_____. *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

COSTA SOUTO, Américo da. “Os vários ritmos da evolução histórica. Modelo didático baseado nas teorias de F. Braudel”. *Revista Educação e Ensino de Santa Catarina*, n. 1, Florianópolis, 1972.

DEAECTO, Marisa M. “Fernand Braudel e o estudo das cidades, suas rotas e hierarquias”. *História Revista* (UFG), 13 (2008): 71-93.

CAPELATO, Maria Helena R.; GLESE, Raquel & FERLINI, Vera Lúcia A. “Escola Uspiana de História”. In: *Produção Histórica no Brasil 1985/1995*. São Paulo: CNPq/USP/ ANPUH, 1995, pp. 15-26.

_____. “Escola Uspiana de História”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, nº 22 (set-dez, 1984): 349-358.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo. O canto do cisne. 1967 a nossos dias*. Vol 2. Bauru: Edusc, 2007.

_____. *História do Estruturalismo. O campo do signo. 1945/1966*. Vol 1. Bauru: Edusc, 2007.

_____. *História e Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. “O traje novo do presidente Braudel” In LOPES, Marcos A. (Org.). *Fernand Braudel, Tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 35-56.

_____. *A história à prova do tempo da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. *História em migalhas: dos Annales a nova história*. São Paulo: Ensaio, 1992.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. “Tempo e estrutura na unidade do mundo mediterrâneo”. In LOPES, Marco Antônio (Org.). *Braudel: tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 57-70.

_____. “Fernand Braudel e o mito da unidade estrutural”. In DOMINGUES, Ivan & Hugo Mari, Júlio Pinto (Orgs.). *Estruturalismo, Memória, Repercussões*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Diadorin, 1996, v. 1, pp. 253-263.

FILOMENO, Felipe Amin . “A crise Baring e a crise do Encilhamento nos quadros da economia-mundo capitalista”. *Economia e Sociedade* (UNICAMP. Impresso), v. 19, p. 135-171, 2010.

FREITAS, Sônia Maria de. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese, 1993.

JOLY, Fábio Duarte. “O Mediterrâneo antigo” In LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Fernand Braudel, Tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 141-150.

LACOSTE, Yves. *Ler Braudel*. Campinas: Papyrus, 1989.

LIMA, Luís Corrêa. *Fernand Braudel e o Brasil - vivência e brasilianismo (1935-1945)*. 1ª. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. “O Brasil Transforma Braudel”. *Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial*, São Paulo, SP, p. 1-7, 2005.

_____. “Braudel e o Brasil” In LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Fernand Braudel, Tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 169-182.

LIRA, Larissa Alves de. “Geografia das Fontes de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo” In BONFIM, P. R. A. & M. F. Souza (Org.), *Geografia e pensamento geográfico no Brasil*. São Paulo: Anablume/Geopo-Usp, 2010, pp. 227-237.

_____. “Geografia Braudeliana: a concepção de espaço de Fernand Braudel na primeira parte de O Mediterrâneo” In: *Anais do II Encontro Nacional do Pensamento Geográfico Brasileiro*. São Paulo, Geopo-Usp, 2009.

_____. “Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia”. *Confins (Paris)*, v. 2, p. 1, 2008.

_____. “Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia”, *Confins* [Online], 2 | 2008, posto online em 28 Março 2008. URL : <http://confins.revues.org/2592>; Acesso em 28.mar.2010.

_____. “O ‘modelo insular’: Ratzel e suas contribuições às idéias de Fernand Braudel sobre as origens do capitalismo”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, 13 (julho 2008): pp. 98-120.

_____. [autor] & MORAES, Antonio C. R. [orient.]. *Relatório de pesquisa: A Concepção de Espaço de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo e suas Relações com a Geografia de Vidal de La Blache*. São Paulo: CNPq, 2007-2008.

_____. [aut]. SECCO, Lincoln [orient.]. *Relatório de pesquisa: A Concepção de Espaço de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo*. São Paulo: FAPESP, 2005-2007.

LOPES, Marcos A. (Org.). *Fernand Braudel, Tempo e História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. “Um tempo para a história” in LOPES, Marcos Antônio (Org.). *Fernand Braudel, Tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 81-100.

MARTINEZ, Paulo Henrique . “Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP”. *Revista de História (USP)*, São Paulo, v. 146, n. 146, (2002): 11-27.

_____. & RICÚPERO, B. “Fernand Braudel resenha Caio Prado Júnior”. São Paulo - SP, 1999. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação).

_____. & RICÚPERO, B. “Fernand Braudel resenha Caio Prado Júnior”. *Praga. Estudos Marxistas*, n. 8, São Paulo, 1999.

_____. “Fernand Braudel ou o sorriso da história”. In: Paulo Henrique MARTINEZ; Afrânio Mendes CATANI. (Org.). *Sete ensaios sobre o Collège de France*. São Paulo: Cortez, 1999, v. 1, p. 31-42.

McNEILL, William. “Fernand Braudel, historiador”. *Braudel Papers*, n. 23. São Paulo, Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 1999.

MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/IDESP/FINEP, 1989, (2 vols.).

MOTA, Carlos Guilherme, “Uma trajetória: Lucien Febvre”, In MOTA, Carlos G. *Lucien Febvre: história*. 2ª ed., São Paulo: Ática 1992.

NADER, Pedro Eduardo Portilho. “Histórias adversas - a confrontação entre a história dos Annales e a chamada história positivista”. *Revista da USP*, São Paulo, 23 (1994): 62-67.

NOVAIS, Fernando. “Fernando Novais: Braudel e a ‘missão francesa’ [Entrevista]”. São Paulo, *Estudos Avançados IEA/USP*, 8, 22, (set/dez 1994): 161-166.

REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. *O desafio historiográfico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

_____. *História, a Ciência dos Homens no Tempo*. 2ª. ed. Londrina: Eduel, 2009.

_____. “História da História (1950/60). História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss”. *História da Historiografia*, 1 (2008): 8-18.

_____. *Nouvelle Histoire e o Tempo Histórico a Contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. *Escola dos Annales: a Inovação em História*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. “A temporalidade e os seus críticos” In Lopes, Marcos A. *Fernand Bruadel, tempo e história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 111-122.

_____. “Da História Global à História em Migalhas: o que se ganha, o que se perde?”. In PETERSEN, Silvia (Org.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: UFRS, 2000, v. 1, p. 195-227.

_____. *Escola dos Annales, a Inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. “Marxismos e Annales: Programas Históricos Antagônicos, Complementares ou Diferenciados?”. *Varia História*, Belo Horizonte, 19 (1999): 68-91.

_____. “Annales: A renovação teórico-metodológica da História”. In SAVIANI, D; J. L. Sanfelice (Org.). *História e História da Educação*. 1 ed. Campinas: Autores Associados, 1998, pp. 25-49.

_____. *Annales. A renovação da História*. Ouro Preto: UFOP, 1996.

_____. “O Conceito de Tempo Histórico em Ricoeur, Koselleck e Annales: uma articulação possível”. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, 23 (1996): 71-90.

_____. “Sobre a Identidade Ideológica dos Annales - A Polêmica e uma Hipótese”. *Revista de História (UNESP)*, Franca - São Paulo, 15 (1996): 111-128.

_____. “Les Annales: Un Tournant Critique”. *Revista de História Depto de História/UFOP*, Ouro Preto, 4 (1994): 27-39.

_____. *Nouvelle histoire e tempo histórico. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. “A Concepção do Tempo Histórico dos Annales”. *Varia História*, Belo Horizonte, 12 (1993): 14-29.

RIBEIRO, Guilherme da S. “Espaço e técnica como estruturas do cotidiano: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico”. *Investigaciones Geográficas - Instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México*, v. 74 (2011): 58-73.

_____. “Fernand Braudel e a geo-história das civilizações”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 18, (2011): 67-83.

_____. “A originalidade historiográfica de La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II e a concepção braudeliana de História”. *História da Historiografia*, v. 4 (2010): 125-144.

_____. “Turbulência histórica e fertilidade intelectual: uma leitura política da historiografia de Marc Bloch e Lucien Febvre”. *Anos 90* (UFRGS. Impresso), v. 17 (2010): 233-260.

_____. “A geografia na formação do território francês: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico (II)”. *Confins* (Paris), v. 10 (2010): 1-20.

_____. *Espaço, Tempo e Epistemologia no século XX: a Geografia na Obra de Fernand Braudel*. Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, UFF, 2008.

_____. “Modernidade e espaço, pós-modernidade e mundo a crise da geografia em tempos de globalização”. *Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X coloquios Internacional de Geocrítica*. Universidade de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-scol/154.htm>>, acess. 30.jan.2011.

_____. “Epistemologias Braudelianas: Espaço, Tempo e Sociedade na construção da Geo-História”. *GEOfographia* (UFF), v. 16 (2007): 87-114.

RIBEIRO, Renato Janine. “Vinte anos de Reflexão [Resenha da Obra: Braudel, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978]”. São Paulo, *Leia Livros*, 1, 4 (ago/set 1978): 6.

ROCHA, Antonio Penalves. “Tempo histórico e civilização material”. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Fernand Braudel. Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. “Fernand Braudel tempo histórico e civilização material. Um ensaio bibliográfico”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, Museu Paulista/USP, 3 (jan/dez 1995): 239-249.

RODRIGUES, Henrique Estrada. “Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 57 (2009): 165-186.

SALIBA, Elias Thomé. “Idéias de Braudel continuam polêmicas em seu centenário”. Estado de São Paulo. Caderno 2/Cultura. São Paulo, 25 ago. 2002.

_____. “Uma aventura dedicada a ‘grande história’. [Resenha da Obra: Daix, P. *Fernand Braudel, uma biografia*. Rio de Janeiro : Record, 1999. 656 p]”. São Paulo, *Jornal da Tarde* (01 maio 1999), *Caderno de Sábado*, p. 3D.

_____. “Braudel, visão multissecular”. São Paulo, *Estado de São Paulo* (28 set. 1991), p. 2.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Idéias de Braudel continuam polêmicas em seu centenário”. São Paulo, *Estado de São Paulo* (25 ago. 2002), *Caderno 2/Cultura/Personalidade*, p. 4.

_____. “Jornadas de Fernand Braudel”. São Paulo, *Jornal da Tarde* (19 ago 1989), p. 4.

SECCO, Lincoln. “As Rotas do Império Colonial Português. Geohistória (1850-1900)”. *Caminhos da História (UNIMONTES)*, 13 (2008): 53-67.

_____. “Geohistória”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, 13 (julho 2008): pp. 5-39.

_____. & M. M. DEAECTO. “Geohistória, de Fernand Braudel” (Tradução). São Paulo: Xamã, 2002.

SIMÕES DE PAULA, Eurípedes. “O nosso Programa”. *Revista de História*, São Paulo, v. 1, n. 1, (jan.-mar. 1950).

SOBRAL, Luís Felipe, “Van Eyck, Braudel, Sahlins: a longa duração”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 52, n. 1 (2009): 396-401.

SOUTO, Américo Augusto da Costa. “Fernand Braudel em três dimensões: dialética da duração, didática e geo-história”. *PerCursos*, Florianópolis, v. 4, n. 1 (jul. 2003): 9-23.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. “Notas Comparativas Sobre as Ondas Longas em Kondratiev, Braudel e Arrighi”. V Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo: a Economia-Mundo contemporânea: crise estrutural ou transição hegemônica? Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo (GPEPSM). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2011.

UMA Lição de História de Fernand Braudel. Trad. L. Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

VIEIRA, Rosângela de Lima. “Capitalismo na perspectiva histórica: globalização, cultura material e consumo”. In: 53º Congresso Internacional de Americanistas Los Pueblos Americanos Cambios Y Continuidades la Construcción de lo Proprio em um Mundo Globalizado, 2009, México. 53º ICA, 2009.

_____. (Org.) & CORSI, Francisco (Org.); MARANGONI, J. M. (Org.). *Dimensões da crise do capitalismo global: o Brasil e a crise da mundialização do capital*. Londrina: Editora praxis, 2009.

_____. “Globalização econômica e ocidentalização do mundo: um mesmo processo histórico”. In: XIX Encontro Regional de História, 2008, São Paulo. Anais do XIX Encontro Regional de História da ANPUH, 2008.

_____. (Org.) & CORSI, Francisco (Org.); ALVES, G. (Org.); CAMARGO, J. M. (Org.). *Dilemas da globalização: o Brasil e a mundialização do capital*. Londrina / Bauru: Editora Praxis, 2007. v. 01. 176 p.

_____. “Aspectos conjunturais e estruturais da globalização econômica”. In: VII Congresso Brasileiro de História Econômica, 2007, Aracajú / SE. VII Congresso Brasileiro de história econômica - CD - ROM, 2007.

_____. & CORSI, Francisco (Org.); MARANGONI, J. M. (Org.); PIRES, M. C. (Org.). *Economia, Relações Internacionais e Sociedade - Perspectivas do Capitalismo Global*. Londrina: Praxis, 2006. v. 01. 210 p.

_____. “A globalização econômica: diferentes leituras de um processo histórico”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 167, p. 101-110, 2006.

_____. “Globalização Econômica: leituras e paradoxos”. In: III Congresso de Pós-Graduação em História Econômica da Univerisidade de São Paulo, 2006, São Paulo. Anais do III Congresso de Pós-Graduação em História Econômica, 2006.

_____. “O capitalismo como fenômeno histórico”. In: VI Congresso Brasileiro de História Econômica, 2005, Conservatória - RJ. Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica, 2005.

_____. “A globalização econômica: um processo histórico de longa duração”. In: VI Simpósio de Filosofia e Ciência, 2005, Marília-SP. Coletânea de Textos do VI Simpósio de Filosofia e Ciência. Marília-SP : Faculdade de Filosofia e Ciências / UNESP, 2005.

_____. “Fernand Braudel um narrador sim”. Pós-História, Assis/SP, v. 8, p. 107-120, 2000.

_____. “A relação entre o documento e o conhecimento histórico”. Mimeses (Bauru), Bauru, v. 20, n. 1, p. 147-155, 1999.

BIBLIOGRAFIA

I - Bibliografia Primária

AGANBEGYAN, Abel G. *Perestroika: Le Double Defi Sovietique*. Paris: Economica, 1987.

AGUIAR, Josélia. “Brasil à Francesa. Os anos brasileiros, entre as décadas de 1930 e 1940, marcaram a vida e a obra do historiador francês Fernand Braudel”. *Pesquisa FAPESP*, 168 (fevereiro 2010): 104-107.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Uma história dos Annales (1929-2001)*. Maringá: EDUEM, 2004.

_____. *Braudel, o mundo e o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Fernand Braudel e as Ciências Humanas*. Londrina: Eduel, 2003.

_____. “O capitalismo anterior à Revolução Industrial”. In: LOPES, Marcos A. *Fernand Braudel, tempo e história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. *Tempo, duração e civilização. Percursos Braudelianos*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Braudel y las ciencias humanas*. Barcelona: Montesinos, 1996.

_____. “Dimensiones y alcances de la obra de Fernand Braudel”. *Primeras jornadas braudelianas*. México: Instituto Mora, 1993.

_____. “Between Marx and Braudel: making history, kowing history”. *Review*, Spring, 15, 2 (1992).

ALBIERI, Sara. “A questão da explicação em história”. Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. Assis: ANPUH/SP/UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.

ALMEIDA, Mauro W. B. “Relatividade, relativismo estrutural e estruturalismo: influencias de Einstein na Antropologia”. In: KNOBEL, Marcelo; SCHULZ, Peter (Orgs.). *Einstein. Muito Além da Relatividade*. Sao Paulo: Instituto Sangari, 2010: 123-142.

_____. “Pluralismo e relativismo nas sociedades humanas: o impacto das idéias de Einstein”. *Revista FAPESP, Exposição Einstein Unicamp* (25.Out. 2008): 1-14.

_____. “Simetria e entropia: sobre a noção de estrutura de Lévi-Strauss”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 42, n. 1-2 (1999). Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100010&lng=en&nrm=iso [access on 21 Nov. 2010.]

_____. “On Turner On Levi-Strauss”. *Current Anthropology*, EUA, v. 33, n. 1 (1992):60-63.

_____. “Symmetry And Entropy: Mathematical Metaphors In The Work Of Lévi-Strauss”. *Current Anthropology*, v. 31, n. 4 (1990):367-385.

ALTHUSSER, Louis. “Idéologie et appareils idéologiques d’état”. *La Pensée*, 151 (jun-1970):67-125.

_____. *Lire le Capital*. v. 2. Paris: Maspero, 1965.

ÁRIÉS, Philippe. *Um historiador diletante*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

ARISTÓTELES. *De Caelo*. Firenze: Sansoni, 1962.

_____. *Physica*. In: *The Basic Works of Aristotle*. New York: Random House, 1941.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Historiografia do Estruturalismo: Invenção, Reinvenção, Desconstrução” In: Dosse, François, *História do Estruturalismo*. Bauru: Edusc, 2007.

_____. “O Mediterrâneo de Braudel”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 33, Tomo XXXIII (1984):57-64.

ASHBY, William Ross. *Cibernética. An Introduction to Cybernetics*. Chapman & Hall, London, 1956.

AUED, Idaleto Malvezzi; CAMPANA, Samya. “Concepção de história em Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein: uma análise marxiana”. *Cadernos de História/UFOP*, Ano 1, nº 2 (set. 2005): 1-22.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. “La représentation du discours autre : un champ multiplement hétérogène”. *Actes du colloque: Le discours rapporté dans tous ses états*. Bruxelles, (novembre 2001).

_____. “Hetérogénité(s) énonciative(s)”. *Languages*, 73 (1984): 98-109.

_____. Hetérogénité montrée e Hetérogénité constitutive: éléments pour une approche de l’autre dans le discours. *DRLAV*, Paris, 26 (1982): 91-115.

AYMARD, Maurice. “A longa duração das civilizações”. In: LOPES, Marcos A. *Fernand Braudel. Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. *A intuição do instante*. Campinas, Verus Editora, 2007

BAILYN, Bernard. “Braudel’s Geohistory. A Reconsideration”. *Journal of Economic History*, 11 (1951):277-282.

BALIBAR, François. *Einstein. La joie de la pensée*. Paris: Gallimard, 1993.

- BALLET, René (Org.) et al.. *Estruturalismo e Marxismo*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1968.
- BARBIERI, Fábio. *História do Debate do Cálculo Socialista*. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2004.
- _____. *O processo de mercado na escola austríaca moderna*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001.
- BARBOSA, Wilson do Nascimento. “O Lugar da História Econômica entre as Ciências Sociais”. São Paulo, REPHE, n. 18 (ago-2009): 127-171.
- BARRETO, Márcio. *O anacronismo do Tempo: um debate atual entre Einstein e Bergson*. Tese de Doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- BARROS, José D'Assunção. “A escola dos Annales e a crítica ao historicismo e ao positivismo”. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 3, n. 1 (jan-jun 2010): 75-102.
- BENASSAR, Bartolomé. *Valladolid au siècle d’or. Une ville de Castille et as campagne au 16e siècle*. Paris, La Haye, Mouton et Cie, 1967.
- BENNET, Charles. “Demons, Engines and the Second Law”, *Scientific American*. 257, 5 (nov 1987): 88-96.
- BENVENISTE, Jacques. “Transfer of the molecular signal by eletronic amplification”. *FASEB Journal*, (1995): 9-A227.
- _____; DUCOT, B; SPIRA, A. “Memory of water revisited”. *Nature, Letter to the Editor*, 370, 6488 (1994): 322.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- _____. *Mélanges*. Paris, Presses Universitaires de France, 1972.
- _____. *Durée et simultanéité à propos de la théorie d’Einstein..* Paris : Presses Universitaires de France, 1968.
- BERKELEY, George. *Empirismo e idealismo platonico en el siglo XVIII*. Buenos Aires, Argentina: Mino y Davila, 2009.
- BITTENCOURT. Circe (org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.
- BLANC-PAMARD, CH.; RAISON, J. P. “Paisagem”. In: GIL, F. *Enciclopédia Einauldi*, 8: 138-160. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.
- BLOCH, March. *Les caractères originaux de l’histoire rurale française*. Paris: Armand Colin, 1999.
- _____. *Introdução à História* . 2. ed, Lisboa: Publicações Europa-América, 1997.

BÖDEKER, H.E, REILL, P.H. & SCHLUMBOHM, J. (Orgs.) *Wissenschaft als kutlerelle praxis, 1750-1900*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1999.

BÖHM-BAWERK, E. von. “The Historical vs the Deductive Method in Political Economy”, *Annals of the American Academy of political and Social Science*, 1 (1980): 267.

BOMAN, Thorleif. *Hebrew Thought Compared with Greek*. New York/London: WW Norton & Company, 1960.

_____. *Das hebräische Denken im Vergleich Mit dem Griechischen*. 1954.

BOSI, E. *Memória e Sociedade – Lembranças dos Velhos*. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 1987.

BOURBAKI, Nicolas. *Éléments d'histoire des mathématiques*. Paris, Hermann, 1960.

BOURDE, Guy; MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris: Points Seuil, 1990.

BOYLE, L. “Montaillou Revisited”. In: RAFTIS, J. A. *Pathways to Medieval Peasants*. Toronto: Universidade de Toronto, 1981.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, 3 vols.

_____. *Reflexões sobre a história*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Les écrits de Fernand Braudel III. L’histoire au quotidien*. Paris: Fallois, 2001.

_____. “À travers um continent d’histoire: L’Amerique Latine à propôs de l’oeuvre de Gilberto Freyre” [1943]. In: *Les écrits de Fernand Braudel III. L’histoire au quotidien*. Paris: Fallois, 2001. pp. 60-84.

_____. *Memórias do Mediterrâneo*. Lisboa: Terramar, 2001.

_____; BRAUDEL, Paule; AYALA, Roselyne de. “ Tomo III L’histoire au quotidien”. In: *Les ecrits de Fernand Braudel*. Paris: Editions de Fallois, 2001.

_____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Sécs. XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 3 vols.

_____. *Les memoires de la Mediterranee: prehistoire et antiquite*. Paris: Editions de Fallois, 1998.

_____. “ Les ambitions de l’histoire”. In: *Les ecrits de Fernand Braudel*. Paris: Editions de Fallois, 1997.

_____. “ Autour de la Méditerranée”. In: *Les ecrits de Fernand Braudel*. Paris: Editions de Fallois, 1996.

_____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, Sécs XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, 3 vols.

- _____. *Civilização material, economia e capitalismo, sécs. XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, 3 vols.
- _____. “Entrevista a Napoleão Sabóia”, *O Estado de São Paulo*, 26-11-1995, D5.
- _____. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- _____. “Unidad y diversidad de las ciencias Del hombre”. In: *Escritos sobre História*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- _____. “A França fora da França”. In: *L'Identité de la France*. Paris: Flammarion, 1990.
- _____. *Ecrits sur l'histoire II*. Paris: Flammarion, c1990.
- _____. “Espace et histoire”. In: *L'Identité de la France*. Paris: Flammarion, 1990.
- _____. “Estado, cultura e sociedade”. In: *L'Identité de la France*. Paris: Flammarion, 1990.
- _____. *História e Ciências Sociais*. 6ª ed. Lisboa: Presença, 1990.
- _____. “Les hommes et les choses”. In: *L'Identité de la France*. Paris: Flammarion, 1990.
- _____. *L'Identité de la France*. Paris: Flammarion, 1990.
- _____. *The Identity of France*. Paris: Flammarion, 1990.
- _____. *Gramática das Civilizações*. Lisboa: Teorema, 1989.
- _____. *Le modele italien*. Paris: Arthaud, 1989.
- _____. *Les débuts de la Révolution à Bar-le-Duc*. Verdun: O.C.C.E, 1989.
- _____. *Out of Italy*. Paris: Flammarion, 1989.
- _____. (Org.) *Os homens e a herança do Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1986.
- _____. *Grammaire des civilisations*. Paris: Arthaud-Flammarion, 1987.
- _____. *Discours de réception de M. Fernand Braudel à l'Académie Française et réponse de M. Maurice Druon*. Paris: Arthaud, 1986.
- _____. *II Secondo Rinascimento. Due Secoli e ter Italie*. Turim: Einaudi, 1986.
- _____. *Une leçon d'histoire de Fernand Braudel* (Châteauvallon, Journée Fernand Braudel, 16 octobre 1985), Paris: Arthaud-Flammarion, 1986. [video internet: <http://ha.ina.fr/economie-et-societe/education-et-enseignement/video/RAC85000545/la-lecon-d-histoire-de-fernand-braudel-a-chateauvallon.fr.html>, 25 de setembro 2010], 199.
- _____. Fernand Braudel, *Colóquio de Chateuavallon*, out. 1985.

- _____. *La dynamique du capitalisme*. Paris: Arthaud, 1985.
- _____. *La Dynamique du Capitalisme*. Paris: Flammarion, 1985.
- _____. “Entretien”. *Magazine littéraire*. Nov, 1984.
- _____. *Le monde de Jacques Cartier*. Paris: Berger-Levrault, 1984.
- _____. *Oltremare*. Milan: Códice Casanatense/Franco Maria Ricci, 1984.
- _____. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Dom Quixote, 1984, 2 vols.
- _____. “Primeiras Histórias. USP, 50 anos: lembranças de um pioneiro francês”. [Entrevista] *Revista Isto É*, fev. 1984.
- _____. *Venise, photographies de Folco Quilici*. Paris: Arthaud, 1984.
- _____. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Dom Quixote, 1983, 2 vols.
- _____. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983/84, 2 vols.
- _____. “Une parfaite réussite”. *L'histoire*, 21 (1980): 108-9.
- _____. *Afterthoughts on material life*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1979.
- _____. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Armand Colin, 1979.
- _____. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 4ªed. Paris: Armand Colin, 1979, 2 vols.
- _____. “Le temps du monde”. In: *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Armand Colin, 1979.
- _____. “Les jeux de l'échange”. In: *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Armand Colin, 1979.
- _____. “Les structures du quotidien”. In: *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*. Paris: Armand Colin, 1979.
- _____. “Em guise de conclusão”, *Review*, editado por Immanuel Wallerstein, Nova Iorque, vol. 1, nºs 3, 4 (1978): 243-261.
- _____. *Escritos sobre a História*. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- _____. *História e ciências sociais*. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, 1978.

- _____. *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*. Baltimore/Londres: John Hopkins University Press, 1977.
- _____. *La Méditerranée, l'espace et l'histoire*. Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1977.
- _____. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 3^{ed}. Paris: Armand Colin, 1976.
- _____. *História e ciências sociais*. Lisboa: Ed. Presença, 1972.
- _____. "Personal Testimony". *Journal of Modern History*, 44, 4 (December 1972): 448-467.
- _____. *Historia i trwainie*. Varsóvia: Czytelnik, 1971.
- _____. "A favor de uma economia histórica". *La historia y las Ciencias Sociales*. Madri: Alianza, 1970.
- _____. *Ecrits sur l'Histoire*. Paris: Flammarion, 1969.
- _____. *La historia y las ciencias sociales*. Madri: Alianza, 1968.
- _____. *Civilisation matérielle et capitalisme (XVe-XVIII^e siècle)*. Paris, Armand Colin, 1967.
- _____. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 2^{ed}. Paris: Armand Colin, 1966.
- _____. *Le monde actuel, histoire et civilisations*. Paris: Armand Colin, 1966.
- _____. *I protagonisti della Storia universale. Economia, società, civiltà*. Milan: Edizione Dedalo, 1965.
- _____; BAILLE, S.; PHILLIPE, P. R. *Le monde actuel*. Librairie Eugene Belin: S/Ed./ 1963.
- _____. "Les Annales vues de Moscou". *Annales E. S. C.* (1963).
- _____; JEANNIN, P.; MEUVRET, J.; ROMANO, R. "Le déclin de Venise auXVII siècle"
In: *Aspetti e cause della decadenza econômica veneziana nel secolo XVII*. (Atti del convegno: 27 giugno - 2 luglio 1957). Venice/Roma, (1961): 23-86.
- _____. "European Expansion and Capitalism: 1450-1650". In: *Chapters in Western Civilization*. Nova Iorque/Londres: Columbia University Press, 1961.
- _____. "European Expansion and Capitalism: 1450-1650" . In: SPIELVOGEL, J. J. *Western Civilization*. 1^a Ed. New York: Thomson Wadsworth, 1961.
- _____. "Histoire et sciences sociales. La longue durée". *Annales E. S. C.* "Debats et Combats", 4, (Octobre-Décembre 1958).
- _____. "Histoire et sociologie". In: GURVITCH, G. (Org.) *Traité de sociologie*. Paris: PUF, 1958.

_____. “Pedagogia da história”. *Revista de História*. São Paulo, vol. 11, nº 23 (julh-set, 1955): 3-21.

_____. *El Mediterraneo y el mundo mediterraneo em la época de Felipe II*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1953.

_____. *La Méditerranée et le monde méditerranéen a l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1949.

_____. *La Méditerranée et le monde méditerranéen a l'époque de Philippe II*. Paris, Thèse de Doctorat, l'Université Paris-Sorbone (Paris IV), 1947.

_____. “Les Espagnols et l'Afrique du Nord de 1492 à 1577”. *Revue africaine*, s/v (1928).

_____. “Les trois premières années de La Révolution à Bar-le-Duc”. *Le Réveil de la Meuse*, s/v (1922/1923).

_____; BRAUDEL, Paule; AYALA, Roselyne de. *Les écrits de Fernand Braudel*. Paris: Editions de Fallois, c1996/c2001.

_____. “L'histoire au quotidien”. In: *Les écrits de Fernand Braudel*. Paris: Editions de Fallois, 2001.

_____. “Les ambitions de l'histoire”. In: *Les écrits de Fernand Braudel*. Paris: Editions de Fallois, 1997.

_____. “Autour de la Méditerranée”. In: *Les écrits de Fernand Braudel*. Paris: Editions de Fallois, 1996.

BRUNHES, Alain. *Fernand Braudel: synthèse et liberté*. Paris: Josette Lyon, 2001.

BURGUIÈRE, André. “Histoire et structure”. *Annales ESC*. Paris: Armand Colin, 3 (mai/juin 1971).

_____. *Dictionnaire des sciences historiques*. Paris: Presses universitaires de France, 1986.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia, a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp 1998.

_____. *A Escola dos Annales 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. 7ª ed. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. *Escola dos Annales (1929-1989). A Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: EDUNESP, 1991.

_____. *A Escola dos Annales, 1929-1989, A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1990.

_____. *A Revolução Francesa da historiografia, a Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp 1990.

CAMARA JUNIOR, J. M. *Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

CANTIMORI, Delio. *Los historiadores y la historia*. Barcelona: Edicions 62, 1985.

CAPECK, Milic. *Bergson and Modern Physics*. Dordrecht: D. Reidel Publishing, 1971.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. C. “À l’origine de la colabration franco-brésilienne: une mission française à la Faculté de Philosophie de São Paulo”. In *Préfaces*, Paris, 14 (1989): 100-105.

CARANDINI, Andrea. *Archeologia e cultura materiale*. Bari: De Donato, 1979.

CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Tradu. Pedro Jordão. Lisboa: Teorema, 1981.

_____. *L’Historiographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1981.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de Teoria e Metodologia: Ensaios*. Bauru, Edusc, 2005.

_____. ; BRIGNOLI, Hector Pérez. *Os métodos da história. Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CARELLI, Mário. *Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas: Papirus, 1994.

CARNAP, R. *Introduction to semantics*. Cambridge: Harvard, 1942.

CASSIRER, Ernest. *Philosophie der symbolischen Formen* (t. II, *Das mythische Denken*, 1925).

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean. *Histoire de l’édition française*. Paris: Promodis-Cercle de la librairie, 1983-1986.

CHAUÍ, Marilena S. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2003.

_____. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. “Apresentação”. In: BOSI, E. *Memória e Sociedade – Lembranças dos Velhos*. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 1987.

CHAUNU, Pierre. “A Economia: Ultrapassagem e Prospectiva”. In: LE GOFF, J.; NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. “Le fils de la morte”. In: NORA, P. *Essais d’ego-histoire*. Paris: Gallimard, 1987.

_____. *Histoire quantitative, histoire sérielle*. Paris: A Collin, 1978.

_____. “Um nouveau champ pour l’histoire sérielle: le quantitatif au 3e niveau”. *Mélagens Braudel*, Toulouse: 1973.

_____. “L’histoire sérielle”. *Revue Historique*, 243 (1970): 20-27.

CHRISTÄLLER, Walter. *Die zentralen Orte in Süddeutschland*. Gustav Fischer: Jena, 1933.

CLAVAL, Paul. “The historical dimension of French Geography”. *Journal of Historical Geography*, 10 (1984): 236.

CRACCO, Rodrigo Bianchini. *A longa duração e as estruturas temporais em Fernand Braudel: de sua tese ‘O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II’ até o artigo ‘História e Ciências Sociais: A longa duração’ (1949-1958)*. Dissertação de Mestrado, Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, 2009.

CORBIN, Alain. “La naissance d’une tradition de gauche”. In: *Archaisme et modernité em Limousin au 19e siècle (1845-1880)*. Paris: s/Ed, 1975.

_____. “La rigidité des structures économiques, sociales et mentales”. In: *Archaisme et modernité em Limousin au 19e siècle (1845-1880)*. Paris: s/Ed, 1975.

DAILEADER, Philip; HALEN, Philip. *Historians 1900-2000: new historical writing in twentieth-century France*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

DAIX, Pierre. *Fernand Braudel. Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

DARTON, R. *Boêmia Literária e Revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

DAVIS, N. Z. “Les conteurs de Montaillou”. *Annales*, 34 (1979): 61-73.

DEBORD, Guy. *La société du Spectacle*. Paris: Buchet-Chastel, 1967.

DECROUX, Etienne. *Paroles sur le mime*. 2. ed. Paris: Gallimard, 1994.

DELUMEAU, Jean. *Vie économique et sociale de Rome dans la seconde moitié du 16e siècle*. Paris: Boccard, 1957.

DERRIDA, Jacques. *Positions*. Paris: Minuit, 1972.

DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aço. Os destinos das sociedades humanas*. 11ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo. Record, 2009.

DILTHEY, Wilhiem. *Dos escritos sobre hermenêutica el surgimiento de la hermenêutica y los esbozos para una crítica de la razón histórica*. Madri: Istmo, 2000.

DOBB, Maurice H. *La economía soviética*. Havana: Editorial, 1946.

DOBSCHÜTZ, Ernst Von. “Zeit und Raum im Denken der Urchristentums”. *Journal of Biblical Literature*, 41 (1922): 212.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo: O campo do signo (1945-1966)*. Bauru: Edusc, 2007.

_____. *História do Estruturalismo. O canto do cisne. 1967 a nossos dias*. Vol 2. Bauru: Edusc, 2007.

_____. *A História*. Bauru: Edusc, 2003.

_____. *História em migalhas: dos Annales a nova história*. São Paulo: EDUSC, 2003.

_____. “O traje novo do presidente Braudel”. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Fernand Braudel, Tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. *A história à prova do tempo. Da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. *A história em migalhas: dos Annales à nova história*. São Paulo: Ensaio, 1992.

_____. *Histoire Du structuralisme. I. Le Champ Du Signe*. Paris: La Découverte, 1991.

_____. *Histoire Du Strucuturalisme. II. Le Chant Du Cigne, de 1967 a nossos dias*. Paris: La Découverte, 1991.

DUBY, Georges. “Le plaisir de l’historien”. In: NORA, Pierre. *Essais d’ego-histoire*. Paris: Gallimard, 1987.

_____. *Guillermo El Mariscal*. Madrid: Alianza Ed.. 1985.

_____. *Les trois ordres ou limaginaire du feodalisme*. Paris: Gallimard, 1978.

_____. “Les sociétés médiévales. Une approche d’ensemble”. *Annales E. S. C.*, (jan-fev, 1971): 1-13.

_____. “Histoire des Mentalités” In: SAMARAN, C. L., *Histoires es ses Méthodes*. Paris: Gallimard, 1961.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DURSTELER, Eric R. “Fernand Braudel (1902-1985)”. In: DAILEADER, Philp; HALEN, Philip. *Historians 1900-2000: new historical writing in twentieth-century France*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. “Tempo e estrutura na unidade do mundo mediterrâneo: Fernand Braudel e as voltas da história”. In: LOPES, Marcos Antônio. *Fernand Braudel, Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ECHEVERRÍA, Bolívar. *Las ilusiones de la modernidad*. Mexico, D.F: Unam/El equilibrista, 1995.

_____. “El concepto de capitalismo em Braudel y em Marx”. *Primeras jornadas braudelianas*. México: Instituto Mora, 1993.

EDDINGTON, Arthur. *Espace, Temps et Gravitation. La théorie de la relativité généralisée dans ses grandes lignes*. Paris, Librairie Scientifique J. Hermann. 1921.

EHRARD, J.; PALMADE, G. P. *L'Histoire*. 2^aed., A. Colin, 1965.

EINSTEIN, Albert. *La Géométrie et l'expérience*. Paris: Gauthier Villars, 1921.

_____. *La Théorie de la Relativité restreinte et généralisée (mise à la portée de tout le monde)*. Paris, Gauthier – Villars, 1921.

_____. *Annalen der Physik*, vol.XVII, 1905.

ELIAS, NORBERT. *El proceso de la civilización*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

Œuvres de Karl Marx dans la Bibliothèque de la Pléiade. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1965.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa, Presença, 1986.

_____. Entrevista a Reali Júnior, *Jornal da Tarde*, 28/01/1984.

_____. *Combates por la Historia*. Barcelona: Ariel, 1974.

_____. *Le Problème de L'incroyance du 16 siècle*. Paris: A. Michel, 1974.

_____. *A New kind of History*. New York: Harper and Row, 1973.

_____. *Combates pela história*. Barcelona: Ariel, 1970.

_____. *Au coeur religieux du XVIe siècle*. Paris: S.E.V.P.E.N., 1957.

_____. *Martin Lutero: um destino*. México: F.C.E., 1956.

_____. *A Terra e a Evolução Humana*. Lisboa: Cosmo, 1954.

_____. "La psychologie et l'histoire". *Encyclopédie Française*. Paris, 1938.

_____. *Un destin, Martin Luther*. Paris: PUF, 1928.

_____; MARTIN, Henri-Jean. *L'apparition du livre*. Paris: Albin Michel, 1958.

FEIJÓ, Ricardo. *Economia e filosofia na Escola Austríaca*. São Paulo: Nobel, 2000.

FERRO, Marc. *O ressentimento na história*. Lisboa: Teorema, 2009.

FESTUGIÈRE, A . J. "Le sens philosophique du mot...". *La parola del passato. Rivista di Studi Classici*, 11 (1949): 172-189.

FLEURY, Michel; MALVARY, Pierre. "Les progrès de l'instruction élémentaire de Louis XIV à Napoléon III". *Population* (1957).

- FOGEL, R. W.; ELTON, G. R. *Which Road to the Past?* Londres, New Haven, 1983.
- FOGEL, Robert. *Railroads and American Economic Growth*. Baltimore, 1964.
- FONTANA, Josep. *História; análisis Del pasado y proheito social*. Barcelona: E. Crítica/Grijalbo, 1982.
- FOUCAULT, Michel. “‘Omnes et singulatim’: vers une critique de La raison politique” In: *Dits et Ecrits*, vol. 4. Paris: Gallimard, 1994.
- _____. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. *L’ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- _____. *Les mots et les choses. Une archaéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966.
- FOUQUERT, F. “Um nouvel espace-temps”. In: LACOSTE, Yves (Org.). *Lire Braudel*. Paris: La Découvert, 1988.
- FRAGINALS, Manuel M. *La historia como arma y otros estudios sobre esclavos, ingenios y plantaciones*. Barcelona, Grijalbo, 1983.
- FRANÇA, Eduardo D’oliveira, “Eduardo de Oliveira França: um professor de história”. *Estudos Avançados*, 8(22), 1994: 151-160.
- FRANCK, Andre Guder; AMIN, Samir; WALLERSTEIN, Immanuel; ARRIGHI, Giovanni. *Transforming the Revolution: Social Movements and the World-System*. New York: Monthly Review Press, 1990.
- _____. *Dynamics of Global Crisis*. New York : Monthly Review Press, 1982.
- FREITAS, Inês Aguiar de et al. “A janela de Hitler”. *GeoUERJ, Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, 6 (jul.dez-1999): 29-36.
- FRIEDMANN, Georges. *Villes et campagnes. Civilisation urbaine et civilization rurale em France*. Paris: Armand Colin, 1953.
- FURIA, Daniel. *Techniques et sociétés: liasons et évolutions*. Paris: Armand Colin, 1970.
- FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Formação Econômica do Brasil*. 17ª ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1993.
- GALISON, Peter. *Relógios de Einstein e os Mapas de Poincaré*. Lisboa: Gradiva, 2005.
- GEMELLI, Giuliana. *Fernand Braudel*. Paris: Odile Jacob, 1995.

GENERAL History of Africa. 1ª Ed. (Inglês). Paris: UNESCO, Berkley: University of California Press, London: Heinemann Educational Publishers Ltd., 1981.

GIL, F. *Enciclopédia Einauldi*, 8:138-160. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.

GILBERT, Felix; GRAUBARD, Stephen R. (Orgs.). *Historical Studies Today*. Nova York, 1972.

GINZBURG, Carlo. *O Fio e os Rastros*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

_____. *O Queijo e os vermes*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

_____. *The Cheese and the Worms: The Cosmos of a Sixteenth Century*. Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1980.

GOLDFARB, José Luiz. *Voar também é com os Homens: O Pensamento de Mário Schenberg*. 1ª. ed. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

GOMES, Mércio Pereira, *Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura*. São Paulo: Contexto, 2008.

GREGOLIN, M. R. F. V. “Olhares oblíquos sobre o sentido do discurso”, In GREGOLIN, M. R. V.; BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. 01 ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2001.

GREGOLIN, M. R. V.; BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. 01 ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2001.

GRESPLAN, J. L. S “A economia mundo. Resenha de Capitalismo Histórico, Civilização Capitalista, Immanuel Wallerstein”. *Jornal de resenhas*, 76, vol 3 (14.Jul.2001). São Paulo: Discurso Editorial, 2002: 2195-2196.

_____. *O Negativo do Capital. O conceito de Crise na Crítica de Marx à Economia Política*. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1998.

GUARIBA NETTO, Ulysses Telles. *Leitura da obra de Lucien Febvre e Marc Bloch nos Annales*. Tese de Doutorado, Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, 1973.

GUARINELLO, Norberto L. “História científica, história contemporânea e história cotidiana”. *Revista Brasileira de História*, 24, 48 (2004): 13-38.

_____. “Memória Coletiva e História Científica”. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 14, nº 28, 1994: 180-193.

GUIRADO, M. *A clínica psicanalítica na sombra do discurso. Diálogos com aulas de Dominique Maingueneau*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

GURVITCH, Georges. (Org.) *Traité de sociologie*. Paris: PUF, 1958.

GURVITCH, Georges; MOORE, W. E. (Orgs.). *La Sociologia del Siglo XX*. Barcelona: Ateneo, 1965.

- _____. *La sociologie au XX siècle: les études sociologiques dans les différents pays*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.
- _____. *Twentieth Century Sociology*. Nova York: s/Ed, 1946.
- HALPHEN, Louis. *Introduction à l'Histoire*. Paris: PUF, 1946.
- HARRIS, Roy. *Synonymy and Linguistic Analysis*. Oxford: Blackwell, 1973.
- HAYEK, F. A. (Org.). *Collectivism Economic Planning*. Londres: Routledge, 1935.
- HAYEK, Friedrich Von. *Scientifisme et Sciences Sociales*. Paris: Plon, 1953.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Bragança Paulista/Petrópolis: Universitária São Francisco/Vozes, 2009.
- _____. *Que significa pensar?* Ijuí: Unijuí, 2002.
- _____. *The principle of reason*. Bloomington: Indiana University Press, 1996.
- HÉRE, Évelyne, *L'épreuve orale sur dossier em histoire[...]*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2000.
- HEXTER, J. & TREVOR-ROPER, H. "Braudel and the 'monde braudelien...'". *Journal of Modern History*, Chicago: University Chicago Press (4), Dec. 1981: 533.
- _____; TREVOR, Hugh. "Fernand Braudel and the Monde Braudelien...". *Journal of Modern History*, 44, 4 (1972): 480-539.
- HIGOUNET, C., MAZAURIC, C., PALMADE, G., et al. *História e Historicidade*. Lisboa: Gradiva, 1988.
- HJELMSLEV, Louis. *Nouveaux essais*. Paris: PUF, 1985.
- _____. *Resume of a Theory of Language*. Madison: University of Wisconsin Press, 1975.
- _____. *Prolegomena to a Theory of Language*. Madison: University of Wisconsin Press, 1963.
- _____. *Príncipes de Grammaire Générale*. Copenhagen: Bianco Lunos Bogtrykkeri, 1928.
- HOBSBAWN, Eric J. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- _____. *Era dos Extremos*. 2ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Schwarcz, 1998.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Ed. Schwarcz, 1997.

_____. “O ressurgimento da narrativa: alguns comentários”. *RH – Revista da História*, São Paulo, n 2/3, 1991: 39-46.

_____. “Marx et la pensée scientifique contemporaine”. *Haia e Paris*, (1969): 197-211.

HOLZER, Werther. “Paisagem Imaginário e Identidade: alternativas para o estudo geográfico”. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

HOPKINS, Terence; WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: Theory and Methodology*. Beverly Hills: Sage, 1982.

_____; ARRIGHI, Giovanni. *Antisystemic Movements*. London: Verso, 1989.

HUSSERL, Edmund. *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura*. Aparecida (SP): Idéias e Letras, 2006.

_____. *Invesigações logicas – sexta investigação – elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento*. São Paulo: Abril, 1980.

JAFFÉ, William. “Menger, Jevons and Walras de-homogenized”. *Economic Inquiry*, 14,4, 1976.

_____. “Léon Walras’s Role in the ‘Marginal Revolution of the 1870’s”. *History of Political Economy*, 4, 2, (1972).

JAKOBSON, Roman. *Six leçons sur le son et le sens*. Paris, Les Editions de Minuit, 1976.

JAMESON, Fredric. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.

JOLY, Fabio. “O Mediterrâneo antigo”. In: LOPES, Marco Antônio. *Fernand Braudel, Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

JUNG, Carl Gustav. *Sincronicidade*. Petrópolis: Vozes, 2000.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

KINSER, Samuel. “Annaliste paradigm? Theo geo-historical struturalism of Fernand Braudel”. *The American Historical Review*, 86, 1 (fev. 1981): 63-105.

_____. “Capitalism enshrined: Braudel's triptych of modern economic history”. *Journal of Modern History*, 53, v. 4 (1981): 673-682.

KNOBEL, Marcelo; SCHULZ, Peter (Orgs.). *Einstein. Muito Além da Relatividade*. Sao Paulo: Instituto Sangari, 2010.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 7º Edição, 2002.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

KULA, Witold. *Problemas y métodos de la história econômica*. Barcelona: Península, 1977.

_____. *Théorie économique du Système Féodal: pou un modèle de l'économie polonaise, 16^e-18^e*. Paris: Mouton, 1970.

LACAN, Jacques. “Le Stade du miroir. Théorie d’um moment structurant et génétique de la constitution de la réalité, conçu en relation avec l’expérience et la doctrine psychanalytique”. *Anais XIV Congresso Psicanalítico Internacional de Marienbad*, 1936.

LACOSTE, Yves (Org.). *Lire Braudel*. Paris: La Découvert, 1988.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

_____. *Le territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1973.

LAI, Cheng-Chung. *Braudel's Historiography Reconsidered*. Maryland: University Press of America, 2004.

_____. , “Braudel's Concepts and Methodology Reconsidered”. *European Legacy*, 5, 1 (2000): 65-86.

LANGLOIS, Charles Victor ; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.

_____. *Introduction aux études historiques*. Paris, s/ed., 1898.

LAPAEYRE, Henri. *Une famille de marchands: les Ruiz*. Paris: Armand Colin, 1955.

LEAH, E. *Repensando a Antropologia*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LEFÉVRE, Jean Paul. “Les missions universitaires françaises au Brésil dans les années 1930. Vingtième Siècle”. *Revue d'Histoire*, 38 (1993).

LEFORT, Claude. “Histoire et sociologie dans l’oeuvre de Fernand Braudel”. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris: Seuil, 5, 13, Paris (1952): 125.

LE GOFF, Jacques (Org.). *História Nova*. 4^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. “Documento/Monumento”. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

_____. “Na Idade Média: tempo da Igreja e o tempo do mercador”. In: *Por um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 43-73.

_____. *Para um novo conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

_____. *Para um novo conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

_____. (Org.). *La nouvelle histoire*, Paris: Retz, 1978.

_____. "Is Politics Still the Backbone of History?". In: GILBERT, Felix; GRAUBARD, Stephen R. (Orgs.). *Historical Studies Today*. Nova York, 1972.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1990.

_____. *História: Novas Abordagens*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. *Constructing the Past*, Cambridge, 1985.

_____. (Org.). *La nouvelle histoire*. Paris: CEPL, 1978.

LE GOFF, Jacques.; NORA, Pierre. (ed). *Faire de l'histoire*, Paris, 1974.

LEPETIT, Bernard. "La larga duración en la actualidad". *Segundas jornadas braudelianas*. México: Instituto Mora, 1995.

LÉVI-LEBLOND, Jean-Marc. *L'esprit de sel*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1981.

LÉVI-LEBOYER, Claude. "La 'New Economic History'", *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*, 24 (1969).

LÉVI-STRAUSS, "Aula inaugural no Collège de France 5 de janeiro de 1960 (trecho)". *Estud. av.* [online]. 23, 67 (2009): 223-27.; http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000300027 ; acess 23.06.2011.

_____. *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac-Naify, 2008.

_____. *O homem nu*. São Paulo: Cosac-Naify, 2006.

_____. *Raça e história*. Lisboa: Presença, 2004.

_____. *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, Companhia Das Letras, 2002.

_____. *La pensée sauvage*. Paris: Plon, 1998.

_____. *De perto e de longe*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

_____.; ERIBON, D. *De près et de loin. Suivi d'un entretien inédit "Deux ans après"*, Paris: O. Jacob, Collection Points, 1990.

_____. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989.

_____. *De près et de loin*. Paris: Odile Jacob, 1988.

_____. *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1986.

_____. "Histoire et ethnologie". *Annales, économies, sociétés, civilisations*, 38, 6, (nov, 1983): 1217-1231.

_____. *Le Regard Eloigné*. Paris, Plon, 1983.

- _____. “Prefácio”. In: JAKOBSON, Roman. *Six leçons sur le son et le sens*. Paris, Les Editions de Minuit, 1976.
- _____. “A noção de estrutura em Etnologia” . In: CAMARA JUNIOR., J. M. *Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.
- _____. *Mythologiques, IV, L’Homme Nu*. Paris, Plon, 1971.
- _____. *Structures élémentaires de la parenté*. Paris: Mouton, 1971.
- _____. *Du miel aux cendres*. v. 2 *Mythologiques*. Paris: Plon, 1966.
- _____. “Introduction à l’oeuvre de Marcel Mauss”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie*. 3ª Ed. Paris: PUF, 1966.
- _____. “La Sociologia Francesa” In: GURVITCH, G; MOORE, W. E. (Orgs.). *La Sociologia del Siglo XX*. Barcelona: Ateneo, 1965.
- _____. *Mythologiques. I: Le cru et le cuit*, 1964.
- _____. *Leçon inaugurale au Collège de France*. Paris: Collège de France, 1960.
- _____. *La pensée sauvage*. Paris: Plon, 1962.
- _____. *Anthropologie structurale*. Paris, Plon, 1958.
- _____. *Tristes Trópicos*. Paris: Plon, 1955.
- _____. “Les mathématiques de l’homme”, *Bulletin international des sciences sociales*, 6 4 (1954-1955): 643-653.
- _____. *La vie familiale et sociale des Indiens Nambikwara*. Paris: PUF, 1949.
- _____. “La Sociologia Francesa” In: GURVITCH, G; MOORE, W. E. (Orgs.). *La sociologie au XX siècle: les études sociologiques dans les différents pays*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947.
- _____. “La Sociologia Francesa” In: GURVITCH, G; MOORE, W. E. (Orgs.). *Twentieth Century Sociology*. Nova York: s/Ed, 1946.
- LEVITT, T. “The globalization of markets”. *Harvard Business Review*. 1983: 92-103.
- LEWIS, C. I. *An analysis of knowledge and valuation*. La salle: Open Court, 1946.
- LIBERMAN, Evsei. *Plan y beneficio en la economia soviética*. Barcelona: Ariel, 1969.
- LIMA, Luís Corrêa. *Fernand Braudel e o Brasil - vivência e brasilianismo (1935-1945)*. São Paulo: EDUSP, 2009.

_____. *Fernand Braudel e o Brasil - vivência e brasilianismo (1935-1945)*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, UNB, 2004.

LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Cia das letras, 2006.

LIRA, Larissa Alves de. “Geografia das Fontes de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo”. In: BONFIM, P. R. A; SOUZA, M. F. (Org.). *Geografia e pensamento geográfico no Brasil*. São Paulo: Anablume/Geopo-Usp, 2010.

_____. “Geografia Braudeliana: a concepção de espaço de Fernand Braudel na primeira parte de O Mediterrâneo” In: *Anais do II Encontro Nacional do Pensamento Geográfico Brasileiro*. São Paulo, Geopo-Usp, 2009.

_____. “Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia”. *Confins (Paris)*, v. 2, p. 1, 2008.

_____. “Fernand Braudel e Vidal de La Blache: Geohistória e História da Geografia”, *Confins* [Online], 2 | 2008, posto online em 28 Março 2008. URL : <http://confins.revues.org/2592>; Acesso em 28.mar.2010.

_____. “O ‘modelo insular’: Ratzel e suas contribuições às idéias de Fernand Braudel sobre as origens do capitalismo”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, 13 (julho 2008): 105.

LIRA, Larissa Alves de [autor]; MORAES, Antonio C. R. [orient.]. *Relatório de pesquisa: A Concepção de Espaço de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo e suas Relações com a Geografia de Vidal de La Blache*. São Paulo: CNPq, 2007-2008.

_____. [autor]; SECCO, Lincoln [orient.]. *Relatório de pesquisa: A Concepção de Espaço de Fernand Braudel na Primeira Parte de O Mediterrâneo*. São Paulo: FAPESP, 2005-2007.

LOPES, Marcos A. (Org.). *Fernand Braudel, Tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MALEBRANCHE, Nicolas. *Meditações cristãs e metafísicas*. Lisboa: Colibri, 2003.

MANCERON, Claude. *La Revolution qui lève, 1785–1787*. Paris: Editeur Robert Laffont, 1979 (nº 4 de la Coll. "les hommes de la liberté").

MANDROU, Robert. “Estatuto Científico da História”. In: HIGOUNET, C., MAZAURIC, C., PALMADE, G., GAMADER, H. G., MARROW, H. I., VEYNE, P., VILLAR, P., MANDROU R. *História e Historicidade*. Lisboa: Gradiva, 1988.

MARCZEWSKI, Jean. *Introducion à l’histoire quantitative*. Paris: s/ed., 1965.

MARIUTTI, Eduardo. *Balanço do Debate: A Transição do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo, Hucitec, 2004.

MARTIN, Hervé. “Le structuralisme et l’histoire”. *Les écoles historiques*. Paris: Seuil, 1990.

MARTÍNEZ SHAW, Carlos. “Fernand Braudel: el cenit de la escuela de los Annales”. *Revista del Occidente*. Fundación Ortega y Gasset, 1, 152 (1994): 65-80.

MARTINIÉRE, Guy. *Aspects de la coopération franco-brésilienne*. Grenoble: Press Universitaire de Grenoble, 1982.

MARX, Karl. *Ideologia Alemã*. (I-Feuerbach). 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. 4ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo, Moraes, 1987.

_____. *Elementos fundamentales para la Crítica de la Economía Política - Grundrisse*. Cidade do México, Siglo XXI editores, (1857-58)/1986.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. Grundrisse*. México: Siglo XXI, 1976.

_____. *El Capital*. México: Siglo XXI, 1975.

_____. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Escriba, 1968.

_____. *Le Capital*. Paris: Editions Sociales, 1960.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *The German Ideology*. Collected Works, vol. V. Londres: 1976.

MASSI, Fernanda Peixoto. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na Universidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1991.

MAUGÜÉ, Jean. *Les dent agacées*. Paris: Buchet Castel, 1982.

MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie*. 3ª Ed. Paris: PUF, 1966.

MÉLANGES em l'honneur de Fernand Braudel: *Histoire économique du monde méditerranéen*. Toulouse, Privat Editeur, 1973.

MÉLANGES em l'honneur de Fernand Braudel: *Méthodologie de l'histoire et des sciences humaines*. Toulouse, Privat Editeur, 1973.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MEYER, Victor. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador: EDUFBA, 1995.

MILNER, Jean-Claude. *Le Périple Structural. Figures et paradigme*. Paris: Seuil, 2002.

_____. *Le Périple Structural, Figures et paradigmes*. Paris: Éditions Verdier, 2008.

MILO, D. S.; BOUREAU, A. *Alter histoire: essais d'histoire expérimentale*. Paris: Les Belles Lettres, 1991.

- MIROWSKI, Piotr. “The when, the how and the why of mathematical expression in the history of economic analysis”. *Journal of Economic Perspectives*, 5, 1 (1991): 145-157.
- MISES, Ludwig Von. “Economic Calculation in the Socialist Commonwealth”. In: HAYEK, F. A. (Org.). *Collectivism Economic Planning*. Londres: Routledge, 1935.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Loyola, 2004.
- MORRIS, Charles. *Signs, Language and Behavior*. New York: Prentice-Hall, 1946.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Lucien Febvre: história*. 2ª ed., São Paulo: Ática 1992.
- MOULOUD, Noël. “O método das ciências de estruturas e os problemas do conhecimento racional”. In: BALLET, René (Org.) et al.. *Estruturalismo e Marxismo*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1968.
- MÜLLER, Bertrand. *Bibliograohie des travaux de Lucien Febvre*. Paris: Armand Colin, 1990.
- NADER, Pedro Eduardo Portilho. *O tempo que se conta: a nova história tal como ela se faz*. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, USP, 2000.
- NEUHÄUSLER, Anton. *Zeit und Sein*. Meisenheim/Glan: Anton Haig, 1957.
- NEUMANN, J. Von; MORGENSTERN, Oskar. *Theory of Games and Economic Behavior*. Princeton University Press, 1980 [1944].
- NEWTON, Isaac. “Princípios Matemáticos de Filosofia Natural”. *Principia: Mathematical Principles of Natural Philosophy*. Edusp: São Paulo, 2008.
- _____. “O Movimento dos Corpos (em Meios com Resistência)”. *Principia: Mathematical Principles of Natural Philosophy*. Edusp: São Paulo, 2008.
- _____. “O Sistema do Mundo (Tratado Matematicamente)”. *Principia: Mathematical Principles of Natural Philosophy*. Edusp: São Paulo, 2008.
- NORA, Pierre. *Essais d’ego-histoire*. Paris: Gallimard, 1987.
- _____. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1986.
- NORDMANN, Charles. *Notre maitre le temps*. Paris: Hachette, 1922.
- NORTH, Douglass C. “Beyond the Economic History”. In: *The Tasks of nomic History*. The Journal of Economic History, V. 34, Issue 1, Mar. 1974: 1-7.
- NOVAIS, Fernando A. “Fernando Novais: entrevista”. In: *Revista Brasileira de Psicanálise* v. 42, n. 2, São Paulo, jun. 2008: 15-31.
- _____. *Aproximações*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- _____. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo, Cosac Naify, 2005.

_____. “Fernando Novais: Braudel e a ‘missão francesa’ [Entrevista]”. São Paulo, *Estudos Avançados*, 8, 22, (set/dez 1994): 161-166.

NÓVOA, António (Org.). *Vida de Professores*. Porto, Porto Editora, 2007.

_____. “Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional”. In: NÓVOA, António (Org.). *Vida de Professores*. Porto, Porto Editora, 2007.

OHMAE, K. *De l'État-nation aux États-régions*. Paris: Dunod, 1996.

ORTEGA Y GASSET, José. “Apuntes sobre el pensamiento”. In: *Obras Completas*. Madrid: Alianza, 1949-1955.

_____. “Apuntes sobre el pensamiento”. *Logos*, Buenos Aires, I (1941).

PASSETTI, Dorothea Voegeli. “Lévi-Strauss e a UNESCO. Claude Lévi-Strauss: regards éloignés”. *Courrier de l'UNESCO*, 2008, n.5. Available from: <http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n3/pdf/17-pv3-dorothea.pdf>, http://portal.unesco.org/fr/ev.phpURL_ID=41819&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html access on 25.11.2010.

PAULANI, Leda Maria. “Ciência Econômica e Modelos de Explicação Científica: Retomando a Questão”. *Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia*. Recife, ANPEC, 2007.

PEARSON, Keith Ansell. *Philosophy and the adventure of the virtual*. London: Routledge, 2002.

PENALVES, Antonio. “Tempo histórico e civilização material” In: LOPES, M. A. *Fernand Braudel, tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PERRONI-MOISÉS, Beatriz. “Claude Lévi-Strauss, aos 90”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 42, n.º 1-2, 1999: 9-25.

PERROT, Jean Claude. “Le présent et la durée dans l'oeuvre de Fernand Braudel”. *Annales ESC*, 36, 1 (1981): 3-15.

PESEZ, Jean-Marie. “Histoire de la culture matérielle”. In: LE GOFF, J. (Org.). *La nouvelle histoire*. Paris: CEPL, 1978.

PIAGET, Jean. *Problemas da Psicologia Genética*. Lisboa: Dom Quixote, 1983.

_____. *Psicologia e Epistemologia: para uma teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Florene Universitária, 1972.

PIAGET, Jean; BETH, E. W.; MAYS, W. *Epistémologie génétique et recherche psychologique. Etudes d'Epistémologie Génétique*. Paris: PUF, 1957.

PLATÃO. *Timeu e critias ou a atlantida*. São Paulo: Hemus, 1981.

PLEKHANOV, G. *A concepção materialista da história*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

POKSHISHEVSKIÍ, Vadim Viacheslavovich. *Geografía de la Unión Soviética naturaleza, población, economía*. Moscou: Progreso, 1974.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. “A nossa obsoleta mentalidade mercantil”. *Revista trimestral História e Idéias*. Portugal, Edições Afrontamento, 1 (1978).

POMIAN, Krzysztof. “A história das estruturas”. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1990.

_____. “L’heure des Annales”. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1986.

PRIGOGINE, Ilya. *La fin des certitudes*. Paris: Odile Jacob, 1996.

RAFTIS, J. A. *Pathways to Medieval Peasants*. Toronto: Universidade de Toronto, 1981.

RAMINELLI, R. “Lucien Febvre no caminho das mentalidades” In: *Revista História*, São Paulo, n. 122, jan/jul.1990: 97-115.

REIS, José Carlos. “História da História (1950/60). História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss”. *História da Historiografia*, 1 (2008): 8-18.

_____. “A temporalidade e os seus críticos”. In: LOPES, Marcos A. *Fernand Braudel, tempo e história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. “O surgimento da Escola dos Annales e o seu programa”. In: *Escola dos Annales, a inovação em história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Nouvelle histoire’ e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

REVEL, Jacques. “Histoire et sciences sociales: lectures d’un débat français autour de 1900”. In: BÖDEKER, H.E, REILL, P.H. & SCHLUMBOHM, J. (Orgs.) *Wissenschaft als kutlerelle praxis, 1750-1900*, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1999.

RIBEIRO, Guilherme da Silva. “Espaço e técnica como estruturas do cotidiano: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico”. *Investigaciones Geográficas - Instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México*, v. 74 (2011): 58-73.

_____. “Fernand Braudel e a geo-história das civilizações”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 18, (2011): 67-83.

_____. “A geografia na formação do território francês: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico (II)”. *Confins* (Paris), v. 10 (2010): 1-20.

_____. “A originalidade historiográfica de La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II e a concepção braudeliana de História”. *História da Historiografia*, v. 4 (2010): 125-144.

_____. “Turbulência histórica e fertilidade intelectual: uma leitura política da historiografia de Marc Bloch e Lucien Febvre”. *Anos 90* (UFRGS. Impresso), v. 17 (2010): 233-260.

_____. *Espaço, Tempo e Epistemologia no século XX: a Geografia na Obra de Fernand Braudel*. Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, UFF, 2008.

_____. “Modernidade e espaço, pós-modernidade e mundo a crise da geografia em tempos de globalização”. *Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X coloquios Internacional de Geocrítica*. Universidade de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-scol/154.htm>>, acess. 30.jan.2011.

_____. “Epistemologias Braudelianas: Espaço, Tempo e Sociedade na construção da Geo-História”. *GEOfographia* (UFF), v. 16 (2007): 87-114.

RIBEIRO, Renato Janine. “Entrevista com o Professor Renato Janine Ribeiro”. *Revista Humanidades em Diálogo, USP*, Volume 1, Número 1 (novembro 2007): 17-36.

_____. *Vinte anos de reflexão*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

RICOUER, Paul. *Temps et récit*. Paris: Seuil. 1983-1985.

RODRIGUES, Robério Paulino. *O Colapso da União Soviética: um estudo das causas*. 2006. Tese Doutorado em História Econômica, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.

ROBINSON, J. H. *The New History*. Nova York: Macmillan, 1912.

ROSENTHAL, P. A. . “Métaphore et stratégie spistemologique: La Méditerranée... de F. Braudel”. In: MILO, D. S.; BOUREAU, A. *Alter histoire: essais d’histoire expérimentale*. Paris: Les Belles Lettres, 1991.

ROMANO, R. *Braudel y nosotros*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

RUSSEL, Bertrand. *História do Pensamento Ocidental. A aventura das idéias dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SAFATLE, Vladimir. *Lacan*. São Paulo: Publifolha, 2009.

_____. “Um roteiro do século 20”. *Folha de São Paulo*. Folha de S. Paulo: Mais!, São Paulo (10-jun 2007), p. 6.

_____. *A Paixão do Negativo – Lacan e a Dialética*. São Paulo: UNESP, 2006.

SALES, Véronique. *Les Historiens*. Paris, Armand Colin, 2003.

SALIBA, Elias Thomé. “Resenha Fernand Braudel e o Brasil, vivência e brasilianismo (1935-1945)”, *Carta Capital*, 505 (2009).

_____. “Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens”. In: BITTENCOURT. Circe (org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. “Idéias de Braudel continuam polêmicas em seu centenário”. Estado de São Paulo. Caderno 2/Cultura. São Paulo, 25 ago. 2002: D4.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. 5ª Ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1955.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SARTON, George Alfred Leon. *Introduction to the History of Science*. Huntington, Nova Iorque.: R. E. Krieger Pub. Co., 1975

_____. *Introduction to the History of Science*. Baltimore: Published for the Carnegie Institution of Washington by the Williams & Wilkins Co, 1947.

SARTRE, Jean-Paul. *A idade da razão*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. 15ª ed. São Paulo: Ctrix, 1989.

SCHMOLLER, Gustave, *Studien über die wirtschaftlichen Politik Friedrich des Großen*. S/e, 1884.

_____. *Die Strassburger Tucher – und Weberzunft*. Estrasburgo, 1879.

_____. *Geschichte der deutschen Kleingewebe im 19. Jahrhundert*, Halle, 1870.

SCHUMPETER, Joseph A. *History of Economic Analysis*. Nova York, s/ed. 1954.

_____. *Economic Doctrine and method: Na historical Sketch*. Londres, s/ed., 1954.

_____. *Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie*. Leipzig, s/ed., 1908.

SCHWARCZ, Lilia K. M. (Org.) *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Fundação Perseu Abramo, 2008.

_____. “História e Etnologia: Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira”. *Revista de Antropologia* 42, 1-2 (1999): 199-222.

SCHWARTZ, Barry. “Social change and collective memory: the democratization of George Washington”. *American Sociological Review*, (1991): 221-236.

_____. “The social context of commemoration: a study in collective memory”. *Social Forces*, 61 (1982): 374-402.

SECCO, Lincoln. “As Rotas do Império Colonial Português. Geohistória (1850-1900)”. *Caminhos da História (UNIMONTES)*, 13 (2008): 53-67.

_____. “Geohistória”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, nº 13 (julho 2008): 5-39.

_____; DEAECTO, M. M. “Geohistória, de Fernand Braudel” (Tradução). São Paulo: Xamã, 2002.

SEGRILLO, Ângelo. *O Declínio da URSS, Um estudo das causas*. São Paulo: RECORD, 2000.

SENE, J. Eustáquio, *Globalização e Espaço Geográfico*. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVEIRA, Maracajaro Mansor. *A matemática nas Ciências Sociais: O caso da Economia*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.

SIMMEL, Georg. *Philosophie de la modernité*. Paris: Payot, 1990.

_____. *Philosophie de la modernité*. Paris: Payot, 1989.

SIMIAND, François. *Método histórico e ciência social*. Bauru: Edusc, 2003.

_____. “Méthode historique et science social”. *Revue de Synthèse Historique* (1903).

SORRE, Maximilien. “A noção de gênero de vida e sua evolução”. In: MEGALE, J. F. (Org.) *Max. Sorre: Geografia*, pp. 99-123, Rio de Janeiro: Editora Ática, 1984.

SOUZA, Luís Eduardo S. “A História Econômica como InterDisciplina Interdependente”. *Revista Controversa - FEA - USP*, São Paulo, v. 08, 1996.

SPENCE, J. *O Palácio da Memória de Matteo Ricci*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

SPIELVOGEL, J. J. *Western Civilization*. 1ª Ed. New York: Thomson Wadsworth, 1961.

SPINOZA, Benedictus Baruch. *Ética*. Lisboa: Ed. Relógio D’Água, 1992.

STONE, Lawrence. “O Ressurgimento da Narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história”. *RH – Revista da História*, n 2/3, primavera, 1991: 13-37.

STREISSLER, Erich. “To What Extent Was the Austrian School Marginalist?”. *History of Political Economy*, 4, 2 (1972).

SUPPO, Hugo R. “A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias”. *Revista de História (USP)*. São Paulo, 142-43 (dez. 2000).

TENENTI, Branislava. “Bibliographie des écrits de Fernand Braudel”. In: *Mélanges em l’honneur de Fernand Braudel: Méthodologie de l’histoire et des sciences humaines*. Toulouse, Privat Editeur, 1973.

THOMPSON, D'ARCY. *On Growth and Form*. Cambridge: Cambridge University Press, 1961.

THOMPSON, E. P. *History from Below: Studies in Popular Protest and Popular Ideology*, ed. Frederick Krantz, Oxford, 1988.

_____. *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford: Oxford University, 1978.

THRIFT, Nigel, “Visando o âmago da região”. In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham (Orgs.). *Geografia Humana Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas da narrativa*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. “As ciências morais e políticas”. In: *As Morais da História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1992.

TOMKINS, Calvin. *Duchamp, uma biografia*. São Paulo: Cosac-Naify, 2005.

TOULMIN, Stephen. “Criticism in the History of Science: Newton on Absolute Space Time and Motion. I”. *Philosophical Review*, 68 (1959): 1-29.

TYLOR, Edward B. *Primitive Culture*. 7 ed. Nova York: Brentano's, 1924.

VERSCHAVE, François-Xavier. *La maion-mond. Libres leçons de Braudel*. Paris: Charles-Léopold Mayer, 2005.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

VIEIRA, Rosângela de Lima. *Fernand Braudel: a relação entre o método historiográfico e o conhecimento histórico*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, 2002.

VIVERO, Rodrigo. *Du japon et du bon gouvernement de l’Espagne et des Indes*. Paris: S.E.V.P.E.N, 1972.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

_____. “O tempo, a duração e o terceiro não-excluído: reflexões sobre Braudel e Prigogine”. In: LOPES, Marcos A. (Org.). *Fernand Braudel. Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. *Impensar las ciencias sociales*. México: Siglo Veintiuno, 1998.

_____. “Braudel sobre el capitalismo o todo al revés”. *Primeiras jornadas braudelianas*. México: Instituto Mora, 1993.

_____. *The Modern World-System*. San Diego: Academic Press, 1974-1989, 3 v.

WALLON, Henri. *De l’acte á pensée: essai de psychologie comparée*. Paris: Flammarion, 1970.

_____. *L’aventure de l’esprit*. Paris: Hermann, 1964.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

_____. *Storia econômica e sociale dell’Antichità: i rapporti agrari*. Roma: Riuniti, 1992.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.

WESSELING, H. "Fernand Braudel, Historian of the Longue Durée". *Itineratio*, 5 (1981): 16-29.

_____. "The Annales School and the Writing of Contemporary History". *Review*, 1 (1978): 185-194.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Edusp, 2001.

WIENER, Norbert. *Cibernética: ou controle e comunicação no animal e na máquina*. São Paulo: Polígono, 1970.

_____. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. São Paulo: Cultrix, 1968.

II - Bibliografia Secundária

AGANBEGYAN, Abel G. *Perestroika: Le Double Defi Sovietique*. Paris: Economica, 1987.

_____. *Vazhnie Pozitivnye Sdvigi v Ekonomicheskoi Zhizni Strany [Importantes realizações positivas na vida econômica do país]*. EKO, Novosibirsk, n. 6 (1986): 3-16.

ALBIERI, Sara. “A questão da explicação em história”. *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*. Assis: ANPUH/SP/UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. Cd-rom.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. “Às margens d'O Mediterrâneo: Michel Foucault, historiador dos espaços”. In: Durval Muniz de Albuquerque Júnior; Alfredo Veiga-Neto; Alípio de Souza Filho. (Org.). *Cartografias de Foucault*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, v. , p. 93-107.

_____. “Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico”. *Locus* (Juiz de Fora), v. 10, p. 53-72, 2004.

ALMEIDA, Mauro W. B. de. “Relatividade, relativismo estrutural e estruturalismo: influencias de Einstein na Antropologia” in KNOBEL, Marcelo; SCHULZ, Peter (Orgs.). *Einstein. Muito Além da Relatividade*. Sao Paulo: Instituto Sangari, 2010, v. 1, pp. 123-142.

_____. “Pluralismo e relativismo nas sociedades humanas: o impacto das ideias de Einstein”. *Palestra 25.10.2008, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP*. KNOBEL, Marcelo (Org.).

_____. “Simetria e entropia: sobre a noção de estrutura de Lévi-Strauss”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 42, n. 1-2, 1999. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011999000100010&lng=en&nrm=iso. Access on 21 Nov. 2010. doi: 10.1590/S0034-77011999000100010.

_____. “On Turner On Levi-Strauss”. *Current Anthropology*, EUA, v. 33, n. 1 (1992): 60-63.;

_____. “Symmetry And Entropy: Mathematical Metaphors In The Work Of Lévi-Strauss”. *Current Anthropology*, v. 31, n. 4 (1990): 367-385.

ALTHUSSER, Louis. *Lire le Capital*. Paris: Maspero, 1965, 2 v.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Textos e contextos”. *Nosso historiador*, 104 (2004).

ARIÈS, Philippe. *L'Homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1977.

_____. *Essais sur l'histoire de la mort en occident: du Moyen à nos jours*. Paris: Seuil, 1975.

_____. *L'enface et la vie familiale sous l'ancien régime*. Paris: Seuil, 1960.

_____. *Le temps de l'histoire*. Munchen: Rocher, 1954.

ARISTÓTELES. *Categorias*. Porto, Porto Editora, 1995.

ARON, R. *Dimensions de La conscience historique*. Paris, s/ed., 1961.

ARRIVÉ, M. *Lingüística e psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e os outros*. São Paulo, EDUSP, 2001.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Historiografia do Estruturalismo: Invenção, Reinvenção, Desconstrução” In DOSSE, François, *História do Estruturalismo*. Bauru: Edusc, 2007.

ASHBY, William Ross, *Cibernética. An Introduction to Cybernetics*. Chapman & Hall, London, 1956.

AUTHIER-REVUZ, J. La représentation du discours autre : un champ multiplement hétérogène. Actes du colloque: Le discours rapporté dans tous ses états. Bruxelles, 8-11 novembre 2001.

_____. Hetérogénité(s) énonciative(s). *Languages*, n. 73, 1984, p. 98-109.

_____. Hetérogénité montrée e Hetérogénité constitutive: éléments pour une approche de l’autre dans le discours. *DRLAV* 26. Paris, 1982, p. 91-115.

AYMARD, Maurice. *O homem e o historiador*. Trad. Rose Belim Moter. In LOPES, M. A. (Org.) *Fernand Braudel, tempo e história*. Rio de Janeiro, FGV, 2003, pp. 11-20.

_____. *Autour de F. Braudel*. Perpignan: Presses universitaires de Perpignan, 2002.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

_____. *A intuição do instante*. Campinas, Verus Editora, 2007

_____. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *A epistemologia*. Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. *O novo espírito científico*. Lisboa: Edições 70, 1996.

_____. *O racionalismo aplicado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. “Conhecimento comum e conhecimento científico” In: *Tempo Brasileiro*. São Paulo, n. 28, p. 47-56, jan-mar 1972.

BAKHTIN, M. M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

BALLET, René (Org.) & Outros. *Estruturalismo e Marxismo*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1968.

BARAN, P. *The Political Economy of Growth*. Nova York, 1957.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. “O Lugar da História Econômica entre as Ciências Sociais”. São Paulo, *REPHE*, n. 18 (ago-2009), pp. 127-171.

- _____. “Problemas do Historiador Docente”. Produções CHLA, Maceió, v. 11, 2000.
- _____. “O Historiador e o Fato Histórico. Caminhos da História”. Montes Claros, v. 44, n. 4, pp. 07-31, 1999.
- _____. “História Econômica e História Social: principais diferenças metodológicas”. F.D.E., São Paulo In: Reciclagem de Professores Secundários, 1994, São Paulo. Publicações FDE, 1994.
- _____. “Teoria e Empiria”. São Paulo, Departamento de História da USP, Seminários de Pós-Graduação, 1991. (mimeo)
- _____. “A história econômica como disciplina independente”. Palestra proferida no Departamento de História. São Paulo: FFLCH-USP, 05/9/1988, p. 1. (mimeo)
- BARRA-CLOUGH. *History in a Changing World*. Londres, s/ed., 1957.
- BARRETO, Márcio. *O anacronismo do Tempo: um debate atual entre Einstein e Bergson*. Tese de Doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. *Roland Barthes por Roland Barthes*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003
- _____. *O prazer do texto*. Lisboa: Edições 70, 1974.
- BAILLY, Antoine & FERRAS, Robert. *Éléments d'épistémologie de la géographie*. Armand Colin/Masson: Paris, 1997.
- BENNET, Charles. "Demons, Engines and the Second Law", *Scientific American*. 257, 5 (nov 1987): 88-96.
- BERGSON, Henri. *Duração e Simultaneidade*. São Paulo, Martins Fontes, 2006.
- _____. *Les Deux Sources de la Morale et de la Religion*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.
- _____. *L'énergie Spirituelle*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.
- _____. *Le rire*. Paris: Presses Universitaires de France, 2002.
- _____. *Correspondances. Textes publiés et annotés par André Robinet*. Paris, Presses Universitaires de France, 2002.
- _____. *A Evolução Criadora*. Lisboa, Edições 70, 2001.
- _____. *La Pensée et le Mouvant*. Paris, Quadridge/P.U.F, 1999.
- _____. *Matéria e Memória*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

- _____. *Durée et Simultanéité*. Paris, Quadridge/P.U.F, 1998.
- _____. *A intuição filosófica*. Lisboa: Colibri, 1994.
- _____. *Ensaio sobre os Dados Imediatos da Consciência*. Lisboa, Edições 70, 1988.
- _____. *Mélanges*. Paris, Presses Universitaires de France, 1972.
- _____. *Durée et simultanéité à propos de la théorie d'Einstein*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.
- _____. *Ouvres*. Paris, Presses Universitaires de France, 1959.
- BLANCHÉ, R. & DUBUCS, J. *História da lógica de Aristóteles e Bertrand Russel*. Lisboa, Edições 70, 2000.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra*. [Prefácio de Jacques Le Goff] São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. *Apologia da história: ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- _____. *A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru: Edusc, 2001.
- _____. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: Armand Colin, 1999.
- _____. *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998.
- _____. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *L'étrange défaite*. Paris: Gallimard, 1990.
- _____. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições, 1979.
- _____. *Introdução à história*. Lisboa: Europa-América, 1965.
- _____. *La société féodale*. Paris: Albin Michel, 1949.
- _____. "Technical change as a problem of collective psychology". *Journal of Normal and Pathological Psychology* (1948): 104-115.
- _____. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: Les Belles-Lettres, 1931.
- _____. "A contribution towards a Comparative History of European Societies". In: BLOCH, Marc. *Land and Work in Medieval Europe*. Londres: Routledge, 1928.
- _____. "Memoire collective". *Revue de Synthèse Historique*, 40 (1925): 73-83.
- _____. *Le rois thaumaturges*. Strasbourg: Librairie ISTR, 1924.

- _____. *L'Île de France* (Les pays autour de Paris), I. *Revue de Synthèse Historique*, 74 (oct. 1912): 209-223.
- BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Editora Europa-América, 2000.
- BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia, (Orgs). *Passados recompostos; campos e canteiros da História*. Trad. Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.
- BRAIT, B. “Discurso, esse objeto de múltiplas faces”. In: GREGOLIN, M. R.; BARONAS, R. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Claraluz, 2001.
- BRANDÃO, M. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 2002.
- BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- _____. *Dictionnaire des sciences historiques*. Paris: Press Universitaires de France, 1986.
- _____. “Histoire et structure”. *Annales ESC*, Paris, 3 (mai-juin 1971).
- BURKE, Peter. *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- _____. *A Escola dos Annales 1929-1989. A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. *Philosophie et histoire*. Paris: Descamps, 1987.
- CAPECK, Milic. *Bergson and Modern Physics*. Dordrecht: D. Reidel Publishing, 1971
- CAPELATO, Maria Helena R.; GLESE, Raquel & FERLINI, Vera Lúcia A. “Escola Uspiana de História”. In: *Produção Histórica no Brasil 1985/1995*. São Paulo: CNPq/USP/ ANPUH, 1995, pp. 15-26.
- _____. “Escola Uspiana de História”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, nº 22 (set-dez, 1984): 349-358.
- CARBONELL, Charles-Oliver. *L'Historiographie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1981.
- _____. *Histoire et historiens. Une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885*. Toulouse: Privat, 1976.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de Teoria e Metodologia: Ensaios*. Bauru, Edusc, 2005.
- _____. & BRIGNOLI, Hector Pérez. *Os métodos da história. Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Rio de Janeiro: Graal, 2002
- _____. & BRIGNOLI, Hector Pérez. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, S. H. B. *Discurso e ensino*. Belo Horizonte: Automática, 1999.

- CASSIRER, Ernest. *Philosophie der symbolischen Formen* (t. I, *Die Sprache*, 1923; t. II, *Das mythische Denken*, 1925; t. III, *Phänomenologie der Erkenntnis*, 1929).
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 208.
- CASTRO, Ana C. V. *Interpretações da Colônia no Pensamento Brasileiro*. Gilberto Freyre, Caio Prado Jr e Florestan Fernandes. Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2001.
- CASTRO, D. G. “Significados do conceito de paisagem”. In: *VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia do século XXI*. Goiânia: UFG /AGB, 2004.
- CERTEAU, Michel de. *A Cultura no Plural*. 4ª ed. Campinas, Papirus, 2005.
- _____. *A invenção do cotidiano*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *A Escrita da História*. São Paulo: Ed. Ensaio/Unicamp, 1994.
- _____. *Histoire et psychanalyse entre science et fiction*. Paris: Gallimard, 1987. (Collection Folio/essays; 59).
- _____. *Une politique de la langue: la Révolution française et les patois*. Paris: Gallimard, 1975.
- CHANTAL, Blanc-Pamard & RAISON, Jean-Pierre. “Paisagem”. *Enciclopédia Einaudi*. v. 8. Lisboa: Imprensa Nacional. pp. 138-159.
- CHARBONNIER, Georges. *Arte, linguagem, etnologia entrevistas com Claude Lévi-Strauss*. Campinas: Papirus, 1989.
- CHAUÍ, M. S. “Apresentação”, in BOSI, E. *Memória e Sociedade – Lembranças dos Velhos*. 2ª ed. São Paulo, Edusp, 1987.
- CHAUNU, Pierre. “A Economia: Ultrapassagem e Prospectiva” in LE GOFF, J. e NORA, P. *História: Novas Abordagens*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- _____. *Histoire quantitative, histoire sérielle*. Paris: A Collin, 1978.
- CHRISTÄLLER, Walter. *Die zentralen Orte in Süddeutschland*. Gustav Fischer: Jena, 1933.
- CIAVATTA, Maria. *O mundo do trabalho em imagens, a fotografia como fonte histórica*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2002.
- CLAPHAM, J. H. *A Concise Economic History of Britain*. Cambridge, 1949.
- COLLINGWOOD, E. *The Idea of History*. Londres, Ed. Presença, 1932.
- CORRÊA, Roberto Lobato & Zeny Rozendahl. “Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura”. In CORRÊA, Roberto Lobato & Zeny Rozendahl (Orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, pp.7-11.

COSGROVE, Denis. “A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas”. In CORRÊA, Roberto Lobato & Zeny Rozendahl (Orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998, pp. 92-123.

COSTA, Iraci Del Nero. “Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Jr”. *Coleção Cadernos NEHD* vol. 3, São Paulo, NEHD, 1995.

COSTA, N. *O conhecimento científico*. São Paulo, Discurso Editorial/FAPESP, 1997.

_____. *Ensaio sobre os fundamentos da lógica*. São Paulo, Hucitec, 1980.

COURTINE, J. “Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse Du discours: à propos du discours communiste adresse aux chétiens”. *Languages*, n. 62, p.9-127, juin, 1981.

CROCE, B. *Théorie et histoire de l'historiographie*. Trad. de A. Dufuor, Genebra, 1968.

DAIX, Pierre. *Fernand Braudel. Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

DARTON, R. *Boêmia Literária e Revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

D'CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DEBORD, Guy. *La société du Spectacle*. Paris: Buchet-Chastel, 1967.

DELEUZE, Gilles. & Parnet. *Diálogos*. Lisboa: Relógio d'Água, 2004.

_____. & Guattari, Félix. *O Anti-édipo: Capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.

_____. *Conversações*. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____. & Guattari, Félix. *O que é filosofia*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

DERRIDA, Jacques. *Aprender finalmente a viver*. Coimbra: Ariane Editora, 2005.

_____. & Roudinesco, Elisabeth. *De que amanhã... Diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. *Sob palavra: instantâneos filosóficos*. Lisboa: Fim de Século, 2004.

_____. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. *Posições*. Porto Alegre: Autêntica, 2001.

_____. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. *Positions*. Paris: Minuit, 1972.

DESCARTES, René. *Les principes de la philosophie*. Paris: Librairie philosophique J. Vrin, 1993.

_____. *Discours de la méthode*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1989.

DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aço. Os destinos das sociedades humanas*. 11ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2009.

DOBB, Maurice. *La economía soviética*. Havana: Editorial, 1946.

_____. *Studies in the Development of Capitalism*. Londres, 1946.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo. O canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. Bauru: Edusc, 2007, Vol. II.

_____. *História do Estruturalismo. O campo do signo (1945-1966)*. Bauru: Edusc, 2007, Vol. I.

_____. *A História*. Bauru: Edusc, 2003.

_____. *O Império do sentido: a humanização das ciências humanas*. Bauru: Edusc, 2003.

_____. "O Traje Novo do Presidente Braudel" In: MARCOS LOPES (Org) *Fernand Braudel. Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. *A história à prova do tempo da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. *New History in France: The Triumph of the Annales*. 2ª Ed. Illinois: University of Illinois Press, 1994. (a 1ª edição francesa é de 1987).

_____. *A história em migalhas: dos Annales à nova história*. Trad. Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, 1992.

_____. *L'histoire en miettes des "Annales" à la "nouvelle histoire*. Paris: La Découverte, 1987. (publicado no Brasil em 1992, Ed. Ensaio).

_____. *Histoire Du structuralisme. I. Le Champ Du Signe*. Paris: La Découverte, 1991.

_____. *Histoire Du Strucuturalisme. II. Le Chant Du Cigne, de 1967 a nossos dias*. Paris: La Découverte, 1991.

DUBY, G. *The Legend of Bouvines*. Cambridge: Cambridge, 1990.

_____. *Guillermo El Mariscal*. Madrid: Alianza Ed., 1985.

_____. *Les trois ordres ou liminaire du féodalisme*. Paris: Gallimard, 1978.

_____. "Histoire des Mentalités" In Samaran, C. L., *Histoires es ses Méthodes*. Paris: Gallimard, 1961, (*Encyclopédic de Ia Pléiade*).

DURKEIM, Émile. "A função da divisão social do trabalho [Capítulo 1: Método para determinar essa função]" in *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

- _____. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- _____. *As formas elementares da vida religiosa. O sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. *A educação moral*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. *O suicídio*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- _____. *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Ícone, 1994.
- _____. *Lições de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Política*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- FEBVRE, Lucien. *A Europa gênese de uma civilização*. Bauru: EDUSC, 2004.
- _____. & Martin, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- _____. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. *Michelet e a renascença*. São Paulo: Página Aberta, 1995.
- _____. *Combates pela História*. Lisboa: Presença, 1986.
- _____. *La terre et l'évolution humaine introduction géographique à l'histoire*. Paris: Albin Michel, 1979.
- _____. *Lucien Febvre: história*. São Paulo : Atica, 1978.
- _____. *A New kind of History*. New York: Harper and Row, 1973.
- _____. *Amour sacré, amour profane autour de l'Heptaméron*. Paris: Gallimard, 1971.
- _____. *Erasmus, la contrarreforma y el espíritu moderno*. Barcelona : Martinez Roca, 1970.
- _____. & Fernand Braudel. *Rumos do Mundo*. Lisboa: Cosmos, 1963.
- _____. *Pour une histoire à part entière*. Paris, S.E.V.P.E.N., 1962.
- _____. & Martin, Henri-Jean. *L'apparition du livre*. Paris: Albin Michel, 1958.
- _____. *Au coeur religieux du XVIe siècle*. Paris: S.E.V.P.E.N., 1957.
- _____. "Marc Bloch". *Architects and Craftsmen in History: Festschrift für A. P. Usher*. Tübingen (1956): 75-84.
- _____. *Martin Lutero: um destino*. México: F.C.E., 1956.

- _____. *Eventail de l'histoire vivante*. Paris : Armand Colin, 1953.
- _____. *Combats pour l'histoire*. Paris: A. Colin, 1953.
- _____. *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle. La religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, Éditeur, 1947.
- _____. “Souvenirs d’une grande histoire: Marc Bloch et Strasbourg”. In: *Memorial des années 1939-1945*. Strasbourg, Faculté des Lettres, 1945.
- _____. *Le problème de l'incroyance au 16e siècle: la religion de Rabelais*. Paris, Albin Michel, 1942.
- _____. “Une question mal posée”. *Revue Historique*, 30 (1929): 44-107.
- _____. *Un destin, Martin Luther*. Paris: PUF, 1928.
- _____. *La terre et l'évolution humaine*. Paris: Albin Michel, 1922.
- _____. *Philippe II et la Franche-Comté étude d'histoire politique, religieuse et sociale*. Paris: H. Champion, 1912.
- _____. *Philippe II et la Franche-Comté*. Paris: H. Champion, 1911.
- FERRO, Marc. *O ressentimento na história*. Lisboa: Teorema, 2009.
- FOGEL, Robert W. & G. R. Elton, *Which Road to the Past?* Londres, New Haven, 1983.
- _____. *Scientific History and Tradicional history*. Londres, New Haven, 1979
- _____. *Railroads and American Economic Growth*. Baltimore, 1964.
- FONTANA, J. *La Historia después del fin de la Historia: reflexiones acerca de la situación actual de la ciencia histórica*. Barcelona, Crítica, 1992.
- _____. *História; análisis Del pasado y proyeto social*. Barcelona: E. Crítica/Grijalbo, 1982, pp. 205-9.
- FOUCAULT, Michel. *A história da loucura na idade clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.
- _____. *Isto não é um cachimbo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- _____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. *A arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. [Org. de textos Manoel Barros da Motta, trad. Elisa Monteiro] Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- _____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. *Arqueologia do Saber*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d'Água, 1997.
- _____. “Les mailles du pouvoir” In *Dits et Ecrits*, vol. 4. Paris: Galimard, 1994, pp. 182-201.
- _____. “‘Omnes et singulatim’: vers une critique de La raison politique” In: *Dits et Ecrits*, vol. 4. Paris: Gallimard, 1994, pp. 134-161.
- _____. *Surveiller et punir*. Paris: Gallimard, 1993.
- _____. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 1992.
- _____. “Politics and the study of discourse” In G. Burchell, C. Gordon & P. Miller (Eds.). *The Foucault effect: studies in governmentality*. Londres: Harvester, 1991. Wheatsheaf, pp. 52-72.
- _____. *Dialogo sobre el poder*. Madrid: Alianza, 1985.
- _____. “Genealogia e poder”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- _____. *L'Ordre Du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- _____. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- _____. *Les mots et les choses. Une archaéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966.
- FRAGINALS, Manuel M. *La história como arma*. Barcelona, Grijalbo, 1983.
- FRAGO, Antonio Viñao. “Lenguaje e realidad: El discurso histórico y su aplicación al ámbito histórico-educativo”. *Anales de Pedagogía*, 1996, nº 14, 157-214.
- FRAGOSO, J. & Manolo Florentino. *A Economia Colonial Brasileira—Sécs XVI – XIX*. São Paulo: Atual, 1998.
- FREITAS, Inês Aguiar de et al. “A janela de Hitler”. *GeoUERJ, Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, 6 (jul.dez-1999): 29-36.
- FRIEDMANN, Georges. *Villes et campagnes. Civilisation urbaine et civilization rurale em France*. Paris: Armand Colin, 1953.

FURTADO, Celso. *A Economia Latino Americana. Formação Histórica e Problemas Contemporâneos*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *Os Ares do Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *A Fantasia Desfeita*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *A Fantasia Organizada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *O Brasil Pós-Milagre*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

_____. *Formação Econômica do Brasil*. 17ª ed. São Paulo: Nacional, 1980.

_____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 6ª ed. São Paulo: Nacional, 1978.

_____. *Prefácio a Nova Economia Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1968.

_____. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

_____. *A Economia Brasileira. Contribuição à Análise do seu Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

GADET, F. & HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1993.

GALISON, Peter. *Relógios de Einstein e os Mapas de Poincaré*. Lisboa: Gradiva, 2005.

GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GEMELLI, G. *Fernand Braudel*. Paris: Odile Jacob, 1995.

GEYL, P. *Debates with Historians*. Haia, 1965.

GINZBURG, Carlo. *O Fio e os Rastros*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

_____. *Relações de força. História, retórica, prova*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

_____. *A micro-história e outros ensaios*. Trad. de Antonio Marino. Lisboa: Difel/ Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1991.

_____. *O Queijo e os vermes*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

_____. *The Cheese and the Worms: The Cosmos of a Sixteenth Century*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1980.

GOFFMANN, E. *La presentacion de la persona en la vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrurtu, 1959.

GOLDFARB, J. L. *Voar também é com os Homens: O Pensamento de Mário Schenberg*. 1ª. ed. São Paulo: EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo, 1994. 208 p.

GOMES, Mércio Pereira, *Antropologia: ciência do homem, filosofia da cultura*. São Paulo: Contexto, 2008.

GRATALOUP, C. “L’appel des grands espaces”. *Espaces Temps* (34/35), 1986.

GREGOLIN, M. R. F. V. “Olhares oblíquos sobre o sentido do discurso”. In: Maria do Rosario Valencise Gregolin; Roberto Leiser Baronas. (Org.). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. 01 ed. São Carlos, SP: Claraluz, 2001, v. 01, p. 02-16.

GRESPLAN, Jorge L. “A teoria da história em Caio Prado Jr.: dialética e sentido” In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 47, setembro de 2008, pp. 57-74.

_____. “A Economia Mundo” In: *Jornal de resenhas*, nº 76, 14.07.2001, vol. 3, pp. 2194-2196. São Paulo: Discurso Editorial, 2002.

_____. *O Negativo do Capital. O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1998.

GUARIBA NETTO, Ulysses Telles. *Leitura da obra de Lucien Febvre e Marc Bloch nos Annales*. Tese de Doutorado, Assis: FFCL de Assis, 1973.

GUARINELLO, Norberto L. “História científica, história contemporânea e história cotidiana”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, nº 48, 2004, pp. 13-38.

_____. “História Científica e Memória Coletiva”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 7, n. 13, 1994, pp. 49-62.

_____. “Memória Coletiva e História Científica”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 4, n. 28, 1994, pp. 180-193.

GUIRADO, M. *A clínica psicanalítica na sombra do discurso. Diálogos com aulas de Dominique Maingueneau*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

_____. *Psicanálise e análise do discurso. Matrizes institucionais do sujeito psíquico*. São Paulo, Summus, 1994.

HALKIN, L. E. *Initiation à La critique historique*. Paris, 1953.

HALPHEN, Louis. “L’Histoire sociale, Sources et méthodes”. In: *Colóquio da École normal supérieure de Saint-Cloud*, 15-16 de maio de 1965, Paris, 1967.

- _____. *Introduction à l'histoire*. Paris, 1946.
- HARRIS, Zellig. *Discourse Analysis*. Pensilvania: Sapis, 1952.
- HARTOG, François. "O olhar distanciado: Lévi-Strauss e a história". *Topoi*, 7, 12 (jan-jun 2006): 9-24.
- HAYEK, Friedrich von. *Scientifisme et Sciences Sociales*. Paris: Plon, 1953.
- HEIDEGGER, Martin. *The principle of reason*. Bloomington: Indiana University Press, 1996 [Edição original: 1957].
- HEGEL, G. *A Razão na História*. Introdução à filosofia da história universal. Lisboa: edições 70, 1995.
- HEISENBERG, W. *Física e Filosofia*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.
- HELLER, Agnes. *Uma teoria da História*. Trad. Dilson Bento F.F.Lima. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- _____. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ed. 62, 1970.
- HEMPEL, C. G. *Filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- HICKS, J. R. *A Theory of Economic History*. Londres: Oxford, 1969.
- HOBBSAWM, Eric J. "Marx et la pensée scientifique contemporaine". *Haia e Paris*, (1969): 197-211.
- _____. "Capitalisme et agriculture: les réformateurs Ecossais au XVIII siècle", *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*, 33 (maio-junho de 1978), pp. 580-601.
- _____. *As Origens da Revolução Industrial*. São Paulo: Global Editora, 1979.
- _____. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.
- _____. *Os Trabalhadores: Estudos Sobre a História do Operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- _____. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Estratégias para uma Esquerda Racional: Escritos Políticos 1977-1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. "O ressurgimento da narrativa: alguns comentários". *RH – Revista da História*, São Paulo, n 2/3, 1991, pp. 39-46.
- _____. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- _____. *Sobre História*. São Paulo: Ed. Schwarcz, 1998.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- _____. *Revolucionários: Ensaio Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- _____. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2003.
- _____. *História Social do Jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. *Pessoas Extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- _____. *Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. *O Novo Século: Entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- _____. *Tempos Interessantes: Uma vida no século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- _____. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- _____. & Terence Ranger (Orgs). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- _____. *Nações e Nacionalismo desde 1780. Programa, Mito e Realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- _____. *Mundos do Trabalho: Novos Estudos Sobre a História Operária*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- _____. *Era dos Extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- _____. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. 25ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____. *Era do Capital (1848-1875)*. 15ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 12ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- HUFTON, O. "Fernand Braudel", *Past and Present*, No. 112 (Aug., 1986), pp. 208–213.
- HUIZINGA, J. *Men and Ideas: essays*. London: Meridien Books, 1960.
- HUNT, Lynn (Org.) *A Nova História Cultural*. Trad. Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JAFFÉ, William. "Menger, Jevons and Walras de-homogenized". *Economic Inquiry*, 14,4, 1976.
- _____. "Léon Walras's Role in the 'Marginal Revolution of the 1870's". *History of Political Economy*, 4, 2, (1972).
- JAPIASSÚ, Hilton. *Para ler Bachelard*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. (Série Para ler).

JAVEAU, Cl. *La société au jour le jour. Écrits sur la vie quotidienne*. Bruxelles: De Boeck-Wesmael, 1991.

JUNG, Carl Gustav. *Sincronicidade*. Petrópolis: Vozes, 2000.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 7ª Edição, 2002.

KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

KULA, Witold, *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Península, 1977.

LANGLOIS, C. V. & SEIGNOBOS, C. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.

_____. *Introduction aux études historiques*. Paris, s/ed., 1898.

LAUDER, Derek. *Modern social theory: Key debates and new directions*. Londres: University College of Londres Press, 1997.

LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A (orgs.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal, Lógica Dialética*. 3ª.ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. *Critique de la Vie Quotidienne III: De la modernité au modernisme (pour une métaphilosophie du quotidien)*. Paris: Arche, 1981.

_____. *Critique de la Vie Quotidienne II: Fondements d'une sociologie de la quotidienneté*. Paris: Arche, 1980.

_____. *Critique de la Vie Quotidienne I: Introduction*. Paris: Arche, 1977.

_____. *La Survie du Capitalisme*. Paris: Anthropos, 1973.

_____. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: L Arch, 1958.

LEFORT, Claude. "Histoire et sociologie dans l'oeuvre de Fernand Braudel". *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris: Seuil, 5 (13):125.

LE GOFF, Jacques (Org.). *História Nova*. 4ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

_____. "Documento/Monumento". *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997. Vol.1, Memória-História. p.96-105.

_____. "Memória". *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997. Vol.1, Memória-História. p.11-50.

- _____. “Documento/Monumento” In *História e Memória*. 4ª ed. Campinas: Unicamp, 1996.
- _____. “Na Idade Média: tempo da Igreja e o tempo do mercador”. In: *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- _____. *La nouvelle histoire*. Paris: Retz, 1978.
- _____. & P. Nora (Orgs.), *Faire de l’histoire*, Paris, 1974, 3 v.
- LEITE, N. V. A. *Psicanálise e análise do discurso. O acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *Montaillou*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- _____. “Event and Long Term in Social History” in *Territory of the Historian*. Londres, Hassocks, 1979.
- _____. *The Territory of the Historian*. Londres, Hassocks, 1979.
- _____. *Le territoire de l’historien*. Paris: Gallimard, 1973.
- LÉVY-LEBLOND, Jean-Marc, *L’esprit de sel*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1981.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac-Naify, 2008 [Título original: *Anthropologie structurale*. 1958].
- _____. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Cia das Letras, 2007. [Título original: *Tristes Tropiques*, 1955].
- _____. *A origem dos modos à mesa*. Coord. Beatriz Perrone-Moisés/Trad. Carlos Eugênio de Moura. São Paulo: Cosac-Naify, 2006, Série Mitológicas [Título original: *L’origine des manières de table*, 1968].
- _____. *O cru e o cozido*. Coord. Beatriz Perrone-Moisés/Trad. Carlos Eugênio de Moura. São Paulo: Cosac-Naify, 2006, Série Mitológicas [Título original: *Le cru et le cuit*, 1964].
- _____. *O homem nu*. Coord. Beatriz Perrone-Moisés/Trad. Carlos Eugênio de Moura. São Paulo: Cosac-Naify, 2006, Série Mitológicas [Título original: *L’homme nu*, 1971].
- _____. *Do mel às cinzas*. Coord. Beatriz Perrone-Moisés/Trad. Carlos Eugênio de Moura. São Paulo: Cosac-Naify, 2006, Série Mitológicas [Título original: *Du miel aux cendres*, 1967].
- _____. *De perto e de longe*. São Paulo: Cosac-Naify, 2005.
- _____. “L’ethnologue devant les identités nationales”. *XVII Premi internacional Catalunya*, 2005. *Barcelone, Generalitat de Catalunya*. Paris: Académie Française, 2005.
- _____. “Préface” in BENZI, Luis Donisete (Org.) *Brésil indien: les arts des Amérindiens du Brésil*. Paris: Éditions de la Réunion des musées nationaux, 2005, pp.16-17.

- _____. *La Voie des masques*. Paris : Plon, 2004 [1975].
- _____. *Raça e história*. Lisboa: Presença, 2004 [Título original: *Race et histoire*, 1952].
- _____. “De grées ou de force”, *L’Homme, revue française d’anthropologie*, 163 (2002): 7-18.
- _____. *De près et de loin suivi de Deux ans après*. Paris: O. Jacob, 2001.
- _____. “Productivité et condition humaine”, *Etudes rurales*, 159-160 (2001): 129-144.
- _____. “Figures en sablier” in MARANDA, Pierre (Org.). *The Double Twist. From Ethnography to Morphodynamics*, Toronto: University of Toronto Press, 2001, pp. 15-32.
- _____. *Olhar Escutar Ler*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. [Título Original: *Regarder Écouter Lire*, Paris: Plon, 1993].
- _____. *Saudades do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2001 [Edição original: 1994].
- _____. & Ricardo Mendes (Org.). *Saudades de São Paulo*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Inst. Moreira Salles/Cia das Letras, 2002 [Edição original: 1996].
- _____. “Apologue des amibes” in JAMARD, Jean-Luc, TERRAY, Emmanuel, XANTHAKOU, Margaritha (Orgs.). *En substances: textes pour Françoise Héritier*. Paris: Fayard, 2000, pp. 493-496.
- _____. “La leçon de sagesse des vaches folles”, *Champ libre*, 11, 3 (2000).
- _____. *L’Identité séminaire interdisciplinaire*. Dirige par Claude Lévi-Strauss. Paris: PUF, 2000.
- _____. *Mito e Significado*. Trad. António Marques Bessa. Lisboa: Edições 70, 2000.
- _____. *La pensée sauvage*. Paris: Plon, 1998 [Edição original: 1962].
- _____. “La sexualité féminine et l'origine de la société”, *Les Temps Modernes*, 598 (1998): 78-84.
- _____. *Le Père Noël supplicié*. Pin-Balma: Sables, 1994.
- _____. “Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem” in LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural II*. Ttradução de Tânia Jatobá, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1993.
- _____. “Siamo tutti cannibali”, *La Repubblica*, (10 octobre 1993).
- _____. *História de Lince*. São Paulo: Cia das Letras, 1993 [Título original: *Histoire de lynx*, 1991].
- _____. & ERIBON D., *De près et de loin. Suivi d'un entretien inédit "Deux ans après"*, Paris: O. Jacob, Collection Points, 1990.

- _____. *Des symboles et leurs doublés*. Paris: Plon, 1989.
- _____. *De près et de loin*. Paris: Odile Jacob, 1988
- _____. *A Oleira ciumenta*. Lisboa: Edições 70, 1987 [Título original: *La potière jalouse*, 1985].
- _____. “Fernand Braudel”. *Esprit*, n. 111, Paris, fev. 1986.
- _____. *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- _____. *La vía de las máscaras*. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1985 [Título original: *La voie des masques*, 1975].
- _____. “Du mariage dans un degré rapproché” in GALEY, Jean Claude (Org.). *Différences, valeurs, hiérarchi : textes offerts à Louis Dumont*. Paris, Ed. de l'EHESS, 1984, pp. 79-89.
- _____. *Paroles données*. Paris: Plon, 1984.
- _____. “Histoire et ethnologie”. *Annales, économies, sociétés, civilisations*, 38, 6 (Nov.1983): 1217-1231.
- _____. *Le Regard éloigné*. Paris: Plon, 1983.
- _____. *L'identité*. Paris: Quadrige, 1983.
- _____. “L'adieu à la cousine croisée”. *Les Fantaisies du voyageur, XXXIII variations Schaeffer*. Paris Société française de Musicologie, (1982): 36-41
- _____. “Culture et nature. La condition humaine à la lumière de l'anthropologie”, *Commentaire*, 15 (1981): 365-372.
- _____. “Nobles sauvages”. *Culture science et développement: contribution à une histoire de l'homme. Mélanges en l'honneur de Charles Morazé*. Toulouse, Privat (1979): 41-55.
-
- _____. “A noção de estrutura em Etnologia” In CAMARA Jr., J. M. *Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.
- _____. *Seleções de Texto*. São Paulo: Abril, 1976.
- _____. “Structuralisme et empirisme”, *L'Homme, revue française d'anthropologie*, 16, 2-3 (1976): 23-39.
- _____. “Réflexions sur l'atome de parenté”, *L'Homme, revue française d'anthropologie*, 13, 3 (1973): 5-30.
- _____. “Comment meurent les mythes”, *Esprit*, 39 (1971): 684-706.
- _____. *Mithologiques*. Paris: Plon, 1971.
- _____. *Structures élémentaires de la parenté*. Paris: Mouton, 1971 [Edição original: 1949].

- _____. "Discours pour la remise de la médaille d'or du CNRS", *Le Monde*, (13 janvier, 1968) : 9.
- _____. "Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss" in MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie*. 3^a Ed. Paris: Presses universitaires de France, 1966 [Edição original: 1950].
- _____. "La Sociologia Francesa" In: GURVITCH, G; MOORE, W, E. (Orgs.). *La Sociologia del Siglo XX*. Barcelona: Ateneo, 1965. v. II, pp. 12-23.
- _____. "Le triangle culinaire", *L'Arc*, 26 (1965): 19-29.
- _____. "The future of kinship studies. The Huxley Memorial Lecture 1965", *Proceedings of the Royal Anthropological institute of Great Britain and Ireland*, (1965): 13-22.
- _____. "A crise moderna da Antropologia", *Revista de Antropologia*, São Paulo, 10, 1-2 (1962).
- _____. "Jean-Jacques Rousseau, fondateur des sciences de l'homme", *Jean-Jacques Rousseau*. Neuchâtel, La Baconnière, 1962.
- _____. "Les limites de la notion de structure en ethnologie" in BASTIDE, Roger (Org.), *Sens et usages du terme structure*. La Haye, Mouton (1962): 40-45.
- _____. *O totémismo hoje*. Trad. de José António Braga Fernandes Dias. Lisboa: Edições 70, 1986 [Título original: *Le totémisme aujourd'hui*, 1962].
- _____. "L'anthropologie sociale devant l'histoire", *Annales*, 15, 4 (1960): 625-637.
- _____. "Le problème de l'invariance en anthropologie", *Diogène*, 31 (1960): 23-33.
- _____. "On manipulated sociological models", *Bijdragen tot de Taal-, Land-, en Volkenkunde*, 116, 1 (1960): 45-54.
- _____. *Leçon inaugurale au Collège de France*. Paris: Collège de France, 1960.
- _____. "La geste d'Asdiwal", *Annuaire de l'Ecole Pratique des Hautes Études (Sciences religieuses)*, 1958-1959, (1959): 3-43.
- _____. *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958.
- _____. "Les organisations dualistes existent-elles?". *Bijdragen tot de Taal-, Land-, en Volkenkunde*, 112, 2 (1956): 99-128.
- _____. "Sur les rapports entre la mythologie et le rituel", *Bulletin de la société française de philosophie*, 50, 3 (1956): 99-125.
- _____. "Les mathématiques de l'homme", *Bulletin international des sciences sociales*, 6, 4 (1954-1955): 643-653.
- _____. "Le Père Noël supplicié", *Les Temps Modernes*, 77 (1952): 1572-1590.

- _____. “Introduction à l’œuvre de Marcel Mauss”, in Marcel Mauss, *Sociologie et anthropologie*. Paris, Presses Universitaires de France : IX-LII, 1950.
- _____. “Histoire et ethnologie”. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 54, (1949).
- _____. *La vie familiale et sociale des Indiens Nambikwara*. Paris: PUF, 1949.
- _____. “L’efficacité symbolique”, *Revue de l’histoire des religions*, 85, 1 (1949): 5-27.
- _____. “Le sorcier et sa magie”, *Les Temps Modernes*, 41 (1949): 3-24.
- _____. “La vie familiale et sociale des indiens Nambikwara”, *Journal de la société des américanistes*, 37 (1948): 1-132.
- _____. “La Sociologia Francesa” In: GURVITCH, G; MOORE, W, E. (Orgs.). *La sociologie au XX siècle: les études sociologiques dans les différents pays*. Paris: Presses Universitaires de France, 1947, v. II, p. 513-541.
- _____. “La Sociologia Francesa” In: GURVITCH, G; MOORE, W, E. (Orgs.). *Twentieth Century Sociology*. Nova York: s/Ed, 1946, capítulo II.
- _____. “L’analyse structurale en linguistique et en anthropologie”, *Word, Journal of the Linguistic Circle of New York*, I,2 (1945): 1-12.
- _____. “On dual organization in South America”, *America Indígena*, 4, 1 (1944): 37-47.
- _____. “Contribution à l’étude de l’organisation sociale des Indiens Bororo”, *Journal de la Société des américanistes*, 28, 2 (1936): 269-304.
- LÉVY-LEBOYER, M. “La ‘New Economic History’”, *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*, 24 (1969).
- LIMA, Luiz Costa . *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Cia das letras, 2006.
- LOPES, Marco A. (Org.). *Tempo e História*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- LOCKE, John. *Two Treatises of Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- _____. *An Essay concerning human understanding*. London: Printed for Thomas Basset, 1690.
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. Lisboa: Publicações Escorpião, 1974.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- MAFFESOLI, Michel. *A Conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª ed. Campinas: Pontes/Unicamp, 1997.
- MALINOWSKI, B. *A Scientific Theory of Culture, and Other Essays*. Chapel Hill, NC, 1944.

- MANDROU, Robert. Robert Mandrou, “Estatuto Científico da História”, In HIGOUNET, C.; MAZURIC, C.; PALMADE, G. et al. *História e Historicidade*. Lisboa: Gradiva, 1988, pp. 15-33.
- MARCZEWSKI, Jean. *Introdução à l’histoire quantitative*. Paris: s/ed., 1965.
- MARIOTTI, Eduardo B. *Balanço do Debate: A Transição do Feudalismo ao Capitalismo*. São Paulo, Hucitec, 2004.
- MARROU, H. I. *De La connaissance historique*. Trad. Editorial Áster. Paris, 1956.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. “Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP”. *Revista de História (USP)*, São Paulo, v. 146, n. 146, (2002): 11-27.
- _____. *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo, Edusp, 1999.
- _____. “Fernand Braudel ou o sorriso da história”. In: Paulo Henrique MARTINEZ; Afrânio Mendes CATANI. (Org.). *Sete ensaios sobre o Collège de France*. São Paulo: Cortez, 1999, v. 1, p. 31-42.
- _____. & RICÚPERO, B. “Fernand Braudel resenha Caio Prado Júnior”. São Paulo - SP, 1999. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação).
- MARTIN, Hervé. “Le structuralism et l’histoire. In: *Les écoles hitoriques*. Paris, Seuil, 1990.
- MARX, Karl & Friedrich Engels. *Ideologia Alemã*. (I-Feuerbach). 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. 4ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *Elementos fundamentales para la Crítica de la Economía Política - Grundrisse*. Cidade do México: Siglo XXI editores, 1986.
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Col Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- _____. & Friedrich Engels. *The German Ideology*. Collected Works, vol. V. Londres: 1976.
- _____. *El Capital*. México: Siglo XXI, 1975.
- _____. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Escriba, 1968.
- _____. *Le Capital*. Paris: Editions Sociales, 1960.
- MAUGÜÉ, Jean. *Les dent agacées*. Paris: Buchet Castel, 1982.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac-Naify, 2008.
- MEINECKE, F. *Die Entstehung des historismus*. Berlim, 1936.

Mélanges en l'honneur de Fernand Braudel. Paris: Privat, 2 volumes, 1972 (tome I: "Histoire économique du monde méditerranéen, 1450-1650"; tome II: "Méthodologie de l'Histoire et des sciences humaines").

MELO, M. F. V. "Psicanálise e análise de discurso: interlocuções possíveis e necessárias" In: *Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology on Line*, V. 1, pp. 61-71.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. "Os paradoxos da memória social". In MIRANDA, Danilo Santos de. (Org.). *Memória e cultura. A importância da memória na formação cultural humana*. 1a. ed. São Paulo: Edições SESC/SP, 2007, pp. 13-33.

_____. "A cidade como bem cultural. Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano". *Preservação: Arqueologia, arquitetura, cidades*. IPHAN/9R, 2005.

_____. "Rumo a uma história visual". In MARTINS, José de Souza; Eckert, Cornélia & Novaes, Sylvia Caiuby. (Org.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2005, pp. 33-56.

_____. "Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares". *Revista de Brasileira de História*. 23, 45 (Jul. 2003): 11-36.

_____. "A paisagem como fato cultural". In YÁZIGI, Eduardo (Org.). *Paisagem e turismo*. São Paulo: Contexto, 2002, pp. 29-64.

_____. "A crise da memória, História e documento". In SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória. Trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999, pp. 11-30.

MILNER, Jean-Claude. *Le Périple Structural. Figures et paradigme*. Paris: Seuil, 2002

MOKYR, Joel. *The Economics of the Industrial Revolution*. Londres, 1985.

MOMIGLIANO, A. Origines des recherches sur l'antiquité. In: *Les Fondations du Savoir historique*. Paris: Belles Lettres, 1992, p.61-91.

MORRIS, Charles, *Signs, Language, and Behavior*. New York: Prentice-Hall, 1946.

NAPOLITANO, Marcos. "Fontes Audiovisuais: A História depois do papel" In. PINSKY, Carla B. (Org.) *Dimensões Históricas do Audiovisual*. São Paulo: Contexto, 2001.

NORDMANN, Charles. *Notre maître le temps*. Paris: Hachette, 1929.

NORTH, Douglass C. "Beyond the Economic History" In *The Tasks of Economic History*. The Journal of Economic History, V. 34, Issue 1, Mar. 1974, pp. 1-7.

NOVAIS, Fernando A. "Fernando Novais: entrevista". *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol. 42, nº 2. São Paulo, jun, 2008.

_____. “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna” In: *História da vida privada no Brasil*. Coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais; organizadora do volume: Lilia Moritz Schwarcz. 5ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. *História da vida privada no Brasil*. Coordenador-geral da coleção: Fernando A. Novais; organizadora do volume: Lilia Moritz Schwarcz. 5ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. “A descolonização da história. [Entrevista]” In: Folha de S. Paulo. Mais! São Paulo, 20 nov. 2005. p. 4-5.

_____. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

_____. “Com a publicação deste livro... [Prefácio]” In: *Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo*. São Paulo, Hucitec, 2004.

_____. *A Independência política do Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. “Anacronismo que, no dizer... [Prefácio]” In JANCSO, I. *Na Bahia, contra o Imperio: Historia do Ensaio de Sedicao de 1798*. São Paulo/Salvador : Hucitec/Edufba, 1996.

_____. “Caio Prado Junior na historiografia brasileira” In: *Historica: Revista do Arquivo São Paulo*, v.1 , p.16-23, 1993.

_____. “As dimensões da independência” In MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

_____. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. “Inteligência brasileira” In MORAES, R; Ricardo Antunes, Vera B. Ferrante (Orgs). São Paulo, SP : Brasiliense, 1986.

_____. “Anotações sobre a vida cultural na época do Antigo Regime” In *Discurso* São Paulo, n. 10, p. 49-59, maio, 1979.

_____. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. “Considerações sobre o sentido da colonização” In *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 6, p. 54-65, 1969.

NÓVOA, António. “Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional” In NÓVOA, António (Org.). *Vida de Professores*. Porto, Porto Editora, 2007.

Œuvres de Karl Marx dans la Bibliothèque de la Pléiade. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1965, 4 Tomos (Économie 1, Économie 2, Philosophie, Politique 1).

Ó, Jorge Ramos do. “A crítica pós-estruturalista e a emergência de uma escrita científica de si: os desafios de Barthes, Deleuze, Derrida e Foucault” In *Anais da 31ª Reunião Anual da ANPED*, Caxambu, 2008.

_____. *O governo de si mesmo: Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX-meados do século XX)*. Lisboa: Educa, 2003.

PALHARES-BURKE, M. L. G. *As muitas faces da história. Nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000.

PEARSON, Keith Ansell. *Philosophy and the adventure of the virtual*. London: Routledge, 2002

PECEQUILO, Cristina S. *Continuidade ou Mudança: A Política Externa dos EUA*. São Paulo: Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1999.

PÊCHEUX, Michel. “A análise de discurso: três épocas”. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1993.

_____. *Discurso: acontecimento ou estrutura*. Campinas: Pontes, 1990.

_____. & FUCHS, C. “Mises au point et perspectives à propos de l’analyse automatique du discours”. *Langage*, 37, 1975.

_____. *L’analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

PENALVES, Antonio. “Tempo histórico e civilização material” In: LOPES, M. A. *Fernand Braudel, tempo e história*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp.21-34.

PERRONE-MOISÉS, B. “Apresentação” In TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. “Claude Lévi-Strauss, aos 90”. *Revista de Antropologia (São Paulo)*, v. 42, n. 1-2, p. 9-25, 1999.

PERROT, Jean Claude. “Le présent et la durée dans l’oeuvre de Fernand Braudel”. *Annales ESC*, 36, 1 (1981): 3-15.

PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: Uma introdução*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PLEKHANOV. *A concepção materialista da história*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

PIRRENE, Henri. *Les villes du Moyen-Age, essai d’histoire économique et sociale*. Bruxelas: Lamertin, 1927.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação - as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980. Tradução de Fanny Wrobel.

POMIAN, Krzystof. “A história das estruturas”. In LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (Orgs.). *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1990.

_____. “L’heure des Annales”. In: NORA, P. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1986.

_____. “Impacto f the Annales School in Eastern Europe”. *Review*, 1 (1978): 101-18.

POPPER, Karl R. *Conjecturas e refutações*. Brasília, UNB, 1981.

_____. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix, 1972.

_____. *Logik der Forschung*. Viena, 1935 (trad. inglesa: *The Logic of Scientific Discovery*. London, 1959).

PRADO Jr, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. *Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 17ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. *História e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

_____. *O estruturalismo de Levi-Strauss [e] o marxismo de Louis Althusser*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

_____. *O Mundo do Socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

_____. *Introdução à Lógica Dialética (Notas Introdutórias)*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

_____. *Esboço de Fundamentos da Teoria Econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1954.

_____. *Dialética do conhecimento*. São Paulo: Brasiliense, 1952.

RAMINELLI, R. “Lucien Febvre no caminho das mentalidades” In: R. História, São Paulo, n. 122, p. 97-115, jan/jul.1990.

REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. *O desafio historiográfico*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

_____. *História, a Ciência dos Homens no Tempo*. 2ª. ed. Londrina: Edue, 2009.

_____. “História da História (1950/60). História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss”. *História da Historiografia*, 1 (2008): 8-18.

_____. *Nouvelle Histoire e o Tempo Histórico a Contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. *Escola dos Annales: a Inovação em História*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. “A temporalidade e os seus críticos” In Lopes, Marcos A. *Fernand Braudel, tempo e história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 111-122.

_____. “Da História Global à História em Migalhas: o que se ganha, o que se perde?”. In PETERSEN, Silvia (Org.). *Questões de teoria e metodologia da História*. Porto Alegre: UFRS, 2000, v. 1, p. 195-227.

_____. *Escola dos Annales, a Inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. “Anos 1960: Caio Prado Jr e a ‘Revolução Brasileira’” In *Revista Brasileira de História*, Anpuh - São Paulo, v. 37, p. 32-40, 1999.

_____. “Marxismos e Annales: Programas Históricos Antagônicos, Complementares ou Diferenciados?”. *Varia História*, Belo Horizonte, 19 (1999): 68-91.

_____. “Annales: A renovação teórico-metodológica da História”. In SAVIANI, D; J. L. Sanfelice (Org.). *História e História da Educação*. 1 ed. Campinas: Autores Associados, 1998, pp. 25-49.

_____. *Annales. A renovação da História*. Ouro Preto: UFOP, 1996.

_____. “O Conceito de Tempo Histórico em Ricoeur, Koselleck e Annales: uma articulação possível”. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, 23 (1996): 71-90.

_____. “Sobre a Identidade Ideológica dos Annales - A Polêmica e uma Hipótese”. *Revista de História (UNESP)*, Franca - São Paulo, 15 (1996): 111-128.

_____. “Les Annales: Un Tournant Critique”. *Revista de História Depto de História/UFOP*, Ouro Preto, 4 (1994): 27-39.

_____. *Nouvelle histoire e tempo histórico. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Tempo, História e Evasão*. Campinas: Papirus Editora, 1994.

_____. “A Concepção do Tempo Histórico dos Annales”. *Varia História*, Belo Horizonte, 12 (1993): 14-29.

RIBEIRO, Guilherme da S. “A geografia testemunha a história: paisagem, região e interdisciplinaridade em Marc Bloch”. *Revista de História Regional*, 14, 2 (2009): 7-28.

_____. “Espaço e técnica como estruturas do cotidiano: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico”. *Investigaciones Geográficas - Instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México*, v. 74 (2011): 58-73.

_____. “Fernand Braudel e a geo-história das civilizações”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 18, (2011): 67-83.

_____. “Interrogando a ciência: a concepção vidaliana de Geografia”. *Confins* (Paris), v. 8 (2010): 1-16.

_____. “A originalidade historiográfica de La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II e a concepção braudeliana de História”. *História da Historiografia*, v. 4 (2010): 125-144.

_____. “Turbulência histórica e fertilidade intelectual: uma leitura política da historiografia de Marc Bloch e Lucien Febvre”. *Anos 90* (UFRGS. Impresso), v. 17 (2010): 233-260.

_____. “A geografia na formação do território francês: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico (II)”. *Confins* (Paris), v. 10 (2010): 1-20.

_____. & OLIVEIRA, L. D. . Espaço geográfico e território, sociedade urbana-industrial e desenvolvimento sustentável: um ensaio teórico-metodológico em Geografia. *Geo UERJ* (2007), v. 1 (2010): 55-70.

_____. “Território, Império e Nação: a Geopolítica em Paul Vidal de la Blache”. *Revista da ANPEGE*, v. 6 (2010): 29-42.

_____. “Luta pela autonomia e pelo território: Geografia e os estados alemão e francês na virada do século XIX ao século XX”. *Mercator* (UFC), v. 8, p. 19-28, 2009.

_____. “A Geografia testemunha a História: paisagem, região e interdisciplinaridade em Marc Bloch”. *Revista de História Regional*, v. 14 (2009): 7-28.

_____. “Para ler Geografia ou A Geografia segundo Lucien Febvre”. *Terra Livre*, v. 32 (2009): 121-136.

_____. *Espaço, Tempo e Epistemologia no século XX: a Geografia na Obra de Fernand Braudel*. Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, UFF, 2008.

_____. “Uma epistemologia em construção. Diálogos entre a Geografia e a Sociologia em Paul Vidal de la Blache”. *GEOgraphia* (UFF), v. 18 (2008): 117-122.

_____. “Para além da ingenuidade: releituras vidalianas”. *GEOgraphia* (UFF), v. 10 (2008): 124-131.

_____. “Epistemologias Braudelianas: Espaço, Tempo e Sociedade na construção da Geo-História”. *GEOgraphia* (UFF), v. 16 (2007): 87-114.

_____. “A Geografia Humana vidaliana e a ciência moderna em finais do século XIX e início do XX”. *GEOgraphia* (UFF), v. 16 (2007): 117-119.

_____. “Dialogando com os obsessivos do tempo”. *Revista Tamoios*, v. 1 (2005): 60-66.

RIBEIRO, Guilherme da Silva. “Espaço e técnica como estruturas do cotidiano: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico”. *Investigaciones Geográficas - Instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México*, v. 74 (2011): 58-73.

_____. “Fernand Braudel e a geo-história das civilizações”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 18, (2011): 67-83.

_____. “A geografia na formação do território francês: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico (II)”. *Confins* (Paris), v. 10 (2010): 1-20.

_____. “A originalidade historiográfica de La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II e a concepção braudeliana de História”. *História da Historiografia*, v. 4 (2010): 125-144.

_____. “Turbulência histórica e fertilidade intelectual: uma leitura política da historiografia de Marc Bloch e Lucien Febvre”. *Anos 90* (UFRGS. Impresso), v. 17 (2010): 233-260.

_____. *Espaço, Tempo e Epistemologia no século XX: a Geografia na Obra de Fernand Braudel*. Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, UFF, 2008.

_____. “Modernidade e espaço, pós-modernidade e mundo a crise da geografia em tempos de globalização”. *Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X coloquios Internacional de Geocrítica*. Universidade de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-scol/154.htm>>, acess. 30.jan.2011.

_____. “Epistemologias Braudelianas: Espaço, Tempo e Sociedade na construção da Geo-História”. *GEographia* (UFF), v. 16 (2007): 87-114.

RIBEIRO, Renato Janine. “Entrevista com o Professor Renato Janine Ribeiro”. *Revista Humanidades em Diálogo, USP*. Volume 1, Número 1 (novembro 2007): 17-36.

RICOEUR, P. “L’identité narrative”. *Esprit*, n. 7-8, 1988.

_____. *Du Texte à l’action: essais d’herméneutique II*. Paris: Seuil. 1986.

_____. *Time and Narrative*. Chicago, 1984.

_____. *Temps et récit*. (Tomes 3). Paris: Seuil. 1983-1985.

RIEDEL, Dirce C.(Org.). *Narrativa, ficção e História*. Rio de Janeiro: Imago/UFRJ, 1988.

ROBINSON, J. H. *The New History*. Nova York, 1912.

ROCHA-Coutinho, M. L. “A análise do discurso em psicologia: algumas questões, problemas e limites”. In: L. Souza, M. F. Q. Freitas & M. M. P. Freitas (Orgs.), *Psicologia: reflexões (im)pertinentes* (pp. 317-345). São Paulo: Casa do Psicólogo.

RODRIGUES, Robério Paulino. *O Colapso da União Soviética: um estudo das causas*. 2006. Tese Doutorado em História Econômica, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.

SAFATLE, Vladimir. *Lacan*. São Paulo: Publifolha, 2009.

_____. *A Paixão do Negativo – Lacan e a Dialética*. São Paulo: UNESP, 2006.

SALIBA, Elias T. “Bakhtin, o filósofo do riso e das inquietações” In: O Estado de S.Paulo. Caderno 2/Cultura São Paulo, 27 jul. 2003. p. 4.

_____. “Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens”. In. BITTENCOURT. Circe (org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. “Idéias de Braudel continuam polêmicas em seu centenário”. Estado de São Paulo. Caderno 2/Cultura. São Paulo, 25 ago. 2002.

_____. “Braudel, visão multisecular”. Estado de São Paulo. São Paulo, p.2, 28 set. 1991.

SALMON, W. C. *The Foundations of Scientific Inference*. Pittsburgh, University of Pittsburgh Press, 1967.

SAMARAN, C. *L'Histoire et ses methods, Encyclopédie de la Pléiade*. Paris, 1961.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SARTRE, J. P. *Critique de La raison dialectique*. Paris, 1962.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. 15ª ed. São Paulo: Ctrix, 1989.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Trad. Maria Paula Duarte. 6ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SCHUMPETER, Joseph A. *History of Economic Analysis*. London : Routledge, 1994.

_____. *History of Economic Analysis*. Nova York: s/ed., 1954.

_____. *Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie*. Leipzig, s/ed., 1908.

SCHWARCZ, Lilia K. M. “Lévi-Strauss ainda sobrevive”. São Paulo, *Brasil Econômico* (07.nov.2009), *Caderno Outlook*, p. 10.

_____. “Premonição de racismo. Lévi-Strauss e raça e história”. São Paulo, *O Estado de São Paulo* (07.nov.2009), *Caderno Aliás*, p. 7.

_____. “A consciência inquieta do saber. Resenha do livro de François Dosse *História do Estruturalismo*”. São Paulo, *O Estado de São Paulo* (15.jun.2008), p. 7.

_____. (Org.) *Leituras críticas sobre Evaldo Cabral de Mello*. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Fundação Perseu Abramo, 2008.

_____. “Obra continua a produzir modelos? Levi-Strauss representante maior de sua geração”. São Paulo, *O Estado de São Paulo* (27.nov.2008), p. 10.

_____. & N. L. GOMES (Orgs.). *Antropologia e História: Relações de Fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. “Entre História e Antropologia” in SCHWARCZ, L. K. M. & N. L. GOMES(Orgs.). *Antropologia e História: Relações de Fronteira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 5-36.

_____. “História e Etnologia: Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira”. *Revista de Antropologia* 42, 1-2 (1999): 199-222.

_____. “Entrevista sobre o trabalho do historiador Jacques Le Goff”. *Revista Signum. Revista da ABREM*, São Paulo (1996): 317-364.

SCHWARTZ, Barry. “Social change and collective memory: the democratization of George Washington”. *American Sociological Review*, (1991): 221-236.

_____. “The social context of commemoration: a study in collective memory”. *Social Forces*, 61 (1982): 374-402.

SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo, Boitempo, 2008.

_____. “Geohistória”. *Revista de Economia Política e História Econômica*, ano 5, nº 13 (julho 2008): pp. 5-39.

_____. “O marxismo de” In. *Teoria e Debate* 73, setembro/outubro 2007, pp. 51-53.

SEGRILLO, Ângelo. *O Declínio da URSS. Um estudo das causas*. São Paulo: RECORD, 2000.

SENE, José Eustáquio. *Globalização e Espaço Geográfico*. São Paulo: Contexto, 2003.

SHAW, Carlos Martinez. Fernand Braudel: El cenit de La escuela de los Annales. *Revista Del Occidente*. Fundación Ortega y Gasset, 1 (152):65-80, 1994.

SIMIAND, François. *Método histórico e ciência social*. Bauru: Edusc, 2003.

_____. “Méthode historique et science social”. *Revue de Synthèse Historique* (1903): 1-22; 129-157.

SLOBIN, D. I. *Psicolingüística*. São Paulo: EDUSP, 1980.

SMITH, P. *The Historian and Film*. Cambridge, s/ed. 1976.

SORRE, Maximilien. “A noção de gênero de vida e sua evolução”. In: MEGALE, J. F. (Org.) *Max. Sorre: Geografia*, pp. 99-123, Rio de Janeiro: Editora Ática, 1984.

SOUZA, Luiz Eduardo S. de. “A História Econômica como InterDisciplina Interdependente”. *Revista Controversa - FEA - USP*, São Paulo, v. 08 (ago-1996): 13-16.

SOUZA, M. L.; FREITAS, M. F. Q.; RODRIGUES, M. M. P. *Psicologia: reflexões (im)pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SPENCE, J. *O Palácio da Memória de Matteo Ricci*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987

STONE, Lawrence. “O Ressurgimento da Narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história”. *RH – Revista da História*, São Paulo, n 2/3, 1991, pp. 13-37.

STREISSLER, Erich. "To What Extent Was the Austrian School Marginalist?". *History of Political Economy*, 4, 2 (1972).

TAGG, J. *The Burden of Representation: Essays on Photographies and Histories*. Amherst, s/ed., 1988.

TEIXEIRA, M. "A constituição do sujeito discursivo". In. CORACINI, M. J.; PEREIRA, A. E. *Discurso e sociedade: práticas em análise do discurso*. Pelotas: Educart, 2001.

TEIXEIRA, Rodrigo A. "O capital como sujeito e o 'sentido da colonização'". In: X Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2005, Campinas. Anais do X Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2005.

THOMPSON, D'Arcy. *On Growth and Form*. Cambridge: Cambridge University Press, 1961 [1917; 2a edição 1942].

THOMPSON, E. P. *History from Below: Studies in Popular Protest and Popular Ideology*, ed. Frederick Krantz, Oxford, 1988.

_____. *The Voice of the Past: Oral History*. Oxford: Oxford University, 1978.

THRIFT, Nigel, "Visando o âmago da região". In: GREGORY, Derek, MARTIN, Ron, SMITH, Graham (Orgs.). *Geografia Humana Sociedade, Espaço e Ciência Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

TODOROV, Tzvetan. *La littérature en péril*. Paris: Flammarion, 2007.

_____. *As Estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. "As ciências morais e políticas" in *As Morais da História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1992.

TOMKINS, Calvin. *Duchamp, uma biografia*. São Paulo: Cosac-Naify, 2005.

TOYNBEE, A. *A Study of History*. Londres, s/Ed., 1934-1961, 12 vols.

TRACHTENBERG, A. "Albums of War", in *Representations*, 9, 1985, pp. 1-32.

UNWIN, George. *Studies in Economic History*. Londres, 1927.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

Von BÖHM-BAWERK, E.. "The Historical vs the Deductive Method in Political Economy", *Annals of the American Academy of political and Social Science*, 1 (1980).

WALLERSTEIN, Immanuel M. *O declínio do poder americano : os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

_____. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

- _____. *The essential Wallerstein*. New York: The New Press, 2000.
- _____. *After liberalism*. New York: New Press: Distributed by W.W. Norton, 1995.
- _____. *Unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigms*. Cambridge: Polity Press/Blackwell, 1991, 1995.
- _____. *Geopolitics and geoculture: essays on the changing world-system*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- _____. *Capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *The politics of the world-economy: the states, the movements, and the civilizations: essays*. Cambridge/New York: Cambridge University Press/Editions de la Maison des sciences de l'homme, 1984.
- _____. *Capitalist world-economy*. New York: Cambridge University Press, 1983.
- _____. *The Modern World-System*. San Diego: Academic Press, 1974-1989, 3 v.
- _____. *Africa, the politics of independence: an interpretation of modern African history*. New York: Vintage Books, 1971.
- _____. *Social change: the colonial situation*. New York: Wiley, 1966.
- _____. *The road to independence: Ghana and the Ivory Coast*. La Haye: Mouton, 1964.
- WEBER, Msx, *Ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- _____. *Storia econômica e sociale dell'Antichità: i rapporti agrari*. Roma: Riuniti, 1992.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Edusp, 2001.
- _____. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2ª. ed São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- WIENER, Norbert. *Cibernética*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- _____. *Cibernética: ou controle e comunicação no animal e na máquina*. Trad. Gita K. Ghinzberg. São Paulo: Polígono, 1970.
- _____. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. São Paulo: Cultrix, 1968.